



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1944

Quarta-feira - 02 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guaraciaba.....	304	Peritiba.....	517
Alto Bela Vista.....	10	Guaramirim.....	306	Petrolândia.....	519
Anchieta.....	11	Guarujá do Sul.....	308	Pinheiro Preto.....	520
Antônio Carlos.....	12	Herval d'Oeste.....	310	Planalto Alegre.....	521
Arabutã.....	22	Ibiam.....	316	Ponte Serrada.....	522
Balneário Piçarras.....	23	Imarui.....	319	Porto Belo.....	523
Benedito Novo.....	24	Imbituba.....	320	Porto União.....	524
Biguaçu.....	25	Indaial.....	330	Rio das Antas.....	525
Blumenau.....	34	Iomerê.....	340	Rio dos Cedros.....	546
Bom Jesus do Oeste.....	45	Ipumirim.....	372	Rio do Sul.....	526
Bom Retiro.....	48	Irineópolis.....	378	Rio Fortuna.....	547
Botuvera.....	49	Itá.....	380	Salto Veloso.....	548
Braço do Trombudo.....	50	Itaiópolis.....	382	Santa Rosa do Sul.....	549
Brunópolis.....	90	Itapiranga.....	383	Santa Terezinha do Progresso.....	551
Brusque.....	91	Itapoá.....	388	Santiago do Sul.....	554
Caçador.....	105	Jacinto Machado.....	401	São Bento do Sul.....	559
Camboriú.....	111	Jaraguá do Sul.....	404	São Domingos.....	565
Campo Alegre.....	112	Joaçaba.....	410	São João do Oeste.....	568
Campos Novos.....	113	Lages.....	430	São João do Sul.....	569
Canelinha.....	147	Laguna.....	431	São Joaquim.....	571
Canoinhas.....	148	Lajeado Grande.....	432	São José.....	572
Capinzal.....	156	Lauro Muller.....	433	São José do Cedro.....	575
Catanduvas.....	187	Lebon Regis.....	434	São Lourenço do Oeste.....	581
Caxambu do Sul.....	188	Leoberto Leal.....	441	São Miguel do Oeste.....	583
Celso Ramos.....	195	Lindóia do Sul.....	442	São Pedro de Alcântara.....	585
Chapadão do Lageado.....	196	Luzerna.....	443	Schroeder.....	604
Chapecó.....	199	Macieira.....	453	Seara.....	621
Cocal do Sul.....	200	Mafra.....	454	Serra Alta.....	627
Concórdia.....	204	Maracajá.....	455	Sombrio.....	630
Cordilheira Alta.....	207	Maravilha.....	472	Sul Brasil.....	667
Coronel Freitas.....	208	Massaranduba.....	475	Tigrinhos.....	668
Coronel Martins.....	209	Meleiro.....	482	Timbó.....	670
Corupá.....	210	Modelo.....	484	Timbó Grande.....	676
Curitibanos.....	211	Mondaí.....	487	Três Barras.....	677
Ermo.....	222	Navegantes.....	488	Treze Tilias.....	679
Faxinal dos Guedes.....	223	Nova Trento.....	495	Trombudo Central.....	685
Flor do Sertão.....	224	Orleans.....	496	Tunápolis.....	686
Forquilha.....	232	Otacílio Costa.....	497	Turvo.....	687
Fraiburgo.....	241	Ouro.....	498	União do Oeste.....	696
Frei Rogério.....	252	Ouro Verde.....	499	Urussanga.....	697
Galvão.....	254	Paial.....	507	Vidal Ramos.....	698
Garopaba.....	255	Palhoça.....	508	Videira.....	699
Garuva.....	271	Papanduva.....	510	Vitor Meireles.....	704
Gaspar.....	272	Paraíso.....	512	Xanxerê.....	705
Governador Celso Ramos.....	276	Passos Maia.....	514	Xavantina.....	708
Grão Pará.....	277	Penha.....	516	Xaxim.....	709

Associações

AMAI.....	711	AMPLANORTE.....	711
-----------	-----	-----------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1944

Quarta-feira - 02 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

ARIS	712
CIDEMA.....	713
CIGA	717
CIMVI	718
CIS/AMOSC.....	720
CIS/AMUREL.....	724
CIS/AMURES.....	724
CITMAR.....	726

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 023/2016

DECRETO Nº 023/2016 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.549,99 (quarenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação superávit financeiro do FUNDEB.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0199/157 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.00.00.0199/157 Aplicações Diretas R\$ 45.549,99

TOTAL R\$ 45.549,99

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO Nº 024/2016 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO 6/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 4/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XXVIII e XXXI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 3º, 40, incisos I e VI, ambos da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, e;

CONSIDERANDO que o Município, instaurou Processo Licitatório n. 6/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 4/2015, visando a aquisição de Apostilas Escolares para utilização por Alunos da Rede

Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que no dia apurado para julgamento das propostas, os dois proponentes participantes apresentaram propostas não atendendo o edital;

CONSIDERANDO o entendimento de que deveria ser anulado o procedimento devido em decorrência da falta de licitantes que atendam as exigências estabelecidas no edital.

CONSIDERANDO que de acordo com o contido na Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", como é o caso em apreço;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado integralmente o Processo Licitatório 6/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 4/2015, visando a aquisição de Apostilas Escolares para utilização por Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 025/2016

DECRETO Nº 025/2016 – DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"INSTITUI E REGULAMENTA A CHEFIA DE SESSÃO DE "COORDENADOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 099/2015 DE 07 DE JULHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE".

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições e conforme disposto no Artigo 3º da Lei Complementar nº 099/2015.

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar as chefias de sessão estabelecidas na Lei Complementar nº 099/2015 de 07 de julho de 2015 Anexo III;

CONSIDERANDO a nota técnica nº 001/2012 GEABS/DIPA/SES, a qual estabelece a necessidade de coordenador municipal no âmbito da atenção básica;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde emitiu Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011, com o intuito de inovar algumas ferramentas de gestão para a Atenção Básica a qual estabelece responsabilidades comuns a todas as esferas de governo;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde em 2011, com o propósito de induzir por meio de incentivo financeiro, ações no município que possam fortalecer o modelo de Atenção Básica no Brasil, lançou o Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade da Atenção Básica – PMAQ;

CONSIDERANDO a necessidade de coordenador para realizar as atribuições de Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica à Saúde;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica assim regulamentada a seguinte chefia de sessão:

Parágrafo único - Coordenador de Monitoramento e Avaliação da Atenção Primária à Saúde a qual possui as seguintes atribuições:

I – Definir estratégias de articulação com gestões municipais do SUS com vistas à institucionalização da Avaliação da Atenção Primária à Saúde e da Estratégia da Família;

II – Acompanhar, monitorar, avaliar e qualificar a alimentação do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), pelos municípios identificando inconsistências/erros no registro dos dados e no cadastro de profissionais em conjunto com a Coordenação da ESF;

III – Estimular a adesão dos gestores municipais de Saúde ao Projeto de Avaliação para melhoria da Qualidade da Estratégia Saúde da Família e Programação para Gestão por Resultados na Atenção Básica;

IV – Emitir e divulgar relatórios periódicos acerca da situação de saúde dos municípios e do estado em conjunto com as áreas afins;

V – Acompanhar, monitorar e avaliar os indicadores pactuados pela atenção básica no âmbito do município em conjunto com as áreas afins;

VI – Coordenar o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF, que tem por objetivo monitorar e avaliar os indicadores de Saúde da Atenção Primária à Saúde/Saúde da Família;

VII – Revisar a Proposta metodológica de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica à Saúde e elaborar o Plano Municipal de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica à Saúde;

VIII – Assessorar município na análise e gestão dos sistemas de informação, com vistas ao fortalecimento da capacidade de planejamento municipal em conjunto com as Regionais de Saúde.

Artigo 2º O profissional designado à função de Coordenador de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica à Saúde, deverá ser do quadro efetivo e de preferência, deve possuir formação nível superior em enfermagem.

Artigo 3º - Fica atribuído ao ocupante das funções descritas no Parágrafo Único do Artigo 1º a gratificação que trata o artigo 117 da Lei Complementar 058/2009 Anexo III, que foi alterado pela Lei Complementar 099/2015.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 26 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026/2016

DECRETO N.º 026/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“REGULAMENTA O COMÉRCIO AMBULANTE E ATIVIDADES AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”

O Prefeito MUNICIPAL DE Água Doce, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação dos artigos 239 à 253 do Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO os crescentes pedidos de licença para atividade de Comércio Ambulante em nossa cidade;

CONSIDERANDO a dificuldade de controle e fiscalização desta atividade por parte da Prefeitura;

CONSIDERANDO a proliferação ilegal de vendedores dos mais diversos produtos concorrendo com firmas legalmente estabelecidas, sem recolhimento proporcional de tributos, ferindo os princípios de isonomia que devem reger as relações entre o Poder Público e os cidadãos;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Público disciplinar esta

atividade, obtendo soluções que racionalizem a atividade no espaço urbano, bem como impedindo gradativamente, com assistência técnica, informações e intervenções de natureza tributária, à inserção da categoria no sistema comercial tradicional e na economia formal do município,

DECRETA:

Art. 1º Considera-se comércio ambulante, para efeitos deste Decreto:

I – comércio ambulante fixo: atividade realizada em logradouros públicos, cuja instalação é fixa, e em locais pré-determinados pela Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo;

II – comércio ambulante transportador: a atividade realizada em logradouros públicos sem local fixo e devendo estar em permanente circulação;

III – comércio ambulante eventual: a atividade realizada em festejos, comemorações ou datas especiais, de curta duração.

§ 1º A atividade de comércio ambulante fixo dependerá de prévio processo licitatório (Concorrência Pública) para utilização dos locais e exercício das atividades determinados pela Secretaria de Ind. Comércio e Urbanismo, de acordo com as respectivas atividades, dias e horários autorizados.

§ 2º O exercício do comércio ambulante transportador realizado com veículo automotor não será autorizado em zonas centrais.

§ 3º É terminantemente proibido o exercício do comércio ambulante fora dos locais e horários especificados.

Art. 2º A Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo compete:

a) As características de frequência de pessoas que permitam o exercício da atividade;

b) A existência de espaços livres para exposição das mercadorias;

c) O tipo de mercadorias, com distribuição dos espaços por categoria, de forma a não concorrer com o comércio estabelecido.

§ 1º A concessão de uso do local é feita em caráter precário, podendo ser alterada ou revogada a qualquer tempo, em função do desenvolvimento da cidade e quando esses locais se mostrarem prejudiciais ou inadequados, caso em que os vendedores ambulantes serão notificados com antecedência de 10(dez) dias.

§ 2º Fica vedada a atividade de comércio ambulante nos seguintes locais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo:

I – no interior de praças, parques e jardins;

II – em calçadas de largura inferior a 2 (dois) metros;

III – em outros locais indicados pela Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo.

§ 3º Excluem-se das proibições deste artigo as exposições e vendas de trabalhos artísticos devidamente regulamentadas pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e pelo Departamento de Turismo.

§ 4º Fica determinado os seguintes horários para funcionamento:

I - horários de comércio ambulante fixo das 18:00 às 22:00 horas de Segunda à Sexta Feira

II - horários de comércio ambulante transportador das 8:00 às 18:00 horas

III - horário de comércio ambulante fixo finais de Semana e feriados das 8:00 às 00:00 horas.

Art. 3º O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de autorização especial, expedida pela Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Urbanismo, após o recolhimento de taxa específica, prevista no Código Tributário Municipal.

§ 1º A autorização para o comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado e somente serão expedida em favor de pessoas físicas.

§ 2º Na autorização constarão os seguintes elementos essenciais:

I – nome do candidato e respectivo endereço;

II – número da Inscrição;

III – Indicação das mercadorias objeto da autorização e eventuais observações relativas ao produto;

IV – horário e local, observado o disposto no inciso I do art 2º deste Decreto.

§ 3º O número de autorizações a serem concedidas limitar-se-á a 02 (duas) considerando todo perímetro urbano do Município.

§ 4º O limite fixado no parágrafo anterior será revisto periodicamente por ato exclusivo do Prefeito Municipal;

§ 5º A autorização de que trata este artigo poderá ser transferida no caso de falecimento do titular, à viúva ou ao filho maior, se comprovado o desemprego e a dependência econômica familiar daquela atividade.

Art. 4º A permissão de uso das vias e logradouros públicos será outorgada mediante cobrança de valor específico previsto no Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único – O não pagamento do valor previsto no caput deste artigo e do artigo 3º deste Decreto, implicará na perda da autorização, independente de notificação prévia.

Art. 5º É obrigatória a Inscrição no Setor de Tributos dos comerciantes ambulantes, os quais deverão apresentar, para obtenção da licença, a seguinte documentação:

No caso de comércio ambulante fixo:

- a) Requerimento contendo: nome, enderço, RG e CPF com cópia anexa da documentação do responsável
- b) Espécie de mercadoria a ser comercializada;
- c) Data de início da atividade;
- d) Especificação do meio de transporte;
- e) Logradouro pretendido;
- f) Área do Logradouro utilizada para comercialização;
- g) Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- h) Alvará Sanitário para funcionamento;
- i) Comprovante da homologação do processo licitatório

No caso de comércio ambulante transportador:

- a) Requerimento relatando mercadoria a ser comercializada, a localização pretendida e o período para o exercício do comércio;
- b) Cópia de documentação do responsável;
- c) Consulta prévia.

No caso de comércio ambulante eventual:

- a) Requerimento relatando mercadoria a ser comercializada, a localização pretendida e o período para o exercício do comércio;
- b) Cópia da documentação do responsável;
- c) Consulta prévia;
- d) Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros conforme o caso;
- e) Vistoria da Vigilância Sanitária Municipal, conforme o caso.

§ 1º Não poderá ser exercida a atividade ambulante em qualquer de suas categorias antes de concedida a licença.

§ 2º Os ambulantes licenciados são obrigados a exibir à fiscalização municipal a autorização de que trata o artigo 3º deste Decreto, quando solicitado.

§ 3º O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão das mercadorias encontradas em seu poder.

§ 4º A devolução das mercadorias apreendidas só será efetuada depois de ser concedida a licença ao respectivo vendedor ambulante e de pagar a multa a que estiver sujeito.

§ 5º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do contribuinte eventual ou ambulante sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 6º O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da regularidade do exercício da atividade, das condições de local, ou dos instrumentos, máquinas ou equipamentos utilizados.

Art. 7º O não comparecimento, sem justa causa, do vendedor ambulante habilitado aos locais autorizados, por prazo superior a 15 (quinze) dias, implicará na cassação da autorização e a consequente substituição por outro vendedor ambulante habilitado.

Art. 8º São obrigações do vendedor ambulante:

I – comercializar somente mercadorias especificadas na autorização e exercer a atividade nos limites do local demarcado, dentro do horário estipulado;

II – colocar a venda mercadorias em perfeitas condições de consumo, atendidas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e as normas Sanitárias Vigentes, bem como apresentar Notas

Fiscais de origem quando solicitado

III – portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;

IV – transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido conduzir, pelos passeios, volumes que atrapalhem a circulação de pedestres;

V – não fixar-se ou estacionar nas vias públicas ou qualquer outro lugar de servidão pública, senão o tempo necessário para a entrega da mercadoria e consequente pagamento;

VI – se vendedores de alimentos, não estacionar, ainda que para efetuar a venda, nas proximidades de locais em que seja fácil contaminação dos produtos expostos a venda ou em pontos vedados pela Vigilância Sanitária;

VII – possuir recipiente adequado para colocação de lixo proveniente do seu veículo e dar ao lixo a devida destinação;

VIII – acatar as determinações da fiscalização;

Parágrafo Único - O inciso V não se aplica aos trailers e similares fixos devidamente autorizados.

Art. 9º Ao vendedor ambulante é vedado:

I – o comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionado na licença;

II – a venda de bebidas alcoólicas e cigarros;

III – a venda de armas, munições, fogos de artifícios ou similares;

IV – a venda de medicamentos ou quaisquer produtos farmacêuticos;

VI – a venda de aparelhos eletrodomésticos ou produtos oriundos de descaminho;

VII – a venda de qualquer gênero ou objetos ilegais, bem como os que a juízo dos órgãos competentes, serem julgados inconvenientes ou possam oferecer danos a coletividade.

Art.10 Pela inobservância das disposições deste Decreto, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

I – Notificação Preliminar;

II – Multa;

III – Apreensão de Mercadorias;

IV – Suspensão da autorização por até 30 (trinta) dias;

V – Cassação da autorização.

Parágrafo Único – Para aplicação deste artigo, serão observadas as disposições pertinentes no Código Tributário Municipal Artigo 253 incisos I ao IV

Art. 11 As vagas correspondentes ao número de autorizações previstas no § 3º do artigo 3º deste Decreto, serão demarcadas pelo DTM – Departamento de Trânsito Municipal, após a devida liberação da Secretaria Municipal Indústria Comércio e Urbanismo.

Art.12 Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 26 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027/2016

DECRETO Nº 027/2016 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.549,15 (cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), para a Prefeitura

Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação recursos para construção de escola em assentamento.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0142/153 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS

4.4.90.00.00.0142/153 Aplicações Diretas.....R\$ 51.549,15

TOTAL R\$ 51.549,15

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação repassa FNDE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de fevereiro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 065/2016

PORTARIA Nº 065/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para GISELE SIMONE DA SILVA, brasileira, inscrita sob CPF o nº 029.183.379-94, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Atendente de Farmácia, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 066/2016

PORTARIA Nº 066/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para ANTONIO DARCIBANDEIRA, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 445.640.829-49, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Instrutor Musical – 20 horas, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para ANA ROSA MONSON, brasileira, inscrita sob CPF o nº 026.240.199-10, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

PORTARIA 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para ALAN ADALBERTO TOIGO, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 083.775.329-56, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Assistente Administrativo, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016 de 01 de março de 2016

"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Designar a servidora JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, 40 horas semanais, para exercer a chefia de sessão de "Coordenadora de Atenção Primária à Saúde" a partir de 01 de março de 2016.

Artigo 2º Para o desempenho das atribuições constantes no artigo 1º, a servidora fará jus à a chefia de sessão de "Coordenadora de Atenção Primária à Saúde" conforme a Lei Complementar nº 099/2015 de 07 de julho de 2015 Anexo III e Decreto nº 025/2016 de 26 de fevereiro de 2016.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para NOELI FÁTIMA DEMARTINI, brasileira, inscrita sob CPF o nº 078.366.559-89, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 071/2016

PORTARIA Nº 071/2016 de 01 de março de 2016

"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para CELSO JULIAN, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 516.005.289-53, a partir de 01/03/2016 para exercer o cargo de Técnico Esportivo - Judô – 20 horas, conforme Edital de concurso público nº. 011/2015, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 072/2016

PORTARIA Nº 072/2016 de 01 de março de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária REGINA AMABILE VASCHIN, inscrita sob CPF nº 594.853.539-87, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 01/03/2016 a 10/03/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 073/2016

PORTARIA Nº 073/2016 de 01 de março de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário DALCI ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, inscrito sob CPF nº 386.245.839-34, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 01/03/2016 a 30/03/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 074/2016

PORTARIA Nº 074/2016 de 01 de março de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ORLANDO FAVERO, inscrito sob CPF nº 422.350.229-87, funcionário no cargo de Secretário de Saúde e Promoção Social, a partir de 01/03/2016 a 15/03/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 075/2016

PORTARIA Nº 075/2016 de 01 de março de 2016

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições para a servidora ROSEMARY INES HEBERLE, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Saúde, para que nas férias de Orlando Fávero, Secretário de Saúde e Promoção Social, fica responsável pela referida Secretaria, assinando o recebimento de notas fiscais, recibo de papéis entregues na Secretaria, ofícios, dentre outras solicitações, período de 01/03/2016 a 15/03/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 076/2016

PORTARIA Nº 076/2016 de 01 de março de 2016

"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições junto ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce para a servidora ROSEMARY INES HEBERLE, brasileira, solteira, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Saúde, matrícula nº 21382, para substituição temporária do servidor ORLANDO FAVERO, brasileiro, matrícula nº 21349, o qual encontra-se em FÉRIAS, com todos os poderes da mesmo, com acesso a todas as contas que o substituído acessava, sendo:

I- Solicitar saldos e extratos;

II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;

III- Cancelar Cheques;

IV- Baixar Cheques;
V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
IX- Emitir comprovantes;
X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
XI- Abrir contas de depósito;
XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
XIV- Autorizar aplicações financeiras;
XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
XX- Encerrar contas de depósito;
XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
XXII- Requisitar talonários de cheques;
XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
XXIV- Emitir cheques;
XXV- Retirar cheques devolvidos;

§ 2º Os poderes elencados acima, efetivar-se-ão mediante duas assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas pelo servidor citado no caput deste artigo, e por Edione Terezinha Balestrin Fioreze.

Artigo 2º Tal substituição tem início em 01/03/2016 até 15/03/2016, ou seja, enquanto a substituída estiver em férias.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 077/2016

PORTARIA Nº 077/2016 de 01 de março de 2016

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE TECNICO EM ENFERMAGEM O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido a servidora, CAROLINE LAMPERT brasileira, solteira, inscrita no CPF sob Nº 036.562.839-58, do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, a partir de 01/03/2016, conforme requerimento Protocolo Nº 094/2016 em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de março de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 026 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ELMAR HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de OPERADOR DE BALSA, no período de sessenta (60) dias, a contar de 18 de fevereiro à 17 de abril de 2016, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Ronaldo W. Freitas em 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 18 de fevereiro a 03 de março de 2016, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 22 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2016

Objeto: Aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 665, de 06 de abril de 2015.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 14/03/2016.

Abertura: às 09h do dia 14/03/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 29 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2016

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais de consumo destinados as Unidades Administrativas.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 17/03/2016.

Abertura: às 09h do dia 17/03/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 29 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 010-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 010/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de troféus para desenvolvimento das atividades esportivas de voleibol, futsal, futebol de campo, futebol suíço, bolãozinho e outros. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 22/03/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 01 março de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

81º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

81º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 02/03/2016 a 31/03/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 01 de março de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MÉDICO 20h

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
7º	DEISY TERNES GARCIA	0433

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 07/2016 – modalidade Pregão Presencial nº. 05/2016, altera o Edital nos seguintes termos:

1 - Onde se lê:

"Data/Hora: Dia 23 de fevereiro de 2016 às 9:00 horas."

Leia-se:

"Data/Hora: Dia 16 de março de 2016 às 8:00 horas."

2 - Onde se lê:

"menor preço por Lote"

Leia-se:

"menor preço por Item"

3 - Onde se lê:

"5.2 - As propostas deverão ser elaboradas e entregues de acordo com a legislação vigente, observando também:

f) As empresas proponentes poderão cotar preço para todos os lotes ou somente determinado lote."

Leia-se:

"5.2 - As propostas deverão ser elaboradas e entregues de acordo com a legislação vigente, observando também:

f) Além do envelope contendo as propostas por escrito, a empresa licitante deverá entregar a proposta por meio eletrônico, em pendrive ou CD, agilizando assim a fase de digitação das mesmas. Para isso deverá solicitar o arquivo Betha, versão 20.0.20, atualizado em 20/08/2015, através do e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br ou licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br."

4 - Altera ainda o ANEXO I, conforme segue, permanecendo os demais termos do edital inalterados:

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

ITEM	QUANTID.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	01	UN	VEÍCULO DE PASSEIO - TRANSPORTE DE EQUIPE (5 PESSOAS, 0 KM) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: ANO/MODELO 2016/2016; MOTORIZAÇÃO MÍNIMO DE 65 CV; TIPO DE COMBUSTÍVEL BICOMBUSTIVEL; TIPO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA; PORTAS 04 PORTAS; AR CONDICIONADO POSSUI; TRIO ELÉTRICO (TRAVA,VIDRO,ALARME).	33.600,00	33.600,00
02	14	UN	AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO ELÉTRICO, COM ALÇA PARA TRANSPORTE, MÍNIMO 1500 W DE POTÊNCIA, 3 NÍVEIS DE POTÊNCIA, 220 V, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM SISTEMA DE SEGURANÇA QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE EM CASO DE QUEDA, GARANTIA DE UM ANO	150,00	2.100,00
03	22	UN	AR CONDICIONADO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: CLIMATIZAÇÃO QUENTE E FRIO; TIPO SPLIT MÍNIMO DE 7000 BTU, CLASSIFICAÇÃO A DE CONSUMO DE ENERGIA.	980,00	21.560,00
04	3	UN	BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO PRESSÃO COLUNA SIMPLES AÇO PINTADO. TIPO: COLUNA AJUSTE DE TEMPERATURA: AUTOMÁTICA INDICADO PARA: AMBIENTES EXTERNOS OU INTERNOS COM ATÉ 40 PESSOAS QUANTIDADE DE TORNEIRAS: 1 DE JATO PARA A BOCA E 1 PARA COPO OU SQUEEZE CERTIFICAÇÃO: INMETRO IPX4 COR: INOX LARGURA: 320 MM ALTURA: 1120 MM PROFUNDIDADE: 320 MM	500,00	1.500,00
05	1	UN	GELADEIRA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS (1 PORTA MÍN. 280 LTS) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS.	1.000,00	1.000,00
06	2	UN	GELADEIRA/ REFRIGERADOR - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS.	950,00	1.900,00
07	2	UN	TELEVISOR - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO LCD; TAMANHO DA TELA MÍNIMO DE 42"; COM CONVERSOR DIGITAL ; ENTRADA HDMI; PORTAS USB	1.330,00	2.660,00
08	1	UN	VENTILADOR DE TETO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COMPOSIÇÃO 03 PÁS.	110,00	110,00
09	1	UN	APARELHO DE DVD - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COM CONTROLE REMOTO; PORTAS USB; REPRODUÇÃO DVD/CD/CD-R/VCD/SVCD/DVCD/JPG/MP3.	130,00	130,00
10	17	UN	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I3 OU AMD A10; MEMÓRIA RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ; DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 500 GB; TIPO DE MONITOR 18,5" (1366 X 768); MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); FONTE COMPATÍVEL COM O ITEM; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PRO (64 BITS); GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI; INTERFACES DE VÍDEO INTEGRADA; UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD ROM.	2.000,00	34.000,00
11	1	UN	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 500 GB; PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I3 OU AMD A10; MEMÓRIA RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ; TAMANHO DA TELA MÍNIMO DE 13,3"; TECLADO ABNT2; MOUSE TOUCHPAD; INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI; INTERFACE USB, HDMI, DISPLAY PORT/ VGA, SD CARD; BATERIA MÍNIMO DE 3 HORAS; WEBCAM POSSUI; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PRO (64 BITS); GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD ROM.	2.500,00	2.500,00
12	2	UN	IMPRESSORA LASER (COMUM) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; MEMÓRIA 16 MB; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600; VELOCIDADE 33 PPM; CAPACIDADE 100 PÁGINAS/ BANDEJA; CICLO 25.000 PÁGINAS/ MÊS; INTERFACE USB E REDE; FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1.100,00	2.200,00

13	1	UN	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; MEMÓRIA 64 MB; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600; RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200 X 1200; RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600 X 600; VELOCIDADE 18 PPM; CAPACIDADE 150 PÁGINAS/ BANDEJA; CICLO 8.000 PÁGINAS/ MÊS; FAX 33,6 KBPS; INTERFACE USB E REDE; FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1.100,00	1.100,00
14	2	UN	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO MANUAL; FEIXE DE LUZ BIDIRECIONAL; FONTE DE LUZ LASER 650 NM; VELOCIDADE DE LEITURA 100 P/S; INTERFACE USB; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	600,00	1.200,00
15	15	UN	NO BREAK (PARA COMPUTADOR) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: POTÊNCIA 1 KVA; TENSÃO ENTRADA/ SAÍDA: BIVOLT; ALARMES AUDIOVISUAL; BATERIA INTERNA 01 SELADA; ALIMENTAÇÃO: FULL RANGE; FILTRO DE LINHA; 1 BATERIA SELADA INTERNA; EXPANSÃO DE AUTONOMIA COM CONECTOR DE ENGA-TE RÁPIDO; CARREGADOR DE BATERIAS INTELIGENTE; ALARME SONORO; CIR- CUITO DESMAGNETIZADOR; FUNÇÃO BLECAUTE: PODE SER LIGADO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA; INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE; RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE 50HZ OU 60HZ; CORREÇÃO DA TENSÃO DE SAÍDA EM TRUE-RMS; MEDIÇÃO DA TENSÃO DE ENTRADA EM TRUE-RMS; FREQUÊNCIA DE AMOSTRA- GEM PARA MEDIÇÕES TRUE-RMS: 7680HZ (EM REDE 60HZ); CHAVE LIGA-DESLIGA EMBUTIDA E TEMPORIZADA, IMPEDE DESLIGAMENTO ACIDENTAL; COMUNICAÇÃO INTELIGENTE USB; DETECÇÃO ELETRÔNICA DE SOBRECARGAS E CURTOS-CIRCUI- TOS; ACIONAMENTO DO INVERSOR EM SUBTENSÃO OU SOBRETENSÃO; PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA TOTAL DAS BATERIAS; PROTEÇÃO PARA LINHA TELEFÔNICA (FAX, FAX-MODEM); PROTEÇÃO PARA LAN E ETHERNET (APENAS MODELO LAN); DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO FINAL DO TEMPO DE AUTONOMIA; COM BATERIA EXTERNA, AUTONOMIA TÍPICA DE ATÉ 3 HORAS (1 MICRO, 1 MONITOR 1 IMPRES- SORA COM 90W DE POTÊNCIA TOTAL). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	640,00	9.600,00
16	1	UN	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TECNOLOGIA LCD; RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1024 X 768; ENTRADA DE VGA A FULL HD; LUMINOSIDADE MÍNIMO DE 2500 LÚMENS; CONECTIVIDADE ENTRADA/ SAÍDA RGB 15 PINOS E HDMI; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1.950,00	1.950,00
17	1	UN	SWITCH - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: PORTAS 24 (+4 SFP); MODO DE OPERAÇÃO GERENCIÁVEL: LAYER 3; TIPO PADRÃO 19"; TAXA TRANSF. HALFDU- PLEX/ FULLDUPLEX; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	2.700,00	2.700,00
18	27	UN	ARMÁRIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: DIMENSÕES MIN./ MAT. CONFECCÃO 1,80 X 0,75 AÇO.	530,00	14.310,00
19	1	UN	ARMÁRIO VITRINE - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: NÚMERO DE POR- TAS 02 PORTAS; MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO; LATERAIS DE VIDRO.	800,00	800,00
20	1	UN	ARQUIVO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; GAVETAS 3 GAVETAS P/ PASTA SUSPensa; DESLI- ZAMENTO DA GAVETA ROLAMENTO PLÁSTICO.	430,00	430,00
21	3	UN	ARQUIVO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO; GAVETAS 3 GAVETAS P/ PASTA SUSPensa; DESLIZAMENTO DA GAVETA TRI- LHO TELESCÓPICO.	430,00	1.290,00
22	33	UN	BALDE A PEDAL/ LIXEIRA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO INOXIDÁVEL; CAPACIDADE MÍNIMO DE 15 LITROS.	250,00	8.250,00
23	5	UN	BIOMBO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO; TAMANHO TRIPLO .	400,00	2.000,00
24	57	UN	CADEIRA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO; SEM BRAÇOS ; COM REGULAGEM DE ALTURA; ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO.	110,00	6.270,00
25	2	UN	CADEIRA PARA OBESO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COM BRAÇOS; COM RODÍZIOS; MATERIAL DE CONFECCÃO ESTOFADO; ESTRUTURA AÇO INOXIDÁ- VEL.	400,00	800,00
26	11	UN	ESCADA COM 2 DEGRAUS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO.	95,00	1.045,00
27	18	UN	ESTANTE - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COM REFORÇO MIN. 100KG; 02 PRATELEIRAS.	200,00	3.600,00
28	29	UN	LONGARINA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: NÚMERO DE ASSENTOS 03 LUGARES; ASSENTO/ ENCOSTO POLIPROPILENO.	300,00	8.700,00
29	8	UN	MESA DE ESCRITÓRIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BASE MADEI- RA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; DIVISÕES DE 03 A 04 GAVETAS; MATERIAL DE CON- FECÇÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; COMPOSIÇÃO FORMATO EM L. MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA – 74,5 CM; LARGURA – 136 CM; PROFUNDIDADE – 113 CM.	400,00	3.200,00

30	7	UN	MESA DE ESCRITÓRIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: AÇO / FERRO PINTADO ; DIVISÕES SEM GAVETAS; MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; COMPOSIÇÃO FORMATO EM L.	400,00	2.800,00
31	1	UN	MESA DE ESCRITÓRIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BASE MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; DIVISÕES DE 01 A 02 GAVETAS; MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; COMPOSIÇÃO FORMATO EM L.	370,00	370,00
32	9	UN	MESA DE EXAMES - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; POSIÇÃO DO LEITO MÓVEL; ACESSÓRIO(S) SUPORTE PARA PAPEL;	535, 00	4.815,00
33	4	UN	MESA DE MAYO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO.	280,00	1.120,00
34	1	UN	MESA DE REUNIÃO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; TIPO OVAL DE 2,00 M X 1,20 M.	660,00	660,00
35	2	UN	MESA PARA COMPUTADOR - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BASE MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; MATERIAL DE CONFECÇÃO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR; DIVISÕES DE 03 A 04 GAVETAS; COM SUPORTE PARA CPU, SUPORTE PARA IMPRESSORA E SUPORTE PARA TECLADO.	500,00	1.000,00
36	3	UN	MESA PARA IMPRESSORA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: ESTRUTURA AÇO / FERRO PINTADO; DIMENSÕES MÍNIMAS MÍNIMO DE 80 X 60 X 70 CM; TAMPO MADEIRA/ MDP/ MDF/ SIMILAR.	160,00	480,00
37	2	UN	MOCHO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; ASSENTO/ ENCOSTO ESTOFADO.	230,00	460,00
38	2	UN	<p>AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL; TIPO CAPSULAR.</p> <p>TIPO CAPSULAR.* PAINEL DIGITAL COM TECLADOS TIPO MEMBRANA INTERNA.</p> <p>* HASTE BATEDORA COM DUPLA VELOCIDADE:</p> <p>* MÉDIA: 4200 OSCILAÇÕES POR MINUTO.</p> <p>* ALTA: 5000 OSCILAÇÕES POR MINUTO.</p> <p>* POSSUI GRANDE AMPLITUDE E MOVIMENTO HELICOIDAL ELÍPTICO OFERECENDO A HOMOGENEIZAÇÃO IDEAL. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ENCAPSULADOS.</p> <p>* GARFO METÁLICO COM SISTEMA UNIVERSAL, PERMITINDO A FIXAÇÃO DE TODOS OS MODELOS DE CÁPSULAS DE AMÁLGAMA, INCLUSIVE CÁPSULAS COM ÊMBOLOS (IONÔMEROS DE VIDRO).</p> <p>* SISTEMA DE AMORTECEDORES QUE ANULAM AS VIBRAÇÕES TRANSMITIDAS PELA FREQUÊNCIA DA HASTE, TORNANDO O EQUIPAMENTO ESTÁVEL E EXTREMAMENTE SILENCIOSO.</p> <p>* BIVOLT AUTOMÁTICO.</p> <p>* DISPOSITIVO DE SEGURANÇA COM MICRO CHAVE, INTERROMPENDO O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO CASO A TAMPA SEJA ABERTA ACIDENTALMENTE.</p> <p>* TAMPA PROTETORA EM ACRÍLICO DE ALTO IMPACTO TRANSPARENTE.</p> <p>* CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA.</p> <p>* ELETRÔNICO MICRO PROCESSADO COM ESCALA DE 0 A 99 SEGUNDOS.</p> <p>* PROGRAMAÇÃO DE TEMPO COM MEMÓRIA AUTOMÁTICA AO FINAL DE CADA OPERAÇÃO, GARANTINDO A REPETIÇÃO DO TEMPO SOLICITADO.</p> <p>* LARGURA / ALTURA / COMPRIMENTO (CM) 22,5 X 111 X 21,5.</p> <p>* PESO LÍQUIDO (KG) 2,50 KG.</p> <p>* POTÊNCIA DO MOTOR 35 W.</p> <p>* TEMPORIZADOR ELETRÔNICO DIGITAL 0 À 99 SEGUNDOS.</p>	780,00	1.560,00

39	1	UN	<p>APARELHO DE RAO X ODONTOLÓGICO MÓVEL, APLICAÇÃO GERAL: APARELHO UTILIZADO PARA OBTENÇÃO DE RADIOGRAFIAS ODONTOLÓGICAS. CARACTERÍSTICAS GERAIS: APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL. CABEÇOTE COM SISTEMA DE ATERAMENTO PARA MAIOR PROTEÇÃO AO OPERADOR. CABEÇOTE IMERSO EM ÓLEO PARA GARANTIR REFRIGERAÇÃO E ISOLAMENTO EFICAZES, MESMO NOS CASOS DE USO INTENSIVO. CÂMARA EXPANSORA DE BORRACHA COM RESISTÊNCIA, POTENCIAL DE ELASTICIDADE E TAMANHO SUFICIENTE PARA GARANTIR A PROTEÇÃO AO CABEÇOTE, OPERADOR E PACIENTE, QUANDO DA DILATAÇÃO DO ÓLEO POR AQUECIMENTO. COLIMADOR PRIMÁRIO COLOCADO APÓS O FILTRO DE ALUMÍNIO LIMITA O FEIXE DE RAIOS-X PARA O DIÂMETRO APROXIMADO DE 60 MM NA SAÍDA DO CILINDRO LOCALIZADOR, A FIM DE FOCALIZAR A DIREÇÃO DOS FEIXES DE RADIAÇÃO, DIMINUINDO A ÁREA IRRADIADA APÓS O FILME, PROPORCIONANDO MAIOR PROTEÇÃO AO PACIENTE. CILINDRO DE ORIENTAÇÃO LONGO, REVESTIDO EM CHAPA DE CHUMBO DE 0,5MM DE ESPESSURA, UTILIZADO PARA PERMITIR O PERFEITO POSICIONAMENTO DO FILME EM RELAÇÃO AO FEIXE DE RAIOS-X, RETENDO A RADIAÇÃO SECUNDÁRIA QUE POR VENTURA POSSA SE FORMAR NA COLIMAÇÃO PRIMÁRIA. COLIMADOR SECUNDÁRIO LOCALIZADO, NA EXTREMIDADE DO CILINDRO, ELIMINA A RADIAÇÃO SECUNDÁRIA QUE POSSA SE FORMAR APÓS O COLIMADOR PRIMÁRIO. PONTO FOCAL MÍNIMO DE 0,8 X 0,8MM. TENSÃO NOMINAL DO TUBO, MÍNIMO 70 KVP; CORRENTE DE TRABALHO LIMITADA A 8 MA. PAINEL DE COMANDO COM INTERRUPTOR GERAL PERMITE A VISUALIZAÇÃO QUANDO O APARELHO ESTÁ LIGADO, COM REGULADOR DE TENSÃO INCORPORADO A FIM DE EVITAR DANOS AO CABEÇOTE E AUMENTA A VIDA ÚTIL DO APARELHO. CONTROLE REMOTO DIGITAL CONECTADO AO PAINEL DE COMANDO COM FIO ESPIRALADO, COM TODOS OS CONTROLES AGRUPADOS, PERMITE O COMANDO A UMA DISTÂNCIA DE ATÉ 3M FORA DA ÁREA DE RADIAÇÃO SECUNDÁRIA, POSSIBILITANDO O ACOMPANHAMENTO VISUAL DO OPERADOR. CONTROLE COM TODAS AS FUNÇÕES PRÉ DETERMINADAS, DENTRE ELAS: SELEÇÃO DO TIPO DE RADIOGRAFIA (PERIAPICAIS, INTERPROXIMAIS E OCLUSAIS). TIPO E POSIÇÃO DO DENTE. FILME (PELÍCULA OU SENSOR DIGITAL). FAIXA ETÁRIA DO PACIENTE (ADULTO OU CRIANÇA). DISPLAY DIGITAL COM AS OPÇÕES SELECIONADAS. TECLA + E - (OU SIMILAR) PARA AUMENTAR OU REDUZIR O TEMPO DE EXPOSIÇÃO DE QUALQUER DAS SELEÇÕES. TECLA PARA RESTAURAR ÀS PROGRAMAÇÕES PADRÕES CASO ALGUMA TENHA SIDO MODIFICADA. TECLA PARA SALVAR E GRAVAR ALTERAÇÕES NOS TEMPO DE EXPOSIÇÃO DE QUALQUER DAS SELEÇÕES. TECLA DE DISPARO QUE DEVERÁ SER PRESSIONADA DURANTE TODO O TEMPO DE EXPOSIÇÃO, ACOMPANHADO DE UM SINAL SONORO. DISPOSITIVO DE COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICO DE TEMPO CORRIGE AUTOMATICAMENTE O TEMPO DE EXPOSIÇÃO COM ELEVADA PRECISÃO, CONFORME AS OSCILAÇÕES DA REDE ELÉTRICA, MANTENDO A DOSAGEM DE RADIAÇÃO, MEDIDA EM MILIAMPERE SEGUNDO, SEMPRE UNIFORME. MECANISMO DE BLOQUEIO CONTRA DISPAROS ACIDENTAIS E CONSECUTIVOS, ELIMINANDO EXPOSIÇÕES DESNECESSÁRIAS À RADIAÇÃO E AO SUPERAQUECIMENTO. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 127/220 VAC OU SISTEMA BIVOLT AUTOMÁTICO DE TENSÃO. FREQUÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO: 60 HZ. TIPO DE CABO DE REDE: DEVE SEGUIR A NORMA ABNT NBR 14136:2002. ACESSÓRIOS: FORNECIMENTO DE TODOS OS CABOS, CONECTORES, ACESSÓRIOS, INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO SOLICITADO</p>	4.000,00	4.000,00
40	5	UN	<p>ARTICULADOR ODONTOLÓGICO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: GUIA CONDÍLICA CURVO; DISTÂNCIA INTERCONDILAR AJUSTÁVEL; GUIA CONDÍLICA E ÂNGULO DE BENNET AJUSTÁVEL.</p>	606,00	3.030,00
41	1	UN	<p>AUTOCLAVE HORIZONTAL DIGITAL COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS, DISPLAY DIGITAL NA PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO, DISPLAY COM APRESENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 DÍGITOS PARA CONFIRMAÇÃO DE CICLOS E TEMPERATURAS NO ATO DO PROCEDIMENTO DE ESTERILIZAÇÃO. CICLOS PROGRAMÁVEIS DE ACORDO COM MATERIAL, DEVE PERMITIR PROGRAMAÇÃO DE TEMPO, PRESSÃO, CICLO DE SECAGEM. PORTA COM SISTEMA DE FECHAMENTO ATRAVÉS DE MANIPULO (OU SIMILAR) QUE EXERÇA PRESSÃO POR IGUAL EM TODO PERÍMETRO DA TAMPA APOIANDO A SUPERFÍCIE DA MESMA EM GUARNIÇÃO QUE ASSEGURE A PERFEITA VEDAÇÃO. DEVE CONTER UM CICLO DE SECAGEM COM A PORTA FECHADA. ACESSÓRIOS: 2 BANDEJAS EM AÇO INOX COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM EQUIPAMENTO OFERTADO, CÂMARA EM AÇO INOX , 1 METRO DE MANGUEIRA DE BORRACHA OU MATERIAL RESISTENTE AO CALOR. GARANTIA DE 2 ANOS NO MÍNIMO PELO FABRICANTE, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DAR TREINAMENTO E INSTALAÇÃO SEM CUSTO ALGUM A ESTA ENTIDADE..</p>	6.500,00	6.500,00

42	2	UN	AUTOCLAVE HORIZONTAL DIGITAL COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS, DISPLAY DIGITAL NA PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO, DISPLAY COM APRESENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 3 DÍGITOS PARA CONFIRMAÇÃO DE CICLOS E TEMPERATURAS NO ATO DO PROCEDIMENTO DE ESTERILIZAÇÃO. CICLOS PROGRAMÁVEIS DE ACORDO COM MATERIAL, DEVE PERMITIR PROGRAMAÇÃO DE TEMPO,PRESSÃO,CICLO DE SECAGEM. PORTA COM SISTEMA DE FECHAMENTO ATRAVÉS DE MANIPULO (OU SIMILAR) QUE EXERÇA PRESSÃO POR IGUAL EM TODO PERÍMETRO DA TAMPA APOIANDO A SUPERFÍCIE DA MESMA EM GUARNIÇÃO QUE ASSEGURE A PERFEITA VEDAÇÃO. DEVE CONTER UM CICLO DE SECAGEM COM A PORTA FECHADA. ACESSÓRIOS: 2 BANDEJAS EM AÇO INOX COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM EQUIPAMENTO OFERTADO, CÂMARA EM AÇO INOX , 1 METRO DE MANGUEIRA DE BORRACHA OU MATERIAL RESISTENTE AO CALOR. GARANTIA DE 2 ANOS NO MÍNIMO PELO FABRICANTE, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DAR TREINAMENTO E INSTALAÇÃO SEM CUSTO ALGUM A ESTA ENTIDADE..	6.500,00	13.000,00
43	8	UN	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL; ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO; PADRÃO NA COR BRANCA; CAPACIDADE MÁXIMA 200 KG, DIVISÕES DE 50 G; TAPETE EM BORRACHA ANTI-DERRAPANTE; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA DE 1,00 A 2,00 M; FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA; PLATAFORMA: 340 X 390 MM; OPCIONAL: SAÍDA DE DADOS RS 232; FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM; 01 ANO DE GARANTIA;	1.100,00	8.800,00
44	3	UN	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL. CAPACIDADE DE 15 KG / 5G OU 30 KG/10 G CONCHA ACRÍLICA COM MEDIDA DE 540 X 290 MM; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA; ESTRUTURA INTERNA EM AÇO CARBONO; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA DA BALANÇA; HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM; 01 ANO DE GARANTIA.	1.000,00	3.000,00
45	2	UN	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL; BALANÇA ELETRÔNICA ADULTO W 300 A (40 X 50) LED CAPACIDADE 300 KG, DIVISÕES DE 50G; RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA NA FAIXA DE 1,00 A 2,00 M; DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA PLATAFORMA 400 X 500 MM C/ PINTURA A PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA; ESTRUTURA EM AÇO CARBONO; COR BRANCA;DE PINTURA EM ESMALTE PU; FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; FUNÇÃO TARA ATÉ A CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM. HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM; 01 ANO DE GARANTIA; ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.	1.500,00	3.000,00
46	2	UN	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO INOXIDÁVEL; APOIO DO BRAÇO ESTOFADO; TIPO PEDESTAL ALTURA REGULÁVEL.	160,00	320,00
47	1	UN	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECCÃO AÇO / FERRO PINTADO; APOIO DO BRAÇO ESTOFADO; TIPO PEDESTAL ALTURA REGULÁVEL.	160,00	160,00

48	1	UN	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO - ESTRUTURA EM AÇO CARBONO. ASSENTO COM ALMOFADA DE 4CM E ENCOSTO ALMOFADADO EM NYLON DUPLO. DOBRÁVEL EM "X" DUPLO COM CHAPAS DE AÇO CARBONO REFORÇANDO O "X". FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS. APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS. PROTETOR DE ROUPA. RODAS TRASEIRAS COM SISTEMA QUICK 15MM E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM REGULAGEM HORIZONTAL DO EIXO . APOIO DOS PÉS REMOVÍVEIS. RODAS DIANTEIRAS GIRATÓRIAS ARO 6" COM GARFOS EM NYLON COM ROLAMENTOS BLINDADOS NA RODA E NO EIXO. QUADRO COM BARRA DE REFORÇO NA CAIXA DE ROLAMENTO DIANTEIRA. COR: AZUL (C/ VERNIZ) SUPORTA MÍNIMO 130 KG	1.240,00	1.240,00
49	1	UN	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA - ESTRUTURA EM AÇO DOBRÁVEL EM X TUBULAR PINTURA EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO; FREIOS BILATERAIS RODAS TRASEIRAS EM NYLON 24" ROLAMENTADAS RODAS DIANTEIRAS 6 "ROLAMENTADAS VERTICALMENTE GARFOS DIANTEIRO EM NYLON APOIO DE BRAÇOS EMBORRACHADOS ESCAMOTEÁVEIS OU REMOVÍVEIS; APOIO DE PÉS REGULÁVEIS, REMOVÍVEIS E REBATÍVEIS LATERALMENTE PROTETOR LATERAL DE ROUPA PNEUS MACIÇOS CAPACIDADE MÍNIMA 70 KG	1.000,00	1.000,00
50	1	UN	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; BRAÇADEIRA REGULÁVEL.	410,00	410,00
51	1	UN	CARRO DE CURATIVOS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; ACESSÓRIO(S) BALDE E BACIA.	500,00	500,00
52	1	UN	CARRO MACA SIMPLES - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; COM GRADES LATERAIS; COM SUPORTE DE SORO; ACESSÓRIO(S) COLCHONETE.	1.000,00	1.000,00
53	1	UN	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA- CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO POLIPROPILENO; KIT C/ MOPS LÍQUIDO E PÓ, PLACA SINALIZ. E PÁ ; COM SACO DE VINIL.	890,00	890,00
54	2	UN	CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODÔNTICAS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMO DE 24.	40,00	80,00
55	1	UN	CENTRÍFUGA LABORATORIAL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO PARA TUBOS - MÍN. 04 AMOSTRAS; TECNOLOGIA DIGITAL PROGRAMÁVEL.	2.250,00	2.250,00
56	2	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO ALUMÍNIO; CAPACIDADE MÍNIMO DE 07 LITROS; ACESSÓRIO(S) VÁLVULA, MANÔMETRO E FLUXÔMETRO.	900,00	1.800,00
57	2	UN	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO. COMPRESSOR ODONTOMÉDICO PARA PRODUÇÃO DE AR COMPRIMIDO UTILIZADO EM CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, CLÍNICAS E POSTOS DE SAÚDE. APLICAÇÃO GERAL: COMPRESSOR UTILIZADO EM CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS PARA ALIMENTAR O SUGADOR E AS CANETAS ODONTOLÓGICAS, COM ATÉ 02 (DUAS) MANGUEIRAS DE ALTA ROTAÇÃO, 01 (UMA) MANGUEIRA DE BAIXA ROTAÇÃO E 02 (DOIS) SUGADORES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: O COMPRESSOR DEVE SER ISENTO DE ÓLEO. DEVE POSSUIR CILINDRO COM TRATAMENTO INTERNO ANTICORROSIVO. APRESENTAR VAZÃO COMPATÍVEL COM A NECESSIDADE DO EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO (DESLOCAMENTO TEÓRICO) DE APROXIMADAMENTE 170 L/MIN. POSSUIR VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO DE SAÍDA COM MANÔMETRO. NÍVEL DE RUÍDO DE NO MÁXIMO 69DB MEDIDO A 1 METRO DO EQUIPAMENTO. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 127/220 VAC OU SISTEMA BIVOLT AUTOMÁTICO DE TENSÃO FREQUÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO: 60 HZ. TIPO DE CABO DE REDE: DEVE SEGUIR A NORMA ABNT NBR 14136:2002. POTÊNCIA MÍNIMA: 01 (UM) HP OU 0,75KWATTS. ACESSÓRIOS: FORNECIMENTO DE TODOS OS CABOS, CONECTORES, ACESSÓRIOS, INDISPENSÁVEIS AO CORRETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. COM GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	2.060,00	4.120,00
58	1	UN	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO PORTÁTIL: LEVE E DE FÁCIL TRANSPORTE; INSTRUÇÕES VISUAIS E COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS; COM 3 ELETRODOS, MÍNIMO DE 300 CHOQUES, TELA DE ECG; RESISTENTE A QUEDAS, VIBRAÇÕES, JATOS DE ÁGUA E POEIRA; METRÔNOMO INTERNO QUE AUXILIA O USUÁRIO NO RITMO DA RCP. DENTRO DAS NORMAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. ACOMPANHAR 01 ESTOJO PARA TRANSPORTE (ESTOJO DE TRANSPORTE FLEXÍVEL, DESENHADO PARA PERMITIR QUE SE UTILIZE O DESFIBRILADOR SEM QUE TENHA QUE ABRIR O ESTOJO DE TRANSPORTE) , 01 BATERIA RECARREGÁVEL COM ELETRODO 2 ADULTO E 2 INFANTIL , 01 MANUAL DE OPERAÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMO 01 ANO	6.500,00	6.500,00
59	7	UN	DERMATOSCÓPIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: AUMENTO 10 X; ILUMINAÇÃO LED	1.450,00	10.150,00

60	1	UN	DESTILADOR DE ÁGUA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: FÁCIL MANUSEIO; BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, PROPORCIONA ECONOMIA DE ATÉ 35% NOS GASTOS COM ÁGUA DESTILADA; TEMPO PARA DESTILAR 150 ML DE ÁGUA: 19 MINUTOS; TEMPO PARA DESTILAR 300 ML DE ÁGUA: 37 MINUTOS; NÃO NECESSITA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA; 1 ANO DE GARANTIA;	870,00	870,00
61	2	UN	DETECTOR FETAL - TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE COMPACTO, LEVE E FÁCIL OPERAÇÃO ALTO-FALANTE DE ALTA PERFORMANCE DESIGN ERGONÔMICO E COMPARTIMENTO PARA TRANSDUTOR ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM OU COMPUTADOR BOTÃO LIGA/DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO TELA DE LCD PARA VISUALIZAÇÃO NUMÉRICA DO BATIMENTO CARDÍACO FETAL ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PILHAS ALCALINAS	600,00	1.200,00
62	1	UN	ELETROCARDIOGRAFO MULTICANAL APARELHO DE ECG DE REPOUSO PORTÁTIL. APARELHO DEVE POSSIBILITAR A IMPRESSÃO DE ECG NAS DERIVAÇÕES PADRÃO; O APARELHO DEVE POSSUIR 03 (TRÊS) CANAIS, NO MÍNIMO; OPERAÇÃO NO MODO MANUAL E AUTOMÁTICO; INDICAÇÃO VISUAL E/OU SONORA DE ELETRODO SOLTO; SELEÇÃO DE SENSIBILIDADE DE 5(N/2), 10(N), OU 20(2N) MM/MV; CONTROLE DA VELOCIDADE DE IMPRESSÃO (25 OU 50 MM/S); FILTRO DE RUÍDO DA REDE AC (60HZ) E FILTROS MUSCULARES, NO MÍNIMO; DEVE POSSUIR TELA LCD DE NO MÍNIMO 4 POLEGADAS COM POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO DAS 12 DERIVAÇÕES; PROTEÇÃO CONTRA DESFIBILAÇÃO (FLUTUANTE); IMPRESSORA INTERNA DE PAPEL MILIMETRADO, COM REGISTRO QUE INDIQUE: DATA, HORA, FREQUÊNCIA CARDÍACA, VELOCIDADE, AMPLITUDE, DEVIRACÃO, ATUAÇÃO DO FILTRO 60HZ; SINAL DE CALIBRAÇÃO DE 1MV; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 0,05 A 100HZ; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 8 EXAMES; POSSIBILIDADE DE TRANSMISSÃO DO EXAME EM FORMA DIGITAL PARA ARMAZENAMENTO EM COMPUTADOR (O SOFTWARE NECESSÁRIO PARA VISUALIZAÇÃO, ARMAZENAMENTO E POSTERIOR TRANSMISSÃO DEVE SER FORNECIDO COM O EQUIPAMENTO E LIBERADO PARA INSTALAÇÃO EM QUALQUER COMPUTADOR DA UNIDADE). O SOFTWARE DEVE POSSUIR POSSIBILIDADE DE GERAR O EXAME DE ECG EM ARQUIVO EM PELO MENOS UM DOS SEGUINTE FORMATOS: JPEG, PDF, DICOM OU XML; ACESSÓRIOS: 01 (UM) CABO DE ALIMENTAÇÃO PARA REDE ELÉTRICA (2P + T) SEGUNDO NORMAS ABNT; 01 (UM) CABOS DE PACIENTE DE 10 VIAS, PADRÃO DE CORES IEC; 01 (UM) CONJUNTOS DE ELETRODOS PRECORDIAIS COM SEIS UNIDADES, TIPO PÊRA;01 (UM) CONJUNTOS DE ELETRODOS DE EXTREMIDADES TIPO CLIP; 10 (DEZ) ROLOS OU PACOTES SANFONADOS EM Z DE PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO; CABO PARA CONEXÃO DO ELETROCARDIOGRAFO COM O COMPUTADOR ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V/60HZ; BATERIA INTERNA ACOPLADA RECARREGÁVEL COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 60 MINUTOS.. O LICITANTE DEVE FORNECER TREINAMENTO ADEQUADO AOS USUÁRIOS, SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO	6.800,00	6.800,00
63	1	UN	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO -. COM BANDEJA AMPLA QUE PERMITE A COLOCAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE USO CONSTANTE, BEM COMO A MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS. AS MANGUEIRAS TIPO OBLATE, SEM CANTOS OU ESTRIAS, PERMITEM UMA PERFEITA DESINFECÇÃO. LEVES E NÃO PROVOCAM TENSÃO, MESMO DURANTE LONGOS PERÍODOS. POSSUI 04 TERMINAIS DE SÉRIE, SENDO 01 TERMINAL COM SERINGA TRÍPLICE E 03 TERMINAIS BORDEN (PARA ALTA OU BAIXA ROTAÇÃO) E SUPORTA ATÉ 06 OS INSTRUMENTOS, COM OPCIONAIS (QUE SÃO: MICRO MOTOR ELÉTRICO, FOTOPOLIMERIZADOR, E ULTRASSOM), BEM COMO OS MECANISMOS QUE PERMITEM QUE ESTES INSTRUMENTOS FUNCIONEM. ESTES INSTRUMENTOS ATIVOS, NORMALMENTE CHAMADOS DE PEÇAS DE MÃO, UTILIZAM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, LÍQUIDO PARA REFRIGERAÇÃO (ÁGUA), AR COMPRIMIDO E ELETRICIDADE.	1.950,00	1.950,00
64	13	UN	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFEÇÃO TECIDO EM ALGODÃO; TIPO DE FEIXE METAL.	100,00	1.300,00
65	11	UN	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFEÇÃO TECIDO EM ALGODÃO; TIPO DE FEIXE METAL.	85,00	935,00
66	11	UN	ESFIGMOMANÔMETRO OBESO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFEÇÃO NYLON; TIPO DE FEIXE VELCRO.	110,00	1.210,00
67	10	UN	ESTETOSCÓPIO ADULTO - RECEPTOR DUPLO: CAMPÂNULA E DIAFRAGMA HIPOALERGÊNICO OLIVAS SUBSTITUÍVEIS HASTE EM AÇO INOX SELAMENTO ACÚSTICO DE ALTO PADRÃO EXCELENTE VEDAÇÃO TUBO CONDUTOR EM Y.	100,00	1.000,00
68	2	UN	ESTETOSCÓPIO INFANTIL - RECEPTOR DUPLO: CAMPÂNULA E DIAFRAGMA HIPOALERGÊNICO OLIVAS SUBSTITUÍVEIS HASTE EM AÇO INOX SELAMENTO ACÚSTICO DE ALTO PADRÃO EXCELENTE VEDAÇÃO TUBO CONDUTOR EM Y.	90,00	180,00
69	7	UN	ESTETOSCÓPIO INFANTIL - RECEPTOR DUPLO: CAMPÂNULA E DIAFRAGMA HIPOALERGÊNICO OLIVAS SUBSTITUÍVEIS HASTE EM AÇO INOX SELAMENTO ACÚSTICO DE ALTO PADRÃO EXCELENTE VEDAÇÃO TUBO CONDUTOR EM Y.	100,00	700,00

70	3	UN	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: ILUMINAÇÃO LED ; HASTE FIXA.	275,00	825,00
71	7	UN	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: ILUMINAÇÃO LED ; HASTE FLEXÍVEL.	350,00	2.450,00
72	1	UN	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO LED, REVÓLVER SEM RADIÔMETRO.	440,00	440,00
73	2	UN	JATO DE BICARBONATO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BASE METÁLICA PARA ESTABILIDADE ; CANETA AUTOCLAVÁVEL; DESUMIDIFICADOR ; FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA.	1.170,00	2.340,00
74	7	UN	LANTERNA CLÍNICA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO ALUMÍNIO; TIPO LED.	50,00	350,00
75	2	UN	LARINGOSCÓPIO ADULTO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COMPOSIÇÃO 4 LÂMINAS AÇO INÓX.	510,00	1.020,00
76	2	UN	LARINGOSCÓPIO INFANTIL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COMPOSIÇÃO 3 LÂMINAS AÇO INOX .	500,00	1.000,00
77	1	UN	MICROSCÓPIO LABORATORIAL BÁSICO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO BINOCULAR; OCULAR 10 X E 16 X; OBJETIVAS 05; CONDENSADOR KOEHLER; ILUMINAÇÃO HALOGÊNIO.	2.500,00	2.500,00
78	2	UN	NEBULIZADOR PORTÁTIL - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO ULTRASSÔNICO; NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS 01.	155,00	310,00
79	7	UN	NEGATOSCÓPIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDÁVEL; TIPO MESA/1 CORPO.	380,00	2.660,00
80	2	UN	OFTALMOSCÓPIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BATERIA CONVENCIONAL; COMPOSIÇÃO MÍNIMO DE 3 ABERTURAS E 40 LENTES.	820,00	1.640,00
81	9	UN	OTOSCÓPIO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: BATERIA CONVENCIONAL; COMPOSIÇÃO HALOGENO COM NO MÍN. 05 ESPÉCULOS REUSÁVEIS.	380,00	3.420,00
82	1	UN	OXÍMETRO DE PULSO, PORTÁTIL, COM CURVA: COM 4 PILHAS RECARREGÁVEIS NO PRÓPRIO EQUIPAMENTO (SEM A NECESSIDADE DE REMOÇÃO DESTAS PARA RECARGA) ATRAVÉS DE FONTE EXTERNA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 50 HORAS EM MODO ECONÔMICO, TELA DE LCD (CRISTAL LÍQUIDO), SPO2 DE 0%100%, FREQUÊNCIA DE PULSO DE 30 - 254 BPM, COM ONDA PLETISMOGRÁFICA COM AJUSTE AUTOMÁTICO E GRÁFICO DE BARRAS, FREQUÊNCIA CARDÍACA E SISTEMA DE ALARME PARA SPO2/FP, E ALARME PARA SENSOR DESCONECTADO AUDÍVEL E VISUAL, APRESENTAR TENDÊNCIAS DE 24 HORAS. POSSIBILIDADE DE AJUSTE DE ALARMES PARA FREQUÊNCIA DE PULSO E SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO MÍNIMAS E MÁXIMAS. ACOMPANHADO COM SENSOR TIPO CLIP ADULTO E SENSOR INFANTIL E UM SENSOR NEONATAL., EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO.	2.500,00	2.500,00
83	1	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COM RESERVATÓRIO; MATERIAL DE CONFECÇÃO SILICONE.	200,00	200,00
84	1	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: COM RESERVATÓRIO; MATERIAL DE CONFECÇÃO SILICONE.	200,00	200,00
85	2	UN	SELADORA - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: TIPO MANUAL/ MESA; APLICAÇÃO CONVENCIONAL; CONTROLE DE TEMPERATURA ANALÓGICO.	380,00	760,00
86	8	UN	SUORTE DE SORO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO / FERRO PINTADO; TIPO PEDESTAL ALTURA REGULÁVEL.	190,00	1.520,00
87	2	UN	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - CARACTERÍSTICA FÍSICA/ ESPECIFICAÇÃO: JATO DE BICARBONATO INTEGRADO; MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL; CANETA / TRANSDUTOR DO ULTRA-SOM AUTOCLAVÁVEL.	2.100,00	4.200,00
VALOR TOTAL DOS ITENS					

TOTAL DOS ITENS DA LICITAÇÃO R\$: (.....).

Antônio Carlos, 01 de março de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 019/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2016; Tipo: Menor Preço Mensal; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de Antônio Carlos, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde, incluindo solução de equipamentos móveis, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e Anexo II Termo de Referência e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 15 de março 2016 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 02 de março de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 015/2016**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 015/2016; Origem: Processo de Licitação nº 10/2016 – Pregão Presencial nº 08/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: Empresa Gilberto Pedroso de Lima ME (LIMA HOSPITALAR). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, dos equipamentos médicos de uso da Unidade Básica de Saúde do Município de Antônio Carlos S/C. Valor: R\$ 8.149,38 (Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Oito Centavos). Prazo: 01/03/2016 – 01/03/2017.

Antônio Carlos, 01 de março de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 016/2016**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 016/2016; Origem: Processo de Licitação nº 012/2016 – Pregão Presencial nº 009/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: Valdeli Cecilio dos Santos EIRELLI - ME. Objeto: O presente contrato tem como objeto aquisição de vigas e madeiramento de Eucalipto para manutenção de pontes no Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 6.975,00 (Seis Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais). Prazo: 01/03/2016 - 31/12/2016.

Antônio Carlos, 01 de março de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 94/2016**PORTARIA Nº 094/2016**

Concede Licença Maternidade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1225/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora TAMYRIS TELMA NAU, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATIURA PLENA, a partir de 01 de março de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de março de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de março de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 022/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016.

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ informa que, de acordo com o artigo 25, III, da Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, resolve celebrar inexigibilidade de licitação para a realização de show baile com a Banda Brilha Som. A contratação será celebrada com a empresa GRUPO MUSICAL BRILHA LTDA – ME. Arabutã-SC, 01 de março de 2016. MARCELO MORCHE, Prefeito em exercício.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 005/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO Nº 012/2016 - FME
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016 - FME
CONTRATO Nº 005/2016

O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente à AMPLIAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO CIVIL MODULAR visando atender às necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Tomada de Preços nº 0003/2016 - FME, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais

Empresas Participantes Habilitadas:

POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. – Valor: R\$387.925,00 (trezentos e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais)
Balneário Piçarras(SC), 24 de fevereiro de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

vigência estendida até: 22/03/2016

Empresas Participantes Habilitadas:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA – T.A. 002/2015

Balneário Piçarras(SC) 23 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE PRAZO 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
Processo Administrativo nº 019/2015-PMBP
Tomada de Preço nº 005/2015-PMBP
Contrato nº 017/2015PMBP

Objeto: execução de obra de engenharia referente a execução de obras e serviços de engenharia para obra Praça de Todas as Idades., conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos. Foi aditivado por um prazo de 90(noventa) dias. Tendo sua vigência estendida até: 24/03/2016

Empresas Participantes Habilitadas:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA – T.A. 004/2015

Balneário Piçarras(SC) 23 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE PRAZO 002/2015

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Processo Licitatório nº 019/2015-PMBP
Tomada de Preço nº 005/2015-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para Revitalização da Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz..

Empresas Participantes Habilitadas:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA. CONTRATO 002/2015 Aditivo002/2015

Balneário Piçarras(SC), 23 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

TERMO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 006/2016- FME

TERMO DE ANULAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 006/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 002/2016 – FMED. OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviço de manutenção predial. Tendo em vista a manifestação de fl. 177 e a ausência de interposição de recurso pelos interessados, fica declarado nulo o certame em epígrafe. Balneário Piçarras, 01 de março de 2016. Laureci Bernardete Schneider Pereira. – Gestora.

TERMO ADITIVO DE PRAZO 002/2015 CONTRATO 18/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
Processo Administrativo nº 020/2015-PMBP
Tomada de Preço nº 006/2015-PMBP
Contrato nº 018/2015PMBP

Objeto: execução de obra de engenharia referente a execução de obras e serviços de engenharia para obra Urbanização da Orla da Praia de Balneário Piçarras., conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos. Foi aditivado por um prazo de 90(noventa) dias. Tendo sua

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE AGUA MINERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: KESTRING GAS LTDA ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 17.100,00 (dezesete mil e cem reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26/02/2016 a 26/02/2017.

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 26/02/2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO (SEGUNDO) ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2015

Referente: Processo Licitatório nº 11/2015

Contratada: ROBERTO GNICH

Finalidade do Aditivo: REAJUSTA VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL BAIXO SANTA MARIA, RIBEIRÃO DAS CABRAS, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE ROBERTO GNICH, TENDO COMO OBJETO A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZACAO NO REVESTIMENTO PRIMARIO DE ESTRADAS NAO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 17.526,30

Vigência: 22/02/2016 a 30/11/2016

Data Assinatura: 22/02/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 125/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015

Referente: Processo Licitatório nº 49/2015

Contratada: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA RUA CRUZ E SOUZA, BAIRRO RIBEIRÃO TIGRE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

Finalidade do Aditivo: ADITIVO CORRIGINDO QUANTITATIVO ITEM 1.4 E ATUALIZAR VALOR ATUAL

Valor Total Contratado: R\$ 58.819,82

Vigência: 19/02/2016 a 29/02/2016

Data Assinatura: 19/02/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CV38/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL CONVITE 38/2016 PMB

Objeto: Aquisição de móveis sob medida para o Corpo de Bombeiros Militar de Biguaçu.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:45 horas do dia 15/03/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas do dia 15/03/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 01 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP35/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 35/2016 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) FOGÕES INDUSTRIAL E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 1 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.

REFERÊNCIA ATÉ DEZEMBRO DE 2015

1. Receita produto de Impostos.	87.625.300,09
1.1. Receita de Impostos	19.976.585,55
1.1.1. Receita de IPTU	4.176.146,73
1.2. Receita de ITBI	2.548.037,73
1.3. Receita de ISS	10.601.486,23
1.4. Receita de IRRF	1.948.719,55
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	197.986,47
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	1.027.186,51
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	418.002,46
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-940.980,13
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	67.648.714,54
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	23.565.166,10
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "d".	1.312.216,65
2.3. Cota-Parte do ITR	75.049,56
2.4. Cota-Parte do ICMS	36.910.366,68
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	155.038,55
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	575.293,39
2.7. Cota-Parte do IPVA	5.055.583,61
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB

CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27,0% do item 1, conforme LOA)	23.658.831,02
0.1.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	19.033,88
0.3.01.000000	Superávit Financeiro Impostos para MDEB	995.642,38
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	1.707.436,16
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	41.301,98
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	92.698,73
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas – PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	53.693,40
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	238,52
0.3.09.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	120,00
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	0,00
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	10.731,12
0.3.11.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	200,00
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 96,46%	13.980.873,90
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 3,54%	502.490,82
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	126,19
0.1.70.000201	Cobertura de Quadra em Escola	98.320,73
0.1.70.000140	Convênio MEC-Ampliação da Rede Física de Ensino	576.182,06
0.9.95.000140	Cancelamento de Restos a Pagar	54.493,49
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	800.525,24
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR – Transporte Escolar	4.656,87
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	52.018,58
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	12.482,35
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	33.183,52
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	4.771,25
0.3.81.000002	Cancelamento de Restos a Pagar	4.396,04
0.1.81.000006	RDB – PNATE	1.634,88
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	63,26
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	4.922,25
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	3,72
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	24.576,38
	TOTAL	42.736.872,00

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			24.673.507,28	27.417.240,59	2.743.733,31		
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	3.521.935,04	6.284.468,42	2.762.533,38		
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	6.587.781,02	6.587.781,02	0,00		
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	281.815,39	281.815,39	0,00		
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00		
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	13.267.299,57	13.267.533,38	233,81		
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	995.642,38	995.642,38	0,00		
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			19.033,88	0,00	-19.033,88	0,00	-33.532,18
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita do Fundeb e de RDB			14.535.383,30	15.416.918,39	881.535,09		
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	4.329.873,90	5.272.800,00	942.926,10		
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	9.651.000,00	9.651.000,00	0,00		
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	502.490,82	447.460,39	-55.030,43		

0.1.13.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	52.018,58	45.658,00	-6.360,58		
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013			12.608,54	12.608,54	0,00		
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	126,19	126,19	0,00		
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	12.482,35	12.482,35	0,00		
3.4. Receita de Outras Fontes			3.515.372,88	3.207.351,41	-308.021,47	-583.749,70	
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	1.273.704,58	1.264.907,90	-8.796,68		
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	433.731,58	433.731,58	0,00		
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		41.301,98	0,00	-41.301,98		
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	39.970,00	38.979,55	-990,45		
0.3.06.000000	365	Educação Infantil	52.728,73	52.728,73	0,00		
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28		
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	53.693,40	46.216,48	-7.476,92		
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	238,52	235,00	-3,52		
0.3.09.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		120,00	0,00	-120,00		
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	10.731,12	10.731,12	0,00		
0.3.11.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		200,00	0,00	-200,00		
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	98.320,73	352.969,49	254.648,76		
0.1.70.000140	361	Ensino Fundamental	576.182,06	0,00	-576.182,06		
0.9.95.000140	Cancelamento de Restos a Pagar		54.493,49	0,00	-54.493,49		
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	800.525,24	940.847,03	140.321,79		
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	4.656,87	4.326,87	-330,00		
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	33.183,52	32.813,41	-370,11		
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	4.771,25	0,00	-4.771,25		
0.3.81.000002	Cancelamento de Restos a Pagar		4.396,04	0,00	-4.396,04		
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	1.634,88	1.388,21	-246,67		
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	63,26	63,26	0,00		
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	4.922,25	3.705,28	-1.216,97		
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	3,72	3,12	-0,60		
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	24.576,38	23.704,38	-872,00		
TOTAL			42.736.872,00	46.054.118,93	3.317.246,93		
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA		
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			25% do item 1	31,29%	6,29%		
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério			60% do Fundeb	102,67%	2,67%		
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício			95%	106,06%	14,51%		

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $27.417.240,59 \times 100 / 87.625.300,09 = 31,29\%$ 4.2 = $14.923.800,00 \times 100 / 14.535.383,30 = 102,67\%$ 4.3 = $15.416.918,39 \times 100 / 14.535.383,30 = 106,06\%$

Biguaçu, 28 de janeiro de 2016.

RAMON WOLINGER	MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO	
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação	
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	MANOEL CUSTÓDIO	
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda	

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RREO – Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS.

REFERÊNCIA

ATÉ

DEZEMBRO

DE

2015

1. Receita produto de Impostos.		
1.1. Receita de Impostos		86.313.083,44
1.1. Receita de IPTU		4.176.146,73
1.2. Receita de ITBI		2.548.037,73
1.3. Receita de ISS		10.601.486,23
1.4. Receita de IRRF		1.948.719,55
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos		197.986,47
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos		1.027.186,51
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos		418.002,46
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita		-940.980,13
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		66.336.497,89
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.		23.565.166,10
2.2. Cota-Parte do ITR		75.049,56
2.3. Cota-Parte do ICMS		36.910.366,68
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996		155.038,55
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação		575.293,39
2.6. Cota-Parte do IPVA		5.055.583,61
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro		0,00
2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (21,07% do item 1, conforme LOA)	18.186.166,68
0.1.02.000000	Déficit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	-1.836.355,92
0.1.02.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	40.293,96
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	0,00
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	47.687,64
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária/Outras Receitas Correntes	252.522,80
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	49.040,52
0.6.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	4.652,97
0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	2.091.272,00
0.6.28.000015	Superávit Financeiro Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	261,07
0.9.28.000015	Cancelamento de Restos a Pagar	7.010,93
0.2.98.000041	Cancelamento de Restos a Pagar	397,95
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	1.423.708,00
0.9.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar	7.418,18
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	59.599,39
0.2.28.000043	Piso Fixo de Vigilância Sanitária - PFVISA-Parte	23.203,85
0.6.28.000043	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vig. San. – PFVISA – Parte do FNS	108.251,35
0.9.28.000043	Cancelamento de Restos a Pagar	2.922,50
0.2.28.000044	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	275.750,20
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Componente Básico de Assistência Farmacêutica	191,10
0.9.28.000044	Cancelamento de Restos a Pagar	60.608,20
0.2.28.000045	Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	5.992,48
0.6.28.000045	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	38.145,04
0.9.28.000047	Cancelamento de Restos a Pagar	1.550,00
0.9.28.000049	Cancelamento de Restos a Pagar	287,95
0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	297.694,03
0.6.28.000107	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância em Saúde	83.216,07

0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	1.295.892,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	84.964,89
0.2.28.000047	Saúde da Família	1.301.510,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	106.619,14
0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST	78.833,26
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Incentivo ao Prog. Nac. de HIV/AIDS e Outras DST	13.866,23
0.6.28.000120	Cancelamento de Restos a Pagar	1.003,64
0.2.28.000048	SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	333.380,00
0.9.28.000048	Cancelamento de Restos a Pagar	311,41
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	118.800,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	25.233,57
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	480.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	42.790,88
0.9.28.000050	Cancelamento de Restos a Pagar	4.516,57
0.2.28.000056	Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	600.000,00
0.6.28.000056	Superávit Financeiro Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	1.801,34
0.9.28.000056	Cancelamento de Restos a Pagar	450,00
0.2.28.000057	Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio – EMAP	72.000,00
0.6.28.000057	Superávit Financeiro Progr.Nacional Equipes Multip. de Apoio – EMAP	1.526,41
0.9.28.000057	Cancelamento de Restos a Pagar	881,13
0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	61.508,00
0.6.28.000104	Superávit Financeiro Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	13.992,00
0.9.28.000107	Cancelamento de Restos a Pagar	17.630,43
0.2.28.000108	Incentivo de Qualificação das Ações de Dengue	0,00
0.9.28.000108	Cancelamento de Restos a Pagar	1.036,53
0.2.28.000111	MAC-Hospital Regional de Biguaçu	4.993.577,28
0.2.28.000119	Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.772.779,03
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	177.964,10
0.9.28.000119	Cancelamento de Restos a Pagar	46.505,79
0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outra	78.833,26
0.2.28.000179	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	1.001.300,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Prog. Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	221.521,83
0.2.28.000184	Saúde Bucal	187.320,00
0.6.28.000184	Superávit Financeiro Saúde Bucal	1.063,08
0.6.28.000186	Superávit Financeiro Aquisição de Equipamentos p/UBS	665,69
0.2.28.000187	Rede Psico Social	348.196,69
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Rede Psico Social	4.599,99
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	2.775,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro MAC – Rede Viver sem Limites	359,99
0.6.28.000206	Cancelamento de Restos a Pagar	3.582,08
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	26.439,04
0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	176.952,00
0.2.29.000053	Centro Especialidades Odontológicas	39.870,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro Especialidades Odontológicas	37.034,57
0.2.29.000054	Co-Financiamento – PAB	525.560,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento – PAB	123.509,70
0.2.29.000112	MAC - Hospital Regional de Biguaçu	1.099.065,66
0.2.29.000125	ASPS - Manutenção do FMS	124.481,70
0.2.29.000125	ASPS - Manutenção do FMS	-70.618,24
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	118.910,91
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	0,00
0.6.30.000000	Superávit Financeiro Transf. Mun. Gover. Celso Ramos e Antônio Carlos	4.852,17
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde – UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UPA	7.316,98

0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	0,00
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	0,00
0.2.70.000176	Convênio MS – Construção da UBS – Prado	0,00
0.6.70.000176	Superávit Financeiro Convênio MS – Construção da UBS – Prado	55.726,97
0.2.70.000180	Programa Requalificação de UBS – Reforma/Ampliação	118.984,00
0.2.70.000185	Convênio MS – Aquisição de Equipamentos para o Hospital	4.899.984,40
0.2.70.000185	Convênio MS – Aquisição de Equipamentos para o Hospital	-1.116.353,04
0.2.70.000186	Aquisição de Eptos para UBS	299.634,29
0.6.70.000192	Superávit Financeiro Convênio MS Programa de Requalificação UBS	36.046,33
0.6.70.000192	Cancelamento de Restos a Pagar	2.412,12
0.6.70.000197	Superávit Financeiro Convênio MS – Construção da UBS – Prado	35.474,00
0.2.70.000208	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	16.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	833.333,33
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	-515.062,42
0.2.71.000060	Convênio SDR - Aquisição de Equipamentos p/Hospital	2.269.839,52
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	443.851,11
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	45.987,78
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	21.200,00
0.2.28.000207	Incentivo a Saúde no Sistema Penitenciário	71.770,30
0.2.28.000193	Programa Saúde na Escola	12.188,30
	TOTAL	44.521.747,58

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			16.390.104,72	17.976.397,99	1.586.293,27		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	11.646.661,38	11.436.892,69	-209.768,69		
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. e Ambul.	6.163.100,05	6.163.100,05	0,00		
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	112.725,39	112.725,39	0,00		
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	229.879,91	229.879,91	0,00		
0.1.02.000000	306	Alimentação e Nutrição	33.799,95	33.799,95	0,00		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	-1.836.355,92	0,00	1.836.355,92		
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			40.293,96	0,00	-40.293,96	0,00	0,00
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes			28.131.642,86	20.866.742,99	-7.220.806,20		
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00		
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	47.687,64	0,00	-47.687,64		
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	252.522,80	213.637,02	-38.885,78		
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	49.040,52	15.600,39	-33.440,13		
0.6.27.000000		Cancelamento de Restos a Pagar	4.652,97	0,00	-4.652,97		
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	2.091.272,00	2.097.106,94	5.834,94		
0.6.28.000015	301	Atenção Básica	261,07	261,07	0,00		
0.9.28.000015		Cancelamento de Restos a Pagar	7.010,93	0,00	-7.010,93		
0.2.98.000041		Cancelamento de Restos a Pagar	397,95	0,00	-397,95		
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	1.423.708,00	1.549.183,32	125.475,32		
0.9.28.000042		Cancelamento de Restos a Pagar	7.418,18	0,00	-7.418,18		
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	59.599,39	59.599,39	0,00		
0.2.28.000043	304	Vigilância Sanitária	23.203,85	3.245,14	-19.958,71		

0.6.28.000043	304	Vigilância Sanitária	108.251,35	97.654,37	-10.596,98		
0.9.28.000043	Cancelamento de Restos a Pagar		2.922,50	0,00	-2.922,50		
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	275.750,20	300.818,40	25.068,20		
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	191,10	6.051,40	5.860,30		
0.9.28.000044	Cancelamento de Restos a Pagar		60.608,20	0,00	-60.608,20		
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	5.992,48	6.642,00	649,52		
0.6.28.000045	304	Vigilância Sanitária	38.145,04	38.144,98	-0,06		
0.9.28.000047	Cancelamento de Restos a Pagar		1.550,00	0,00	-1.550,00		
0.9.28.000049	Cancelamento de Restos a Pagar		287,95	0,00	-287,95		
0.2.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	297.694,03	275.558,58	-22.135,45		
0.6.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	83.216,07	83.185,78	-30,29		
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	1.295.892,00	1.295.792,00	-100,00		
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	84.964,89	84.964,89	0,00		
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	1.301.510,00	1.244.695,17	-56.814,83		
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	106.619,14	106.619,14	0,00		
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	78.833,26	69.934,03	-8.899,23		
0.6.28.000120	301	Atenção Básica	13.866,23	13.866,23	0,00		
0.6.28.000120	Cancelamento de Restos a Pagar		1.003,64	0,00	-1.003,64		
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. e Ambul.	333.380,00	333.380,00	0,00		
0.9.28.000048	Cancelamento de Restos a Pagar		311,41	0,00	-311,41		
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	118.800,00	118.800,00	0,00		
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	25.233,57	25.233,57	0,00		
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	480.000,00	480.000,00	0,00		
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	42.790,88	42.790,88	0,00		
0.9.28.000050	Cancelamento de Restos a Pagar		4.516,57	0,00	-4.516,57		
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	600.000,00	649.747,20	49.747,20		
0.6.28.000056	301	Atenção Básica	1.801,34	0,00	0,00		
0.9.28.000056	Cancelamento de Restos a Pagar		450,00	0,00	-450,00		
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	72.000,00	72.000,00	0,00		
0.6.28.000057	301	Atenção Básica	1.526,41	0,00	-1.526,41		
0.9.28.000057	Cancelamento de Restos a Pagar		881,13	0,00	-881,13		
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	61.508,00	59.964,00	-1.544,00		
0.6.28.000104	301	Atenção Básica	13.992,00	13.992,00	0,00		
0.9.28.000107	Cancelamento de Restos a Pagar		17.630,43	0,00	-17.640,43		
0.2.28.000108	301	Atenção Básica	0,00	6.000,00	-6.000,00		
0.2.28.000109	304	Vigilância Sanitária	0,00	6.000,00	-6.000,00		
0.9.28.000108	Cancelamento de Restos a Pagar		1.036,53	0,00	-1.036,53		
0.2.28.000111	301	Atenção Básica	4.993.577,28	2.496.788,64	-2.496.788,64		
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	1.772.779,03	1.563.691,91	-209.087,12		
0.9.28.000119	Cancelamento de Restos a Pagar		46.505,79	0,00	-46.505,79		
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	177.964,10	177.964,10	0,00		
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	78.833,26	69.934,03	-8.899,23		
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	1.001.300,00	1.102.610,00	101.310,00		
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	221.521,83	221.521,83	0,00		
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	187.320,00	177.320,00	-10.000,00		
0.6.28.000184	301	Atenção Básica	1.063,08	1.063,08	0,00		
0.6.28.000186	301	Atenção Básica	665,69	0,00	-665,69		
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	348.196,69	336.000,00	-12.196,69		
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	4.599,99	4.599,99	0,00		
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	2.775,00	0,00	-2.775,00		
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	359,99	0,00	-359,99		
0.6.28.000206	Cancelamento de Restos a Pagar		3.582,08	0,00	-3.582,08		
0.6.29.000051	304	Vigilância Sanitária	26.439,04	0,00	-26.439,04		
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	176.952,00	154.400,00	-22.552,00		

0.2.29.000053	301	Atenção Básica	39.870,00	39.080,81	-789,19		
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	37.034,57	35.430,60	-1.603,97		
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	525.560,00	406.230,82	-119.329,18		
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	123.509,70	0,00	-123.509,70		
0.2.29.000112	301	Atenção Básica	1.099.065,66	1.099.065,66	0,00		
0.2.29.000125	301	Atenção Básica	124.481,70	216.969,53	92.487,83		
0.2.29.000125	301	Atenção Básica	-70.618,24	0,00	70.618,24		
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	118.910,91	0,00	-118.910,01		
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.30.000000	301	Atenção Básica	4.852,17	0,00	-4.852,17		
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	42.467,43	42.467,43		
0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7316,98		
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	0,00	184.743,77	184.743,77		
0.2.70.000176	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000176	301	Atenção Básica	55.726,97	0,00	-55.726,97		
0.2.70.000180	301	Atenção Básica	118.984,00	14.041,12	-104.942,88		
0.2.70.000185	301	Atenção Básica	4.899.984,40	0,00	-4.899.984,40		
0.2.70.000185	301	Atenção Básica	-1.116.353,04	0,00	1.116.353,04		
0.2.70.000186	301	Atenção Básica	299.634,29	76.602,16	-223.032,13		
0.6.70.000192	301	Atenção Básica	36.046,33	36.046,33	0,00		
0.6.70.000192	301	Cancelamento de R.P.	2.412,12	0,00	-2.412,12		
0.6.70.000197	301	Atenção Básica	35.474,00	0,00	-35.474,00		
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	16.000,00	0,00	-16.000,00		
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	833.333,33	564.727,09	-268.606,24		
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	-515.062,42	0,00	515.062,42		
0.2.71.000060	301	Atenção Básica	2.269.839,52	2.269.839,52	0,00		
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21		
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	443.851,11	96.991,14	-346.859,97		
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	45.987,78	45.881,04	-106,74		
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04		
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.85.000101	301	Atenção Básica	21.200,00	0,00	-21.200,00		
0.2.28.000207	301	Atenção Básica	71.770,30	51.264,50	-20.505,80		
0.2.28.000193	301	Atenção Básica	12.188,30	11.000,00	-1.188,30		
TOTAL			44.521.747,58	38.843.140,98	-5.634.512,93		

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	20,82%	5,82%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

$$4.1 = 17.976.397,99 \times 100 / 86.313.083,33 = 20,82\%$$

Biguaçu, 28 de janeiro de 2016.

RAMON WOLINGER	ÂNGLO RAMOS VIEIRA	
Prefeito Municipal	Secretario Municipal de Saúde	

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	MANOEL CUSTÓDIO	
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda	

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BIGUAÇU.

Resolução CMDCA nº 01/2016

Dispõe sobre o cancelamento das inscrições das instituições no Conselho Municipal dos direitos da criança e adolescente no Município de Biguaçu.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 2906/10, CONSIDERANDO:

- A ATA nº 01/2016 da Reunião do CMDCA, do dia 01 de março de 2016.

Resolve:

Art. 1º - Cancelar todas as inscrições das instituições cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA até 29 de fevereiro de 2016, para proceder novo cadastro com atualização e padronização do processo de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA a partir de março de 2016.

Art. 2º - Publicar através de resolução novos critérios de padronização de inscrição e chamamento das entidades que executam projetos, programas e serviços voltados ao direito da criança e do adolescente no município.

Art. 3ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu.

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.898/2016

DECRETO Nº 10.898, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o Art. 43, I, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea c, da Lei Municipal nº 8.220 de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 135.000,00 (cem e trinta e cinco mil reais), nas dotações abaixo discriminadas:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2306 – Preservação e Difusão de Acervo e Patrimônio Cultural

Modalidade 3.3.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

2302 – Centro Cultural da Vila Itoupava

Atividade 23.02.13.391.0007.2132 – Manut. Ativ. Centro Cultural da Vila Itoupava

Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Modalidade 4.4.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.440/2016

PORTARIA Nº 19.440, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo a solicitação contida no Memorando nº 173/2016 – SEDEAD, de 17/02/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 1º de fevereiro de 2016, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD,

das seguintes funções gratificadas de confiança:

BIANCA DE SOUZA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Cargos e Remunerações, FGC-30%, designada pela Portaria nº 19.355, de 25/01/2016;

CARLOS EDUARDO CORREA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Obrigações Patronais, FGC-50%, designado pela Portaria nº 19.350, de 25/01/2016;

CARLOS ROBERTO COELHO FELICIANO, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Contratação Direta, FGC-50%, designado pela Portaria nº 19.139, de 02/10/2015;

CIDNEI LUCIANO, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Seleção de Pessoal, FGC-50%, designado pela Portaria nº 18.196, de 04/11/2014;

GILBERTO SALVADOR RODRIGUES, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Processos Administrativos e Expedientes, FGC-50%, designado pela Portaria nº 16.869, de 12/04/2013;

JANAINA EBERLE MACHADO, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor Administrativo dos Programas PAS e PIM, FGC-30%, designado pela Portaria nº 17.757, de 24/04/2014;

PATRICIA KRIEGER DA SILVA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Vale Transporte, FGC-50%, designado pela Portaria nº 19.307, de 08/12/2015;

PATRICIA ZUNINO WECKERLE, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Apoio a Folha de Pagamento, FGC-50%, designada pela Portaria nº 19.069, de 01/09/2015;

PRISCILA SCHNEIDER, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Controle de Ponto, FGC-30%, designado pela Portaria nº 19.057, de 28/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.441/2016

PORTARIA Nº 19.441, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo a solicitação contida nos Memorandos nºs 176/2016 e 159/2016, da Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DISPENSAR, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, das seguintes funções gratificadas de confiança:

MARGARET DIAS DO NASCIMENTO, Professor, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Equipe de Apoio aos Vigilantes (diurno/noturno), FGC-50%, designada pela Portaria nº 19.257, de 19/11/2015, a contar de 1º de fevereiro de 2016;

ROSELEI DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento da Praça do Servidor, FGC-20%, designada pela Portaria nº 16.869, de 12/04/2013, a contar de 1º de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.442/2016

PORTARIA Nº 19.442, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA MARGARET DIAS DO NASCIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 177/2016 - SEDEAD, de 18/02/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de fevereiro de 2016, a servidora pública municipal MARGARET DIAS DO NASCIMENTO, matrícula n. 79642, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Contratação Direta, FGC-50%, na Secretaria Municipal de Administração, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.443/2016

PORTARIA Nº 19.443, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA DIRTER VOLKMANN PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MEDIÇÕES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito n. 00031/2016, de 26/02/2016, resolve:

NOMEAR

DIRTER VOLKMANN, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Medições, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, a contar de 01 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.444/2016

PORTARIA Nº 19.444, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar 836, de 19/12/2011, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19/12/2011, os membros abaixo relacionados, sob a presidência do Secretário Municipal de Planejamento Urbano, para comporem o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN, para o período de 2016/2020, na qualidade de representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

JADISON ALEXSANDER FERNANDES e CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

CÁSSIO BORTOLOTTI e MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

DELAMAR KRAUSE e WAGNER FIGUEIRA DE FARIAS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

APARECIDA DE CAMARGO e CAMILA DIX, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

FERNANDO LEITE e VANDERLEI LUÇOLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA;

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO e PAULO ROGÉRIO DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Cultural de Blumenau - FCBLu;

CARLA CINTIA BACK e CHRISTIAN KRAMBECK, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;

MAURÍCIO GOLL e ANDRÉ BONOMINI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Intendência Distrital do Grande Garcia - IDIGG;

ERNO BUBLITZ e EDUARDO BRANDES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI;

AKON BAUMGARTEM e DANIELLE SCOLARO, representantes titular e suplente, respectivamente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;

LUIZA HELENA SIQUEIRA BORBA e RICARDO STODIECK,

representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR;

RAGYVE URIEL EVERS SANSON e MÓRIS CLEBER KOHL, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC;

MAURÍCIO POZZOBON e ADRIANO DA CUNHA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI;

ÉLIO FUCK e ANA CRISTINA BRANDT, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

ALTAMIR REIF e MARCELO ALTHOFF, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

SILVIO GILBERTO NASCIMENTO e ÉDER LUCIO MARCHI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR;

CÉSAR LUIZ DALRI e DARLEI SCOTTINI, representantes titular e suplente, respectivamente, do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB;

ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

GIOVANI RAFAEL SEIBEL e ANDRÉ JENICHEN, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Blumenauense Pró-Ciclovias - ABC Ciclovias;

LEANDRO LUDWIG e LAURO EDUARDO BACCA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Catarinense de Preservação da Natureza - ACAPRENA;

EVANDRO LUIZ SCHULER e JONAS DIETER OEHLEMAN, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí - AEAMVI;

VALDECIR CORREIA e AMARILDO RAMOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais de Blumenau - AMPE;

ARNO HELBIG e INGOBERT FALK, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação da Saxônia;

MARCELO MANNRICH e RAEL BELLI, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SC;

CID STEINBACH e HELIO ROBERTO RONCAGLIO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau - CDL;

SÉRGIO HAYASHI e JOSÉ AGNALDO DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA;

NÍVEA MARIA KLEIN KEUNECKE e LUIZ CARLOS CENZI REBELLA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Comissão dos Direitos e Defesa dos Portadores de Deficiência e Patologia do Vale do Itajaí - CODEPA;

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA e CLÁUDIO CÉSAR DE OLIVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Ordem dos

Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau - OAB;

ROSEMARY DOERING MEINICKE e CARLOS ALBERTO TELES ROESENER, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de Blumenau - SECOVI;

SÉRGIO BELLICANTA e RENATO ROSSMARK SCHRAMM, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato da Indústria da Construção de Blumenau - SINDUSCON;

ARLON TONOLLI e ALINE VOTRI, representantes titular e suplente, respectivamente, das Associações de Moradores - UNIBLAM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.445/2016

PORTARIA N.º 19.445, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A SERVIDORES QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES JUNTO À ESF AUGUSTO CESAR VIANA II.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Regina de Souza Soar e pela Diretora de Ações em Saúde, Sra. Andréa da Silva, por meio do Memorando n. 569, de 03/11/2015, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar supostas irregularidades ocorridas no pagamento de horas extras à servidores que exercem suas funções junto à ESF Augusto César Viana II, conforme documentos acostados ao Memorando nº 496/2015 - SGTS, de 08/09/2015, subscrito pela Coordenadora do Setor de Gestão de Trabalho em Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.446/2016

PORTARIA N.º 19.446, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL C.L.P.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Helenice Glorinha Machado

Luchetta, por meio do Memorando Gabinete SEMED nº 013/16, de 22/01/2016, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal C.L.P. matrícula nº 152854, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao CEI Antônio José Curtipassi, de acordo com o relato contido no Memorando nº 039/2015, de 11/12/2015, subscrito pela Diretora do Educandário com documentos acostados, por infringir, em tese, os arts. 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral) e 177, XXXI (praticar incontinência pública ou conduta escandalosa), da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PROCESSO DISPENSA Nº 08-07/16

Processo de Dispensa: 08-07/16

Objeto: SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA- SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA. (CNPJ: 79.371.688/0001-76)

VALOR: 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

PORTARIA Nº 328/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 328/2016

Nomeia membros que integrarão a Comissão de Coordenação das ações de Prevenção e Eliminação de Focos do Mosquito Aedes Aegypti no âmbito das dependências da Fundação Cultural de Blumenau.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

Fabiano André Raulino (Cad. 2771);

Maria Bernadete Lombardi Moreira (Cad. 139726);

Cássia Heluise Koehler (Cad. 230008);

Tatiane Jeruza Odorizzi (Cad. 2020);

Roberson Aparecido Ferreira. (Cad. 540).

A nomeação dos servidores descritos é para fins de adoção de medidas rotineiras (sensibilização, mobilização, vistoria e limpeza) de Prevenção e Eliminação de Focos do Mosquito Aedes Aegypti, vetor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, no âmbito das dependências da Fundação Cultural de Blumenau, em sua área interna, externa e o entorno da instalação pública, cumprindo, desta forma, o constante no Decreto n. 10.882 de 2016 (art. 2º). Blumenau, 1º de março de 2016.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO

Presidente da FCB

PORTARIA Nº 088/2016 - PRÓ-FAMÍLIA

PORTARIA Nº 088

DISPENSA LEANDRO GUARIENTI DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DISPENSA

O servidor público municipal LEANDRO GUARIENTI, ocupante de cargo de provimento efetivo de professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cedido para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, da função de Coordenador de Captação de Recursos, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, concedida pela Portaria nº 079, de 03/02/2013, a contar do dia 01/02/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de fevereiro de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA

Presidente

PORTARIA Nº 089/2016 - PRO-FAMÍLIA

PORTARIA Nº 089

DISPENSA FABIANE FURLANETO DE SÁ DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DISPENSA

A servidora pública municipal FABIANE FURLANETO DE SÁ, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, da função de Coordenadora de Compras, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, concedida pela Portaria nº 064, de 17/04/2013, a contar do dia 01/02/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de fevereiro de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA

Presidente

PORTARIA Nº 090/2016 - PRO-FAMÍLIA

PORTARIA Nº 090

DESIGNA PERLA TORRENS AO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria

Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DESIGNA

A servidora pública municipal PERLA TORRENS, ocupante de cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, para a função de Coordenadora de Captação de Recursos, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, a contar do dia 01/02/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de fevereiro de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA
Presidente

PORTARIA Nº 091/2016 - PRO-FAMILIA

PORTARIA Nº 091

DESIGNA LEANDRO GUARIENTI AO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DESIGNA

O servidor público municipal LEANDRO GUARIENTI, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cedido para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, para a função de Coordenador de Compras, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, a contar do dia 01/02/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de fevereiro de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA
Presidente

PORTARIA Nº 33/2016 - SETERB

PORTARIA N. 33/2016

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BLUMENAU.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CEDER:

sem ônus para o SETERB, a servidora pública municipal abaixo qualificada, para exercer funções junto à Secretaria Municipal de Educação.

Neiva Aparecida Wolff, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 16 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 34/2016 - SETERB

PORTARIA N. 34/2016

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BLUMENAU.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CEDER:

sem ônus para o SETERB, o servidor público municipal abaixo qualificado, para exercer funções junto à Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau.

Paulo Ruaro, ocupante do cargo em provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 16 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 35/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 35/2016

NOMEIA A PESSOA ABAIXO RELACIONADA, PARA EXERCER O CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE ELETRICISTA.

Carlos Lange, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar n.º 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, c/c a Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, para exercer o cargo em provimento efetivo de Eletricista do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a seguinte pessoa:

· Andre Luis Goi

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 04 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 36/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 36/2016

NOMEIA A PESSOA ABAIXO RELACIONADA, PARA EXERCER O CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA.

Carlos Lange, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar n.º 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, c/c a Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, para exercer o cargo em provimento efetivo de Técnico em Informática do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a seguinte pessoa:

· Edson Luis Trevisani

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 04 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 37/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 37/2016

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL IVONEI LEITE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE GUARDA DE TRÂNSITO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal IVONEI LEITE, do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de 02 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 02 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 38/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 38/2016

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE ELETRICISTA DA PESSOA ABAIXO RELACIONADA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso das

atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar n.º 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o artigo 16º, §4º, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, a nomeação da seguinte pessoa para exercer o cargo em provimento efetivo de Eletricista do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB:

André Luis Goi

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 05 de fevereiro de 2016.

Blumenau (SC), 16 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 39/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 39/2016

DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB E A EMPRESA TRANSDIDA O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNA

Como fiscal do contrato n.059/2014 entre o Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB e a Empresa Transdida, que tem como objeto a prestação do serviço de guinchamento de veículos. O servidor TARCISIO DOS SANTOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09 de fevereiro de 2016.

Blumenau (SC), 16 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 40/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 40/2016

Nomeia servidor publico autarquico municipal pra atuar como defensor dativo em processo administrativo disciplinar.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Nomear nos moldes do Artigo 242, § 2º, a servidora publica autárquica municipal Gislaine Meira da Silva, para atuar como defensora dativa no Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2015.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 17 de fevereiro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 41/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 41/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA A SERVIDORA CRISTIANE ANDREA MONTEIRO LUCAS.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança a servidora CRISTIANE ANDREA MONTEIRO LUCAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 01 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 42/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 42/2016

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat.nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
63	Ademir Adriano	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
84	Airton Ribeiro Conrado	Guarda de Trânsito	M	GF	08/02/2016
34	Aldoir Cesar Schneider	Agente Administrativo	M	GF	24/02/2016
514	Aldori Fernandes da Costa	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
102	Antonio Brandino Correa	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
101	Antonio Ciro Butci	Guarda de Trânsito	M	GF	10/02/2016
113	Célia Cristina Hammes	Locutora	K	GF	01/02/2016
109	Célio Prebianca	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
35	Celso de Oliveira Pereira	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
429	Daniela Claudia Pereira Soderstrom	Engenheiro Civil	M	GE	01/02/2016
85	Dionei Cardoso	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
55	Douglas Cardoso	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
395	Edemilson Daros	Guarda de Trânsito	E	GF	10/02/2016
20	Edson Faria	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
294	Elenir Izabel Uller Vanelli	Monitor de Área Azul	G	GF	18/02/2016
36	Elvis Karkle	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
65	Erico Bueno Damacena	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
94	Everaldo Vicente	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
313	Fridolino Becker	Fiscal de Serviços Públicos	K	GF	01/02/2016
110	Gilberto Neves	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
66	Gilmar Farias	Guarda de Trânsito	M	GF	07/02/2016
67	Gilmar Ramos	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
95	Ingo Riedl	Guarda de Trânsito	M	GF	16/02/2016

77	Jaime Rogério Bressanini	Fiscal de Serviços Público	M	GF	06/02/2016
115	Jair Bona	Fiscal de Serviços Público	M	GF	01/02/2016
344	João Inocêncio Carneiro	Guarda de Trânsito	E	GF	02/02/2016
162	Joaquim Campestrini	Administrador	M	GE	01/02/2016
315	Joni Machado	Engenheiro Civil	M	GE	01/02/2016
69	José Carlos de Aguiar	Guarda de Trânsito	M	GF	15/02/2016
25	José Nelson de Souza	Guarda de Trânsito	M	GF	03/02/2016
500	José Vilson Bertoldi	Analista de Sistemas Jr.	M	GE	01/02/2016
131	Lucia Maria Pereira	Monitor de Área Azul	J	GF	07/02/2016
70	Luiz Carlos da Silva	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
295	Luiz Peron	Fiscal de Serviços Públicos	K	GF	02/02/2016
118	Marco Antonio Leal	Fiscal de Serviços Públicos	M	GF	01/02/2016
430	Marcos Doring	Engenheiro Civil	M	GE	06/02/2016
289	Marcos Roberto Luciani	Fiscal de Serviços Públicos	J	GF	09/02/2016
44	Maria Amélia da Silva de Oliveira	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
274	Mauricio Schiochet	Fiscal de Serviços Público	K	GF	03/02/2016
221	Nei Antonio Tambosi	Fiscal de Serviços Público	K	GF	02/02/2016
87	Odete Brancher Becker	Assistente Técnico	M	GF	06/02/2016
72	Orotides dos Santos Soares	Guarda de Trânsito	M	GF	01/02/2016
58	Osmir Kurtz	Guarda de Trânsito	M	GF	16/02/2016
159	Rita Nilceia Herat Krauser Mendes	Monitor de Área Azul	G	GF	22/02/2016
222	Romi Tavares Celeste	Fiscal de Serviços Públicos	K	GF	03/02/2016
183	Sandra Iara Baldo Ziegler	Telefonista	M	GF	01/02/2016
107	Sebastião Frederico Baron	Guarda de Trânsito	L	GF	02/02/2016
105	Sueli Carvalho Korc	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
690	Sueli Terezinha Takac	Agente Administrativo	C	GF	26/02/2016
251	Vanderlei Hasmann	Servente Serviços Gerais	C	GO	14/02/2016
108	Vilson Deucher	Guarda de Trânsito	M	GF	02/02/2016
45	Vitoria Bernadete Leite	Agente Administrativo	M	GF	01/02/2016
89	Wilmar Mello	Guarda de Trânsito	M	GF	03/02/2016

Blumenau, 17 de fevereiro de 2016

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 43/2016 - SETERB

PORTARIA N. 43/2016

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR VALDIR GUILHEME BETTA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor Valdir Guilherme Betta, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Coordenador de Equipe de Plantão, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de fevereiro de 2016.

Blumenau (SC), 17 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 44/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 44/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR Antonio Ciro Butci.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança ao Antonio Ciro Butci, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Coordenador de Equipe de Plantão, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 04 de fevereiro de 2016.

Blumenau, 17 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 45/2016 - SETERB

PORTARIA N. 45/2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA LIBERAÇÃO DO VEÍCULO DE PLACAS MGL 5599

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 32/2016, de 01 de fevereiro de 2016, tendo em vista o Memorando n. 692/2015, emitido pelo Diretor de Trânsito, Sr. César Luiz Dalri, segundo o qual o veículo de placas MGL-5599 foi liberado no plantão do dia 04/03/2013, porém não foi dado baixa no sistema farol, nem realizado o seu efetivo pagamento.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE
PRESIDENTE - SETERB

PORTARIA Nº 46/2016 - SETERB

PORTARIA N. 46/2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DA CHAVE DO VEÍCULO GM OMEGA, PLACAS AGQ 8965, O QUAL ESTAVA DEPOSITADO NO PÁTIO DESTA AUTARQUIA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 32/2016, de 01 de fevereiro de 2016, tendo em vista o Requerimento do Sr. Ilso Postingue, proprietário do veículo de placas AGQ 8965, o qual informou o desaparecimento da chave de ignição de seu veículo que se encontrava depositado no pátio desta Autarquia.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

CARLOS LANGE
Presidente - Seterb

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2269/15 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2269/2015

Objeto: Registro de preço para possível aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa(s):
AGF FIGUEIREDO VÁLVULAS EPP
Valor Total R\$ 44.762,30

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA.

Valor Total R\$ 154.920,00

HIDROLUNA MAT. PARA SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 131.954,00

INFANTARIA COMERCIO LTDA - ME

Valor Total R\$ 32.556,75

LOT METAIS LTDA - ME

Valor Total R\$ 37.700,00

STARTUBOS COMERCIO EIRELI-EPP

Valor Total R\$ 170.629,00

SUL, AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor total R\$ 367.799,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 29 de Fevereiro de 2015.

Valdair José Matias
Diretor Presidente

ITEM FRACASSADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2269/15 - SAMAE

AVISO DE ITEM FRACASSADO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2269/2015

Abertura: 10/02/2015 - 09:00 horas

Objeto: Registro de preço para possível aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que os Itens 68, 69, 70, 92, 93, 94 e 95 da licitação em epígrafe foram declarados FRACASSADOS por preço inexecutable.

Blumenau, 29 de fevereiro de 2016.

Valdair José Matias
Diretor Presidente

ITEM DESERTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2269/15 - SAMAE

AVISO DE ITEM DESERTO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2269/2015

Abertura: 10/02/2016 - 09:00 horas

Objeto: Registro de preço para possível aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que o Item 76 da licitação em epígrafe foi declarado DESERTOS, em face de ausência de interessados.

Blumenau, 29 de fevereiro de 2016.

Valdair José Matias
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 041/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 041/2016
Dispensa de Licitação nº. 016/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição emergencial de baterias estacionárias para a Central Telefônica do Campus I da Universidade. Contratada: Baterias Tambosi LTDA. – EPP. Forma de Pagamento: O pagamento

será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) das baterias, desde que estas sejam aprovadas pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor Mensal/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 4.184,00 (quatro mil, cento e oitenta e quatro reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Retoria de Administração).

Blumenau, 2 de março de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 868

DECRETO LEGISLATIVO Nº 868

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANITA GARIBALDI À SENHORA SUELI SILVIA ADRIANO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Anita Garibaldi à senhora Sueli Silvia Adriano, nos termos do Decreto Legislativo nº 485, de 4 de setembro de 2003.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt Presidente	Marcos da Rosa Vice-Presidente
---------------------------------	-----------------------------------

Célio Dias 1º Secretário	Marco Antonio Wanrowsky 2º Secretário
-----------------------------	--

DECRETO LEGISLATIVO 869

DECRETO LEGISLATIVO Nº 869

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANITA GARIBALDI À SENHORA BEATRIZ VERIANA PASOLD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Anita Garibaldi à senhora Beatriz Veriana Pasold, nos termos do Decreto Legislativo nº 485, de 4 de setembro de 2003.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt Presidente	Marcos da Rosa Vice-Presidente
---------------------------------	-----------------------------------

Célio Dias 1º Secretário	Marco Antonio Wanrowsky 2º Secretário
-----------------------------	--

DECRETO LEGISLATIVO 870

DECRETO LEGISLATIVO Nº 870

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANITA GARIBALDI À SENHORA FABIANA KUESTNER GRIPA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Anita Garibaldi à senhora Fabiana Kuestner Gripa, nos termos do Decreto Legislativo nº 485, de 4 de setembro de 2003.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt Presidente	Marcos da Rosa Vice-Presidente
---------------------------------	-----------------------------------

Célio Dias 1º Secretário	Marco Antonio Wanrowsky 2º Secretário
-----------------------------	--

DECRETO LEGISLATIVO 871

DECRETO LEGISLATIVO Nº 871

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANITA GARIBALDI À SENHORA SANDRA APARECIDA RÉGIS AMORIM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Anita Garibaldi à senhora Sandra Aparecida Régis Amorim, nos termos do Decreto Legislativo nº 485, de 4 de setembro de 2003.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO 872

DECRETO LEGISLATIVO Nº 872

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANITA GARIBALDI À SENHORA CLAUDETE DE LOURDES GRAF KLOPPPEL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Anita Garibaldi à senhora Claudete de Lourdes Graf Koppel, nos termos do Decreto Legislativo nº 485, de 4 de setembro de 2003.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4833/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 4833/16 DE 1º DE MARÇO DE 2016
DISPÕEM SOBRE O REAJUSTE DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretada a reposição salarial com aplicação do índice de reajuste em 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento) aplicado sobre o vencimento dos servidores municipais de acordo com o índice geral de preços do mercado – IGP-M.

Art. 2º- A reposição salarial aplica-se a partir do mês de março do ano de 2016.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 1º DE MARÇO DE 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

DECRETO Nº 4834/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 4834/16 DE 1º DE MARÇO DE 2016
DISPÕEM SOBRE O REAJUSTE DE VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO SISTEMA DE CARGOS E CARREIRAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE BOM JESUS DO OESTE/SC.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretada a reposição salarial com a aplicação do índice de reajuste em 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento) aplicado sobre a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do magistério público municipal, previsto no artigo 48, da Lei Complementar nº 917/13, com redação dada pela Lei Complementar nº 948/15.

Art. 2º- A reposição salarial aplica-se a partir do mês de março do ano de 2016.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 1º DE MARÇO DE 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

DECRETO Nº 4835/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 4835/16 DE 1º DE MARÇO DE 2016.
INSTITUI O DIA "D" DE COMBATE A DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o dia "D" de Combate a Dengue, no dia 02 de março de 2016.

Art. 2º - Ficam convocados os servidores municipais vinculados as Secretarias de Agricultura, Obras e Urbanismo, do DMER e da Secretaria de Administração, para que a partir das 13 horas do dia 02 de março de 2016, se integrem e participem das atividades previstas na programação do dia de combate a Dengue.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 1º DE MARÇO DE 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

PORTARIA Nº 026/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 026/2016, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal Sra. ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS, matrícula nº 683-1, portadora do CPF sob. nº 036.551.409-83, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento, voltando ao cargo em caráter efetivo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 027/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
NOMEAR SERVIDORA AO CARGO AUXILIAR DE ENSINO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Adriane Weber dos Santos, portadora do CPF sob nº. 024.380.829-17, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino, em caráter efetivo, conforme Concurso Público nº 001/2014, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo III: MAG 1000, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e Lei nº 998/2015 de 07 de dezembro de 2015, sendo sua contratação a partir de 01/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de março de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 028/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. SALETE ESCHER, inscrita na matrícula sob nº 534-7, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 22 de fevereiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 22/02/2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de Março de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 029/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Licença em razão de Falecimento do Pai para Servidora Municipal Sra. SALETE ESCHER, matrícula nº 534-7, portadora do CIC sob. nº 928.534.989-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora, sendo período de concessão de 26 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, conforme prevê no Art. 94 da Lei 542/06 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de março de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 030/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR função de Servidora Municipal Sra. Marilei Salette Oliveira Horn, ocupante de cargo de Professora I, inscrita na matrícula sob nº 183-0, conforme atestado médico, para desempenhar suas atividades junto a Biblioteca Pública Municipal no projeto de desenvolvimento de Atividade Pedagógica de Contação de Histórias..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro

de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de março 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

ERRATA ATA REGISTRO DE PREÇO 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Vencedores da Ata de Registro de Preços nº 01/2016:

Onde se lê:

Contratado: Drogaria Lamiceu Ltda. EPP.

Total de Desconto Medicamento Genérico: 20,00%

Prazo: 12 meses

Leia-se:

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP.

Total de Desconto Medicamento Genérico: 20,00%

Prazo: 12 meses

Retificar Extrato do Contrato nº 26/2016 do FMS. Alterar no Extrato do Contrato:

Onde se lê:

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Leia-se:

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 02 de março de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuverá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033/2016

“Prorroga Contratação de Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A necessidade temporária de interesse público da área da Saúde;
- 2- A necessidade de um médico conforme a demanda constatada;

Resolve:

Art. 1º- Prorrogar o contrato de trabalho do Sr. MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, para o mesmo cargo já ocupado, pelo regime Celetista por mais 01 (um) ano contados da data de encerramento do contrato.

Art. 2º- Fica o servidor recontratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo desde 25/02/2016.

Botuverá (SC), 25 de Fevereiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 42 2015

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016 Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	36,8793	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	36,8804	1
3	Eixo do disco esquerdo (14891)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	22,3970	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	543,3764	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	189,3617	1
6	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	74,0968	1
7	Condutoir do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	19,7591	1
8	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	93,8559	1
9	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	232,1699	1
10	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	543,3764	1
11	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,4456	1
12	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,7716	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015	Válido até: 01/12/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	198,5794	1
14	SUORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	188,6998	1
15	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	1.880,6491	1
16	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	54,3376	1
17	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	54,3376	1
18	Peneira Cilindrica c/ capa e flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	1.149,3201	1
19	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	107,0254	1
20	Balanço (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	47,7480	1
21	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	19,7991	1
22	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	166,3028	1
23	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	4,1198	1
24	Bucha p/ subsoador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	0	8,7237	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	50,3858	1
26	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	172,8925	1
27	Cubo do disco s/rolis/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	120,2047	1
28	Cubo carreta 5T rodado R.D. (14892)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	232,1699	1
29	Cubo carreta 5t rd s/ rolamento (7823)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	387,1940	1
30	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	99,4576	1
31	Cone c/ haste válvula de alívio (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	66,8551	1
32	Rotor prens.bomba lto.selo mec (14894)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	330,3037	1
33	CRUZETA CC. 36 (2714)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	39,5183	1
34	Cruzeta cc -103/1 (14893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	40,5062	1
35	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ALZA	0	192,9776	1
36	Correia o-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	81,6744	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
37	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	74,0968
38	Mangote p/ plant. juntil 2060 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	BEGBOR	0	19,7591
39	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	93,8559
40	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	74,0968
41	Haste rosca da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	15,8073
42	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	57,6275
43	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6,5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	12,5174
44	Parafuso com Porca 1x2x1,2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	2,9639
45	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	95,8318
46	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	104,7234
47	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	151,1574
48	Alveca de arado. (11420)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	METISA	0	284,7725

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015	Válido até: 01/12/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	17,7832	1
50	Kit facas Jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1.080,1631	1
51	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	87,2662	1
52	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	54,9566	1
53	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	3,9518	1
54	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	231,1819	1
55	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	200,5553	1
56	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	181,4581	1
57	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	53,6757	1
58	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	286,1815	1
59	Eixo do rotor c/ armela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	219,3265	1
60	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	114,6030	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
61	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	22,0811
62	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	14,1574
63	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	102,7475
64	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) BALDAN	0	42,1561
65	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	32,6026
66	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	27,6628
67	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TRITON	0	499,2443
68	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TATU	0	45,1200
69	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) TATU	0	45,1200
70	Garra avulsa giro, (11422)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) GIRO	0	650,4018
71	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEIMO	0	97,1458
72	Kit Facas Jf c120 (8597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1,241,5360

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
73	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	64.8791
74	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	74.0568
75	Anel Vedação 6mm.engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MEPEL	0	4.9398
76	Mangueteira 4 Sucção. (11424)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) ACREL	0	63.8912
77	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	195.9415
78	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	182.7721
79	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	146.8796
80	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	179.4822
81	Cardan completo 5000. (11425)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	454.4602
82	Cardan completo 2500. (11426)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	437.9910
83	Junta agrícola 5000. (11427)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) AEMCO	0	181.1222
84	Disco 18 liso. (11428)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) METISA	0	67.5071

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Sapata Esquerda. (11429)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	BALDNA	0	158,0731	1
86	Cacamba/concha do Carregador. (11430)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MATAO	0	1.195,4280	1
87	Junta agrícola 2500. (11431)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	429,7613	1
88	Aro 5.50x16 c 6 Furos especial. (11432)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	210,7609	1
89	Aro Carreta 5 Furos. (11433)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	156,4232	1
90	Correia C65. (11434)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	24,6989	1
91	Correia C 60. (11435)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	34,5785	1
92	Correia B152x6 JF92. (11436)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	551,6061	1
93	Correia 55v 1550. (11437)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	AEIMO	0	1.169,0792	1
94	Bica saída mecânica SS. (11440)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF	0	667,8590	1
95	Parafuso arado 1/2x3 3/4. (11441)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	ALZA	0	3,1318	1
96	Polia Cardan 450 mm C/20. (11442)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF	0	930,3295	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
97	Polia 5V 165 mm C120. (11443)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	523,6172
98	Polia do Cardan 450 mm Z10 92 (11445)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	953,7046
99	Tercioiro ponto hidraulico (14895)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) PROFER	0	1.427,5979
100	Faca picadeira ensilad. JM4100 (14896)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	169,6026
101	Faca cortadora ensilad. JM4100 (14897)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	191,9897
102	Reboto afiador JM4100 (14898)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	321,4121
103	Pino segurança JM4100 (14899)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	133,5422
104	Disco de embreagem JM4100 (14900)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	158,3992
105	Kit de facas JF C-120 (14901)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	1.628,4792
106	Engrenagem cilindro dentado (14902)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	179,4822
107	Engrenagem dupla parafusada (14903)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	938,5592
108	Bica de Saída Completa JF Tubobica Manual (14904)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	2.743,2307

Página: 10/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
109	Engrenagem Inter. da tampa JF (14905)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	215,0486
110	Engrenagem Intermediária do braço JF (14906)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	208,4589
111	Cilindro móvel dentado JF (14907)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	350,7247
112	Vedação completa do cilindro JF (14908)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	55,3256
113	Engrenagem menor do Cilindro (14909)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	284,8577
114	Alinhador Direito (14910)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	311,2065
115	Alinhador Esquerdo (14911)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	JF (7379)	0	311,2065
116	Protetor direito (14912)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	64,8791
117	Engrenagem Z14Z18 eixo Semente (14913)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	40,1802
118	Vareta Mola da roda (14914)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	22,3970
119	Mola da Roda (14915)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	67,5071
120	Deposito Adubo/Semente (14917)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX (7379)	0	278,2779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
121	Mola do Sulcador Interna (14918)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	44,4581
122	Mola do Sulcador Externa (14919)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	45,4460
123	Ponta do Sulcador Adubo (14920)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	44,4581
124	Sulcador do Adubo (14921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	106,6594
125	Disco de Corte (14922)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	29,6387
126	Disco de semente 13" (14925)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	49,3579
127	Disco de Semente 14" (14926)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	53,0237
128	Cubo disco de corte Seed Line (14927)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	84,9643
129	Cubo disco de Semente (14928)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	85,6262
130	Condutores Helicoidal (14929)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	32,6026
131	Vareta soldada (14930)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	47,4219
132	Prato Distribuidor de sementes (14931)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	251,9290

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015	Válido até: 01/12/2016
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.	

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	70,1449	1
134	Pinhão (14933)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	22,0611	1
135	Coroa de 40 dentes (14934)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	63,5553	1
136	Vareta moda linha semente (14935)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	46,7600	1
137	Corrente 2040 (14936)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29,3127	1
138	Emenda 2040 (14937)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	9,8796	1
139	Rolote esticador (14938)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	10,2056	1
140	Raspador disco de semente Es. (14939)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	11,5295	1
141	Raspador disco de semente Di. (14940)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13,8314	1
142	Roda de Profundidade (14941)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	245,3384	1
143	Eixo soldado (14942)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	84,9643	1
144	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade) (14943)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14,1574	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
145	Rolamento 6205 RS (14944)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.6387	1			
146	Retentor 47,2x30x6 (14945)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	14.8194	1			
147	Rolamento 6204 RS (14946)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	29.6387	1			
148	Retentor 47x32x10 (14947)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13.8314	1			
149	Rolamento 6206 RS (14948)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	28.9768	1			
150	Defletor do cubo (14949)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) MAX	0	13.5054	1			
151	Eixo do Disco Direito (14950)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JUMIL	0	22.7230	1			
152	Contra pino da coroa (17223)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	34.5785	1			
153	Parafuso sextavado 7/16 x9/16 (17224)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	6.0957	1			
154	Parafuso do contra faca (17225)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379) JF	0	10.5415	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 42/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Eixo de engrenagem intermedi (17226)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	26,3488	1

1

Página: 15/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

Número do Registro de Preços: 42/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Manutenção dos Implementos Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

Item		Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
		Especificação						

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015

PROCESSO Nº 65/2015

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 1 de Dezembro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 43 2015

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Número do Registro de Preços: 43/2015 **Data do Registro: 01/12/2015** **Válido até: 01/12/2016**
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ROLAMENTO ESFERAS CX (15071)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,8460	1
2	GARFO 2-3 CX (15072)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	708,1825	1
3	ALAVANCA CX CAMBIO (15073)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,5010	1
4	CAPAS DE ALAVANCA CX MARCHAS (15074)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	6,2462	1
5	CILINDROS FREIOS (15075)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
6	ALAVANCA DAS REDUZIDAS (15076)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	272,7417	1
7	CORREIA (6870)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	38,7960	1
8	DISCO EMBREAGEM 13 ESTR FINA (15077)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	511,3473	1
9	ESPELHO EMBREAGEM (4298)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	318,1904	1
10	COBERTURA EMBRE, DUPLA (15078)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	315,5233	1
11	Arroela isolante fibra. (11540)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	3,4602	1
12	CONTRA PINO (3517)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	6,8609	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	ROLAMENTO PRISA (15079)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	285,9204	1
14	ROLAMENTO EMBR, CONT, PERM (15080)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	221,6119	1
15	ROLAMENTO EMBRE COMUM (15081)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	211,9551	1
16	DISCO ENC ROLMET, EMBREAG (15082)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	261,3795	1
17	PLATOR COMPLETE DUPLO (15083)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	2.911,8489	1
18	ALAVANCA EMBREA, C/ BUCHA (15084)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	327,2821	1
19	DISCOS CERAMETÁLICOS EMBR (15085)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	772,6772	1
20	DISCOS EMBRE 13 C/ MOLAS (15086)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	727,2285	1
21	Correia borr vent (11557)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474	1
22	HELICE 6,PASS,MOTOR 4236 (15087)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	153,4389	1
23	BOMBA ÁGUA 4236 (15088)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	367,0497	1
24	RETENTOR TDF FORÇA LABIAL (15089)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	112,5311	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	ROLAMENTO TDF TIPO NOVO (15090)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	145,4873
26	BOMBA ALIMENT BLIND (15091)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8480
27	BOMBA ALIMENT COMUM (15092)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609
28	BOMBA COMBUSTÍVEL S 4000 (15093)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148
29	TECLA SINALEIRA FAROL (15094)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	21,4553
30	TECLA AZUL ALTA (15095)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	90,9469
31	TECLA FAROL SERVIÇOS (15096)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	54,0348
32	Teda indicadora direção (11564)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	43,3071
33	Teda pisca alerta. (11565)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	54,5900
34	FAROL DIANT QUADRADO (15097)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	62,5415
35	LAMPADA DIAN (15098)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	25,0444
36	LAMPADA DE JODO H3 (15099)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
37	LAMPADA DE PAINEL (4252)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20.5035
38	LAMPADA FILAM INCAD (15100)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20.5035
39	KIT MOLAS ASSENTO (4265)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102.3091
40	KIT DE MOTOR PERK (15101)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613.6068
41	1 JG DE JUNTAS PERK (15102)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613.6068
42	BOMBA ÁGUA PERK (15103)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	511.3473
43	COMANDO HIDR SIMPLES (15104)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.510.2368
44	INDICADOR TEMPERATURA (15105)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184.1148
45	Pre filtro grande (11575)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306.8282
46	PRE FILTRO (4269)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184.1148
47	MANGUEIRA INFERIOR (4266)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40.9474
48	MANGOTE BORR BAIXA PRESS (15106)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40.9474

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Coxim borracha tanque. (11579)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	8,2291	1
50	Flexível tanque ao filtro. (11580)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474	1
51	Bóia indicadora. (11571)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	122,7630	1
52	LEXIVEL DO TANQUE (15107)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	122,9910	1
53	Mola helicoidal (11583)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	122,7729	1
54	Mola pedal de embreagem. (11584)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
55	TIRANTE DE EMBRE, ANTIGO (15108)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
56	TIRANTE DE EMBRE, MODERNO (15109)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
57	BUCHA EIXO DE DIREÇÃO (4324)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
58	BUCHA DA BALANÇA (4325)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1
59	BUCHA DA MANGA (5955)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1
60	BUCHA MANGA 32 MM (15110)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	27,1760	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

61	ROLAMENTO DE APOIO MANGA (15111)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
62	ROLAMENTO CONICO CUBO (15112)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
63	RETENTOR CUBO DIANT.DIANT (15113)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
64	RETENTOR MAIOR (11057)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
65	RETENTOR MENOR (5966)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
66	JUNTA (380)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20,5035
67	ANEL FLANGE (15114)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20,5035
68	Terminal tubular. (11600)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122,7630
69	Terminal Longo Grosso. (8736)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122,7630
70	Terminal direção. (11602)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122,7630
71	Braço comando da direção. (11603)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	184,1148
72	Braço inferior direção. (11604)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	306,8282

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Braço inferior direção (7917)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
74	Pino guia de aço (11606)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CXNH	0	20,5035	1
75	Junta Metálica. (6751)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
76	ROLAMENTO E CX (15115)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474	1
77	ANEL BORRACHA CAIXA (15116)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	10,2716	1
78	Anel trava pedal (11614)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
79	Filtro ar externo moderno (11839)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148	1
80	Elemento filtro ar moderno (11838)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	153,4389	1
81	Filtro de Ar Externo (10719)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	153,4389	1
82	Elemento filtro ar (10089)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	153,4389	1
83	FILTRO AR EXT 292-4275INT (15117)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	225,0225	1
84	FILTRO AR EXT 292-4275 (15118)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	225,0225	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	FILTRO HIDRAULICO (8875)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148	1
86	Elemento filtrante (9755)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
87	Jg reparo reservatório. (11628)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	6,1867	1
88	Cj eixo tomada força (11629)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	818,1259	1
89	EIXO TOMADA DE 08/2007 (15119)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	818,1259	1
90	RETENTOR ESTREITO TDF (15120)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
91	PARAFUSOS RD DIANTEIRA (15121)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
92	PORCA RD DIANTEIRA (15122)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
93	CILINDRO DIREÇÃO (15123)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	818,1259	1
94	TERMINAL DIREÇÃO (4056)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	122,7630	1
95	REPARO DIREÇÃO (15124)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
96	CUBO DIANTEIRO (15125)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
97	RETENTOR DIANTEIRO (8887)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	2.0920
98	ROLAMENTO APOIO (15126)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20.5035
99	Rolamento dianteiro (10760)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30.7255
100	BUCHA DIANTEIRA (3867)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30.7255
101	PONTA EIXO DIANT (15127)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409.0877
102	ARO DIANT 18 (15128)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409.0877
103	PINO DIANT BALÇ (15129)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184.1148
104	BUCHA DOS PEDALS (15130)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40.9474
105	RETENTOR DOS PEDALS (15131)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40.9474
106	EIXO DOS PEDALS (15132)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40.9474
107	DISCOS DE FREIO (15133)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	132.9860
108	SEPARADOR DE FREIO (5141)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	62.7101

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	HASTE DE FREIO (15134)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474	1
110	TIRANTE DE FREIO (5950)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
111	VEDADOR DE FREIO (15135)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	10,2716	1
112	PARAFUSO RD TRAZ (15136)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	10,2716	1
113	PORCA RD TRAZ (15137)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	10,2716	1
114	MOLA DE FREIO (15138)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
115	VOLANTE DIREÇÃO (15139)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409,0877	1
116	REPARO CX DA DIREÇÃO (15140)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474	1
117	BOMBA DIREÇÃO (15141)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1,537,0559	1
118	REPARO BOMBA DR (15142)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	122,7630	1
119	FLEXIVEL DIREÇÃO (15143)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
120	PONTA EIXO TRZ (15144)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1,332,5368	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 11/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	ROLAMENTO TRZ (15145)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	306,8282
122	RETENTOR TRAZ (15146)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	102,3091
123	TRAVA EIXO TRAZ (15147)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20,5035
124	ANEL DE CARCAÇA (15148)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	4,1344
125	DISCO RD TRAZ 15X30 (15149)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	1,636,2022
126	REPARO TAMPA HIDR (15150)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	40,9474
127	EMBOLO HIDR (15151)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	163,6609
128	GARFO DO HIDR (15152)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	306,8282
129	EIXO DO HIDR (15153)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	306,8282
130	ARRUELA HIDR (15154)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20,5035
131	BUCHA DO HIDR (15155)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	6,1867
132	BRAÇO DO HIDR (15156)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	368,1800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

133	GARFO DO LEVANTE (15157)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	225,0225	1
134	BRACO ENTALHADO INT (15158)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	613,6068	1
135	BRACO DR DO HIDR (15159)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	409,0877	1
136	BRACO NIVELADOR (15160)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	613,6068	1
137	TERCEIRO PONTO (15161)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	511,3473	1
138	PINO DO HIDR (15162)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	10,2716	1
139	TRAVA DOS BRAÇOS (15163)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	10,2716	1
140	BARRA DE TRACÇÃO HIDR (15164)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	920,3854	1
141	BARRA ESTABILIZADORA (15165)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	306,8282	1
142	TAMPA DO HIDRAULICO (15166)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	1,636,2022	1
143	Engate rápido (13716)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	63,4537	1
144	MANGUEIRA DO ENGATE (15167)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122,7630	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	JG DE JUNTAS MOTOR (15168)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613.6068	1
146	JUNTA CABEÇOTE (5186)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306.8282	1
147	JUNTA T VALVULAS (15169)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20.5035	1
148	KIT MOTOR FORD (15170)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613.6068	1
149	BOMBA OLEO MOTOR (15171)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	3.057.9212	1
150	JOGO DE BRONZE DE MOTOR (15172)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613.6068	1
151	RETENTOR VIRABREQUIM (15173)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	204.5687	1
152	TAMPA OLEO MOTOR (15174)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20.2953	1
153	VARETA OLEO MOTOR (15176)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30.7255	1
154	GRAVALHEIRA MOTOR (15175)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	204.5687	1
155	JUNTA CARTER (5505)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30.7255	1
156	Silencioso (12026)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163.6609	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
157	TUBO SILENCIOSO (15177)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091
158	Carfo (10069)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609
159	DE JUNTAS CX (15178)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793
160	RETENTOR CX (15179)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474
161	ROLAMENTO CX (15180)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	40,9474
162	ROLAMENTO POLGADA CX (15213)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793
163	VARETA NIVEK CX (15214)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	44,6357
164	ALAVANCA CX FORD (15215)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	204,5687
165	TAMPA DE BORRACHA (15216)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793
166	FUNIL CX CAMBIO (15217)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	572,6990
167	EIXO ENTALHADO EMBRE (15218)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	736,3203
168	EIXO PRINC CX (15219)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	920,3854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	EIXO TOMADA FORÇA (5325)	CJ	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	818,1259	1
170	RETENTOR T FORÇA (15220)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	61,4013	1
171	REPARO TDF (15221)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	53,2218	1
172	SAPATA DE FREIO (15222)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148	1
173	DISCO TDF (15223)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	61,4013	1
174	ANEL DE FERRO TDF (15224)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	20,5035	1
175	EMBOLO TDF (15225)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
176	EMBOLO CURTO TDF (15226)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
177	ESPAÇADOR EMBOLO TDF (15227)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
178	CARCAÇA TDF (15228)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.022,6450	1
179	ANEL MOLA TDF (15229)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	10,2716	1
180	BUCHA DE EMBREAGEM (15230)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	50,8819	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

181	mola embreagem (12841)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	10,2716
182	GARFO DA EMBREAGEM (15231)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	163,6609
183	DISCO EMBREAGEM (15232)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	511,3473
184	plator embreagem (12223)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	2,249,7595
185	Rolamento embreagem (10065)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	388,1800
186	TAMPA RADIADOR (4261)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30,7255
187	HELICE RADIADOR (15233)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	184,1148
188	MANGUEIRA RADIADOR (5184)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	51,1793
189	DEFLETOR RADIADOR (15234)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	388,1800
190	BOMBA DA ÁGUA (15235)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	511,3473
191	VALVULA TERMISTÁTICA (15236)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	194,3368
192	TORNEIRA DE TANQUE (15237)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	40,9474

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

193	TANQUE COMBUSTÍVEL (4072)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	1.118,9558
194	TAMPA DE TANQUE (15238)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20.5035
195	BOMBA MANUAL (398)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	40.9474
196	TAMPA DO SEDIMENTADOR (15239)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	102.3091
197	CABO AFOGADOR (15240)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	30.8742
198	SOLENOIDE BOMBA INJ (15241)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	153.4389
199	PRE FILTRO AR FERRO (15242)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	163.6609
200	CONJ FILTRO AR COMPLETO (15243)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	245.4665
201	Bomba Hidráulica (12082)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	3.067.8358
202	SUPORTE DA BOMBA HIDRAULICA (15244)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	613.6068
203	BOIA TANQUE FORD (15245)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122.7630
204	CHAVE DE PARTIDA (15246)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	146.5581

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

205	Chave de Luz (10188)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	122,7630	1
206	PAINEL COMPLE (15247)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	1,636,2022	1
207	MOLDURA DE FAROL (15248)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	40,9474	1
208	FAROL COMPLETO (15249)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	81,8552	1
209	FAROL TRAZEIRO (15250)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	52,1113	1
210	TACOMETRO (15251)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	368,1800	1
211	HORIMETRO (15252)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	132,9850	1
212	ASSENTO COMPLETO (15253)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	511,3473	1
213	GRADE DIANTEIRA (4730)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	163,6609	1
214	CAPO DIANTEIRO FIBRA (15256)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	20,5035	1
215	JOGO DECALQUE COMPLETO (15258)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	71,6332	1
216	CRUZETA CRUZ DIFERENCIAL (15259)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	81,8552	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	ENGRENAGEM SATELITE (15260)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
218	ARRUELA SATELITE (5152)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	81,8552	1
219	ENGRE. PLANT. ESQ (15261)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
220	ENGRE. PLANT DIR (15262)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
221	CINTA TDF (15263)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	132,9652	1
222	CARCAÇA TDF 5610 (15264)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.431,6632	1
223	SUPORTE TDF (15265)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
224	BARRA TERMINAL (15266)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	572,6990	1
225	RETENTOR CUBO TR4 GRAN (15267)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1
226	RETENTOR EIXO TR4 PQ (15268)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1
227	RETENTOR DUPLO TR4 (15270)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1
228	RETENTOR RASPADOR (15269)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
229	RETENTOR CARÇAÇA (15271)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	30,7255	1	
230	ROLAMENTO CUBO GRANDE (15272)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1	
231	ROLAMENTO CUBO PEQUENO (15273)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609	1	
232	ROLAMENTO CONICO PIVO (15274)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609	1	
233	CAPA VEDAÇÃO (15275)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	42,8015	1	
234	ANEL O'RING (10271)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	2,0920	1	
235	Pino mancal pivô. (11506)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	245,4665	1	
236	EIXO TRACÇÃO CUBO (15276)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	572,6990	1	
237	SEMI EIXO TRANSMISSÃO (15277)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	572,6990	1	
238	GARFO ARTICULÇÃO (15278)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409,0877	1	
239	GARFO ARTICULÇÃO PEQUENO (15279)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409,0877	1	
240	GARFO DUPLO TR 4 (15280)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	409,0877	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 43/2015 Data do Registro: 01/12/2015 Válido até: 01/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
241	CRUZETAS TR4 REFORÇ (15281)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	184,1148
242	COROA AÇO DENTADO (15283)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.022,6450
243	REPARO CILINDRO TR4 (15282)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609
244	CAÇAMBA DE BLOQUEIO (15284)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	613,6068
245	LUVA ACOPLAMENTO (15285)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609
246	Garfo do bloqueio (7919)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	163,6609
247	PLACA DE FRIJO (15286)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	920,3854
248	ROLAMENTO (2918)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	265,9204
249	SEMI ARVORE TRAZ COMP (15287)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.431,6732
250	EIXO ARVORE (15288)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	1.431,6632
251	RETENTOR TAMPA REDUZIDA (15289)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793
252	JUNTA CORTICA (4278)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
253	PINO ELASTICO AÇO (4249)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
254	EIXO AÇO DE TRANS (15290)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793	1
255	RETENTOR REDUÇÃO (15291)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1893	1
256	RETENTOR PLACA FREIO (15292)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	51,1793	1
257	ANEL DIFERENCIAL (15293)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	2,0920	1
258	JUNTA PAPEL (3719)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	4,1344	1
259	CAPA DE BORRACHA FREIO (15294)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	6,1867	1
260	BIELETE FREIO (15295)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	6,1867	1
261	DISCO FICÇÃO FREIO (15296)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	118,2320	1
262	DISCO INTERMEDIÁRIO FREIO (5306)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	98,2144	1
263	CJ comando freio. (11473)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	511,3473	1
264	ROLAMENTO CONICO CX (15297)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	194,3368	1

Página: 23/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
265	CONJ ROLAMENTOS (15298)	CJ	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	102,3091	1
266	ROLAMENTO COM ANEL (15299)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	166,5460	1
267	BRAÇO DO HIDRA, CURTO (15300)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	306,8282	1
268	ROLAMENTOS AGULHAS CAX (15301)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	29,7637	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
289	MÃO DE OBRA (2726)	HR	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	CNH	0	132,9850	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 43/2015		Data do Registro: 01/12/2015		Válido até: 01/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Peças e Serviço de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015
PROCESSO Nº 66/2015

(7973) - AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 1 de Dezembro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

REVOGAÇÃO EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Revogação Edital de Credenciamento Universal 01/2016

O Município de Brunópolis (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que por necessidade de adequação do edital, por razões de interesse público e motivado por conveniência administrativa resolve REVOGAR o edital de Credenciamento Universal 01/2016, cujo objeto é o credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.649, DE 01 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA nº 10.649, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de PROFESSOR, conforme abaixo nominados:

ADRIANA ZABEL CEREZER
MARISTELA DE SOUSA FACCHINI
DILMARIZE DE OLIVEIRA BRUNS

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/03/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 450/2016

PORTARIA Nº 450/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. LIGIANE DE SOUZA SCAPPINI, matrícula nº 1000038782-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 26/06/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 427/2016

PORTARIA Nº 427/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANDREIA MAZZOLLI KELLER, matrícula nº 719323-00, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25/02/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 456/2016

PORTARIA Nº 456/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JANE SILVIA BENVENUTTI, matrícula nº 311340-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/03/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 31/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 31/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente para Ressarcimento de Danos, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Murilo José Maes, Simone Bittencourt Frutuoso e Jean Wons Fernandes.

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão Processante o encargo de coordenar, organizar, julgar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito dos Processos Administrativos para ressarcimento de danos.

Art. 3º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/02/2016.

Brusque, 02 de fevereiro de 2016

SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA
SAMAE

PORTARIA Nº 33/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 33/2016

A Representante do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, por término, dos seguintes servidores:

PAULO MOTTA, matrícula 27740-0, do cargo de Agente de ETA; ARLEI DE ANDRADE, matrícula 21687-2, do cargo de Agente Hidráulico; ANTÔNIO FERNANDES DE BRITO, matrícula 29300-0, do cargo de Agente de Obras. 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA
Representante
SAMAE

PORTARIA Nº 34/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 34/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Anderson Manrich, matrícula 13943-00, ocupante do cargo de Agente de Obras;
Claudio Cesar Bertolini, matrícula 18554-03, ocupante do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;
Jean Wons Fernandes, matrícula 3760-03, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
José Aroldo da Silva, matrícula 8273-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;
José Luiz Tomasi, matrícula 18040-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Luan Ariel Freisleben, matrícula 26280-00, ocupante do cargo de Coordenador;
Maicon Buss, matrícula 25941-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Pedro Tavares de Lima, matrícula 18910-01, ocupante do cargo de Chefe;
Sidnei Cesari, matrícula 17965-01, ocupante do cargo de Operador de Maquinas;
Valdemir José da Silva, matrícula 21105-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 07/03/2016 à 26/03/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 07/03/2016.

Brusque, 01 de março de 2016

Roberto Bolognini
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 35/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 35/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Lauricio dos Santos, matrícula 21067-00, ocupante do cargo de Motorista;
Luciano Camargo, matrícula 21024-00, ocupante do cargo de Técnico Laboratorista;
Ricardo Cesar Espindola, matrícula 7625-01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas;

Pelo período de 07/03/2016 à 05/04/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de

07/03/2016.

Brusque, 01 de março de 2016.

Roberto Bolognini Diretor Presidente

PORTARIA Nº 36/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 36/2016

O DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

- 1) Tornar sem efeito a Portaria N.º 32/2016.
- 2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de março de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 378/2016

PORTARIA Nº 378/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ROSIANE VANDRESEN, matrícula nº 684325-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 18/02/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 428/2016

PORTARIA Nº 428/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANDREIA

MAZZOLLI KELLER, matrícula nº 719323-00, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 24/06/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 438/2016

PORTARIA Nº 438/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. EDER CARLOS BECKER, matrícula nº 743917-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a contar de 26/02/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 440/2016

PORTARIA Nº 440/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MARCIA PIRES DA SILVA ROSA, matrícula nº 674168-05, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 26/02/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 449/2016

PORTARIA Nº 449/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. LIGIANE DE SOUZA SCAPPINI, matrícula nº 1000038782-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 27/02/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação do anteprojeto de lei que dispõe sobre o sistema único de assistência social do município de Brusque e da outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada na data de 25 de fevereiro de 2015 no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 56, de 02 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque – CMAS e,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o anteprojeto de lei que dispõe sobre o sistema único de assistência social do município de Brusque e da outras providências, conforme segue anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor a partir de sua data de

publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Helena Dias
Presidente/CMAS/Brusque

ANTEPROJETO DE LEI Nº DE FEVEREIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE. No uso de duas atribuições legais, faz saber que a câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas.

Art. 2º A política de Assistência Social do Município de Brusque tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) A proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) O amparo as crianças e aos adolescentes carentes, em situação de risco/e ou privados de seus direitos;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

II – A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos;

III- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A política pública de assistência social de Brusque, rege-se a pelos seguintes princípios:

I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003-Estatuto do Idoso;

III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Seção II DAS DIRETRIZES

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes e eixos estruturantes:

I – primazia da responsabilidade do Poder Público na condução da política de assistência social no Município;

II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III – cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV – matricialidade sociofamiliar;

V – territorialização;

VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Seção I DA GESTÃO

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art.6º O Município de Brusque atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art.7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Brusque é a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SASH)

Parágrafo Único: visando o cumprimento de suas finalidades a SASH passa a ser estruturada com áreas abaixo relacionadas, sendo normatizadas por Regimento Interno próprio:

- a) Gestão da Proteção Social Básica
- b) Gestão da Proteção Social Especial com subdivisão em:
 - i) Média Complexidade, e
 - ii) Alta Complexidade;
- c) Gestão Financeira e Orçamentária;
- d) Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda;
- e) Gestão do SUAS com competência de:
 - i) Gestão do Trabalho;

- ii) Regulação do SUAS;
- iii) Vigilância Socioassistencial.

SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Brusque organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Art. 10. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional;
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao Suas é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12. As proteções sociais, básica e especial de média complexidade, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

§ 1º Em Brusque, o CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º Em Brusque, o CREAS é a unidade pública de abrangência municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas e projetos, além de benefícios da assistência social para os que se encontram em acompanhamento.

Art. 13. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização – oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II – universalização – a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III – regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município Brusque, quais sejam:

I – CRAS;

II – CREAS;

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de

Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16º São seguranças afiançadas pelo SUAS municipal:

I – acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II – renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho, como o Programa Bolsa Família do Governo Federal e outros que possam ser instituídos pelo governo municipal, conforme disponibilidade orçamentária municipal;

III – convívio ou convivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV – desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o estímulo de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;
- c) conquista do desenvolvimento de independência pessoal e qualidade, dos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V – apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em pecúnia ou bens de consumo, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III

DAS RESPONSABILIDADES

Art.17. Compete ao Município de Brusque, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

I – destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios regulamentados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI – implantar:

- a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
- b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano Municipal de Assistência Social.
- c) unidades de CRAS, visando a cobertura completa territorializada no Município.
- d) a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/SUAS-RH;

VII – regulamentar:

- a) coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;
- c) Plano de Cargos e Carreiras da SASH.

VIII – cofinanciar:

- a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB – RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX – realizar:

- a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- b) acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
- c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as conferências de assistência social;

X – gerir:

- a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
- b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XI – organizar:

- a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- b) monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas; e
- c) coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII – elaborar:

- a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando no mínimo 5% (cinco por cento) recursos do tesouro

municipal;

b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o em âmbito municipal; e

e) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS ;

f) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XIII – aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV – alimentar e manter atualizado:

a) o Censo SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social (SCNEAS) de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XV – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XVI – definir:

a) os fluxos de referência e contra-referência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XVII – implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente;

c) O Regimento Interno da SASH;

d) o Protocolo de Gestão dos Equipamentos e Serviços da SASH.

XVIII – promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com

outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
 b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
 c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XIX – assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XXI – prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XXII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXIII – assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais;

XXIV – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXV – Criar equipe de monitoramento dos serviços prestados pelas Entidades

XXVI – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;

XXVII - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXVIII - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXIX – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXX – estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXXI - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXII – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXXIII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

Seção IV DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município Brusque.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I- diagnóstico socioterritorial;

II- objetivos gerais e específicos;

III- diretrizes e prioridades deliberadas;

IV- ações estratégicas para sua implementação;

V- metas estabelecidas;

VI- resultados e impactos esperados;

VII- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII- mecanismos e fontes de financiamento;

IX – Cobertura da rede prestadora de serviços/

X - indicadores de monitoramento e avaliação, os quais devem ser acompanhados semestralmente; e

XI – espaço temporal de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

I – as deliberações das conferências de assistência social;

II – metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

CAPÍTULO IV

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Brusque, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação cujos membros governamentais, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

I - O CMAS é composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

a – 6 (seis) representantes governamentais, sendo estes vinculados as seguintes Secretarias Municipais:

i) 2 (dois) representante da Assistência Social;

ii) 1 (um) representante da Saúde;

iii) 1 (um) representante da Educação;

iv) 1 (um) representante da Secretaria de Orçamento e Gestão.

b – 6 (seis) representantes da sociedade civil, com a seguinte composição:

i) 2 (dois) representantes de organizações de usuários,

ii) 2 (dois) representantes das entidades e organizações de assistência social, e

iii) 1(um) representantes de entidades dos trabalhadores do setor em conformidade com o art. 3º da Lei n.º 8.742/93 e o Decreto 6.308/2007.

Parágrafo Único – na escolha de que trata a alínea “b” do caput deste artigo, dar-se-á em foro próprio sob supervisão do Ministério Público.

II O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período, observada a alternância entre representantes da sociedade civil e governo em cada mandato.

III CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual será composta por profissional responsável de nível superior conforme Resolução n.º 17/2011 do CNAS, e apoio administrativo de profissional de nível médio conforme Resolução n.º 9/2014 do CNAS, e terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único – Com relação a estrutura de que trata este Inciso, observa-se a necessidade de que disponha de local que além das atividades administrativas cotidianas, seja assegurado espaço para reuniões e outras atividades coletivas, estando esta diretamente vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);

IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

X - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XII - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados

e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XIII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIV - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVI - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XIX - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF), e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS);

XX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XXI - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;

XXII - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXIII - orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIV - divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias competente a sua matéria;

XXVI - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXVII - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.

XXVIII - realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social, em conformidade com o art. 3º da Lei Federal n.º 8.472/1993 e Decreto nº 6.308/2014; Resolução CNAS n.º 14/2014.

XXIX - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento e monitorar junto ao órgão gestor do requerimento de inscrição;

XXX- fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXXI - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXII- registrar em ata as reuniões;

XXXIII - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXIV - regular e zelar pela boa execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXV- avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Parágrafo Único – As comissões de que trata o Inciso XXXIII deste artigo refere-se as comissões permanentes ou temporárias, as quais devem ser reguladas no Regimento Interno, no entanto, ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Normas;
- b) Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de renda;
- c) Comissão de Inscrição e acompanhamento de entidades;
- d) Comissão de Financiamento e Orçamento;

Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§1º O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§2º O CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

Seção II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos

conselhos.

Parágrafo Único: Fica os organizadores da Etapa Municipal da Conferência da Assistência Social comprometido com a realização de debates que a precedam seja em termos territoriais e/ou por categorias tais como: usuários, trabalhadores, entidades, conforme estabelecido nos art. 116 a 118 da NOBSUAS/2012.

Seção III PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 29. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT), instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS).

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

SEÇÃO I DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 32. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que

estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.33. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 34. O público-alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

SUBSEÇÃO I DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 35. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 36. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS municipal.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 37. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 38. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e

duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Art. 39. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

VI – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VII – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VIII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

IX – Desastres e calamidades públicas, situações de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos

Art. 40. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 42. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal e do CMAS disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

§ 1º – Entende-se por procedimento e fluxos de oferta as ações do Poder Executivo que possibilitarão o acesso ao benefício, incluindo o local e a prestação do benefício, equipe responsável e articulação

da prestação do benefício eventual com programas de transferência de renda, serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas.

§ 2º – A prestação dos benefícios eventuais deverá estar integrada com a oferta dos serviços socioassistenciais a fim de que sejam identificadas as reais necessidades dos indivíduos e suas famílias. Nesse sentido, a prestação não pode estar condicionada necessariamente a determinado corte de renda.

SUBSEÇÃO II DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 43. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município (LOA).

SEÇÃO II DOS SERVIÇOS

Art.44. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

SEÇÃO III DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742, de 1993.

SEÇÃO IV PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 46. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico – social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

CAPÍTULO VI DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 47. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 48. As entidades de assistência social e os serviços, programas,

projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único – O Regimento Interno do CMAS deve necessariamente tratar da matéria visando regulamentar instâncias recursais de seus atos e definir prazos para análises dos processos de inscrição dentro de sua própria unidade administrativa, bem como na Resolução do CMAS para a abertura de inscrição.

Art. 49. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I -executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 50. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição junto ao CMAS demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VII DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento

orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 52. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

SEÇÃO I DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUSQUE

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 54. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social Brusque – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal

das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 55. O FMAS de Brusque será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 56. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque – FMAS, serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII - pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 57. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art.58. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 59. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 60. Revogam-se as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02 - 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre fluxos de atendimento e critérios para a Institucionalização de pessoas idosas e pessoas com deficiência pela Política Pública de Assistência Social de Brusque - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada na data de 25 de fevereiro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da

Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 56, de 02 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque – CMAS e,

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu artigo 5º, a qual declara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

CONSIDERANDO a NOB-RH/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de informar, orientar e monitorar os serviços, benefícios, programas e projetos para pessoas com deficiências e outros públicos prioritários;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, a qual prevê que a assistência social tem por objetivos a proteção à velhice e a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, Artigo 10º a qual manifesta que é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, no seu Artigo 3º que trata como sendo obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, Artigo 3º, inciso V, que estabelece priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, Artigo 45º que verificada qualquer das hipóteses previstas no Artigo 43º, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras das medidas, o abrigamento em entidade;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, a qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que define "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas";

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que organiza os níveis de complexidades do SUAS em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, define que o público alvo do serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência são aqueles cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, que não dispõem de autosustentabilidade de retaguarda familiar temporária ou permanente, ou que esteja em processo de desligamento de instituições de longa permanência;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 onde trata que a natureza do acolhimento de idosos deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autosustento e convívio com os familiares, sendo previsto apenas para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que o serviço de acolhimento institucional para idosos será realizado em unidade com característica domiciliar e deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.

RESOLVE:

Art.1º A institucionalização de jovens e adultos com deficiência e idosos pela Política Municipal de Assistência Social só ocorrerá se os mesmos estiverem em situação de violação de direitos por decorrência de, violência física, psicológica, negligência, situação de rua, abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, não tendo condições de autosustento e nem tê-lo provido pela família;

Art.2º Os casos serão analisados pela equipe técnica da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Brusque.

Art.3º Após o acompanhamento das famílias de idosos, jovens e adultos com deficiência nas situações descritas no artigo primeiro desta Resolução, permanecendo as situações de violações de direitos o CREAS remeterá relatório de caso ao Ministério Público, para providências cabíveis.

Paragrafo único: Nenhum idoso e/ou pessoa com deficiência será encaminhado a acolhimento institucional sem autorização judicial a partir da aprovação desta Resolução.

Art.4º O CREAS acompanhará as famílias dos indivíduos em acolhimento institucional, descritos nesta Resolução a partir da aprovação da mesma.

Art.5º A equipe da Proteção Social Especial de Alta Complexidade prestará supervisão e apoio aos serviços de acolhimento conveniados/contratados pelo município de Brusque, realizando:

I - Mapeamento da rede existente e fortalecimento da articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da Rede Socioassistencial, das demais políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);

II – Monitoramento das vagas na rede de acolhimento, indicando o serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso encaminhado;

III – Suporte técnico aos serviços de acolhimento;

IV – Apoio às equipes técnicas dos serviços de acolhimento no acompanhamento psicossocial das famílias de origem dos acolhidos;

V – Efetivação dos encaminhamentos necessários, em articulação com os demais serviços da Rede Socioassistencial, das demais políticas públicas e do SGD, monitorando, posteriormente, seus desdobramentos.

Publique-se

Registre-se

Helena Dias
Presidente/CMAS/Brusque

Caçador

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 – 2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 – 2016 - FMS

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 01–2016- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REVISTAS TEMÁTICAS CUSTOMIZADAS – COQUETEL, PARA AÇÃO PREVENTIVA DE COMBATE A DENGUE A SER DISTRIBUIDO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC, EMPRESA – EDIOURO PUBLICAÇÕES DE LAZER E CULTURA LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RJ, CNPJ – 01.183.614/0001-19, VALOR TOTAL R\$ 42.500,00(quarenta e dois mil e quinhentos reais), conforme previsto no Art. 25 da Lei 8.666/93, Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 01 de março de 2016.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretária de Saúde

PORTARIA INTERNA SMS Nº 001/2016

PORTARIA INTERNA SMS Nº 001, DE 1 DE MARÇO DE 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.048/GM/MS, de 3 de setembro de 2009, que aprova o regulamento do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que estabelece os critérios para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 940/GM/MS, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão);

Considerando a Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável);

Considerando a Portaria nº 2.073/GM/MS, de 31 de agosto de 2011, que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação em saúde no âmbito do SUS, nos níveis Municipal, Distrital, Estadual e Federal, e para os sistemas privados e do setor de saúde suplementar;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a necessidade de adotar medidas no campo da saúde que objetivem a melhoria e a modernização do seu sistema de gerenciamento de informações;

Considerando a necessidade de informação ao Sistema de Informação da Atenção Básica (e-SUS), que garante o registro individualizado por meio do Cartão Nacional de Saúde (CNS);

Considerando a ampliação da cultura do uso da informação e a gestão do cuidado em saúde ofertado à população;

Considerando a IMPERATIVA NECESSIDADE de utilização do sistema de informação em saúde adotado pela Secretaria Municipal de Saúde, o qual contempla os dados das equipes da AB, além de outras atividades e áreas de atenção a saúde municipal; e

Considerando ser de responsabilidade de cada profissional da área de saúde (médicos, odontólogos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, auxiliares e técnicos em saúde bucal, agentes comunitários de saúde) vinculado as unidades de saúde do Município de Caçador, a digitação da produção de atividades desempenhadas diariamente;

RESOLVE,

Art. 1o. Fica determinado a utilização do sistema WinSaúde, por todos os profissionais com atuação, em todas as unidades de saúde do Município de Caçador, para registro de toda a produção de atividades diárias realizadas.

Parágrafo Único. É obrigação individual de cada profissional (médico, odontólogo, enfermeiro, auxiliar e técnico de enfermagem, auxiliar e técnico em saúde bucal, agentes comunitários de saúde) a digitação de sua produção.

Art. 2o. O descumprimento do disposto na presente portaria configurará infração a Lei Complementar no. 56/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), arts. 185, II, III, X e XII, e art. 186, XVI, bem como ao disposto no art. 4o. IV, da Lei Complementar no.

222/11 (Criação de Empregos Públicos Programas ESF, EACS, Equipes SB) c/c art. 482, da CLT, passível de processo administrativo disciplinar, e consequente aplicação de penalidades.

Art. 3o. Esta Portaria Interna entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em 01 de março de 2016.

Roselaine de Almeida Périco, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

De acordo,

Gilberto Amaro Comazzetto, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.453

PORTARIA Nº 26.453, de 29 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, nominadas abaixo, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de seus filhos, especificando matrícula, nome, cargo e data de nascimento dos filhos:

Código	Nome	Cargo	Data nascimento filho(a)
13063	Danieli Miranda	Especialista em Assuntos Educacionais	23/11/2015
3310	Marcia Alves Ribeiro	Auxiliar de Creche e Berçário	09/01/2016
13823	Tatiane da Silva Pessole Frederick	Profª do Ensino Fundamental II	17/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.504

PORTARIA Nº 26.504, de 11 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 25.478, de 10 de abril de 2015, que designa Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal da Educação, para exercerem Funções Gratificadas e Funções de Confiança – Coordenadoria, no que se refere às Servidoras abaixo relacionadas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR %	FCC
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Profª Ensino Fundamental I	50%	---
5059	Marcia Alves de Oliveira Hahn	Coordenadora Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais	---	FCC3

Art. 2º. DESIGNAR as Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Educação para exercerem Função Gratificada e Função de Confiança – Coordenadoria, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR %	FCC
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Profª Ensino Fundamental I	---	FCC3
5059	Marcia Alves de Oliveira Hahn	Coordenadora Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais	50%	---

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.537

PORTARIA Nº 26.537, de 18 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor titular do cargo, nome do cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
5701	Dalva Bolduan	Merendeira Escolar	44hs	005	Aposentadoria	01/02/2016
276	Eliane Beatriz Dupont Machado	Secretário Escolar	20hs	002	Aposentadoria	07/02/2016
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Obras e Posturas	35hs	023	Aposentadoria	04/01/2016
511	Jandir Bortotto	Professor do Ensino Fundamental II	40hs	005	Aposentadoria	01/02/2016
187	Marta Maboni Zanotti	Professor do Ensino Fundamental I	40hs	005	Aposentadoria	01/02/2016
13317	Marcelo de Carvalho Taveira	Médico 40hs	40hs	006	Exoneração	18/02/2016
3405	Orivaldi Antonio Deggeroni	Técnico em Segurança do Trabalho	35hs	002	Aposentadoria	01/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.553

PORTARIA Nº 26.553, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 26.130, de 29 de outubro de 2015, que concede ao Servidor Público Municipal CLAUDIO GRANJA, Matrícula 280, cargo de Professor do Ensino Fundamental II, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Licença prêmio a que faz jus, somente no que se refere ao período de gozo que fica retificado para o período de 03 de novembro de 2015 a 02 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.554

PORTARIA Nº 26.554, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, a seguir relacionados, para exercerem Funções Gratificadas – FGR, constantes no Anexo II do Quadro de Cargos e Provimento em Comissão e das Funções Gratificadas, por desempenharem

atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos, especificando códigos, nomes, cargos, nomenclatura e porcentagem das funções gratificadas, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016:

Código	Nome	Cargo	FGR - % - Função
14060	Claudete Natus	Assistente Administrativo	FGR 3 - 30%
8550	Edson Ferreira Lopes	Auxiliar de Administração	FGR 3 - 30%
7680	Lenita Thibes Stefan	Auxiliar de Administração	FGR 3 - 30%
10511	Marisa Cristina Morona	Assistente Administrativo	FGR 3 - 30%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.594

PORTARIA Nº 26.594, de 25 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando: código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	023

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.599

PORTARIA Nº 26.599, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal MAURÍCIO DE OLIVEIRA, Matrícula 10554, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 03, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 20.184, de 21 de fevereiro de 2011, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.614

PORTARIA nº 26.614, 01 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR o prazo de conclusão do procedimento de Sindicância Administrativa nº. 02/2016, instaurado pela Portaria nº. 26.407, de 21/01/2016, uma vez que a Comissão Sindicante não conseguiu concluir a instrução processual em virtude do acúmulo de trabalho da Coordenadoria de Sindicâncias.

Art. 2º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação da presente portaria no órgão oficial, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 01 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto– PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.615

PORTARIA nº 26.615, 01 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR o prazo de conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial nº. 01/2015, instaurado pela Portaria nº 25.812, de 18/08/2015, uma vez que a Comissão Processante não conseguiu concluir a instrução processual em virtude da complexidade da matéria, bem como do acúmulo de trabalho da Coordenadoria de Sindicâncias.

Art. 2º. A Comissão tem o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação da presente portaria no órgão oficial, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 01 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto– PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO IL – 03/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03-2016 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 03/2016, Objeto. CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA A ABERTURA DAS ATIVIDADES ESCOLARES COM PROFIS- SIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAÇADOR/SC – ANO 2016, CLAUDIA MARIA DA CRUZ – CNPJ – 18.086.376.0001/26 COM SEDE NO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, Valor Total R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), prazo: 60 dias Conforme artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93.

Caçador, 29 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 27-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 27/2016 - Contrato Nº: 16/2014

Contratante...: CÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...:
BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 58.926,94 (cinquenta e oito mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 28/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 298.111,20

Objeto : 2º aditamento ao contrato 16/2014 cujo objeto é a contratação de empresa para locação de softwares de informática a fim de atender às necessidades do serviço administrativo da Câmara Municipal, devendo atender às especificações mínimas descritas em Edital. Objeto do aditamento: prorrogação do prazo de contratação com aplicação de reajuste.

Caçador, 1 de Março de 2016

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

PORTARIA 13-16- NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE RECEB. PROCESSO12-2016

PORTARIA Nº 013, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Comissão Especial para realizar a conferência e recebimen- to dos itens adjudicados no processo licitatório nº 12/2016 – pre- ção presencial nº 10/2016.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 42, inciso I da Lei Orgânica do Município, e na forma do art. 29, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no item 04 e subitens do Termo de Referência do Processo Licitatório 12/2016 – Pregão Presencial 10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo indicadas para, sob a presidência

da primeira, comporem a Comissão Especial para realizar a conferência e recebimento dos itens adjudicados no referido processo licitatório:

DIMALEICY APARECIDA PEREIRA (servidora fiscal dos contratos)
DANIEL HEBERLE (servidor assistente legislativo)
RAFAEL CUCCAROLLO DA SILVA (técnico em informática)

Art. 2º A Comissão reunir-se-á no dia 09/03/2016, às 13:30 horas, para receber os itens adjudicados, podendo rejeitar os itens que não atendam às especificações constantes do edital e das propostas, concedendo prazo não inferior a 10 dias para que o fornecedor proceda à substituição do item por outro adequado.

Art. 3º A comissão poderá aceitar o recebimento do item que contiver especificação diversa do constante no edital e proposta, desde que de qualidade superior;

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 01 de março de 2016.
Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 002/2016 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016- FUNDESP- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 002/2016 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, PARA OS ATLETAS DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES QUE IRÃO PARTICIPAR DE JOGOS REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME CRONOGRAMA EM ANEXO."

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 10/16 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 010/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ÇAÇAMBA TOCO LK, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/02/2017

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 011/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 1º/03/2017

1ª Publicação.

PR 27/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO EM ESTRUTURA GALVANIZADA, POLICARBONATO FUMÊ, MEDINDO 232M2, PARA NOVA SEDE DO CITRAN E DELEGACIA DA COMARCA DE CAMBORIÚ, VISANDO A PROTEÇÃO DAS VIATURAS POLICIAIS, BEM COMO A PASSAGEM DE PESSOAS. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 06/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2016-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.673 DE 02 DE MARÇO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.673 DE 01 DE MARÇO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR MOTIVO FALECIMENTO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Exonerar por motivo de falecimento o Servidor Público Municipal JOSÉ RONEI CANDIDO, do Cargo Público de Agente Operacional V, na Função de Pedreiro/Carpinteiro, Matrícula Funcional nº 000650, Registro no Sistema sob nº 955079, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras a partir de 23 de fevereiro de 2016.

Art.2º) Fica declarada a vacância do cargo Público de Agente Operacional V, Função de Pedreiro/Carpinteiro, a partir de 23 de fevereiro de 2016.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 01 de março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016 FMS

Objeto: Aquisição de 11.300 litros de gasolina comum para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2016, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 40.454,00 (quarenta mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

Vigência: 29/02/2016 a 31/12/2016.

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº01/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 11 de Março de 2016 às 10 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL INSTRUTOR DE CURSO BÁSICO E AVANÇADO DE SALÃO DE BELEZA PARA ATUAR NOS PROJETOS SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROJETO DE OLHO NO FUTURO PAR ANO DE 2016. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente. Recebimento das Propostas: até às 14h30 horas do dia 11 de Março de 2016.

Abertura: As 15h00min do dia 11 de Março de 2016, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Campos Novos.

Campos Novos, 29 de Fevereiro de 2016.

Nelson Cruz.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 271/16

PORTARIA Nº 271/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR MANOEL FACKIS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor MANOEL FACKIS, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272/16

PORTARIA Nº 272/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARITA DE FATIMA FORGEARINI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARITA DE FATIMA FORGEARINI, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO, junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/16

PORTARIA Nº 273/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA CLARICE APARECIDA FAGUNDES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO, JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CLARICE APARECIDA FAGUNDES, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PÚBLICO, junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 274/16

PORTARIA Nº 274/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR EINOR LUIZ FAE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora EINOR LUIZ FAE, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO FISCALIZAÇÃO, junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/16

PORTARIA Nº 275/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR IVORI TROMBETA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor IVORI TROMBETA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, junto a SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 276/16

PORTARIA Nº 276/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA TEREZINHA VENTURIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora TEREZINHA VENTURIN, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA

SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/16

PORTARIA Nº 277/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA BEATRIZ DE FATIMA MARCON BASÍLIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA FAMILIA, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora BEATRIZ DE FATIMA MARCON BASÍLIO, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA FAMILIA, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278/16

PORTARIA Nº 278/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA NELI TEREZINHA ASCARI KRAHL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora NELI ASCARI KRAHL, para o cargo em comissão de GERENTE DE APOIO - CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/16

PORTARIA Nº 279/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MARIA DE LURDES FAEDO SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E TRABALHO, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARIA DE LURDES FAEDO SILVA, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E TRABALHO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/16

PORTARIA Nº 280/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA IVONETE SERNAJOTO TROMBETA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora IVONETE SERNAJOTO TROMBETA, para o cargo em comissão de SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/16

PORTARIA Nº 281/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA DILSE BORTOLI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora DILSE BORTOLI, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/16

PORTARIA Nº 282/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA LUCIMAR TESKE FRANÇA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LUCIMAR TESKE FRANÇA, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/16

PORTARIA Nº 283/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA, para o cargo em comissão de COORDENADORA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/16

PORTARIA Nº 284/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR GESIEL RIBEIRO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLE E CADASTRO SOCIAL, JUNTO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora GESIEL RIBEIRO, para o cargo em comissão de GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLE E CADASTRO SOCIAL, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/16

PORTARIA Nº 285/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR FERMINO FRANCISCO DE MATTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora FERMINO FRANCISCO DE MATTOS, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, junto a SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/16

PORTARIA Nº 286/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR LEONILDO RECALCATTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LEONILDO RECALCATTI, para o cargo em

comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, junto a SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/16

PORTARIA Nº 287/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR MARCIO JORGE AZEVEDO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO, JUNTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora MARCIO JORGE AZEVEDO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO, junto a SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/16

PORTARIA Nº 288/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUNTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, junto a SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/16

PORTARIA Nº 289/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA NETO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, JUNTO A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA NETO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, junto a SECRETARIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/16

PORTARIA Nº 290/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRIN, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/16

PORTARIA Nº 291/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ANA PAULA DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DO FUNDO DE SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANA PAULA DOS SANTOS, para o cargo em

comissão de GERENTE DO FUNDO DE SAÚDE, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/16

PORTARIA Nº 292/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA ELIANE LOPES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELIANE LOPES, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À SAÚDE, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293/16

PORTARIA Nº 293/16 de 01/02/16

NOMEIA A SERVIDORA HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILLA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILLA, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/16

PORTARIA Nº 294/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR EDILSON BATISTA FAGUNDES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPORTES DA SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor EDILSON BATISTA FAGUNDES, para o cargo em comissão de GERENTE DE TRANSPORTES DA SAÚDE, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/16

PORTARIA Nº 295/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR DIOMAR CANUTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor DIOMAR CANUTO, para o cargo em comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA, junto a SECRETARIA DE SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/16

PORTARIA Nº 296/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR GUIOMAR DA LUZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO DE CENTROS ESPORTIVOS, JUNTO A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor GUIOMAR DA LUZ, para o cargo em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO DE CENTROS ESPORTIVOS, junto

a SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299/16

PORTARIA Nº 299/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR SERGIO JOSE SILVESTRIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER, JUNTO A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor SERGIO JOSE SILVESTRIN, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER, junto a SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/16

PORTARIA Nº 300/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR LUIZINHO SAVARIS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EVENTOS, JUNTO A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor LUIZINHO SAVARIS, para o cargo em comissão de GERENTE DE EVENTOS, junto a SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/16

PORTARIA Nº 301/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR MOACIR DORNELLES CORREIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor MOACIR DORNELLES CORREIA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/16

PORTARIA Nº 302/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR OSVALDO DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor OSVALDO DE SOUZA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/16

PORTARIA Nº 303/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR JOSÉ MARIA GONÇALVES LINS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor JOSE MARIA GONÇALVES LINS, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/16

PORTARIA Nº 304/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR LOIRENO TESSER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor LOIRENO TESSER, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/16

PORTARIA Nº 305/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR ADELMO PETRY PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ADELMO PETRY, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/16

PORTARIA Nº 306/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR ADELINO PAULO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor ADELINO PAULO, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/16

PORTARIA Nº 307/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR GENÉSIO RODRIGUES PEIXOTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor GENÉSIO RODRIGUES PEIXOTO, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/16

PORTARIA Nº 308/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR GERALDO MAFIOLETTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor GERALDO MAFIOLETTI, para o cargo em comissão de SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309/16

PORTARIA Nº 309/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR MARIO CEZAR DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OBRAS, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor MARIO CEZAR DE SOUZA, para o cargo em comissão de GERENTE DE OBRAS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310/16

PORTARIA Nº 310/16 de 01/02/16

NOMEIA O SERVIDOR NELSON RODRIGUES DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor NELSON RODRIGUES DE SOUZA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311/16

PORTARIA Nº 311/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR ADÃO DOS SANTOS MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 01 – ao servidor ADÃO DOS SANTOS MELO, junto a Secretária de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 312/16

PORTARIA Nº 312/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 01 – ao servidor GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI, junto a Secretária de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 313/16

PORTARIA Nº 313/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 01 – ao servidor HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ, junto a Secretária de Planejamento e Coordenação Geral. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 314/16

PORTARIA Nº 314/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR ILDO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 01 – ao servidor ILDO DA SILVA, junto a Secretária de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 315/16

PORTARIA Nº 315/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor SANDRA PELENTIR DISSEGNA, junto a Secretária de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 316/16

PORTARIA Nº 316/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/16

PORTARIA Nº 317/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR ADRIANA HELENA ROSSA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor ADRIANA HELENA ROSSA MELO, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 318/16

PORTARIA Nº 318/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR BRUNA ZANDONÁ MARCON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor BRUNA ZANDONÁ MARCON, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 319/16

PORTARIA Nº 319/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor CLARICE RODRIGUES ARRUDA, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320/16

PORTARIA Nº 320/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR FERNANDA LIMA DEPORTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor FERNANDA LIMA DEPORTE, junto a Secretaria da Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321/16

PORTARIA Nº 321/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR GRAZIELLI CRISTINA KEMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor GRAZIELLI CRISTINA KEMER, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 322/16

PORTARIA Nº 322/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JOCEANE GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor JOCEANE GONÇALVES WALTER, junto a Secretaria Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 323/16

PORTARIA Nº 323/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JUREMA TEREZINHA RAYZEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor JUREMA TEREZINHA RAYZEL, junto a Secretaria Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 324/16

PORTARIA Nº 324/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor LUANA DEBASTIANI, junto a Secretaria Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/16

PORTARIA Nº 325/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR REJANE PAULINA RUPENTHAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor REJANE PAULINA RUPENTHAL, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327/16

PORTARIA Nº 327/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR VILMAR MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor VILMAR MARTINS, junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328/16

PORTARIA Nº 328/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR LUANA LORENZINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 02 – ao servidor LUANA LORENZINI, junto a CAPS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 329/16

PORTARIA Nº 329/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR DEISE CRISTIANE SCHMID SCAPINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor DEISE CRISTIANE SCHMID SCAPINI, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330/16

PORTARIA Nº 330/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR EDENILSON PATRICK MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor EDENILSON PATRICK MORESCO, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331/16

PORTARIA Nº 331/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 332/16

PORTARIA Nº 332/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR KERLLY JUCIANE WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor KERLLY JUCIANE WALTER, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 333/16

PORTARIA Nº 333/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR LETÍCIA PICCOLI CAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor LETÍCIA PICCOLI CAIPER, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 334/16

PORTARIA Nº 334/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR MARCIA RITA SILVA CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor MARCIA RITA SILVA CORREA, junto a Secretaria de Fazenda e Administração.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 335/16

PORTARIA Nº 335/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR MARINES TRAUTMANN DE AVILA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor MARINES TRAUTMANN DE AVILA , junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336/16

PORTARIA Nº 336/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR MELISSA THAIS GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor MELISSA THAIS GEHRKE GOMES , junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 337/16

PORTARIA Nº 337/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR NILVA MARIA FABRO SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – 03 – ao servidor NILVA MARIA FABRO SARMENTO , junto a Secretaria de Fazenda e Administração,. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 338/16

PORTARIA Nº 338/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA VIVIANE CRISTINA JUNHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-CI – a servidora VIVIANE CRISTINA JUNHO, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339/16

PORTARIA Nº 339/16 de 01/02/16
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-LICITAÇÃO – a servidora DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 340/16

PORTARIA Nº 340/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-LICITAÇÃO – a servidora LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341/16

PORTARIA Nº 341/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA VANESSA APARECIDA TORRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-LICITAÇÃO – a servidora VANESSA APARECIDA TORRES, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 342/16

PORTARIA Nº 342/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ANA PAULA DA SILVA ROVEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-PREGÃO – a servidora ANA PAULA DA SILVA ROVEDA, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343/16

PORTARIA Nº 343/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA GLAUCIANE PINTO FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-PREGÃO – a servidora GLAUCIANE PINTO FRANÇA, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344/16

PORTARIA Nº 344/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-PREGÃO – ao servidor JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 345/16

PORTARIA Nº 345/16 de 01/02/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR FRANCISCO EDARO LAERCIO GARCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE-TESOURARIA – ao servidor FRANCISCO EDARO LAERCIO GARCIA, junto a Secretaria de Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 346/16

PORTARIA Nº 346/16 de 16/02/16
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) THAIS ELIZA NERIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) THAIS ELIZA NERIS do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 347/16

PORTARIA Nº 347/16 de 16/02/16
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora TEREZINHA VENTURIN, portador da CNH nº 01655929990, categoria B, ocupante do cargo de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 348/16

PORTARIA Nº 348/16 de 16/02/16
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA, portador da CNH nº 02730370830, categoria B, ocupante do cargo de COORDENADORA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 349/16

PORTARIA Nº 349/16 de 16/02/16
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora LUCIMAR TESKE FRANÇA, portador da CNH nº 03125714307, categoria AB, ocupante do cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 351/16

PORTARIA Nº 351/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA para exercer o cargo de ENFERMEIRA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 352/16

PORTARIA Nº 352/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA para exercer o cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 353/16

PORTARIA Nº 353/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLORISVAL DAL CORTIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FLORISVAL DAL CORTIVO para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 354/16

PORTARIA Nº 354/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE APARECIDA DOS SANTOS DA COSTA SERPA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DAIANE APARECIDA DOS SANTOS DA COSTA SERPA para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 355/16

PORTARIA Nº 355/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DALTRO JOSÉ WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DALTRO JOSÉ WALTER para exercer o cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 356/16

PORTARIA Nº 356/16 de 16/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR AMERICANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR AMERICANO para exercer o cargo de PEDREIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 357/16

PORTARIA Nº 357/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANOR QUINTILIO DALABRIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVANOR QUINTILIO DALABRIDA para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 358/16

PORTARIA Nº 358/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR SURDI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR SURDI para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 359/16

PORTARIA Nº 359/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NEOLI ANTONIO SPIELMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NOELI ANTONIO SPIELMANN para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 360/16

PORTARIA Nº 360/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADAO CARLOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADAO CARLOS DA SILVA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 361/16

PORTARIA Nº 361/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FATIMA LOPES DOS SANTOS SCALSAVARA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FATIMA LOPES DOS SANTOS SCALSAVARA para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 362/16

PORTARIA Nº 362/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JURACI PINTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JURACI PINTO para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 363/16

PORTARIA Nº 363/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO INES VARELA DA LUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário INES VARELA DA LUZ para exercer o cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 364/16

PORTARIA Nº 364/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 365/16

PORTARIA Nº 365/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAIR JOSE DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAIR JOSE DE MATTOS para exercer o cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 366/16

PORTARIA Nº 366/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRA DA SILVA para exercer o cargo de ENFERMEIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 367/16

PORTARIA Nº 367/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS para exercer o cargo de ENFERMEIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 368/16

PORTARIA Nº 368/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELICA NELCI COLLE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANGELICA NELCI COLLE para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/16

PORTARIA Nº 369/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINE PAGANINI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANAINE PAGANINI DE MATTOS para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 370/16

PORTARIA Nº 370/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINE PAGANINI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NATALIA ALMEIDA para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 371/16

PORTARIA Nº 371/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUSSARA SANTIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JUSSARA SANTIN para exercer o cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 373/16

PORTARIA Nº 373/16 de 16/02/16
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SAMUEL ALVES DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SAMUEL ALVES DE LIMA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

RG 05_16 AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/15
 Processo Nº.: 9/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2016

No dia 29 do mês de Fevereiro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2016, Processo Licitatório nº. 9/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA A PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9083	CBA INFORMÁTICA LTDA	
10903	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP	
11357	DATEN TECNOLOGIA LTDA	
11088	FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA	3
11359	GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.	1
11360	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP	2
11358	VERLIN & PIONTKOSKI LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CBA INFORMÁTICA LTDA	80.156.326/0001-41	NEODIR ARCEGO	670.646.479-15
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP	05.055.328/0001-29	JEAN PERIN ZUCCHI	061.080.219-42
DATEN TECNOLOGIA LTDA	04.602.789/0001-01	EDUARDO HAMMES	085.956.279-40
FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA	19.554.960/0001-21	ROBSON GARBIN	048.357.029-05
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.	89.237.911/0001-40	LICIANO GONÇALVES	073.993.879-74
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP	06.635.187/0001-86	HENRIQUE DO AMARAL	040.224.799-06
VERLIN & PIONTKOSKI LTDA - ME	10.894.828/0001-94	WILLIAN DE OLIVEIRA	754.636.012-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA A PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/15
 Processo Nº.: 9/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 11088 - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Computador Portátil Tipo I	UN	HP 440 G1	8,000	3.952,0000	31.616,00

Configuração mínima indispensável:

I - Configuração mínima indispensável:

a) Unidade Central de Processamento:

Processador com frequência de clock real 2.2Ghz, 02 (dois) núcleos e 04 (quatro) threads, cache de 3Mb, Front Side Bus (DMI 5GT/s).

b) Memória RAM:

Memória DDR3 SDRAM 8 (oito) Gbytes (sendo 1 pente de 8Gbytes) PC3-12800 barramento de 1600 MHz; suporte para tecnologia Dual-channel (duplo canal de acesso); expansível a 16 (dezesesseis) Gbytes;

c) Tela:

Tela de LED de 14" (quatorze polegadas) HD Resolução 1366 x 768 Antirreflexo.

d) Unidade de Armazenamento:

Disco rígido SATA, 500GB de capacidade, 5400 RPM; form factor 2.5"; com tecnologia semelhante à de "airbag" na proteção da unidade de disco rígido.

e) Rede:

Controladora de rede integrada padrão Gigabit Ethernet operando automaticamente nas velocidades de comunicação de 10/100/1000 Mbps, bem como no modo full-duplex; Placa de rede Wireless embutida com os padrões IEEE 802.11 b/g/n; Compatibilidade funcional e operacional com o padrão AGN; Placa de rede Wireless embutida com dispositivo para ligar/desligar e led indicando quando está ligado ou desligado; Bluetooth 4.0 integrado.

f) Vídeo:

Memória de vídeo compartilhada, integrada ao processador, gráfico dinâmico com mínimo de 1.05 GHz.

g) Som:

Placa de som integrada com alto-falantes integrados; saída para fone de ouvido/linha estéreo, entrada para microfone estéreo, microfone integrado.

h) Webcam e microfone:

Webcam de 720 pHD e microfone integrado.

i) Interfaces:

Possui 1 (uma) porta RJ-45 de rede ethernet;

Possui 1 (uma) porta VGA padrão DB-15;

Possui 1 (uma) porta DisplayPort ou HDMI;

Possui 2 (duas) portas USB 3.0;

Possui 2 (duas) portas USB 2.0

Possui 1 (uma) alimentação de CA;

Possui saída estéreo para microfone, saída para fones de

ouvido/saída de linha estéreo;

Possui 1 (um) Leitor de cartões 3 x 1 (SD, SDHC, SDXC);

j) Bateria:

Acompanha bateria de lítio-ion de 4 células com até 7,4 horas de autonomia; Adaptador de energia com tensão de entrada de 100-240 VCA, com seleção automática de tensão;

k) Gabinete:

Gabinete reforçado com fibra de Carbono e fibra de vidro aumentando a resistência e durabilidade do case; Possui slot específico para instalação de cabo com trava de fixação antifurto;

l) Teclado:

Teclado embutido ao gabinete no padrão ABNT-2 (Português-Brasil) resistente ao derramamento de líquidos;

m) Sistema Operacional:

Microsoft Windows 8 Professional 64 bits autêntico em português do Brasil instalado.

Aplicativo Office Home and Business 2013 em Português do Brasil, (Word 2013, Excel 2013, PowerPoint 2013, Outlook 2013 e One Note 2013), licenciados em nome da Prefeitura Municipal de Campos Novos (não serão aceitos produtos limitados somente para uso doméstico e não comercial).

n) Bios:

oPlug & Play, com direitos (copyright) sobre essa BIOS, os direitos (copyright) permitem ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, estão disponibilizadas no site do fabricante; com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; mostra no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; Possui recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; Possui tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.

o) Documentos e Declarações:

1Anexar comprovação de certificação EPEAT Gold mediante página obtida no site: www.epeat.net.

2Anexar comprovação de que o fabricante consta na lista de empresas incentivadas pela Lei de informática Nº 8248/91 alterada pela Lei Nº 10.176/01 (PPB - Processo Produtivo Básico).

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 3/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo "o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto.

3Anexar Certificação DMTF (Desktop Management Task Force) de nível Board podendo ser emitidas através do link <http://www.dmtf.org/about/list>.

4Anexar Certificado HCL do notebook sendo compatível com MS Windows 7 ou 8, onde o modelo cotado pela licitante proponente deverá ter sua comprovação obtida

através de relatório emitido pela Microsoft (HCL) no endereço: <https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/>.

5Anexar Certificado Energy Star versão 5.0 ou superior do notebook, podendo ser emitidas através do link: <http://www.energystar.gov/productfinder/product/certified-computers/re>

p) Garantia e Assistência Técnica:

1O período de Garantia Técnica deverá ser on-site, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento cotado, fornecida pelo fabricante do equipamento que deverá solucionar o problema no local ou substituir o equipamento por outro com as mesmas características técnicas, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Todas as despesas decorrentes da manutenção da garantia são de responsabilidade do fornecedor.

2Reposição de qualquer parte ou peça que apresente defeito de fabricação.

3Atendimento ON-SITE, prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada com abertura de chamado via "Central de Atendimento" 0800 e web.

4O atendimento será em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

5O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 4 (quatro) dias corridos e contados após a abertura do chamado, excluindo-se sábados, domingos e feriados; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.

6A garantia deverá atender ao estabelecido neste edital, e caso a contratada não resolva o defeito em 4 (quatro) dias corridos após o chamado, deverá disponibilizar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas outro equipamento com as mesmas características, a título de empréstimo, até que seja totalmente resolvido o conserto.

7A garantia dos equipamentos será oferecida no local onde o mesmo estiver instalado.

q) Serviços de Suporte Técnico:

1O fornecedor do equipamento deverá prover a abertura de chamados técnicos através de linha 0800 junto ao fabricante do equipamento;

2Disponibilidade de site na WEB (indicar endereço) para suporte online e transferência de arquivos de configuração;

3Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados deverão estar disponíveis no Web Site do fabricante do equipamento e deverão ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto, conforme etiqueta permanente afixada no gabinete.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/15
 Processo Nº.: 9/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 11359 - GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Computador para Estação de Trabalho Tipo I	UN	HP 705 SFF	45,000	4.823,0000	217.035,00
<p>a)ARQUITETURA:</p> <p>1)Os equipamentos deverão ser baseados na arquitetura de 64 bits com pelo menos 4 (quatro) núcleos e 4 (quatro) threads, total compatibilidade com aplicativos de 32 e 64 bits, baixo índice de ruído, baixo consumo de energia, gerenciáveis remotamente e com padrão ergonômico superior.</p> <p>b)PROCESSADOR:</p> <p>1.Número de núcleos 4 (quatro);</p> <p>2.Frequência real de clock interno de no mínimo 3,10GHz;</p> <p>3.Memória cache igual ou superior a 4MB;</p> <p>4.Controlador de memória integrado suporta memórias DDR3 de 1.333 MHz;</p> <p>5.Deve prover suporte nativo a virtualização VPRO ou Dash;</p> <p>6.Deverá possuir controlador gráfico integrado;</p> <p>c) MEMÓRIA RAM:</p> <p>1Mínima de 4GB (1 x 4GB);</p> <p>2Expansível no mínimo 32GB;</p> <p>3Interface DDR3 PC3-10600 de no mínimo 1333Mhz;</p> <p>4Deverá possuir 4 slots;</p> <p>5Possuir acesso à memória de canal duplo (Dual Channel Memory) ou superior.</p> <p>d)PLACA MÃE:</p> <p>1Com total suporte às características especificadas para o Processador, Memória RAM e Disco Rígido presentes nesta descrição;</p> <p>2Mínimo de 2(dois) Slots PCI, sendo pelo menos 1(Um) PCI-Express X16;</p> <p>3Manufaturada pelo próprio fabricante do equipamento ou em regime de O&M, não sendo portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum;</p> <p>4Chipset do mesmo fabricante do processador;</p> <p>5Chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 1.2, soldado a placa principal, acompanhado de drivers e software para utilização do chip.</p> <p>6Capacidade de redirecionamento do boot do computador pela rede através do uso de CD-ROM, ou arquivo de imagem no formato ISO (CD e DVD ROM) localizados em outro computador, com acesso a interface remotamente, no console de administração, mesmo com o equipamento desligado;</p> <p>7Possuir sensor de intrusão conectado a placa mãe, em caso de abertura não autorizado do equipamento o sensor deverá gerar um evento em log;</p> <p>8Deve possuir tecnologia de proteção contra vírus.</p> <p>e)BIOS (UEFI BIOS)</p> <p>1.Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 e Plug-and-Play;</p> <p>2.Lançada a partir de 2011 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;</p> <p>3.Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;</p> <p>4.Permittir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (numero do patrimônio e numero de serie). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e constantes no CD-ROM/DVDROM de drivers e aplicativos que devera vir junto com o equipamento e também disponibilizados para download no site do fabricante;</p> <p>5.Suporte a tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T.;</p> <p>6.Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto. A comprovação do desenvolvimento exclusivo para o projeto devera ser feita por meio de declaração fornecida pelo fabricante da BIOS, dispensável no outro caso.</p> <p>f)CONTROLADORA DE VÍDEO:</p> <p>1.Deve possuir controladora gráfica on board com suporte a no mínimo DirectX 11;</p> <p>2.Deve possuir, no mínimo, 1024 MB de memória DDR, podendo ser compartilhada dinamicamente, ou não, com a memória principal (RAM);</p> <p>3.Possui drivers para o Sistema Operacional ofertado;</p> <p>4.Suporte a DualVideo com 1 (uma) saída VGA e 2 (duas) DVI ou DisplayPort, que possibilite a instalação de 3 (Três) monitores de vídeo com imagens distintas;</p> <p>5.Deve possuir taxas de transmissão de dados equivalente a PCI Express X16 ou superior;</p> <p>g)CONTROLADORA DE DISCOS:</p> <p>1.Deve possuir pelo menos 01 (uma) controladora SATA III, 6.0</p>						

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

h) PORTAS E INTERFACES:

- 1) Deve possuir 01 (uma) interface serial instalada na própria placa mãe (on-board), com conector DB-9, padrão RS-232-C ou superior, compatível com UART 16550;
- 2) Deve possuir pelo menos 06 (seis) portas USB (Universal Serial Bus) versão 2.0 onboard e pelo menos 04 (quatro) portas USB (Universal Serial Bus) versão 3.0 onboard, sem o uso de adaptadores, disponíveis para uso, sendo 06 (seis) na parte traseira e 04 (quatro) na parte frontal do gabinete;
- 3) Deve possuir 01 (uma) interface de rede gigabit, tipo RJ-45 fêmea, instalada na própria placa mãe (on-board), com suporte a PXE e Wake on LAN;
- 4) Deve possuir 01 (um) conector DB15 (analógico).

i) GABINETE:

1. Gabinete com tecnologia padrão ATX ou superior SFF;
2. Possuir no mínimo 1 Baía externa de 5,25 h;
3. O gabinete deve ter características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, colocação/fixação e remoção de disco rígido, unidade óptica, memória, placas de expansão tipo PC. Não sendo aceito a utilização de parafusos recartilhados;
4. Deverá possuir detector de intrusão de gabinete integrado;
5. Dotado de fonte de alimentação de no máximo 240W (tensões de entrada desde 115 até 230 Volts, sem necessidade de comutação de chave);
6. Com leds indicativos de ligado e acesso a disco rígido;
7. Alto-falante interno para reprodução de áudio, dispensando o uso de caixas de som externas;
8. Deverá possuir trava mecânica (cadeado) ou elétrica (detector de intrusão);
9. Deve possuir entradas USB e de som frontais.

j) UNIDADES DE ARMAZENAMENTO:

1. Deve possuir 01 (um) disco rígido SATA III, 6.0Gb/s, mínimo 500 GB de capacidade, 7.200 RPM e cache de 16 (dezesseis) MB.

k) ADAPTADOR DE REDE:

1. Padrão ethernet PCI, compatível com a especificação 1000 base T;
2. Entrada para RJ-45, funcionalidades configuráveis via software;
3. Tipo Auto-sense, seleção automática de velocidade 10/100/1000MB/s, implementar as características de wake up on lan (WOL) e PXE.

l) TECLADO:

1. Padrão ABNT-2 com bloco numérico independente e teclas de função, com LED's indicadores de NUM LOCK, SCROLL LOCK e CAPS LOCK;
2. Com todos os caracteres da língua Portuguesa, inclusive "Ç";
3. Do próprio fabricante do microcomputador;
4. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
5. Com conector USB, não serão aceitos nenhum tipo de adaptadores.

m) MOUSE:

1. Óptico com fio e scroll, do próprio fabricante do microcomputador;
2. Com conector USB, não serão aceitos nenhum tipo de adaptadores;
3. 400 DPI ou superior;
4. O Mouse deve funcionar sobre qualquer superfície, não necessitando de nenhum tipo de Pad especial;
5. Deverá vir acompanhado de Mouse Pad.

n) DRIVE ÓTICO:

1. Deve possuir 01 (uma) unidade gravadora e leitora de CD/DVD, com conexão tipo SATA.

o) MONITOR DE VÍDEO:

1. Tela LCD - TFT 21" (vinte e um polegadas) com Retro-iluminação em LED, formato widescreen 16:9, anti-reflexo/antiestática e tela do tipo TFT de matriz ativa, contraste estático de 1000:1, tempo de resposta 8ms, resolução nativa de 1600 x 900, distância entre pixels 0.28mm, base com ajuste de altura, alimentação com fonte interna (embutida) de 100- 240 vac com comutação automática de voltagem, conector de entrada interface analógica VGA e interface digital DVI, consumo máximo: 27 watts, controles manuais liga-desliga, funções OSD, acompanha todos os cabos para as interfaces suportadas.

p) SISTEMA OPERACIONAL, APLICATIVO, SOFTWARES E DRIVERS:

1. Todos os drivers da placa-mãe, das controladoras, dos adaptadores e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 8, deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na internet;
2. Os equipamentos deverão ser entregues com o sistema operacional Microsoft Windows 8 Professional 64 bits, em português, pré-instalado e com a devida licença de uso, com direito de "downgrade" para o Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, todos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

(Word 2013, Excel 2013, PowerPoint 2013, Outlook 2013 e One Note 2013), licenciados em nome da Prefeitura Municipal de Campos Novos (não serão aceitos produtos limitados somente para uso doméstico e não comercial).
4. Deverá fornecer pré-instalado ou disponibilizar na Internet ou em CD-ROM um software de backup para os equipamentos ofertados.
5. Deverá acompanhar juntamente com o equipamento, CD de reinstalação do Sistema Operacional e demais drivers ou sistema de recuperação do sistema operacional no próprio HD.

q) DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES:

1. Anexar comprovação de certificação EPEAT (microcomputador e monitor de vídeo), mediante página obtida no site: www.epeat.net.
2. Anexar comprovação de que o fabricante consta na lista de empresas incentivadas pela Lei de informática Nº 8248/91 alterada pela Lei Nº 10.176/01 (PPB - Processo Produtivo Básico).
[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29440.html?ufConsulta=Processo Produtivo Básico \(PPB\)](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29440.html?ufConsulta=Processo%20Produtivo%20B%C3%A1sico) foi definido por meio da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo "o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto".
3. Anexar Certificação DMTF (Desktop Management Task Force) de nível Board; podendo ser emitidas através do link <http://www.dmtf.org/about/list>.
4. Anexar Certificado HCL do computador e monitor sendo compatível com MS Windows 7 ou 8, onde o modelo cotado pela licitante proponente deverá ter sua comprovação obtida através de relatório emitido pela Microsoft (HCL) no endereço: <https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/hpl/>.
5. Anexar Certificado Energy Star versão 5.0 ou superior do computador, podendo ser emitidas através do link: <http://www.energystar.gov/productfinder/product/certified-computers/re>

r) GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

1. O período de Garantia Técnica deverá ser on-site, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento cotado, fornecida pelo fabricante do equipamento que deverá solucionar o problema no local ou substituir o equipamento por outro com as mesmas características técnicas, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Todas as despesas decorrentes da manutenção da garantia são de responsabilidade do fornecedor.
2. Reposição de qualquer parte ou peça que apresente defeito de fabricação.
3. Atendimento ON-SITE, prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada com abertura de chamado via "Central de Atendimento" 0800 e web.
4. O atendimento será em horário comercial, de segunda a sexta-feira.
5. O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 4 (quatro) dias corridos e contados após a abertura do chamado, excluindo-se sábados, domingos e feriados; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.
6. A garantia deverá atender ao estabelecido neste edital, e caso a contratada não resolva o defeito em 4 (quatro) dias corridos após o chamado, deverá disponibilizar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas outro equipamento com as mesmas características, a título de empréstimo, até que seja totalmente resolvido o conserto.
7. A garantia dos equipamentos será oferecida no local onde o mesmo estiver instalado.

s) SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO:

1. O fornecedor do equipamento deverá prover a abertura de chamados técnicos através de linha 0800 junto ao fabricante do equipamento;
2. Disponibilidade de site na WEB (indicar endereço) para suporte online e transferência de arquivos de configuração;
3. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados deverão estar disponíveis no Web Site do fabricante do equipamento e deverão ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto, conforme etiqueta permanente afixada no gabinete.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 7/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016**Fornecedor: 11360 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Computador para Estação de Trabalho Tipo II	UN	DELL 7020 OF	15,000	5.999,0000	89.985,00

Configuração mínima indispensável:

a)ARQUITETURA:

2)Os equipamentos deverão ser baseados na arquitetura de 64 bits com pelo menos 4 (quatro) núcleos e 4 (quatro) threads, total compatibilidade com aplicativos de 32 e 64 bits, baixo índice de ruído, baixo consumo de energia, gerenciáveis remotamente e com padrão ergonômico superior.

b)PROCESSADOR:

7.Número de núcleos 4 (quatro);
8.Frequência real de clock interno de no mínimo 3.60GHz;
9.Memória cache igual ou superior a 8MB;
10.Controlador de memória integrado suporta memórias DDR3 de 1.333 MHz;
11.Deve prover suporte nativo a virtualização VPRO ou Dash;
12.Deverá possuir controlador gráfico integrado;

c) MEMÓRIA RAM:

6Mínima de 8GB (2 x 4GB);
7Expansível no mínimo 32GB;
8Interface DDR3 PC3-10600 de no mínimo 1333Mhz;
9Deverá possuir 4 slots;
10Possuir acesso à memória de canal duplo (Dual Channel Memory) ou superior.

d)PLACA MÃE:

10Com total suporte às características especificadas para o Processador, Memória RAM e Disco Rígido presentes nesta descrição;
11Mínimo de 2(dois) Slots PCI, sendo pelo menos 1(Um) PCI-Express X16;
12Manufaturada pelo próprio fabricante do equipamento ou em regime de O&M, não sendo portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum;
13Chipset do mesmo fabricante do processador;
14Chip de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 1.2, soldado a placa principal, acompanhado de drivers e software para utilização do chip.
15Capacidade de redirecionamento do boot do computador pela rede através do uso de CD-ROM, ou arquivo de imagem no formato ISO (CD e DVD ROM) localizados em outro computador, com acesso a interface remotamente, no console de administração, mesmo com o equipamento desligado;
16Possuir sensor de intrusão conectado a placa mãe, em caso de abertura não autorizado do equipamento o sensor deverá gerar um evento em log;
17Deve possuir tecnologia de proteção contra vírus.

e)BIOS (UEFI BIOS)

7.Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI 2.0 e Plug-and-Play;
8.Lançada a partir de 2011 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
9.Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
10.Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (numero do patrimônio e numero de serie). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e constantes no CD-ROM/DVDROM de drivers e aplicativos que devera vir junto com o equipamento e também disponibilizados para download no site do fabricante;
11.Suporte a tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T;
12.Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto. A comprovação do desenvolvimento exclusivo para o projeto devera ser feita por meio de declaração fornecida pelo fabricante da BIOS, dispensável no outro caso.

f)CONTROLADORA DE VÍDEO:

6.Deve possuir controladora gráfica on board com suporte a no mínimo DirectX 11;
7.Deve possuir, no mínimo, 1024 MB de memória DDR, podendo ser compartilhada dinamicamente, ou não, com a memória principal (RAM);
8.Possui drivers para o Sistema Operacional ofertado;
9.Suporte a DualVideo com 1 (uma) saída VGA e 2 (duas) DVI ou DisplayPort), que possibilite a instalação de 3 (Três) monitores de vídeo com imagens distintas;
10.Deve possuir taxas de transmissão de dados equivalente a PCI Express X16 ou superior;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Gb/s, com 03 (três) conectores. Com suporte a função S.M.A.R.T.

h) PORTAS E INTERFACES:

- 5) Deve possuir 01 (uma) interface serial instalada na própria placa mãe (on-board), com conector DB-9, padrão RS-232-C ou superior, compatível com UART 16550;
- 6) Deve possuir pelo menos 06 (seis) portas USB (Universal Serial Bus) versão 2.0 onboard e pelo menos 04 (quatro) portas USB (Universal Serial Bus) versão 3.0 onboard, sem o uso de adaptadores, disponíveis para uso, sendo 06 (seis) na parte traseira e 04 (quatro) na parte frontal do gabinete;
- 7) Deve possuir 01 (uma) interface de rede gigabit, tipo RJ-45 fêmea, instalada na própria placa mãe (on-board), com suporte a PXE e Wake on LAN;
- 8) Deve possuir 01 (um) conector DB15 (analógico).

i) GABINETE:

10. Gabinete com tecnologia padrão ATX ou superior SFF;
11. Possuir no mínimo 1 Baía externa de 5.25 h;
12. O gabinete deve ter características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, colocação/fixação e remoção de disco rígido, unidade óptica, memória, placas de expansão tipo PC. Não sendo aceito a utilização de parafusos recartilhados;
13. Deverá possuir detector de intrusão de gabinete integrado;
14. Dotado de fonte de alimentação de no máximo 240W (tensões de entrada desde 115 até 230 Volts, sem necessidade de comutação de chave);
15. Com leds indicativos de ligado e acesso a disco rígido;
16. Alto-falante interno para reprodução de áudio, dispensando o uso de caixas de som externas;
17. Deverá possuir trava mecânica (cadeado) ou elétrica (detector de intrusão);
18. Deve possuir entradas USB e de som frontais.

j) UNIDADES DE ARMAZENAMENTO:

2. Deve possuir 01 (um) disco rígido SATA III, 6.0Gb/s, mínimo 500 GB de capacidade, 7.200 RPM e cache de 16 (dezesesseis) MB.

k) ADAPTADOR DE REDE:

4. Padrão ethernet PCI, compatível com a especificação 1000 base T;
5. Entrada para RJ-45, funcionalidades configuráveis via software;
6. Tipo Auto-sense, seleção automática de velocidade 10/100/1000MB/s, implementar as características de wake up on lan (WOL) e PXE.

l) TECLADO:

6. Padrão ABNT-2 com bloco numérico independente e teclas de função, com LED's indicadores de NUM LOCK, SCROLL LOCK e CAPS LOCK;
7. Com todos os caracteres da língua Portuguesa, inclusive "Ç";
8. Do próprio fabricante do microcomputador;
9. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
10. Com conector USB, não serão aceitos nenhum tipo de adaptadores.

m) MOUSE:

6. Óptico com fio e scroll, do próprio fabricante do microcomputador;
7. Com conector USB, não serão aceitos nenhum tipo de adaptadores;
8. 400 DPI ou superior;
9. O Mouse deve funcionar sobre qualquer superfície, não necessitando de nenhum tipo de Pad especial;
10. Deverá vir acompanhado de Mouse Pad.

n) DRIVE ÓTICO:

2. Deve possuir 01 (uma) unidade gravadora e leitora de CD/DVD, com conexão tipo SATA.

o) MONITOR DE VÍDEO:

2. Tela LCD - TFT 21" (vinte e um polegadas) com Retro-iluminação em LED, formato widescreen 16:9, anti-reflexo/antiestática e tela do tipo TFT de matriz ativa, contraste estático de 1000:1, tempo de resposta 8ms, resolução nativa de 1600 x 900, distância entre pixels 0,28mm, base com ajuste de altura, alimentação com fonte interna (embutida) de 100-240 vac com comutação automática de voltagem, conector de entrada interface analógica VGA e interface digital DVI, consumo máximo: 27 watts, controles manuais liga-desliga, funções OSD, acompanha todos os cabos para as interfaces suportadas.

p) SISTEMA OPERACIONAL, APLICATIVO, SOFTWARES E DRIVERS:

6. Todos os drivers da placa-mãe, das controladoras, dos adaptadores e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 8, deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na internet;
7. Os equipamentos deverão ser entregues com o sistema operacional Microsoft Windows 8 Professional 64 bits, em português.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

no idioma Português do Brasil;
8.Aplicativo Office Home and Business 2013 em Português do Brasil, (Word 2013, Excel 2013, PowerPoint 2013, Outlook 2013 e One Note 2013), licenciados em nome da Prefeitura Municipal de Campos Novos (não serão aceitos produtos limitados somente para uso doméstico e não comercial).
9.Deverá fornecer pré-instalado ou disponibilizar na Internet ou em CD-ROM um software de backup para os equipamentos ofertados.
10.Deverá acompanhar juntamente com o equipamento, CD de reinstalação do Sistema Operacional e demais drivers ou sistema de recuperação do sistema operacional no próprio HD.

q) DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES:

6.Anexar comprovação de certificação EPEAT (microcomputador e monitor de vídeo), mediante página obtida no site: www.epeat.net.
7.Anexar comprovação de que o fabricante consta na lista de empresas incentivadas pela Lei de informática Nº 8248/91 alterada pela Lei Nº 10.176/01 (PPB - Processo Produtivo Básico).
[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29440.html?ufConsulta=Processo Produtivo Básico](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29440.html?ufConsulta=Processo%20Produtivo%20B%C3%A1sico) (PPB) foi definido por meio da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo "o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto.
8.Anexar Certificação DMTF (Desktop Management Task Force) de nível Board; podendo ser emitidas através do link <http://www.dmtf.org/about/list>.
9.Anexar Certificado HCL do computador e monitor sendo compatível com MS Windows 7 ou 8, onde o modelo cotado pela licitante proponente deverá ter sua comprovação obtida através de relatório emitido pela Microsoft (HCL) no endereço: <https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/>.
10.Anexar Certificado Energy Star versão 5.0 ou superior do computador, podendo ser emitidas através do link: <http://www.energystar.gov/productfinder/product/certified-computers/re>

r) GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

8.O período de Garantia Técnica deverá ser on-site, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses para todo o equipamento cotado, fornecida pelo fabricante do equipamento que deverá solucionar o problema no local ou substituir o equipamento por outro com as mesmas características técnicas, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Todas as despesas decorrentes da manutenção da garantia são de responsabilidade do fornecedor.
9.Reposição de qualquer parte ou peça que apresente defeito de fabricação.
10.Atendimento ON-SITE, prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada com abertura de chamado via "Central de Atendimento" 0800 e web.
11.O atendimento será em horário comercial, de segunda a sexta-feira.
12.O atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 2 (dois) dias e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 4 (quatro) dias corridos e contados após a abertura do chamado, excluindo-se sábados, domingos e feriados; incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.
13.A garantia deverá atender ao estabelecido neste edital, e caso a contratada não resolva o defeito em 4 (quatro) dias corridos após o chamado, deverá disponibilizar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas outro equipamento com as mesmas características, a título de empréstimo, até que seja totalmente resolvido o conserto.
14.A garantia dos equipamentos será oferecida no local onde o mesmo estiver instalado.

s) SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO:

4.O fornecedor do equipamento deverá prover a abertura de chamados técnicos através de linha 0800 junto ao fabricante do equipamento;
5.Disponibilidade de site na WEB (indicar endereço) para suporte online e transferência de arquivos de configuração;
1.Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados deverão estar disponíveis no Web Site do fabricante do equipamento e deverão ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto, conforme etiqueta permanente afixada no gabinete.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 14/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 29 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CBA INFORMÁTICA LTDA	CNPJ: 80.156.326/0001-41	_____
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP	CNPJ: 05.055.328/0001-29	_____
DATEN TECNOLOGIA LTDA	CNPJ: 04.602.789/0001-01	_____
FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 19.554.960/0001-21	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 15/15
Processo Nº.: 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 29 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.

CNPJ: 89.237.911/0001-40

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP

CNPJ: 06.635.187/0001-86

VERLIN & PIONTKOSKI LTDA - ME

CNPJ: 10.894.828/0001-94

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 038/2016

PORTARIA SAMAE CNO 038/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista à servidora IRENE ALVES DE CASTRO, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.B, no período de 07/03/2016 à 26/03/2016, durante as férias de Hermínio Tadeu de Jesus Almeida.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 07/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SEREM UTILIZADOS CONFORME NESCECIDADE DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 15/03/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 22/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 17/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de construção, para manutenção corretiva e preventiva, visando a conservação dos prédios da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de março de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 01 de março de 2016. ELOIR JOÃO REIS – Prefeito em Exercício

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 5.786/2016

LEI Nº. 5.786 DE 23/02/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Função 27: Desporto e lazer
Subfunção 812: Desporto comunitário
Programa 16: Esporte como qualidade de vida
Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos 130.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil, reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	130.000,00
TOTAL		130.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.787/2016

LEI Nº. 5.787 DE 23/02/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até

o valor de R\$ 2.784,19 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.784,19

Recursos 63700 – Outras Transf. FNDE – não repassadas p/convênio – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 2.784,19 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63700	Outras Transf. FNDE – não rep. p/conv – sup.	2.784,19
TOTAL		2.784,19

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00

Recursos 23700 – Outras Transf. FNDE – não repassadas p/convênio

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação até o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23700 0,00		1.000,00	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.788/2016

LEI Nº. 5.788 DE 23/02/2016

“CRIA CARGOS E ESTABELECE NORMAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ATUAÇÃO JUNTO A ESTRUTURA FUNCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar 04 (quatro) vagas de advogado municipal junto à estrutura funcional do município de Canoinhas, sendo uma destas vagas vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social para atender a Lei Federal 12.435/2011.

Parágrafo Único: A carga horária do advogado municipal será de 20 horas semanais e terá a remuneração mensal de R\$ 2.271,36 (dois mil duzentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), a serem ocupadas por advogados regularmente inscritos perante a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, sendo as vagas de provimento mediante aprovação em hábil concurso público.

Art. 2º - São incumbidos aos advogados municipais as competências e atribuições descritas no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - Eventuais verbas sucumbenciais fixadas em processos judiciais cuja municipalidade faça parte serão regidas conforme legislação vigente.

Art. 4º - Não haverá hierarquia ou subordinação entre os Advogados, os quais farão parte do setor jurídico do município, face a independência e responsabilidades exigíveis no desempenho de suas funções.

Art. 5º - Além das atribuições e responsabilidades previstas na presente lei deverão os Advogados observarem as disposições contidas na Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.906 de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia);

Art. 6º - Os impedimentos do exercício da advocacia privada pelos Advogados, são exclusivamente os previstos na Lei nº 8.906 de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia);

Art. 7º - Os Cargos Criados pela presente Lei, serão regidos pela Lei Municipal nº 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas).

Parágrafo Único - O provimento nos Cargos Criados pela presente Lei, dar-se-á mediante a aprovação em hábil concurso público.

Art. 8º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I**1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO CARGO DE ADVOGADO**

- I – Representar judicialmente o município e fundações;
- II – Cobrar judicialmente a dívida ativa do município;
- III – Defender em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, os atos e prerrogativas do Prefeito;
- IV – Exercer funções de consultoria jurídica da Administração, no plano superior, bem como emitir pareceres normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;
- V – Elaborar minutas de informações a serem prestada ao Judiciário em mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito e de outras autoridades que forem indicados em forma regulamentar;
- VI – propor ao Prefeito o encaminhamento de representação para a declaração de inconstitucionalidade de normas, minutar a correspondente petição, bem como as informações que devam ser prestadas pelo Prefeito na forma da legislação específica;
- VII – defender os interesses do Município junto aos contenciosos administrativos;
- VIII – assessorar o Prefeito, cooperando na elaboração legislativa;
- IX – opinar sobre providências de ordem jurídica aconselhadas pelo interesse público e pela aplicação das leis vigentes;
- X – propor ao Prefeito a edição de normas legais ou regulamentares de natureza geral;
- XI – propor ao Prefeito, para os órgãos da Administração direta ou indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, medidas de caráter jurídico que visem proteger-lhes o patrimônio ou aperfeiçoar as práticas administrativas;
- XII – propor ao Prefeito medidas que julgar necessárias a uniformização da jurisprudência administrativa;
- XIII – elaborar minutas padronizadas dos termos de convênios e contratos a serem firmados pelo Município;
- XIV – Opinar, por determinação do Prefeito, sobre as consultas que devam ser formuladas pelos órgãos da Administração direta e indireta ao Tribunal de Contas e demais órgãos de controle financeiro e orçamentário;
- XV – Opinar previamente com referência ao cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do prefeito, nos pedidos de extensão de julgados, relacionados com a Administração direta estadual;
- XVI – Opinar, sempre que solicitado, nos processos administrativos em que haja questão correlata ou que neles possa influir como condição de prosseguimento;
- XVII – manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;
- XX – expedir instruções;
- XXI – determinar a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses do Município;
- XXII – autorizar, mediante delegação de competência do Prefeito:
 - a) a não propositura ou a desistência de medida judicial, especialmente quando o valor do benefício pretendido resultar em improbabilidade de resultado favorável;
 - b) a dispensa da interposição de recursos judiciais cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contra-indicada a medida em face da jurisprudência;
 - c) a não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens do executado;
- XXIII – desempenhar outras atribuições afim que lhes forem expressamente cometidas pelo Prefeito;
- XXIV – Compete ainda aos Advogados Municipais o controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e a defesa dos interesses legítimos do Município.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO CARGO DE ADVOGADO VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições dos demais advogados do Município;
- oferecer atendimento no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições dos demais advogados do Município;
- receber denúncias;
- prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS;
- fazer encaminhamentos processuais;
- proferir palestras sobre os direitos dos usuários do serviço;
- esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço;
- participar de palestras informativas a comunidade;
- fazer estudo permanente acerca do tema da violência;
- manter atualizado os registros de todos os atendimentos;
- participar de todas as reuniões da equipe;
- defesa e garantia de direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993;
- acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
- elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;
- realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito;
- trabalho em equipe interdisciplinar;
- alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;
- participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos;
- fazer estudo permanente acerca do tema violação de direitos;
- outras atribuições definidas para a função de advogado, observado o disposto na NOB/SUAS e/ou por meio de Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social e/ou Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LEI Nº 5.789/2016

LEI Nº. 5.789 DE 23/02/2016

“ALTERA OS CARGOS PREVISTOS NAS LEIS Nº. 3.283 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2001, 3.943 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam transformados os 03 (três) cargos de advogados

municipais criados pelas leis municipais nºs. 3.283 de 19 de fevereiro de 2001 e 3.283 de 19 de fevereiro de 2001, para os cargos de provimento comissionado de Assessor Jurídico Municipal, vinculados ao gabinete do prefeito.

Parágrafo Único: Os referidos cargos terão a carga horária de 40 horas semanais, ante a sua natureza técnica, e classificam-se como sendo de padrão Cca - 1, praticada atualmente pelo município.

Art. 2º - Os cargos mencionados no artigo anterior, serão exercidos por advogado regularmente inscrito perante a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, e terão as seguintes atribuições:

Parágrafo Primeiro: Assessorar, em assuntos de natureza jurídica, o Chefe do Poder Executivo e os agentes políticos integrantes da Administração Pública Municipal;

Parágrafo Segundo: Assessorar em caráter complementar, os advogados integrantes do quadro geral dos servidores efetivos do município, nos termos da Lei Federal 8.906/94.

Art. 3º - Os cargos de assessor jurídico municipal serão regidos pela Lei Municipal nº 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas), aplicando-se a redução de carga horária semanal de trabalho, com a respectiva redução proporcional dos vencimentos, mediante ato do chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 4º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis 3.283/2001 e 3.943/2005.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.790/2016

LEI Nº. 5.790 DE 23/02/2016

cria cargos de enfermeiro e odontólogo para atuação junto a estrutura funcional do município de Canoinhas e adota outras providências.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar 01 (uma) vaga de odontólogo, especialista em periodontia, além de 02 (duas) vagas de enfermeiro junto à estrutura funcional do município de Canoinhas, todos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - As vagas criadas pela presente lei são de provimento mediante aprovação em hábil concurso público e serão regidas pela Lei Municipal nº 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas), além de necessitarem do regular registro dos candidatos nos órgãos de classe respectivos.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 015-A/2016

PORTARIA Nº. 062/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº2.305/1990, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Farmacêutica, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional FLAVIA RAFAELA LUDKA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014 inscrita sob nº. 44563, e convocada conforme Edital nº 085 de 22 de dezembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/02/2016, conforme comunicação interna nº 014/SMSRH/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de janeiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

THIAGO KÜCHLER

Secretário Municipal da Saúde Interino

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 14/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/16

HOMOLOGAÇÃO: 01/03/16

CONTRATADO: SHARK S/A MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO 01 CILINDRO HIDRAULICO DE PROFUNDIDADE, COMPLETO, PARA A ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, ANO 2009.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.730,00 (vinte e três mil setecentos e trinta reais)

DATA: 01/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº FME 02/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º FME 02/2014

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS – ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.914.543/0001-02, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar a ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA – PESSOAS FÍSICAS.

Demonstrativo de modalidades e numero de jogos previstos para o ano de 2016 e valores atualizados							
MODALIDADE	JOGOS	UNIT	TOTAL	MODALIDADE	JOGOS	UNIT	TOTAL
Basquete	80	R\$ 80,00	R\$ 6.400,00	Bolão 23	40	R\$ 11,50	R\$ 460,00
Futsal	220	R\$ 80,00	R\$ 17.600,00	Futebol – Árbitro	120	R\$ 190,00	R\$ 22.800,00

Voleibol	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00	Futebol – Bandeira 01	120	R\$ 95,00	R\$ 11.400,00
Handebol	65	R\$ 80,00	R\$ 5.200,00	Futebol – Bandeira 02	120	R\$ 95,00	R\$ 11.400,00
Futebol Sintético	200	R\$ 57,51	R\$ 11.502,00	Futebol – Mesário	120	R\$ 30,00	R\$ 3.600,00
Bocha	80	R\$ 11,50	R\$ 920,00	Futebol – Árbitro – Categoria Aspirante	16	R\$ 130,00	R\$ 2.080,00
Vôlei de Areia	80	R\$ 34,50	R\$ 2.760,00	Futebol – Bandeira 01 – Categoria Aspirante	16	R\$ 65,00	R\$ 1.040,00
Tênis de Mesa	75	R\$ 18,00	R\$ 1.350,00	Futebol – Bandeira 02 - Categoria Aspirante	16	R\$ 65,00	R\$ 1.040,00
Tênis	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00	Xadrez	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00

Após a publicação deste, o edital está aberto a todos os interessados e, entrarão em vigor os novos valores. Informações e esclarecimentos serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e 13h30min às 15h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Ricardo Pereira Martin

Presidente da Fundação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 06/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 09/2016

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 06/2016 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/03/2016, às 14h05min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) E PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL TELEFONICA E REDE DE INFORMÁTICA NA POLICLINICA MUNICIPAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 16/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rinkoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 22/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 38/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 22/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/03/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 16/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

TERMO DO CONVÊNIO Nº 14/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 14/2016 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste no repasse de recurso financeiro destinado ao custeio de despesas gerais para manutenção das atividades da entidade, visando à prestação de serviços de prevenção e assistência a saúde das mulheres canoinhenses. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: Um ano, contado da data desta publicação, podendo ser prorrogado por até (60) meses. SIGNATÁRIOS: Sr. Wilson Pereira, Prefeito e.e, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e a Sra. Vera Lucia Bueno Bechel, pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 15/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 15/2016 PARTÍCIDES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste no repasse de recurso financeiro destinado ao custeio de despesas gerais para manutenção das atividades da entidade, visando à prestação de serviços de prevenção e assistência a saúde das mulheres canoinhenses. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de até R\$ 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: Um ano, contado da data desta publicação, podendo ser prorrogado por até (60) meses. SIGNATÁRIOS: Sr. Wilson Pereira, Prefeito e.e, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e a Sra. Vera Lucia Bueno Bechel, pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 16/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 16/2016 PARTÍCIDES: O Município de Canoinhas através da Fundação Municipal de Esportes e a Associação Desportiva e Cultural Canoinhas. OBJETO: O presente Convênio tem por objeto, destinar a realização de despesas gerais para elaboração/execução de projetos esportivos e sociais, fica autorizado também o uso do Ginásio Municipal Magno Victor Fuck por esta entidade para treinos e jogos, podendo ainda explorar financeiramente a lanchonete do ginásio nos dias de jogos, desde previamente autorizado pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer e custear despesas de transportes limitados a dois mil quilômetros. VALOR DO CONVÊNIO: Até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: O Município de Canoinhas representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Fundação Municipal de Esportes, Sr. Ricardo Pereira Martin, e pela Associação Desportiva e Cultural Canoinhas. Sr. Mario César de Oliveira.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 14/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 26/2016
Licitação.....: 14/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO 01 CILINDRO HIDRAULICO DE PROFUNDIDADE, COMPLETO, PARA A ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, ANO 2009.

Processo Administrativo: 23.730,00
Total dos Itens Vencedores: 23.730,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 48832	- CILINDRO HIDRÁULICO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND E215B ANO 2009 - Unidade: UN						
10299	SHARK S/A MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO	CNH - NEW HOLLAN	1,000	0,0000	23.730,0000	23.730,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 028/2016

DECRETO Nº 028, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Aplica sanção administrativa às empresas Lucas Roberto Heller - ME e Herberto Edemar Heller - ME.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes e em especial das ocorrências do Processo Licitatório nº 011/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 011/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretada a aplicação da sanção prevista no Artigo nº 87, inciso III, da Lei de Licitações nº 8.666/93 c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02, na forma prevista no instrumento convocatório e no contrato, a sanção de Suspensão temporária do direito de participar de Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Decreto no Diário Oficial da União - DOU, em consonância com a Cláusula 14.8 do Edital do Processo Licitatório nº 11/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 011/2015, bem como, a observância dos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, à Empresa LUCAS ROBERTO HELLER - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.096.434/0001-77, com sede no Acesso à Cidade Alta, nº 663, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, e à Empresa HERBERTO EDEMAR HELLER - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.987.389/0001-00, com sede na Comunidade de Alto Alegre, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, pelo motivo de se ter atentado contra a competitividade do certame e da continuidade ao processo administrativo, respeitado os prazos legais e fornecidos todos os meios para a apresentação do contraditório e o direito constitucional da ampla defesa, bem como a garantia do devido processo legal, em cumprimento ao art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Determina-se também que o Departamento de Compras e Licitações promova a publicação do extrato da decisão do presente Decreto na Imprensa Oficial, nos termos do art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, o bloqueio da inscrição como fornecedor deste município com a devida anotação em seu cadastro, a informação à licitante ora penalizada para, querendo, oferecer todos os meios de respostas a presente decisão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 1º de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

FMAS CONTRATO 0084/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0084/2016 M</p> <p>Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP</p> <p>Valor : 10.458,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade</p> <p>Capinzal, 1 de Março de 2016</p>	

FMAS CONTRATO 0086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0086/2016 M</p> <p>Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais)</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade</p> <p>Capinzal, 1 de Março de 2016</p>	

FMAS CONTRATO 0087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0087/2016 M</p> <p>Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: EDEMILSO RAIZER ME</p> <p>Valor : 8.043,00 (oito mil e quarenta e três reais)</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade</p> <p>Capinzal, 1 de Março de 2016</p>	

FMAS CONTRATO 0089/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0089/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME		
Valor : 5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS CONTRATO 0086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0086/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS CONTRATO 0084/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0084/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP		
Valor : 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS CONTRATO 0087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0087/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME		
Valor : 12.235,00 (doze mil duzentos e trinta e cinco reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS CONTRATO 0085/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0085/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME		
Valor : 5.925,00 (cinco mil novecentos e vinte e cinco reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS CONTRATO 0089/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0089/2016 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME		
Valor : 8.370,00 (oito mil trezentos e setenta reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0006/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2016

Processo Licitatório N° 0006/2016

Inexigibilidade de Licitação N° 0002/2016

ORLANDO THOLL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa Grupos Atendimento, Ensino, Projetos e Pesquisa - Drª Maria Elizabete do Valle, CNPJ 02.898.290/0001-68, via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 002/2016, cujo objeto trata do Credenciamento de Empresa para realização de consultas médicas especializadas em Psiquiatria para pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	350,00	UN	Drª Maria Elizabete do Valle	Consulta especializada em psiquiatria	286,00	100.100,00
Total						100.100,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Vencedores	
Fornecedor	Itens
GRUPPOS ATENDIMENTO, ENSINO, PROJETOS, PESQUISA E	001
100.100,00 (cem mil e cem reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 002/2016.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 002/2016.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 8 - Manutenção da Saúde Pública
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
Elemento: 33903630000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Despesa: 9 - Manutenção da Saúde Pública
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
Elemento: 33903630000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 64 - Atenção Básica

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 02 de março de 2016

ORLANDO THOLL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0007/2016
Pregão Presencial Nº 0005/2016

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços na Área Médica de Pediatria, para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:05 horas do dia 16/03/2016, para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 2 de março de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC CONTRATO 0075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0075/2016 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: INFINITY INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME Valor : Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026 Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório....: 000172 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 02 (dois) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0076/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0076/2016 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: INDUSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS M.A LTDA ME Valor : Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026 Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório....: 000172 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 02 (dois) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0077/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0077/2016 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: MCL VALE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Valor : Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026 Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório....: 000172 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 02 (dois) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0078/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0078/2016 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: M&M FABRICACAO DE PALETES DE MADEIRAS LTDA ME</p> <p>Valor :</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026</p> <p>Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório.....: 000172 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 02 (dois) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0080/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0080/2016 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MORAES SERVIÇOS DE MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA -ME</p> <p>Valor :</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026</p> <p>Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório.....: 000172 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 02 (dois) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0079/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0079/2016 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MARMORARIA CAPINZAL LTDA -ME</p> <p>Valor :</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026</p> <p>Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório.....: 000172 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 01 (um) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0081/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0081/2016 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUCOES LACERDO-POLIS LTDA -ME</p> <p>Valor :</p> <p>Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 01/03/2026</p> <p>Licitação : CONCORRENCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório.....: 000172 / 2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente contrato tem como objeto a outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 04 (quatro) lote(s) de terra localizado(s) na área empresarial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial.</p>		
Capinzal, 01 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0082/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0082/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PROART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA		
Valor : 43.884,00 (quarenta e três mil oitocentos e oitenta e quatro reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016 Processo_Licitatório.....: 00028 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0085/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0085/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME		
Valor : 16.397,00 (dezesseis mil trezentos e noventa e sete reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016 Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0083/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0083/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP		
Valor : 10.575,00 (dez mil quinhentos e setenta e cinco reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016 Processo_Licitatório.....: 00028 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para Sinalização de Faixas em Vias Públicas, a serem utilizados em diversos locais do Município		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0086/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME		
Valor : 17.453,00 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta e três reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016 Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0084/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0084/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP		
Valor : 23.525,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte e cinco reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016 Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0087/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME		
Valor : 22.663,00 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e três reais)		
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016 Processo_Licitatório.....: 00031 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade		
Capinzal, 1 de Março de 2016		

PMC CONTRATO 0088/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0088/2016 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: MECANICA DALEOSIR LTDA	
Valor : 27.525,00 (vinte e sete mil quinhentos e vinte e cinco reais)	
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016 Processo_Licitatório....: 00031 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade	
Capinzal, 1 de Março de 2016	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0047/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0034/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0047/2016

Pregão Presencial Nº 0034/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de Horas Máquinas e Caminhões, para execução de manutenção e melhorias em estradas vicinais do interior e ruas urbanas do Município e Serviços na Área do Loteamento Nova Capinzal. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 16/03/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 2 de março de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

RESOLUÇÃO Nº 004/2005

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2005.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Capinzal-SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL-SC.

Faço saber que o Plenário aprovou e eu promulgo a presente Resolução:

TÍTULO I**DA CÂMARA MUNICIPAL****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Câmara Municipal de Capinzal-SC é o órgão do Poder Legislativo do Município de Capinzal, composta por nove (09) Vereadores, eleitos pelo povo, e empossados, na forma da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras, administrativas e de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa, por meio de:

I - emendas à Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

§ 3º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas do Município, e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores, por infrações político-administrativas.

§ 4º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara Municipal e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercida pela Comissão Legislativa de Orçamento, Finanças e Tributação, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§ 6º A função de assessoramento consiste em sugerir e solicitar medidas de interesse público, por meio de indicações, ao Poder Executivo Municipal.

§ 7º A Câmara Municipal exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Poder Executivo Municipal, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§ 8º A Câmara Municipal exercerá e promoverá, ainda, a consolidação da sua função integrativa, exercida pela sua participação na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, assim como proporcionar a participação popular, através de audiências e consultas públicas, nas formas previstas em lei e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II**DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Alexandre Thomazoni 120, onde serão realizadas as reuniões.

§ 1º A Câmara Municipal poderá reunir-se fora de suas dependências nas hipóteses de sessões solenes, sessões festivas ou sessões itinerantes, após aprovação de requerimento por maioria absoluta dos Vereadores, devendo a Mesa Diretora tomar todas as providências necessárias para assegurar a publicidade da mudança,

condições de funcionamento e segurança para a realização dos trabalhos.

§ 2º Em caso de mudança da sede da Câmara Municipal será feita notificação às autoridades e ao povo em geral, através de editais em jornais de ampla circulação no Município.

§ 3º Serão consideradas nulas as reuniões da Câmara Municipal realizadas fora de sua sede, com exceção das reuniões solenes, festivas,

itinerantes e demais casos previstos neste Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

§ 4º Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, de modo que não permita a sua utilização, a Mesa Diretora, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das reuniões enquanto perdurar a situação.

§ 5º Nos recintos da Câmara Municipal não poderão ser realizados atos estranhos às suas funções, salvo os casos em que estes forem cedidos para reuniões cívicas, culturais, convenções partidárias, quando, e somente nestas oportunidades, será permitida a fixação de símbolos pertinentes aos assuntos tratados.

§ 6º No Mural Oficial da Câmara Municipal haverá espaços livres e igualitários para as comunicações oficiais dos partidos políticos regularmente inscritos no Município.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - esteja decentemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no plenário, com exceção de aplausos;

V - não interpele os vereadores, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância destes deveres, poderá a Mesa Diretora determinar a retirada do recinto, de todo e qualquer assistente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 5º A segurança dos recintos da Câmara Municipal compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

Parágrafo único. Se nos recintos da Câmara Municipal for cometida qualquer infração penal o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito. Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.

Art. 6º Durante as reuniões, as Bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal, deverão estar hasteadas de forma visível.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º Os serviços Administrativos da Câmara Municipal serão executados sob a direção e orientação da Mesa Diretora.

Art. 8º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara Municipal compete ao Presidente, em conformidade com a legislação em vigor.

§ 1º A Câmara Municipal poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas escritas, ou provas escritas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções e definição de suas remunerações, através de lei específica, com prévia inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora.

§ 2º A Câmara Municipal, por seu Presidente, poderá nomear

servidores para ocuparem cargos em comissão, ou funções gratificadas, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração, para executarem funções de chefia, direção ou assessoramento.

§ 3º A Câmara Municipal deverá manter o serviço de assessoramento contábil próprio, e o assessoramento jurídico poderá ser próprio ou através de assessoria técnica à distância, realizado por empresa especializada, com notável conhecimento técnico-científico sobre direito público municipal.

§ 4º Os Vereadores podem indagar à Mesa Diretora sobre os serviços da secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sobre os mesmos, em proposição encaminhada à Mesa Diretora, que deliberará sobre o assunto, no prazo máximo de dez (10) dias.

Art. 9º A correspondência oficial da Câmara Municipal será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Nas comunicações sobre a deliberação do Plenário da Câmara Municipal indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria simples dos presentes na sessão, maioria absoluta ou qualificada de seus membros.

CAPÍTULO IV

DA POSSE DOS VEREADORES

Art. 10. Para habilitar-se à posse o Vereador diplomado apresentará à Mesa Diretora, até três (3) dias úteis após a diplomação pela Justiça Eleitoral, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a declaração de bens e fonte de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheiro ou de pessoas jurídicas por eles direta e ou indiretamente controladas.

Parágrafo único. Os vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar cópia da mesma declaração de bens e rendimentos, devidamente assinada, apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda, com a respectiva atualização até a data prevista no caput deste artigo, e anualmente até dez (10) dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 11. A Câmara Municipal instalar-se-á em Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislação às nove horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, em sua sede, com qualquer número, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes.

Parágrafo único. Aberta a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislação, o Presidente adotará as seguintes providências:

I – constituirá, com autoridades convidadas, a mesa da solenidade;

II – convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - convidará um Vereador para atuar como Secretário;

IV – proclamará os nomes dos vereadores diplomados;

V – examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de vereadores e ao objeto da sessão;

VI – tomará o compromisso solene dos empossados, assim:

a) de pé, diante de todos os Vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Capinzal, observar as leis, cumprir o Regimento Interno desta Casa e desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado, trabalhando sempre pelo progresso do Município e bem estar do seu povo”; e

b) cada Vereador, de pé, após o chamado, declarará “assim o prometo” e assinará o termo de posse, que será lavrada em ata própria.

VII - após, o Presidente declarará solenemente empossados os Vereadores e instalada a legislatura. A seguir, o Presidente empossado e os Vereadores poderão utilizar a palavra por até dois minutos;

VIII – ato contínuo, havendo a presença da maioria absoluta dos Vereadores, o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado;

IX - após a eleição da Mesa Diretora, conhecido o resultado, o Presidente o proclamará e empossará os eleitos nos respectivos cargos, para um mandato de dois anos;

X - após a eleição e a posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos: "Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a do Estado, a Lei Orgânica de Capinzal, observar as leis, e desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado, trabalhando sempre pelo progresso do Município e bem estar do seu povo";

XI - após, o Presidente concederá a palavra ao Prefeito e Vice-Prefeito empossados, pelo tempo de até cinco minutos, para o discurso de posse;

XII – em seguida, convidará os presentes para a execução do Hino de Capinzal; e

XIII – por fim, declarará encerrada a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, convocando os presentes para a Sessão Preparatória da Inauguração da Sessão Legislativa Anual. (NR)

*Redação dada pela Resolução nº 11/2008.

Art. 12. O Vereador que não tomar posse na reunião prevista no art. 11 deste Regimento Interno deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da Reunião Solene de Posse e Instalação da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 13. O Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão plenária ordinária, exceto durante o período de recesso, quando o fará perante o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Salvo as hipóteses de caso fortuito, de força maior ou enfermidade comprovada, a posse dar-se-á no prazo máximo de quinze (15) dias, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I – da primeira sessão preparatória para a instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se concedida a Vereador, após iniciada a legislatura; ou

III – da ocorrência do fato que a motivou ou, no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

§ 2º Tendo prestado compromisso anteriormente, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, bem como o Vereador que reassumir a vaga, sendo seu retorno ao exercício do mandato comunicado ao Plenário pelo Presidente.

Art. 14. Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

CAPÍTULO V

DA LEGISLATURA

Art. 15. Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar, de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em

31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro sessões legislativas, uma por ano.

CAPÍTULO VI

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS

Art. 16. As Sessões Legislativas Ordinárias Anuais são os períodos

de reuniões da Câmara Municipal, compreendendo o período de primeiro (1º) de fevereiro a quinze (15) de dezembro de cada ano. (NR)

*Redação dada pela Resolução nº 13/2009.

Art. 17. As Sessões Legislativas Extraordinárias são os períodos de reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, realizadas no recesso da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DA INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL

Art. 18. No dia 15 de fevereiro de cada ano, no horário regimental, a Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene de Instalação da Sessão Legislativa.

§ 1º A primeira Sessão Legislativa da Legislatura terá sua instalação no dia 15 de janeiro.

§ 2º Na primeira parte da reunião, o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara Municipal.

§ 3º As Sessões Solenes de Instalação da Sessão Legislativa Anual, marcadas para essas datas, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo municipal.

Art. 19. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de primeiro (1º) de fevereiro a quinze (15) de dezembro de cada ano, compondo a Sessão Legislativa Ordinária Anual.

Parágrafo único. É caracterizado como de recesso parlamentar o período compreendido entre dezesseis (16) de dezembro a trinta e um (31) de janeiro. (NR)

*Redação dada pela Resolução nº 13/2009.

TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 20. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município. Parágrafo único. É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Art. 21. Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar nas eleições:

a) da Mesa Diretora;

b) das Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias e de Inquéritos;

III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Legislativas;

IV - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do plenário;

V - apresentar proposições;

VI - cooperar com a Mesa Diretora para a ordem e eficiência dos trabalhos;

VII - usar os recursos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara Municipal, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.

Art. 22. É dever do Vereador:

I - desincompatibilizar-se, nos termos da Constituição Federal e

da Lei Orgânica Municipal, e fazer declaração pública e escrita de bens, no ato da posse, anualmente e ao final do mandato;
II - apresentar-se decentemente trajado e comparecer com pontualidade às reuniões plenárias;
III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;
IV - votar as proposições;

V – portar-se com respeito e decore;

VI - conhecer e seguir às disposições da Lei Orgânica do Município de Capinzal, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição da República Federativa do Brasil, assim como, deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Vereador, desde a expedição do diploma, não poderá firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes e houver permissão constitucional.

Art. 23. A Câmara Municipal instituirá, através de resolução específica, o seu Código de Ética Parlamentar.

Art. 24. Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores, decorrentes do exercício do mandato.

Parágrafo único. O Vereador estará sujeito à perda do mandato nos casos e na forma prevista no art. 28 da Lei Orgânica do Município de Capinzal.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 25. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos casos e na forma prevista no art. 30 da Lei Orgânica do Município de Capinzal, além das previsões abaixo relacionadas:

I - para desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário do Município ou outro cargo público incompatível com o de vereador, sendo considerado automaticamente licenciado, independente da autorização do plenário;

II - para tratamento de saúde, com direito a remuneração integral;

III - para tratar de assuntos de interesse particular, obedecido o que preceitua o art. 30, § 2º da Lei Orgânica Municipal, sem direito a remuneração.

§ 1º A aprovação dos pedidos de licenças, para tratar de assuntos de interesse particular, dar-se-á no expediente das reuniões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria e será aprovado por maioria simples.

§ 2º No caso do item II, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independente de autorização do Plenário.

§ 3º A concessão de licença a vereador para tratar de assuntos de interesse particular dependerá sempre de autorização do Plenário.

§ 4º Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa Diretora, que, se abranger período de sessão legislativa ordinária ou extraordinária, será referendada pelo Plenário.

§ 5º O Vereador, regularmente licenciado, não perderá o mandato.

§ 6º O Vereador licenciado nos termos dos incisos II e III não poderá reassumir a vereança enquanto esta não esteja vencida.

Art. 26. O Vereador licenciado, nos termos dos incisos I do art. 25 deste Regimento Interno, poderá optar pela remuneração.

Parágrafo único. Salvo motivo justo, e as causas previstas neste Capítulo, será atribuída falta ao vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões, o que motivará descontos em seus subsídios, conforme previsão legal.

Seção única

Da Convocação de Suplente

Art. 27. A Mesa Diretora convocará, no prazo de quarenta e oito (48) horas, o suplente de Vereador, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular nas funções definidas no art. 30, III, da Lei Orgânica do Município; ou

III – licença para tratamento de saúde do titular, desde que o prazo original seja superior a quinze (15) dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações.

§ 1º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa Diretora, que convocará o suplente imediato.

§ 2º O suplente que, convocado, não assumir o mandato no prazo de quinze (15) dias, perde o direito à suplência, sendo convocado o suplente imediato, nos mesmos prazos definidos neste Regimento Interno.

Art. 28. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a contar do prazo definido no § 2º do art. 27, a Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais.

Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 29. O suplente de Vereador, quando convocado, somente poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora quando não seja possível preenche-los de outro modo.

Art. 30. O Suplente será convocado pelo Vice-Presidente, nas licenças a que se refere o art. 25 deste Regimento Interno, quando o Presidente da Câmara estiver exercendo o cargo de Prefeito.

Parágrafo único. Assiste ao Suplente convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência à Mesa Diretora, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, que convocará o Suplente imediato para ocupar a vaga.

CAPÍTULO III

DA VAGA DE VEREADOR

Art. 31. As vagas de Vereadores dar-se-ão por:

I – renúncia;

II - cassação do mandato;

III – licença, ou;

IV - em virtude de falecimento do titular da cadeira na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Além destas, as vagas de Vereadores dar-se-ão nas formas previstas no art. 28 da Lei Orgânica do Município de Capinzal.

Art. 32. A extinção do mandato por cassação só se torna efetiva pela declaração do ato, por Decreto Legislativo, ou fato extintivo, pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, inserida em ata, após a instauração de regular inquérito e processo disciplinar regulamentado por este Regimento Interno e em Lei Federal, cujo julgamento se dará em reunião extraordinária, convocada especialmente para este fim, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

Art. 33. A renúncia de Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara Municipal, reputando-se aceita, independente de leitura em sessão ou votação, desde que conferida a necessária publicidade ao ato.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 34. Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara Municipal, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediários autorizados entre estes e os órgãos da Câmara Municipal.

§ 1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes.

§ 2º A escolha do Líder será comunicada à Mesa Diretora no início de cada legislatura ou após a criação do bloco parlamentar.

§ 3º O Poder Executivo Municipal poderá constituir liderança do Governo na Câmara Municipal.

§ 4º O Líder do Governo na Câmara Municipal ficará impedido de exercer qualquer cargo na Mesa Diretora.

§ 5º Os partidos de oposição ao Prefeito Municipal, poderão, em conjunto, independentemente de formação de bloco, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§ 6º O Presidente e o Vice-Presidente, quando do exercício da Presidência, não poderão ser indicados para exercer a liderança de que trata o presente artigo.

§ 7º Aplicam-se aos Líderes do Prefeito e da oposição, no que couber, às prerrogativas pertinentes aos demais Líderes.

§ 8º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

Art. 35. Aos líderes de bancada ou de blocos parlamentares compete:

I - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas;

II - discutir projetos e encaminhar-lhes à votação, pelo prazo regimental e emendar proposição em qualquer fase de discussão;

III - usar da palavra em comunicações urgentes;

IV - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno.

Art. 36. As comunicações urgentes de Líderes poderão ser feitas durante a reunião, exceto na ordem do dia, sendo concedida a palavra a cada Líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião. Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa exclusiva do Líder, o qual, poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara Municipal, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

CAPÍTULO V

DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 37. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§ 1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara Municipal.

§ 2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§ 3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço (1/3) dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa para registro e publicação.

§ 5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido será revista a composição das Comissões Legislativas, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

§ 7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§ 8º Entende-se por situação, para efeito deste Regimento Interno, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária alinhada ao Poder Executivo e oposição, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária que se opõe ao Executivo.

CAPÍTULO VI

DOS SUBSÍDIOS

Art. 38. Os Vereadores farão jus a subsídio fixado em parcela única pela Câmara Municipal, por lei específica, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até cento e oitenta (180) dias antes do término da legislatura, observado o que dispõe a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º O Presidente da Mesa fará jus a subsídio fixado em parcela única acrescido de, no máximo, cinquenta por cento (50%) do valor do subsídio definido para os demais Vereadores.

§ 2º Os valores dos subsídios serão divididos por reuniões ordinárias realizadas mensalmente pela Câmara Municipal, devendo ser descontados os valores correspondentes às faltas, exceto quando:

I - o Vereador faltar ou ausentar-se da reunião para cumprir missão determinada pela Mesa da Câmara Municipal;

II - por motivo justificado, aceito pela maioria absoluta da Câmara Municipal;

III - por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

Seção I

Da Composição

Art. 39. A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal, eleito pelos Vereadores para mandato de dois (02) anos.

§ 1º A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

§ 2º É vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.

Seção II

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora

Art. 40. A eleição dos membros da Mesa Diretora, presentes a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto aberto e nominal, realizando-se a escolha por cargos, individualmente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que tenham assento na Câmara.

§ 1º A eleição da Mesa Diretora, para o primeiro biênio da legislatura, far-se-á na mesma data em que se realizar a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, em ato contínuo ao da posse dos Vereadores, sob a presidência do Vereador mais idoso.

§ 2º A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio, far-se-á na última Reunião Ordinária da segunda Sessão Legislativa considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 3º Nos cargos em que não houverem candidatos inscritos, a eleição para preenchimento dos mesmos deverá ocorrer nas Reuniões

Ordinárias subsequentes.(NR)

*Redação dada pela Resolução nº 11/2008.

Art. 41. Os nomes dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora deverão ser apresentados junto ao setor de protocolo da Secretaria da Câmara Municipal.

§ 1º Para o primeiro biênio, a inscrição deverá ser efetuada junto a Presidência, logo após a solenidade de posse dos Vereadores, e para o segundo biênio, nos dois últimos dias úteis de expediente da Câmara anteriores ao da reunião que se realizará a eleição.

§ 2º Só serão aceitas e protocoladas as inscrições que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 3º No caso do Vereador participar da eleição para um dos cargos e não seja eleito, poderá se inscrever para disputar os demais. (NR)

*Redação dada pela Resolução nº 11/2008.

Art. 42. A eleição dos membros da Mesa Diretora será feita em turno único e obedecerão aos seguintes procedimentos:

I – os Vereadores receberão a nominata dos candidatos em via impressa e rubricada pelo Presidente;

II - a votação será nominal e aberta, devendo o Vereador pronunciar no microfone o nome do candidato e o respectivo cargo, onde a escolha será por ordem decrescente;

III - o Presidente fará a leitura dos nomes votados, proclamando -os em voz alta;

IV - encerrada a contagem, o Secretário preencherá o boletim com o resultado da eleição que será lido pelo Presidente, na ordem decrescente dos votados;

V - em caso de empate, será considerada eleito o candidato mais idoso;

VI - a eleição se encerrará com a proclamação, pelo Presidente, do resultado final e dará posse aos eleitos, nos termos deste Regimento Interno.(NR)

*Redação dada pela Resolução nº 11/2008.

Art. 43. O suplente de Vereador não poderá ser eleito para o Cargo de Presidente da Mesa, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 44. O mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal é de dois (02) anos, não podendo ser reconduzido para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

Art. 45. Os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário.

Art. 46. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 47. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora por decisão do Plenário ou vier a falecer;

III – licenciar-se do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte (120) dias ou para assumir cargo de confiança em outro poder;

IV – houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.

Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Art. 48. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita

imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 49. A destituição de membro efetivo da Mesa Diretora, somente poderá ocorrer quando, comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevaído do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços (2/3) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador, assegurada a mais ampla oportunidade de defesa e do contraditório.

Art. 50. Para o preenchimento dos cargos vagos na Mesa Diretora, haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte àquela na qual se verificarem as vagas, observadas as disposições regimentais.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais idoso entre os que não participam da Mesa Diretora.

Seção III

Da Competência da Mesa Diretora

Art. 51. Compete à Mesa Diretora, além de outras atribuições estabelecidas neste Regimento e na Lei Orgânica:

I - a administração da Câmara Municipal;

II – propor, privativamente à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas e a fixação da respectiva remuneração, assim como a concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais;

III – providenciar, mediante emenda, a suplementação de dotações do orçamento da Câmara Municipal, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes do seu próprio orçamento;

IV - elaborar, ouvindo e colégio de Líderes e os Presidentes de Comissões Legislativas Permanentes, projeto de Regulamento Interno das Comissões Legislativas que, aprovado pelo Plenário, será parte integrante deste Regimento Interno;

V - elaborar o Regulamento dos Serviços da Secretaria da Câmara Municipal;

VI – apresentar a Câmara Municipal, na última reunião ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender conveniente;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal;

VIII - dirigir todos os serviços da Casa durante as sessões legislativas e nos seus recessos e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

IX – propor a ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou Comissão Legislativa, desde que presentes os pressupostos legais para tal propositura;

X - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e seus serviços;

XI - elaborar e expedir, mediante Ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los, quando necessário, na forma da lei, comunicando ao Poder Executivo estas definições;

XII – manter a segurança interna da Câmara Municipal;

XIII - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;

XIV - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda

temporária do exercício do mandato, na forma deste Regimento Interno;

XV – declarar a perda definitiva de mandato de Vereador na forma deste Regimento e da Lei Orgânica do Município;

XVI - propor projeto de decreto legislativo que suspenda a execução de norma julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Poder Executivo;

XVII - elaborar Relatórios das Atividades ao final de cada ano legislativo, deixando-os à disposição dos Vereadores.

Parágrafo único. A Mesa Diretora deliberará sempre por maioria de seus membros.

Art. 52. Compete à Mesa Diretora, juntamente com a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento, Finanças e Tributação, elaborar e encaminhar até o prazo definido em lei complementar, o Plano de Metas do Poder Legislativo para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, no intuito de serem incluídas nas propostas orçamentárias municipais.

Seção IV

Do Presidente

Art. 53. O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades.

I - quanto às atividades Legislativas, compete privativamente ao Presidente:

- a) cientificar os Vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias, e das sessões solenes, festivas, itinerantes e especiais;
- b) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;
- c) não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial;
- d) declarar prejudicados os projetos, em face de aprovação de outro, com o mesmo conteúdo e objetivo;
- e) determinar o desarquivamento de proposições, a requerimento do autor;
- f) encaminhar os projetos às comissões legislativas competentes;
- g) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às comissões e ao Prefeito;
- h) dar posse aos membros das Comissões Legislativas Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara Municipal, bem como das Comissões Legislativas de Representação, ouvidos os Líderes de Bancada, que indicarão os seus representantes;
- i) designar os substitutos das Comissões Legislativas referidas na alínea "h", após consulta às lideranças partidárias;
- j) declarar a exclusão dos membros das Comissões quando não comparecerem, injustificadamente, a três (03) reuniões ordinárias consecutivas;
- k) convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste Regimento Interno;
- l) designar a data e a hora do início das reuniões extraordinárias, após entendimento com os Líderes de Bancadas;
- m) promulgar as resoluções, os decretos legislativos e as emendas à Lei Orgânica, bem como as leis com sanção tácita e as cujo veto, rejeitado pelo Plenário, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito, no prazo legal;
- n) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- o) declarar extinto, por decreto legislativo, o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;

II - quanto às sessões:

- a) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos e definir a Ordem do Dia;
- b) dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara Municipal;
- c) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as

sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;

d) determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara Municipal;

e) determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

f) declarar a hora destinada ao Expediente ou a Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;

g) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante e declarar os resultados das votações;

h) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;

i) interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda, suspender a reunião, quando não atendido, e as circunstâncias assim exigirem;

j) cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia, do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivo;

k) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

l) determinar ao Primeiro Secretário a anotação da decisão do plenário, no processo competente;

m) manter a ordem do recinto da Câmara Municipal, advertir os presentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar força policial necessária para esses fins;

n) determinar, na primeira reunião, após sua entrada na Câmara Municipal, a leitura das mensagens sob o regime de urgência;

o) resolver sobre os requerimentos de sua alçada;

p) resolver qualquer questão de ordem, ou quando omisso o Regimento Interno, submetê-la ao Plenário.

III - quanto à Administração da Câmara Municipal, compete:

a) dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais, relativos aos funcionários da Câmara Municipal;

b) administrar o pessoal da Câmara Municipal, fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa civil e criminal de servidores faltosos;

c) declarar destituído o membro da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento Interno;

d) superintender os serviços da Câmara Municipal e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro;

e) mandar fixar, mensalmente, nas dependências da Câmara Municipal, os balancetes relativos às verbas recebidas e às despesas dos três (03) meses anteriores;

f) apresentar ao Plenário, até o dia vinte (20) de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

g) mandar proceder as licitações para compras, obras e serviços da Câmara Municipal, quando exigidos pela legislação;

h) ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o Diretor Financeiro da Câmara Municipal, legalmente designado;

i) proceder a devolução do saldo financeiro de caixa existente na Câmara Municipal ao final de cada exercício, à Tesouraria do Município;

j) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara Municipal e da sua Secretaria;

IV - quanto às relações externas da Câmara Municipal, compete ao Presidente:

a) realizar audiências públicas em dia e hora pré-fixados, garantida ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico;

b) conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados, dando a divulgação necessária;

c) representar a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, prestando informações, se assim for solicitado pelo Poder Judiciário, em todas as medidas judiciais contra a Mesa Diretora ou o Plenário;

d) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formuladas pelos Vereadores ou Comissões, sobre fato relacionado com matéria em trâmite, ou sobre fatos sujeitos à ação fiscalizadora da Câmara Municipal;

e) encaminhar ao Prefeito a convocação dos titulares dos órgãos da administração direta e indireta municipal para prestar informações;

f) encaminhar ao Prefeito, convite para prestar informações, pessoalmente ou por escrito, sempre que requeridas por qualquer dos vereadores;

g) dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito (48) horas, sempre que se tenha esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara Municipal, ou rejeitados na forma regimental;

h) requisitar ao Poder Executivo o repasse financeiro do duodécimo orçamentário à Câmara Municipal, o qual deverá ser atendido até o dia vinte (20) de cada mês, sob pena de responsabilização;

i) exercer, em substituição, à chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em Lei;

j) representar a Câmara Municipal junto ao Prefeito, às autoridades Federais, Estaduais e Distritais e perante as entidades privadas em geral; podendo delegar tal representação a outro vereador;

k) credenciar agentes de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento e divulgação dos trabalhos legislativos;

l) fazer expedir convites para as sessões solenes, festivas, itinerantes e especiais, em nome da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se o Poder Executivo não efetuar o repasse até a data prevista na alínea "g" do inciso IV deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal poderá propor mandado de segurança contra ato do Sr. Prefeito Municipal, para resguardar tal direito.

Art. 54. Compete, ainda, ao Presidente da Câmara Municipal:

I - executar as deliberações do Plenário;

II - assinar portarias, editais, todo o expediente da Câmara Municipal e demais atos de sua competência e, juntamente com os demais Vereadores, as atas das reuniões;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra os atos seus, da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal.

§ 1º O Presidente da Câmara Municipal exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

a) na hipótese em que é exigido o quorum de dois terços (2/3);

b) nos casos de desempate;

c) quando em votação secreta;

d) quando da eleição da Mesa;

e) quando se trate de destituição de membro da Mesa;

f) quando se trate de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes;

g) em outros casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado, fica impedido de votar.

§ 3º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

§ 4º Sempre que tiver necessidade de se ausentar do Município por mais de quinze (15) dias, o Presidente solicitará permissão ao Plenário e, sendo-lhe permitido, passará o cargo ao Vice-Presidente.

Art. 55. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e irá falar da tribuna destinada aos oradores.

Art. 56. O Vereador, no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou apertado.

Seção V

Do Vice-Presidente

Art. 57. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e ainda:

I – promulgar e publicar as resoluções e decretos legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo; e

II – promulgar e publicar as leis municipais, quando o Prefeito e Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo, sem fazê-lo, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelos Secretários, segundo a ordem de eleição.

§ 2º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não lhe é conferida competência para outras atribuições, além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

§ 3º No caso de renúncia ou licença do Presidente, após 30 de novembro do segundo ano do mandato da Mesa, assumir a Presidência da Mesa, pela ordem, até completar o mandato em curso.

Seção VI

Dos Secretários

Art. 58. Compete ao Primeiro Secretário:

I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara Municipal;

II - dar conhecimento à Câmara dos atos do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;

III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença ao final da reunião;

IV - apurar as presenças, no caso de votação ou verificação de "quorum";

V - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião, lê-la e assiná-la, juntamente com o Presidente, depois de submetida à apreciação do Plenário e apanhar a assinatura de todos os Vereadores presentes;

VI - ler ao Plenário a matéria do Expediente e Ordem do Dia, despachando o respectivo processo e anotando no mesmo, por determinação do Presidente, as decisões do plenário;

VII - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;

VIII - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento;

IX - distribuir as proposições às Comissões Legislativas e superintender os seus prazos;

X - assumir a direção dos trabalhos da sessão plenária na falta do Presidente e Vice-Presidente;

XI - tomar parte em todas as votações.

Art. 59. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências, assumindo, nestes casos, as suas atribuições.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 60. Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente, temporárias e de inquérito, destinados a proceder a estudos, emitir pareceres

especializados e realizar investigações sobre fatos determinados, ou à representação da Câmara Municipal.

Art. 61. As Comissões Legislativas são classificadas em:

I - Permanentes;

II – Temporárias; e

III – Parlamentar de Inquérito.

§ 1º As Comissões Legislativas, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger o respectivo Presidente.

§ 2º As Comissões Legislativas Temporárias e as Parlamentares de Inquérito terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação.

§ 3º Na composição das Comissões Legislativas, aplica-se o princípio da representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal.

§ 4º O Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Legislativa Permanente, não podendo pertencer a mais de duas (02) como membro titular.

§ 5º Perderá automaticamente o lugar na comissão o Vereador que se desvincular de seu partido ou não comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, salvo se licenciado ou em missão oficial, justificado antecipadamente, por escrito, à comissão.

§ 6º O Vereador que perder o lugar em uma comissão, a ela não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

§ 7º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Câmara Municipal no prazo de uma Sessão Ordinária, acolhendo a indicação feita pelo Líder da Bancada a que pertencia o titular.

§ 8º O Vereador que se desvincular de sua bancada, perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas comissões, para as quais tenha sido indicado pela liderança.

§ 9º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora integrar qualquer tipo de Comissão Legislativa.

§ 10. Não sendo permanente a Comissão Legislativa e não instalada no prazo de três (03) sessões Plenárias Ordinárias, efetivamente realizadas, ou expirado o prazo de seu funcionamento, sem a apresentação do relatório final, será declarada extinta por Ato do Presidente da Mesa Diretora.

Seção II

Das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 62. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de três (03) e com prazo de composição de dois (02) anos, são as seguintes:

I - Constituição, Justiça e Redação Final;

II – Orçamento, Finanças e Tributação;

III – Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo.

§ 1º As Comissões Legislativas Permanentes serão constituídas por três (03) vereadores, como membros titulares e um (01) como membro suplente.

§ 2º Os membros das Comissões Legislativas Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido eleitos.

Subseção I

Da Constituição das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 63. A constituição das Comissões Legislativas Permanentes far-se-á na fase destinada à Ordem do Dia da primeira reunião ordinária da primeira e da terceira Sessão Legislativa de cada Legislatura, de acordo com a indicação dos líderes partidários, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

Art. 64. Se a constituição das Comissões Legislativas Permanentes

se fizer mediante acordo, a fase da Ordem do Dia será destinada apenas à sua proclamação.

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma reunião a constituição de todas as Comissões Legislativas Permanentes, a fase da Ordem do Dia de Sessões Ordinárias subsequentes, destinar-se-á ao mesmo fim, até plena consecução desse objetivo.

Art. 65. Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha dos membros das Comissões Legislativas Permanentes por eleição em Plenário, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 1º A votação para a constituição de cada uma das Comissões Legislativas Permanentes far-se-á mediante voto em cédula separada e impressa, com a indicação do nome do votado.

§ 2º Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão Legislativa Permanente.

§ 3º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão Legislativa Permanente.

§ 4º Se os empatados encontrarem-se em igualdade de condições, será considerado eleito, dentre os presentes, o Vereador mais idoso dentre os concorrentes.

§ 5º No ato da composição das Comissões Legislativas Permanentes, figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado.

Art. 66. Constituídas as Comissões Legislativas Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os membros presentes, para proceder à eleição do Presidente, vedada a reeleição.

§ 1º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão Legislativa Permanente será presidida interinamente pelo Vereador mais idoso dentre seus membros.

§ 2º Se vagar o cargo de Presidente proceder-se-á nova eleição para a escolha do sucessor.

Art. 67. Os membros das Comissões Legislativas Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia e escrita justificativa, a três (03) reuniões consecutivas ou cinco (05) alternadas. Parágrafo único. A destituição dar-se-á de ofício pelo Presidente, ou por petição escrita de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

Art. 68. No caso de vaga, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Legislativas Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara Municipal a designação do substituto, mediante indicação do Líder do Partido a que pertença a vaga.

§ 1º O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Legislativas Permanentes.

§ 2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§ 3º Se a licença ou impedimento somente se referir à participação na comissão, a agremiação política a que pertencer o membro impedido ou licenciado indicará o substituto, respeitado o disposto no § 7º do art. 61 deste Regimento Interno.

Art. 69. Será dada ampla publicidade à composição e as atividades das Comissões Legislativas Permanentes, inclusive por meio eletrônico.

Subseção II

Das Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 70. Compete às Comissões Permanentes, entre outras previsões postas pela Lei Orgânica e por este Regimento Interno:

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem

submetidas e emitir-lhes parecer;

II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação;

III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;

IV – elaborar seus regulamentos;

V - requerer ao Presidente da Câmara Municipal que outra comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida;

VI – encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convocação dos Secretários Municipais, ou representantes dos órgãos da administração indireta, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

VII – fiscalizar os atos e o andamento dos programas de Governo, que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;

VIII – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou prestadoras de serviços públicos;

IX – encaminhar, por meio do Presidente, pedidos escritos de informação ao Prefeito e a Secretários Municipais;

X – solicitar, por meio do Presidente, depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

XI – acompanhar e apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo, da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

XIII – propor a suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

XIV – averiguar notícias, queixas ou denúncias sobre violação de normas legais, dando-lhes o encaminhamento regimental em todas as esferas;

XV – acompanhar a aplicação das leis municipais pelo Poder Executivo e a eficácia no seu cumprimento;

XVI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XVII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento;

XVIII – solicitar à Mesa Diretora da Câmara Municipal, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exija atuação de especialista, nos termos da Lei de Licitações.

Subseção III

Das Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 71. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de:

I - Constituição, Justiça e Redação Final:

a) opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e técnica legislativa das proposições;

b) manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;

c) manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores;

d) manifestar-se acerca de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consultas realizadas pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recursos previstos neste Regimento;

e) manifestar-se acerca de alterações propostas ao Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei Orgânica do Município;

f) elaborar a redação final a todos os projetos aprovados, fiscalizando o encaminhamento à aprovação do Plenário, a remessa para a sanção ou veto do Poder Executivo, assim como sua promulgação e publicação.

§ 1º Se a Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final concluir pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, o parecer deverá ser imediatamente remetido ao Plenário para ser discutido, votado e, somente quando rejeitado pela maioria simples, possibilitará o prosseguimento do Projeto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 71.

§ 2º Aprovado o parecer pela ilegalidade ou inconstitucionalidade, pelo plenário, em discussão e votação única, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, será distribuído às Comissões de Mérito, que devam manifestar-se.

§ 3º Somente as proposições de natureza orçamentária poderão tramitar sem o parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final;

II – Orçamento, Finanças e Tributação;

a) exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer sobre o Projeto do Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como sobre as suas alterações;

b) exarar parecer sobre as contas do Município;

c) organizar, divulgar e presidir as audiências públicas, quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei do Orçamento Anual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

d) analisar assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre:

1. proposições referentes à matéria tributária, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou que sejam de interesse ao crédito público;

2. proposições que fixem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e dos Vereadores;

3. celebração de contratos, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;

4. proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

III - Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo;

a) exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e à execução de serviços pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal;

b) exarar parecer sobre as seguintes leis e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:

1. Plano Diretor e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

2. Código de Obras ou Edificações;

3. Código Ambiental;

4. Código de Posturas;

5. projetos relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da cidade, ao cadastro territorial do Município e ao transporte coletivo;

6. exarar parecer sobre todos os processos referentes à ecologia, ao controle da poluição ambiental e às áreas consideradas de preservação ambiental;

7. emitir parecer sobre as proposições que digam respeito à organização da estrutura da administração pública municipal, à criação e à extinção ou à transformação de cargo, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público;

8. exarar parecer sobre a declaração de utilidade pública de entidades civis sem fins lucrativos;

9. proposituras e assuntos relativos a cooperativismo, a sindicalismo e relações de trabalho;

10. proposituras e assuntos que versem sobre relações de consumo e direitos do consumidor, bem como a atividades privadas condicionadas à intervenção do poder público municipal, quando não estiverem afetas à discussão de mérito em outra comissão permanente;

11. projetos e assuntos referentes a educação, cultura e esportes;

12. projetos e assuntos de saúde e vigilância sanitária;

13. projetos e assuntos de promoção humana e assistência social;

14. projetos e assuntos referentes ao turismo, o folclore, e patrimônio artístico, histórico e cultural;

15. projetos que versem sobre a concessão de títulos honoríficos.

Art. 72. É vedado às Comissões Legislativas Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua atribuição técnica específica.

Art. 73. Quando mais de uma comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no artigo 62 deste Regimento Interno.

Subseção IV

Da Presidência das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 74. Ao Presidente da Comissão Legislativa Permanente compete:

I – convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessária, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno e no seu respectivo regulamento;

II - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e à votação;

III - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar imediatamente seus respectivos relatores, incluindo a Presidência, distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita à apreciação, independentemente da reunião da Comissão, ou advocá-la;

IV - conceder a palavra a membros da Comissão, pelo tempo que julgar necessário e repreendê-lo quando este se exaltar durante os debates, podendo interrompê-lo quando este estiver falando sobre matéria vencida e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;

V - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;

VI – submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da comissão e proclamar o resultado da votação;

VII - ser representante da Comissão junto à Mesa da Câmara Municipal;

VIII – dirimir, na forma de seu regulamento e de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante Comissão;

IX - enviar à Mesa, no fim do Período Legislativo, com subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão e mensalmente relatório de presença dos membros nas reuniões realizadas;

X - votar em todas as deliberações da Comissão;

XI - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as Sessões Plenárias;

XII – convocar o membro suplente, para ocupar o lugar do titular faltoso;

XIII – assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela comissão.

Subseção V

Do Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 75. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, para emitir parecer sobre qualquer matéria, após o prazo de três (03) dias para a designação do relator, cada Comissão terá o prazo máximo de trinta (30) dias, prorrogáveis por igual prazo, desde que

solicitado pela Comissão Legislativa e deliberação favorável do Plenário, por maioria simples.

§ 1º O prazo previsto neste artigo terá início a partir da data em que for designado o relator, que terá prazo improrrogável de quatorze (14) dias para oferecer relatório sobre a matéria.

§ 2º Esgotado o prazo, sem apresentação de relatório, o Presidente avocará o projeto, convocando reunião extraordinária no prazo máximo de cinco (05) dias, para apreciação de seu relatório.

§ 3º Relatado o projeto, o Presidente facultará vista aos demais membros da Comissão para que, simultaneamente e pelo prazo improrrogável de sete (07) dias, exceto no caso do § 2º, quando o prazo será de dois (02) dias, manifestem-se em separado quanto à proposição.

§ 4º Decorridos os prazos previstos no “caput” deste artigo, deverá o processo ser devolvido à Presidência da Mesa Diretora.

§ 5º A negativa na devolução dos autos na forma do § 4º art. 75 implicará na sua reconstituição, dando-se o encaminhamento regimental a proposição.

§ 6º Apresentadas emendas ou substitutivos nas Comissões de mérito e, esgotada a sua tramitação em todas as comissões afetas à matéria, será o projeto submetido a novo exame da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, pelo prazo improrrogável de sete (07) dias e devolvido à Mesa para inclusão na Ordem do Dia.

§ 7º Apresentadas emendas ou substitutivos em Plenário serão os mesmos submetidos ao novo exame das Comissões originalmente designadas que, sob a direção do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, apresentarão parecer conjunto no prazo improrrogável de sete (07) dias, devendo o projeto ser apreciado pelo Plenário na sessão ordinária subsequente à sua devolução.

§ 8º Em caso de requisição de informações ao Executivo Municipal na forma do inciso VI do art. 70, deste Regimento Interno, o prazo a que se refere o “caput” permanecerá suspenso até a devolução das informações para a Comissão solicitante.

§ 9º Quando as informações forem solicitadas a entidades não governamentais, ou se governamentais, não compuserem o governo municipal, a tramitação da matéria será suspensa pelo prazo máximo de trinta (30) dias, findo o qual, sem que sejam elas respondidas, cumprirá à Comissão formar juízo sobre a matéria.

§ 10. Aprovado o requerimento em plenário, para audiência de Comissão, observar-se-ão os prazos estabelecidos no § 7º deste artigo.

§ 11. O estabelecido no § 10 fica condicionado à apresentação de fatos novos, devidamente justificados pelo autor do requerimento, no prazo de sete (07) dias a contar da data de aprovação do requerimento ou do respectivo ato de deliberação pelas Comissões.

§ 12. O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados nesta subseção.

Art. 76. As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente à maioria absoluta dos seus membros.

Art. 77. O parecer, que é o pronunciamento técnico da comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, poderá ser oral, devendo, neste caso ser reduzido a termo.

§ 1º O parecer deverá conter, obrigatoriamente:

I – exposição da matéria em exame, em que se dará a individualização da proposição com o seu número de registro na Câmara Municipal, o seu autor e objeto;

II – fundamentação, consistindo nas razões do relator para indicar a admissibilidade ou inadmissibilidade, legalidade ou ilegalidade total ou parcial da matéria, podendo, se assim entender necessário, oferecer substitutivos ou emendas para corrigi-la;

III - decisão da comissão, com assinatura dos membros que subcreveram o parecer vencedor.

§ 2º O Presidente da Câmara Municipal devolverá à Comissão o parecer que não atender às exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido, no prazo máximo de sete (07) dias do

seu recebimento.

Art. 78. Poderá o membro da comissão manifestar-se contrariamente ao voto do relator, exarando voto em separado, devidamente fundamentado, que, se acolhido pela maioria, passará a constituir o parecer da comissão.

§ 1º Exarado o voto em separado, o Presidente da comissão colocará em votação os pareceres.

§ 2º Em caso de empate, prevalecerá o voto do relator.

Art. 79. As reuniões ordinárias das Comissões Legislativas Permanentes serão públicas e deverão ocorrer em sala própria da Câmara Municipal de Vereadores, no mínimo, uma vez por semana.

§ 1º Os trabalhos das comissões serão iniciados com a presença da maioria absoluta de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria para deliberar.

§ 2º À hora regulamentar, havendo matéria para deliberar e não havendo quorum para o início da reunião, o Presidente da comissão aguardará pelo prazo de quinze minutos para que este se complete, em não ocorrendo, declarará cancelada a reunião, sendo computada a falta dos membros ausentes.

§ 3º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

Art. 80. As Comissões não poderão reunir-se durante a realização de sessão plenária.

Art. 81. Poderão participar dos trabalhos das Comissões todos os Vereadores da Câmara Municipal, os membros do Sistema de Controle Interno, técnicos de reconhecida competência, bem como representantes de entidades governamentais e civis que tenham legítimo interesse no esclarecimento dos assuntos submetidos à apreciação das mesmas, sem direito a voto, e terão prazo de dez (10) minutos para manifestação, se assim o desejarem.

Art. 82. Das reuniões das Comissões serão extraídos os pareceres, com o sumário do ocorrido durante sua realização, devendo ser assinadas pelos membros presentes.

Art. 83. Sempre que os membros das Comissões não puderem comparecer às reuniões, comunicarão, por escrito, o motivo ao Presidente que consignará justificativa em ata, convocando o suplente.

Subseção VI

Das Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes

Art. 84. Cada Comissão poderá realizar reuniões de audiências públicas com as entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão, especificamente convocado para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como, para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará e as divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

Art. 85. Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, devendo a Câmara Municipal criar, por Resolução específica, um cadastro legislativo – CALEGIS, para realizar pré-inscrições destas entidades interessadas, mantendo-as constantemente informadas sobre realização destas audiências, inclusive por meio eletrônico, contato telefônico ou outro meio mais eficiente.

§ 1º Na hipótese de haver defensor e opositor, relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte (20) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três (03) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

§ 6º Nas audiências públicas previstas na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Orçamento, Finanças, Tributação e Controle de Contas poderá adaptar as normas definidas nesta subseção, a fim de disponibilizar maior tempo para a exposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Art. 86. Da reunião de audiências públicas lavrar-se-á ata, arquivando-se eletronicamente, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 87. As Comissões Temporárias são:

I - Parlamentares Especiais;

II – de Representação;

III - Parlamentares de Inquérito; e

IV - de Investigação e Processante.

§ 1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§ 2º As comissões temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenha seus prazos expirados.

§ 3º Adotar-se-á na composição das Comissões temporárias o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV deste artigo, que será constituída mediante sorteio em Plenário.

Subseção I

Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 88. As Comissões Parlamentares Especiais, formadas por até cinco (05) membros, destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento Interno, da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais deverão estar subscritas por, no mínimo, um terço (1/3) dos Vereadores da Câmara Municipal e indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§ 2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§ 3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa da Câmara, a mesma deverá instalar-se num

prazo de três (03) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§ 4º A nomeação dos membros da comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das comissões legislativas permanentes.

§ 5º A comissão terá prazo de noventa (90) dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período, a critério do Plenário.

Subseção II

Das Comissões de Representação

Art. 89. As Comissões de Representação, destinadas a representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

Subseção III

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 90. A Câmara Municipal de Vereadores, a requerimento de um terço (1/3) dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de cento e vinte (120) dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 3º O número de membros que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito não será superior a cinco (05) e nem inferior a três (03) Vereadores, devendo o requerimento ou o projeto de criação definir a composição numérica.

§ 4º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente, por Resolução de Mesa, constituir a Comissão, no prazo máximo de dez (10) dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§ 5º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo máximo de três (03) dias úteis, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, esta elegerá o presidente e o relator.

§ 6º Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de quinze (15) dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§ 7º Decorrido este prazo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará sobre o relatório preliminar nos dois (02) dias úteis subsequentes.

§ 8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa da Câmara Municipal os Servidores Públicos de seu quadro de pessoal, necessários à realização de seus trabalhos investigatórios. A Câmara Municipal, por seu Presidente, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto a Comissão Parlamentar de Inquérito, no desempenho de suas atribuições.

§ 9º A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência a Mesa da Câmara Municipal de seus atos e requisições.

Art. 91. A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 92. A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente e pelo Presidente da Câmara, observado o prazo de oito (08) dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento, exceto quanto da alçada da Autoridade Judiciária.

Art. 93. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados regularmente convocados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§ 1º A critério da Comissão Parlamentar de Inquérito poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara Municipal, devendo ser lavrado, também, o competente termo de depoimento.

§ 2º As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão subsidiariamente das normas contidas no Código Processual Penal.

Art. 94. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas de plano pelo Presidente da Comissão, desde que relacionados com o fato determinado e objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá de ofício sua decisão à nova decisão da Comissão no prazo de vinte e quatro (24) horas.

Art. 95. Ao termino dos trabalhos a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Mural Oficial da Câmara e:

I - encaminhado à Mesa para as providências de sua alçada, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto, de resolução ou indicação, que será incluído na ordem do dia da reunião subsequente a sua apresentação;

II - ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos responsáveis; e

III - se for o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências cabíveis, se esta for a sua competência.

§ 1º Se a Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, esta será automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§ 2º As Comissões Parlamentares de Inquérito não paralisarão suas atividades durante os períodos de recesso parlamentar.

Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante

Art. 96. As Comissões de Investigação e Processante serão constituídas e adotarão a forma prevista na legislação federal aplicável.

CAPÍTULO III

DO PLENÁRIO

Art. 97. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara Municipal e é constituído pela reunião de vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Art. 98. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 99. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:

- I – simples, sempre que necessitar da metade mais um dos votos dos Vereadores presentes na reunião;
- II – absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara Municipal; e
- III – qualificada, sempre que necessitar os votos de dois terços (2/3), dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º A Lei Orgânica Municipal, para ser modificada, exige a deliberação favorável da maioria qualificada de dois terços (2/3) dos Vereadores da Câmara Municipal, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 3º As Leis Complementares, para serem modificadas, exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal.

TÍTULO IV

O PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 100. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário.

Parágrafo único. São espécies de proposições:

- I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - projeto de lei complementar;
- III - projeto de lei ordinária;
- IV - projeto de decreto legislativo;
- V - projeto de resolução;
- VI - moção;
- VII - requerimento;
- VIII - recurso;
- IX - emendas e substitutivos.

Art. 101. Podem ser autores de Proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

- I - o Chefe do Poder Executivo Municipal;
 - II – a Mesa Diretora da Câmara Municipal;
 - III – qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara Municipal;
 - IV – os Vereadores, individualmente ou em conjunto;
 - V – a população do Município, nos casos e sob os requisitos definidos na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e Estadual.
- § 1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara Municipal depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria absoluta dos seus membros.
- § 2º Não sendo indicado de maneira expressa, os projetos de iniciativa popular serão defendidos em plenário por qualquer vereador.
- § 3º Os projetos de leis e as propostas de Emenda à Lei Orgânica Municipal, de autoria do Poder Executivo Municipal, serão defendidos em plenário pelo líder do governo na Câmara Municipal, as demais pelos seus autores.
- § 4º Todas as proposições deverão ser entregues acompanhadas de versão em disquete, disco “cd” ou “md”, ou outro meio eletrônico.
- § 5º As proposições deverão ser protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal e serão incluídas na pauta da sessão ordinária subsequente a sua apresentação, se este protocolo ocorrer até o final do expediente da Secretaria no primeiro dia útil anterior ao da sessão.

§ 6º As proposições, cuja redação estiver em desacordo com Lei Complementar Federal nº 95/1998, serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§ 7º Se o autor da proposição não se conformar com a decisão, poderá requerer a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

§ 8º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§ 9º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§ 10. São de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir determinado número de subscritores.

§ 11. As proposições deverão apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§ 12. Somente ao autor caberá o direito de retirada das suas proposições, e deverá fazê-lo por escrito, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

§ 13. A retirada de proposições será aceita até a fase de sua discussão em Plenário.

§ 14. Se a proposição tiver parecer favorável de todas as comissões competentes, somente o Plenário deliberará sobre a sua retirada.

§ 15. A solicitação de encerramento da tramitação de proposição de iniciativa de comissão ou da Mesa Diretora só poderá ser feita a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do respectivo colegiado.

§ 16. Finda a legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara Municipal.

§ 17. As proposições poderão ser desarquivadas mediante requerimento escrito do autor, dos autores ou de comissão permanente, na legislatura subsequente.

§ 18. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstruir o respectivo processo.

Subseção Única

Das Indicações e dos Pedidos de Informações

Art. 102. As Indicações e os Pedidos de Informações são proposições especiais em que o Vereador sugere medidas, pede providências ou solicita informações de interesse público ao Poder Executivo Municipal ou à Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 103. Indicações e os Pedidos de Informações serão sempre por escrito e deverão ser protocolados até o final do expediente da Secretaria do primeiro dia útil anterior ao da sessão para serem lidos no Expediente do Dia e encaminhadas aos Chefes dos respectivos poderes, independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo único. O Presidente poderá indeferir as Indicações e os Pedidos de Informações dirigidas ao Chefe do Poder Executivo Municipal que julgar sem fundamento, genérico ou em desacordo com os princípios constitucionais que regem a administração pública, fundamentando sua decisão e submetendo-a de ofício ao Plenário na sessão ordinária subsequente ao indeferimento.

Seção II

Das Proposições em Espécie

Subseção I

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 104. Proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal é a

proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal, cuja tramitação obedecerá aos termos do art. 36 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. As emendas aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal no prazo máximo de dez (10) dias de sua aprovação.

Subseção II

Dos Projetos de Lei

Art. 105. Projeto de lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal e sujeita à sanção do Prefeito, exceto para o que está disposto no art. 17, III, da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas no parágrafo único do art. 39 da Lei Orgânica Municipal, e exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Subseção III

Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 106. Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal, não sujeitas à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I – decisão das contas públicas;
- II – concessão de títulos honoríficos;
- III – suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;
- IV – suspensão de decretos do Poder Executivo que extrapolem o seu poder regulamentador;
- V – cassação de mandatos;
- VI – concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma do art. 56 da Lei Orgânica;
- VII – demais assuntos de efeitos externos.

Subseção IV

Dos Projetos de Resolução

Art. 107. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I – decisão de recurso;
- II – destituição de membro da Mesa Diretora;
- III – normas regimentais;
- IV – concessão de licença a Vereador;
- V – conclusão de Comissões Temporárias;
- VI – todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos de efeitos internos;
- VII - organização dos serviços da Câmara Municipal.

Subseção V

Das Moções

Art. 108. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de moção a de aplauso, apoio, apelo, ou repúdio.

Art. 109. A Moção deverá ser sempre por escrito, subscrita por no mínimo um terço (1/3) dos membros da Câmara Municipal, devendo ser lida e inserida na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária seguinte, se este protocolo ocorrer até o final do expediente da

Secretaria do primeiro dia útil anterior ao da sessão, independente de parecer da Comissão, sendo apreciada em discussão e votação únicas.

Art. 110. A Moção poderá ser proposta por qualquer Vereador, incluindo-se o Presidente e deverá ser aprovada pela maioria simples do plenário da Câmara Municipal.

Subseção VI

Dos Requerimentos

Art. 111. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara Municipal, sobre qualquer assunto, sendo que os requerimentos por escrito deverão ser protocolados até o final do expediente da Secretaria do primeiro dia útil anterior ao da sessão para serem lidos no Expediente do dia.

Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-lo, os requerimentos são:

- a) sujeitos apenas a despacho do Presidente; ou
- b) sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 112. Serão da alçada do Presidente da Câmara Municipal e verbais, os requerimentos que solicitem:

- I - a palavra ou desistência dela;
- II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III – envio de votos de pesar por falecimento;
- IV - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- V - verificação de quorum para discussão ou votação;
- VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
- VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;
- VIII - encaminhamento de votação.

Art. 113. Serão da alçada do Presidente da Câmara Municipal e escritos os requerimentos que solicitarem:

- I - renúncia de membro da Mesa da Câmara Municipal;
- II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- III - juntada ou desentranhamento de documentos;
- IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;
- V - informações ao Poder Executivo, bem como a qualquer de seus órgãos ou entidades, sempre dirigidos ao Prefeito Municipal;
- VI - arquivamento de proposição;
- VII - o desarquivamento das proposições, respeitadas as disposições contidas neste Regimento Interno.

§ 1º O Presidente é soberano na decisão sobre os requerimentos citados neste e no art. 112.

§ 2º O Presidente fica desobrigado a fornecer informações solicitadas, quando informada pela assessoria da Mesa Diretora haver pedido anteriormente formulado pelo mesmo Vereador sobre o mesmo assunto e já respondido no prazo não superior a trinta (30) dias.

Art. 114. Serão de alçada do Plenário, verbais e votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitarem:

- I - destaque de matéria para votação;
- II – alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou secreta;
- III - adiamento de discussão e de votação;
- IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;
- V – prorrogação da sessão para concluir a discussão ou votação das matérias da ordem do dia.

Art. 115. Serão de alçada do Plenário, escritos e votados sem

discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitarem a alteração da pauta da Ordem do Dia.

Art. 116. Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

I - votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;

II - arquivamento de proposição nos casos do art. 146, inciso III deste Regimento;

III - inserção de documentos em ata;

IV - informações e solicitações encaminhadas a entidades públicas ou particulares;

V - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;

VI - regime de urgência, que não os requeridos pelo Prefeito Municipal;

VII - constituição das Comissões.

Parágrafo único. Os requerimentos a que se referem os incisos serão aprovados por maioria simples.

Art. 117. Os requerimentos ou petições de entidades ou municípios serão lidos no Expediente do Dia e encaminhados ao Presidente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 118. As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara Municipal, sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

Subseção VII

Dos Recursos ao Plenário

Art. 119. Da decisão ou omissão do Presidente, em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 120. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois (02) dias úteis, contados da ciência da decisão.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois (02) dias úteis, acatar-lhe, reconsiderando a decisão inicialmente tomada ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de dois (02) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§ 3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Subseção VIII

Das Emendas e dos Substitutivos

Art. 121. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visam a alterar, o projeto a que se referem.

§ 1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto principal.

§ 3º Emenda substitutiva, ou sub-emenda, é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 5º As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes dos projetos ou substitutivos.

§ 6º As emendas das Comissões só serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritas pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 7º O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§ 8º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

§ 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 122. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão Permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

§ 1º Não será permitido aos Vereadores, à Comissão ou à Mesa apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

§ 2º Aplicam-se no que couberem aos substitutivos, as disposições constantes do art. 121.

CAPÍTULO II

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 123. As proposições apresentadas até o final do expediente normal da Secretaria da Câmara Municipal, do primeiro dia útil anterior ao da Sessão, serão lidas e despachadas de plano pelo Presidente, que às encaminhará à consultoria jurídica ou parlamentar e indicará as comissões legislativas permanentes competentes para a análise da matéria.

§ 1º Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da Consultoria Jurídica ou parlamentar, sendo encaminhados imediatamente às Comissões Permanentes.

§ 2º Os projetos serão apreciados inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Legislativo;

III - faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - contiver expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto será incluído na ordem do dia da sessão subsequente.

§ 4º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria, implicará no arquivamento do projeto.

§ 5º Rejeitado o parecer o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das comissões competentes.

§ 6º Após haver tramitado em todas as comissões de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo em qualquer das Comissões, o projeto retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e

constitucionalidade, sendo encaminhado diretamente à Mesa Diretora para sua inclusão na Ordem do Dia.

§ 7º O Projeto que receber parecer contrário de todas as comissões de mérito competentes para a sua apreciação será tido como rejeitado.

Art. 124. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador, ou "ex-offício", fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 125. Todos os pareceres serão impressos em avulsos e entregues aos Vereadores até duas (02) horas antes do início da Sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Art. 126. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 127. Os Projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentado na mesma sessão legislativa se contar com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 128. Se houver uma ou mais proposição constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensados para a tramitação.

Art. 129. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II

Da Discussão e da Votação

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 130. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 131. O processo de discussão da proposição inicia-se com a discussão dos pareceres oferecidos pelas comissões, passando-se imediatamente à discussão do mérito do Projeto propriamente dito.

§ 1º Para discutir qualquer matéria constante da Ordem do Dia, o Vereador deverá inscrever-se previamente junto à Mesa.

§ 2º Admite-se a cessão de tempo para que outro Vereador possa defender a matéria em discussão, mediante comunicação do Vereador cedente ao Presidente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

§ 3º É vedada nova inscrição ao Vereador que tenha cedido a outro o seu tempo.

Art. 132. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 133. As proposições serão submetidas a turno único de votação, excetuadas as Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município do Município, que serão objeto de duas discussões e votações, com interstício mínimo de dez (10) dias entre a primeira e a segunda votação.

Parágrafo único. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 134. O Vereador presente à Sessão não poderá escusar-se de votar, devendo abster-se, entretanto, quando tiver ele próprio, parente afim ou consanguíneo até terceiro grau inclusive, interesse

manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

Parágrafo único. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

Art. 135. O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto só terá direito a voto:

I - nas votações secretas;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

III - nas votações nominais;

IV - quando houver empate nas votações em Plenário, exceto para aquelas em que já tiver exercido seu direito a voto.

Subseção II

Dos Processos de Votação

Art. 136. São três os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal; e

III - escrutínio secreto.

Art. 137. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo constitucional, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 138. No processo simbólico de votação os Vereadores que pretenderem aprovar a matéria deverão permanecer sentados, levantando um dos braços aqueles Vereadores que votarem contrariamente à proposição.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado, sem que conste da ata, ou de qualquer outro documento ou regimento que identifique o voto.

Art. 139. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responderem "SIM" ou "NÃO", conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado na ata da sessão.

Art. 140. A votação secreta far-se-á mediante depósito de cédula rubricada pelo Presidente, colocada em sobrecarta que será depositada em urna colocada à vista do Plenário.

§ 1º A apuração da votação secreta será procedida por dois escrutinadores designados, anotada pelo Secretário e proclamada pelo Presidente.

§ 2º Havendo empate nas votações secretas, a matéria será decidida na Sessão seguinte, reputando-se rejeitada na persistência do empate.

Subseção III

Encaminhamento de Votação

Art. 141. A partir do instante em que for encerrada a discussão da matéria, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Parágrafo único. No encaminhamento da votação será assegurada a cada bancada, por seu líder, falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

Subseção IV

Dos Destaques

Art.142. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§ 2º O requerimento de destaque só será admitido antes de iniciada a votação.

Subseção V

Da Votação das Emendas e da Redação Final

Art. 143. Havendo emendas estas serão votadas preferencialmente aos respectivos substitutivos, bem como ao projeto original.

§ 1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§ 2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o § 1º deste artigo.

§ 3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§ 4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.

§ 5º Os substitutivos serão votados preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

Art. 144. Somente caberão emendas à redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

Parágrafo único. A redação final será homologada na fase da ordem do dia da sessão ordinária e, caso não seja possível sanar as correções na própria sessão, a votação da redação final será efetuada na sessão subsequente.

Subseção VI

Do Adiamento

Art. 145. O adiamento da discussão ou da votação da proposição poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito, devendo ser especificado o número de Sessões Ordinárias do adiamento proposto.

§ 1º O requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira, até que o Plenário delibere sobre o mesmo.

§ 2º Somente o orador poderá propor o requerimento de adiamento, podendo assim proceder no momento em que estiver discutindo a matéria.

§ 3º Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 2º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiamentos com a mesma finalidade.

§ 4º O adiamento da discussão e da votação só poderá ser concedido por duas vezes para uma mesma proposição.

§ 5º A proposição somente poderá ser adiada por um período máximo de seis (06) sessões ordinárias ou extraordinárias.

Subseção VII

Do Arquivamento das proposições

Art. 146. O arquivamento de proposição dar-se-á até o encerramento da sua discussão:

I – a requerimento escrito proposto pelo autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente, desde que o projeto não tenha recebido emenda ou substitutivo;

II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário;

III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos.

§ 1º As proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§ 2º As proposições arquivadas na forma deste artigo, somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.

Art. 147. No início de cada Legislatura, serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior, não tenham sido submetidas à discussão.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica as proposições de iniciativa do Executivo.

§ 2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação regimental, desde que assim o requeira o Líder da Bancada ou seu autor.

§ 3º Em proposição de autoria da Mesa Diretora ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação dar-se-á por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§ 4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário de Comissão de Mérito.

CAPITULO III

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I

Do Orçamento Público

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 148. Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

Art. 149. Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de Sessão Ordinária, esta comportará duas fases:

I – Expediente do dia;

II - Ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como primeiro item seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Subseção II

Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 150. Recebidos do Poder Executivo os Projetos de Lei de Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento anual, o Presidente determinará a autuação do Projeto, independente de leitura, sendo desde logo enviado a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, providenciando-se ainda a sua publicação e distribuição de avulsos aos Vereadores.

§ 1º A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, no prazo máximo de dez (10) dias de seu recebimento apresentará parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§ 2º O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3º Após a publicação do parecer preliminar a Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de dez (10) dias para realizar a(s) audiência(s) pública(s), nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º Realizada a audiência pública, a Comissão abrirá um prazo de cinco (05) dias úteis para apresentação de emendas parlamentares, vedada a sua proposição pela Mesa Diretora, bem como pelas Comissões.

§ 5º Decorrido o prazo determinado no parágrafo anterior, a Comissão disporá de dez (10) dias úteis para deliberar sobre o parecer final do relator que deverá apresentá-lo à comissão no prazo máximo de sete (07) dias úteis, abrindo-se vista aos demais membros da comissão pelo prazo restante.

§ 6º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem retificativa à Câmara Municipal para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário até a apresentação do parecer final pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

§ 7º Concluído o parecer final o projeto será devolvido à Mesa Diretora, que publicará o parecer no prazo de quarenta e oito (48) horas, distribuindo-o em avulso a todos os Vereadores.

Art. 151. Os projetos de que trata o artigo anterior serão incluídos na Ordem do Dia da Sessão seguinte para discussão e votação em turno único.

§ 1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§ 2º A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser solicitada palavra para encaminhamento da votação, através do líder do partido ou do bloco, que poderá falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§ 3º Aprovado o Projeto com emendas, retornará à Comissão de Orçamento, Finanças, Tributação para, dentro do prazo máximo e improrrogável de dez (10) dias, elaborar a redação final, findo o qual será submetida à deliberação do Plenário.

§ 4º O Presidente prorrogará, de ofício, as sessões, até a finalização da discussão e votação da matéria.

§ 5º A apreciação de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias terão suas regras definidas nesta subseção.

Art. 152. A Câmara não entrará em recesso sem que tenha aprovado, respectivamente, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Seção II

Da Consolidação das Leis

Art. 153. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§ 1º O processo de Consolidação será regido por lei complementar municipal própria.

§ 2º A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 3º Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

Seção III

Do Prazo de Apreciação dos Projetos de Lei Pelo Prefeito Municipal

Art. 154. Considera-se projeto com prazo legal estabelecido para apreciação:

I - projeto de lei de origem do Poder Executivo remetido à Câmara Municipal na forma da Lei Orgânica do Município;

II - projeto de decreto legislativo que dispõe sobre as contas da Prefeitura e seus órgãos, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 155. Os projetos de que trata o inciso I do art. 154 obedecerá ao seguinte:

I – numerado e protocolado, será encaminhado à Consultoria Jurídica, independente da leitura resumida no Expediente do dia;

II – instruído com o parecer da Consultoria Jurídica, que terá prazo improrrogável de dez (10) dias, será encaminhado às comissões permanentes competentes que deverão formar juízo sobre a matéria em prazo improrrogável de trinta (30) dias;

III - instruído com os pareceres das comissões ou vencido o prazo para tal, será encaminhado à Ordem do Dia da sessão imediata para votação;

IV – não apreciado em prazo de 45 dias, aplicar-se-á o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 156. Aplica-se a esta seção, no que couber, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

Seção IV

Das Contas

Art. 157. Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo à votação pelo Plenário no prazo de noventa (90) dias, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - despachá-lo imediatamente para processamento, sendo transformado em projeto de decreto legislativo de autoria da Mesa Diretora, para posterior distribuição de avulsos aos Vereadores;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de cinco (05) dias para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação da matéria pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado a qualquer tempo.

§ 1º Para os efeitos do inciso II a Mesa da Câmara Municipal dar-se-á por notificada no ato de leitura do Parecer Prévio em Plenário.

§ 2º Recebido o projeto de decreto legislativo pela Comissão esta terá prazo de quinze (15) dias para emitir parecer instrutivo.

§ 3º O relator da matéria apresentará parecer prévio no prazo de dez (10) dias, determinando a seguir, a abertura de prazo comum e improrrogável de cinco (05) dias para apresentação de defesa pela autoridade prestadora das contas, prazo este em que se poderá juntar documentos.

§ 4º Vencido o prazo de defesa o projeto retornará ao relator para exarar parecer final no prazo de dez (10) dias, após o que serão facultadas vistas aos demais integrantes da Comissão em prazo comum de sete (07) dias.

§ 5º Na Sessão em que for submetido à discussão e votação do Plenário, logo depois de concluída a discussão do projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até vinte (20) minutos, pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

Seção V

Da Declaração de Utilidade Pública

Art. 158. O Projeto de lei para a declaração de utilidade pública municipal a entidades civis sem fins lucrativos será acompanhado dos seguintes documentos:

I – certidão de registro público;

II – cópia autêntica da ata de fundação;

III – cópia autenticada do seu estatuto, que comprove o fim social da entidade quanto ao seguinte, alternativamente:

a) filantropia;

b) assistência a pessoas portadoras de deficiência;

c) assistência a trabalhadores;

d) assistência médico-sanitária;

e) ensino;
f) ecologia;
g) civismo;
h) cultura, arte, ciência;
i) esporte, recreação, educação física;
j) assistência à maternidade, à infância, à velhice;
IV – relatório, assinado pelo Presidente, das atividades da instituição nos últimos doze (12) meses;
V – declaração de que seus dirigentes não são remunerados;
VI – cópia autêntica de inscrição no cadastro nacional das pessoas jurídicas – CNPJ;
Parágrafo único. Analisando o mérito da proposição a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo, poderá proceder à vistoria na instituição.
Seção VI

Da Concessão de Títulos Honoríficos

Art. 159. São títulos honoríficos:
I – Cidadão Honorário do Município;
II – Ordem do Mérito Municipal;
III – outros títulos constantes de leis extravagantes.
§ 1º As honrarias indicadas o inciso I serão conferidas pela entrega de diploma em que constará o nome do Vereador autor da homenagem.
§ 2º As honrarias de que trata o inciso II serão conferidas pela entrega de placa de prata trazendo no anverso a imagem do prédio da Edilidade e no reverso o brasão municipal e a denominação da honraria.

Art. 160. As concessões de que trata esta seção serão conferidas por decreto legislativo, aprovado em votação aberta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.
§ 1º O projeto deverá vir instruído com a biografia completa de quem se pretenda homenagear, ou dos dados históricos da entidade, quando for o caso.
§ 2º Cada Vereador só poderá apresentar anualmente um (01) único projeto, com uma única indicação de pessoa ou entidade para ser agraciada com título honorífico.

Seção VII

Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno

Art. 161. O projeto de resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno, somente será admitido quando proposto:

- a) por um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- b) pela Mesa;
- c) pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; ou
- d) por Comissão Especial para esse fim constituída.

Parágrafo único. O projeto de resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado desde que discutido pelo menos em dois (02) dias de Sessão e contar com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação única.

Seção VIII

Da Urgência

Art. 162. Urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de interesse público relevante, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.
Parágrafo único. Não se dispensa exigência de publicação dos avulsos para as proposições analisadas em regime de urgência.

Art. 163. A urgência poderá ser determinada:

I – pelo Presidente da Mesa, em projetos de autoria do Poder Executivo e com a solicitação do Prefeito; ou pelo Plenário, por decisão da maioria, por requerimento de qualquer Vereador ou Comissão;
II - a requerimento subscrito no mínimo por um terço (1/3) dos Vereadores, aprovado por dois terços (2/3) do Plenário.

§ 1º Aprovado o requerimento de urgência, será a proposição incluída na Ordem do Dia no prazo máximo de quarenta e cinco (45) dias.

§ 2º Incluída a matéria na Ordem do Dia e não havendo parecer da(s) Comissão(ões) designada(s), estas deverão emitir parecer imediatamente, dentro da própria Sessão, no prazo máximo de meia hora, que será obrigatoriamente concedido pelo Presidente, sendo conjunto este prazo quando mais de uma Comissão tiver de pronunciar-se, findo o qual será a proposição levada à discussão e votação com ou sem parecer.

§ 3º Neste caso, o Presidente designará relator especial, que dará o seu parecer verbalmente.

§ 4º As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação.

Art. 164. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência as propostas de emenda à lei orgânica, os projetos de lei oriundos do Executivo que versarem sobre matéria orçamentária e os projetos de lei complementares.

Seção IX

Da Apreciação dos Vetos

Art. 165. Recebido o veto do Prefeito Municipal este será lido em Plenário, sendo despachado à autuação e análise imediata da Consultoria Jurídica, que terá prazo improrrogável de sete (07) dias para apresentar seu parecer instrutivo.

Parágrafo único. Instruído com o parecer da Consultoria Jurídica, o veto será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá prazo improrrogável de quinze dias (15) para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na ordem do dia sessão imediata.

Art. 166. Não sendo apreciado no prazo legal de trinta (30) dias, proceder-se-á conforme a Lei Orgânica do Município.

TITULO V

DAS SESSÕES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167. As Sessões da Câmara Municipal serão:

- I - Ordinárias;
- II - Extraordinárias;
- III - Solenes; e
- IV - Especiais;

Parágrafo único. A Câmara Municipal poderá realizar sessões preparatórias no primeiro ano da legislatura.

Art. 168. O recinto do Plenário é, em sessão, privativo de:

- I – Vereador;
- II - convidados em visitas oficiais;
- III - Servidores da Câmara Municipal em serviço de interesse específico, em auxílio a Mesa Diretora, podendo, inclusive, manifestarem-se para prestar quaisquer esclarecimentos que a Mesa ou qualquer Vereador solicitarem;
- IV - cidadãos autorizados pela Mesa diretora.

Art. 169. Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador mais idoso dentre os presentes, que convocará outros, para

secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a sessão até que compareça membro titular da Mesa Diretora, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 170. A sessão poderá ser suspensão:

I - pelo Presidente, a seu juízo, no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da ordem do dia;

II - por decisão do Plenário, a requerimento verbal sumário, para:

a) reunião de comissão interna, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;

b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da sessão.

§ 1º A suspensão levada a efeito pelo Presidente nos casos previstos no inciso I, será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado à sessão, que terá a sua duração regular.

§ 2º A suspensão deliberada pelo Plenário nos casos previstos no inciso II, terá duração máxima de trinta (30) minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à sessão.

Art. 171. Qualquer cidadão pode assistir às sessões, desde que esteja trajado decentemente, não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos e respeite o trabalho do Plenário, não interpelando os Vereadores.

§ 1º O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente ou evacuar o recinto reservado à comunidade.

§ 2º Não haverá sessão em caráter secreto.

Art. 172. Para os efeitos legais, conceder-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§ 1º Para os fins deste artigo, o livro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário escrever, com tinta vermelha, os nomes dos Vereadores ausentes, nos locais destinados a sua assinatura.

§ 2º Ao final da sessão, o Secretário fará constar do livro de presença os nomes dos Vereadores que, embora o tenham assinado até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e das votações, retirando-se da sessão.

§ 3º A verificação de presença constará dos anais da Câmara Municipal.

Seção Única

Das Sessões Preparatórias

Art. 173. Precedendo a instalação da Legislatura, os diplomados reunir-se-ão em Sessão Preparatória, no último dia útil da legislatura anterior, sob a presidência do mais idoso, na sala do plenário, às 16 horas, a fim de ultimarem as providências a serem seguidas na Sessão da instalação da legislatura e para que lhes sejam apresentados todos os serviços da Câmara Municipal, bem como o andamento normal dos trabalhos legislativos.

§ 1º Abertos os trabalhos, o Presidente da Sessão convidará um dos diplomados para compor a Mesa na qualidade de Secretário.

§ 2º Composta a Mesa, o Presidente convidará os diplomados presentes a entregarem os respectivos diplomas e as suas declarações de bens.

§ 3º A Mesa provisória dirigirá os trabalhos da Sessão de Instalação, até a posse dos membros da Mesa.

Art. 174. Para ultimar os trabalhos nas sessões preparatórias a Câmara Municipal poderá realizar cursos intensivos com os Vereadores, convidando servidores do quadro ou profissionais habilitados para ministrá-los.

Art. 175. As sessões preparatórias não serão remuneradas.

CAPITULO II

DA SESSÃO ORDINÁRIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 176. A Câmara Municipal de Capinzal realizará mensalmente, no mínimo, quatro (04) sessões ordinárias, independentemente de convocação, sempre as terças-feiras.

§ 1º Recaindo os dias de sessão em feriados ou ponto facultativo, a sessão far-se-á no dia útil imediato, salvo se o Plenário, por resolução, houver fixado dia diverso, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 2º A Câmara Municipal não realizará mais de uma (01) sessão ordinária por dia.

Art. 177. As Sessões Ordinárias terão início as dezenove (19) horas, mediante presença de um terço (1/3) dos Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

Art. 178. Não havendo número legal o Presidente aguardará até quinze (15) minutos, prazo este em que persistindo a ausência de Vereadores dar-se-á por encerrada a sessão, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 179. À hora regimental o Presidente declarará aberta a sessão.

Art. 180. A sessão ordinária, com duração máxima de três (03) horas, prorrogáveis a requerimento de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário, divide-se em quatro (04) partes sucessivas: I – Expediente do Dia: 30 minutos;

II – Ordem do Dia: 1 hora e 15 minutos;

III – Moções, requerimentos, recursos: 30 minutos;

IV – Palavra Livre e uso da Tribuna: 45 minutos.

Parágrafo único. A Sessão será encerrada antes da hora regimental, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do expediente do dia, nos seguintes casos:

I - por falta de quorum regimental para a abertura ou continuação dos trabalhos;

II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço (1/3) dos Vereadores; ou

III - tumulto grave.

Seção II

Do Expediente do Dia

Art. 181. O expediente do dia, com duração de trinta (30) minutos, destina-se à:

I - aprovação da ata da Sessão anterior;

II - leitura dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal para os quais seja necessário dar a devida publicidade, serão lidos de forma resumida;

III - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa ou de Comissão;

IV - outros comunicados a juízo do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os Vereadores poderão solicitar cópia dos documentos apresentados no expediente.

Art. 182. Findo o Expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

Seção III

Da Palavra Livre

Art. 183. A Palavra Livre terá duração máxima de quarenta e cinco (45) minutos, divididos proporcionalmente entre Vereadores, partidos ou blocos com assento na Câmara Municipal, sendo, no máximo, utilizado por dez (10) minutos para cada um, mesmo que os demais Vereadores, partidos ou blocos não utilizem o tempo, de acordo com o número respectivo de Vereadores integrantes e será destinada aos pronunciamentos dos oradores inscritos, na abertura da Palavra Livre, junto ao Presidente da Mesa para falar sobre:

I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;

II – questões de interesse público do Município;

III – outras questões de interesse relevante.

Parágrafo único. A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem das inscrições de que trata o “caput”, podendo, entretanto, ser alterada mediante comunicado dos interessados ao Presidente.

Art. 184. Já não havendo orador, ou esgotado o tempo destinado à Palavra Livre ou a Tribuna, será encerrada a Sessão.

Seção IV

Da Tribuna da Câmara

Art. 185. A Câmara Municipal realizará, sempre na primeira sessão ordinária mensal, no horário destinado à palavra livre, a Tribuna da Câmara Municipal, oportunidade em que entidades representativas do Município poderão dispor de até quinze (15) minutos para discorrer sobre assuntos de interesse do Município.

Parágrafo único. O tempo previsto será distribuído entre até três (03) oradores devidamente inscritos mediante ofício ao Presidente da Câmara Municipal, com antecedência mínima de dez (10) dias, desde que comprove a regularidade da entidade, através da apresentação de seu Estatuto Social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou pela inscrição de seu representante.

Sessão V

Da Ordem do Dia

Art. 186. A Ordem do Dia, com duração limitada há uma hora e quinze minutos (1h15min), destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos escritos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II – proposições aptas, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente da Câmara na pauta da Ordem do Dia.

§ 1º Quando, no curso de uma votação de projeto específico, esgotar-se o tempo destinado à Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§ 2º A pauta da sessão deverá estar à disposição dos Vereadores com antecedência mínima de duas (02) horas antes do início da sessão.

Art. 187. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 188. As matérias incluídas na pauta deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:

I – proposições com prazo legal:

a) projetos de decretos legislativos que tratem de apreciação de contas;

b) vetos;

c) projetos do Executivo com pedido de urgência;

d) projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual;

II - matérias com urgência parlamentar;

III – parecer de redação final;

IV – demais matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

Art. 189. A ordem do dia só será modificada no caso de:

I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo líder do governo na Câmara Municipal, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;

II – inserção de projetos que estejam em regime de urgência;

III – inversão de pauta.

Art. 190. A ordem do dia terá item único no caso de discussão e votação dos projetos de leis que tratem das matérias orçamentárias.

CAPITULO III

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 191. A sessão extraordinária far-se-á qualquer tempo, vedado apenas iniciá-la no horário reservado à sessão ordinária, obedecendo-se no que couber o disposto no Título V, Capítulo II, Seção V, deste Regimento Interno.

§ 1º Somente serão remuneradas as sessões extraordinárias quando convocadas em período de recesso parlamentar.

§ 2º A sessão extraordinária iniciada antes do horário regimental destinado às sessões ordinárias poderá estender-se sobre o horário destas sem prejuízo para sua posterior realização.

Art. 192. A convocação de iniciativa do Presidente discriminará o seu objetivo e será:

I – verbal quando feita em sessão; ou

II - escrita e pessoal, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 193. A autoconvocação da Câmara Municipal, no período de recesso parlamentar, será efetivada mediante ofício ao Presidente, subscrito por dois terços (2/3) dos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

CAPITULO IV

DA SESSÃO SOLENE

Art. 194. A Sessão Solene, convocada pelo Presidente, destina-se a:

I – instalação de legislatura;

II - posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III – abertura da sessão legislativa;

IV – entrega de títulos honoríficos.

§ 1º A sessão solene será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminada.

§ 2º Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores oradores por ele designados e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

§ 3º As sessões solenes não serão remuneradas.

CAPITULO V

DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 195. A sessão especial, convocada pelo Presidente, atendendo a requerimento de um terço (1/3) de Vereadores, aprovado por decisão de maioria absoluta do plenário, destina-se à comemoração de fato histórico ou relevante para o Município, à realização de palestra ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público,

somente sendo admitidas neste caso quando esgotado o tema no âmbito das Comissões.

Parágrafo único. A sessão especial será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminada.

CAPITULO VI

DO USO DA PALAVRA

Art. 196. O Vereador irá fazer uso da palavra durante as Sessões segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão da Tribuna nos seguintes casos:

a) como oradores, desde que devidamente inscritos;

b) para discussão de proposição, ou de seus respectivos pareceres;

c) para formular questões de ordem; ou

d) para apartear orador, desde que devidamente autorizado por este, nos termos deste Regimento Interno;

II - ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

III - a nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente;

IV - exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna;

V - se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar assento;

VI - se apesar da advertência e do convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;

VIII - se o Vereador ainda insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da Sessão, o Presidente poderá suspender-lhe;

IX - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou de "Vereador";

X - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 197. As questões de ordem serão deferidas para:

I - reclamar contra preterição de formalidade regimental;

II - suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento ou quando este for omissivo e propor o melhor andamento dos trabalhos;

III - na qualidade de Líder, dirigir comunicação à Mesa Diretora;

IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou

V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara Municipal.

§ 1º Não se admitirão questões de ordem:

I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;

II - na fase dos expedientes do dia;

III - quando houver orador na Tribuna; ou

IV - quando o Plenário estiver em regime de votação.

§ 2º A questão de ordem deverá ser respondida preferencialmente de maneira imediata ou, não sendo possível, dentro da maior brevidade possível.

Art. 198. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§ 1º O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

a) para que o Presidente dê conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da Sessão e para colocá-lo em votação;

b) para que o Presidente faça comunicação à Câmara Municipal de

caráter urgente e inadiável;

c) para que seja a recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou

d) para que o Presidente suspenda ou encerre a Sessão em caso de tumulto grave.

§ 2º Quando por qualquer motivo que não a concessão de apartes o orador for interrompido em sua oração, o prazo de interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 199. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: três (03) minutos;

II - durante a palavra livre, o tempo atribuído a cada Vereador será dividido proporcionalmente, nos termos deste Regimento;

III - na discussão de:

a) veto: cinco (05) minutos;

b) parecer de redação final: três (03) minutos;

c) projetos: três (03) minutos;

d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: três (03) minutos;

e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: cinco (05) minutos;

f) processo de destituição da Mesa Diretora ou de membros da Mesa Diretora: cinco (05) minutos para cada Vereador e vinte (20) minutos para o relator e para o denunciado;

g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: dez (10) minutos para cada Vereador e vinte (20) minutos para o denunciado ou seu procurador;

h) recursos: cinco (05) minutos.

i) moções: três (03) minutos;

j) requerimentos: três (03) minutos;

IV - para encaminhamento de votação: três (03) minutos;

V - para declaração de voto: dois (02) minutos;

VI - em questão de ordem: três (03) minutos;

VII - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, economia mista, autarquias e fundações e intendentes: três (03) minutos;

VIII - em aparte: dois (02) minutos.

CAPÍTULO VII

DOS APARTES

Art. 200. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 201. Não serão permitidos apartes:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelos e cruzados;

III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, ou em questão de ordem.

§ 1º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§ 2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

CAPITULO VIII

DAS ATAS

Art. 202. De cada sessão da Câmara Municipal lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário na sessão subsequente.

§ 1º A inserção de documentos em ata será objeto de requerimento subscrito por um terço (1/3) dos membros da Câmara Municipal e aprovado pela maioria do Plenário.

§ 2º Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a ata se considerará aprovada, independente de votação.

§ 3º Não sendo contestado o pedido de retificação a ata será aprovada com a modificação proposta.

§ 4º Não havendo consenso quanto à retificação da ata o Plenário deliberará a respeito.

§ 5º O pedido de impugnação da ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na sessão e será objeto de deliberação do Plenário.

§ 6º Aprovada a ata, será ela assinada pelo Presidente e pelos vereadores.

Art. 203. A ata da última sessão da legislatura será redigida para apreciação e aprovação, com qualquer número nessa mesma Sessão, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes, antes de encerrar-se a Sessão.

TÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 204. Os Secretários e titulares de órgãos da Administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara Municipal para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 1º A convocação far-se-á através de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço (1/3) dos Vereadores, discutido e votado, sem encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§ 2º O requerimento limitará a convocação à matéria de competência privativa do convocado.

§ 3º Aprovado o requerimento de convocação, o presidente da Câmara Municipal expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento e determinando-lhe o dia e a hora de seu comparecimento, nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 4º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação ao Prefeito.

Art. 205. A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão extraordinária em dia e hora previamente estabelecidos, com o fim específico de ouvir o convocado sobre motivos da convocação.

Art. 206. Independentemente de convocação, poderão os Secretários e Titulares dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, comparecer a Câmara Municipal, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§ 1º Na sessão extraordinária convocada para esse fim, o convocado fará uma exposição inicial sobre os motivos que levaram a comparecer a Câmara Municipal, respondendo, a seguir, às interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

§ 2º Ao comparecimento dos agentes a Câmara Municipal, nos termos do presente artigo, aplicam-se as disposições do artigo anterior.

Art. 207. Sempre que comparecerem a Câmara Municipal, os agentes mencionados terão assento à Mesa Diretora.

TÍTULO VII

DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 208. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Parágrafo único. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 209. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento Interno, bem como dos precedentes adotados, sob a forma de resolução.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 210. Os prazos previstos neste Regimento Interno, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados continuamente e não correrão durante o período de recesso da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á no que for aplicável, a Legislação Processual Civil.

Art. 211. Este Regimento poderá ser revisado, após a sua promulgação, por deliberação de maioria simples do plenário.

Art. 212. A Secretaria da Câmara Municipal fará reproduzir periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às entidades interessadas.

Art. 213. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, passando a surtir efeito a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 214. Esta Resolução revoga o Regimento Interno posto pelo Decreto Legislativo nº 39/2002).

Câmara Municipal de Capinzal – SC, em 7 de dezembro de 2005.

MESA DIRETORA

Vereador Sérgio Helt
Presidente

Vereador João Silva de Andrade
Vice-Presidente

Vereador Itacir Massocato
1º Secretário

Vereador Senair Bressan
2º Secretário

COMISSÃO ESPECIAL PARA REFORMA REGIMENTO INTERNO.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 003/2005, DE 08 DE MARÇO DE 2005.

Vereador Itacir Massocato
Presidente da Comissão

Vereador Enio José Paggi
Relator

João Silva de Andrade
Vereador Membro

Rogério Biazotto
Vereador Membro

Vereador Senair Bressan
Vereador Membro

Carlos Adriano Zocoli
Vereador

Nilva Maria Tomazoni
Vereadora

Aldair Brandão
Vereador

Colaboradores

Vlademir Antonio Molin
Diretor Administrativo

Henrique Varela Paim
Diretor Financeiro

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 14/2016/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 14/2016/SIMAE-CAO, de 01 de março de 2016.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Nomear a Sra. NAIARA TREVISAN, nascido em 20/11/1991, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, Padrão 3.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2016 - PREGÃO Nº 0020/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2016
PREGÃO Nº 0020/2016

Objeto: Contratação de profissionais na área do coral adulto, coral infantil, violão, banda e fanfarra visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Deporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 17 de março de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 01 de março de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 01 de março de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 32/2016

DECRETO N. 32/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o recebimento do requerimento do Servidor Público Municipal Bruno Ali Salah, ocupante do cargo de Médico, requerendo exoneração do cargo no qual é concursado,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Médico da Equipe de Estratégia de Saúde da Família/ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde o Senhor Bruno Ali Salah, portador do CPF/MF sob nº . 957.439.106-00, aprovado no concurso público n. 001/2013, residente e domiciliado junto a Rua Ângelo Rolin de Moura, centro, no município de Caxambu do Sul/SC.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o decreto n. 48/2014 de 01/04/2014.

Caxambu do Sul/SC, 01 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 34/2016

DECRETO Nº 034/2016

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 01/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o resultado do Processo Seletivo Nº 01/2016 de 22 de janeiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado a classificação final do Processo Seletivo nº 01/2016, de acordo com relação abaixo:

	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS								
Inscrição	Candidato	PORT	EST SOC	CONHEC ESPEC.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
2	ANGELA ZAMONER	2,40	0,80	4,80	8,00	1,50	9,50	CLASSIFICADO(A)	1º
20	NEUSA TERESA DA SILVA	2,00	0,40	4,20	6,60	0,50	7,10	CLASSIFICADO(A)	2º
15	VERA INÊS MARCON	1,60	0,80	4,20	6,60	0,00	6,60	CLASSIFICADO(A)	3º
21	IVETE ZILLOTTO SOLIMAN	1,60	0,80	3,60	6,00	0,50	6,50	CLASSIFICADO(A)	4º
47	IDIANE CLAUDETE PIZZI	2,40	0,40	3,00	5,80	0,50	6,30	CLASSIFICADO(A)	5º
29	ANA RUTE SCHVARTZ	1,60	0,40	4,20	6,20	0,00	6,20	CLASSIFICADO(A)	6º

32	ROSANGELA FURLANETTO DI DOMENICO	1,60	0,80	3,00	5,40	0,50	5,90	CLASSIFICADO(A)	7º
11	BERNARDETE MARANGONI VIVIAN	2,00	0,40	1,80	4,20	0,50	4,70	CLASSIFICADO(A)	8º
	PROFESSOR DE ARTES								
Inscrição	Candidato	PORT	EST SOC	CONHEC ESPEC.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
3	ADRIELLE DE OLIVEIRA BOAVENTURA	1,20	0,80	4,20	6,20	0,50	6,70	CLASSIFICADO(A)	1º
18	NOILI DE ALMEIDA BEDIN	1,60	0,80	1,80	4,20	0,00	4,20	CLASSIFICADO(A)	2º
	PROFESSOR DE CIÊNCIAS								
Inscrição	Candidato	PORT	EST SOC	CONHEC ESPEC.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
45	ADRIANE DE FATIMA DA SILVA	2,00	0,80	4,80	7,60	0,50	8,10	CLASSIFICADO(A)	1º
30	DÉBORA CRISTINA FERNANDES	2,00	0,80	3,00	5,80	0,00	5,80	CLASSIFICADO(A)	2º
	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL								
Inscrição	Candidato	PORT	EST SOC	CONHEC ESPEC.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
44	NÁDIA MARGARETE GRABOSKI	1,60	1,20	6,00	8,80	0,50	9,30	CLASSIFICADO(A)	1º
26	EDICLEA FATIMA CORSO DAMO	2,00	0,80	4,80	7,60	0,50	8,10	CLASSIFICADO(A)	2º
4	JANAINA BEDIN	2,00	0,80	4,80	7,60	0,50	8,10	CLASSIFICADO(A)	3º
8	SIDONIA MALAGARETE CODOGNO	1,60	1,20	4,80	7,60	0,50	8,10	CLASSIFICADO(A)	4º
28	DILVETE MARANGONI	2,40	0,80	4,20	7,40	0,50	7,90	CLASSIFICADO(A)	5º
36	FABIANA LUCIA AGOSTINI	1,60	0,80	4,80	7,20	0,50	7,70	CLASSIFICADO(A)	6º
19	MARIA JOCELI MUCELINI	1,20	0,80	4,20	6,20	0,50	6,70	CLASSIFICADO(A)	7º
1	ANA PAULA DA SILVA	1,20	0,80	4,20	6,20	0,50	6,70	CLASSIFICADO(A)	8º
39	MARILETE FATIMA GURALSKI	1,20	0,80	4,20	6,20	0,50	6,70	CLASSIFICADO(A)	9º
40	ANDREIA SCARPARO VIVAN	2,40	1,20	3,00	6,60	0,00	6,60	CLASSIFICADO(A)	10º
31	ROSA DOS SANTOS GIACOMELLI	2,00	0,40	3,60	6,00	0,50	6,50	CLASSIFICADO(A)	11º
35	REJANE DAL MORO BARTOLAMEI	2,00	0,80	3,00	5,80	0,50	6,30	CLASSIFICADO(A)	12º
13	CRISTIANE ALINE ALVES PIGATTO	1,60	0,40	4,20	6,20	0,00	6,20	CLASSIFICADO(A)	13º
23	CLARICE DAL MAGRO DITTADI	1,20	0,80	3,60	5,60	0,50	6,10	CLASSIFICADO(A)	14º
38	MARIZANE SBEGHEN	2,00	0,40	3,60	6,00	0,00	6,00	CLASSIFICADO(A)	15º
5	CLAUDETE CASTRO DE ABREU	1,60	1,20	3,00	5,80	0,00	5,80	CLASSIFICADO(A)	16º
34	PAULINA SALETE GIACOMELLI	1,60	0,40	3,60	5,60	0,00	5,60	CLASSIFICADO(A)	17º
33	KEILA TAIS MIOTTO	1,20	0,80	3,00	5,00	0,00	5,00	CLASSIFICADO(A)	18º
	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA- INGLÊS								
Inscrição	Candidato	PORT	EST SOC	CONHEC ESPEC.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
6	GABRIELA CHIARELLO	2,00	0,80	1,80	4,60	0,50	5,10	CLASSIFICADO(A)	1º
24	CAROLINE KLAUCK MENONCIM	1,60	0,80	1,80	4,20	0,50	4,70	CLASSIFICADO(A)	2º

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 01 de Março de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO 13/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	13/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI.
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.
Valor	R\$ 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais).
Vigência	Início : 22/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 22 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 07/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	07/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	JOSÉ GHELLER ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.
Valor	R\$ 125.370,00 (cento e vinte e cinco mil trezentos e setenta reais).
Vigência	Início : 17/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 17 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 08/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	08/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	JOSÉ VILSON DE OLIVEIRA RAMOS ME.
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Valor	R\$ 79.380,00 (setenta e nove mil trezentos e oitenta reais).
Vigência	Início : 17/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 17 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 09/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	09/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	FN TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 120 (CENTO E VINTE DIAS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2016.
Valor	R\$ 34.440,00 (Trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência	Início : 22/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 22 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 10/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	10/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	LAIR MUCELINI ME.
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 120 (CENTO E VINTE DIAS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2016.
Valor	R\$ 37.884,00 (Trinta e set mil oitocentos e oitenta e quatro reais).
Vigência	Início : 22/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 22 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 11/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	SIMONE PELISSER ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 120 (CENTO E VINTE DIAS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2016.
Valor	R\$ 25.092,00 (vinte e cinco mil e noventa e dois reais).
Vigência	Início : 22/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 22 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 12/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	12/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	KERMES ANTONIO MARINS - ME
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 120 (CENTO E VINTE DIAS) DIAS LETIVOS DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2016.
Valor	R\$ 37.392,00 (Trinta e sete mil trezentos e noventa e dois reais).
Vigência	Início : 22/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 22 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 14/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	14/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	CRISNEI ZANON

Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA, COMO INSTRUTOR DE DANÇA ITALIANA, PARA AS CATEGORIAS INFANTIL, JUVENIL E ADULTO COM CARGA HORÁRIA DE 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS.
Valor	R\$ 7.900,00 (sete mil novecentos reais).
Vigência	Início : 29/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 29 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	15/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	NILVA BOMBASSARO SATORI.
Objeto	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Valor	R\$1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência	Início : 29/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 29 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	16/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	JUVELINO PAULO ZILLOTTO.
Objeto	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Valor	R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais).
Vigência	Início : 29/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 29 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	17/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – FILIAL 14.
Objeto	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Valor	R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Vigência	Início : 29/02/2016 Término : 31/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 29 de Fevereiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA 07/2016

PORTARIA Nº . 07/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionado e por estar o mesmo com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

ELENICE MARIA DUTRA BASSO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/03/2007 a 28/02/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 10/02/2016 à 11/03/2016, retornando as atividades no dia 12/03/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10/02/2016

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 04 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 08/2016

PORTARIA Nº 08/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

MARIA DE CASTRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, com período aquisitivo de 22/02/2010 a 21/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 11/02/2016 a 11/03/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 11 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 09/2016

PORTARIA Nº 009/2016

“DETERMINA CONVOCAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORES DA LICITAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2016 PARA APRESENTAÇÃO DE SEUS VEÍCULOS PARA INSPEÇÃO E VISTORIA, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de realizar inspeção prévia e vistoria em todos os veículos que realizarão o Transporte Escolar no ano letivo de 2016, a fim de garantir a segurança necessária aos alunos transportados e o cumprimento da legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, que convoque todos os representantes legais das empresas que venceram a licitação de que trata o Processo Licitatório 06/2016 - Pregão Presencial nº 01/2016, para apresentarem seus veículos junto à Secretaria Municipal de Educação, no dia 17 de fevereiro de 2016, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min a fim de serem submetidos à inspeção e vistoria do Município.

Art. 2º. No mesmo dia e horário os representantes legais das empresas assinarão o Contrato Administrativo mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- cópia autenticada da Documentação do Motorista (Identidade, CPF, Habilitação para dirigir na categoria exigida).
- Contrato de Trabalho com o motorista (quando for o caso);
- Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV) que estarão à disposição do transporte escolar, referente ao exercício 2016 em nome da empresa ou sócios (art. 124, 131 do CTB);
- Certificado de conclusão de Curso Específico para Transporte Escolar, e ou declaração de responsabilidade sobre o motorista (que o mesmo será detentor de curso específico para transporte escolar, no prazo de até 03 três meses) conforme artigos 136, 137, 138 da Lei 9.503/97 e a resolução nº 168/04 do CONTRAN.
- Atestado de Vistoria Veicular, fornecido por empresa credenciada pelo DETRAN, através de um Engenheiro Mecânico devidamente habilitado junto ao CREA, como responsável técnico, conforme art. 145, IV do CTB.
- Cópia do Contrato de seguro do(s) veículos que utilizar para o transporte escolar com as seguintes cobertura mínimas: Seguro de Danos Materiais de Terceiros, no valor mínimo de R\$

50.000,00;
Danos Corporais de Terceiros, no valor mínimo de R\$ 50.000,00;
Danos Materiais e Corporais de Passageiros, no valor mínimo de R\$ 300.000,00;
APP – Morte e invalidez, no Valor mínimo de R\$ 30.000,00.

Art. 3º. Para proceder à inspeção e vistoria de que trata o artigo 1º, e recebimento da documentação de que trata o artigo 2º, nomeio uma Comissão Especial composta pelos membros abaixo relacionados, os quais deverão ser oficiados a comparecer no local, dia e hora para realização dos trabalhos:

I – Evandro Bartolomey, mecânico da Prefeitura Municipal.
II – Élio Vedovatto, Secretário Municipal de Educação.
III – Maikeli Bellei, Membro do Conselho do FUNDEB.

Parágrafo único – A Comissão Especial ora nomeada deverá produzir um relatório circunstanciado atestando o estado, as condições de segurança e as eventuais falhas ou defeitos identificados em cada veículo.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 11 de fevereiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 10/2016

PORTARIA N. 010/2016

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º . Cancelar o pagamento de função gratificada de coordenadora do centro de Educação Infantil, no montante de 45% (quarenta e cinco por cento), sobre o vencimento do Professor com Licenciatura plena, da Servidora Pública Municipal Iverlei Pires Dos Santos Moreto, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º . Fica autorizado a reposição da regência de classe de 20% (vinte por cento) de acordo com o artigo 11º parágrafo único da Lei Municipal 905/99.

Art. 3º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 11 de Fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 11/2016

PORTARIA Nº 011/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor IVAN DOMINGO MUCELINI, ocupante do cargo de Técnico em Controle Interno, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 14/07/2010 à 13/07/2011.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 11 de Fevereiro de 2016

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 12/2016

PORTARIA N. 012/2016

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E A CONCESSÃO DO PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município e o anexo VIII da Lei Municipal 905/99,

Considerando a necessidade de designar servidor responsável pela organização dos trabalhos, Servidores e toda parte Administrativa do Centro de Educação Infantil Criança Feliz,

RESOLVE:

Art. 1º . Designar a Servidora Pública Municipal, Senhora Naira Terezinha Graboski Chiarello, ocupante do Cargo de Professora, como responsável pelo Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Creche Municipal).

Art. 2º . Concede o pagamento de função gratificada de coordenadora do centro de Educação Infantil Criança Feliz, no montante de 45% (quarenta e cinco por cento), sobre o vencimento do Professor com Licenciatura plena a Servidora Pública Municipal Naira Terezinha Graboski Chiarello, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º . Fica suspenso o pagamento da regência de classe de 20% (vinte por cento) de acordo com o artigo 11º parágrafo único da Lei Municipal 905/99.

Art. 4º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 17 de Fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 13/2016

PORTARIA Nº 13/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

AMARILDO JOSÉ DI DOMENICO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, com período aquisitivo de 01/07/2009 a 30/06/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 04/04/2016 a 03/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 04 de abril de 2016

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 17 de fevereiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 14/2016

PORTARIA N. 14/2016

“DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando a redução da carga horária da servidora Pública Municipal Daniela Fernanda Schott, ocupante do cargo de psicóloga, com lotação junto ao CRAS, de 40 para 24 horas semanais.

Considerando a necessidade de haver atendimento profissional nos serviços de proteção básica de no mínimo 40 horas semanais.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal, Senhora CLEIDE TEREZINHA GARCIA CAMERA, portadora do CPF nº 470.840.220-15 e RG nº 1034437011, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na secretaria Municipal de Saúde, para atuar 16 horas semanais junto ao CRAS em complemento a carga horária da Servidora Daniela Fernanda Schott.

Art. 2ª . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª . Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 15/2016

PORTARIA Nº 015/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SEDINEI CHIARELLO TOMASI, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 01/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/03/2016 à 30/03/2016..

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/03/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 29 de fevereiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 16/2016

PORTARIA Nº 016/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor CLAUDIOMIRO LEONARDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 04/03/2015 a 03/03/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/03/2016 à 30/03/2016..

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/03/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 29 de fevereiro de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

PROCE: 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL TOMADA DE PREÇOS: 02/2016

PROCESSO: 27/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de tomada de Preço 02/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a CONSTRUÇÃO DE CASAS EM MATERIAIS MISTOS DE 42,00 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Entrega da documentação e proposta até as 16 horas do dia 21/03/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 02 DE MARÇO DE 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PROCESSO 21/2016

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público, neste ao representado por sua Prefeita Municipal a Senhora Ines Terezinha Pegoraro Schons, no uso de suas atribuições legais, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49 da Lei 8.666/93, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO nº 21/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS 01/2016, que tem por objeto a CONSTRUÇÃO DE CASAS EM MATERIAIS MISTOS DE 42,00 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

3º - CONSIDERANDO que após efetuar uma análise minuciosa do texto editalício, a Administração concluiu que o Edital de Licitação necessita de alterações substanciais que irão modificar o conteúdo das propostas, motivo pelo qual;

REVOGA-SE o PROCESSO LICITATÓRIO nº 21/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS 01/2016.

Celso Ramos, 26 de fevereiro de 2016.

Ines Terezinha Pegoraro Schons

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 06/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 06/2016.

Vigência: 18/02/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 8/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: POLLYANA BECKHAUSER RIZZOTTO

Valor: R\$ 161.250,00 (cento e sessenta e um reais e duzentos e cinquenta reais), sendo R\$ 107,50 (cento e sete reais e cinquenta centavos) por consulta.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o credenciamento de profissional médico (pessoa física) com especialidade em ginecologia/obstetrícia para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

DATA DA ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 07/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 07/2016.

Vigência: 18/02/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 8/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ARNALDO AMORIM JUNIOR

Valor: R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por consulta.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o credenciamento de profissional médico (pessoa física) com especialidade em pediatria para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

DATA DA ASSINATURA: 18 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 08/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 08/2016.

Vigência: 25/02/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 8/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JOSÉ RODOLFO SCHARF DIRCKSEN

Valor: R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais), sendo R\$ 98,00 (noventa e oito reais) por consulta.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o credenciamento de profissional médico (pessoa física) com especialidade em psiquiatria para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 21/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 21/2016.

Vigência: 22/02/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 22/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NILTON KLETTENBERG

Valor: R\$ 10.780,00 (dez mil setecentos e oitenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de inseminação artificial para execução do Programa de Inseminação Artificial, instituído pela Lei Municipal n. 0146, de 12/11/2001, conforme Termo de Referência – Anexo II e demais disposições constantes no presente Edital e anexos.

DATA DA ASSINATURA: 22 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 22/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 22/2016.

Vigência: 22/02/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 22/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RENATO PASSIG

Valor: R\$ 9.845,00 (nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de inseminação artificial para execução do Programa de Inseminação Artificial, instituído pela Lei Municipal n. 0146, de 12/11/2001, conforme Termo de Referência – Anexo II e demais disposições constantes no presente Edital e anexos.

DATA DA ASSINATURA: 22 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 32/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 32/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 32/2015.

Processo Licitatório nº 40/2015

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, §1º, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações; Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: PETRY EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução contratual estabelecido na Cláusula Segunda e Quinta do Contrato nº 32/2015, celebrado entre as partes em 30/04/2015.

Prazo: O prazo do Contrato n. 32/2015, em decorrência da dilação, se estenderá por 60 (sessenta) dias corridos além do prazo inicialmente previsto.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 112/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 112/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 462 de 28.11.2014, que designa NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, ocupante do cargo efetivo de Administradora, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 113/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 113/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 464 de 28.11.2014, que designa CRISLEI SEBOLD, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 114/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 114/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 465 de 28.11.2016, que designa ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial de nível Médio, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 115/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 115/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria 140 de 02.03.2015, que designa MARLISE NEUHAUS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º005-2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

PORTARIA N.º005/2016 de 01/03/2016

Nomeia Comissão Permanente de controle e avaliação dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os Senhores Elaine Aparecida Franz da Silveira, Danilo Schmidt e Jean Carlos Aires, para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente de Controle e Avaliação dos Bens Patrimoniais da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Lageado, em 01 de março de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente da Câmara

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 30 DE 2016

Portaria Nº 30/16

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo PEDRO DE OLIVEIRA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 01 de março de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas da Rua Hugolino Tezza, Bairro Jardim Itália, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta de Transferência nº 16164/2016 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 22/03/2016.

Abertura: Dia 22/03/2016, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas da Rua Pedro Lúcio Dalló, Bairro Boa Vista, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta de Transferência nº 16171/2016 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 23/03/2016.

Abertura: Dia 23/03/2016, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços para construção de calçadas com acessibilidade na Rua Jacinta Redivo, Bairro Ângelo Guollo, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta de Transferência nº 16172/2016 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 13h30min do dia 22/03/2016.

Abertura: Dia 22/03/2016, às 13h45min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/PMCS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas das Ruas Paulo Gracindo e Mario Lago, Bairro Vila Nova, no Município de Cocal do Sul, por meio da Proposta de Transferência nº 16170/2016 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 13h30min do dia 23/03/2016.

Abertura: Dia 23/03/2016, às 13h45min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 100/16

DECRETO SAF/Nº. 100/16, de 23 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

Considerando que o controle de ponto é incompatível com as condições inerentes à atividade desenvolvida pelo advogado público;

Considerando a pluralidade de decisões judiciais que reconhecem a situação acima referida, bem como a pacífica jurisprudência referente ao caso em tela que reconhece a violação à independência funcional do advogado público a permanecer o controle de jornada via ponto;

DISPENSA:

RAFAEL UGGIONI COLOMBO, Advogado, portador do CPF nº. 029.634.379-00, admitido em 14 de novembro de 2012, através do Decreto SAF/N. 428/12, de 07 de novembro de 2012, do controle de jornada via ponto, a partir de 24 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 161/16

DECRETO SAF/Nº. 161/16, de 01 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

FAZER CESSAR

os efeitos do Decreto SAF/N. 404/15, de 16 de outubro de 2015, que designou CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, portadora do CPF nº. 704.461.059-53, para responder interinamente ao cargo em comissão de SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS, a partir de 01 de março de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 162/16

DECRETO SAF/Nº. 162/16, de 01 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CLÉDIO FACHIN, portador do CPF nº. 067.062.829-87, RG nº. 234.313, no cargo em comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, a partir de 01 de março de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 163/16

DECRETO SAF/Nº. 163/16, de 01 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

DESIGNAR

CLÉDIO FACHIN, portador do CPF nº. 067.062.829-87, Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, nomeado pelo Decreto SAF/Nº. 162/16, de 01 de março de 2016, para responder INTERINAMENTE ao cargo em comissão de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE, TURISMO E COMUNICAÇÕES, a partir de 01 de março de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 164/16

DECRETO SAF/Nº. 164/16, de 01 de março de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL – ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 60, de 15 de julho de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público do Quadro de Pessoal no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – E.S.F – Estratégia Saúde da Família, realizado de acordo com o Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o

candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MÉDICO CLÍNICO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
4	252644	Lara Hahn Da Silva
5	243572	Jean De Oliveira Krauss
6	255132	Bruna Silva Cesconetto

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de março de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 74/16

DECRETO SAF/ Nº. 74/16, de 18 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.293, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transpo. E Serv. Públicos

1.031 – Infraestrutura de Águas e Saneamento

4.4.90.00.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas	R\$ 4.603.698,62
---	------------------

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura

1.024 – Ampliação da rede Física da educação Básica

4.4.90.00.00.00.00.00.0022 – Aplicações Diretas	R\$ 174.728,40
---	----------------

TOTAL	R\$ 4.778.427,02
.....	

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso de arrecadação, por conta do Convênio n. 25100007374201462 – FUNASA – Sistema de Esgotamento Sanitário e do compromisso PAR n. 32325/2014, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para construção da escola de educação bairro Vila Nova.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 75/16

DECRETO SAF/Nº. 75/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

JOICE CIPRIANO CRESTANI, portadora do CPF nº. 043.831.809-90, Professor ACT, 30 horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor José Peruchi, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 76/16

DECRETO SAF/Nº. 76/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

TAMIRES FRANCISCO, portadora do CPF nº. 083.398.429-27, Professor ACT, 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Helena Savi, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 77/16

DECRETO SAF/Nº. 77/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ALINY FURLAN GOULART, portadora do CPF nº. 067.622.969-71, Professor ACT, 30 horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor José Peruchi, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 78/16

DECRETO SAF/Nº. 78/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

EDNA BÚRIGO, portadora do CPF nº. 819.074.359-72, Professor ACT, 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Helena Savi, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 79.16

DECRETO SAF/Nº. 79/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CLEONICE CARDOSO DA SILVA NUNES, portadora do CPF nº. 071.722.029-02, Professor ACT, 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Octavia Búrigo Gaidzinski – Morada da Alegria, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 80.16

DECRETO SAF/Nº. 80/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

LUCINÉIA GREGÓRIO FURLANETTO, portadora do CPF nº. 690.358.069-72, Professor ACT, 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Octavia Búrigo Gaidzinski – Morada da Alegria, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 81/16

DECRETO SAF/Nº. 81/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MIRTIZ GUGLIELMI BEZ FONTANA, portadora do CPF nº. 776.771.109-91, Professor ACT, 30 horas semanais, na Instituição de Educação Infantil Octavia Búrigo Gaidzinski – Morada da Alegria, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2016 – PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO Contratação de empresa especializada no ramo de esquadrias e vidros, para prestação de serviços de substituição de vidros temperados (material e mão de obra) nos abrigos de passageiros em diversos locais do Município conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/03/2016.

Abertura: dia 18/03/2016 às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de fevereiro de 2016.

MAURI MARAN
Secretária Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE SUSPENSÃO DE PRAZO E COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Plano Diretor e instrumentos complementares para urbanização do entorno do Lago em Concórdia – PDULC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

AVISO DE SUSPENSÃO DE PRAZO E COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações comunica-se que a licitante DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, interpôs, na data de 1º de março de 2016, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação do certame. Em face à protocolização do recurso administrativo, suspende-se, portanto, em 1º de março, o prazo para protocolização da readequação da proposta técnica, conforme publicação veiculada no Diário Oficial dos Municípios sob nº 1939 de 24 de fevereiro de 2016.

Concórdia, SC, 1º de março de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 5/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 5/2015 – PMC

(CONCESSÃO)

CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Objeto: seleção de empresas para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 2 (dois) lotes de terra nua, conforme previsão expressa na Lei Complementar Municipal no 712/2015, Lei Complementar Municipal no 253/2002 e Lei 4.678/2014, alterada pela Lei nº 4.814/ 2015, sendo ambos localizados em Alto Suruvi, neste município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial e comercial e/ou serviços, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, seus Anexos e Leis vigentes.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa ao participante, que no dia 1º (primeiro) de março de 2016, às 10h00min (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a sessão pública para divulgação da classificação final das Propostas Técnicas.

Concórdia, SC, 26 de fevereiro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

PORTARIA Nº 11/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 11/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 16/2013, de 2 de janeiro de 2013, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho a servidora ELIANE REGINA SUZIN, ocupante do cargo de Encarregada de Seção, a partir do dia 02 de Março de 2016, na forma abaixo:

I – segunda a Sexta-feira, das 10h30 às 11h30 e das 13h às 19h;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA Nº 17/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 17/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora NEUSA SALETE LORENSETTI DEON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de março de 2016, à servidora NEUSA SALETE LORENSETTI DEON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 92002-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de março de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 18/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 18/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora NEUSA SALETE LORENSETTI DEON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de março de 2016, à servidora NEUSA SALETE LORENSETTI DEON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.10, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 92002-01, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de março de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA Nº 19/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 19/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Idade à servidora HEDI PINNOW DA SILVA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de março de 2016, à servidora HEDI PINNOW DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOB2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 97977-00, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de março de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 02/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Fevereiro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	409.859,36
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	403.319,42
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	171.194,77
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.535,65
		INVESTIMENTOS	3.589,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.539,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.539,94
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.417,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.417,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	660.193,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	469.100,64
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTC	1.105,73	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTC	1.105,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.777,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.229,10
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	409.915,76	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	218.265,59
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	3.185,30	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	3.185,30
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	218.209,19	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	218.209,19
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.105,73
SALDOS ANTERIORES	124.423,63	SALDOS ATUAIS	217.074,44
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	90.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	190.548,73
BANCO C/ MOVIMENTO	34.423,63	BANCO C/ MOVIMENTO	26.525,71
TOTAL	1.096.034,44	TOTAL	1.096.034,44

CONCORDIA, 29/02/2016

MAURO MENDES
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 129/2016

DECRETO Nº 129, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com Entidades Municipalistas.

Modalidade de Aplicação: 3171000 - 16

Fonte de Recursos: 0.1.00 – Ordinários – R\$ 2.440,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com Entidades Municipalistas.

Modalidade de Aplicação: 3371000 - 18

Fonte de Recursos: 0.1.00 – Ordinários – R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será utilizada do superávit financeiro do ano de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 02a/2016

Empresa com preços registrados: Absoluto Distribuidora Ltda - ME

CNPJ: 16.738.785/0001-34

Itens: 01; 05; 36; 50; 51; 53; 54; 61; 68; 73; 83 e 87

Total: R\$ 30.470,27 (trinta mil quatrocentos e setenta reais e vinte e sete centavos)

Ata Registro de Preço nº 02b/2016

Empresa com preços registrados: AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Itens: 04; 06; 21; 34; 35; 43 a 45; 47; 48; 52; 55 a 58; 60; 63 a 66; 71; 75 a 77; 79; 82; 85; 86; 88 e 90

Total: R\$ 19.513,36 (dezenove mil quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos)

Ata Registro de Preço nº 02c/2016

Empresa com preços registrados: Nutri Sc Comércio de Alimentos Ltda ME

CNPJ: 07.814.016/0001-87

Itens: 40 e 42

Total: R\$ 21.312,50 (vinte e um mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 02d/2016

Empresa com preços registrados: SCS Comércio Ltda ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

Itens: 02; 03; 33; 37; 38; 46; 69; 80; 81; 84 e 91

Total: R\$ 91.408,50 (noventa e um mil quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 02e/2016

Empresa com preços registrados: Supermercado Zucco Zucco Ltda - ME

CNPJ: 78.840.956/0001-99

Itens: 07 a 20; 22 a 32; 39; 41; 49; 59; 62; 67; 70; 72; 74; 78 e 89

Total: R\$ 108.990,00 (cento e oito mil novecentos e noventa reais)

Coronel Freitas (SC), 01 de março de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 040 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 040 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 107 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal Senhor Adelar José Pinheiro, ocupante do Cargo de PCE Aux. Manutenção e Conservação, por um período de 05 (cinco) dias úteis, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de Fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3653/16

PORTARIA Nº 3653/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, A SERVIDORA TATIANE DIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, a servidora TATIANE DIAS, para responder pela alimentação de sistemas, acompanhamento e controle de prestações de contas junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a fim de garantir e acompanhar o acesso a disponibilidade de recursos provenientes dos governos estadual e federal e demais fundos; responder pela autenticação de livros fiscais eletrônicos das empresas estabelecidas no município, bem como seu arquivo junto ao setor de tributação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de fevereiro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1017/16

DECRETO Nº 1017/16

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO SOBRE A CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO ESPECIAL referente ao processo licitatório sobre a concessão de serviços de tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário, realizados pela Prefeitura Municipal de Corupá:

- MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA;
- DILVANE KÜHL KLABUNDE;
- CLÁUDIA CRISTINA KRÜGER;
- RENATO LIRA;
- CÉSAR AUGUSTO ARENHART

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de fevereiro de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

REFERENTE: Contrato de Compra e Venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação e Pedro Jesus do Amaral de R\$ 12.035,52; Ronildo Jesus Martins de R\$ 19.990,92; Altamir Proença do Amaral de R\$ 19.974,84; Solange Aparecida Krieger do Prado de R\$ 19.942,61; Industria e Comércio de Sucos São Carlo Ltda ME R\$ 48.330,00; Denize de Souza Wolinger Amaral de R\$ 19.968,99; Maria Cleuza de Souza de R\$ 19.984,33; Servina Ortiz dos Santos de R\$ 19.992,85; Neomar Pinto Ribeiro de R\$ 18.817,80; Iândra Gertrudes Campregher de R\$ 20.000,00; Rosane Alves R\$ 20.000,00; Odirlei Daniel dos Santos R\$ 148.879,00; Gilson Domingues Martins R\$ 18.239,63; Elói Campregher R\$ 20.000,00; Fátima Teresinha Rodermel R\$ 10.583,55; Marilene Aparecida Pereira R\$ 18.948,95; Vilmar de Jesus Ortiz R\$ 15.221,56; Ivonete Campregher R\$ 20.000,00, Dalmiro Viscay R\$ 20.000,00 e Romário Rosano Fernandes R\$ 19.965,70; Luiz Rosalino de Almeida R\$ 5.698,9 e Thomaz Silva de Souza R\$ 19.198,43.

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

XII – nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia; Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 26/02/2016.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Correa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 26/02/2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 26/02/2016
Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por SUSPENDER o Edital de Pregão Presencial nº 24/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL, tendo em vista a falta de especificação de vários itens, portanto, o processo será encaminhado ao departamento solicitante para ajuste no descritivo e posterior contagem de prazo para abertura do certame..

Curitibanos, 01 de Março de 2016.

De acordo,

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 1/2016**

TERMO DE CONTRATO nº 1/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VERADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME

A CÂMARA DE VERADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada pela seu Presidente Vereador Márcio Damiani Polletto de Souza, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 24.092.271/0001-82, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade de BRAÇO DO NORTE, sito a Rua Deputado Frederico Kuerten, 484, bairro Santa Augusta, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2016, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes.

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de locação de softwares e prestação de serviços correlatos, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

1. Locação dos Sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Sistema de Gerenciamento Legislativo	Ilimitados		
2	12	Mês	Votação Eletrônica	Ilimitados		
3	12	Mês	Portal Web Câmara	Ilimitados		
4	12	Mês	Diário Oficial	Ilimitados		
5	12	Mês	Certificação Digital de Documentos	Ilimitados		
6	12	Mês	Gestão de Gabinete	Ilimitados		
TOTAL					1.150,00	13.800,00

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	SERV.	Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento	5.692,50	5.692,50

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidas exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. Também farão parte do objeto da prestação dos seguintes serviços especializados:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados.
- Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.
- Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

1.4. Nenhuma manutenção, alteração, correção, configuração ou evolução dos sistemas trará custos ao CONTRATANTE, ficando todas as despesas, sejam elas de deslocamento, hospedagem, diárias, refeições, impostos, etc. de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de implantação do(s) sistema(s), nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares.

2.2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formatos HTML, PDF, XLS, TXT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA:

3.1.1. Locação dos Sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	Mês	Sistema de Gerenciamento Legislativo	Ilimitados		
2	12	Mês	Votação Eletrônica	Ilimitados		
3	12	Mês	Portal Web Câmara	Ilimitados		
4	12	Mês	Diário Oficial	Ilimitados		
5	12	Mês	Certificação Digital de Documentos	Ilimitados		
6	12	Mês	Gestão de Gabinete	Ilimitados		
TOTAL					1.150,00	13.800,00

3.1.2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	1	Serv.	Serviços de implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários.	5.692,50

3.2. O pagamento dar-se-á mensalmente, até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

3.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

3.3. Os serviços de implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários serão faturados em parcela única, vencendo-se 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e regular liquidação dos serviços.

3.4. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: do Brasil, Ag. 738-2, Conta nº: 36.367-7.

3.5. Em caso de atraso nos pagamentos, incidirá sobre o valor mensal das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.6 Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que a prestação dos serviços ultrapasse o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.7. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

3.8 Em caso de atraso nos pagamentos, será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IPCA acumulado no período.

3.9 Os pagamentos obedecerão ao disposto neste contrato e no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até trinta dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.08.00.00.00 – Manutenção de Softwares

3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 1/2016, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos softwares licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

5.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos softwares licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

5.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Caberá ao CONTRATANTE:

6.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da locação objeto nos termos da cláusula terceira do presente instrumento.

6.1.2 Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato, desde que respeitado o horário de expediente da CONTRATANTE.

6.1.3 Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

6.1.4 Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

6.1.5 Buscar manter alto padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

6.1.6 Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

6.1.7 Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

6.1.8 Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente após decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte telefônico, EXCETO quando tratar-se de matéria urgente ou quando em Sessão Plenária da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Caberá a CONTRATADA:

7.1.1 Converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte aos servidores devidamente certificados pela CONTRATADA no uso dos softwares e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6.1.8 do presente contrato.

7.1.2 Manter operacionais todas as funcionalidades descritas dos softwares no Anexo I do edital de pregão presencial nº 01/2016.

7.1.3 Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

7.1.4 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.5 Realizar, em prazo razoável, as alterações específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE.

7.1.6 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando necessário ou requisitado pela CONTRATANTE, em até três dias úteis contados do recebimento da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO / CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS USUÁRIOS

8.1 A contratada deverá ministrar curso de capacitação aos funcionários da CONTRATANTE usuários dos sistemas, consistente em 40 (quarenta) horas/aula presenciais, ministradas na sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas.

8.1.1 A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados.

8.1.2 Nos custos pagos pelo treinamento encontra-se incluído eventuais materiais didáticos.

8.2 A CONTRATADA deverá, através de um técnico especializado, acompanhar presencialmente as 06 (seis) primeiras Sessões Legislativas Ordinárias pós-instalação dos sistemas, com o objetivo de resolver imediatamente toda e qualquer circunstância que obste ou retarde os trabalhos legislativos.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO NOS SISTEMAS

9.1 As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

9.1.1 As melhorias/modificações evolutivas poderão partir da CONTRATANTE ou da CONTRATADA.

9.1.2 As melhorias/modificações serão realizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal da locação/licenciamento dos sistemas.

9.1.3 As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal, estadual ou municipal serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

9.2 Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões não poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

9.3 As melhorias/modificações solicitadas pela CONTRATANTE deverão ser realizadas em tempo hábil pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

10.1.1 Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

10.1.2 Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

10.1.3 Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

10.1.4 Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

10.1.5 Desenvolver relatórios específicos.

10.2. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

10.3 O suporte telefônico, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6.1.8 do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

d) Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formatos HTML, PDF, XLS, TXT, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual.

e) A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS E DA REGULARIDADE

14.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

14.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

14.3 O CONTRATADO fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Márcio Damiani Poletto de Souza CONTRATADA
Presidente da Câmara

Representante Legal

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba/SC, 01 de março de 2016.

Rafael Gobbi
Procurador Jurídico

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (DESCRIÇÃO DO OBJETO)**1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA LEGISLATIVO**

1.1. O sistema legislativo pode ser composto por módulos desde que atenda aos requisitos de funcionalidades e que estejam no mesmo ambiente tecnológico conforme descrito neste anexo e que sejam fornecidos por um único proponente. Em qualquer dos casos os módulos devem ser integrados entre si e trocarem informações conforme solicitado neste instrumento.

1.2. O sistema legislativo deve atender o controle das funções das diversas áreas legislativas da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, tais como, expediente, protocolo, arquivo, gabinete dos vereadores, secretaria, trâmites das proposições, dentre outras exigências presentes neste termo de referência, abaixo discriminadas:

2. AMBIENTE TECNOLÓGICO

2.1. Deverão ser executados no ambiente tecnológico da informação a ser utilizado, conforme descrito neste Edital, ao qual estarão perfeitamente compatibilizados, ainda que condicionados à instalação, pelo adjudicatário, de sistema básico complementar:

2.2. O sistema utilizado deverá ser em plataforma web, com possibilidade de execução off-line e on-line em plataformas Linux, Android e Windows.

2.3. Utilizar banco de dados relacional, padrão SQL, com licença de uso gratuita.

2.4. O processo de disponibilização dos módulos do sistema legislativo, nas estações de trabalho, deverá ser efetuado de forma padronizada e parametrizada, onde a criação e configuração dos valores de acesso aos bancos de dados deverão estar embutidas nas aplicações;

2.5. O sistema legislativo deve permitir a adaptação às necessidades da contratante, por meio de parametrizações e/ou customizações;

2.6. As customizações que trata o item anterior deverão seguir as seguintes condições:

2.7. Customizações em funcionalidades já existentes.

2.8. Customizações referentes a erros de programas, os quais impedem o perfeito funcionamento dos sistemas.

2.9. Customizações referentes a mudanças de legislações que obriguem a mudança de novas funcionalidades.

2.10. Customizações referentes a inclusão de novas funcionalidades. Ex.: Solicitações feitas por esta Casa de Leis na implementação de novos recursos que venha mudar o funcionamento do sistema.

2.11. As implementações de novas funcionalidades deverão sempre ser autorizadas juntamente com o corpo técnico da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, após análise dos envolvidos e juntamente com a empresa licitante para início da solicitação.

2.12. Os navegadores (browsers) compatíveis com as aplicações WEB deverão ser o Google Chrome e suas respectivas versões superiores.

3. BACKUP E RECUPERAÇÃO DE DADOS

3.1. O sistema legislativo deverá permitir a realização de backups dos dados de forma on-line (com o banco de dados em utilização) através do módulo do sistema utilizado pelo usuário;

3.2. O sistema legislativo deverá conter a realização de backups dos dados de forma automática, agendadas no servidor de dados conforme estudo de necessidade realizado na implantação do sistema;

4. ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA

4.1. Deverão ser disponibilizadas as atualizações através da Internet e de forma automatizada;

4.2. Disponibilizar comunicados na inicialização do sistema aos usuários, após as atualizações, informando quais os recursos implementados na nova versão;

4.3. Sempre disponibilizar a versão mais recente do sistema instalado na Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC;

5. SEGURANÇA DE ACESSO E RASTREABILIDADE

5.1. As tarefas deverão ser acessíveis especificamente através de permissão de uso somente a usuários autorizados. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados);

- 5.2. Quanto ao acesso aos dados, o gerenciador deverá oferecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em alguns dados de forma seletiva;
- 5.3. As autorizações ou desautorizações, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato;
- 5.4. O sistema legislativo deverá permitir a customização dos menus de acesso às funcionalidades, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos.

6. INTERFACE GRÁFICA

- 6.1. Para melhorar a assimilação inicial de usuários novatos, as telas das tarefas deverão fornecer ajuda automática ao usuário na medida em que ele navega pelos campos do formulário;

7. SUPORTE DO SISTEMA LEGISLATIVO

- 7.1. O suporte técnico deverá ser por telefone, via chat, conexão remota ou deslocamento dos técnicos da proponente ao local da prestação dos serviços, conforme necessário;
- 7.2. A contratada deverá disponibilizar suporte presencial na sede da Câmara Municipal de Curitiba durante todo o processo de levantamento para migração, customização, implantação e outras tarefas que acharem necessárias;
- 7.3. Sistema deverá ter um fórum de discussão para que usuários do sistemas possam interagir.

8. REQUISITOS GERAIS EXIGIDOS

- 8.1. Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser feito em conjunto com os funcionários da Câmara Municipal de Curitiba, incluindo os técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação, para todos os itens a serem adaptados pelo licitante;
- 8.2. Providenciar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelo sistema legislativo. Isto requer o efetivo envolvimento do licitante para adaptação do formato dos dados antigos a serem convertidos e seus relacionamentos;
- 8.3. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas do sistema legislativo, utilizando os meios disponíveis na Câmara Municipal de Curitiba/SC. A Câmara fornecerá acesso ao banco de dados para a migração e/ou conversão dos dados antigos;
- 8.4. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formatos como HTML, PDF, XLS, TXT, ou outros, que permitam ser visualizados posteriormente ou impressos, além de permitir a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível;
- 8.5. As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados no formulário, podendo informar um ou mais campos, por valor ou por faixa, consulta com exatidão, no início ou qualquer parte do valor informado, seleção de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem;
- 8.6. Deverá ser desenvolvido seguindo os princípios de acessibilidade preconizados pela Lei Federal de acessibilidade (Lei nº 10 098, de 19 de dezembro de 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- 8.7. Deverá contar com teclas de acesso para navegação em todo conteúdo. Este recurso permite acesso a todas as informações do site através do teclado, desta forma, a combinação de teclas definida no sistema faz com que pessoas com deficiência (visuais ou motoras) tenham acesso rápido às principais áreas deste portal;
- 8.8. Deverá possuir controle do contraste da página, este recurso possibilita uma melhor visualização do conteúdo para pessoas com deficiência visual e/ou com baixa visão.
- 8.9. Deverá possuir botões que controlam o tamanho das letras, este recurso possibilita a melhoria na leitura de grandes blocos de texto na tela do computador;
- 8.10. Deverá utilizar tecnologia para redimensionamento de sua resolução automaticamente, podendo ser utilizado em PCs, Notebooks, Tablets ou Smartphones;
- 8.11. Os subitens 8.1, 8.2 e 8.3, bem com o treinamento do pessoal que operará o sistema, deverão ser atendidos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato pelas partes;

9. DESCRIÇÃO DO SISTEMA LEGISLATIVO

- 9.1. Para a Câmara Municipal de Curitiba, o novo sistema legislativo deve conter as seguintes especificações técnicas:

9.2. Cadastros:

- 9.2.1. Cadastro de Comissões: Registro de dados pertinentes às comissões internas permanentes e temporárias da Câmara de Vereadores, contendo os seguintes campos: tipo de Comissão (permanente ou temporária) sigla, nome, atribuição, observações, situação, membros e seus cargos/funções, prazo de vigência, matérias de sua autoria e relatórios de trabalho, textos fixo e auto texto;
- 9.2.2. Cadastro das Bancadas: Registro de dados pertinentes às bancadas, contendo os seguintes campos: membros e respectivos cargos/funções (lideranças e membros), situação, matérias de sua autoria, data da eleição, período de mandato, observações;
- 9.2.3. Cadastro de Mesa: registro de dados pertinentes à Mesa Diretora, contendo os seguintes campos: membros e seus respectivos cargos/funções, situação, data da eleição, período de mandato, matérias de sua autoria, observações;
- 9.2.4. Cadastro de Legislaturas: registro de dados pertinentes às legislaturas, contendo os seguintes campos: número da legislatura, data de início e de término do mandato, membros (Vereadores, Comissões, Mesa Diretora, Bancadas)
- 9.2.5. Cadastro do Vereador: registro de dados pertinentes aos vereadores, contendo os seguintes campos: nome oficial, apelido (nome parlamentar), partido, votação, legislaturas, matérias de sua autoria, cargo(s)/função (ões) ocupados nas comissões internas da Câmara e na Mesa Diretora, currículo (trajetória política), telefones, profissão, local de trabalho, e-mail, site, data de nascimento, grau de instrução e formação, estado civil, nº da cédula de identidade (RG), nº de inscrição no CPF/MF;
- 9.2.6. Cadastro de Prefeito: registro de dados pertinentes ao Prefeito Municipal;
- 9.2.7. Correspondentes (Cadastro de entidades diversas) com possibilidade de impressão de relações, etiquetas e envelopes para mala-direta. Também deve conter catálogo de logradouros para consulta de CEP com preenchimento automático dos campos de endereço.

9.3. Matérias

- 9.3.1. Todos os trâmites deverão permitir serem controlados separadamente ou em conjunto com o Projeto ao qual estará vinculado;
- 9.3.2. Proposituras; Emendas, Subemendas e Substitutivos; Pareceres; Autógrafos; Vetos;

9.3.2.1. Proposituras contempladas pelo sistema: Indicações, Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Emenda a L.O.M., Decretos Legislativos, Resoluções Internas, Requerimentos, Moções e demais proposições presentes no ordenamento jurídico municipal;

9.3.3. Possibilidade de o usuário criar os seus próprios documentos e sub-documentos (com opção para escolher o nível de hierarquia com o documento principal), podendo configurar quais receberão o número de protocolo, processo e documento de forma automática ou manual.

9.3.4. Campos disponíveis: número, assunto, data, autoria (permitir múltiplas autorias), área de interesse público, com texto fixo ou auto texto, regime de tramitação e observações.

9.3.5. Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Gerar assinatura eletrônica para documentos do formato PDF utilizando a certificação digital tipo A1 ou A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL, regulamentado pelo ITI, em qualquer mídia criptográfica, respeitando os padrões X509 e PaDES, com armazenamento e acesso em ambiente seguro, inclusão de marca d'água e código de verificação no documento assinado digitalmente, no momento em que o usuário achar oportuno, eliminando, desta forma, a impressão dos mesmos em papel.

9.4. Legislação

9.4.1. Cadastro de toda a Legislação com opção de ser vinculada à outra que sofreu as alterações, inclusive entre tipos diferentes de normas, permitindo navegar entre as leis relacionadas e permitir compilar toda a Legislação;

9.4.2. Opção para destaque das principais normas, tanto de esfera municipal, como de esfera estadual ou federal;

9.4.3. Classificação de acordo com o tema (assunto), situação atual (vigência), publicação na imprensa oficial (data, veículo e página), possibilidade de visualização do processo completo (em detalhes) que deu origem a esta norma;

9.4.4 Opção de cadastro quanto a que legislatura pertence à matéria;

9.5. Sessões

9.5.1. Pauta, deve permitir ao usuário do sistema configurar a partir do tipo de documento da Sessão, tipo de propositura ou correspondência, sua situação e o trâmite, informando o envio da matéria para a Sessão e também gerar automaticamente os documentos que compõem a Pauta (Ordem do dia e Expediente), também permitir a alteração em tempo de execução da Sessão, tipo de deliberação e alterar a ordem da pauta;

9.5.2. Oferecer gestão de frequência inclusive sendo informadas mais de uma vez durante a sessão;

9.5.3 Disponibilizar a pauta eletronicamente através de internet atualizando em tempo real todos os equipamentos dos edis conforme o andamento da Sessão.

9.6. Votação

9.6.1. Permitir identificar quantidades de votos com o nome e a foto do Vereador e apresentar o resultado final automático com sua devida forma de aprovação/rejeição;

9.6.2. Registrar a presença do vereador na Tribuna;

9.6.3. O Sistema deverá exportar a lista dos vereadores que participarão da sessão plenária da Câmara. Esta lista deverá conter somente os vereadores em exercício;

9.6.4. As matérias a serem discutidas e votadas deverão ser exportadas a partir das matérias que fazem parte do documento da sessão, ou seja, as matérias que compõem o expediente e a ordem do dia.

9.6.5. Os arquivos, definido na configuração geral do Sistema, permitindo assim o processamento automático no Painel Eletrônico de Votação.

9.6.6. A importação dos dados resultantes do processo eletrônico da sessão, gerados pelo Painel Eletrônico de Votação se dará de forma automática, ou seja, sem a intervenção dos usuários do Sistema e o resultado exportado para o portal da Câmara em tempo real.

9.6.7. Os arquivos gravados em localização específica definida na configuração do sistema serão importados imediatamente após serem gerados, disponibilizando os dados para consulta e/ou edição no Sistema.

9.6.8. Todas as proposituras lidas e discutidas em Sessão deveram estar disponíveis em texto com rolagem nos telões para que plateia presente e as pessoas que assistem através da TV Câmara possam acompanhar;

9.6.9. O resulta da votação deverá aparecer no telão, com nome, foto e partido, tão somente quando o presidente declara o resultado final.

9.7. Modelos

9.7.1. Possibilidade de criar e disponibilizar textos pré-formatados para utilização posterior na elaboração de matérias e outros tipos de documentos, permitindo assim a padronização;

9.7.2. Possibilidade de utilizar os campos cadastrados no sistema para preenchimento automático destes modelos.

9.8. Protocolo

9.8.1. Permitir a protocolização de todos os documentos e permitir que o usuário tenha acesso aos detalhes do trâmite da matéria protocolada;

9.8.2. Permitir que os Vereadores elaborem os documentos, com acesso restrito;

9.8.3. O sistema deverá gerar numerações automáticas;

9.8.4. Deverá permitir o envio de múltiplos anexos em formatos diversos. Ex: docx, jpg, xlsx, pdf.

9.8.5. Permitir o recebimento dos documentos pela secretaria e análise de seu teor antes do protocolo;

9.8.6. Imprimir etiquetas dos protocolos com nome, assunto, hora e data;

9.8.7. Permitir consulta por número de protocolo.

9.9. Trâmite das Matérias

9.9.1. Permitir o direcionamento de trâmites das matérias a partir das regras predefinidas onde estarão vinculados ao destinatário do envio, o objetivo do envio e aos possíveis resultados; Controlar automaticamente o prazo dos trâmites, informando a data de envio, prazo de permanência e saída do documento;

9.9.2. Permitir o vínculo de um documento ao trâmite de outro, com hiperlink entre eles;

9.9.3. Permitir o envio de diversos documentos a vários destinatários de uma só vez e permitir a resposta para todos;

9.9.4 Gráfico para controlar todos os prazos com alerta de cores para prazos que estão vencendo.

9.10. Pesquisas e Impressão

9.10.1. Permitir pesquisa e impressão por tipo de documento, número, palavras (ementa e texto), período de datas, autor, processo, situação, podendo combinar mais de um campo também;

9.10.2. Gestão de prazos de documentos em trâmite que possibilite ao usuário saber quais são os prazos vencidos e os a vencer, utilizando como filtro os campos: tipo de documento, período de vencimento e destino de tramite. Caso o trâmite já tenha resposta, o documento não deve aparecer no relatório.

- 9.10.3. Quantidades de documentos apresentadas por autor, ano e tipo de documento.
- 9.10.4. Relação por Desempenho de autor, exibindo a quantidade de matérias aprovadas, retiradas, arquivadas, etc.
- 9.10.5. Relação agrupada por documento e por autor.
- 9.10.6. Relação de processo por período, listando todos os documentos que geraram processos, ordenando por número.
- 9.10.7. Visualização de todo o histórico de trâmite de processo, em uma só página, inclusive suas emendas, pareceres, autógrafo, protocolo, lei e outros cadastros relacionados.
- 9.10.8. Emissão de relatório de documentos que entraram na sessão organizado por tipo de documento e autor, exibindo seu número, ementa e situação;
- 9.11. Digitalização de Textos
- 9.11.1. Permitir a inclusão de diversos documentos em anexo, nos formatos mais utilizados no mercado atual como: PDF, DOC, DOCX, HTML, XLS, XLSX, JPG, etc.;
- 9.11.2. Permitir a geração de documentos a partir de modelos pré-cadastrados, e permitir aos usuários do sistema a criar estes modelos;
- 9.11.3. Permitir a geração de ofícios em lote automaticamente para encaminhamento de proposições lidas e aprovadas na sessão para os destinatários externos à Câmara Municipal de Curitiba, todos os dados devem ser importados do sistema e gerado automaticamente através de um documento pré-definido.
- 9.11.4. Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Gerar assinatura eletrônica para documentos do formato pdf utilizando a certificação digital tipo A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL no momento em que o usuário achar oportuno, eliminando, desta forma, a impressão dos mesmos em papel.
- 9.11.5. Comunicar com qualquer Autoridade Certificadora do Tempo (ACT), instalado no Brasil e que seguem as políticas da AC-Raiz ICP-Brasil para obtenção de Carimbos do Tempo, ou seja, um conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere prova a sua existência em determinado período;
- 9.11.6. A contratada deverá arcar com os custos decorrentes da obtenção dos Carimbos de Tempo destinados à finalidade descrita no subitem 9.11.5;
- 9.11.7. Permitir a criação de novos tipos de documentos e sub documentos, bem como vínculo entre os documentos existentes, tipos de numerações utilizadas, se terá tramitações, em qual menu do sistema será exibido e se será exibido na consulta do site;
- 9.11.8. Fornecer suporte a digitalização de documentos em formato PDF;
- 9.11.9. Inclusão ou exclusão de páginas de documentos em formato PDF, conforme o andamento dos processos pela casa;
- 9.11.10. Permitir a inclusão em lote de arquivos externos, tramitações, alterações de situações, votações, arquivamentos, publicações de documentos na consulta do site e exclusões de cadastros;
- 9.11.11. Permitir que o usuário do sistema publique textos ou dados cadastrais na consulta do site no momento que achar mais oportuno;
- 9.12. Consultas Externas
- 9.12.1. Disponibilizar as proposições e todo o seu processo (trâmites, pareceres, votações, emendas, autógrafos, etc.) para consulta pelo site da Câmara Municipal de Curitiba;
- 9.12.2. Disponibilizar a Legislação Municipal e suas alterações;
- 9.12.3. Disponibilizar as Sessões realizadas, com hiperlink para o seu conteúdo;
- 9.12.4. Disponibilizar consulta por intervalo de números, ano e data (período), assunto (ementa e texto), autor, processo, tipo de documento (ou múltiplos tipos), área de interesse.
- 9.13. Documentos Administrativos
- 9.13.1. O sistema deve permitir e gerenciar as Correspondências Recebidas, Atos da Mesa, Atos da Presidência, Circular, Comunicação, Imprensa, Instrução, Ofícios, Ordem de Serviços, Pedidos de Informações, Memorandos e outros serviços, além de permitir o cadastramento de outros documentos relacionados.
- 9.13.2. Possibilidade de gerar numeração de processo específica para processos administrativos (deverá ser diferente da numeração dos processos legislativos).
10. Gestão de Gabinete dos Vereadores
- 10.1. Permite consulta a quaisquer tipos de documentos do sistema e seus trâmites;
- 10.2. Permite aos gabinetes dos vereadores elaborem matérias e documentos, em seus micros com acesso restrito, e enviem através de um Protocolo Eletrônico, onde serão registrados os dados como número, data, ementa, autor e texto, para o departamento responsável revisá-los e protocolá-los, com controle de envio, opção para consulta e cancelamento somente do que o Gabinete enviou.
- 10.3. Permitir o controle de diversos níveis de acesso a todos os itens do sistema, realizado a partir do próprio aplicativo, controlando as permissões para alterações, inclusões, visualização e exclusão dos dados, vinculado às senhas dos usuários;
- 10.4. Permitir o cadastro de contatos, que se subdivida em Pessoa Física ou Jurídica, contendo principais campos Nome/Razão Social, Apelido/Nome Fantasia, Endereço (Logradouro, Número, Complemento, Bairro, CEP com pesquisa, Cidade, Estado), Telefone (fixo, celular, comercial, fax), CPF/CNPJ, RG/IE, Relacionamento, Tratamento, Estado Civil, Sexo, Profissão, Escolaridade, e-mail, Data de Nascimento, Familiares (Nome, Data de Nascimento, grau de parentesco, estado civil, sexo, Observações, data de atualização, usuário da atualização (login), Boletins Informativos via e-mail, Partido, e outros);
- 10.5. Permitir a realização de pesquisas na base de dados pelos campos de cadastro e impressão da consulta em texto ou etiqueta;
- 10.6. Disponibilizar mala direta dos cadastrados;
- 10.7. Permitir o cadastro de solicitações dos municípios, contendo Número, Nome (buscar no cadastro de Contatos), Tipo de Assunto, Descrição do Assunto, Data da Solicitação, Usuário (atendente), Situação atual, Tipo de Atendimento (e-mail, fone, visita etc.), Consulta e impressão; bem como a tramitação das providências;
- 10.8. Permitir o cadastro das Providências vinculado a Solicitação, contendo os principais campos Sequência, Data / Hora, Ação / Solução, Detalhes;
- 10.9. Permitir o cadastro de documentos gerados a partir de uma solicitação, contendo os principais campos: Tipo de Documento, Número (automático), processo, Data, Assunto, Texto (anexo); sendo que esse último campo, Texto, deve permitir anexar documento;
- 10.10. Permitir que seja gerado um documento e seja acompanhado o controle de trâmites vinculados a providências;
- 10.11. O aplicativo deverá permitir o controle de encaminhamentos dos documentos.

11. CONVERSÃO E MIGRAÇÃO DO BANCO DE DADOS

- 11.1. A licitante vencedora deverá realizar a conversão de toda a base de dados existente na Câmara Municipal de Curitiba, sem nenhuma perda de dados.
- 11.2. A licitante vencedora será responsável por todo o trabalho de conversão sem perda de dados; tal serviço deverá realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato. Extensível a mais 30 dias caso haja necessidade através de requerimento da empresa.
- 11.3. É de total responsabilidade da empresa a ser contratada a migração dos dados, inclusive de um eventual cadastramento manual dos dados que por quaisquer motivos não puderem ser migrados.

12. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO MÓDULO PLENÁRIO

12.1 Características Gerais: O Sistema deve agregar um completo conjunto de recursos de softwares capazes de realizar todas as tarefas de registro de presenças dos Vereadores, bem como as votações, em todas as suas modalidades, geração e emissão automática de relatórios, cronômetro para oradores e aparteantes, relógio digital, monitoração dos nomes e partidos dos parlamentares, legendas programáveis para identificação de presença e voto, mensagens programáveis e recursos operacionais dedicados ao Presidente da reunião. Todos os dados pertinentes ao Sistema deverão ser compatíveis e disponibilizados com a base informatizada da Câmara Municipal.

12.2. Exibição em Plenário

12.2.1. O sistema deve permitir a exibição total dos dados apurados no sistema, através de qualquer display que a Câmara Municipal possua, deve ser possível à exibição dos dados em telões multimídias, Monitores LCD ou LED ou Videowall configurando assim o Painel de Votação.

12.2.2. Nomes dos Vereadores e Identificação de Partidos: A exibição deverá conter legendas programáveis coloridas, para monitorar o nome, partido e identificação de presença de cada Parlamentar, garantindo a perfeita visibilidade de qualquer ponto das dependências internas do Plenário.

12.2.3. Relógio: Uma legenda composta de mostrador numérico considerando o formato, horas, dois ponto, minutos, dois ponto e segundos "00:00:00" ou "00:00". O presidente deverá visualizar em seu Terminal Operacional a mesma informação de horário apresentada no painel.

12.2.4. Cronômetro: Uma legenda programável para cronometragem progressiva ou regressiva dos tempos de oradores e aparteantes, composta de mostradores, considerando o formato hora, dois pontos, minutos, dois ponto e segundos "00:00:00". O presidente deverá visualizar em seu Terminal Operacional a mesma informação de contagem de tempo apresentada no painel.

12.2.5. Totalizadores: O licitante deve considerar legendas numéricas, considerando seis unidades em formato individual e cores distintas de 00 a 99, incluindo respectivas legendas (Favorável, Contrário, Abstenção / Presentes e Ausentes).

12.2.6. Mensagens: Incluir na exibição área para mensagens específicas para exibição de diversos tipos de textos incluindo matéria em discussão e ou votação.

12.2.7. Cadastros: Vereadores, Sessões, Pautas, Votações, Oradores, Operadores do sistema.

13. Gestão de Licitações

13.1 Controle do Processo Licitatório, com controle de numeração do processo da numeração por tipo de licitação, possibilidade de gerenciar modalidade e formas de julgamentos, com texto pré-definidos;

13.2 Controle ao andamento do certame com todas as fases do processo conforme legislação existentes.

14. Portal Web Câmara

14.1. O portal deverá atender todas exigências da Lei do Acesso a Informação;

14.2. Transmissão em Áudio e Vídeo das Sessões com legenda dos oradores em tempo real com possibilidade de transmitir com várias câmeras ao mesmo tempo alternando entre si;

14.3. Acompanhamento das tramitações em tempo real e via e-mail;

14.4. Galeria de Fotos com cadastro em massa;

14.5. Mostrar todos os atos legislativos administrativos através da Câmara em números;

14.6. Cadastro de área de interesse, para receber automaticamente por e-mails cadastrados todas as matérias por terminados assuntos;

14.7. O site deverá permitir a publicação de notícias, onde serão lançados os textos das mesmas, imagens, vídeos e outros arquivos.

14.8. Hospedagem do website www.camaracuritiba.sc.gov.br, em banco de dados sem limite de armazenamento compartilhado entre arquivos e banco de dados;

14.9 Hospedagem de contas de e-mail ilimitadas;

14.10. Página dos Vereadores

14.10.1 Cada vereador possuirá uma página, no site da Câmara, no qual cada vereador terá publicação das informações de sua página, na qual serão informadas as notícias dos vereadores, a agenda, e as proposições de sua autoria.

14.11. Menu SIC – Serviço de Informação ao Cidadão;

14.11.1 Neste menu será permitido aos usuários do site, realizar as solicitações de informações, bem como o acompanhamento do andamento, dúvidas frequentes, contatos e demais informações obrigatórias pela lei 10.520.

14.12. Menu Institucional

14.12. Neste menu será publicadas as informações institucionais da Câmara, como histórico, mesa diretora, estrutura administrativa, parlamentares, contato do Poder, dentre outras informações.

14.13. Todo portal deve ser customizável de acordo com a necessidade do Poder Legislativo de Curitiba.

15. DIÁRIO OFICIAL

15.1. No que tange ao Diário Oficial da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba, o CONTRATANTE tem interesse que o leitor CONTRATADO publique e lhe envie as seguintes publicações:

15.1.1 Atos do Poder Legislativo: As Leis, Portarias, Decretos, Resoluções, Processo Licitatório, Contratos, Editais e demais publicações que tratam de matérias relativas ao setor administrativo/contábil desta Casa de Legislativa.

16. SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS - GED

16.1. O sistema deve suportar o cadastramento e publicação dos principais formatos de arquivos utilizados atualmente (jpg, gif, png, pdf, doc, zip, wma, mp3, wmv, etc);

16.2. O sistema deve importar/exportar arquivos(BD), relatórios e outros recursos, que sejam necessários para integração com outros softwares da Contratante;

- 16.3. Possuir controle dos usuários, com login e senhas individualizadas e com níveis de permissão de acesso aos menus do sistema, bem como restrição da visualização dos documentos;
- 16.4. O sistema deve gerar LOGS (históricos) de acessos dos usuários indicando: data do acesso, informação acessada, usuário, como foi acessado;
- 16.5. Os LOGS JAMAIS poderão ser apagados por qualquer usuário e em qualquer nível de acesso.
- 16.6. Permitir a utilização integrada de diversos arquivos/setores com integração de forma on-line e off-line entre os mesmos e controle individualizado por arquivo/setor.
- 16.7. Permitir a parametrização do sistema, fazendo a estrutura organizacional do cadastro de classificação dos documentos por assunto e de níveis de acesso, bem como a definição da tabela de temporalidade dos documentos.
- 16.8. Cadastro de usuários com acesso ao sistema é através de login utilizando níveis de acesso para o controle das operações liberadas ao usuário.
- 16.9. Fazer o controle de todos os cadastros do sistema:
- 16.10. Cadastro de arquivos físicos.
- 16.11. Cadastro de localização física.
- 16.12. Cadastro de espécie de documento.
- 16.13. Cadastro de tipo de documento.
- 16.14. Cadastro de tipos de acondicionamento.
- 16.15. Cadastro da estrutura organizacional dos documentos utilizando como referencia o CONARQ, permitindo a estruturação por níveis.
- 16.16. Deve fazer o ciclo de cada documento, com base da tabela de temporalidade, administrando sua passagem pelos arquivos corrente, temporário e permanente, até seu descarte, quando for o caso.
- 16.17. Emissão de relatórios gerenciais.
- 16.18. Pesquisa por assunto, pesquisa livre, pesquisa por filtros de arquivos físicos, localização física, espécie de documento, tipo de documento, tipos de acondicionamento.
- 16.19. Avisos durante o processo com orientações quanto a forma de acondicionamento de cada tipo de documento
- 16.20. Fazer a emissão de etiquetas de identificação para referenciamento de informações com leitura por código de barras ou QRCode.
- 16.21. integração com os módulos de Processo Legislativo e Processo Administrativo, para a geração dos documentos eletrônicos e assinatura digital padrão ICP-Brasil, e posterior arquivamento dos mesmos no sistema GED de acordo com o plano de Classificação;
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 17.1. Os sistemas deverão:
- 17.1.1. Ser multiusuário permitindo o acesso às mesmas rotinas, ou rotinas diferentes por usuários diferentes, ao mesmo tempo.
- 17.1.2. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações:
- a) controlar o acesso ao sistema através de uso de hierarquia de senhas;
- b) não permitir o acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiro utilizando o usuário e senha do sistema;
- c) não permitir a alteração de dados por outro meio que não seja o sistema ou suas ferramentas.
- d) Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada sistema:
- As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login e senha do usuário;
- 17.1.3. O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício.
- 17.1.4. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do sistema.
- 17.1.5. Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou jato de tinta, possibilitando:
- a) Permitir a visualização dos relatórios em tela;
- b) Salvar os relatórios em arquivos para posterior impressão;
- c) Salvar os relatórios em arquivo PDF;
- d) Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível, possibilitando:
- e) escolher tamanho de papel;
- f) configurar margens;
- g) indicar o número de cópias a serem impressas;
- h) e demais opções disponíveis na impressora
- 17.1.6. As atualizações deverão estar disponíveis na internet, devendo ser automaticamente atualizado nos casos em que o aplicativo fique hospedado em datacenter sob responsabilidade da proponente.
- 17.1.7. Os sistemas/módulos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab"), dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser não desenvolvido pela proponente.
- 17.1.8. Deverá operar por transações (ou formulários "online") que especialmente executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis no banco de dados.
- 17.1.9. Deverá permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.
- 17.1.10. Possuir o acesso rápido aos cadastros do sistema, de acordo com o campo que está selecionado.
- 17.1.11. Permitir adicionar critérios personalizáveis para cadastros. As regras do cadastro poderão ser definidas pelo usuário e ser configuradas para as operações de:
- a) Inclusão;
- b) Alteração;
- c) Exclusão;
- d) Anexo.
- 17.1.12. Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas:
- a) Registrar todas as operações de inclusão e alteração efetuadas;
- b) Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- c) Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- d) Dispor de ferramentas de consulta;

17.1.13. Permitir consolidar em uma consulta informações de diversas bases de dados dos sistemas.

17.1.14. Os sistemas deverão permitir gerar os arquivos em formato PDF.

17.1.15. Os sistemas deverão possibilitar o controle através de parâmetros sem que seja necessária a interferência de técnico e ter ajuda on-line, permitindo consultar todas as opções existentes no sistema, ou ajuda específica para o campo onde se está no momento.

17.1.16. Os serviços de implantação e treinamento deverão ser realizados de forma ininterrupta até a conclusão dos trabalhos dentro de no máximo 10 (dez) dias.

17.1.17. O serviço de suporte técnico deverá ser realizado sempre que solicitado, na sede da Câmara de Vereadores, em dias úteis, no horário das 08h00min às 17h00min, ou de acordo com horário de expediente em vigor.

17.1.18. Os sistemas deverão rodar nos equipamentos disponibilizados pela Câmara em ambiente web.

17.1.19. A CONTRATADA e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os detalhes e dados do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

18. QUANTITATIVOS

18.1. A quantidade total estimada de máquinas a serem instalados os programas e aplicativos é ilimitada.

19. CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS USUÁRIOS

19.1. A contratada deverá ministrar curso de capacitação aos funcionários do Poder Legislativo Municipal usuário dos sistemas, consistente em 40 (quarenta) horas/aula presenciais ministradas na sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, de segunda a sexta-feira, das 13:00 as 19:00 horas.

20. ACOMPANHAMENTO PRESENCIAL INICIAL

20.1. A contratada deverá, através de um técnico especializado, acompanhar presencialmente as 06 (seis) primeiras Sessões Legislativas Ordinárias pós-instalação dos sistemas, com o objetivo de resolver imediatamente toda e qualquer circunstância que obste ou retarde os trabalhos legislativos.

Ermo

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº. 001/2016

Convênio nº. 001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Contratado: Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul.

Objeto: contribuição financeira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas.

Vigência: 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Data de assinatura: 01 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 11/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Anderson Zilli Kruger

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA, TREINAMENTO E DESAENVOLVIMENTO TÉCNICO, BEM COMO ACOMPANHAMENTO NOS PROGRAMAS DO GOVERNO SICONV, SISMOB, SISVAN, SINAN, SINASC, FUNDOS DE BENS LESADOS, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, FÁRMACIA BÁSICA E ACOMPANHAMENTO NO PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E E-SUS.

VIGÊNCIA: 01/03/2016 até 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil)

Data da assinatura: 29/02/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 38/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Supermercado Gregorini Ltda ME.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação dos alunos do Programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 29/02/2016 á 31/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 33.828,45 (trinta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Data da assinatura: 29/02/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 39/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: MARIA SALETE LUIZ ALEXANDRE - ME.

OBJETO: contratação de serviços de agenciamento para publicação de 7.000 cm/col de atos institucionais, atos oficiais e conteúdos para divulgação do município em jornal impresso visando atender as necessidades do município de Ermo, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 01/03/2016 á 31/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil, oitocentos reais).

Data da assinatura: 01/03/2016

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00252016 PRONTO SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0025/2016

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Pronto saúde Eireli Me

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Valor: R\$ 1.669.348,50

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0020/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de março de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAUDE PUBLICA

INEXIGIBILIDADE 00122016 PRONTO SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2016

Processo Licitatório nº: 0020/2016

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0020/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de março de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAUDE PUBLICA

RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 0032016

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

CREDENCIAMENTO SAÚDE 0003/2016

Credenciamento de pessoas jurídicas, para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Fica retificado o anexo I, referente as consultas.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de março de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 184/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 184/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 06/2016

As 14:00 horas do dia 01 de março de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: DLS VENDAS E MANUTENÇÕES LTDA ME, MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, sendo que somente a empresa MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, compareceu para o certame.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR CAPA SECA 01910	90,00
2	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL EMBREAGEM 0700005475	12,00
3	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR EMBREAGEM 0701210085	85,00
4	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 13010B1330	10,00
5	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RESPIRO 14410B3230	80,00
6	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL CAIXA 0700005440	7,80
7	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR CAIXA 0701210075	80,00
8	2,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PARAFUSO 0101051025	1,00
9	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	TRAVA 0408104512	4,00
10	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 0700005048	3,00
11	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PISTA RETENTOR	350,00
12	6,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 2239	2,57
13	1,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 2238	2,17
14	25,0	LT	MARAVIMAQUINAS	OLEO DA EMBREAGEM SAE 30	22,75
15	2,0	UND	MARAVIMAQUINAS	COLA FORMA JUNTAS AA 2	82,11
16	2,0	UND	MARAVIMAQUINAS	COLA TRAVA ROSCA	35,00
17	4,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	DISCO DE EMBREAGEM 1111112110	196,00
18	3,0	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PLACA EMBREAGEM 1111112120	112,00
19	30,0	LT	MARAVIMAQUINAS	OLEO DA CAIXA SAE 90	12,71
20	1,0	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR CAPA SECA	700,00
21	1,0	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SERVIÇO PARA SANAR E COLOCAR EMBREAGEM	1.530,00
22	1,0	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SANAR VOLANTE, CAPA SECA E SUBSTITUIR VEDAÇÃO E MONTAR	400,00
23	1,0	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA LIMPEZA E TRATAMENTO DE PEÇAS	150,00
24	1,0	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO PARA LAVAGEM COMPLETA DA MAQUINA	200,00

Sendo um valor total de R\$ 6.025,66

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 179/2016 - LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 179/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 29/02/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.524.355/0001-07 estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 500, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. ADECIR IVANOR FERREIRA, inscrito no CPF/MF sob nº. 861.630.519-04 e Identidade nº. 2.657.082, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 179/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA ARBITRAR EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	30,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO (Um Arbitro, dois bandeiras e um Mesário)	R\$ 350,00
2	80,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (dois Árbitros e um Mesário)	R\$ 180,00
3	70,00	JG	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCYTE (dois Árbitros e um Mesário)	R\$ 190,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - A empresa deverá Elaborar uma lista de Árbitros, na qual a Comissão de Esportes Escolhera no mínimo 10 Árbitros para a realização dos serviços.

IV - Os Árbitros escolhidos pela Comissão de Esportes do Município deverão apresentar comprovante de Curso de Arbitragem de no mínimo 40 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 179/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Referente aos Serviços, fica de responsabilidade das empresas as despesas de transporte ate o local dos eventos e também os materiais necessários para a execução dos mesmos.

VII – Os serviços serão solicitados conforme a demanda e horários do Departamento de Esportes, sendo que os árbitros, bandeiras e mesários, quando solicitados deverão comparecer ao evento no mínimo 15 minutos antes data marcada de início dos jogos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos serviços a serem realizados, o Diretor de Esportes Rodrigo de Freitas Noronha.

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.99.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

Projeto atividade:

278120007.2.010000 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DEPTO. DE ESPORTES;

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN		ADECIR IVANOR FERREIRA
CPF: 024.900.719-39		CPF: 861.630.519-04
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 184/2016 - MARAVIMAQUINAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 184/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 06/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 01/03/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.704.079/0001-02, estabelecida na Rod. BR 282, Km 606, bairro Industrial, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Romolo Rafael Possamai, inscrito no CPF/MF sob o nº. 061.158.189-23 e Identidade nº. 4.869.887, doravante denominados MUNICIPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 184/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 06/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1,00	PÇ	RETENTOR CAPA SECA 01910	90,00
2	1,00	PÇ	ANEL EMBREAGEM 0700005475	12,00
3	1,00	PÇ	RETENTOR EMBREAGEM 0701210085	85,00
4	1,00	PÇ	JUNTA 13010B1330	10,00
5	1,00	PÇ	RESPIRO 14410B3230	80,00
6	1,00	PÇ	ANEL CAIXA 0700005440	7,80

7	1,00	PÇ	RETENTOR CAIXA 0701210075	80,00
8	2,00	PÇ	PARAFUSO 0101051025	2,00
9	1,00	PÇ	TRAVA 0408104512	4,00
10	1,00	PÇ	ANEL 0700005048	3,00
11	1,00	PÇ	PISTA RETENTOR	350,00
12	6,00	PÇ	ANEL 2239	15,42
13	1,00	PÇ	ANEL 2238	2,17
14	25,00	LIT	OLEO DA EMBREAGEM SAE 30	568,75
15	2,00	UND	COLA FORMA JUNTAS AA 2	164,22
16	2,00	PÇ	COLA TRAVA ROSCA	70,00
17	4,00	PÇ	DISCO DE EMBREAGEM 1111112110	784,00
18	3,00	PÇ	PLACA EMBREAGEM 1111112120	336,00
19	30,00	LIT	OLEO DA CAIXA SAE 90	381,30
20	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR CAPA SECA	700,00
21	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SERVIÇO PARA SANAR E COLOCAR EMBREAGEM	1.530,00
22	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SANAR VOLANTE, CAPA SECA E SUBSTITUIR VEDAÇÃO E MONTAR	400,00
23	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA LIMPEZA E TRATAMENTO DE PEÇAS	150,00
24	1,00	SVÇ	SERVIÇO PARA LAVAGEM COMPLETA DA MAQUINA	200,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - As peças a serem cotadas para o conserto da maquina deverá ser Originais da Fabricante da Maquina.

IV - As despesas para o Transporte da Maquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

V - Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da maquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 184/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a realização dos serviços será de 10 dias contados após a emissão da autorização de compra e Serviço.

VII - As despesas para o Transporte da Maquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

VIII - Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da maquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.39.00.00 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS;

3.3.90.39.17.00.00 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS;

Projeto atividade:

267820025.2.033000 - MANUTENÇÃO ATIV. SECR. INFRA - ESTRUTURA E TRANSP.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 30 dias, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado

a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de março de 2016.

ROGERIO PERIN		ROMOLO RAFAEL POSSAMAI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 061.158.189-23
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 020/2016

DECRETO nº. 20/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 179/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 152/2015, sobre o processo de licitação nº. 179/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA ARBITRAR EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

LIGA MARAVILHENSE DE DESPORTOS	R\$ 38.200,00
--------------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

DECRETO Nº. 021/2016

DECRETO nº. 21/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 184/2016, e dá outras providências.
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 152/2015, sobre o processo de licitação nº. 184/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	R\$ 6.025,66
---	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de março de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

PORTARIA Nº 098/2016

	PORTARIA Nº 098/2016
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento a servidora municipal ROSE CARMEN BINOTTO na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de Março de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 19/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. COMERCIAL CARLESSI LTDA, estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Forquilha/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 95.770.228/0003-39, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Roberto Fernandes, portador da CI nº 1536285 e inscrito no CPF nº 686.994.929-87.

2. ELETRO BACK LTDA-ME, estabelecida na Travessa Adolfo Tiscoski, em Forquilha/SC, CNPJ/MF nº 02.337.668/0001-54, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Ailton Rocha, brasileiro, CI 3.033.491, CPF 845.625.609-91.

3. JORGE RODRIGUES MAT. DE CONST. EPP, estabelecida na Rodovia Paulino Búrigo, 840, Içara/SC, CNPJ/MF nº 74.145.053/0001-37, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Claudio Rodrigues de Cordova, brasileiro, CI 2.366.628, CPF 689.191.589-91;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 19/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de

acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 48 (quarenta e oito) horas a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de

05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior à aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 19/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as

testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 26 de fevereiro de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

COMERCIAL CARLESSI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Roberto Fernandes
CPF: 686.994.929-87

ELETRO BACK LTDA-ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Airton Rocha
CPF: 845.625.609-91

JORGE RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Claudio Rodrigues de Cordova
CPF: 689.191.589-91

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMF/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 20/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

2. DICRIL PROD. E EQUIP. PARA LIMPEZA E HIGIENE LTDA, estabelecida na Rua Cônego Anibal Maria Di França, 150, Pinheirinho, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 10.442.984/0001-14, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Juliano Custódio da Rosa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3587737, e inscrito no CPF sob o nº.023.367.309-10.

3. GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI ME, estabelecida na Rua Nossa Senhora da Glória, 210, São João de Meriti/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 15.250.965/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Pedro Joaquim da Silva Júnior, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.303.722, e inscrito no CPF sob o nº. 068.486.428-27.

4. CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME, estabelecida na Rua Darcy Lonchi, 385, Bento Gonçalves/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 94.987.930/0001-24, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Renato Cenci, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7037270217, e inscrito no CPF sob o nº.438.043.910-72.

5. MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, estabelecida na Avenida Angelo Caleffi, 210, Barão de Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 18.274.923/0001-05, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Cleiton Cesar Longo, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1081236141, e inscrito no CPF sob o nº. 006.225.880-01.

Doravante denominadas DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 20/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo

recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a

correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 20/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 29 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal
ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Charles Madeira Mello
CPF: 844.078.839-87
DICRIL PRODUTOS E EQUIP. PARA LIMPEZA E HIGIENE LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Juliano Custodio da Rosa
CPF: 023.367.309-10

GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Pedro Joaquim da Silva Júnior
CPF: 068.486.428-27

CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Renato Cenci
CPF: 438.043.910-72

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Cleiton Cesar Longo
CPF: 006.225.880-01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 172/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 172/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 62/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e limpeza de caixa d'água para atendimento de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/12/2016
2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 32/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 01 de março de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 025, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº. 025, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE FORQUILHA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho das Cidades, que aprovou o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Forquilha, a se realizar no dia 18 de abril de 2016, das 08 às 18 horas no Auditório Alfredo Michels / Espaço Cidadão – Avenida 25 de julho 2736 Centro, sob a coordenação do Poder Executivo do Município de Forquilha.

Parágrafo único. Serão realizadas reuniões preparatórias da Conferência Municipal da Cidade de Forquilha nos bairros e comunidades, de acordo com o seguinte cronograma:

Data	Bairro/Comunidade	Local	Horário
02/03/2016	Cidade Alta	Centro Comunitário	19h30min
03/03/2016	Nova York/Linha São José	Centro Comunitário	19h30min
08/03/2016	Morro Comprido	Centro Comunitário	19h00min
08/03/2016	Pique do Cedro	Centro Comunitário	20h15min
09/03/2016	São Gabriel/São Jorge	Centro Comunitário	19h15min
10/03/2016	Santa Líbera/Linha Feltrin	Centro Comunitário	19h30min
15/03/2016	Linha Eyng	Centro Comunitário	19h30min
15/03/2016	Santa Ana	Centro Comunitário	20h00min
09/03/2016	Centro	Câmara de Vereadores	20h00min
17/03/2016	Ouro Negro/Passo de São Roque	Centro Comunitário	19h30min
22/03/2017	Clarissa	Centro Comunitário	19h30min
22/03/2016	Santa Clara	Centro Comunitário	20h30min
23/03/2016	Vila Lourdes	Centro Comunitário	19h30min
24/03/2016	Sanga do Engenho	Centro Comunitário	19h00min
24/03/2016	Santa Terezinha/São Pedro/Barra da Sanga/Taquara	Centro Comunitário	20h15min
29/03/2016	Sanga do Café/Faxinal/Sanga do Coqueiro	Centro Comunitário	19h00min
29/03/2016	Santa Rosa	Centro Comunitário	20h15min
31/03/2016	Vila Franca	Centro Comunitário	19h30min
05/04/2016	Saturno/Barbieri	Centro Comunitário	19h30min
06/04/2016	Santa Cruz	Centro Comunitário	19h30min
07/04/2016	Santa Isabel	Centro Comunitário	20h30min

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Forquilha (SC) terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas" e construirá propostas para subsidiar as discussões da 6ª Conferência Estadual das Cidades e da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º A Conferência Municipal da Cidade de Forquilha será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário de Planejamento.

Art. 4º A Comissão Preparatória, composta por representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da Conferência Municipal da Cidade de Forquilha, observando o disposto no Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

Art. 5º Caberá à Conferência Municipal da Cidade de Forquilha elaborar relatório final, a partir da sistematização das propostas aprovadas e encaminhar à Comissão Preparatória Estadual e eleger os delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 6º Este Decreto entrará, em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de fevereiro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO 22/PMF/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 22/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de forma parcelada de Cestas básicas, para atendimento a famílias carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 103.808,00 (cento e três mil oitocentos e oito reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO - 1301.2020.3390 (189)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 16/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMPS 01/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01/FMPS/2016
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONTRADADO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO – elaboração, pela CONTRATADA, de 01 (um) cálculo atuarial, para cada ano de vigência deste contrato, referente às obrigações previdenciárias relativas aos servidores públicos do CONTRATANTE, na forma dos normativos estabelecidos pela legislação aplicável.

VALOR – R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA – 19/01/2017

DOTAÇÃO - 19.01.2.081.3.3.90 (03)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação Nº 01/FMPS/2016

DATA DA ASSINATURA – 19 de fevereiro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 11/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 11/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

OBJETO – aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 79.669,56 (setenta e nove mil seiscentos e sessenta e

nove reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2055.3390 (46), (47), (48), (82) e (83).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 42/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 14/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 14/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – GENÉSIO A. MENDES E CIA LTDA

OBJETO – aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 51.984,98 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2055.3390 (46), (47), (48), (82) e (83).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 42/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 16/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 16/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – PROSAÚDE DIS. DE MED. LTDA

OBJETO – aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 21.661,90 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2055.3390 (46), (47), (48), (82) e (83).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 42/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 20/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 20/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GOLDEN CLEAN PROD. COM. EIRELI ME

OBJETO – Contratação de empresa para aquisição de material médico cirúrgico, e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 17.955,00 (dezessete mil novecentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2052.3390 (34); 1701.2057.3390 (53); 1701.2058.3390 (56); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 01/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 01 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 21/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 21/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ISAMED MAT. MED. HOSP. LTDA ME

OBJETO – Contratação de empresa para aquisição de material médico cirúrgico, e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 47.534,50 (quarenta e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 1701.2052.3390 (34); 1701.2057.3390 (53); 1701.2058.3390 (56); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 01/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 01 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 32/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 32/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de mamografia, conforme Tabela SUS, para o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70); 1701.2050.3390 (16)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 35/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 17 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 33/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 33/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades.

VALOR – R\$ 173.100,00 (cento e setenta e três mil e cem reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 1701.2063.3390 (70); 1701.2050.3390 (16)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 36/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 17 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO 09/PMF/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 09/PMF/2016

CONVENIENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMUNITÁRIO PARAÍSO DAS CRIANÇAS.

DO OBJETO – O presente Convênio tem por objeto o repasse de merenda escolar para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – à criança de zero a cinco anos de idade com recursos financeiros oriundos do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com base no número de alunos informados no Censo Escolar da Educação Infantil de 2015, conforme Resolução CD/FNDE N-38 e Lei Municipal nº 1.610, no valor de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) para o exercício vigente, que poderá ser de forma parcelada, convertidos em gêneros alimentícios, conforme solicitação da INSTITUIÇÃO e disponibilidade através dos processos licitatórios do MUNICÍPIO.

DO PRAZO – 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Constituição Federal, Lei Federal nº 11.494/07, Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CD/FNDE/ N-38 de 16 de julho de 2009, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.610 de 08 de dezembro de 2010.

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16FMS09

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS09
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
 Contratada...: MINE MERCADO PITANGA LTDA ME
 Valor : 11.608,10 (onze mil seiscentos e oito reais e dez centavos).
 Vigência : Início: 24/02/2016 Término: 31/05/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016
 Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CARGAS DE GÁS GLP PARA USO NA PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES PARA AS PESSOAS/PACIENTES EM TRATAMENTO MEDICO-HOSPITALAR ALOJADOS NA CASA DE APOIO NA CIDADE DE FLORIANOPOLIS/SC.

Fraiburgo, 1 de Março de 2016
 NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT16SF08

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF08
 Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
 Contratada...: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Valor : 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais).
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 1 de Março de 2016
 ELOI REGALIN - Presidente

AT16SF09

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF09
 Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
 Contratada...: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA Valor : 7.254,00 (sete mil duzentos e cinquenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 1 de Março de 2016
 ELOI REGALIN - Presidente

AT16SF10

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF10
 Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
 Contratada...: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
 Valor : 17.070,00 (dezesete mil setenta reais)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 1 de Março de 2016
 ELOI REGALIN - Presidente

DECRETO Nº 047/2016

DECRETO Nº 047, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2333 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

04.00 – Controladoria Interna		
04.01 – Controladoria Interna		
04.124.0002.2.007 – Manutenção da Controladoria Interna		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (275)	R\$	40.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (257)	R\$	15.000,00
Total		
	R\$	55.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
 FRAIBURGO, 01 DE MARÇO DE 2016.
 IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL ACT Nº 0004-2016

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai
Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0004 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de motorista. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 de março a 23 de março de 2016, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
Elói Regalin
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL ACT Nº 0005-2016 - FARMACEUTICO

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai
Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de FARMACEUTICO-BIOQUÍMICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 a 23 de março de 2016, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 01 de março de 2015.
Elói Regalin
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0482/2016

PORTARIA Nº 0482, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GIANE COELHO DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.001.449-49, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0483/2016

PORTARIA Nº 0483, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e a comunicação interna nº 0362/2016 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FABIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0484/2016

PORTARIA Nº 0484, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e a comunicação interna nº 0360/2016 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVA MARISTELA TELES REZENDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 946.517.529-34, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0485/2016

PORTARIA Nº 0485, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e a comunicação interna nº 0361/2016 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA SALETE DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 899.070.279-87, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0486/2016

PORTARIA Nº 0486, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº

0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0356/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CINARA APARECIDA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.501.139-70, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0487/2016

PORTARIA Nº 0487, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0354/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SINTIA LUCAS KURVER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 067.473.049-69, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0488/2016

PORTARIA Nº 0488, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0354/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora SINTIA LUCAS KURVER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 067.473.049-69, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 03 de março de 2016 até 10

de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0489/2016

PORTARIA Nº 0489, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0355/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DARA BRUNA MOTTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.376.209-09, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0490/2016

PORTARIA Nº 0490, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0355/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora DARA BRUNA MOTTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.376.209-09, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 03 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0491/2016

PORTARIA Nº 0491, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0358/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora JANILDE DIAS DOS SANTOS GUERIA DA VEIGA DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.297.419-94, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 02 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0492/2016

PORTARIA Nº 0492, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0359/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora LAURIANE GARLET MONTEMEZZO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.565.239-13, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 02 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0493/2016

PORTARIA Nº 0493, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora, ANGELA GIACOMIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.767.159-95, nomeada no cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, com carga

horária de 20 horas semanais, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0494/2016

PORTARIA Nº 0494, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ANA PAULA SANTOS DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.690.169-61, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0495/2016

PORTARIA Nº 0495, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0496/2016

PORTARIA Nº 0496, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de IVETE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 927.799.999-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0497/2016

PORTARIA Nº 0497, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0366/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LILIANE RIBEIRO DE MATOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.988.789-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0498/2016

PORTARIA Nº 0498, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0365/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VALÉRIA DO AMARAL PE-REIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.424.209-64, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0499/2016

PORTARIA Nº 0499, DE 01 DE MARÇO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0367/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA BOENO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.710.039-23, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0500/2016

PORTARIA Nº 0500, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0365/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora GIANE COELHO DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.001.449-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 07 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0501/2016

PORTARIA Nº 0501, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0363/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária da servidora ROSANA DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.476.829-24, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 07 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIAS Nº 0502/2016

PORTARIA Nº 0502, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JOSIANE DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 049.471.089-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO -
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004_2015-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0003/2015 – PMF

O Prefeito de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de uma empresa para prestação de serviços funerários, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, houve a participação das empresas: FUNERÁRIA CELLARIUS LTDA ME e FUNERÁRIA SALETE LTDA ME, ficando habilitada a empresa CELLARIUS LTDA ME, a qual apresentou regularmente a documentação de acordo com o item 17 do Edital, ficando HABILITADA pela Comissão cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. INABILITADA a empresa FUNERÁRIA SALETE LTDA ME pela apresentação do alvará de licença para localização e/ou funcionamento vencida em 31/12/2015. Transcorrido “in albis” o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento da segunda fase da concorrência.

Fraiburgo (SC), 01 de março de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

TA16SF02

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16SF02 - Contrato Nº: CT14SF05

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA

Valor : 1.945.996,08 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil novecentos e noventa e seis reais e oito centavos).

Vigência : Início: 24/02/2016 Término: 27/02/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INC. II DA LEI Nº 8.666/93, E PREVISÃO CONTRATUAL NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1, RESOLVEM DE PLENO ACORDO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO PARA ATÉ O DIA 27/02/2017. DIANTE DA PRORROGAÇÃO ACIMA REFERIDA, EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.2 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M NO PERCENTUAL DE 10,9612% ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, OS VALORES CONTANTES DA CLÁUSULA SEGUNDA.

Fraiburgo, 1 de Março de 2016

ELOI REGALIN - Presidente

TA.AT16FME01

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME01 - Contrato Nº: AT15FME14

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA

Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Fraiburgo, 1 de Março de 2016

Antonio Marcos de Almeida Superintendente

TA.AT16FMS04

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS04 - Contrato Nº: AT15FMS31

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA

Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 31/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2016.

Fraiburgo, 1 de Março de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

DECRETO Nº 046/2016**DECRETO Nº 046, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0003, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0003, de 12 de janeiro de 2016, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0003 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Manuais**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	3	2	NÃO	14/04/1985
10	1	3	NÃO	01/06/1976
6	0	1	NÃO	27/01/1979
8	0	1	NÃO	26/04/1974

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	25	GISELE APARECIDA FOGAÇA DA ROCHA FERREIRA	27	9
2	4	SANTINA LOURENÇO	24	8,86
3	27	MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA	24	8,73
4	6	FRANCINALDA RODRIGUES SIRINO	20	8,06



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0003 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Manuais**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
20	DAIANE FERREIRA OLIVIO		Não comparecimento na prova prática
26	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA		Não comparecimento na prova prática
13	IVANA REGINA BELLINCANTA		Não comparecimento na prova prática
21	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS		Não comparecimento na prova prática
1	MARILDE MARCIA DOS SANTOS		Não comparecimento na prova prática
16	CLEONICE FRANCIONE		Não comparecimento na prova prática
19	INDIAMARA RAQUEL DE ALMEIDA		Desclassificado para realização da prova prática
18	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO		Desclassificado para realização da prova prática
12	IOLANDA HELENA MACHADO		Desclassificado para realização da prova prática
23	LUCIANO DE SOUZA BAUER		Desclassificado para realização da prova prática
28	JAQUELINE BEAL		Desclassificado para realização da prova prática
17	JOÃO PAULO COELHO MOCELIN		Desclassificado para realização da prova prática
11	REGIANE APARECIDA BATAGLION		Desclassificado para realização da prova prática
14	LUCIANE DA SILVA		Desclassificado para realização da prova prática
24	MICHELI DE SOUZA MACHADO		Desclassificado para realização da prova prática
8	MARIZA SCHULER		Desclassificado para realização da prova prática
10	SIMONI VIEIRA		Desclassificado para realização da prova prática
9	LANA REGINA ROCHA		Desclassificado para realização da prova prática
5	ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO		Desclassificado para realização da prova prática
7	MARIA EDUARDA FRIGOTTO		Desclassificado para realização da prova prática
22	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR		Desclassificado para realização da prova prática
2	JOICY GABRIEL Y FUNINI GIRARDI		Desclassificado para realização da prova prática

segunda-feira, 29 de fevereiro de 2016

Página 1 de 2

15	ELIANE DAS GRAÇAS HAMANN			Desclassificado para realização da prova prática
3	TAINÁ DOS SANTOS GERMANO			Desclassificado para realização da prova prática

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 44/2016

CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE SISTEMA N º 044/216

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Rua Adolfo Soletti, nº 750, Bairro Centro, no Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, denominado CONTRATANTE e INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME estabelecida a Rua Fernando Ferrari, nº 35, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.234.834/0001-40, isenta doravante, denominada CONTRATADA ajustam entre si o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do Sistema de Gestão Municipal de Saúde (G-MUS), concedido por parte da CONTRATADA, e que será implantado na CONTRATANTE.

1.2 - Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES COMERCIAIS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Os módulos do sistema cobertos por este contrato, o preço e as condições de pagamento devidas pela CONTRATANTE estão relacionados no ANEXO I. A inclusão ou exclusão de módulos a serem cobertos por este contrato serão feitas pela substituição do citado anexo.

2.2 - O presente contrato tem seu valor expresso em Real (R\$).

CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DA CONTRATADA

3.1 - Cabe a CONTRATADA, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

3.2 - Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

3.3 - Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

3.4 - Esclarecer se consultada por via telefônica, correspondência, email e comunicador interno, etc., dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a CONTRATANTE deverá recorrer a empresa vendedora.

3.5 - A responsabilidade da CONTRATADA estará limitada ao cumprimento das obrigações aqui assumidas com a Contratante não lhe cabendo qualquer outra inclusive por perdas e danos ou lucros cessantes cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente à utilização do sistema.

CLÁUSULA QUARTA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

4.1 - Efetuar os pagamentos, conforme Cláusula Segunda. Na apresentação, pela CONTRATADA, da nota fiscal de prestação de serviços correspondente e respectiva fatura e duplicata, mais deslocamentos diários e horas trabalhadas conforme descrito no ANEXO I deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU DO EQUIPAMENTO

5.1 - A modificação do equipamento ou de sua configuração não obriga a CONTRATADA a fornecer novo sistema, que poderá ser efetuado mediante prévio acordo.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato entra em vigor a partir do dia 01 de março de 2106 com duração de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido com 3 dias de antecedência mínima por ambas as partes, em ambos os casos a CONTRATADA fará jus a sua remuneração pelos serviços já realizados.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da cidade de Curitiba Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA - DIREITOS DE PROPRIEDADE

9.1 - A CONTRATANTE reconhece estar adquirindo Licença de Uso do Software e que os mesmos são de propriedade exclusiva da CONTRATADA, que detém todos os direitos sobre os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO DO SOFTWARE

9.1 - O valor do treinamento do software é referido com base ao número de horas pactuadas e relacionadas no ANEXO I deste contrato.

9.2 - Caso a CONTRATANTE necessite de horas adicionais de treinamento, excedendo o número de horas estipuladas para Treinamento do Software conforme ANEXO I deste contrato, as mesmas serão calculadas com base nas horas excedidas e multiplicadas pelo valor de Hora-Trabalhada e ainda incluindo despesas de Deslocamento diário.

E por assim terem ajustados, assinam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

Frei Rogério/SC, 29 de fevereiro de 2016.

MUNICIPIO DE FREI ROGERIO
CONTRATANTE

INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1)

2)

ANEXO I

SISTEMA (S) COBERTO (S) PELO CONTRATO

GEMUS – GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÓDULOS:

0.1 – GEMUCAD - Gestão Municipal de Cadastro de Pacientes (CNS)

0.2 – GEMUEST - Gestão Municipal de Controle de Estoque (PADRÃO ANVISA)

0.3 – AGEND- Agendamento de Consultas

0.4 – GEMUPRON – Prontuário Eletrônico

0.5 – GEMUPAM - Gestão Municipal de Produção Ambulatorial

0.6 – GEMUEXA - Gestão Municipal de Exames

0.7 – GEMUVAC – Controle de Vacinas

0.8 – GEMUBEN - Gestão Municipal de Benefícios

0.9 – GEMUTRAN - Gestão Municipal de Transportes

0.10 – GEMUODON- Odontologia

0.11 – GEMUCON - Gestão Municipal de Consulta Geral

2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Apresentam-se na tabela abaixo os valores do presente contrato:

TABELA DE VALORES PROPOSTOS		
1	LICENÇA DE USO DO SOFTWARE	Isento
2	TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL	R\$ 620,50 por mês
3	HORA TRABALHADA (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$ 100,00 por hora
4	DESLOCAMENTO DIÁRIO	Isento

Formas de pagamento para os itens acima:

I. Para Licença de Uso

O pagamento do valor integral da licença de uso do software será realizado em parcela única 05 (cinco) dias após a primeira visita ao cliente onde é realizada a implantação, configuração e parametrização do sistema.

II. Para Taxas de Manutenção Mensal

O pagamento da taxa de manutenção mensal será pago mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado 30 (trinta) dias após a primeira visita ao cliente, e assim sucessivamente nos próximos meses.

III. Para deslocamento diário para atendimento e treinamento no cliente

O deslocamento diário para atendimento na sede da contratante será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

IV. Para hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente.

A hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

DECRETO Nº 801/2016 SUBSTITUI MEMBRO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 801/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

SUBSTITUI MEMBRO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, IV da Lei Orgânica do município:

DECRETA:

Art.1º- Ficam nomeados na Coordenadoria Municipal de Defesa Civil os seguintes membros:

- Luzia Seimi Takizawa – 2º secretário, em substituição à Patrícia Leandro de Souza

- Mareli Gonçalves – Conselho Técnico Secretaria de ADM/Finanças, em substituição à Ariane Alberton;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 654/2014 de 12/09/2014

Frei Rogério, 01 de março de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 006/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FUNSAU nº 006/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 006/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 15 de março de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NA UNIDADE BASICA DE SAÚDE NO PERIODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2016, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 01 de março de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Vanderlei Bez Batti
Gestor do Fundo

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2016

DECRETO N.º 027, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

REGULAMENTA O REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.942, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 12, da Lei Complementar nº 1.942, de 17 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. A adesão ao Programa de Domicílio Fiscal é facultativa e acessível às empresas ou profissionais autônomos não estabelecidos que se interessarem em aderir ao referido programa, na forma da Lei Complementar nº 1.942, de 17 de dezembro de 2015.

§1º. O Programa de que trata o caput deste artigo abrange as empresas constituídas na forma de empresário individual ou sociedades, e os profissionais autônomos, não estabelecidos.

§2º. É facultada a adesão ao Programa de Domicílio Fiscal às empresas ou profissionais autônomos que na data da publicação deste Decreto, estejam regularmente inscritos no cadastro mobiliário municipal, desde que preenchidos todos os requisitos da Lei Complementar nº 1.942/2015, não lhes sendo exigida a apresentação dos documentos comprovadamente apresentados por ocasião do cadastro preexistente, além dos necessários a atualização cadastral, observando, em qualquer caso, o disposto nos artigos 4º, I, III, VI, 6º, da Lei Complementar nº 1.942/2015.

Art. 2º. A empresa ou profissional autônomo que incluir ou passar a desenvolver atividade estranha à permitida e/ou possuir estabelecimento, será excluída automaticamente do Programa Saúde Fiscal, sem prejuízo da penalidade pecuniária prevista no artigo 7º, da Lei Complementar nº 1.942/2015.

Parágrafo único. É facultado ao Secretário de Fazenda autorizar, mediante despacho motivado, a adesão ao Programa de Domicílio Fiscal de contribuinte que desenvolva atividade não prevista na Lista constante no anexo

deste Decreto, desde que pela natureza e características seja considerada não estabelecida.

Art. 3º. Ficam aprovados o Requerimento de Adesão, o Termo de Compromisso, o Comprovante de Inscrição, e a Lista de Atividade que poderão aderir ao Programa de Domicílio Fiscal, na forma dos Anexos I, II, III e IV, deste Decreto.

Art. 4º. O Secretário Municipal de Fazenda baixará os atos necessários à fiel execução deste Decreto e da Lei Complementar, nos termos do artigo 16, da Lei Complementar nº 1.942/2015.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de março de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/03/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL

Ao Setor de Cadastro Mobiliário da Secretaria de Fazenda de Garopaba,

_____ (nome da empresa/autônomo), CNPJ/CPF nº _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____ (nome do requerente), CPF nº _____, residente

_____ (endereço completo), CEP _____, telefone _____, FAX _____, E-mail _____

_____, vem por meio deste, solicitar a adesão ao Programa de Domicílio Fiscal (Lei Complementar nº 1.942/2015), para tanto, apresenta a documentação anexa.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Requerente
(assinatura com firma reconhecida em tabelionato de notas)

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE GAROPABA, SE OBRIGA _____ (Nome do Proprietário e/ou Responsável).

Razão Social:
Endereço:
CNPJ/CPF:
Email:
Telefone:

Representante Legal:
Endereço:
CNPJ/CPF:
Email:
Telefone:

Responsabilizo-me perante a Prefeitura Municipal de Garopaba, aqui representada pelo Secretário Municipal de Fazenda, de que a requerente enquadra-se na hipótese da Lei Complementar nº 1.942, de 17 de dezembro de 2015, portanto, elege como domicílio fiscal/tributário o endereço sito na Rua _____, nº _____, bairro _____, Garopaba/SC, CEP _____ (artigo 2º, da LCM nº 1.942/2015).
Declaro, ainda, estar ciente de que sou responsável civil, penal e

administrativamente pela veracidade das informações prestadas ao Município e perante terceiros.

Garopaba, __ de _____ de _____

Assinatura do representante legal
(assinatura com firma reconhecida em tabelionato de notas)

ANEXO III

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
SECRETARIA DE FAZENDA

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE NÃO ESTABELECIDO

Concedido a:	CNPJ:
RAZÃO SOCIAL	CNPJ
Endereço do contato:	Bairro:
Endereço	Bairro
Município:	
Município	

Atividades:
Atividades

Inscrição Municipal		Data de Início

O presente Cartão de Inscrição de Contribuinte não Estabelecido é emitido em conformidade com a Lei Complementar nº 1.942, de 17 de dezembro de 2015, com o Código de Posturas Municipal e Código Tributário do Município de Garopaba.

Validade:

Secretário de Fazenda

Emissão

ANEXO IV

ATIVIDADES QUE PODERÃO ADERIR AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL

CNAE	ATIVIDADES
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
3313-9/01	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos

3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
3314-7/07	Manutenção e recuperação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas
3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificado anteriormente
3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramentas
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico
3316-3/02	Manutenção e aeronaves na pista
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais
3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material
4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas

4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
4322-3/03	Instalações de sistemas de prevenção contra incêndio
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção
4391-6/00	Obras de fundações
4399-1/01	Administração de obras
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399-1/03	Obras de alvenaria
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação de veículos automotores
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes de comércio de peças acessórios novos e usados para veículos automotores
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis vestuário, calçados e artigos de viagem

4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente
4923-0/01	Serviço de táxi
5250-8/01	Comissária de despachos
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo
5250-8/04	Organização logística do transporte de carga
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional
5320-2/02	Serviços de entrega rápida
5811-5/00	Edição de livros
5812-3/00	Edição de jornais
5813-1/00	Edição de revistas
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade
5912-0/01	Serviços de dublagem
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-costumizáveis
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis
6911-7/01	Serviços advocatícios

6920-6/01	Atividades de contabilidade
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária
7111-1/00	Serviços de arquitetura
7212-0/00	Serviços de engenharia
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia
7119-7/02	Atividades de estudos geólogos
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições
7319-0/02	Promoção de vendas
7319-0/03	Marketing direto
7319-0/04	Consultoria em publicidade
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública
7410-2/01	Design
7410-2/02	Decoração de interiores
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares
7490-1/02	Escafandria e mergulho
7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliárias
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
7500-1/00	Veterinário
7912-1/00	Operadores turísticos
7911-2/00	Agências de viagens
8030-7/00	Atividades de investigação particular
8130-3/00	Jardineiro
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

8291-1/00	Cobrador
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água
8299-7/04	Leiloeiros independentes
8591-1/00	Ensino de esportes
8592-9/01	Ensino de dança
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança
8592-9/03	Ensino de música
8593-7/00	Ensino de idiomas
8599-9/03	Treinamento de informática
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8650-0/01	Atividades de enfermagem
8650-0/01	Atividades de profissionais da nutrição
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise
8650-0/04	Atividades de fisioterapia
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento
9001-9/01	Produção teatral
9001-9/02	Produção musical
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores
9002-7/02	Restauração de obras de arte
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
9529-1/02	Chaveiros
9603-3/03	Serviços de sepultamento
9603-3/04	Serviços de funerárias
6463-8/00	Outras Sociedades de Participação, exceto holdings
6810-2/01	Compra e Venda de Imóveis Próprios

6810-2/02	Aluguel de Imóveis Próprios
6810-2/03	Loteamento de Imóveis Próprios
6190-6/01	Provedores de Acesso às Redes de Comunicações
6190-6/02	Provedores de Voz sobre Protocolo de Internet - Voip Voz sobre IP - Voip; Serviço de Rede Especializado para provimento de serviços de comunicação em voz, dados e imagens; Serviço de Estabelecimento de Redes de Telecomunicações.
6190-6/99	Suporte a PABX; Serviço de circuito especializado fixo para suporte à interligação de redes e PABX.
6311-9/00	Transcrição de dados para processamento, tratamento de dados para processamento
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não financeiros;
7311-4/00	Agência de Publicidade

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 113/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 113/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIANA ZILLI VALNIER

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 114/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 114/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA FARIAS

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 115/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 115/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GISLEI APARECIDA DA CUNHA CAMPOS

Objetivo: MERENDEIRA

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 116/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 116/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADIRLEIA SOUSA DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS

Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze

centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 117/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 117/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MALVINA SOARES ESTÁCIO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 118/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 118/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNA DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e treze centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 119/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 119/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIA PIRES BENTO LOBO

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e treze centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 120/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 120/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA MARIA VON HOONHOLTZ

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 121/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 121/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ETIELLE PACHECO DE SOUZA

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito

centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 122/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 122/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: KIRLEY LISBOA

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 123/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 123/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SANTA LAURA MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 124/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 124/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PATRICIA DE TOLEDO RAMOS

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 125/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 125/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: WILLIAM VARGAS PAES

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 126/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 126/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 127/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 127/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DANIEL MARCELINO RABELLO

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 128/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 128/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELA MARIA ZANELATO

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 129/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 129/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MONIQUE DE SOUZA SANTOS

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 130/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 130/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CARMINA AMORIM

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 131/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 131/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ZULMAR LOPES AMORIM II

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 132/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 132/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BATISTA SANTANA

Objetivo: MOTORISTA CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 133/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 133/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 134/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 134/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TATIANE PEREIRA TEIXEIRA DA ROSA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 135/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 135/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA MADALENA PONCIANO TORRES

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 136/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 136/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSIMARIA RODRIGUES

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 137/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 137/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ITAMARA MENEGHEL DEMETRIO

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 138/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 138/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: AMARILDO RODRIGUES

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 139/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 139/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLARISSA RODRIGUES VERONESE

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 140/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 140/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA SALETE VIEIRA DE SOUZA

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 141/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 141/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSIMARI MARIA DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 142/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 142/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIDIA DI PAULA BATALHA

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES II 30 HORAS

Valor: R\$ 1.659,95 (um mil seiscentos e cinquenta e nove reais com noventa e cinco centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 143/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 143/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NEIDE CUSTODIO MACHADO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 144/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 144/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ZILMA DOS SANTOS ABREU

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 145/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 145/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADRIANA REGINA TOMÉ

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS II 30 HORAS

Valor: R\$ 1.659,95 (um mil seiscentos e cinquenta e nove reais com noventa e cinco centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 146/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 146/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROBERTO COLLING NARDON

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 147/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 147/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MERCEDES ALEXANDRINO DE AGUIAR

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 148/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 148/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA DE FÁTIMA DOMINGOS PACHECO

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 149/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 149/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA

Objetivo: MOTORISTA CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 150/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 150/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SUELEN PIENIS

Objetivo: PROFESSOR INGLÊS II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 151/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 151/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JESSICA HELENA COELHO DOS SANTOS

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 152/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 152/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MERCEDES BATISTA CARDOSO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 153/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 153/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JAQUELINE BENTA SANTANA DA SILVEIRA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 154/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 154/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BIBIANA CASULO JAQUET DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 155/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 155/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNA JOANA DAVID

Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS

Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 156/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 156/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOYCE GRAZIELE KWIATKOWSKI

Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS

Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 157/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 157/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CARULINA MEDEIROS DUARTE DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS

Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 158/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 158/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CRISTINA CANDIDO DA SILVA

Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 159/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 159/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCIA REGINA DOS ANJOS

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 160/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 160/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GISLAINE NAIR VIEIRA

Objetivo: PROFESSOR DE ARTES II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 161/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 161/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DORACI MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II 10 HORAS

Valor: R\$ 553,31 (quinhentos e cinquenta e trez reais com trinta e um centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 162/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 162/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RUY CASTRO SILVEIRA
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 163/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 163/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: IDALICIMAR MADRUGA GARCIA
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 164/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 164/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SIMONE MENEZES DIAS NASCIMENTO
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 165/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 165/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROZINEIA PACHECO MACHADO DA ROSA
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 166/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 166/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANDERSON DA SILVA
Objetivo: MOTORISTA CAMINHAO/AUTO/ONIBUS
Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 167/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 167/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SEBASTIANA DE OLIVEIRA
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 168/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 168/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROSIMERE DA SILVEIRA
Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 169/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 169/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ISABEL CRISTINA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 170/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 170/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DARLENE PIRES CUSTODIO
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 171/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 171/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ELIZANDRA CELINA DA SILVA
Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 172/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 172/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GLAUCE DE CÁSSIA TACQUES FOGAÇA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 173/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 173/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: REGINA SEBASTIÃO DIAS

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 174/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 174/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VANESSA OJEDA DA ROCHA

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 175/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 175/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROZANE DE FÁTIMA TORRES KOCH

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 176/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 176/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIZABETE PEREIRA

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 177/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 177/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CRISTINA DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 178/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 178/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELICA DE AMORIM CONSTANTE

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 179/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 179/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JUSSARA LOPES

Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS

Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 180/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 180/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANDREA JEANINE TECCHIO

Objetivo: PROFESSOR INGLÊS II 20 HORAS

Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 181/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 181/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SILVIA REGINA DE AGUIAR

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 182/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 182/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: FERNANDA ALINE MARTINS
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 183/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 183/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CHIRLEY COUTINHO DOMINGOS
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 184/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 184/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: BRUNA SOARES DE JESUS
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 185/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 185/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: TATIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 186/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 186/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NATHALIA DE OLIVEIRA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR INGLÊS II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 187/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 187/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: NATHALIA DE OLIVEIRA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 188/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 188/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SIMONE ROGALSKY
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 189/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 189/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANDREA MARIA DO NASCIMENTO
Objetivo: PROFESSOR DE ARTES I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 190/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 190/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARILISA MENEZES
Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 191/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 191/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LUCIANA DO NASCIMENTO
Objetivo: MERENDEIRA
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 192/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 192/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MERYVONE MARIA CARDOSO
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 193/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 193/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DANIELE LINGNER OSCAR
Objetivo: MERENDEIRA
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 194/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 194/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JEAN GARCIA DOS SANTOS
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 10/02/2016 até 09/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 195/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 195/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA PAULA PRATA DE LIMA SANTOS
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 196/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 196/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ANA ALICE DA SILVA FREITAS
Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 197/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 197/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: DAIANE CLEIDE MARCELINO MARTINS
Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 198/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 198/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SHEILA RUSCHEL
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 199/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 199/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SONIA REGINA DE SOUZA GONÇALVES
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 200/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 200/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: TATIANA INÁCIO MARTINS
Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 201/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 201/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ADRIANA TEIXEIRA FRAGA
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e três centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 202/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 202/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: BRUNO SARAIVA LOPES
Objetivo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA II 20 HORAS
Valor: R\$ 1.106,63 (um mil cento e seis reais com sessenta e trez centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 203/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 203/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROSINETE CARDOSO
Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS
Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 204/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 204/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ALINE DENISE FERREIRA
Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 205/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 205/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: VANESSA SOUZA
Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS
Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 206/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 206/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JOÃO BATISTA DE SOUZA DIAS
Objetivo: MOTORISTA CAMINHAO/AUTO/ONIBUS
Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 207/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 207/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIA LAURA MARTINS
Objetivo: SERVENTE
Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais
Vigência: De 15/02/2016 até 14/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 208/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 208/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: CLAUDIO GONÇALVES SEBASTIÃO
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO
Valor: R\$ 927,64 (novecentos e vinte sete reais e sessenta e quatro centavos) mensais
Vigência: De 16/02/2016 até 15/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 209/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 209/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RAIANA KOSAREVITZ
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 17/02/2016 até 16/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 210/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 210/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ROSIANA RODRIGUES CARDOSO
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 17/02/2016 até 16/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 211/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 211/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: SANDRA REGINA SILVEIRA
Objetivo: PROFESSOR I 20 HORAS
Valor: R\$ 1.064,06 (um mil e sessenta e quatro reais com seis centavos) mensais
Vigência: De 17/02/2016 até 16/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 212/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 212/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DÉBORA PIRES CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR I 40 HORAS

Valor: R\$ 2.128,14 (dois mil cento e vinte oito com quatorze centavos) mensais

Vigência: De 17/02/2016 até 16/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 213/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 213/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ÉRICO ZANINI FEITOSA

Objetivo: MOTORISTA CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 18/02/2016 até 17/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 214/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 214/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DARLLON ALDEIR PAEZ

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 2.213,28 (dois mil, duzentos e treze reais com vinte e oito centavos) mensais

Vigência: De 22/02/2016 até 21/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 215/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 215/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VOLNEI DE SOUZA

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 22/02/2016 até 21/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 216/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 216/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LIZANDRA CHANE

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 1.984,77 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais com setenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 22/02/2016 até 21/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 217/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 217/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEILA ANDERSSON WESTPHALEN DE GODOY

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 12.557,49 (doze mil quinhentos e cinquenta e sete reais com quarenta e nove centavos) mensais

Vigência: De 25/02/2016 até 24/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 07 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 07 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei nº 1030 de 10 de abril de 2006, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, o Senhor LUCAS SANTANA FURTADO, brasileiro, solteiro, CPF 086.655.769-59, RG 6.079.792 SSP/SC, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, conforme Lei Municipal Nº 1.030 de 10 de abril 2006, Quadro II – Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 01/03/2016.

Parágrafo Único – O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.030 de 10 de abril 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de março de 2016.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

PORTARIA Nº 08 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 08 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal nº 1000/2005, ao Servidor Ronaldo Amaral Gonçalves, Matrícula Funcional nº 113, referente a 2014/2015, no período de 01/03/2016 à 31/03/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de janeiro de 2016.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 15/2016

DECRETO N°. 015 de 01 de março de 2016

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Vanessa Mariling Backes Nagel, para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora VANESSA MARILING BACKES NAGEL, portadora de CPF nº 799.896.329-87, para cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde - CC1, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 01 de março de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N° 07/2016

RESOLUÇÃO N° 7/2016

Dispõe sobre a nomeação de João Marco Silva Paese.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar 86/2015, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado João Marco Silva Paese para o cargo comissionado de Assessor Legislativo e Administrativo, constante no art. 13 da Lei Complementar 86/2015.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será o constante na Lei Complementar 86/2015, art. 13.

Art. 3º - O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 86/2015 e 01/98 (Estatuto dos Servidores Públicos) e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 01 de março de 2016.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO

DATA: 01/03/2016.

LICITAÇÃO: Credenciamento nº 01/2016

OBJETO: Credenciamento de restaurantes para, de acordo com os termos deste Edital, prestação do serviço de fornecimento de refeições no evento: "II FESTIVAL GASTRONÔMICO DA TILÁPIA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC".

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC, através de seu Diretor Presidente, torna público o resultado do Credenciamento nº 01/2016, que tem por objeto o Credenciamento de restaurantes para, de acordo com os termos do Edital, prestação do serviço de fornecimento de refeições no evento: "II FESTIVAL GASTRONÔMICO DA TILÁPIA DO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC".

Aatenderam ao chamamento público as empresas:

AGROPECUÁRIA LAURO SCHMITT LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 03.956.701/0001-97, estabelecida na Rua Bonifácio Haendchen, nº 5.309, bairro Belchior Alto, Gaspar/SC;

IRMÃOS BERTOLDI RESTAURANTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.370.316/0001-14, estabelecida na Rua José Rampelotti, nº 2.500, bairro Gasparinho, Gaspar/SC;

RESTAURANTE PESQUE PAGUE FERNANDÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.599.428/0001-03, estabelecida na Rua Alberto Theiss, nº 565, bairro Figueira, Gaspar/SC;

Todas as empresas foram consideradas habilitadas.

Ficam então convocadas as empresas supracitadas para comparecerem ao Departamento de Copras do Município de Gaspar, para firmarem o termo de responsabilidade, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2016.

O presente Termo de Convocação será publicado por três dias consecutivos nos termos do Edital de Credenciamento.

Gaspar, 01 de março de 2016.

Marcelo Fontes Schramm

Diretor Presidente da FME

SAMAE - GASPAR**AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016**

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de ar condicionado tipo split para uso e instalação na Futura Sede do SAMAE., que foi efetivada alteração.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante foi alterado para entrega até às 08:45 horas do dia 17/03/2016

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 17/03/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 01 de março de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

PORTARIA N. 33 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 33, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor SERLAU ANTUNES, matrícula nº. 270, ocupante do cargo de motorista.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com o artigo 173 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno datado de 17 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo disciplinar para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 16 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que o servidor efetivo Serlau Antunes - nomeado através da Portaria nº. 91, de 31 de agosto de 2011 -, vem chegando muitos dias atrasados, atrapalhando os serviços externos da equipe, além do que, já foi orientado e continua chegando atrasado no local de trabalho.

Art. 2º. A procedimento administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de

60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 34 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 34, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar a autoria dos danos causados em um edredom, de propriedade de SEBASTIÃO MITTERSTEINER.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Requerimento subscrito por SEBASTIÃO MITTERSTEINER,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no corpo do Requerimento subscrito por SEBASTIÃO MITTERSTEINER e no Memorando Interno datado de 05 de fevereiro de 2016, subscrito por Aldo Avosani, ocupante do cargo de Assessor Administrativo.

Pela leitura daquele requerimento, extrai-se que no dia 25 de janeiro de 2015 ocorreu falta de água sem aviso prévio e, quando a água voltou, ela estava contaminada, ocasionando a perda de um edredom marca Queen Size, de cor branca, antialérgico e com tecido de poliéster - que estava na máquina de lavar, quando a água voltou suja.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 35 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 35, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade dos servidores VANILDO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 277, ocupante do cargo de Encarregado de Veículos e DÁRIO SANSÃO, matrícula nº. 102, ocupante do cargo de Encanador.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com o artigo 173 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno datado de 17 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo disciplinar para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de 17 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor de Faturamento José Lana.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que os servidores Vanildo de Oliveira e Dário Sansão não cumpriram as ordens de serviços de corte do fornecimento de água expedidos pelo setor competente.

Art. 2º. A procedimento administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 36 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 36, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor ROBERTO DE SOUZA, matrícula nº. 328, ocupante do cargo de Encanador.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com o artigo 173 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno datado de 16 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo disciplinar para apurar as informações descritas no Memorando Interno datado de

16 de fevereiro de 2016, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo. Pela leitura daquele memorando, extrai-se que o servidor Roberto de Souza vem apresentando muitas faltas no decorrer do ano e isso vem ocorrendo há muito tempo.

Art. 2º. A procedimento administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N.14 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 14, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar a autoria dos danos causados no veículo FIAT UNO placas nº. QHR 1036, RENAVAL nº. 1063228490, de propriedade do SAMAE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Requerimento datado de 29 de janeiro de 2016, subscrito pelo Assessor Administrativo Aldo Avosani,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no corpo do Requerimento datado de 29 de janeiro de 2016, subscrito pelo Assessor Administrativo Aldo Avosani.

Pela leitura daquele requerimento, extrai-se que o servidor Cristiano Poleza, ao colocar o veículo em referência na rampa para lavagem, constatou que o mesmo apresentava danos em sua lataria. Após constatação, foi confeccionado o Relatório de Ocorrência de nº. 002/2016, datado de 27 de janeiro de 2016, com foto.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria,

podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – MAJOMA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, GESTÃO E PROJETOS AMBIENTAIS.

DO OBJETO – ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL- ECA, PARA ATENDER EXIGÊNCIA LEGAL, NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE, DO LOTEAMENTO PALMAS DO ARVOREDO, NA LOCALIDADE DE PALMAS.

VALOR TOTAL R\$ = 74.560,00 (Setenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência deste Contrato será até o adimplemento total das obrigações pactuadas.

DOTAÇÃO – (8) 33.90.00.00.00.00

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 001/2016

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 031/2016, de 15/02/2016, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 14/03/2016, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 – km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 002/2016-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL .

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br
Objeto da licitação

AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS, PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.

Governador Celso ramos, 02 de Março de 2016.

AILSON JADIR PORTO

PREGOEIRO DO SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N01-2016 (FAEPSUL)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 01/2016, DATADO DE 04 DE JANEIRO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL, VISANDO À EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS EXISTENTE JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL.

Aos 28 dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPSUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.354.241/0001-27, situada na Av. José Acácio Moreira, nº 787, Bairro Dehon, CEP 88.704-900, Tubarão/SC, neste ato, representada por seu Diretor Presidente, Prof. Tarcisio dos Santos Junior, considerando a necessidade de elaboração do edital 05/2016, do concurso Público, para preencher cargo de Professor Pedagogo, conforme consta orçamento em anexo partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, do Contrato n. 01/2016, datado de 04 de janeiro de 2016, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA IV – DO PREÇO

O valor do contrato passa de R\$ 55.278,94 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), para R\$ 64.512,79 (sessenta e quatro mil, quinhentos e doze reais e setenta e nove centavos), tendo em vista a elaboração do Edital 05/2016, do concurso Público 01/2016, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, para preenchimento do cargo de Professor Pedagogo."

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI	PROF. TARCISIO DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal	Diretor Presidente da Contratada

TESTEMUNHAS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2015 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

SÉTIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 20/2015, DATADO DE 22 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos,s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000102942, 000039634, 000102941, 000101302, 000102943, 000039630, da empresa Rai- zem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 1,1% o preço do litro do óleo diesel S10, em 2,7 %, o preço do óleo Diesel, e em 0,941% o preço da Gasolina, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 20/2015, datado de 22 de janeiro de 2015, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 3,12 para R\$ 3,15 [...].", o valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 3,05 para R\$ 3,13[...] e o valor do litro da gasolina passa de R\$ 3,83 para R\$ 3,86 [...]."

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 07 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI	DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 41-2012 (VALDAIR)

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 41/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e VALDAIR FRANÇA CLAUDINO ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Morro São João, s/n, na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.683.586/0001-90, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Proprietário, Senhor VALDAIR FRANÇA CLAUDINO, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 506.939.569-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 41/2012, no que diz respeito à alteração do valor contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme previsão contratual expressa na Cláusula III do Contrato n. 41/2012,

O valor do contrato 41/2012 de 1º/03/2012 passa de R\$ 8.205,00 (oito mil, duzentos e cinco reais) para R\$ 10.429,94 (dez mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos), conforme parecer jurídico em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes deste reajuste correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município de Grão-Pará 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

Conforme previsão contratual expressa na Cláusula V do Contrato n. 41/2012, fica vigência contratual estabelecida até a data da licitação e novo contrato.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI	VALDAIR FRANÇA CLAUDINO
Prefeito Municipal	Proprietário da Contratada

TESTEMUNHAS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2015 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

OITAVO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 20/2015, DATADO DE 22 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão

governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000039712, 000040460, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 1,50% o preço da Gasolina, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 20/2015, datado de 22 de janeiro de 2015, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro da gasolina passa de R\$ 3,86 para R\$ 3,92 [...]". "

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 29 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI	DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 30-2012 (VALDAIR)

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 30/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e VALDAIR FRANÇA CLAUDINO ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Morro São João, s/n, na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.683.586/0001-90, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Proprietário, Senhor VALDAIR FRANÇA CLAUDINO, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 506.939.569-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 30/2012, no que diz respeito à alteração do valor contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme previsão contratual expressa na Cláusula II do Contrato n. 30/2012,

O valor do contrato 30/2012 de 13/02/2012 passa de R\$ 61,77 (sessenta e um reais e setenta e sete centavos) para R\$ 68,36 (sessenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme parecer jurídico em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes deste reajuste correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município de Grão-Pará 2016.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI	VALDAIR FRANÇA CLAUDINO
Prefeito Municipal	Proprietário da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 26-2016 AIRTO NANDI

CONTRATO N. 26/2016

(de 18 de fevereiro de 2016)

Vigência: De 18 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 ou enquanto perdurar o ano letivo, podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$ 51.500,00 (Cinquenta e um mil e quinhentos reais).

Origem: Pregão Presencial n. 08/2016.

O Município de Grão-Pará/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor AIRTO NANDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Estrada Geral Aiurê, Distrito de Aiurê, Município de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ sob n. 415.765.199-53 e portador da Carteira de Identidade n. 1.181.361, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 20/2016, Pregão Presencial n. 08/2016, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – É objeto do presente Contrato, cuja origem foi a Licitação Modalidade Pregão Presencial n. 08/2016, a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ NA LINHA 6, conforme roteiro, quilometragem e valor por quilometro rodado adiante descritos.

(LINHA 6: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE NO MÍNIMO 9 PASSAGEIROS, PERFAZENDO A LINHA 6 – Saída Matutino-Saída do Aiurê, passando por Ernesto Américo, retornando até a SC-370, indo a Ilha Grande até a propriedade de Jailson Meurer, retornando a SC-370 indo a propriedade de Edinaldo Ascari, após a propriedade de Edinaldo Kuhnen, retornando à SC-370 até Aiurê.-Retorno Matutino, e Saída Vespertino -Saída de Aiurê, passando na propriedade de Ernesto Américo, retornando à SC-370, indo a propriedade de Ademir Sipinski, retorna a SC-370, indo a Ilha Grande até a propriedade de Jailson Meurer, após a propriedade de Ademir Kuhnen, após a propriedade de Salésio Pazeto, retornando à SC-370 indo a propriedade de Edinaldo Ascari, após a propriedade de Edinaldo Kuhnen, retornando a SC-370 até Aiurê. Retorno Vespertino - Saída do Aiurê, até a propriedade de Ademir Sipinski, retorna a SC-370, indo a Ilha Grande até a propriedade de José da Silva, retornando a SC-370, indo até Capivaras do Meio até a propriedade de Salésio Pazeto, retornando a SC-370 até Aiurê. Total da linha 103 km, Valor máximo por km rodado R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos)

Parágrafo Único – O presente instrumento contratual e, assim, todas as suas disposições vinculam as partes, nos termos do ato convocatório e anexos, propostas e demais atos da licitação que lhe deu origem, sendo aqueles, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O regime jurídico do presente Contrato é o da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e todas as suas alterações vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – Além da prestação de serviço de transporte municipal, deverão os transportadores submeterem-se às determinações de horários e à fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Linha 6 será desenvolvida com um veículo VW KOMBI de placas MCS 0484.

Parágrafo Único – O itinerários da Linha 6, bem como os horários de realização do transporte, por interesse público, poderão sofrer

mudanças no momento que o CONTRATANTE decidir, mediante comunicação à CONTRATADA que deverá implementar as novas determinações, conforme as orientações recebidas, garantidos os acréscimos remuneratórios decorrentes de acréscimos de percursos e as respectivas diminuições.

CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 2,50(Dois reais e cinquenta centavos) por quilômetro rodado na Linha 6, totalizando R\$ 51.500,00(Cinquenta e um mil e quinhentos reais), considerados 200 (Duzentos) dias letivos.

Parágrafo Primeiro – Não será concedido reajustamento de preços durante a vigência do presente Contrato, exceto se Lei Federal assim determinar, hipótese em que os reajustes serão concedidos de acordo com a norma legal.

Parágrafo Segundo – Eventuais termos aditivos de contrato por conta de aumento de quilometragem deverão ser submetidos ao cálculo de novas planilhas de custo.

CLÁUSULA QUINTA – A recomposição de preços, visando ao equilíbrio econômico-financeiro, para prestação dos serviços ora contratados, dar-se-á, de acordo com o Artigo 65, inciso II, letra d, da Lei Federal n. 8.666/93, e alterações posteriores, mediante solicitação por escrito da CONTRATADA e apresentação de informações (Planilhas de Custos), que serão analisadas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – O pagamento dos serviços será mensal, mediante a entrega da nota fiscal relativa ao mês do serviço, para pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro – Por ocasião dos pagamentos, o CONTRATANTE poderá efetuar o desconto dos valores de multas aplicadas à CONTRATADA, em função de inadimplência na execução do contrato e outras despesas.

Parágrafo Segundo – Serão processadas as retenções a título de contribuição previdenciária, conforme Instrução Normativa MPS/ SRP n. 03, de 14 de julho de 2005, ou outras que virem a regular a matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir o trajeto e itinerário fixado pelo CONTRATANTE;
- b) Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- c) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;
- d) Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- e) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- f) Alterar os itinerários e os horários, a pedido da administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no presente Edital, quando se relacionar a atividades extra-curriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;
- g) Submeter o veículo à vistoria técnica quando solicitado pela Comissão Fiscalizadora em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;
- h) Manter o veículo de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;
- i) Manter o veículo sempre limpo;
- j) Manter o veículo em condições ideais de segurança;
- l) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- m) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso ao veículo destinado à prestação dos serviços;

n) Manter atualizada a documentação exigida no Edital, relativa ao veículo, junto à Comissão de Licitações.

Parágrafo Único – O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar a apresentação dos discos do tacógrafo do veículo utilizado no transporte escolar objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – A presente contratação terá vigência a partir de 18 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 ou até quando perdurar o ano letivo, podendo ser prorrogada a vigência deste Contrato até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Único – O CONTRATANTE, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá rescindir o contrato, na hipótese de assumir diretamente o transporte, com veículo próprio ou na concessão de linha municipal para terceiros.

CLÁUSULA NONA – É vedada a sub-contratação, com exceção ao previsto no parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo Único – Será permitida a locação de veículos de terceiros para atender a necessidades decorrentes de urgências ou emergências que tornem o veículo utilizado para o transporte inoperante, sob a responsabilidade da CONTRATADA, observadas as condições exigidas neste Contrato quanto ao veículo e outras.

CLÁUSULA DÉCIMA – A CONTRATADA é responsável por todo o passageiro que transporta, bem como as verbas decorrentes de possíveis acidentes de trânsito ou outras que possam ocorrer na constância do transporte independente do título: lucros cessantes, perdas e danos, danos morais, estéticos, indenizações de qualquer ordem, entre outras, e, pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do inciso 1º, do art. 71, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Independentemente das sanções penais cabíveis, da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do art. 87, da lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos equipamentos contratados;
- c) Multa moratória de 0,33% ao dia em relação ao atraso na execução do contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Parágrafo Primeiro – A aplicação das sanções dos itens “d” ou “e” ou ambas importam em rescisão automática e obrigatória deste contrato.

Parágrafo Segundo – As multas aplicadas na forma do item “b” e “c” deverão ser recolhidas à Fazenda Municipal, até a data do primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, após a aplicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os recursos necessários para atender as despesas advindas da contratação com base neste Pregão Presencial correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/ Atividade 2.016 – Manutenção do Transporte Escolar
06.01.2.017.3.3.90.39.26.00.00.00.0058 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 95).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE exercerá fiscalização dos serviços, durante toda a fase de execução contratual, através da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Parágrafo Único – Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará auto de Constatação de Irregularidade e notificará a CONTRATADA sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A comunicação entre as partes, quando necessária, será efetuada por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Para dirimir as dúvidas e controvérsias emergentes deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

E, por considerarem o presente instrumento de contrato conforme, subscrevem-no na presença e juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor.

Grão-Pará/ SC, 18 de fevereiro de 2016.
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

AIRTO NANDI
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CONTRATO N 27-2016MERENDA (LIDER)

CONTRATO N. 27/2016
(de 18 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ROBSON INACIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n. 087.624.369-375, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 18/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 07/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 358.435,30 (Trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (Cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 18 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
V. Emitir a nota fiscal, de acordo com a entidade que solicitou a mercadoria

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

02.01.2.002.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:2);
03.01.2.003.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:6);
04.03.2.009.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:34);
05.01.2.011.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:44);
06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 59);
06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0109 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 63);
06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 64);
06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 71);
06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 72);
06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 75);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 82);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 81);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 82);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0111 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 85);
06.01.2.022.3.3.90.30.07.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 110);
06.01.2.022.3.3.90.30.07.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 112);
06.01.2.023.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 115);
07.01.2.027.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 130);
15.01.2.030.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 159);

15.02.2.010.3.3.90.30.07.00.00.00.0203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 166);

15.02.2.010.3.3.90.30.07.00.00.00.0205 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 167);

15.02.2.031.3.3.90.30.07.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 173);

15.02.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 177);

15.02.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0205 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 178);

15.02.2.044.3.3.90.30.07.00.00.00.0203 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 181);

14.02.2.034.3.3.90.30.07.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.02.2.034.3.3.90.30.07.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 18/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 07/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 18 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

ROBSON INACIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CLAYTON BIANCO

OAB/SC 15.174

Assessor Jurídico

CONTRATO N 28-2016 CESTA BÁSICA (LIDER)

CONTRATO N. 28/2016

(de 19 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ROBSON INACIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n. 087.624.369-375, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO PARÁ, de acordo com os produtos, quantidades, marcas e preços unitários homologados, constantes da planilha abaixo.

ITENS	PRODUTOS	UNIDADES	QTDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ARROZ AMARELO 5KG	PACOTE	1		R\$ 12,95	R\$ 12,95
2	FEIJÃO PRETO 1KG	KG	1		R\$ 5,95	R\$ 5,95
3	FARINHA DE MANDIOCA 1KG	KG	1		R\$ 3,95	R\$ 3,95
4	FARINHA DE TRIGO KG	KG	2		R\$ 3,45	R\$ 6,90
5	LEITE INTEGRAL	LTS	4		R\$ 2,82	R\$ 11,28
6	AÇÚCAR 5KG	PACOTE	1		R\$ 15,40	R\$ 15,40
7	ÓLEO COZINHA 900GR 1 LATA	LTS	1		R\$ 3,95	R\$ 3,95
8	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO 200GR	PACOTE	1		R\$ 12,85	R\$ 12,85
9	BOLACHA MISTA 800GR	PACOTE	1		R\$ 9,45	R\$ 9,45
10	MACARRÃO 1KG	PACOTE	1		R\$ 7,55	R\$ 7,55
11	SAL 1KG	KG	1		R\$ 1,25	R\$ 1,25
12	CARNE SEGUNDA (BOI)	KG	2		R\$ 17,23	R\$ 34,52
TOTAL GERAL POR CESTA BÁSICA						R\$ 126,00

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 24/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 09/2016-PR, de 1º de fevereiro de 2016, no valor total de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

As cestas básicas deverão ser Montadas e entregue nas Residências dos Municípes, de acordo com o solicitado pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma, sendo que os produtos das cestas, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizadas pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 19 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes as cestas básicas adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega das cestas básicas licitados.

III. Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente às cestas básicas entregues.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer as cestas básicas sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque das cestas básicas, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer as cestas básicas fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- V. Realizar a entrega das cestas Montadas nas Residências dos Municípes, de acordo com o solicitado pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, até 31 de dezembro de 2016. Sendo que os produtos das Cestas, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

- 15.01.2.032.3.3.90.32.01.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código reduzido: 183);
15.01.2.044.3.3.90.32.01.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código reduzido: 181);
15.01.2.047.3.3.90.32.01.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código reduzido: 186).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 24/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 09/2016-PR, de 1º de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer as cestas básicas em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará, 19 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ROBSON INACIO DA SILVA
Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

ANEXO IV

MODELO PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ/SC

LICITAÇÃO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

NOME:

CNPJ:

ENDEREÇO:

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ, conforme especificação detalhada:

Total Geral por Extensão: (.....).

ITENS	PRODUTOS	UNIDADES	QTD	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ARROZ AMARELO 5KG	PACOTE	1		R\$ _____	R\$ _____
2	FEIJÃO PRETO 1KG	KG	1		R\$ _____	R\$ _____
3	FARINHA DE MANDIOCA 1KG	KG	1		R\$ _____	R\$ _____
4	FARINHA DE TRIGO KG	KG	2		R\$ _____	R\$ _____
5	LEITE INTEGRAL	LTS	4		R\$ _____	R\$ _____
6	AÇÚCAR 5KG	PACOTE	1		R\$ _____	R\$ _____
7	ÓLEO COZINHA 900GR 1 LATA	LTS	1		R\$ _____	R\$ _____
8	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO 200GR	PACOTE	1		R\$ _____	R\$ _____
9	BOLACHA MISTA 800GR	PACOTE	1		R\$ _____	R\$ _____
10	MACARRÃO 1KG	PACOTE	1		R\$ _____	R\$ _____
11	SAL 1KG	KG	1		R\$ _____	R\$ _____
12	CARNE SEGUNDA (BOI)	KG	2		R\$ _____	R\$ _____
TOTAL GERAL POR CESTA BÁSICA						R\$ _____

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

- Declaramos que nos preços propostos compreendem todos os produtos necessários na cesta básica;

- Declaramos que os produtos serão entregues de acordo com o estabelecido no Edital, responsabilizando-se pela completa realização e respeitando o estabelecido.

Grão-Pará/SC dede 2016.

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

CONTRATO N 29-2016 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONTRATO N. 29/2016

(de 19 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ELETRO-JO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, empresa estabelecida na Praça Coronel Collaço, 1525, Bairro Centro, Braço do Norte, CEP 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 85.383.743/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor Fabiano Schmitz Claudio, Brasileiro, divorciado, comprador, inscrito no CPF nº 023.719.929-76, RG nº 3.268.888, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 25/2016- Edital de Pregão Presencial n. 10/2016-PR, de 1º de fevereiro de 2016, no valor total de R\$ 31.594,39 (Trinta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos). Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 19 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- v. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016, Processo de Licitação nº 25/2016.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.: 03.03.2.008.3.3.90.30.26.00.00.00.0017 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 30).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 25/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 10/2016-PR, de 1º de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará, 19 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI Fabiano Schmitz Claudio
Prefeito Municipal Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 14

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e 2015, estando em atraso os pagamentos, conforme disposto na Cláusula contratual, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Restos a Pagar de 2014: 0342.

Restos a Pagar de 2015: 0536, 0551, 0554, 0571, 0573, 0576, 0580, 0581 e 0613.

Valor: R\$ 11.880,90

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 15

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que JM Equipamentos Ltda forneceu peças para manutenção da pá carregadeira da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: JM EQUIPAMENTOS LTDA

Empenho: 681/16

Valor: R\$ 1.146,35

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 16

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Molas Autobarão Ltda forneceu peças para manutenção do caminhão, de placas MKS 2173, da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MOLAS AUTOBARÃO LTDA

Empenho: 682/16

Valor: R\$ 498,30

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 1º de março de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**CONTRATO N 01-2016 APAE**

Contrato nº. 01/2016

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, e, de outro lado, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Grão-Pará, inscrita no CNPJ n. 95.781.076/0001-08, Estabelecida na Rua Vereador Valentim Bússolo, 152, Centro Grão-Pará/SC, Cep 88.890-000, de ora em diante simplesmente denominada de CONTRATADA, nos termos do Edital de Chamada Pública n. 01/2015, acordam a prestação de serviços nos termos previstos nas seguintes cláusulas:

1. A CONTRATADA prestará ao CONTRATANTE, quando solicitado, serviço (s), de Fisioterapeuta Geral, Assistente Social, Psicólogo Clínico, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, Médico Neurologista, de acordo com o Edital de Chamada Pública n. 01/2015, conforme descrição e preços abaixo

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS				
PROCEDIMENTO/mês	VALOR UNITÁRIO PROCEDIMENTO	VALOR MENSAL	MESES	VALOR ANUAL
576	15,26	R\$ 8.789,76	12	R\$ 105.477,12
VALOR TOTAL				R\$ 105.477,12

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato.

Parágrafo Único - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Anexo I, parte integrante deste Contrato, com base na Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Ambulatorial e Plano Diretor de Regionalização – PDR, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Grão-pará, com Alvará de Licença para Localização e Funcionamento sob nº. 03/2016 , expedido pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará e Alvará Sanitário sob nº. 30/2015, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do(a) Odinéia Galvani Pickler Della Giustina, registrada no Conselho Regional sob nº. 176/36.

§ 1º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável técnico pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral, que poderá ou não aceitá-lo.

§ 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES;

§ 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais:

§ 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo:
I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou;

II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado.

§ 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

§ 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

I - É vedada a cobrança por serviços médicos ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II - A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 6º - A CONTRATADA poderá manter Contrato ou outro instrumento jurídico congênere com o Gestor Municipal, para a prestação de outros serviços não previstos neste Contrato, ou para repasse de recursos complementares ora definidos, assim, a assinatura do presente Contrato

não prejudicará a validade dos Contratos eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

§ 7º - A assinatura do presente Contrato não prejudicará a vigência e validade dos instrumentos jurídicos eventualmente firmados entre os municípios e a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

- § 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência.
- § 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento;
- § 3º - Colocar a disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no anexo I, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual;
- § 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS;
- § 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- § 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;
- § 7º - Garantir o encaminhamento aos Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapia necessários ao tratamento que está sendo ofertado ao paciente, no limite dos serviços contidos no CNES;
- § 8º - Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".
- § 9º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;
- § 10 - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;
- § 11 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;
- § 12 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- § 13 - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local de saúde;
- § 14 - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS;
- § 15 - Garantir o acesso do Conselho de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização;
- § 16 - Cumprir os critérios e as atribuições definidos no Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga:

- § 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Clausula Sétima e em conformidade com a PPI da Assistência.
- § 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS.
- § 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Clausula Sétima.
- § 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - Os despesas decorrentes da presente contratação que forem executados no exercício de 2016 estão previstos no Plano Plurianual, Lei nº 1934/2013, de 23 de novembro de 2013, que "Dispõe sobre PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ", que estabelece em seu anexo I, Programas de Governo e serão efetuados à conta da dotação orçamentária estabelecida para o exercício fiscal de 2016.

Parágrafo Único - Após a aprovação do orçamento do exercício de 2016, a CONTRATANTE responsabilizar-se-á pela realização da reserva orçamentária necessária para fazer frente às despesas a serem executadas naquele, com a correspondente indicação da dotação orçamentária (crédito pelo qual correrão as despesas).

§ 2º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e

concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016, 14.02.2039.33.90.39.50.00.00.00.00.0065 (Código Reduzido: 42)

Para o exercício subsequentes, os quais serão aditados ao presente Termo.

CLÁUSULA NONA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

§ 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE.

§ 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

§ 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

§ 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

§ 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de Prestação de Serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE;

§ 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente do Banco do Brasil, sob nº. 23.963-1, Agência 5.400-3 de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98.

§ 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Contrato não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

§ 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688, de 2 de outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219, que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde.

§ 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato.

§ 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

§ 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.

§ 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular.

§ 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste.

§ 4º - A violação ao disposto no inciso I, do § 4º, da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde – SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

§ 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

§ 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação;

§ 4º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

§ 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos;

§ 6º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA:

§ 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

§ 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato é 31 de dezembro de 2016, tendo por termo inicial a data de XX.XX.XXXX, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

§ 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas, podendo ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93;

§ 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Grão-Pará/SC, 13 de janeiro de 2016.

amilton ascari	SALÉSIO GONÇALVES HERECK
Prefeito Municipal	Presidente da APAE Grão-Pará

Testemunhas:

CONTRATO N 02-2016 ABC FARMA

CONTRATO Nº 02/2016

(de 21 de janeiro de 2016)

.Termo de contrato de fornecimento de medicamentos com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Grão-Pará, conforme discriminado no Edital Licitatório do Fundo Municipal de Saúde, sob nº 01/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 01/2016, que fazem entre si o Município de Grão-Pará e a empresa

... ..

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMILTON ASCARI

CONTRATADO: ANESIO VOLPATO ME, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, 61, Centro, Cidade de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 85.348.514/0001-95, CEP 88.890-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada pelo Seu Proprietário, Senhor ANESIO VOLPATO ME, brasileiro, inscrita no CNPJ nº 449.419.519.72.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

1ª. O CONTRATADO fornecerá medicamentos com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Grão-Pará, relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico).

Parágrafo Único. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada, parceladamente, conforme necessidade da Unidade Básica de Saúde de Grão-Pará, até 31/12/2016. As entregas deverão ser realizadas diretamente ao Paciente, mediante a apresentação das requisições autorizativas emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 198.000,00 (Cento e noventa e oito mil reais), ficando os preços dos medicamentos sujeitos à variação da tabela referência, relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O pagamento se efetivará após a entrega dos medicamentos, reunidos em lotes mensais, apresentação das notas fiscais, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente, tendo um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, para pagamento. Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente, tendo um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os preços ofertados são variáveis, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>, ficando, porém, os preços dos medicamentos sujeitos ao desconto de 1 % (um ponto percentual), conforme Pregão Presencial nº 01/2016, do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, dispõe dos recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2016,

conforme descrição abaixo:

14.02.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);
14.05.2.041.3.3.90.00.00.00.00.00002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 52);
14.05.2.041.3.3.90.00.00.00.00.00067 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 53);
14.05.2.041.3.3.90.00.00.00.00.000160 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 54).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7ª. O inadimplemento de qualquer das partes, implicará no pagamento de multa administrativa de 10 % do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) se o CONTRATADO não seguir as normas de segurança e inspeção do Governo Federal.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9ª. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 21 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANESIO VOLPATO

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CONTRATO N 03-2016 AASSC

O CONTRATO Nº 03/2016, DE 20 DE JANEIRO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE GRÃO PARÁ ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DE APOIO À SAÚDE DE SANTA CATARINA (AASSC), NA FORMA ABAIXO:

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC, inscrito no CNPJ: 17.236.080/0001-81, representada neste ato pela sua Presidente Noemir Terezinha Santos, inscrita no CPF sob nº 538.065.659-53 com endereço empresarial na Rua Professora Maria Julia Franco, nº 501, Bairro Prainha, Florianópolis – SC, CEP: 88020-280 e PREFEITURA DE GRÃO PARÁ- SC, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, por intermédio do Exmo. Sr. Prefeito AMILTON ASCARI, com fundamento nos arts. 6º e 30, VII da Constituição Federal de 1988, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – JUSTIFICATIVAS

O presente Contrato insere-se no contexto dos Direitos Sociais, elencados na Constituição Federal de 1988, proporcionando a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde.

O Legislador Constituinte de 1988 vinculou a dignidade da pessoa humana com o direito a saúde, sendo assim pelas ópticas da CF/88, em vista da sua aguda relevância social, o Contrato em questão têm justificativa mais do que óbvias.

A Secretaria de Saúde, como uma das signatárias do Contrato, na condição de órgão integrante da Administração Pública do Município de GRÃO-PARÁ- SC, está afinada com os arts. 24, XXIV e 116 da Lei nº 8.666/93, art. 15, XV da Lei 8.080/90 não destoando da regra insculpida no art. 37, XXI, da Carta Magna de 1988, que versam, respectivamente, sobre a dispensa de licitação e o ajuste de Contrato com entidades da administração pública.

A Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, que entre outros fins, objetiva PROMOVER A PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA NA ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE (CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS, IDOSOS) E IMPLEMENTAR PROJETOS QUE CONTEMPLAM AÇÕES DE CUNHO SOCIAL, visando: a) prevenção e assistência familiar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família; b) assistência médica; c) viabilização do transporte da pessoa enferma e acompanhante; d) viabilização nos termos da lei do acesso à medicação necessária ao tratamento médico; e) educação e assistência no atendimento à saúde da mulher; f) educação, prevenção e assistência ao dependente químico na inclusão social e regaste de sua cidadania no convívio social e familiar; g) viabilização da assistência médica em oftalmologia, oncologia, cardiologia e demais especialidades; h) viabilização da assistência em odontologia, psicologia, assistência social, fisioterapia e massoterapia; i) apoio e sustentação no esporte e lazer na forma de auxiliar na promoção da saúde e socialização, através da assistência social nas comunidades de baixa renda, figurando na condição de executora, disponibilizando os seus parceiros para o trabalho proporcionado por meio de Contrato, na forma de seu estatuto.

Como instrumentos de apoio essenciais para a viabilidade do Contrato, na qualidade de intervenientes, inserem-se a Prefeitura de GRÃO-PARÁ- SC e a Secretária de Saúde, representadas por seus titulares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato de envidar esforços para

proporcionar aos cidadãos do Município de GRÃO-PARÁ- SC, ações de cunho social, visando à viabilização de assistência médica; viabilização do transporte da pessoa enferma e acompanhante no local da prestação do serviço; viabilização nos termos da lei do acesso à medicação necessária ao tratamento médico; sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família de modo que possam exercer em toda plenitude a cidadania, em face do princípio da dignidade da pessoa humana, que lhes é assegurada pela Constituição Federal de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SELEÇÃO DO PESSOAL E DA NATUREZA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) na forma do seu estatuto social promoverá a seleção do pessoal que realizará a prestação de serviços objeto deste Contrato.

Para todos os fins não haverá quaisquer vínculos de naturezas trabalhista ou previdenciária, bem como responsabilidades civis ou penais, entre a Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) e a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ- SC.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMPENSAÇÃO PELA ATIVIDADE EXERCIDA

O Município de GRÃO-PARÁ- SC, mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, retribuirá a Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC) no Valor Global de R\$ 7.956,00(sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais), dividido em 12 (doze) parcelas de 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais), mediante depósito na conta da entidade (Agência: 1808-2 – Conta Corrente: 28.908-6 - Banco do Brasil) em face do cumprimento das atividades acordadas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

A direção, coordenação e supervisão dos trabalhos serão exercidas pelos funcionários e colaboradores indicado pela AASSC.

O transporte Intermunicipal do paciente ficará a cargo do Município de GRÃO-PARÁ- SC.

CLÁUSULA SEXTA – DO APOIO E DA INTERVENIÊNCIA

A Prefeitura de GRÃO PARÁ-SC junto com sua Secretária de Saúde, representadas, neste ato, respectivamente, pelos Srs. Prefeito Municipal AMILTON ASCARI e Secretário MARCIO BORBA BLASIUS, na condição de intervenientes, aderem ao presente instrumento, somando esforços para que o Contrato atinja os seus fins.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.02.2.034.3.3.90.39.99.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Contrato, em qualquer tempo, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem quaisquer ônus, poderá ser rescindido pelas partes, mediante prévio aviso de 30 dias.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado mediante mútuo acordo pelas partes convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO – os efeitos deste contrato retroagirão a 04 de janeiro de 2016, tendo em vista que prestação de serviço não foi interrompida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC, com privilégio sobre qualquer outro que possuam ou venham possuir, para dirimir todas questões suscitadas na execução do presente Contrato.

E por se encontrarem acordadas, as partes assinam o presente Contrato em duas vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Grão-Pará, 20 de janeiro de 2016.

Prefeitura de Grão-Pará- SC	Secretaria da Saúde de Grão-Pará-SC
Prefeito Municipal AMILTON ASCARI	Secretário MARCIO BORBA BLASIU

Associação de Apoio à Saúde de Santa Catarina (AASSC)
Presidente Noemir Terezinha Santos

Testemunhas:

CONTRATO N 04-2016 FISIOTERAPIA

CONTRATO N. 04/2016
(28 de janeiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, a CLÍNICA DE FISIOTERAPIA GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Álvaro de Oliveira Souza, 299, Bairro Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 07.384.708/0001-32, neste ato, representada pelas Senhoras CARLA VOLPATO, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 044.673.579-55 e do RG 4.490.877-6, e RAINILDE COLONETTI BACK, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 463.939.439-04 e do RG 6/R-1.529.051-, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 02/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 02/2016-PR, de 11 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e

irreajustáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os serviços serão prestados, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de serviço expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 28 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos serviços prestados;
II. Emitir ordem de serviço à contratada para realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não prestar os serviços sem a devida ordem e nas especialidades solicitadas;
II. Não prestar os serviços fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
III. Atender às ordens de serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.: 14.01.2.034.3.3.90.39.50.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 02/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 02/2016-PR, de 11 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. prestar os serviços em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.
Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com

a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 28 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI CARLA VOLPATO
Prefeito Municipal Sócia Administradora da Contratada

RAINILDE COLONETTI BACK
Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 05-2016 METROMED MATERIAL MED

CONTRATO N. 05/2016
(23 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 1918, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-051, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 83.157.032/0001-22, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor FABIANO AUGUSTO FERRARI, brasileiro, representante comercial, inscrito no CNPJ n. 000.602.259-63, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

1.1 Havendo necessidade para esta Municipalidade, devido ao aumento do número de pacientes a utilizar o produto, a empresa que porventura for vencedora do item 17 do Processo de Licitação 03/2016 Pregão Presencial 03/2016, deverá disponibilizar aparelhos, conforme solicitado, sem custo algum.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 39.432,61

(Trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos)

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 23 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas

no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 23 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

FABIANO AUGUSTO FERRARI
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 06-2016 ISAMED MATERIAL ME

CONTRATO N. 06/2016
(23 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ISAMED-MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME, empresa estabelecida na Rua XV de Novembro, 132, Sala 08, Galeria Zomer e Berger, Orleans/SC, CEP 88.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.948.061/0001-07, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador Senhor LUIZ HENRIQUE ALBERTON, brasileiro, empresário, inscrito no CPF N. 88.913.219-15, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

1.1 Havendo necessidade para esta Municipalidade, devido ao aumento do número de pacientes a utilizar o produto, a empresa que porventura for vencedora do item 17 do Processo de Licitação 03/2016 Pregão Presencial 03/2016, deverá disponibilizar aparelhos, conforme solicitado, sem custo algum.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no

Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 99.646,00 (Noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 23 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 23 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE ALBERTON
Sócio Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 07-2016 FUFA MATERIAL MED

CONTRATO N. 07/2016
(23 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, FUFA -SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, empresa estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, 1595, Capoeiras, Florianópolis/SC, CEP 88.090-060 inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.164.711/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor GUILHERME DE OLIVEIRA PRADO, brasileiro, representante comercial, inscrito no CNPJ n. 004.033.069-90, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

1.1 Havendo necessidade para esta Municipalidade, devido ao aumento do número de pacientes a utilizar o produto, a empresa que porventura for vencedora do item 17 do Processo de Licitação 03/2016 Pregão Presencial 03/2016, deverá disponibilizar

aparelhos, conforme solicitado, sem custo algum.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 9.050,00 (nove mil e cinquenta reais)

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 23 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.
Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 23 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI GUILHERME DE OLIVEIRA PRADO
Prefeito Municipal Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 08-2016 ALTERMED MATERIAL MÉD

CONTRATO N. 08/2016
(23 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK CPF n. 517.236.469-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

1.1 Havendo necessidade para esta Municipalidade, devido ao

aumento do número de pacientes a utilizar o produto, a empresa que porventura for vencedora do item 17 do Processo de Licitação 03/2016 Pregão Presencial 03/2016, deverá disponibilizar aparelhos, conforme solicitado, sem custo algum.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 9.654,59 (Nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 23 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);
14.01.2.034.3.3.90.30.36.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 03/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 23 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 09-2016 ALTERMED MEDICAMENTO

CONTRATO N. 09/2016
(26 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK CPF n. 517.236.469-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE

MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 45.739,74 (Quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensinar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não manter a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 26 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 10-2016 DIMASTER MEDICAMENTO

CONTRATO N. 10/2016
(26 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Centro, Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-00, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 02.520.829/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor RENAN JOSE GIACOMEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPJ n. 020.502.160-33, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 8.351,50(Oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido:12).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 26 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

RENAN JOSE GIACOMEL
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 11-2016 EXTRAMED MEDICAMENTO

CONTRATO N. 11/2016
(26 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Centro, Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-00, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 02.520.829/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor RENAN JOSE GIACOMEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPJ n. 020.502.160-33, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 8.351,50(Oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido:12).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 26 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

RENAN JOSE GIACOMEL
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 12-2016 RIOCLARENCEMEDICAMENTO

CONTRATO N. 12/2016
(26 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, empresa estabelecida na Rua da Saudade, n. 45, - Letra A, Campo da Mogiana, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 67.729.178/0004-91, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada pela empresa COMERCIAL SAMPAIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ n. 18.372.089/0001-82, representada por seu Procurador Sr. HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPF n. 061.648.339-22, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 41.284,00 (Quarenta e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido:12).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 26 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO
Procurador da representante da Vendedora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 13-2016 INOVAMED MEDICAMENTO

CONTRATO N. 13/2016
(26 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, empresa estabelecida na Rua Rubens Derks, n. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Industrial, Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr. JUNIOR ANDRÉ CARBONERA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 996.975.720-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 22.958,50(Vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.º:
14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);
14.02.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas (Código reduzido:12).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 05/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 04 de fevereiro de 2016, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 26 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI	JUNIOR ANDRÉ CARBONERA
Prefeito Municipal	Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 34, 35, 36, 37, 38 E 39.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 34/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: GRÁFICA E EDITORA SÃO MIGUEL LTDA - ME
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100
EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 35/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA - EPP
Valor : 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100
EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 36/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: RCO COMUNICACOES - EIRELI - ME
Valor : 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100
EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 37/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: EDITORA JORNALISTICA O LIDER SAO MIGUEL LTDA - ME
Valor : 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100
EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 38/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: COMUNICACOES KOLLENBERG LTDA - ME
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100
EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

Contrato Nº.: 39/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES, SERVIDORES E BACKUP ONLINE PARA OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC.

EXTRATOS CONTRATOS 18.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: CLINICA DA FACE SS LTDA
Valor : 113.300,00 (cento e treze mil trezentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL

COM TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA INTERESSADO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DESTINADAS AS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PREVE LEI MUNICIPAL Nº 2676 DE 2014 E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 38, 46, 54.2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016
PROCESSO Nº 54/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL, SENDO 100 EXEMPLARES ANUAIS, DURANTE O PERÍODO DE 10 MESES (MARÇO Á DEZEMBRO). ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE 20 ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: COMUNICACOES KOLLENBERG LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA SÃO MIGUEL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: RCO COMUNICACOES - EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA O LIDER SAO MIGUEL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016
PROCESSO Nº 38/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES, SERVIDORES E BACKUP ONLINE PARA OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016
PROCESSO Nº 46/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS (MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS) QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR E ONIBUS DO DEPTO DE CULTURA, LAVAGENS PARA OS CAMINHÕES CAÇAMBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E LAVAGENS PARA OS CAMINHÕES

CAÇAMBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PATRULHA AGRÍCOLA DURANTE O ANO DE 2016.

CONTRATADO: EDITH GESSI PINSR FELTD - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.086,00 (dez mil e oitenta e seis reais)

CONTRATADO: MARIANE PIROCA MARANGON 01767965923
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.160,00 (oito mil cento e sessenta reais)

CONTRATADO: ALDINHO GRANDO - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.852,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 17.2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016
PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL COM TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA INTERESSADO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DESTINADAS AS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PREVE LEI MUNICIPAL Nº 2676 DE 2014 E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: CLINICA DA FACE SS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 113.300,00 (cento e treze mil trezentos reais)

Guaramirim

PREFEITURA

CONVENIO Nº 009/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 09/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 09/2016
CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
CONTRATADO: EMPRESA PARISI TRANSPORTES TERRAPLANA-
GEM LTDA

OBJETO: O termo de convênio tem como objeto de entulhos recolhidos através programa "BOTA FORA" realizado pela Secretaria de Infraestrutura, em local devidamente regularizado.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2016.

DATA: 01.03.2016

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e Presidente MOACIR PARISI pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016 - PMG.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 002/2016- PMG
Processo Licitatório nº: 104/2015

Modalidade: Concorrência

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES EM CONCRETO NO BAIRRO BANANAL DO SUL, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratado: FATOR3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 05.020.495/0001-34, estabelecida na Rua 3 de Maio, 58, sala 403, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 1.996.417,66 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezessete reais, sessenta e seis centavos)

Data da Assinatura: 01/03/2016

Prazo de execução: 12 meses após a expedição de ordem de serviço.

Vigência: o prazo da execução dos serviços acrescido de 45 (quarenta e cinco dias).

GUARAMIRIM (SC), 01/03/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 76/2016

PORTARIA Nº. 076/2016
Nomeia Comissão de Processo Administrativo para reconhecimento de despesas dos Contratos nº. 51/2012 e 52/2012.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de constatação dos serviços prestados pela Serrana Engenharia Ltda., contrato nº 051/2012, contratada para executar os serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos domiciliares e outros serviços pertinentes de competência do Município de Guaramirim e Serrana Águas Ltda., contrato nº 52/2012, contratada para prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do Município de Guaramirim/SC, bem como a possibilidade de pagamento;

Considerando que constituem como requisitos para o pagamento da despesa: o reconhecimento do interesse público da despesa e à observância da lei em todas suas fases de constituição, quitação e liquidação;

Considerando, finalmente, o dever da Administração Pública em promover a verificação da regularidade da constituição da despesa;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo para reconhecimento de despesas dos Contratos nº. 51/2012 e 52/2012:

I – Marcelo Morastoni;
II – Ilson Girolla;
III – Osni Dencker.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de fevereiro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 77/2016

PORTARIA Nº. 077/2016
Nomeia Comissão para Elaborar Termo de Referência para contratação de empresa para a prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do Município de Guaramirim/SC.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão para elaborar Termo de Referência para contratação de empresa para a prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema

de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do Município de Guaramirim/SC.

Art. 2º. A Comissão descrita no art. 1º será composta pelos seguintes servidores:

- I – Ana Beatriz Schier;
- II – Rafaela dos Santos Machado;
- III – Diogo Junckes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 78/2016

PORTARIA Nº. 078/2016

Nomeia Comissão para Elaborar Termo de Referência para contratação de empresa de engenharia sanitária, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado, para executar os serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos domiciliares e outros serviços pertinentes de competência do Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão para elaborar Termo de Referência para contratação de empresa de engenharia sanitária, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado, para executar os serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos domiciliares e outros serviços pertinentes de competência do Município de Guaramirim.

Art. 2º. A Comissão descrita no art. 1º será composta pelos seguintes servidores:

- I – Ana Beatriz Schier;
- II – Rafaela dos Santos Machado;
- III – Diogo Junckes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

34/2016

Decreto 34/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.304.0010.2.047

(18)3.3.90.00-00.00.104- Aplicações Diretas R\$ 500,00

SOMA R\$ 500,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Projeto: 1103.10.304.0010.2.047

(20)4.4.90.00-00.00.104- Aplicações Diretas R\$ 500,00

SOMA R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
29 de fevereiro de 2016.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

35/2016

DECRETO Nº 35/2016

Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e art. 39 da Lei Municipal nº 2.450/15 de 09/10/2015.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 307.529,19 (trezentos e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e dezenove centavos) apurado no período de janeiro a fevereiro de 2016.

Art. 2.º - Em cumprimento ao que determina o art. 39 da Lei Municipal nº 2.450/15 de 09/10/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL:

PROJETO: 1001.16.482.0056.1.046 – Imóvel para Programa de Habitação.

144 – 4.4.90.00-118 – Aplicações diretas R\$ 300.000,00

PROJETO: 0801.26.782.0031.1.021 – Construção de Garragem.

139 – 4.4.90.00-118 – Aplicações diretas R\$ 7.529,19

Soma R\$ 307.529,19

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guarujá do Sul - SC, 29 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

**EXTRATO DE CONTRATO E TERMO ADITIVO - FMS 09
- PREF TA 05 85/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 09 /2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº. 02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIO-
NAIS APAE

OBJETO: Contratação de Instituição, prestadora de serviço de
Atendimento /Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do
Desenvolvimento Neuropsicomotor, conforme Chamada Publica nº.
01/2016.

VALOR TOTAL: R\$ 85.700,16

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 29 de fevereiro de 2016.

Rosmeri K. Vergtuz,
Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 85/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº.
10/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clau-
sula Primeira do Quinta Termo Aditivo de 05 de março de 2016
até 31 de julho de 2016 (execução de Pavimentação Asfáltica
em C.B.U.Q., sinalização e drenagem pluvial, com área total de
10.568,71 m² na Rua Maranhão, Rua Paraná e Rua Leo Rippel,
Avenida João Pessoa e Rua Dulce Schmidt Kuhn, município de Gua-
rujá do Sul).

Guarujá do Sul, SC, 01 de março de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 3 _ DAYANE APARECIDA DOS SANTOS TOMÉ CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Dayane Aparecida dos Santos Tomé, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 073.810.829-42 aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3493/2015, na relação de candidatos habilitados com Magistério, para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, para assumir 20 horas, vespertino, na EBM Cruz e Sousa.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 29 de fevereiro de 2016.
Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

Dayane Aparecida dos Santos Tomé

DECRETO Nº 3.501/2016

DECRETO Nº. 3.501/2016.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DE HERVAL D'OESTE (SC)".

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e com as Leis Municipais nº. 2.496/2007 e nº 2.696/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB DE HERVAL D'OESTE (SC):

I - 01 REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Titular: GEISA TROMBETTA BERNARDI
Suplente: ANDREIA DORINI GIACOMINI

II - 01 REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO

BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: ELIANE PAVIANI GAB

Suplente: CARLA APARECIDA VARGAS CORRÊA

III - 01 REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI

Suplente: CLADMIRA FÁTIMA RODRIGUES CORRÊA

IV - 01 REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Titular: MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA

Suplente: MICHELE DA SILVA COELHO

V - 02 REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: LUCIANA LUNARDELLI ZANIN

Suplente: CLEVENICE GONÇALVES

Titular: MARLENE CERESOLI DOS SANTOS

Suplente: MAIRA JACIARA RODRIGUES DE MORAIS DORÉ

VI - 01 REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: JOÃO CORSO NETO

Suplente: JÚLIO CÉSAR SUMMY

VII - 01 REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: RUBENS ANTONIO CORRÊA

Suplente: NEUSA APARECIDA CAMPOS

VIII - 01 REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: BIANCA ZANINI RIBEIRO

Suplente: DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS

IX - 02 REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: ELVIS NUNES DA SILVA

Suplente: SILVANA DIAS

Titular: ADRIANA RIBEIRO DA CRUZ

Suplente: FERNANDA DUTRA DE QUADROS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.461/2015.

Herval d'Oeste (SC), 29 de fevereiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

DECRETO Nº 3.502/2016

DECRETO Nº 3.502/2016.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, para

comporem pelo mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos, o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DE HERVAL D'OESTE (SC), os cidadãos abaixo relacionados:

I – 01 REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL

Suplente: SUSANA RODRIGUES BARBOSA

II - 02 REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Titular: MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA

Suplente: SIMARA PASINATO

Titular: GISELE BULH

Suplente: EDNA ALVES CASSIANO CANUTTO

III - 02 REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titular: DENISE BACHIN

Suplente: CLEVENICE GONÇALVES

Titular: ISABEL C. DE ALMEIDA

Suplente: GESLAINE FERREIRA

IV - 02 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: ALESSANDRA CRISTINA FAVRETTO

Suplente: NELCINDO TREVISAN

Titular: ILDOMIR JOSÉ PARISE

Suplente: SIMONE APARECIDA RADAVELLI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial o Decreto Municipal nº 3.370/2014.

Herval d'Oeste (SC), 29 de fevereiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 279/2016

PORTARIA Nº 279/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora JAQUELINE SCHNEIDER (Matr. 4222), a contar de 29 de fevereiro de 2016, a qual exercia a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Sousa, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2016

PORTARIA Nº 280/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 01 de março de 2016, da servidora ALICE VANAZZI (Matr. 2752), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2016

PORTARIA Nº 281/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 01 de março de 2016, da servidora DEOMILDA VARELA DE AMORIN (Matr. 3535), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2016

PORTARIA Nº 282/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 01 de março de 2016, a Servidora Rosalba Aparecida Frizon Piovesan (Matr. 3843), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade

com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2016

PORTARIA Nº 283/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADÃO PELENTIR (Matr. 607), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2014 e 15 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2016

PORTARIA Nº 284/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor MÁRCIO ANTONIO DO VALLE (Matr. 1439), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2014 e 01 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2016

PORTARIA Nº 285/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SEBASTIÃO PEREIRA (Matr. 454), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de outubro de 2013 e 03 de dezembro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2016

PORTARIA Nº 286/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor MOACIR FRANCISCO PEDRINI (Matr. 1571), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2014 e 31 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2016

PORTARIA Nº 287/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CRISTABILE NEVES DOS SANTOS (Matr. 3196), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de agosto de 2014 e 26 de agosto de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/2016

PORTARIA Nº 288/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARILENE FÁTIMA RIBEIRO DA SILVA DE MELO (Matr. 2830), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2014 e 04 de julho de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/2016

PORTARIA Nº 289/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora NÁDIA APARECIDA BURLIM (Matr. 3187), ocupante do Cargo de Agente Comunitário

de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de abril de 2014 e 04 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/2016

PORTARIA Nº 290/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FRANCIELE ZAGO (Matr. 2793), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de julho de 2014 e 04 de dezembro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2016

PORTARIA Nº 291/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARIANA COLUSSO FABRIN (Matr. 3553), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Compras e Licitação, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de março de 2014 e 13 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2016

PORTARIA Nº 293/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SIDIMARA LOPES PEREIRA (Matr. 4010), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2014 e 21 de setembro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293/2016

PORTARIA Nº 293/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SIDIMARA LOPES PEREIRA (Matr. 4010), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2014 e 21 de setembro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2016

PORTARIA Nº 294/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CRISTIANE LISBOA LEOLATTO (Matr. 2705), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 07 de abril de 2014 e 06 de abril de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2016

PORTARIA Nº 295/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor RODRIGO DALLA VECCHIA (Matr. 3565), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Administrativo de Programas, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de maio de 2014 e 10 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/2016

PORTARIA Nº 296/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SIDNEY DALLA VECCHIA (Matr. 13), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível – 12/2, Referência "K", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de agosto de 2014 e 12 de agosto de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de março de 2016 a 30 de março de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE, com sua sede Administrativa situada à Rua Nereu Ramos, 389, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 02/2016, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2016", destinado a Contratação de Jornal para publicação dos atos oficiais, institucionais e atividades da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, publicação dos Atos Oficiais e outros trabalhos do Legislativo Municipal, com periodicidade semanal com circulação no município de Herval d'oeste, SC e circunvizinhos.

Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n. º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Herval d'Oeste, SC, 24 de fevereiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE, com sua sede Administrativa situada à Rua Nereu Ramos, 389, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 03/2016, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2016", destinado a Contratação direta de prestação de serviços de locação e manutenção de máquina xerocopiadora MULTIFUNCIONAL, modelo BRTOHER DCP 8080 DN e CD de instalação.

Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n. º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Herval d'Oeste, SC, 24 de fevereiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA Nº 029, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

“DESIGNA SECRETÁRIO QUE MENCIONA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, IX e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Secretário Municipal JOSÉ LUIZ LIZOT, para responder interinamente pelas atribuições da Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes.

Art. 2º. O Secretário continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA Nº 030, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A – Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor do quadro efetivo do município ANTONIO RECALCATTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível 2 – Referência D, a Função Gratificada FG-1 – Chefe de Setor, para auxiliar o Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, em função de o mesmo estar respondendo por duas pastas.

Parágrafo único. A Função Gratificada FG-1, será concedida apenas no mês de Fevereiro/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA Nº 031, 18 DE FEVEREIRO DE 2016

“NOMEIA COMISSÃO PARA ANALISAR OS DOCUMENTOS PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PERTENCENTES AO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII e IX, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Complementar Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2002 e, Edital de Chamamento nº 001/2016 RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão para analisar os documentos para alteração da carga horária temporária de professores pertencentes ao quadro do Magistério Público Municipal, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

- a) Lucila Dalmolin Ciarnoschi, Professor II – Presidente;
- b) Lucena Teresinha Panceri Vieceli, Professor II – Secretária;
- c) Rodrigo Felicetti Perosa – Técnico Educacional - Membro.

Art. 2º. A alteração de carga horária se dará de acordo com o art. 13, da Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002 e Edital de Chamamento nº 001/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA Nº 032, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a JANETE APARECIDA FELICETTI servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Silvana Volpato – CRM/SC 11177, para o período de 19 de fevereiro de 2016 a 18 de abril de 2016.

Parágrafo único. A partir do décimo sexto dia do afastamento das atividades, a servidora estará em auxílio doença (INSS).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033, 22 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONCEDE 20 (VINTE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 02 de fevereiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ANA PAULA ORTIGARA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 21.01.2014.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 153 (cento e cinquenta e três) dias, conforme determina o § 2º e o § 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 22 de fevereiro de 2016 a 12 de março de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA Nº 034, 22 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 18 de fevereiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor CLAUDINEI PERETTI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E, 15

(quinze) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 02.03.2014.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 193 (cento e noventa e três) dias, conforme determina o § 2º e o § 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 22 de fevereiro de 2016 a 07 de março de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA Nº 035, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando os serviços de transporte escolar disponibilizados pelo Município a estudantes universitários com destino a UNOESC: Campus Videira/SC;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer ao servidor WILMAR SCUCIATO, ocupante do cargo de Motorista, o horário especial de expediente das 18h00min às 23h30min.

Art. 2º. O pagamento ou compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas.

Art. 3º. O horário especial de expediente previsto no art. 1º, objetiva a oferecer aos estudantes universitários matriculados na UNOESC, Campus de Videira a frequência regular estabelecida pela instituição.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 299, de 09 de outubro de 2013..

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA Nº 036, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando os serviços de transporte escolar disponibilizados pelo Município a estudantes da Escola Técnica/SENAI;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer ao servidor AGUSTINHO CECATTO, ocupante do cargo de Motorista, o horário especial de expediente das 12h30min às 18h30min.

Art. 2º. O pagamento ou compensação de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará se a jornada mensal for superior a 200 (duzentas) horas.

Art. 3º. O horário especial de expediente previsto no art. 1º, objetiva a oferecer aos estudantes matriculados na Escola Técnica/SENAI de Videira a frequência regular estabelecida pela instituição.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 295, de 07 de outubro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 006/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 15/03/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial sob sistema de registro de preço, Menor Preço por item, cujo objetivo visa à Contratação de empresa para o transporte escolar e transporte de materiais correlatos. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 01 de Março de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 031, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 031, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.690, de 25 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0021)	Aplicações Diretas	66.500,00
Total		66.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0041)	Aplicações Diretas	66.500,00
Total		66.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de março de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 034, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 034, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.A.S.		
08.244.0013-2.067		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0160 (0004)	Aplicações Diretas	8.500,00
Total		8.500,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Programa Bolsa Família		
08.244.0013-2.075		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0160 (0003)	Aplicações Diretas	8.500,00
Total		8.500,00

Imbituba, 1º de março de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EDITAL DE REABERTURA III PMI/CERSP/PSE Nº. 02/2015 PROCESSO SELETIVO BOLSA DE ESTUDOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP

EDITAL DE REABERTURA III PMI/CERSP/PSE nº. 02/2015

Processo Seletivo Bolsa de Estudos 2016

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar Municipal 4.035, de 24 de janeiro 2012, e o Termo de Transação que celebram a Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Gestão Pública, Educação, Cultura e Esporte e a Cooperativa Educacional de Imbituba – COPPEIMB, torna pública a abertura de inscrição e estabelece normas para o preenchimento de vagas de bolsas de estudo no exercício de 2016, sob a coordenação da Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. O Processo Seletivo de Bolsas de Estudos destina-se à seleção de alunos do ensino médio para o preenchimento de vagas existentes no anexo I:

1.2. O bolsista terá direito à:

- a) matrícula;
- b) bolsa integral;
- c) uniformes (duas camisetas manga curta, uma camiseta manga longa, uma calça elanca, uma bermuda elanca e uma blusa moleton);
- d) livros;
- e) saída de campo.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição, gratuita, deverá ser efetuada pelo estudante interessado através de uma Ficha de Inscrição, que estará disponível no link "Editais" – "Edital do Programa Bolsa de Estudos 2016", no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Imbituba (www.imbituba.sc.gov.br), e na Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, onde o candidato terá acesso, à Ficha de Inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

2.2. A inscrição deverá ser protocolada na Prefeitura Municipal de Imbituba e entregue na Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, localizada na Prefeitura Municipal de Imbituba, na Rua Ernani Cotrin 601, Centro, Imbituba, SC, horário das 07:00h às 13:00h.

2.3. As inscrições ficam abertas no período entre os dias 02 de Março a 03 de Março de 2016.

2.4. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la, especificando na Ficha de Inscrição o tipo da necessidade especial, para assegurar a previsão de adaptação do local de estudo.

2.5. São requisitos básicos para inscrição:

- a) estar devidamente matriculado (a) e freqüentando as aulas;
- b) estar cursando o ensino médio;
- c) residir em Imbituba;

2.6. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer os critérios do Processo Seletivo, certificando-se de que preencherá todos os requisitos exigidos no momento da matrícula.

3. DA SELEÇÃO

3.1. Este Processo Seletivo, de caráter eliminatório e classificatório, terá os seguintes itens como critérios de classificação:

- a) RENDIMENTO ACADÊMICO;
- b) RENDA FAMILIAR;

3.2. O RENDIMENTO ACADÊMICO, de caráter eliminatório e classificatório, será aferido pela avaliação da média aritmética simples das notas obtidas pelos candidatos no último ano, avaliadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

3.2.1. A média será emitida pela Instituição de Ensino à qual o candidato estiver vinculado.

3.2.2. O candidato deverá informar a média emitida pela Instituição de Ensino no campo próprio do formulário de inscrição.

3.2.3. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a média informada for divergente daquela indicada no documento emitido pela Instituição de Ensino, o candidato será desclassificado.

3.2.4. Não Serão classificados os candidatos com média inferior a 7,0 (sete).

3.2.5. Para apuração da média não serão computadas notas de disciplinas complementares, optativas e/ou dependências, devendo a Instituição de Ensino expedir o conteúdo do Histórico Escolar, sinalizando-as em separado.

3.3. A RENDA FAMILIAR, de caráter classificatório, acrescentará pontos aos candidatos classificados na avaliação do Rendimento Acadêmico (subitem 3.2), atribuídos conforme a tabela a seguir:

Renda Familiar (R\$) Pontuação

Até R\$ 394,00 = 10,00 pontos

De R\$ 395,00 a R\$ 788,00 = 9,00 pontos

De R\$ 789,00 a R\$1183,00 = 8,00 pontos

De R\$ 1184,00 a R\$ 1578,00 = 7,00 pontos

De R\$ 1579,00 a R\$ 1973,00 = 6,00 pontos

De R\$ 1974,00 a R\$ 2368,00 = 5,00 pontos

De R\$ 2369,00 a R\$ 2763,00 = 4,00 pontos

De R\$ 2764,00 a R\$ 3158,00 = 3,00 pontos

De R\$ 3159,00 a R\$ 3553,00 = 2,00 pontos

Acima de R\$ 3554,00 = 1,00 ponto

3.3.1. O candidato deverá informar a Renda Familiar mensal no campo próprio do formulário de inscrição.

3.3.2. Para os fins deste Processo Seletivo a Renda Familiar mensal constitui-se pelo somatório do rendimento bruto de todos os membros do grupo familiar a que pertence o candidato.

3.3.3. A comprovação da renda deverá ser feita através de contracheques ou, na ausência deste, através de declaração reconhecida em cartório;

3.3.4. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a renda familiar mensal informada for divergente daquela indicada no(s) comprovante(s) de rendimentos, o candidato será desclassificado e a sua convocação

cancelada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$PRA + PRF = PF$

PRA = Pontuação do Rendimento Acadêmico

PRF = Pontuação da Renda Familiar

PF = Pontuação Final

Fórmula para cálculo do rendimento acadêmico:

EX: Ensino médio: (médias do último ano letivo)

Disciplina	Média
A	7,2
B	8,3
C	8,0
D	9,0

PRA = Soma das notas: nº de disciplinas

PRA = 32,5: 4 = 8,12

Fórmula para cálculo da renda familiar:

EX: Salário do pai + salário da mãe + salário do irmão (é a soma do salário bruto de todos aqueles que residem com o candidato à bolsa de estudo).

4.2. Ocorrendo igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

a) Maior Pontuação no Rendimento Acadêmico;

b) Maior Pontuação na Renda Familiar;

c) Maior idade;

d) Sorteio público.

4.3. A aprovação e classificação geram, para os candidatos, apenas a expectativa de aproveitamento;

5. DA CONVOCAÇÃO

5.1. Os candidatos convocados, após a assinatura do Termo de Convocação, terão 3 (três) dias úteis para entregar a documentação junto a Gerencia de Gestão de Pessoas.

5.2. Não haverá segunda convocação seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato para apresentar a documentação.

5.3. O não comparecimento nos prazos estabelecidos, na convocação ou apresentação dos documentos, implicará na perda da vaga, não cabendo recurso.

6. DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

6.1. Quando convocados, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Original e cópia da Cédula de Identidade;

b) Original e cópia do C.P.F.;

c) Original e cópia do comprovante de residência atualizado;

d) Declaração original de Regularidade Acadêmica ou Histórico Escolar emitidos pela Instituição de Ensino, em que conste a média obtida pelo estudante no último ano/semestre.

e) estar em dia com as obrigações militares, quando maior de 18 anos, para os do sexo masculino (Certificado de Reservista);

f) 1 foto 3X4 atual;

6.2. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A listagem final de classificação vigorará durante o ano letivo de 2016;

7.2. O ato da inscrição implicará no conhecimento e aceitação do estabelecido neste Edital;

7.3. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos, verificadas a qualquer tempo e insanáveis, tornarão nula

a inscrição;

7.4. Para os estudantes de escolas públicas, que ficaram em prova final em 2015, considerar 7,0 para médias maiores que 14,0 e 5,0 para médias menores que 14,0.

7.5. A bolsa de Estudo estender-se-á até a conclusão do Ensino Médio, desde que o bolsista não reprove no ano letivo.

7.6. As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão solucionadas pela Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração e Gestão Pública.

7.7. O presente Edital terá validade até o dia 31 de Dezembro de 2016.

Imbituba, 01 de março de 2016.

Andreza Barcelos

Presidente da CERSP

ANEXO I

Tabela da Bolsa de Estudo/2016	
Série	2016/Vagas
3ª	01
Total	01

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

PROCESSO SELETIVO BOLSA DE ESTUDOS COOPEIMB 2016 EDITAL DE REABERTURA III PMI/CERSP/PSE nº. 02/2015 1 VAGA – 3ª SÉRIE DE ENSINO MÉDIO	
Nome completo:	
Nacionalidade: Naturalidade:	
Data de Nascimento:/...../..... Estado Civil:	
RG: CPF	
Sexo: () Masculino () Feminino	
Endereço completo(rua;bairro;cidade)	
Telefones: Residencial:	
Celular:	
Email:	
Média escolar:	
Renda familiar:	
Possui Necessidades Especiais () Sim () Não	
Qual?	
Imbituba/SC, de de 2016	
Assinatura do candidato:	

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE DISPENSA Nº 01/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 10/2016
DISPENSA Nº 01/2016

Objeto: Locação de imóvel não residencial medindo no total 375,00M², situada a rua Irineu Bornhausen, Nº 396, Bairro Centro, para instalação da vigilância em saúde, coordenação das estratégia de saúde da família e coordenação do NASF, da Secretaria Municipal de saúde.

CONTRATADA: Arlei Loderio – CPF 080.025.840-15

Valor Total: R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 02 de março de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO Nº 07/2016 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado o Edital do Pregão Presencial Nº. 07/2016, Processo Licitatório Nº 08/2016, para revisão do Edital.

Imbituba, 02 de março de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: FUNREBOM 2016/03 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2016/03 – A/00
Contratada: GF COMERCIO ESERRALHERIA LTDA
CNPJ: 11.055.891/0001-08

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES BASCULANTES AUTOMATIZADOS PARA GARAGEM NÁUTICA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA/SC

Valor: R\$ 14.300,00. Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 02/2016. Dispensa: 01/2016

Imbituba, 25 de Fevereiro de 2016.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba

Contratante

GF Comércio Eserralheria LTDA ME

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2016/28 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2016/28 A/00

Contratada: EMPRESA CEAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA E ASSESSORIA

CNPJ: 07.364.494/0001-32

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DEFINIR AS DIRETRIZES E NORMAS TÉCNICAS A SEREM CONSIDERADAS NA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA REABILITAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO WHITETOPPING, PAVIMENTO RÍGIDO SOBRE PAVIMENTO FLEXÍVEL, ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA VAP – VIA ARTERIAL PRINCIPAL DA AVENIDA MARIETA KONDER BORNHAUSEN E RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO.

Preço: R\$145.956,31. Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 13/2016. Carta convite: 02/2016

Imbituba, 17 de Fevereiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

CEAL Consultoria em Engenharia e Assessoria

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/39 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/39 A/00

Contratada: EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S/A

CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: Recapeamento Asfáltico, revitalização dos passeios e sinalização viária da Rua Duque de Caxias localizada no Centro de Imbituba.

Prazo: 90 (NOVENTA) DIAS. Valor: R\$ 445.277,40.

Fundamento: Processo nº 162/2014. Concorrência: 14/2014

Imbituba, 22 de Fevereiro de 2016

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI-

Contratante

Setep Construções S/A

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/29 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2016/29 – A/00

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES.

CNPJ: 10.202.167/0001-99

OBJETO: É OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA EDE PÚBLICA MUNICIPAL verba FNDE/PNAE, de 2016, de acordo com a chamada pública nº 07/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Valor: R\$ 422.057,50 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 07/2016 Dispensa 07/2016

Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores.
Cooperlagos
Representante Legal: Valmir de Souza Mendonça
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 30/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 30/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 02.625.813/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 97.500,00. Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016. Pregão: 06/2016

Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

BRUTHAN COMERCIAL LTDA
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 31/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 31/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 14.990.312/0001-20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 40.698,00. Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016. Pregão: 06/2016
Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 32/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 32/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA GENEVAL NUNES ME ME
CNPJ: 83.816.124/0001-77

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA.

Valor: R\$ 227.241,15. Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016. Pregão: 06/2016
Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Geneval Nunes ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 33/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 33/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME
CNPJ: 01.394.452/0001-68

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 65.223,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016 Pregão 06/2016

Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Jose Candido Espindola ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 34/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 34/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA KAC LTDA
CNPJ: 04.492.199/0001-73

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 124.334,10. Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016 Pregão 06/2016
Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

KAC LTDA
Representante Legal
Contratada

Valor: R\$ 70.977,80 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016 Pregão 06/2016
Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Nafi Comércio Atacadista LTDA ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 35/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 35/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
CNPJ: 08.897.022/0001-08

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 81.264,95 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016 Pregão 06/2016

Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Luciane Constantino da Silva ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 36/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 36/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA LUIZ FERNANDO SEBOLD ME
CNPJ: 09.196.745/0001-42

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 59.070,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08/2016 Pregão 06/2016

Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Luiz Fernando Sebold ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 37/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 37/2016 – A/00
Contratada: EMPRESA NAFI COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME
CNPJ: 10.788.485/0001-83

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO: PMI SEDUC 38/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 38/2016 – A/00
Contratada: VANIO VIEIRA ME
CNPJ: 78.613.445/0001-34

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Valor: R\$ 62.741,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 08//2016 Pregão: 06/2016
Imbituba, 19 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Vanio Vieira ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 05/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAST 05/2016 – A/00
Contratada: Comercial Preço Bom Z& C LTDA
CNPJ: 04.660.943/00001-00
Objeto: É a aquisição de material para oficina de dança do programa Vem Ser
Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 5.525,50.
Fundamento: Processo nº 07/2015. Pregão: 06/2015
Imbituba, 11 de Fevereiro 2016.

Celia David Da Silva
Secretária Municipal da Seast
Contratante

Comercial Preço Bom Z& C LTDA
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2016/04 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/04 – A/00

Contratada: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

CNPJ: 86.431.749/0001-09

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS URBANAS PARA USO DOS PACIENTES DOS PROGRAMAS DO CAPS I E DAS AGENTES DOS PROGRAMAS DO CAPS I E DAS AGENTES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

Prazo: 29/02/2016. Valor: R\$ 18.375,00.

Fundamento: Processo nº 08/2016. Inexigibilidade: 02/2016.

Imbituba, 29 de Fevereiro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Contratante

Empresa Santo Anjo da Guarda LTDA

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 100/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 100, de 29 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Gestora de Unidade Administrativa, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora abaixo descrita, para a função gratificada de Gestora de Unidade Administrativa, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme expresso.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gestora de Unidade Administrativa da Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D' Aviação)	SEDUC	Mariléia da Silva Querino Alves	521.049.749-68	01/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de março de 2016.

Imbituba, 29 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 101/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 101, de 29 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Gestora de Unidade Administrativa, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora abaixo descrita, para a função gratificada de Gestora de Unidade Administrativa, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme expresso.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação

Gestora de Unidade Administrativa da Escola Municipal Belarminda de Souza Pires (Campestre)	SEDUC	Vanessa Batista Mendonça	037.054.819-16	01/03/2016
---	-------	--------------------------	----------------	------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de março de 2016.

Imbituba, 29 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 103/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 103, de 01 de março de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARLENE PACHECO DAMÁZIO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 888.477.999-53, admitida em 09 de março de 2010, contrato nº 5397, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	07.03.2016 a 04.06.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de março de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 98/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 98, de 29 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LILIANE DE SOUZA MIGUEL BRAUN, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 838.156.199-04, para exercer o cargo de Assessora I junto a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de março de 2016.

Imbituba, 29 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 99/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 99, de 29 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Cerimonial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ENELISE SILVEIRA MANOEL, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.681.379-00, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Cerimonial junto ao Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de março de 2016.

Imbituba, 29 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 030/2016

PORTARIA CMI Nº 030/2016

“Concede Férias ao Servidor Gilberto Flor Pedro”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, ao Senhor Gilberto Flor Pedro, Assessor Parlamentar nomeado pela Portaria CMI nº 018/2015, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016, a serem usufruídas no período entre 02/03/2016 e 31/03/2016, com retorno ao trabalho no dia 01/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 29 de fevereiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/02/2016.

PORTARIA CMI Nº 031/2016

PORTARIA CMI Nº 031/2016

“Nomeia Ana Clélia Machado Perez para o Cargo em Comissão de Diretora de Relações Institucionais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Ana Clélia Machado Perez, brasileira, casada, portadora do RG de nº 3.880.086 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 027.842.839-84, residente e domiciliada na Avenida Santa Catarina, nº 928, Centro, Apto 204, neste Município, para o Cargo em Comissão de Diretora de Relações Institucionais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de março de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/03/2016.

PORTARIA CMI Nº 032/2016

PORTARIA CMI Nº 032/2016

“Nomeia Jéssica Deitos para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Jéssica Deitos, brasileira, solteira, portadora do RG de nº 3.952.868 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 042.771.589-00, residente e domiciliada na BR 101, Km 275, Bairro Araçatuba, neste Município, para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de março de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/03/2016.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1769/16

. DECRETO Nº 1769/16

. De 01 de março de 2016

Altera Decreto 1740/16, alterado pelo Decreto 1753/16,

Camila Klug Oliveira

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que não foi contabilizado o número de matrículas novas para a Unidade, e Considerando a necessidade de correção dos nomes da servidora e da Unidade,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado o Decreto 1740/16, alterado pelo Decreto 1753/16, que nomeia CAMILA KLUG OLIVEIRA, para o cargo de Diretora UEI Bairro João Paulo II – José Lino Kuhnen, para o Porte II, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 1º de março de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1770/16

. DECRETO Nº 1770/16

. De 01 de março de 2016

Homologa Resultado Preliminar do Processo Seletivo nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Resultado Preliminar do Processo Seletivo nº 001/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, conforme anexo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de março de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

ANEXO I – Decreto 1770/16

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

Classificação Preliminar (7.2) por cargo e ordem de classificação

Clínico Geral – 10 Horas				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Fábio Roberto Weber	551.070.010-68	18/03/1971	22	01

Andrya Sibia Trautwein Doneda	057.941.369-10	25/04/1986	15	02
Hermínio Alvim Mathias Neto	030.140.559-05	20/07/1980	12	03
Jaime Murilo Fernandes Costa	148.357.358-38	03/10/1974	04	04
Deividson Bruscatto de Farias	039.373.519-22	06/06/1982	04	05
Leonardo Livio Bevilacqua	012.413.690-70	07/06/1986	00	06
Lais Cristina De Pin	071.097.619-40	13/10/1989	00	07
Thuani Cardoso Duarte	052.873.649-38	27/10/1989	00	08
Guilherme César Gadotti	078.559.439-60	15/12/1991	00	09

Clínico Geral ESF – 40 Horas				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Andrya Sibia Trautwein Doneda	057.941.369-10	25/04/1986	15	01
Celso Luiz Farrapo Júnior	346.410.648-90	16/07/1986	08	02
Priscila Pereira Cadore	038.149.959-61	21/10/1979	04	03
Deividson Bruscatto de Farias	039.373.519-22	06/06/1982	04	04
Kathiucia Danielle Yamashita	039.974.369-32	13/09/1982	04	05
Jeniffer Ferreira Barbosa	055.020.709-46	08/04/1985	04	06
Thais Favaretto Garbin	061.012.199-50	23/06/1987	04	07
Marcelo Fernandes Ferreira	741.108.377-15	07/02/1962	00	08
Marcelo Rocha de Oliveira	036.140.846-39	22/10/1978	00	09
Renato Felipe Zanella Bordignon	042.848.529-95	01/07/1984	00	10
Aretusa Kruchinski	069.097.559-79	10/01/1989	00	11
Oton Landó	035.845.811-09	14/09/1991	00	12
Guilherme César Gadotti	078.559.439-60	15/12/1991	00	13

Médico Dermatologista				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Gielle Karen Betezek Rodrigues	028.116.229-85	06/07/1979	33	01
Marcela Edme De Souza Gallegos	014.876.844-01	09/03/1978	18	02
Rosane Meyne Flores Spiazzi	474.083.160-00	28/12/1966	Não Classificada	

Médico Pediatra				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Gielle Karen Betezek Rodrigues	028.116.229-85	06/07/1979	33	01

Médico Psiquiatra				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Fagner Jorge Michelatto Natt	925.618.881-34	21/03/1981	19	01
Ana Cristina Nazari	788.441.699-91	04/11/1969	14	02
Luiza Campeti Reali	000.318.740-37	29/11/1981	14	03
Gabriela Bardini	056.132.779-31	23/06/1987	14	04

Médico Cardiologista				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
José Fernando Schmitt	304.234.909-82	23/12/1953	10	01

Médico Imaginologista				
Nome Candidato	CPF	Data Nascimento	Pontos	Classificação
Marone Brazil	801.825.690-04	04/06/1978	Não Classificada	

DECRETO Nº 1771/16

. DECRETO Nº 1771/16

. De 01 de março de 2016

Revoga o Processo Seletivo nº 003/2016 e Homologa Processo Seletivo nº 004/2016 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Seletivo nº 003/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, homologado pelo Decreto nº 1767/16.

Art. 2º Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 004/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 1767/16.

Município de Indaial, em 1º de março de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de Médico e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada à reposição de Médico, para atuar nas Unidades Básicas de Saúde ou Serviço de Atenção Integrado a Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Portaria nº 1.683 de 07 de Dezembro de 2015, que designou a Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.indaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, dirigidas à Secretaria Municipal de Saúde, Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, das 8:00 às 13:00 horas.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

2. Do Cargo

2.1. Quadro de Vagas/Carga Horária/Remuneração:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA MÍNIMA NECESSÁRIA	SALÁRIO INICIAL R\$
MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	1	10	Ensino Superior na área, registro no Conselho de Classe e Curso de Especialização	2.523,33
MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	1	10		2.523,33
MÉDICO NEUROPEDIATRA	1	10		2.523,33
MÉDICO PSIQUIATRA INFANTIL	1	10		2.523,33
MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA	1	10		2.523,33
MÉDICO INFECTOLOGISTA	1	10		2.523,33
MÉDICO OFTALMOLOGISTA	1	10		2.523,33

ADICIONAIS:

*VALE ALIMENTAÇÃO POR DIA TRABALHADO: R\$ 16,00 (40 HS)

*INSALUBRIDADE 20% DO SALÁRIO BASE

*OS PROFISSIONAIS QUE REALIZAREM PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS/CIRÚRGICOS, RECEBERÃO "PLUS" CONFORME LEI MUNICIPAL 5014 DE 15 DE JULHO DE 2014.

2.2 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico psmedico@saudeindaial.sc.gov.br, no período de 03/03/2016 a 14/03/2016. Outras informações poderão ser adquiridas pelos telefones (47) 3281-7131.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher a Planilha com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital,

e enviá-las ao endereço eletrônico psmedico@saudeindaial.sc.gov.br, junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) Ter no mínimo 18 anos completos;
- c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (graduação, especializações).

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente a seguinte documentação:

- a) RG;
 - b) CPF;
 - c) Comprovante de inscrição profissional no CRM;
 - d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações e declarações de experiência profissional)
 - e) Diploma;
- 3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

4. Das Obrigações

4.1 Das Obrigações Comuns

- a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- c) Registrar o ponto eletrônico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e efetivação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela. A fração igual ou superior a 6 (seis) meses deverá ser convertida em um ano completo.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação, conforme os cargos descritos neste edital.

7.2 O resultado preliminar será publicado no dia 16/03/2016 no site www.indaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo II.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.4 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.5 Esgotado o prazo do item 7.4, a partir do dia 18/03/2016, será publicada a homologação do resultado e da classificação final.

8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- h) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino.
- i) Estar no gozo dos direitos políticos.
- j) Ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial www.indaial.sc.gov.br, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

- I) for considerado inapto no exame admissional;
- II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;
- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;
- V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016, constituída por 06 (seis) servidores públicos, sendo 03 (três) efetivos da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial, devidamente designados para esta finalidade através da Portaria nº 1683 de 07 de Dezembro de 2015.

11.2 A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016 terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3 O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4 A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

11.5 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho).

11.8 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10 Os anexos I a IV são partes integrantes deste edital.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 004/2016, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 01 de Março de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária de Saúde

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016: CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO

Nome do profissional: _____

Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.

1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):

- ☐ 01 a 5 anos 02 pontos
- ☐ 6 a 10 anos 06 pontos
- ☐ 11 a 15 anos 10 pontos
- ☐ Acima de 16 anos 14 pontos

Total _____

2. Cursos de Especialização:

- ☐ 1 10 pontos
- ☐ 2 15 pontos
- ☐ 3 20 pontos
- ☐ 4 ou mais 25 pontos

Total _____

3. Tempo de experiência comprovado no serviço público

(Estratégia Saúde da Família, Psiquiatras em CAPS, Médico Clínico Geral):

- ☐ 01 a 03 anos 02 pontos
- ☐ 04 a 08 anos 06 pontos
- ☐ 09 a 14 anos 10 pontos
- ☐ Acima de 14 anos 14 pontos

Total _____

Cargo:

- ☐ Médico Otorrinolaringologista ☐ Médico Ginecologista e Obstetra
☐ Médico Neuropediatra ☐ Médico Psiquiatra Infantil
☐ Médico Gastroenterologista ☐ Médico Infectologista
☐ Médico Oftalmologista

Assinatura: _____

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

Cargo:

- ☐ Médico Otorrinolaringologista ☐ Médico Ginecologista e Obstetra
☐ Médico Neuropediatra ☐ Médico Psiquiatra Infantil
☐ Médico Gastroenterologista ☐ Médico Infectologista
☐ Médico Oftalmologista

Nome do Candidato: _____

Nome da Mãe: _____

Nacionalidade : _____

Sexo : Masculino ☐ Feminino ☐

CPF: _____

RG: _____

Número de Inscrição no Conselho: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço : _____

Nº : _____

Bairro : _____

Cidade : _____ UF : _____

Telefone : _____ Celular : _____

E mail: _____

Assinatura _____

Indaial, ____ de _____ de 2016.

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA (10 Horas) – Faz exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamentos, realiza procedimentos ambulatoriais e hospitalares dentro da sua carga horaria atrelado ao pagamento por produção, e outras formas de tratamento para as afecções e anomalias dos ouvidos, nariz e garganta, empregando meios clínicos ou cirúrgicos, para recuperar ou melhorar as funções desses órgãos. responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidades associadas ao seu cargo. Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRÍCIA (10 Horas) – Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano em mulheres. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população feminina. -Realizar exames ginecológicos que incluem exames de mamas e exame especular, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames. Realizar a coleta de material preventivo do câncer (coleta de citologia oncológica). Executar cauterizações de colo de útero com criocautério. Realizar o planejamento familiar, através de palestras e explicações a respeito dos métodos existentes na unidade de saúde e fornecendo o material quando solicitado. Realizar investigações de esterilidade conjugal através de exames. Participar de equipe multiprofissional, elaborando ou adequando programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas. Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso. Desempenhar outras atividades correlatas. Possibilidade de realizar procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos dentro da carga horaria.

MÉDICO NEUROPEDIATRA (10 Horas) – Realizar consultas médicas em crianças ou adolescentes, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos às doenças ou disfunções do sistema nervoso e do sistema muscular que se manifestam na criança ou na adolescência, aplicar seus conhecimentos utilizando recursos da medicina preventiva e terapêutica para promover, proteger e recuperar a saúde dos clientes e da comunidade; Anotar e registrar informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

MÉDICO PSIQUIATRA INFANTIL (10 Horas) – Atividade de natureza especializada envolvendo serviços de atendimento a crianças e adolescentes de até 18 anos de idade; consultas e exames médicos; emitir diagnósticos; Prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologias, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; realizar, analisar e interpretar resultados de exames da área específica e analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; Realizar consultas ambulatoriais individuais, atendimentos em grupos com pacientes e familiares, visando uma atuação em conjunto com os demais profissionais da equipe, a fim de promover a saúde e integrar o usuário de forma

adequada na comunidade em que está inserido; Prescrever e acompanhar o tratamento médico especializado, bem como suspendê-lo quando necessário; Determinar internações para usuários em surto psicótico agudo, com risco próprio ou com terceiros ou à demais casos que julgar necessário; Participar no planejamento e organização de atividades reabilitacionais e de integração dos pacientes; orientar as famílias quando à conduta e quanto ao tratamento médico, buscando garantir sua adesão. Avaliar pacientes com objetivo de inserir na modalidade intensiva, assim como dar alta em conjunto com a equipe, fazer diagnósticos e aplicar terapia em pacientes, determinar a dosagem dos medicamentos a serem ministrados aos pacientes e observar e analisar as reações apresentadas; Aplicar psicoterapia através de entrevistas com o paciente; Efetuar atendimento clínico a alunos de escolas especiais ou demais órgão municipais e dar orientação profissional, indicando as situações de ensino ou trabalho mais condizentes com o biotipo e personalidade; Atender aos familiares do doente informando-os sobre as condições do mesmo; Participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho, contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional; Participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe; promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública; preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal; Prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência; Fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário; Solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário; Realizar orientações individuais aos usuários e familiares; Acompanhar paciente em ambulância em caso de necessidade. Estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica; Fazer visitas domiciliares, se necessário, efetuar exames preventivos em escolares; Participar de juntas médicas quando solicitado; Seguir as normas e rotinas da Secretaria Municipal de Saúde quanto: registro ponto eletrônico, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria; Executar outras tarefas correlatas e auxiliar na execução de outras atividades da área onde estiver lotado; Atuar como assistente técnico em processos judiciais ou administrativos de interesse do Município, emitir laudos e pareceres quando solicitados pelas Secretarias. Anotar e registrar informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA I (10 Horas) - Prestar assistência médica em gastroenterologia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - Clinicar e medicar pacientes; III - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; IV - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; V - respeitar a ética médica; VI - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VII - guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VIII - apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; IX - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Anotar e registrar informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

MÉDICO INFECTOLOGISTA (10 Horas) - Efetuar acompanhamento clínico ambulatorial de pacientes portadores de doenças infecciosas e/ou parasitárias causadas por vírus e/ou bactérias; II - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a doenças infecciosas e/ou parasitárias; III - analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; IV - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; V - manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VI - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VII - coletar e avaliar dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; VIII - Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; IX - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XII - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XIII - respeitar a ética médica; XIV - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VII - guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VIII - apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; IX - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

MÉDICO OFTALMOLOGISTA (10 Horas) - I - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade, tais como: anatomia ocular, formação, desenvolvimento e senescência ocular, exame ocular, pálpebras e aparelho lacrimal, lágrimas, conjuntiva, córnea, esclerótica, trato uveal, cristalino, vítreo, retina, glaucoma, estrabismos, órbita, neuro oftalmologia, alterações oculares associadas a doenças sistêmicas, doenças imunológicas do olho, tumores, traumatismo, óptica e refração, oftalmologia preventiva, assuntos especiais de interesse pediátrico, aspectos genéticos, etc.; II - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; III - analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; IV - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; V - manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VI - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; VIII - Elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; IX - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; X - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XI - respeitar a ética médica; XII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIII - guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XIV - apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XV - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso.

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.**

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu _____, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido(a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, ____ de _____ de 2016.

(Assinatura do Servidor)

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 032/2015
 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 032/2015

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo ao contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.091.177/0001-20, estabelecida à Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 194, Bairro Centro, Sala 06, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Diogenes Leonardi Luz, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 871.668.019-72 e Cédula de Identidade nº 4/R 2.685.825 residente à Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 145, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 011/2015 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2015-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel comercial, constituído de terreno com área de 3.608,28 m² (em condomínio), e área construída aproximada de 700,00 m², sendo galpão de alvenaria, com área de salas de aula, refeitório, banheiros, e depósito. O imóvel é destinado à instalação do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, e depósito de materiais da Secretaria de Educação. Imóvel registrado sob Matrícula no 1378, do Livro 02 do Registro de Imóvel da Comarca de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço unitário contratado é de R\$9.376,42 (nove mil trezentos e setenta e seis reais quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 22 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	D.J LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS Diogenes Leonardi Luz Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 025/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 025/2014

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo ao contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a, DIOCESE DE BLUMENAU, instituição religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 03.925.280/0001-37, estabelecida à Rua XV de Novembro, bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Liris Almir Negherbon, brasileiro, solteiro, religioso, inscrito no CPF sob nº 056.771.149-87 e Cédula de Identidade RG nº 677086-SSP/PR, residente à Rua Franz Volles, nº 1.750, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 005/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel com as seguintes características: terreno com área aproximada de 900,00 m2, com área construída de 297,41 m2, estrutura em alvenaria e telhas de cerâmica, contendo 04 salas de aula, WC masculino/feminino, área de varanda coberta, refeitório, cozinha, área de circulação interna e área administrativa, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$2.865,17 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 15 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL DIOCESE DE BLUMENAU
Sérgio Almir dos Santos Liris Almir Negherbon
Locatário Locador

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
---	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____
Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 261/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 261/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 848.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 244/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 011/2014-19208, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, situado a Rua Mato Grosso, nº 48, Bairro dos Estados – Indaial, destinado à instalação da Vigilância Sanitária Municipal, com uma residência construída em alvenaria, com área total construída de 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), contendo as instalações necessárias para a unidade administrativa, totalmente cercado, em terreno com área de 334,50 m2 (trezentos e trinta e quatro metros quadrados e cinquenta centésimos). Propriedade de Arlindo Peters, registrado sob matrícula no 30.175, do Livro 3-O. fls. 17, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal da locação é de R\$1.216,14 (um mil duzentos e dezesseis reais e quatorze centavos), a partir do mês de fevereiro/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 01 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
--	--

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária de Saúde	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 330/2012**TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO 330/2012**

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, n. 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 3R/1.041.331 SSP/SC, residente na Rua Paraíba, n. 306, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e

condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula terceira, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Dr. Blumenau, n. 3.999, bairro Encano, passa a vigorarem da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço contratado é de R\$2.544,53 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) mensais, a partir do mês de fevereiro/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 01 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA MAPA LTDA Rogério Isnar Patrício Contratante
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 09/2016**

Portaria Nº 9/16

Nomeia para provimento de cargo efetivo / Ivonei Marcos Pasqualini.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, Regimento Interno desta Casa, Lei Complementar 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial, e conforme Constituição Federal, Emenda nº 19 artigo 37, inciso II, Lei Complementar nº 167/2015, e alterações, e tendo em vista o resultado do concurso Público da Câmara Municipal de Indaial 001/2015, homologado pela Portaria 61/2015 de 22 de outubro de 2015, RESOLVE,

Nomear, para provimento do cargo efetivo de Tesoureiro, símbolo TES, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, IVONEI MARCOS PASQUALINI, a partir de 01 de março de 2016.

Indaial, 01 de Março de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2016

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: ASSOCIAÇÃO DOS ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE - ASSAMEC, pessoa jurídica de associação privada, situada na rua Luiz Specht, nº 299, Vila Pedrini na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.924/0001-59, neste ato representado pelo Sr. Acyr da Silva, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento do serviço descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0009/2016, Registro de Preços nº 0007/2016. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2016.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO R\$
01	Arbitragem Futsal: com 02 árbitros e 01 mesário	Jogo	200,00
02	Arbitragem Futebol de campo: com 01 árbitro e 02 bandeirinhas	Jogo	360,00
03	Arbitragem futebol suíço: com 02 árbitros e 01 mesário	Jogo	180,00
04	Arbitragem Bocha: com 01 árbitro	Dia	180,00
05	Arbitragem Voleibol: com 02 árbitros e 02 mesário	Jogo	200,00
06	Arbitragem Voleibol de areia: com 02 árbitros	Jogo	70,00

Iomerê, 23 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

ACYR DA SILVA
ASSOCIAÇÃO DOS ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE - ASSAMEC

CONTRATO 16/015

CONTRATO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA L.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME. CT16/015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa L.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Nereu Ramos, nº 334 Centro na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.492.725/0001-03, neste ato representada pelo Sr. Laureci Bitencourt, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0001/2016, TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2016, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, no centro da cidade de Iomerê, e na localidade de Bom Sucesso, interior do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 787.647,36 (setecentos e oitenta e sete mil seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos).

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.1 – Liberação de Recursos do BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. para o item 4, e os demais itens recursos próprios.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no dia 31.12.2016. O prazo de execução será de até 120 (cento e vinte) dias, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

3.2 – Apresentar Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária, títulos da dívida pública ou caução em dinheiro, conforme art. 56 da Lei 8.666/93.

3.2.1 – A opção de garantia, se escolhida na forma de dinheiro, deverá se dar mediante depósito no Banco do Brasil S/A, em conta corrente aberta e indicada pelo município contratante, mediante

solicitação por escrito, com a identificação da empresa, o CNPJ e o motivo do recolhimento (Nº do Edital e Objeto).

3.2.2 – O valor depositado somente será restituído após a data da entrega da obra concluída e recebida definitivamente pelo Município, salvo os valores que o Município, através de procedimento próprio, ficar autorizado a reter.

3.2.3 – A não prestação da garantia no prazo assinalado, implicará na exclusão automática do vencedor do certame, devendo ser convocado o segundo colocado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS, RUAS E PASEIOS
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS 83 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Código Reduzido	73

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrada multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições

e correções que se fizerem necessárias;

- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço;
- h) manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- i) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- j) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- k) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.
- l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.
- m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra vistado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;
- n) prestar caução de adimplemento do contrato, no valor equivalente à 5% do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- o) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;
- p) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- q) outras obrigações mencionadas na minuta contratual em anexo.
- r) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela

fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 12 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

L.B. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/017

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME.

CT16/017

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Brasília, Bairro Jardim Italia, na cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de material de limpeza e higiene, abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para serem utilizados durante o exercício de 2016, conforme segue:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
6	35.000	COPO DESCARTÁVEL 50 ML	COPOSUL	0,0170
7	60.000	COPO DESCARTÁVEL 200 ML	COPOSUL	0,0260
25	100	SABÃO EM BARRA	ZAVASKI	1,3000
26	300	SABÃO EM PÓ	CLASS	3,0000
27	70	SABONETE EM BARRA	NIPS	1,1000
28	60	SABONETE LÍQUIDO	ARRAIAL	3,0000
29	70	AMACIANTE DE ROUPAS	ARRAIAL	2,0000
64	10.000	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA SIMPLES	QUALILUX	0,5900
65	4.000	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA	FOFINHO	0,7900

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os materiais objeto deste certame deverão ser entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município, na forma e nos locais a serem indicados na Autorização de Fornecimento/Pedido e no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido;

2.2 - Todas as despesas com o transporte e descarregamento até o local indicado pelo Município, correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - A entrega de produto que não atenda as normas deste edital será devolvido, devendo o contratado efetuar a substituição em até 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - O valor do contrato é de R\$ 12.642,00 (doze mil seiscentos e quarenta e dois reais). A forma de pagamento será em até 20 dias após a entrega e recebimento definitivo da Nota Fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Funcional	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3922 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	0101
Reduzido	35

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2016 – Pregão Presencial nº 0006/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 08(oito) dias úteis após a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/018

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.
CT16/018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de novembro, nº 818 Centro, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de material de limpeza e higiene, abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para serem utilizados durante o exercício de 2016, conforme segue:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
17	40	TOALHA DE ROSTO	CATARINESE	3,8000
18	70	TOALHA DE LOUÇA	MARTIMPANOS	2,5000
19	100	TOALHA GRANDE PARA LIMPEZA	CATARINESE	3,2000
20	100	TOALHA PEQUENA PARA LIMPEZA	CATARINESE	2,5000
21	50	BOLSA ALVEJADA	MARTIM PANOS	2,6000
30	50	SABONETE INFANTIL	ANJINHO	1,6400
31	30	SHAMPOO INFANTIL	ANJINHO	6,1600
32	20	ÓLEO INFANTIL	ANJINHO	13,4300
33	20	TALCO INFANTIL	ANJINHO	6,7600
34	20	LENÇO UMEDECIDO	ANJINHO	10,4400
35	20	VASSOURA DE PELO COM CABO DE MADEIRA	DALCIM	5,2100
36	20	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA	COLONIAL	5,2100
37	70	VASSOURA DE NYLON COM CABO DE MADEIRA	DALCIM	4,8400
38	30	RODO DE ESPUMA PARA PASSAR CERA	DALCIM	4,7600
39	30	RODO DE PLÁSTICO 40 CM	DALCIM	4,0900
40	10	RODO DE PLÁSTICO 60 CM	PEROVINHA	6,6300
46	50	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO	DALCIM	3,1300
47	100	ODORIZANTE SANITÁRIO	SANY	0,9400
48	100	ODORIZANTE SANITÁRIO SPRAY	SANY	5,4900
49	300	ÁGUA SANITÁRIA	UNIVERSAL	1,9600
50	50	DESINFETANTE TIRA LIMO COM CLORO PARA BANHEIRO	POLWAX	3,5300
51	200	DESINFETANTE SANITÁRIO	KZ	1,7200
52	80	DESODORIZANTE DE AMBIENTE TIPO SPRAY	FACILITY	5,4900
53	150	SAPONÁCEO LÍQUIDO	SANY	2,9700
54	900	DETERGENTE DE COZINHA	AQUAFEST	1,3600
55	300	ÁLCOOL	FLOOPS	5,2700
56	60	LIMPA VIDRO	VIDRAX	2,1200
57	10	ÓLEO DE PEROBA	AUDAX	5,5200
58	50	LUSTRA MÓVEIS	AUDAX	3,0600
59	100	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO P	DANY	2,5200
60	100	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO M	DANY	2,6100
61	100	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO G	DANY	2,6100
62	10	LUVA DE BORRACHA NATURAL P/ PROCEDIMENTO CX COM 100 UNID.	EMBRAMAC	15,9900
63	50	TOUCA PLISSADA BRANCA	PREVEMAX	0,2900
86	60	PILHA AAA	ELGIM	1,3300
87	70	PILHA AA	ELGIM	1,4000
88	30	BATERIA 9 VOLTS	ELGIM	5,6100
89	30	ESFREGÃO DE AÇO INOX	BRINOX	1,4000
90	60	ÁLCOOL GEL 500 G	MEGA	3,8500

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os materiais objeto deste certame deverão ser entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município, na forma e nos locais a serem indicados na Autorização de Fornecimento/Pedido e no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos

a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido;

2.2 - Todas as despesas com o transporte e descarregamento até o local indicado pelo Município, correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - A entrega de produto que não atenda as normas deste edital será devolvido, devendo o contratado efetuar a substituição em até 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - O valor do contrato é de R\$ 10.286,00 (dez mil duzentos e oitenta e seis reais). A forma de pagamento será em até 20 dias após a entrega e recebimento definitivo da Nota Fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Funcional	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3922 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	0101
Reduzido	35

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2016 – Pregão Presencial nº 0006/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 08(oito) dias úteis após a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito

público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/019

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP.

CT16/019

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua do Comércio, Centro, na cidade de Planalto Norte - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de material de limpeza e higiene, abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para serem utilizados durante o exercício de 2016, conforme segue:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
08	500	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA	FAR	5,1700
09	500	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA 100 % CELULOSE	FAR	7,4000
41	100	CERA LÍQUIDA INCOLOR	UN	3,4000
42	100	CERA LÍQUIDA VERMELHA	UN	3,4000
43	50	CERA EM PASTA VERMELHA	UN	4,7100
44	50	CERA EM PASTA INCOLOR	UN	4,7100
45	60	QUEROSENE	LT	9,7300

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os materiais objeto deste certame deverão ser entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município, na forma e nos locais a serem indicados na Autorização de Fornecimento/Pedido e no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido;

2.2 - Todas as despesas com o transporte e descarregamento até o local indicado pelo Município, correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - A entrega de produto que não atenda as normas deste edital será devolvido, devendo o contratado efetuar a substituição em até 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - O valor do contrato é de R\$ 8.019,80 (oito mil dezenove reais e oitenta centavos). A forma de pagamento será em até 20 dias após a entrega e recebimento definitivo da Nota Fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Funcional	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3922 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	0101
Reduzido	35

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2016 – Pregão Presencial nº 0006/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 08(oito) dias úteis após a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

AP OESTE DIST. E COM. DE ALIMENTOS - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/020

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MEGACATARINA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME.
CT16/020

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MEGACATARINA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na AV. Pedro Penso, nº 175 Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.083.840/0001-44, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de material de limpeza e higiene, abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para serem utilizados durante o exercício de 2016, conforme segue:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
10	30	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 08 KG	BOB	6,4700
11	30	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 05 KG	BOB	4,9100
12	30	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 03 KG	BOB	3,9300
13	30	EMBALAGEM PLÁSTICA COM FECHO HERMÉTICO	PCT	3,2400
14	20	PAPEL TIPO PVC TRANSPARENTE	BOB	3,2300
15	10	SACOLA PLÁSTICA 38x48cm	CX	29,3500
16	15	SACOLA PLÁSTICA 25x35cm	CX	21,3100
66	20	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA	UN	36,9700
67	20	LIXEIRA PLÁSTICA VAZADA	UN	2,5300
68	30	CESTO TELADO 10 LTS (LIXEIRA PEQUENA)	UN	2,0700
69	70	FÓSFORO DE SEGURANÇA TIPO LONGO	CX	1,2200
70	50	COLA INSTANTÂNEA	UN	3,3800
71	20	BALDE DE PLÁSTICO - 10 LITROS	UN	3,0000
72	20	BALDE DE PLÁSTICO - 20 LITROS	UN	6,0900
73	20	ESCOVA PARA ROUPA	UN	1,4500
74	700	GRAMPO DE ROUPA DE MADEIRA	UN	0,0770
75	10	PAZINHA PARA LIXO	UN	0,9900
76	900	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE	UN	0,4500
77	150	ESPONJA DE AÇO	PCT	1,2200
79	20	SACO PARA ASPIRADOR ELETROLUX A10	UN	4,5400
80	30	ISQUEIRO	UN	2,8400

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os materiais objeto deste certame deverão ser entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município, na forma e nos locais a serem indicados na Autorização de Fornecimento/Pedido e no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido;

2.2 - Todas as despesas com o transporte e descarregamento até o local indicado pelo Município, correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - A entrega de produto que não atenda as normas deste edital será devolvido, devendo o contratado efetuar a substituição em até 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - O valor do contrato é de R\$ 3.589,95 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos). A forma de pagamento será em até 20 dias após a entrega e recebimento definitivo da Nota Fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Funcional	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3922 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	0101
Reduzido	35

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2016 – Pregão Presencial nº 0006/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exeqüentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 08(oito) dias úteis após a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

MEGACATARINA REPRESENTAÇÕES COM. - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/021

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME.
CT16/021

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Governador Ivo Silveira, nº 759 Centro, na cidade de Irani-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.235.235/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de material de limpeza e higiene, abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para serem utilizados durante o exercício de 2016, conforme segue:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
01	1.000	SACO PARA LIXO 15 LITROS	EMBRAS	0,1600
02	7.000	SACO PARA LIXO 30 LITROS	EMBRAS	0,1800
03	7.000	SACO PARA LIXO 50 LITROS	EMBRAS	0,2100
04	7.000	SACO PARA LIXO 100 LITROS	EMBRAS	0,3600
05	2.000	SACO PARA LIXO 150 LITROS	EMBRAS	0,4600
22	20	FOLHA DE ALUMÍNIO - ROLO 30x7,5cm	BOMPACK	2,2800
23	700	GUARDANAPO BRANCO	BOB	0,9600
24	600	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA	SOFT	1,2400
83	8.000	PRATO DE PLÁSTICO	TOTALPLAST	0,0990
84	8.000	GARFO DE PLÁSTICO	STRAWPLAST	0,0790
85	8.000	COLHERES DE PLÁSTICO	STRAWPLAST	0,0790

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os materiais objeto deste certame deverão ser entregues parceladamente durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município, na forma e nos locais a serem indicados na Autorização de Fornecimento/Pedido e no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido;

2.2 - Todas as despesas com o transporte e descarregamento até o local indicado pelo Município, correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - A entrega de produto que não atenda as normas deste edital será devolvido, devendo o contratado efetuar a substituição em até 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - O valor do contrato é de R\$ 9.847,60 (nove mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). A forma de pagamento será em até 20 dias após a entrega e recebimento definitivo da Nota Fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Funcional	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3922 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	0101
Reduzido	35

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2016 - Pregão Presencial nº 0006/2016.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 08(oito) dias úteis após a solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE FLAUTA DOCE QUE ENTE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MAIARA PEREIRA DOS SANTOS
CT16/022

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e Maiara Pereira dos Santos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.217.522/0001-10, situada na Rua Domingos Luiz Guzzi nº 234, Bairro Santos Dumont - Videira(SC), doravante denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que mais couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de aula de flauta doce, para alunos e cidadãos residentes no município de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços objeto do presente contrato serão prestados mediante comparecimento pessoal do CONTRATADO na sede do CONTRATANTE, no total de 2 (duas) horas semanais, os dias da semana e horários será definido com a secretaria de educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O valor mensal a ser pago ao CONTRATADO pela prestação dos serviços será de R\$ 700,00 (setecentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e na suspensão temporária da participação em processos licitatórios e no impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente contrato terá vigência a partir de 25 de fevereiro de 2016, quando deverá ser iniciada a prestação de serviço e terá duração até o dia 09 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, sempre que se julgar necessário.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

- a) participar em todas as apresentações oficiais do Município e festividades;
- b) ser responsável pelas aulas conforme horários e dias previamente definidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - Os trabalhos objeto do presente contrato serão prestados pelo CONTRATADO na condição de profissional liberal e não gerarão nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

§ 1º. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 2º. O CONTRATADO obriga-se a manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

§ 3º. O presente contrato decorre de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê(SC), 15 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MAIARA PEREIRA DOS SANTOS
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA CONTROLE INTEGRADO DE INSETOS E ROEDORES QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INCOPRAG INTEL. NO CONTROLE DE PRAGAS LTDA – ME.
CT16/023

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e a INCOPRAG INTEL. NO CONTROLE DE PRAGAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 17.106.591/0001-89, com sede na Rod Francisco Magno Vieira, nº 150, Bairro Campeche, em Florianópolis-SC., doravante denominada de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços que se regerá pelo disposto neste contrato, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados em desratização nas dependências da Escola de Ensino Básico Frei Evaristo, CMEI – (Creche), Escola Laércio Caldeira de Andrade e do Centro de Educação Infantil de Iomerê, localizadas neste município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados mediante a utilização de porta-iscas(cola) em locais internos e externos para captura de roedores, bem como a reposição de material quando necessário, sendo que as visitas de monitoramento ocorrerão mensalmente e a responsabilidade será unicamente da CONTRATADA, com relação aos produtos e materiais empregados na execução de todo o trabalho durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO E REAJUSTE

O valor total a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo pago em 10 (dez) parcelas iguais valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), sendo que o pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação do documento fiscal hábil. Caso seja reajustado anualmente, será utilizado o índice INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Complem. Elemento	3390.3999 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	035

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e na suspensão temporária da participação em processos licitatórios e no impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, pelos demais motivos enumerados

no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir de 01 de março de 2016 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, em havendo interesse das partes contratantes.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços contratados serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, sempre que se julgar necessário.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os trabalhos objeto do presente contrato serão prestados pela CONTRATADA, e não gerarão nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

§ 1º. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 2º. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

§ 3º. O presente contrato decorre de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/93.

§ 4º. Todas as despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da CONTRATADA, inclusive tributos e encargos sociais e no deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários.

§ 5º. A CONTRATADA, através de seus representantes ou funcionários, deverá seguir as normas técnicas e de segurança para a execução dos serviços contratados, utilizando equipamentos de proteção.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê(SC), 16 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

INCOPRAG CONTROLE DE PRAGAS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF :

CPF :

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

CONTRATO 16/024

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME.

CT16/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Joaquim Moreira dos Santos, nº 855 Bairro Floresta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0007/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0008/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 29.07.2016 conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 80.984,82 (oitenta mil novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
1	KG	AÇUCAR REFINADO	ALTO ALEGRE	3,5500
2	KG	AMIDO DE MILHO	APTI	6,4500
3	KG	ARROZ PARBOILIZADO	ALFINETE	2,8000
4	KG	ARROZ INTEGRAL	CELIA	3,8500
5	KG	BANANA CATURRA	IN NATURA	2,7400
6	KG	MAMÃO	IN NATURA	4,7100
7	KG	LARANJA	IN NATURA	3,3300
8	KG	MAÇA	IN NATURA	6,5700
9	KG	MANGA	IN NATURA	5,3900
10	KG	MELÃO	IN NATURA	4,1200
11	KG	MELANCIA	IN NATURA	2,1100
12	KG	ABACATE	IN NATURA	8,3400
13	UN	ABACAXI PEROLA	IN NATURA	7,3600
14	KG	BATATA INGLESA	IN NATURA	5,3600
15	KG	ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	IN NATURA	3,1800
16	KG	ABOBORA DO TIPO MORANGA	IN NATURA	3,1800
17	KG	BATATA DOCE	IN NATURA	5,3600
18	KG	BATATA SALSA	IN NATURA	12,4200
19	KG	BETERRABA	IN NATURA	4,1700
20	KG	CENOURA	IN NATURA	4,1700
21	KG	CHUCHU	IN NATURA	3,3800
22	KG	MANDIOCA	IN NATURA	6,1100
23	KG	PEPINO	IN NATURA	3,3800
24	KG	TOMATE	IN NATURA	6,4600
25	KG	CEBOLA	IN NATURA	4,1700
26	KG	RABANETE	IN NATURA	9,4400
27	KG	REPOLHO	IN NATURA	2,3700
28	UN	RADICHE	IN NATURA	2,1700
29	MÇ	TEMPERO VERDE	IN NATURA	2,1700
30	KG	ALHO FRESCO	IN NATURA	22,2300
31	KG	VAGEM	IN NATURA	6,3200
32	UN	ALFACE	IN NATURA	2,1700
33	UN	ACELGA FRESCA	IN NATURA	4,7400
34	MÇ	AGRIÃO	IN NATURA	2,8600
35	UN	BROCOLIS	IN NATURA	5,3300
36	UN	CHICORIA	IN NATURA	2,1700

37	UN	COUVE FOLHA	IN NATURA	2,1700
38	UN	COUVE FLOR	IN NATURA	4,8900
39	LT	BEBIDA LACTEA	VENEZA	4,1900
40	LT	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	AURORA	3,1500
41	LT	LEITE SEM LACTOSE	PIRACANJUBA	4,8300
42	UN	IOGURTE SEM LACTOSE	TIROL	3,4500
43	KG	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	ORQUIDEA	13,1400
44	KG	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM	ISABELA	14,3600
45	KG	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL	PRODASA	12,8900
46	KG	BISCOITO SALGADO TIPO COQUETEL	ISABELA	13,1400
47	KG	BISCOITO DOCE SABOR MILHO	PARATI	12,5600
48	KG	BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL SEM GLACÊ	BOLAMEL	13,1500
49	KG	BISCOITO DO TIPO KUKI	ISABELA	14,1200
50	KG	BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	ORQUIDEA	13,1500
51	KG	BISCOITO DO TIPO MAISENA	PRODASA	12,8500
52	KG	BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	ORQUIDEA	14,1200
53	KG	BISCOITO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE	JASMINE	27,7600
54	KG	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	AMIGO	65,0000
55	KG	CAFÉ MOIDO E TORRADO	CABOCLO	18,5000
56	KG	CANELA EM PÓ	GR	92,1700
57	KG	CANELA EM RAMA	GR	92,1700
58	KG	CRAVO DA INDIA	GR	116,4200
59	KG	NOZ MOSCADA MOÍDA	GR	121,2800
60	KG	OREGANO	GR	53,3600
61	KG	COLORAU	GR	7,5600
62	KG	SAL IODADO REFINADO	CRUZEIRO	1,2600
63	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR	ALCAFOODS	17,6900
64	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	ALCAFOODS	19,1300
65	KG	CEREAL INFANTIL	NUTRIMENTAL	31,0900
66	KG	GRANOLA	CERELMIX	17,6900
67	KG	SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALADA	CAROL	22,0000
68	KG	SEMENTE DE GERGELIM	CAROL	38,5000
69	KG	GRÃO DE BICO	CAROL	8,9000
70	KG	LENTILHA	CAROL	17,5000
71	LT	LEITE DE SOJA LÍQUIDO	SOY	7,0000
72	KG	AVEIA EM FLOCOS	VITAO	14,5000
73	KG	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO	AURORA	26,8000
74	KG	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	VITAO	14,5000
75	KG	FARINHA DE AVEIA	CERELUS	15,0000
76	KG	FARINHA LACTEA	NUTRIMENTAL	29,5000
77	KG	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	APTI	12,5000
78	KG	CHOCOLATE GRANULADO	GR	15,5000
79	KG	CHÁ MATE SABOR MAÇA	LEAO	115,1500
80	KG	CHÁ DE PÊSSEGO	LEAO	110,3500
81	KG	CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	LEAO	139,1400
82	KG	CHÁ DE ERVA DOCE	LEAO	139,1400
83	KG	CHÁ MATE	LEAO	110,3500
84	KG	COCO RALADO SEM AÇUCAR	APTI	44,2500
85	KG	CREME DE LEITE TIPO UHT	ITALAC	13,4200
86	KG	LEITE CONDENSADO	ITALAC	12,4300
87	LT	ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR - LÍQUIDO	HIKARI	154,1500
88	KG	DOCE DE LEITE	OLIVEIRA	11,4300
89	KG	EXTRATO DE TOMATE	QUERO	9,3800
90	KG	FERMENTO EM PÓ	ROYAL	32,0900
91	UN	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML)	COAMO	4,5400
92	LT	VINAGRE DE MAÇA	KOLLER	3,4500
93	LT	AZEITE DE OLIVA	VALE FERTIL	41,4700
94	KG	SARDINHA ENLATADA EM OLEO	GOMES DA COSTA	33,5700
95	KG	CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE	FRINORA	26,3800

96	KG	CARNE BOVINA ACEM	FRINORA	18,4200
97	KG	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	FRINORA	21,4000
98	KG	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	FRIMESA	15,4300
99	KG	CARNE BOVINA - MUSCULO	FRINORA	17,7200
100	KG	CARNE SUINA BISTECA	FRINORA	14,4300
101	KG	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	FRINORA	13,4400
102	KG	CARNE LOMBO FATIADO	FRIGUZZI	19,4100
103	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	LE VIDA	7,0700
104	KG	PEITO DE FRANGO CONGELADO	LE VIDA	10,7800
105	KG	DRUMET DE FRANGO	SADIA	12,3700
106	KG	ERVILHA DO TIPO CONGELADO	LAR	15,9000
107	KG	MILHO PARA CANJICA BRANCA	JUREIA	6,5000
108	KG	MILHO VERDE CONGELADO	LAR	17,5000
109	KG	FEIJÃO PRETO	VO TITA	5,2000
110	KG	FEIJÃO CARIOCA	VO TITA	6,9500
111	KG	FEIJÃO VERMELHO	MAE VEIA	8,5000
112	KG	MILHO PARA PIPOCA	PINDUCA	6,0000
113	KG	FARINHA DE MANDIOCA	SEVENHANI	4,9100
114	KG	FUBÁ	LIBARDONI	2,3800
115	KG	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	BEATRIZ	2,2800
116	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	SANANDUVA	4,5600
117	KG	FARINHA DE POLVILHO DOCE	PRATA	7,4400
118	KG	FARINHA DE POLVILHO AZEDO	PRATA	8,1800
119	KG	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	APTI	13,0500
120	KG	GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA	APTI	13,0500
121	KG	GELATINA SABOR FRAMBOESA	APTI	13,0500
122	KG	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	APTI	13,0500
123	KG	GELATINA SABOR MORANGO	APTI	13,0500
124	KG	GELATINA EM PÓ SABOR UVA	APTI	13,0500
125	KG	PÓ PARA PUDIM	APTI	12,3100
126	KG	SAGU	CAROL	8,6700
127	KG	MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS	ISABELA	8,2000
128	KG	MARGARINA VEGETAL COM SAL	CREMOSY	8,4500
129	KG	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	ROSANE	6,4600
130	KG	MACARRÃO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE	TIVVA	18,4000
131	DZ	OVOS	CORRENT	5,6000
132	LT	SUCO UVA 100% NATURAL	SABORE	19,5000
133	LT	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	SUCO NELI	14,5000
134	KG	QUEIJO MUZZARELA FATIADO	SANTA BARBARA	26,3000
135	KG	QUEIJO RALADO DO TIPO PARMESÃO	GRAN MAESTRI	64,0200
136	KG	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	PERDIGAO	8,9300
137	KG	PRESUNTO	JCW	28,2900
138	UN	BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHAS	RITTER	1,4000
139	UN	BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	RITTER	1,4000
140	UN	BARRA DE CEREAL SABOR COCO	RITTER	1,4000
141	UN	BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM	RITTER	1,4000
142	KG	CANJIQUEINHA OU QUIRERA	JUREIA	4,5000
143	KG	TORTEI CASEIRO ENROLADO	EDYNEI	24,5000
144	KG	TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	EDYNEI	24,5000
145	KG	AGNOLINE DO TIPO CASEIRO (recheio de frango)	EDYNEI	24,5000
146	KG	LASANHA CASEIRA	EDYNEI	23,3900
147	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO ESPAGUETE GROSSO	EDYNEI	17,6600
148	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO FURADO GROSSO	EDYNEI	17,6600
149	KG	MACARRÃO CASEIRO CABELO DE ANJO	EDYNEI	17,6600
150	KG	DOCE CASEIRO DE FRUTAS	GUIMARAES	16,2100
151	KG	MEL NATURAL DE ABELHA	EXTRAMEL	19,1500
152	LT	ALIMENTO A BASE DE SOJA COM SABOR	ADES	7,5000

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

TEPEL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF : CPF :

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/025

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME.

CT16/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 355, Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0007/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0008/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 29.07.2016 conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 17.519.70 (dezesete mil quinhentos e dezenove reais e setenta centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
153	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	13,4400
154	KG	PÃO DOCE	13,4400
155	KG	PÃO FRANCES	9,9500
156	KG	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	16,0000
157	KG	BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	19,0000
158	KG	BOLACHA CASEIRA DE AÇUCAR MASCAVO	21,0000
159	KG	BOLO CASEIRO DE CENOURA	15,5000
160	KG	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	15,5000
161	KG	BOLO CASEIRO DE LARANJA	15,5000
162	KG	BOLO CASEIRO DE ABACAXI	15,5000
163	KG	BOLO CASEIRO DE BAUNILHA	15,5000
164	KG	BOLO CASEIRO DE AIPIM/MILHO	17,5000
165	KG	GROSTOLI	16,0000
166	KG	PÃO TIPO CASEIRO	12,5000
167	KG	PÃO CASEIRO INTEGRAL	12,5000
168	KG	CUSA CASEIRA	13,5000

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente ao objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JJMCL PANIF. CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF : CPF :

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/026

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SÊMEN QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CT16/026

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Guilherme Scharf, nº 2520 Bairro Fidélis na cidade de Blumenau-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição, conforme abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de sêmen bovino para inseminação, conforme programa de melhoria genética desenvolvido no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	QTDAD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Dose	1200	Sêmen bovino de touro raça Jersey	19,00	22.800,00
02	Dose	1600	Sêmen bovino de touro raça Holandesa	19,00	30.400,00
03	Dose	500	Sêmen bovino de touro raça Red Angus	15,50	7.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – A empresa vencedora do certame, deverão fazer as entregas fracionadas conforme necessidades, em até 08 dias úteis após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, nas quantidades e especificidades descritos na Autorização de Fornecimento.

2.2 – As despesas de deslocamento, acondicionamento, conservação e transporte dos itens desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

2.3 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O valor do contrato é de R\$ 60.950,00 (sessenta mil novecentos e cinquenta reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3.3.90.30.40 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	70

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016. Caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, poderá ser adquirido até o vencimento da ata nº xx/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2016 – Pregão Presencial nº 0005/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 17 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

SEMEX DO BRASIL COM. IMP. e EXP. LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/027

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SÊMEN QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

CT16/027

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Senador Salgado Filho, nº 3846 Bairro Uberaba na cidade de Curitiba-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 85.093.524/0001-27, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição, conforme abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição nitrogênio líquido, bainhas e luvas para inseminação, conforme programa de melhoria genética desenvolvido no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	QTDAD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04	Litro	4000	Nitrogênio líquido.	1,80	7.200,00
05	Pacote	200	Bainha francesa para inseminação artificial, com 50 unidades em cada pacote.	13,00	2.600,00
06	Caixa	500	Luva descartável para inseminação artificial, caixa com 25 unidades.	8,99	4.495,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – A empresa vencedora do certame, deverão fazer as entregas fracionadas conforme necessidades, em até 08 dias úteis após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, nas quantidades e especificidades descritos na Autorização de Fornecimento.

2.2 – As despesas de deslocamento, acondicionamento, conservação e transporte dos itens desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

2.3 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O valor do contrato é de R\$ 14.295,00 (quatorze mil duzentos e noventa e cinco reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3.3.90.30.40 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	70

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um

por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016. Caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, poderá ser adquirido até o vencimento da ata nº xx/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2016 – Pregão Presencial nº 0005/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 17 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/028

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FLORA JASMIM COMÉRCIO DE FLORES LTDA - ME.
CT16/028

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FLORA JASMIM COMÉRCIO DE FLORES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Dom Pedro II, nº 405 Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.687.203/0001-14, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a contratação de prestação de serviços de limpeza, compreendendo em corte de grama, roçadas e capina, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	10	Corte de grama, roçadas, poda de árvores, capina, limpeza após corte de grama, retirada total de inços e ervas daninhas, eliminação de formigas e outros insetos, etc., a serem prestados no perímetro urbano do Município de Iomerê.	3.980,00	39.800,00

CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E REAJUSTE

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0009/2016, na modalidade Pregão Presencial

nº 0008/2016, independente de sua transcrição. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de 01.03.2016, com término em 31.12.2016, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, sendo reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL

4.1 - Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais), sendo em parcelas mensais de R\$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Complem. Elemento	3390.3999 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	070

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Prestar os serviços de acordo com as especificações exigidas;

8.2 – Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

8.3 – Disponibilizar todos os equipamentos de segurança (EPI), para todos os funcionários utilizarem durante a execução das atividades.

8.4 - É de inteira responsabilidade da empresa licitante vencedora o material, mão-de-obra necessários para a execução dos serviços.

8.5 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas.

8.6 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata.

8.7 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1,0 (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 24 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

FLORA JASMIM COM. DE FLORES LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF :

CPF :

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/029

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO DOS ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE.

CT16/029

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO DOS ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Luiz Specht nº 299, Bairro Vila Pedrini, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.924/0001-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto serviços de arbitragem em competições esportivas a serem realizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	JG	100	Arbitragem Futsal: com 02 árbitros e 01 mesário	200,00	20.000,00
02	JG	40	Arbitragem Futebol de campo: com 01 árbitro e 02 bandeirinhas	360,00	14.400,00
03	JG	40	Arbitragem futebol suíço: com 02 árbitros e 01 mesário	180,00	7.200,00
04	JR	15	Arbitragem Bocha: com 01 árbitro	180,00	2.700,00
05	JG	40	Arbitragem Voleibol: com 02 árbitros e 02 mesário	200,00	8.000,00
06	JG	40	Arbitragem Voleibol de areia: com 02 árbitros	70,00	2.800,00
TOTAL					55.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no Município de Iomerê, nos locais onde serão realizadas as competições esportivas, nos horários a serem definidos, de acordo com a programação das competições a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Departamento de Esportes.

2.2 – Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, deverá disponibilizar profissionais capacitados e que possuam experiência no ramo de arbitragem, de acordo com cada modalidade esportiva descrita no Item 1.1, sem custo de transporte, alimentação e água.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3.3.90.39.99 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	059

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 30 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2016 – Pregão Presencial nº 0009/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, despesas com alimentação e deslocamento, dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste certame.

9.3 – A Contratada obriga-se a dispor de pessoal especializado para prestação dos serviços, nos dias, horários e locais em que acontecerão as competições esportivas, com antecedência mínima de uma hora do início das competições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 26 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ASSOC. DOS ÁRBITROS - ASSAMEC
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF : _____ CPF : _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO ACT16/17

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT16/17

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 332.437.009-49 e RG 5.218.564-8, residente a Rua Mal. Castelo Branco n. 262, Centro, Pinheiro Preto -SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor de Geografia, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE, decorrente da aprovação em processo seletivo nº 002/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais, sede e localidade de Bom Sucesso, conforme a necessidade da rede municipal de ensino.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 30 (TRINTA) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério do Município de Iomerê, equivalente ao valor de R\$1.977,04 (um mil novecentos e setenta e sete reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 15 de fevereiro de 2016 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2016, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 15 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO ACT16/18

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT16/18

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ANGELA KATIA RUARO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 881.923.349-53 e RG 5.146.007-3, residente a Rua São Francisco de Assis, Bairro São Francisco – Videira, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor de História, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais, sede e localidade de Bom Sucesso, conforme a necessidade da rede municipal de ensino.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 30 (trinta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do magistério do Município de Iomerê, equivalente ao Valor de R\$1.977,04(um mil novecentos e setenta e sete reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 23 de fevereiro de 2016 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 23 de fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

ANGELA KATIA RUARO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :

TERMO DE ESTAGIO Nº 16/05

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP – CT14FMS/016, TA14/047 e TA15/013.

TA16/005

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica, de direito privado, situada na Rua XV de novembro, nº 274 na cidade de Videira SC., inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.196/0001-95, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações ADITAR o Contrato supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. Considerando o parecer técnico do engenheiro, o valor do presente contrato sofrerá modificações.

Art. 2. Fica aditivado ao contrato acima epigrafado o valor de R\$ 20.855,04(vinte mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

Art. 3. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo

aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 10 de fevereiro de 2016.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Const. e Incorporadora GG Bruschi Ltda
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE ESTAGIO Nº 16/06

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - CT13/16, TA 13/32, TA 13/50, TA14/004, TA14/008 e TA14/013 E TA15/055. TA16/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TRANSPORTADORA CHALÉ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rodovia SC 453 – Km 04 – Bairro Santa Gema, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.750.730/0001-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato nº CT13/16, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Considerando planilha apresentada pela empresa, que comprova o real e efetivo aumento no custo para a prestação dos serviços, ante o reajuste oficial nos preços de combustíveis, pneus, seguros, etc, o valor do quilômetro passa a ser de R\$ 3,05(três reais e cinco centavo), a partir de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/16.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 12 de fevereiro de 2016.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Transportadora Chalé Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

HOMOLOGAÇÃO ARBITRAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2016 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 10/2016 Processo de Licitação: 10/2016 Data do Processo: 05/02/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2016
b) Licitação Nr.: 9/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/02/2016
e) Data da Adjudicação: 25/02/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO SETOR DE ESPORTES.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ASSOC. DE ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE - (2241)

1 ARBITRAGEM FUTSAL COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	100,00	0,0000	200,00	20.000,00
2 ARBITRAGEM FUTEBOL CAMPO COM 01 ARBITRO e 02 BANDEIRINHAS	JG	40,00	0,0000	360,00	14.400,00
3 ARBITRAGEM FUTEBOL SUIÇO COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	40,00	0,0000	180,00	7.200,00
4 ARBITRAGEM BOCHA COM 01 ARBITRO	JR	15,00	0,0000	180,00	2.700,00
5 ARBITRAGEM VOLEIBOL COM 02 ARBITROS e 02 MESARIO	JG	40,00	0,0000	200,00	8.000,00
6 ARBITRAGEM VOLEIBOL AREIA COM 02 ARBITROS	JG	40,00	0,0000	70,00	2.800,00
				Total do Fornecedor:	55.100,00
				Total Geral:	55.100,00

Iomerê, 25 de Fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 9/2016 - PR

Processo Administrativo: 10/2016
Processo de Licitação: 10/2016
Data do Processo: 05/02/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 25 de Fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO SERVIÇO LIMPEZA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2016 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 9/2016 Processo de Licitação: 9/2016 Data do Processo: 01/02/2016

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2016
b) Licitação Nr.: 8/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/02/2016
e) Data da Adjudicação: 23/02/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE LIMPEZA, CORTE DE GRAMA E OUTROS NO PERIMETRO URBANO.

				(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
Lote: 1	- 003658 - FLORA JASMIN COM. DE FLORES LTDA - ME	1	0,0000	39.800,00
Total por Fornecedor:		1		39.800,00
Total:		1		39.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 506.631,45

Iomerê, 23 de Fevereiro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2016

Edital de Notificação nº 01/2016

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/01/2016 a 26/02/2016

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	47.241,99
417213302000000	Transferências SUS - ESF	116.020,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	32.448,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	14.712,24
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	6.290,00
417213306000000	Transferências SUS – Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS – SAÚDE BUCAL	8.920,00
417213311380000	Núcleo Apoio Saúde Família	0,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	7.605,52
417213402000000	Transferências FNAS – Média e Alta Complexidade	2.480,64
417213404000000	Transferências FNAS – IGD BOLSA FAMÍLIA	1.430,00
417213402000000	Transferências FNAS – APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	12.000,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	30.078,04
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	4.460,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	3.000,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	990,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.622,57
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.708,10
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	588,02
4242102000000001	Transf. FNDE PAR	10.218,10
424719902000000	Transf. Convenios União – MCIDADES 799854/2013	0,00
424719903000000	Transf. Convenios União – MCIDADES 797671/2013	0,00
424210999010000	Transf. União Defesa Civil	464.295,22
Total dos Recursos Recebidos no Período		771.108,44

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 01.03.2016

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 13/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2016, Processo de Licitação nº 10/2016, homologado em 05 de fevereiro de 2016.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de chamamento Público para Credenciamento nº 04/2015, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 16.475,00 (Dezesseis Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)

Assinatura: 05/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, situada na AVENIDA PORTO ALEGRE, Nº 233 LETRA E SAL, Bairro: CENTRO, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.720.068/0001-24.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015, Processo de Licitação nº 26/2015, homologado em 15 de abril de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2015 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E A EMPRESA CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 05/02/2016 Vigência: 16/02/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, situada na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 240, Bairro: CENTRO, cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.349.207/0001-52.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 15/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 23 de janeiro de 2015.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MERLIN SISTEMA DE ENSINO LIMITADA.

Valor: R\$ 107.492,80 (Cento e Sete Mil Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta Centavos)

Assinatura: 05/02/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MERLIN SISTEMA DE ENSINO LIMITADA, situada na AVENIDA MARINGÁ, Nº 350 SALA 02, Bairro CENTRO, cidade de PINHAIS-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.374.177/0001-83.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 33/2015, homologado em 03 de junho de 2015.

Objeto: RETIFICAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO N.º 89/2015 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA).

Valor: R\$ 246.769,86 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Assinatura: 19/02/2016 Vigência: 19/02/2016 á 19/02/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, situada na RUA BORGES DE MEDEIROS Nº 1477 E, Bairro: PRESIDENTE MEDICE, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.341.214/0001-94.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 17/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 112/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.

Valor: R\$ 76.480,00 (Setenta e Seis Mil Quatrocentos e Oitenta Reais)

Assinatura: 19/02/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME, situada na LINHA SÃO JOSÉ - INTERIOR, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.785.889/0001-74.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011, Processo de Licitação nº 84/2011, homologado em 12 de janeiro de 2012.

Objeto: DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 11/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES ALESSI LTDA.

Valor: R\$ 178.978,00 (Cento e Setenta e Oito Mil Novecentos e Setenta e Oito Reais)

Assinatura: 19/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES ALESSI LTDA., situada na RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, Bairro: CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL -SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.297.012/0001-21.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 19/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016, Processo de Licitação nº 11/2016, homologado em 19 de fevereiro de 2016.

Objeto: O presente contrato tem por objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço, com o objetivo de cuidar de DARLAN DA SILVA RUCK portador de necessidades especiais, por não ter condições de gerir sua vida sozinho, longe dos irmãos menores e sem o auxílio de um cuidador (a), no período das 18:hs às 06:hs semanalmente, cumprindo a liminar dos Autos nº 242.14.001104-8,(0001104-49.2014.8.24.0242), para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 24.499,40 (Vinte e Quatro Mil Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta Centavos)

Assinatura: 19/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARIA SALETE GONCALVES FUNEZ-MI, situada na LINHA ALEGRE, Bairro: INTERIOR, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.941.598/0001-19.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 20/2016

Objeto: DISTRATO CONTRATUAL AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 69/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A SRª MARIA SALETE GONÇALVES FUNEZ, NA FORMA ABAIXO.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 26/02/2016 Vigência: 26/02/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARIA SALETE GONÇALVES FUNEZ, situada na LINHA MARIA GUINTER- LINDOIA DO SUL, Bairro: CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 892.854.099-20.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 21/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 109/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 80.230,00 (Oitenta Mil Duzentos e Trinta Reais)

Assinatura: 01/03/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 22/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015, Processo de Licitação nº 61/2015, homologado em 26 de novembro de 2015.

Objeto: DISTRATO CONTRATUAL AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 59/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 01/03/2016 Vigência: 01/03/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 68, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.369.697/0001-42.

PORTARIA Nº. 103/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2.016.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A PAULO ROBERTO DE BORTOLI, matrícula 109, Licença Prêmio de 05 meses e 20 dias, relativa ao período aquisitivo de 2006 a 2016, e gozo de 03/03/2016 a 24/08/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Março de 2016.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 102/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSORA, À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MORGANA CASON WEIMER, Matrícula 2492-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 3931232 e do CPF 071.529.949-27, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 065/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 104/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO NO CARGO DE MÉDICO, À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GILSON RODRIGUES GONCALVES, Matrícula 2518-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5831736 e do CPF 686.009.500-82, com nomeação para o cargo de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., Nível salarial Nível CE 190 20 horas, com

carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 038/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 105/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

VANESSA CANZI, sob a Matrícula 2519-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.391 e do CPF 102.365.859-32, para ocupar o cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002, nível salarial NÍVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 01/03/2016 a 23/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 106/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

FABIANA APARECIDA MOSCON, sob a Matrícula 2520-8, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 4.100.757 e do CPF 055.025.959-78, para ocupar o cargo em caráter temporário de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 01/03/2016 a 23/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/03/2016.

Ipumirim - SC, 01 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa, para avaliação do desempenho da Administração Pública Municipal, em cada área de atuação. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 01/03/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 13, DL 5-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2016 Data do Processo: 01/03/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2016
b) Licitação Nr.: 5/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 01/03/2016
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa, para avaliação do desempenho da Administração Pública Municipal, em cada área de atuação.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ALO BRASIL PESQUISA E CONSULTORIA LTDA (8574)

1 Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa, para avaliação do desempenho da Administração Pública Municipal, em cada área de atuação.	SER	1,00	0,0000	7.900,00	7.900,00
---	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 7.900,00

Total Geral: 7.900,00

Ipumirim, 1 de Março de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos X, da Lei n.º 8.666/93, consolidada para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)", com o objeto à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro, declarou a dispensa de licitação, para a celebração de contrato com a Senhora JANETE ZAMBOSKI, com o objeto de locar o imóvel: Um imóvel Rural espólio de Clara Zamboski, neste ato representado pela Senhora Janete Zamboski, inscrita no CPF sob o n.º 613.908.529-20 e portadora da Cédula de Identidade n.º 1.796.418 SSPSC, com a área de 01(um) hectare, sito à localidade de Serra Grande, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 16.465, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 01 de março de 2016.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESPACHO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2016
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: utilização pelo locatário, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro.

Um imóvel Rural espólio de Clara Zamboski, neste ato representado pela Senhora Janete Zamboski, inscrita no CPF sob o n.º 613.908.529-20 e portadora da Cédula de Identidade n.º 1.796.418 SSPSC, com a área de 01(um) hectare, sito à localidade de Serra Grande, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 16.465, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, para nos termos do art. 24, X da Lei n.º 8.666/93, declarar a dispensa de licitação para a celebração do Contrato com a Senhora Janete Zamboski, no valor total de R\$ 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais), conforme discriminados:

Um imóvel Rural espólio de Clara Zamboski, neste ato representado pela Senhora Janete Zamboski, inscrita no CPF sob o n.º 613.908.529-20 e portadora da Cédula de Identidade n.º 1.796.418

SSPSC, com a área de 01(um) hectare, sito à localidade de Serra Grande, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 16.465, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC. Conforme consta dos autos, os preços se apresentam compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações imobiliárias. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 01 de março de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2016
DISPENSA N.º 02/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita locar o seguinte imóvel:

Um imóvel Rural espólio de Clara Zamboski, neste ato representado pela Senhora Janete Zamboski, inscrita no CPF sob o n.º 613.908.529-20 e portadora da Cédula de Identidade n.º 1.796.418 SSPSC, com a área de 01(um) hectare, sito à localidade de Serra Grande, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 16.465, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC; Razão da Escolha: O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro.

Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais), e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais), conforme indicado no Ofício nº 123/2016.

Sendo que após consulta às empresas da região, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado.

Justificativa – O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro.

Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)".

Dotação orçamentária: Projeto Atividade 2018 - Manutenção do Transporte Rodoviário – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas;

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 01 de março de 2016
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LC Nº 109/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2016.

EMENTA: "INSTITUI ABONO SALARIAL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º – Concede abono ao Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores no valor de R\$ 87,33 (oitenta e sete reais e trinta e três centavos), fazendo com que o salário atual R\$ 792,67 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), seja equiparado ao salário mínimo nacional no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data da implementação da correção do salário mínimo nacional vigente, que poderão ser pagos em folha suplementar.

Art. 3º – Revogam-se às disposições em contrários.

Município de Irineópolis (SC), em 24 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº. 053/2016.

DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA POR PRAZO DE-TERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar a pedido, na data de 29/02/2016, a servidora

VANESSA OLESCOVICZ DE SOUZA, das atividades de Professora ACT (20h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 036/2016 de 11/02/2016.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 23 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 054/2016

PORTARIA Nº. 054/2016.

CONCEDE FÉRIAS NO MÊS DE MARÇO DE 2016, AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Cleverton Dione Rodrigues	07/03 a 05/04/2016
2.	Cristiano Back	17/03 a 31/03/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Março de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 10/2016**

PORTARIA Nº ____/2016

"EXONERA A SERVIDORA SORAIA LOPES DO CARGO EM COMISSÃO DE ACESSORA PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

EXONERAR nesta data 01/03/2016, a Servidora Soraia Lopes do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar, comunique-se com Urgência o Departamento Pessoal para as providencias cabíveis na forma da Lei.

Gabinete da Presidência, em 01 de março de 2016.

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 15 de março de 2016, para contratação de um maestro ou maestra para prestação de serviço de aulas para corais com os idosos do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 15 de março de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 01 de março de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 014/2016

DECRETO Nº 014/2016, de 29 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a Resolução CMS n. 002/2016, de 23 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução CMS n. 002/2016, de 23 de fevereiro de 2016 do Conselho Municipal de Saúde, conforme Anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, em 29 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO N. 015/2016

Decreto nº 015, de 01 de março de 2016

"Dispõe Sobre Reajuste no valor do Auxílio Funeral e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 2º da Lei Municipal 1.550/2001, alterado pela Lei 2.083/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor de R\$ 1.428,33 (um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos), correspondente ao Auxílio Funeral estabelecido pela Lei Municipal 1.550/2001, alterado pela Lei 2.038/2010, para R\$ 1.578,87 (um mil e quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

§ 1º O valor que trata o caput deste artigo foi reajustado conforme a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM - FGV, do período de Janeiro a Dezembro de 2015, conforme disposto no Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 1.550/2001, alterado pela Lei 2.083/2010.

§ 2º A variação total do IGPM - FGV no período foi de 10,54 % (dez vírgula cinquenta e quatro por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 009 de 02 de fevereiro de 2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, em 01 de março de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N. 107/2015

DECRETO Nº. 107, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Regulamenta o Inciso III do artigo 6º da Lei Municipal nº 2.101, de 09 de setembro de 2010, alterado pela Lei Municipal nº 2435 de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o estabelecido no inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a aplicação prática do Inciso III do artigo 6º da Lei Municipal nº 2.101, de 09 de setembro de 2010, alterado pela Lei Municipal nº 2435 de 27 de Novembro de 2015 sendo que para tanto, o Município poderá arcar com o custo correspondente a 29 (vinte e nove) UMR (Unidades Municipais de Referência) por hora de silagem, limitadas a 04 (quatro) horas/ano por propriedade rural sendo que o restante do valor do custo/hora, será suportado pelo agricultor beneficiado pelo serviço.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 16 de Dezembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL 014 - PS 004/2015

Edital do Processo Seletivo 004/2015

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 02 de março de 2016 às 08:30h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasul..

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Pedagogia - vespertino

Posição	Nome	Assinatura
40	Ivone Bevilaqua	
41	Kelin Artifon	
42	Leila Grooders	
43	Eliane Burin	

Itá, 01 de março 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2016

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Entrega dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 17 de março de 2016, no Departamento de Compras e Licitações. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 1º de março de 2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PR Nº 26/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

Nº ADITIVO: 2º

Nº DE CONTRATO: 97/2015

CONTRATADA: Janaína Fernanda Pinotti ME.

OBJETO: serviços de Transporte Escolar. Fica retificado o início do ano letivo, para o dia 22/02/2016 a 16/12/2016. Itaiópolis, 15/02/2016 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS - PR Nº 22/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

Nº ADITIVO: 2º

Nºs DE CONTRATOS: 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 94, 101 e 112/2015

CONTRATADAS: Soetur Turismo Ltda.; Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME; Transportes Jatzombek Ltda. ME; Transebo Transportes Coletivos Ltda.; Melnik e Kovalhczuk Ltda. ME; Rafael Grossel ME; Adilson Tomporowski ME; Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME; Trans Pinotti Ltda. EPP e Adilson Tomporowski ME.

Nº ADITIVO: 3º

Nºs DE CONTRATOS: 77, 78, 79, 82, 86, 88 e 90/2015

CONTRATADAS: Aristeu Olsen Eirelli ME; Stylus Transportes Coletivos Ltda.; Trans Pinotti Ltda. EPP; Baluci Transportes Ltda. ME; Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME; Erivaldo Kuhl MEI e Ilário Casal Mendes MEI.

OBJETO: serviços de Transporte Escolar. Fica retificado o início do ano letivo, para o dia 22/02/2016 a 16/12/2016. Itaiópolis, 15/02/2016 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS - DL Nº 4/2016

Processo Licitatório nº 11/2016 – Dispensa de Licitação nº 4/2016. Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. Nº CONTRATO – CONTRATADA - VALOR: 31/2016 – Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME. Linha nº 24 – matutino - R\$ 6.552,00. 32/2016 – Rafaél Grossel ME. Linha nº 37 – matutino - R\$ 4.504,50. Período: 22/02/2016 a 31-03-2016. Itaiópolis, 19 de fevereiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS - PR Nº 22/2015

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 30/2015 – Pregão Presencial nº 22/2015. Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. Nº CONTRATO – CONTRATADA - VALOR: 28/2016 – Baluci Transportes Ltda. ME. Linhas nºs 10 – matutino – Vespertino. R\$ 64.600,00. 29/2016 – Stylus Transportes Coletivos Ltda. – Linha nº 19 – matutino. R\$ 53.726,40. 30/2016 – Aristeu Olsen Eireli ME – Linhas nº 32 – matutino – vespertino. R\$ 74.480,00. Prazo: 31-12-2016. Itaiópolis, 18 de fevereiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 04/2016. Pregão Presencial nº 02/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresas vencedoras: Furtado Comercio e Transporte de gás Ltda. Valor R\$ 11.500,00; Otavio Varvenczack ME. Valor: R\$ 32.231,35; Supermercado Hilário Fuchs Ltda. Valor R\$ 26.819,43 e Papelaria São Bento Ltda – EPP. Valor R\$ 18.915,10. Vigência: 29 de fevereiro de 2017. Itaiópolis, 01/03/2016. Nair Verônica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.019, de 1º de março de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superávit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recursos:

067 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Transf. Capital União, no valor de.. R\$ 103.682,51
 168 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Rec. Ordinários, no valor de R\$ 27.499,24
 170 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Saúde Bucal, no valor de R\$ 11.678,03
 171 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Vig. Epidemiológica, no valor de.... R\$ 3.044,47
 172 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Farmácia Básica União, no valor de R\$ 946,28
 173 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PAB FIXO, no valor de R\$ 225,39
 174 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PSF, no valor de R\$ 777,47
 175 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PACS, no valor de R\$ 33.751,72
 176 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Com. SUS União, no valor de R\$ 35.178,35
 177 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Farm. Básica Estado, no valor de R\$ 12.276,35
 178 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Transf. Conv. SUS, no valor de R\$ 63.901,41
 179 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Com. SIS Fronteira, no valor de R\$ 1.085,10
 211 – Rec. Tes. Exercício Anterior – SAMU, no valor de R\$ 657,87
 605 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Conv. NASF, no valor de R\$ 16.129,28
 606 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Alienação de Bens, no valor de R\$ 42,92
 Total: R\$ 310.876,39
 92.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0133.1018 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente
 44.90.00.00.00.00.00.0067 – Aplicações Diretas R\$ 64.100,00
 44.90.00.00.00.00.00.00606 – Aplicações Diretas R\$ 42,92
 10.301.0133.1023 – Construção, Ampliação e Manutenção dos Postos de Saúde e CAPS
 44.90.00.00.00.00.00.0067 – Aplicações Diretas R\$ 39.582,51
 10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.00174 – Aplicações Diretas R\$ 777,47
 31.90.00.00.00.00.00.00175 – Aplicações Diretas R\$ 33.751,72
 31.90.00.00.00.00.00.00178 – Aplicações Diretas R\$ 63.901,41
 31.90.00.00.00.00.00.00211 – Aplicações Diretas R\$ 657,87
 31.90.00.00.00.00.00.00605 – Aplicações Diretas R\$ 16.129,28
 33.90.00.00.00.00.00.00168 – Aplicações Diretas R\$ 27.499,24
 33.90.00.00.00.00.00.00170 – Aplicações Diretas R\$ 11.678,03
 33.90.00.00.00.00.00.00171 – Aplicações Diretas R\$ 3.044,47
 33.90.00.00.00.00.00.00172 – Aplicações Diretas R\$ 946,28
 33.90.00.00.00.00.00.00173 – Aplicações Diretas R\$ 225,39
 33.90.00.00.00.00.00.00176 – Aplicações Diretas R\$ 35.178,35
 33.90.00.00.00.00.00.00177 – Aplicações Diretas R\$ 12.276,35
 33.90.00.00.00.00.00.00179 – Aplicações Diretas R\$ 1.085,10
 Total: R\$ 310.876,39

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO N. 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 18, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóvel urbano e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea p do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores ALBERTO LENGERT, RICARDO KRAEMER e JACINTA MARIA NYLAND para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para reavaliação dos seguintes imóveis:

I – Parte do lote rural nº 25 da Linha Coqueiro, situado neste município de Itapiranga, com área de 1.000m² (hum mil metros quadrados), confrontando: ao NORTE, por linha seca, em 39,24 metros; ao LESTE, em 20,52 metros, por uma estrada; ao SUESTE, em 40,24 metros, por uma estrada, sempre com terras do mesmo

lote nº 25, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó; e ao OESTE, por linha seca, em 40,00 metros, com parte do mesmo lote nº 25, de propriedade do Estado de Santa Catarina, com benfeitorias conforme matrícula nº 6.771 do CRI de Itapiranga SC;

II – Parte do Lote Rural nº 25 da Linha Coqueiro assim denominado: Lote Rural nº 25-B, formado por parte do lote rural nº 25, da Linha Coqueiro, situado no município de Itapiranga-SC, sem benfeitorias, perfazendo uma área total 20.000,00 m² (Vinte mil metros quadrados), confrontando: ao NORDESTE, em 219,00 metros com terras do Lote Rural nº 26; ao SUDESTE, 92,10 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao SUDOESTE, em 219,00 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao NOROESTE, em 94,20 metros com o Lote Rural nº 25-A.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do tesouro municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 18 de fevereiro de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 21, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 21, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Decreta turno único e estipula horário especial de expediente na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 40 da Lei Complementar nº 39/2011;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica estabelecido turno único para os servidores municipais que exercem atividades externas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, cujo expediente ocorrerá das 07h30min às 13h30min.

Art. 2º. Nos termos do artigo 7, incisos XIII e XIV, c/c artigo 39, §, ambos da Constituição Federal, ocorrendo jornada de trabalho superior ao período mencionado no artigo 1º desde Decreto, somente será considerado período extraordinário aquele que ultrapassar à oitava hora diária, desde que previamente autorizada a sua realização pela autoridade competente.

Art. 3º Este Decreto terá vigência de 29 de fevereiro até 11 de março de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 26 de fevereiro de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 24, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 24, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.020, de 1º de março de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" nas seguintes fontes de recursos:

170 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Salário Educação, no valor de R\$ 31.508,84

171 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Merenda Escolar, no valor de R\$ 30.074,01

174 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Conv. Assistenciais União, no valor de R\$ 74.672,18

178 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Rec. Imp. Educação, no valor de R\$ 2.269,79

182 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Conv. Assistenciais Estado, no valor de R\$ 30.821,38

609 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Iluminação Pública, no valor de R\$ 80.521,87

Total: R\$ 249.868,07

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo

25.752.0076.2012 – Manutenção e Implantação de redes de Iluminação Pública

33.90.00.00.00.00.00.0609 – Aplicações Diretas R\$ 80.521,87

06.01 – Secret. Mun. Educ. Cult. e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0178 – Aplicações Diretas R\$ 2.269,79

33.90.00.00.00.00.00.0170 – Aplicações Diretas R\$ 31.508,84

06.03 – Secret. Mun. Educ. Cult. e Desp. – Outras Fontes

12.306.0134.2033 – Merenda Escolar

33.90.00.00.00.00.00.0171 – Aplicações Diretas R\$ 30.074,01

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.1011 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0174 – Aplicações Diretas R\$ 7.839,00

44.90.00.00.00.00.00.0182 – Aplicações Diretas R\$ 6.518,41

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral

33.90.00.00.00.00.00.0174 – Aplicações Diretas R\$ 66.833,18

33.90.00.00.00.00.00.0182 – Aplicações Diretas R\$ 24.302,97

Total: R\$ 249.868,07

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 25, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 25, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.022, de 1º de março de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, nas seguintes dotações orçamentárias:

176 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Capital da União, no valor de R\$ 212.904,14

179 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Corr. da União, no valor de R\$ 9.993,57.

06.02 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0179 – Aplicações Diretas R\$ 9.993,57

06.03 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Outras Fontes
27.812.0073.1013 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes
44.90.00.00.00.00.00.0176 – Aplicações Diretas R\$ 5.016,63

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0150.2044 – Construção e Reforma de Pontes, Bueiros, Rodovias e Galerias
44.90.00.00.00.00.00.0176 – Aplicações Diretas R\$ 207.887,51.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 26, DE 1º DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 26, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.023, de 1º de março de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", do Fundo Nacional de Saneamento, na seguinte dotação orçamentária 117 - Outras Transf. de Capital da União, no valor de R\$ 722.105,95:

03.02 – Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento
17.511.0079.1008 – Constr. Ampl. da Infra-estrutura da Rede de Água Potável, Água Pluvial e Rede de Esgoto

44.90.00.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas
..... R\$ 722.105,95.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.019, DE 1º DE MARÇO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.019, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superávit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recursos:

067 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Transf. Capital União, no valor de.. R\$ 103.682,51

168 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Rec. Ordinários, no valor de R\$ 27.499,24

170 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Saúde Bucal, no valor de R\$ 11.678,03

171 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Vig. Epidemiológica, no valor de.... R\$ 3.044,47

172 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Farmácia Básica União, no valor de R\$ 946,28

173 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PAB FIXO, no valor de R\$ 225,39

174 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PSF, no valor de R\$ 777,47

175 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Cov. PACS, no valor de R\$ 33.751,72

176 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Com. SUS União, no valor de R\$ 35.178,35

177 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Farm. Básica Estado, no valor de R\$ 12.276,35

178 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Transf. Conv. SUS, no valor de R\$ 63.901,41

179 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Com. SIS Fronteira, no valor de R\$ 1.085,10

211 – Rec. Tes. Exercício Anterior – SAMU, no valor de R\$ 657,87

605 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Conv. NASF, no valor de R\$ 16.129,28

606 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Alienação de Bens, no valor de R\$ 42,92

Total: R\$ 310.876,39

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0067 – Aplicações Diretas

..... R\$ 64.100,00
 44.90.00.00.00.00.00606 – Aplicações Diretas
 R\$ 42,92

10.301.0133.1023 – Construção, Ampliação e Manutenção dos
 Postos de Saúde e CAPS
 44.90.00.00.00.00.00067 – Aplicações Diretas
 R\$ 39.582,51

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Mu-
 nicipal da Saúde
 31.90.00.00.00.00.00174 – Aplicações Diretas
 R\$ 777,47
 31.90.00.00.00.00.00175 – Aplicações Diretas
 R\$ 33.751,72
 31.90.00.00.00.00.00178 – Aplicações Diretas
 R\$ 63.901,41
 31.90.00.00.00.00.000211 – Aplicações Diretas
 R\$ 657,87
 31.90.00.00.00.00.000605 – Aplicações Diretas
 R\$ 16.129,28
 33.90.00.00.00.00.000168 – Aplicações Diretas
 R\$ 27.499,24
 33.90.00.00.00.00.000170 – Aplicações Diretas
 R\$ 11.678,03
 33.90.00.00.00.00.000171 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.044,47
 33.90.00.00.00.00.000172 – Aplicações Diretas
 R\$ 946,28
 33.90.00.00.00.00.000173 – Aplicações Diretas
 R\$ 225,39
 33.90.00.00.00.00.000176 – Aplicações Diretas
 R\$ 35.178,35
 33.90.00.00.00.00.000177 – Aplicações Diretas
 R\$ 12.276,35
 33.90.00.00.00.00.000179 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.085,10
 Total: R\$ 310.876,39

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
 Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.020, DE 1º DE MARÇO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.020, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" nas seguintes fontes de recursos:

170 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Salário Educação, no valor de R\$

31.508,84
 171 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Merenda Escolar, no valor de R\$ 30.074,01
 174 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Conv. Assistenciais União, no valor de R\$ 74.672,18
 178 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Rec. Imp. Educação, no valor de R\$ 2.269,79
 182 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Conv. Assistenciais Estado, no valor de R\$ 30.821,38
 609 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Iluminação Pública, no valor de R\$ 80.521,87
 Total: R\$ 249.868,07

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
 25.752.0076.2012 – Manutenção e Implantação de redes de Iluminação Pública
 33.90.00.00.00.00.000609 – Aplicações Diretas R\$ 80.521,87

06.01 – Secret. Mun. Educ. Cult. e Desp. - Ensino Fundamental
 12.361.0066.2029 – Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental
 31.90.00.00.00.00.000178 – Aplicações Diretas R\$ 2.269,79
 33.90.00.00.00.00.000170 – Aplicações Diretas R\$ 31.508,84

06.03 – Secret. Mun. Educ. Cult. e Desp. – Outras Fontes
 12.306.0134.2033 – Merenda Escolar
 33.90.00.00.00.00.000171 – Aplicações Diretas R\$ 30.074,01

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.0042.1011 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
 44.90.00.00.00.00.000174 – Aplicações Diretas R\$ 7.839,00
 44.90.00.00.00.00.000182 – Aplicações Diretas R\$ 6.518,41

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
 33.90.00.00.00.00.000174 – Aplicações Diretas R\$ 66.833,18
 33.90.00.00.00.00.000182 – Aplicações Diretas R\$ 24.302,97
 Total: R\$ 249.868,07

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
 Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.021, DE 1º DE MARÇO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.021, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", conforme Termos de Compromisso PAR 44482/2015 e PAC208870/2014,

nas seguintes dotações orçamentárias:

117 - Outras Transf. de Capital da União, no valor de R\$ 1.047.884,28.

06.01 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Ensino Fundamental
12.361.0066.1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas
..... R\$ 717.573,88

06.03 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Outras Fontes
27.812.0073.1013 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes
44.90.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas
..... R\$ 330.310,40

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.022, DE 1º DE MARÇO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.022, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, nas seguintes dotações orçamentárias:

176 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Capital da União, no valor de R\$ 212.904,14

179 - Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Corr. da União, no valor de R\$ 9.993,57.

06.02 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.0179 – Aplicações Diretas R\$ 9.993,57

06.03 – Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desp. – Outras Fontes
27.812.0073.1013 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes
44.90.00.00.00.00.0176 – Aplicações Diretas R\$ 5.016,63

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0150.2044 – Construção e Reforma de Pontes, Bueiros, Rodovias e Galerias

44.90.00.00.00.00.0176 – Aplicações Diretas R\$ 207.887,51.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.023, DE 1º DE MARÇO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 3.023, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", do Fundo Nacional de Saneamento, na seguinte dotação orçamentária 117 - Outras Transf. de Capital da União, no valor de R\$ 722.105,95:

03.02 – Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento
17.511.0079.1008 – Constr. Ampl. da Infra-estrutura da Rede de Água Potável, Água Pluvial e Rede de Esgoto
44.90.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas
..... R\$ 722.105,95.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de março de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATORIO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO

LICITATORIO NA MODALIDADE DE TOMADA DE

PREÇOS Nº 32/2016

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 32/2016, que tem como objeto: Contratação de empresa para execução do estudo ambiental para regularização fundiária da área urbana de Itapiranga (SC), atingida pela área de preservação permanente do Rio Uruguai. Fica retificado, a redação do item 1.1. bem como o anexo IV, Cronograma Físico Financeiro do edital. A data da sessão pública prevista para o dia 04/03/2016 às 14:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 17/03/2016 às 09:00 horas.

Itapiranga, 01 de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: PORTARIA Nº 005/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PORTARIA Nº 005/2016.

De: 29 de fevereiro de 2016.

Altera a portaria 001/2016 que instituiu e nomeou a Comissão de Legislação e Políticas Públicas do CMDCA de Itapoá SC.

Cenita Shizzy Dani, Presidente Interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a Portaria de Nº 001/2016 de 02 de fevereiro de 2016, publicada em 03/02/2016 alterando os membros da comissão de Legislação e Políticas Públicas conforme abaixo relacionados:

1. Elaine Cristina Alves Presidente
2. Cenita S. Dani Membro
3. Alessandra Silveira de Oliveira Membro

Art. 2º. Demais artigos permanecem inalterados.

Itapoá, 29 de fevereiro de 2016.

Cenita Schizzy Dani
Presidente Interina do
CMDCA

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2016 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 011

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Agente Municipal de Endemias	Sabrina Borges Solla	420002242	04

Itapoá – SC, 01 de março de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2690/2016 TORNA PÚBLICA A JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA DE OUTORGA DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

DECRETO MUNICIPAL NO 2690/2016

Data: 26 de fevereiro de 2016.

TORNA PÚBLICA A JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA DE OUTORGA DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelas Leis Municipais nº 624/2015 e 625/2015; CONSIDERANDO que o sistema reclama pela licitação regular e legal dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros compreendendo a área territorial deste Município; CONSIDERANDO a exigência contida no art. 5º da Lei Federal 8.987/95, bem como o disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 625, de 11 de novembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Tornam-se públicas, por este ato, nos termos ao anexo único deste Decreto, as razões de conveniência de outorga de concessão dos serviços de transporte público coletivo de passageiros e público escolar do Município de Itapoá, inclusive com a caracterização do objeto, área e prazo da concessão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de fevereiro de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Anexo único – DA JUSTIFICATIVA DE CONVENIÊNCIA DE OUTORGA DE CONCESSÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ e a Secretária Municipal DE administração e finanças, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e as Leis Municipais 624/2015 e 625/2015, a fim de cumprir a determinação contida no artigo 5º da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a determinação contida no artigo 1º da Lei Municipal n.º 625, de 11 de novembro de 2015, tornam público o ato de Justificativa de Conveniência de Outorga de Concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros do Município de Itapoá.

O Município abrirá licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, com a finalidade de delegar a exploração, mediante concessão, de serviços de transporte público coletivo de passageiros e público escolar do Município de Itapoá, observando as características a seguir:

Justificativa da Conveniência de Outorga: A conveniência de outorga está embasada na necessidade de cumprimento do disposto no artigo 14 da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e na imperiosidade de manutenção dos serviços de transporte regular de passageiros no Município de Itapoá ante a seleção de empresa apta para tanto mediante a realização de concorrência pública. Já a escolha por delegar os serviços decorre de razões históricas e técnicas. As razões históricas se caracterizam pelo fato de que sempre foi via execução privada que a operação dos serviços de transporte coletivo urbano se deu no Município. As razões técnicas decorrem do fato de que todos os estudos pertinentes apontam para essa viabilidade vez que (i) o Município não detém orçamento específico para a prestação direta dos serviços, (ii) o Município não detém expertise na prestação direta de serviços de transporte coletivo urbano; (iii) seria extremamente dificultosa a prestação dos serviços uma vez que ela implicaria na necessária -e pelo menos, por ora, impossível - aquisição e/ou locação de veículos, além da alocação

de pessoal próprio; (iv) por ora é necessário alocar na iniciativa privada a responsabilidade pelos investimentos necessários para boa prestação dos serviços.

Área: A área para a prestação dos serviços será a circunscrição territorial do Município de Itapoá.

Objeto: A licitação que ocorrerá visará contratar com terceiros a concessão para prestação e exploração dos serviços de transporte público coletivo de passageiros e público escolar, por intermédio de veículos de transporte coletivo de passageiros, em um único lote que engloba toda a área urbana do Município de Itapoá, incluindo lote de linhas do serviço definidas no respectivo Edital de Licitação, bem como aquelas que porventura venham a ser criadas, substituídas, alteradas, incorporadas ou suprimidas, durante a concessão.

Vigência da Concessão: 15 (quinze) anos, permitida a prorrogação por uma única vez e por igual período, nos termos da legislação de regência e do respectivo ato convocatório do certame.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MARIA IZABEL BLANSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL Nº 2695/2016 NOMEIA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL EUCLIDES EMÍDIO DA SILVA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2695/2016

Data: 01 de março de 2016

NOMEIA DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL EUCLIDES EMÍDIO DA SILVA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 039/2016, de 26 de fevereiro de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art.1º Fica nomeada a Sra. LUCY HELENA WIELEWICKI, do cargo de Diretora da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0540/2016 - RH

PORTARIA Nº 0540/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) MARLENE APARECIDA VINHA, matrícula 607673, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0541/2016 - RH

PORTARIA Nº 0541/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) SILVANA BASE, matrícula 2518, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0542/2016 - RH

PORTARIA Nº 0542/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) CENITA SCHIZZI DANI, matrícula 604305, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0543/2016 - RH

PORTARIA Nº 0543/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

VILSON VANDERLINDE, matrícula 2399, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, para a referência Nível III - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0544/2016 - RH

PORTARIA Nº 0544/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

VANILDA DE SOUZA, matrícula 580252, ocupante do cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, para a referência Nível III - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0545/2016 - RH

PORTARIA Nº 0545/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

RENATA PATRICIA DOS SANTOS, matrícula 584061, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0546/2016 - RH

PORTARIA Nº 0546/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

GILMAR SANTIN, matrícula 565865, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0547/2016 - RH

PORTARIA Nº 0547/2016.

De: 01 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANDREIA ZIMERMANN DE SOUZA, matrícula 605832, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0548/2016 - RH

PORTARIA Nº 0548/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) RICARDO ARAÚJO ALVES, matrícula 11622873-01, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0549/2016 - RH

PORTARIA Nº 0549/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) VALDIRENE SOUZA, matrícula 605956, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0550/2016 - RH

PORTARIA Nº 0550/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) CLARISSE DA SILVA,

matrícula 606553, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0551/2016 - RH

PORTARIA Nº 0551/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) DEBORAH KARIM SALLES DE OLIVEIRA, matrícula 606553, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0552/2016 - RH

PORTARIA Nº 0552/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) CONRADO SCHNEIDER JUNIOR, matrícula 617440, investido (a) no cargo de SECRETÁRIO, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0553/2016 - RH

PORTARIA Nº 0553/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) DANUBIA AKEMI SAKAI, matrícula 619159, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0554/2016 - RH

PORTARIA Nº 0554/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) RICARDO ARAÚJO ALVES, matrícula 11622873-02, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0555/2016 - RH

PORTARIA Nº 0555/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) MARCIO GIOVANI

GUIESELER, matrícula 2070, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0556/2016 - RH

PORTARIA Nº 0556/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) MARI LIS METZENTHIN, matrícula 3875, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0557/2016 - RH

PORTARIA Nº 0557/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) CELIA MARIA REINERT, matrícula 568368, investido (a) no cargo de SECRETÁRIO, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0558/2016 - RH

PORTARIA Nº 0558/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, matrícula 587214, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0559/2016 - RH

PORTARIA Nº 0559/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) ILVAN LUIZ GELAMO, matrícula 588970, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0560/2016 - RH

PORTARIA Nº 0560/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016, ao (a) servidor (a) FABRICIO PERES DO

ROSARIO, matrícula 591068, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0561/2016 - RH

PORTARIA Nº 0561/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) SILMARA REGINA RAMOS, matrícula 604127, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0562/2016 - RH

PORTARIA Nº 0562/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) LUCILENE LUNARDI, matrícula 605000, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0563/2016 - RH

PORTARIA Nº 0563/2016

De: 01 de fevereiro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de fevereiro de 2016 a 01 de março de 2016, ao (a) servidor (a) GIOVANE TEREZINHA DA SILVA, matrícula 605778, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0564/2016 - RH

PORTARIA Nº 0564/2016

De: 01 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JOSIANE LETÍCIA SILVA DE LIMA, matrícula 584037, na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0565/2016 - RH

PORTARIA Nº 0565/2016

De: 01 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SILAS SCHAFAUSER, matrícula 620130, na função de PROF. N. SUP. ACT

40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0566/2016 - RH

PORTARIA Nº 0566/2016
De: 01 fevereiro de 2016.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). FABIANO PALANDI, matrícula 618055, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0567/2016 - RH

PORTARIA Nº 0567/2016.
De: 02 de fevereiro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ELIANDRO VACIELE DE OLIVEIRA CASTILHO, matrícula 11613246, investido (a) na função de MOTORISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0568/2016 - RH

PORTARIA Nº 0568/2016
De: 02 fevereiro de 2016.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 047/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). NELMA MACHADO, matrícula 11629525, na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0569/2016 - RH

PORTARIA Nº 0569/2016
De: 02 fevereiro de 2016.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JOSELAINE APARECIDA COIMBRA CARDOSO, matrícula 617210, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0570/2016 - RH

PORTARIA Nº 0570/2016
De: 02 fevereiro de 2016.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). GISLAINE DA SILVEIRA RAUEN, matrícula 11657375, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0571/2016 - RH

PORTARIA Nº 0571/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JULIO MARASCK FAGUNDES, matrícula 608149, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0572/2016 - RH

PORTARIA Nº 0572/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUCIANO SANTOS KUROBA, matrícula 617423, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0573/2016 - RH

PORTARIA Nº 0573/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANGELA REGINA MISSIO, matrícula 1290444, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0574/2016 - RH

PORTARIA Nº 0574/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). HADRYANO MINATTI CAVALARI, matrícula 580287, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0575/2016 - RH

PORTARIA Nº 0575/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). HELGA KRAUSS, matrícula 11637064, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0576/2016 - RH

PORTARIA Nº 0576/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCOS ALFREDO CORREA, matrícula 625906, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0577/2016 - RH

PORTARIA Nº 0577/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DARCI PÉROLA SCHULTZ, matrícula 1237934, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0578/2016 - RH

PORTARIA Nº 0578/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ALINE ALESSANDRA REGIS KRAUSS, matrícula 11629657, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0579/2016 - RH

PORTARIA Nº 0579/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARIS CRISTINA DE OLIVEIRA, matrícula 621510, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0580/2016 - RH

PORTARIA Nº 0580/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, matrícula 588482, na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0581/2016 - RH

PORTARIA Nº 0581/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). FERNANDA SILVINO DA SILVA, matrícula 621838, na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0582/2016 - RH

PORTARIA Nº 0582/2016

De: 02 fevereiro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DALVA BORBA, matrícula 579777, na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de fevereiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 004/2016

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 004/2016

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Itapoá-SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, até 11 de Março de 2016 no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área;
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da Assistência Social, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação, sendo 0,1 (um décimo) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área; 0,5 (meio) ponto para graduação de cada especialização a nível de pós graduação; 1,0 (um) ponto para Mestrado e 1,5 (um e meio) ponto para Doutorado.
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 15/03/2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 18 de Março de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 22 de Março de 2016, o profissional requerente será lotado (a) na Divisão requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 01 de Março de 2016.

Alessandra Silveira Oliveira Maristela de Souza Speck
Secretaria de Assistência Social Agente Administrativo

Alexandre Ribeiro da Silva Bruna Daniele Piacentini
Agente Administrativo Assistente Social

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

ÁREA	VAGA	C.H.	LOCAL
Agente Administrativo	1	40 horas	Secretaria de Assistência Social - Gestão

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 004/2016

Eu, _____

Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de: _____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 004 /2016 de 01 de Março de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, ____de Março de 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA DO TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 63-2016 DO EDITAL Nº 46-2015

ERRATA DO TERMO CONVOCAÇÃO Nº 63/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 29/02/2016, as 11h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Onde lê-se:

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	40	Inglês	Marilene Belloni	04/03/2016	04/04/2016
04	40	Inglês	Elaine Cristina Nemoto	04/03/2016	01/04/2016

Leia-se:

03	40	Inglês	Marilene Belloni	04/03/2016	01/04/2016
04	20	Inglês	Elaine Cristina Nemoto	04/03/2016	04/04/2016

Itapoá, 29 de fevereiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016 DO EDITAL Nº 027/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 027/2015

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ZENIR WISNIEWSKI FERNANDES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 01 de Março de 2016.

ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO: PUBLICAÇÃO DE DEFERIDO E INDEFERIDO CONFORME EDITAL 003/2016

Publicação de Deferido e Indeferido conforme Edital 003/2016

Apresentamos abaixo as listas dos candidatos a uma vaga ao ônibus Universitário que realizaram protocolo conforme edital 03/2016. Lista final correrá conforme edital.

DEFERIDOS PARA LISTA DE ESPERA		
INSCRIÇÕES DE GRADUAÇÃO MATUTINO		
1	Janyna Gomes Silvino	
2	Gabriella Dibax Cwiklinski	
3	Carlos Osmar Valentini	
4	Ariele Muller Amaral	
INDEFERIDOS NOVAS INSCRIÇÕES		
1	Lucas Cardoso Preigschadt	Item 2.2

Os recursos dos indeferidos desta lista acima ocorrerá conforme o edital na data de 03 de Março de 2016.

Itapoá 01 de Março de 2016
Secretaria de Educação
Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/FMAS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO, o Pregoeiro e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Gestor do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 16/03/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA SEREM UTILIZADOS/INSTALADOS NO LOCAL DESTINADO AO PETI NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC ou através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Jacinto Machado/SC, 01 de Março de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Pregoeiro e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 15/03/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA SEREM UTILIZADOS PELAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES E CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC ou através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Jacinto Machado/SC, 01 de Março de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/SAMAE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de Jacinto Machado/SC, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Diretor do SAMAE e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 14/03/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Prédio da Prefeitura Municipal, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA SEREM UTILIZADOS PELO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Especificações Técnicas em anexo ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações do SAMAE, sito à Prefeitura Municipal no endereço RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO – SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado – SC, 01 de Março de 2016.

AMILTON GHELLERE

Diretor do SAMAE de Jacinto Machado/SC

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 803, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016**

LEI Nº 803, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Altera o art. 5º da Lei nº 710, de 20 de dezembro de 2013, que modifica o art. 217, da Lei nº 035, de 30 de dezembro de 1991 (Código Tributário Municipal).

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara não manteve, na sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2016, o Veto Total apostado pelo Prefeito de Jacinto Machado ao Projeto de Lei nº PLL-07, de 24 de agosto de 2015, razão pela qual, com base no que dispõe o art. 45, § 7º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto no art. 39, incisos IV e V, do Regimento Interno da Câmara, promulgo o Autógrafo do Projeto de Lei nº PLL-07, de 24 de agosto de 2015, que se transforma na seguinte Lei:

Art. 1º O art. 217, da Lei nº 035, de 30 de dezembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 217. No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I – 0,5% (meio por cento) tratando-se de terreno;

II – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) tratando-se de imóvel edificado”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º Revoga-se o art. 5º, da Lei nº 710, de 20 de dezembro de 2013.

Jacinto Machado, 26 de fevereiro de 2016.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

LEI Nº 804, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 804, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre os serviços de publicidade e da obrigatoriedade de divulgação dos custos com campanhas publicitárias realizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara não manteve, na sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2016, o Veto Total apostado pelo Prefeito de Jacinto Machado ao Projeto de Lei nº PLL-10, de 9 de dezembro de 2015, razão pela qual, com base no que dispõe o art. 45, § 7º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com disposto no art. 39, incisos IV e V, do Regimento Interno da Câmara, promulgo o Autógrafo do Projeto de Lei nº PLL-10, de 9 de dezembro de 2015, que se transforma na seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece, no âmbito do Município de Jacinto Machado, que serviços de publicidade é o conjunto de atividades realizadas que tenham por objetivo o planejamento, a concepção, a criação, a execução da produção, a supervisão da criação e de execução dos serviços, a intermediação e a distribuição de peças publicitárias aos veículos de comunicação e demais meios de divulgação, com objetivo de difundir a publicidade dos atos, programas,

obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, que deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Parágrafo único. Os contratos de serviços de publicidade terão por objeto somente as atividades previstas no caput deste artigo, vedada à inclusão de quaisquer outras atividades, em especial, as de assessoria de imprensa, de comunicação e relações públicas que tenham por finalidade a realização de eventos festivos e/ou comemorativos.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, seus Fundos Municipais e Autarquia e o Poder Legislativo Municipal deverão evidenciar sempre, em cada campanha publicitária, todos os custos relacionados ao planejamento, a concepção, a criação, a execução da produção, a supervisão da criação e de execução dos serviços, a intermediação e a distribuição de peças publicitárias de qualquer natureza, quando realizadas em jornal, revista, rádio, televisão, carro de som, outdoor e outras modalidades de comunicação.

Art. 3º As informações sobre o custo de cada peça publicitária deverá estar inserida na própria veiculação da publicidade realizada em jornal, revista, rádio, televisão, carro de som, outdoor e outras modalidades de comunicação impressa ou falada, sendo informando o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa e/ou agência contratada para prestação dos serviços, o período de duração e/ou veiculação da publicidade e o custo total da campanha publicitária.

Art. 4º Para fins de cumprimento do disposto no art. 3º desta Lei será divulgado em cada campanha publicitária, de forma legível e visível, mediante uso de no mínimo 10% (dez por cento) do espaço da parte inferior de sua face frontal, quando da divulgação de peças publicitárias de qualquer natureza em jornal, revista, outdoor e outras modalidades de comunicação impressa, enquanto que para divulgação em rádio, televisão, carro de som e outras modalidades de comunicação falada será usado 20% (vinte por cento) do tempo do anúncio contratado, com narração em off, sem nenhum efeito, fundo musical ou trilha.

Art. 5º Quando da veiculação de campanha publicitaria para fins de divulgação de programas, obras e serviços executados com recursos oriundos de Convênios e/ou Contratos de Repasse firmados com a União e o Estado de Santa Catarina, deverá ainda constar o número do processo licitatório e do contrato, o prazo de execução, com data de início e conclusão, o valor do Convênio e/ou Contrato de Repasse e a contrapartida do Município.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto neste artigo serão acrescentados, obrigatoriamente, aquelas informações que determina o art. 3º desta Lei, no mínimo, mais 10% (dez por cento) do espaço da parte inferior de sua face frontal, quando da divulgação de peças publicitárias de qualquer natureza em jornal, revista, outdoor e outras modalidades de comunicação impressa, enquanto que para divulgação em rádio, televisão, carro de som e outras modalidades de comunicação falada será usado 20% (vinte por cento) do tempo do anúncio contratado, com narração em off, sem nenhum efeito, fundo musical ou trilha.

Art. 6º Os custos relacionados com os serviços de que trata o caput do art. 2º desta Lei, sempre acompanhado de um plano de comunicação publicitária pertinente às informações daquela peça publicitária, obrigatoriamente serão divulgados em até 30 (trinta) dias na internet, no sítio dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jacinto Machado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 4 de janeiro de 2016.

Jacinto Machado, 26 de fevereiro de 2016.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CMJS - PORTARIA Nº 44/2016

PORTARIA Nº 44/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. DINALBERTO DE LUCCA MOREIRA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 25 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 45/2016

PORTARIA Nº 45/2016

Nomeia Assessor de Informática.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. ADILSON ENGELMANN, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Informática.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 26 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 46/2016

PORTARIA Nº 46/2016

Estabelece Horário de Servidores do Poder Legislativo.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os trabalhos administrativos e a carga horária diferenciada de alguns Servidores do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a necessidade de mantermos documentado os horários diferenciados,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica estabelecido que, os Servidores abaixo mencionados cumprirão horários diferenciados, ficando sua carga horária

conforme discriminado abaixo:

· MATEUS CIDRAL MACHADO - Das 8h às 14h – de Segunda a Sexta-feira.

· RÉGIS WOJAHN JUNIOR - Das 8h às 12h e das 13h às 17h - de Segunda a Sexta-feira

· TIAGO ROSÁRIO DE SANTANA - Das 9h às 15h – Segundas, Quartas e Sextas-feiras
Das 13 às 19h – Terças e Quartas-feiras

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 26 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 47/2016

PORTARIA Nº 47/2016

Exonera Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, o SR. MARCELO LEANDRO FABRO. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 52/2015, de 01 de Setembro de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 29 de fevereiro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CMJS - PORTARIA Nº 48/2016

PORTARIA Nº 48/2016

Nomeia Assessor Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. UBIRATÃ FOSSIL, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 01 de março de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DE JULGAMENTO Nº 27

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 27

De ordem da Senhora CARLA SALETE PEREIRA FISCHER, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, faço público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que:

a) no dia 17 (DEZESSETE) DE MARÇO DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 32709/2015

Processo de origem nº: 30560/2015

Recorrente: NACONT ASSESSORIA CONTÁBIL EMPRESARIAL EIRELI

Recorrido: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. JACKSON DA COSTA BASTOS

b) no dia 07 (SETE) DE ABRIL DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 41345/2015

Processo de origem nº: 37440/2015

Recorrente: IMAGING DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA.

Recorrido: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. PAULO HENRIQUE FELICIONI

c) no dia 14 (QUATORZE) DE ABRIL DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 1836/2015

RECURSO DE OFÍCIO

Recorrente: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Recorrido: ELETRO MECÂNICA FÓSCOLOS LTDA. EPP

Relatora: Cons. CRISTIANE MARGARET KOLHS STAMMERJOHANN

d) no dia 12 (DOZE) DE MAIO DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 33049/2015

Processo de origem nº: 31195/2014

Recorrente: CEPPSI – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOLÓGICAS LTDA.

Recorrido: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. MILTON PEREIRA JÚNIOR

e) no dia 19 (DEZENOVE) DE MAIO DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Extraordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 42806/2015

Processo de origem nº: 21171/2015

Recorrente: CONSULTÓRIO MÉDICO HOCHMULLER LTDA.

Recorrido: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relator: Cons. ALEXANDRE CANTO DE FREITAS

f) no dia 02 (DOIS) DE JUNHO DE 2016, com início às TREZE HORAS, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Fazenda, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, realizar-se-á Sessão Ordinária para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01) PROCESSO Nº 32626/2015

Processo de origem nº: 8200/2015

Recorrente: CHALÉ IMOBILIÁRIA LTDA.

Recorrido: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Relatora: Cons. ANDREIA RONCHI

Ficam as partes científicas de que poderão fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos, conforme o previsto no art. 26 do Regimento Interno (Decreto nº 6.260/2007).

Jaraguá do Sul, 1º de março de 2016.

Daysi Cristina Ruediger Minatti

Secretária do Conselho Municipal de Contribuintes

PMJS - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MOBILIÁRIOS ESCOLARES, destinados para unidades escolares ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 116/2015, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor total do item (R\$)
19	50	Unid.	ESTANTE DE AÇO – 06 PRATELEIRAS E REFORÇO – Cód.20348 Estante de aço: A 1980mm x L 920mm x P 420mm. Com 6 prateleiras reguláveis, com ponteira de plástico de proteção do pé para não riscar o piso, chapa 24 com tratamento antiferrugem e pintura epóxi a pó na cor cinza cristal. Reforço tipo ômega embaixo de cada prateleira, e reforço em X no fundo de cada estante. A coluna da estante deve ser na chapa 14.	199,50
21	60	Unid.	ARQUIVO DE AÇO – Cód.13104 Tipo vertical com 4 gavetas deslizantes em carrinhos telescópicos, formato ofício para pastas suspensas, com chave de fechamento simultâneo, com portas etiquetas e puxador embutido na cor cinza, estrutura de aço chapa 24 com tratamento antiferrugem e pintura epóxi a pó na cor cinza cristal. Dimensões: A 1335mm x P 710mm x L 470 mm.	496,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os MOBILIÁRIOS deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital.

DATA DA ASSINATURA: 25/01/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jhonison Santos Piffer.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

PMJS - PORTARIA Nº 091/2016

PORTARIANº 091/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 170/2016/Cogem, de 25/02/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/02/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2015, instaurado pela Portaria Nº 880/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 092/2016

PORTARIANº 092/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 171/2016/Cogem, de 25/02/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/02/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito**PMJS - PORTARIA Nº 093/2016**

PORTARIANº 093/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 172/2016/Cogem, de 25/02/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/02/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 020/2015, instaurado pela Portaria Nº 598/2015, de 05/05/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito**PMJS - PORTARIA Nº 094/2016**

PORTARIANº 094/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 173/2016/Cogem, de 25/02/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/02/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 019/2014, instaurado pela Portaria Nº 1333/2014, de 06/08/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito**PMJS - PORTARIA Nº 095/2016**

PORTARIANº 095/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 174/2016/Cogem, de 25/02/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 07/02/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 024/2014, instaurado pela Portaria Nº 1573/2014, de 06/10/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito**PMJS - PORTARIA Nº 096/2016**

PORTARIANº 096/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 38833/2015;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/03/2016, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal LUIZ NOGUEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIANº 097/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 008/2016-GSPBAU, de 25/02/2016, do Gabinete do Senador Paulo Bauer;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 080/2016, de 23/02/2016, que dispõe sobre a retificação da data constante na Portaria Nº 062/2016, que colocou à disposição do SENADO FEDERAL a servidora pública municipal LUCÉLIA MARIA ARALDI LESSMANN.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIANº 098/2016

Substitui Membro da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (JARE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2016/Fujama, de 25/02/2016, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/03/2016, PATRICIA FERNANDES GOÊS D'AVILA, como membro titular, em substituição a André Cleber de Melo, para representar a Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), na qualidade de Representante do Governo Municipal, na composição da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (JARE).

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 636/2015, de 15/05/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 099/2016

PORTARIANº 099/2016

Substitui Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desportos (CMD).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 012/2016/CMD, de 25/02/2016, do Conselho Municipal de Desportos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ROGÉRIO NAPOLEÃO, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desportos (CMD), em substituição a Klaus Moroni Alves.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 508/2015, de 13/04/2015, no que se refere a designação de Klaus Moroni Alves.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 100/2016

PORTARIANº 100/2016

Substitui Conselheiras do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 165/2016/Semsa, de 26/02/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 05/02/2016, DAYANE CRISTINE KRÜGER PRADI, como conselheira titular, em substituição à Sandra Ely Rother Heidemann; e SANDRA ELY ROTHER HEIDEMANN, como conselheira suplente, em substituição à Dayane Cristine Krüger Pradi, para representarem a Casa de Apoio Padre Aloísio Boeing, na qualidade de Representantes de Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 735/2015, de 29/05/2015, no que se refere a designação de Sandra Ely Rother Heidemann e Dayane Cristine Krüger Pradi.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 09/06/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 101/2016

PORTARIANº 101/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 165/2016/Semsa, de 26/02/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/02/2016, RUTH SANTOS, como conselheira suplente, em substituição à Vane Maria Dorneles Duarte, para representar as Entidades Religiosas, na qualidade de Representante das Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

Art.2º DESIGNAR, a partir de 25/01/2016, NILSA LUZZI, como conselheira titular, em substituição a Sérgio Vitor Santini; e SÉRGIO VITOR SANTINI, como conselheiro suplente, em substituição a João Rogério Alves, para representarem o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos (SEAGRO), na qualidade de Representantes das Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal de

Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Jaraguá do Sul (Comsea).

Art.3º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 957/2014, de 27/05/2014, no que se refere a designação de Vane Maria Dorneles Duarte; Sérgio Vitor Santini e João Rogério Alves.

Art.4º O mandato encerrar-se-á em 13/06/2016.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SAMAE - REF. LICITAÇÃO 040/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
AVISO

Ref. Licitação 040/2016

Modalidade: PREGÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO

O Diretor Presidente do SAMAE, Sr. Ademir Izidoro, COMUNICA que tendo em vista a alteração nos itens, informamos que a data de abertura dos envelopes do presente Edital fica prorrogada para o dia 14/03/2016 às 10:00 horas.

Jaraguá do Sul, 01 de março de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016

"Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2016, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 06/2015;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por ausência de professores;

Torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2016 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Inglês	R\$1.917,78	40h	02	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Matemática	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

3.2. A data determinada para a Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 07 e 08 de Março de 2016, das 15h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

3.3. As vagas existentes são nas disciplinas de Inglês e Matemática.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

4.2. A convocação para contratação será feita pela Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC.

V – PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- Comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação em licenciatura com data atualizada;
- Documento expedido pelo setor Pessoal que mencione o tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- Demais documentos exigidos.

VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Classificação obedecerá a seguinte tabela de pontuação:

Título	Pontuação
Doutorado na área de atuação (Inglês/ Matemática)	5,0
Mestrado na área de atuação (Inglês/ Matemática)	3,0
Pós-Graduação na área de atuação (Inglês/ Matemática)	2,0
Graduação na área de atuação (Inglês/ Matemática)	1,0
Curso Específico na área de atuação (Inglês/ Matemática)	0,5 por curso
Tempo de Serviço no Município de Joaçaba na área de atuação (Inglês/ Matemática)	0,5 por ano trabalhado

6.2 Havendo empate entre dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- Professores com Doutorado na área que pretende atuar;
- Professores com Mestrado na área que pretende atuar;
- Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- Professores cursando licenciatura, a partir da 5ª fase, na área que pretende atuar;
- Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- Maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 02 de Março de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc.:	Estado Civil:
CPF:		
E-mail:		
Telefone Residencial: ()		Telefone Celular: ()
Formação Acadêmica		
Graduação		
Especialização		
Mestrado/ Doutorado		
Tempo de Serviço na rede municipal de ensino		
Curso Específico na área		
Total de Pontos		

Assinatura

EXTRATO PL 13/2016/PMJ - PP 8/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 16/03/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 16/03/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 1º de março de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

PORTARIA N.º 5378

PORTARIA Nº 5.378 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II – (Pós Graduação), para exercer a função de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 40/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5379

PORTARIA Nº 5.379 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I – (Licenciatura), para exercer a função de Diretor de

Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 40/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5399

PORTARIA Nº 5.399 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JANAITA DALMORO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5400

PORTARIA Nº 5.400 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELIETE GRIGGIO TONI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato

de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE FREI BRUNO, como 2º professor de aluno com laudo no período matutino e a tarde em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5401

PORTARIA Nº 5.401 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GERUSA SCAPINI SLONGO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas EM ANITA LOPES VIEIRA e EM FRIDA REGENSBURGER, vagas onde não é possível efetivação visto que as referidas unidades escolares correm risco de fechamento da unidade escolar, pois há poucas matrículas de alunos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5402

PORTARIA Nº 5.402 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANA SIMI LENZ durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a

21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas EM NOSSA SENHORA DE LOURDES e CE FREI BRUNO, em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5403

PORTARIA Nº 5.403 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DANIELA APARECIDA SIMIONI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, na vaga da professora Danusa de Britto Oliveira, atualmente atuando na sala do AEE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5404

PORTARIA Nº 5.404 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN durante o período de 15 de fevereiro

de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT, como 2º professor de aluno com laudo no período matutino e a tarde na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES na vaga da professora efetiva Eliane Buttner atualmente na direção do CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5405

PORTARIA Nº 5.405 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SHIRLEI IARA MOREIRA LEMOS durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT na vaga da professora efetiva Sandra Schindler Zanella, atualmente na função de assistente de direção do CERT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5406

PORTARIA Nº 5.406 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) PATRICIA TREVISOL durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT, em substituição a professora efetiva Laiane Nora, atualmente afastada até 31/05/2016 e no CE FREI BRUNO pois a escola está em fase de análise de turmas por ser nova.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5407

PORTARIA Nº 5.407 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANGELA DURIGON CERONI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT com oficina de jogos matemáticos do tempo integral da referida unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5408

PORTARIA Nº 5.408 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELAINE RODRIGUES durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM FRIDA REGENSBURGER e CE FREI BRUNO, em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5409

PORTARIA Nº 5.409 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSILDE BACHES durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5410

PORTARIA Nº 5.410 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JOSELAINE DE SOUZA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5411

PORTARIA Nº 5.411 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DANIELI FAVARO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5412

PORTARIA Nº 5.412 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIANA SBRUZZI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas EM ROTARY FRITZ LUCHT e CERT, como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5413

PORTARIA Nº 5.413 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FRANCIELLI MELLO FERRI durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 09 de junho de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, na vaga da professora efetiva Ilmaria Gleice Seimetz, atualmente em licença maternidade até 09/06/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5414

PORTARIA Nº 5.414 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CICEIRO DA SILVA E SOUZA AARÃO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT, na vaga da professora efetiva Eliane Alves Cardoso, atualmente na coordenação da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5415

PORTARIA Nº 5.415 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TIAGO HOFFELDER durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, em substituição a professora Vivian Berwaldt, atualmente em licença sem vencimentos e na EM ROTARY FRITZ LUCHT em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5416

PORTARIA Nº 5.416 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELIXANDRA MELISSA VIEIRA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO, na vaga da professora efetiva Jandira Costenaro, atualmente na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5417

PORTARIA Nº 5.417 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FRANCELIN FRIGO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT, como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5418

PORTARIA Nº 5.418 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANE TERESINHA KATAFESTA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT e CERT, em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5419

PORTARIA Nº 5.419 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MANUELA DI DOMENICO durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT, em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5420

PORTARIA Nº 5.420 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SONIA STOFFEL DE SOUZA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5421

PORTARIA Nº 5.421 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM ROTARY FRITZ LUCHT como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5422

PORTARIA Nº 5.422 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas EM NOSSA SENHORA DE LOURDES e CE FREI BRUNO como 2º professor na EM NOSSA SENHORA DE LOURDES e em vaga para efetivação no CE FREI BRUNO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5423

PORTARIA Nº 5.423 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARIA ELIZABETE ALVES durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na ROTARY FRITZ LUCHT, como 2º professor de aluno com laudo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5424

PORTARIA Nº 5.424 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DANIELA SOUZA durante o período de 15 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM ROTARY FRITZ LUCHT, em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5425

PORTARIA Nº 5.425 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) PAULA ANDRESSA KVICZINSKI CASTELO BRANCO durante o período de 16 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO, sendo inviável efetivação de professores, pois a unidade escolar encontra-se no interior da cidade e corre o risco de fechamento da referida turma.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5426

PORTARIA Nº 5.426 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SILVANA SCALABRIN durante o período de 16 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI MENINO DEUS, para atuar em substituição a professora efetiva Jussara de Oliveira Andolfatto, atualmente na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5427

PORTARIA Nº 5.427 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SHIRLEN FERREIRA TONET durante o período de 16 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Nossa Senhora de Lourdes, pois a unidade escolar esta em reforma cuja necessidade e numero de turmas só poderá ser precisado quando ocorrer o início das aulas.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5428

PORTARIA Nº 5.428 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CRISTIANE LIMA durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI TEMPO DE APRENDER, unidade escolar possui salas de aula passando por readequações físicas que podem alterar consideravelmente o número de turmas.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5429

PORTARIA Nº 5.429 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) ANGELA AURORA ANDRIN, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5430

PORTARIA Nº 5.430 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO, a partir do dia 21 de fevereiro de 2016, Técnico de Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 08/2014/FMS, em especial opção por troca de seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5431

PORTARIA Nº 5.431 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) BRUNA MARIA BARANCELI ALVES durante o período de 17 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no EM NOSSA SENHORA DE LOURDES, na vaga da professora efetiva Maria Elisa Martins, atualmente cedida ao CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5432

PORTARIA Nº 5.432 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GABRIELA PEREIRA ZANINI durante o período de 18 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE RITA PETRY, pois a escola é nova com demanda ainda incerta, a secretaria pretende ajustar o número de alunos e turmas antes de contratar professores efetivos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5433

PORTARIA Nº 5.433 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GELEISE CIARNOSKI durante o período de 18 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no NUPERAJO, sendo inviável efetivação de professores, pois a unidade escolar encontra-se no interior da cidade e corre o risco de fechamento da referida turma.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5434

PORTARIA Nº 5.434 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) AMARÍLIA APARECIDA RIBEIRO DAMBROS durante o período de 22 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT para atuar como 2º professor de aluno com laudo e apoio pedagógico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5435

PORTARIA Nº 5.435 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO durante o período de 22 de fevereiro de 2016 a 21 de fevereiro de 2017, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 005/2015/FMS, em especial para cobertura da vaga do Sr. Pablo I. Gamba Bejar que solicitou demissão.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5436

PORTARIA Nº 5.436 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) MILTON GAGLIETTI, Motorista, para exercer as funções de Assistente Administrativo, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com as Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003, n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 em especial n.º 299 de 20 de março de 2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5437

PORTARIA Nº 5.437 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) SANDRA APARECIDA ASCARI, Fiscal de Obras e Posturas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5438

PORTARIA Nº 5.438 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) VANIA BRANDALIZE, Advogada, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Procuradoria Geral do Município, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), por

um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde a partir de 29 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5439

PORTARIA Nº 5.439 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure qualquer valor recebido indevidamente pela servidora Deise Cristina Alves Both por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 4.758/2015 da qual apurou-se infração ao art. 111, X e art. 112, XVIII da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 29 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5440

PORTARIA Nº 5.440 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) AMANDA FRIES DE ANDRADE, do cargo de Médico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado em 26 de janeiro de 2016, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § I

da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5441

PORTARIA Nº 5.441 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) AMANDA FRIES DE ANDRADE, a partir do dia 29 de fevereiro de 2016, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5442

PORTARIA Nº 5.442 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) IANE GONZATTO, a partir do dia 29 de fevereiro de 2016, MÉDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 060/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de fevereiro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO NR. 01/2016 - GEORGEO ALMEIDA - ME

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DO CONTRATO NR. 01/2016
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 004/2016
DISPENSA NR. 002/2016
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
CONTRATADA: GEORGEO ALMEIDA - ME
OBJETO: contratação de empresa especializada para a realização de Processo Seletivo visando à contratação temporária para dois cargos na Câmara de Vereadores de Joaçaba, incluindo inscrições, elaboração de editais, conteúdo programático, elaboração de prova objetiva específica para cada cargo, aplicação da prova no município sede da CONTRATANTE, correção das provas objetivas, análise de eventuais recursos, divulgação dos resultados e tudo quanto mais for necessário ao deslinde do certame.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei nr. 8.666/1993.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.0 0.00.00.00–MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.39.48.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.
Joaçaba (SC), 29 de fevereiro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ
Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Licitações

EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO NR. 001/2016

JUCELINO JORGE FERRAZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n.º 321/2016, Lei Complementar n.º 97/2005 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, juntamente com a Comissão Especial Temporária de Processo Seletivo nomeada através da Resolução n.º 019/2016, com a execução técnico-administrativa da empresa GEORGEO ALMEIDA – ME – APRENDER.COM, RESOLVE tornar público que estarão abertas no período de 02/03/2016 a 31/03/2016 as inscrições ao Processo Seletivo de contratação temporária para

desempenho de atividades por tempo determinado, em substituição aos afastamentos legais dos servidores efetivos titulares de Cargos do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Joaçaba, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no edital de Processo Seletivo n.º 001/2016, sendo uma vaga para o cargo de Advogado e uma vaga para o cargo de Jornalista, ambos de nível superior. A divulgação oficial do inteiro teor do edital de abertura do certame, bem como, dos demais editais e atos relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-ão com a publicação no sítio www.aprender.sc.com.br e no sítio oficial da Câmara de Vereadores www.cmj.sc.gov.br, bem como, seus extratos.

Joaçaba (SC), 29 de fevereiro de 2016.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Licitações

RESOLUÇÃO 020/2016 - EXONERAÇÃO FABIANA SERENA

RESOLUÇÃO Nº 020/2016 DE 1º DE MARÇO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Senhor(a) FABIANA SERENA, do cargo de Assessor Parlamentar, nível CC-2, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 1º de março de 2016.

Joaçaba, 1º de março de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO NR. 19/2016 - COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

RESOLUÇÃO Nº 019/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR os servidores JEAN CARLOS DA SILVA, MÁRCIO ROBERTO PICCOLI e LEANDRO SARTORI para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão Especial Temporária para acompanhar e coordenar o Processo Seletivo para contratação temporária de cargos em substituição aos afastamentos legais dos servidores efetivos titulares da Câmara de Vereadores de Joaçaba no ano de 2016.

Art. 2º - A Comissão designada é caracterizada por *múnus publico*.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 29 de fevereiro de 2016.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Licitações

PLASS

RESOLUÇÃO Nº 01/2016/PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
Fone/Fax: 49 – 3527-8804
E-mail – plassjba@gmail.com

RESOLUÇÃO N.º 01/2016
"ADOTA NOVA TABELA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 23 de fevereiro de 2016, conforme ATA nº 331.

RESOLVE:

Art. 1º - Adotar a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM Edição Novembro 2014, para os procedimentos de Métodos Diagnósticos por Imagem (Raio-X, Densitometria Óssea e Mamografia), Ultrassonografia e Tomografia Computadorizada, com fator de redução de 35% sobre o porte e custo operacional.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Joaçaba - SC, 24 de fevereiro de 2016.
JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**HOMOLOGAÇÃO PR 0004/2016 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2016 - PR
	Processo Administrativo: 6/2016 Processo de Licitação: 6/2016 Data do Processo: 01/02/2016

Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/03/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DA CAPTAÇÃO DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2016 - PR Processo Administrativo: 6/2016 Processo de Licitação: 6/2016 Data do Processo: 01/02/2016
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. (6241)

1 VÁLVULA GAVETA CORPO CURTO COM CUNHA EMBORRACHADA DN 400 PN 10 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: GAVETA COM CUNHA REVESTIDA DE ELASTÔMERO (EMBORRACHADA) A SER UTILIZADA PARA USO GERAL NO BLOQUEIO DE FLUXO (ON/OFF) DE ÁGUA EM INSTALAÇÕES DE SANEAMENTO, DOTADA DE UM OBTURADOR (GAVETA OU CUNHA) QUE SE DESLOCA SEGUNDO UM MOVIMENTO RETILÍNEO PERPENDICULAR AO SENTIDO DO FLUXO E REVESTIDO INTEGRALMENTE (INCLUINDO TODA A PASSAGEM DA HASTE) COM ELASTÔMERO (CUNHA EMBORRACHADA). O PADRÃO CONSTRUTIVO DA VÁLVULA SERÁ TOTALMENTE CONFORME COM AS ÚLTIMAS VERSÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 14968 E SABESP NTS 037. A VÁLVULA GAVETA A SER PROPOSTA AO SIMAE DEVERÁ SER DE PADRÃO CORPO CURTO CONFORME COM A ÚLTIMA VERSÃO DA NORMA ISO 5752 SÉRIE 14. OS COMPONENTES DA VÁLVULA: O CORPO, A TAMPA, O SUPORTE, A PORCA DA BUCHA E A CUNHA SERÃO FABRICADOS A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR (OU DÚCTIL OU DE GRAFITA ESFEROIDAL) CONFORME COM A ÚLTIMA VERSÃO DA NORMA DA ABNT NBR 6916, CLASSE FE 42012. ALTERNATIVAMENTE O SIMAE IRÁ ACEITAR QUE O FERRO FUNDIDO NODULAR UTILIZADO SEJA CONFORME COM A ÚLTIMA VERSÃO DA NORMA ISO 1083 TIPO 400-15 (GGG-40) OU 450-10 E AS PROPRIEDADES MECÂNICAS DA MATÉRIA PRIMA SERÃO VERIFICADAS EM CONFORMIDADE COM A NORMA UTILIZADA, NBR 6916 OU ISO 1083. A CUNHA SERÁ FABRICADA EM PEÇA MACIÇA FUNDIDA (EM FERRO NODULAR) E INTEGRALMENTE REVESTIDA COM ELASTÔMERO SINTÉTICO ATÓXICO EPDM E ESTE APLICADO DE MODO TAL QUE SEJA MANTIDA A UNIFORMIDADE TOTAL AO LONGO DE TODA A CUNHA. A HASTE DA VÁLVULA SERÁ FABRICADA A PARTIR DE LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL MARTENSÍTICO (13 % DE CROMO) CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601, TIPO ABNT 410 OU 420 (EQUIVALENTES AOS AISI 410 OU 420). A PORCA DE MANOBRA E BUCHA SERÃO FABRICADAS OBRIGATORIAMENTE A PARTIR DE LIGA DE COBRE COM TEOR MÁXIMO DE 5 % DE CHUMBO E MÁXIMO DE 16 % DE ZINCO OU EM ALTERNATIVA A PORCA DE MANOBRA PODERÁ SER FABRICADA EM LIGA DE LATÃO COM NO MÁXIMO 15 % DE TEOR DE ZINCO E A BUCHA EM LIGA DE BRONZE. O ANEL RETENTOR DE POEIRA, QUANDO HOVER, SERÁ FABRICADO A PARTIR DE CHLOROPRENE E INSTALADO ACIMA DOS DISPOSITIVOS DE VEDAÇÃO DA HASTE OBJETIVANDO IMPEDIR A ENTRADA DE CORPOS ESTRANHOS QUE VENHAM A TRAVAR OU AUMENTAR O TORQUE DE OPERAÇÃO DO SISTEMA. A JUNTA DE VEDAÇÃO ENTRE A BUCHA E A HASTE SERÁ COMPOSTA POR ANÉIS DE SEÇÃO CIRCULAR (NO MÍNIMO SERÃO EMPREGADOS DOIS ANÉIS) E ESTES DEVERÃO PODER SER SUBSTITUÍDOS, QUANDO NECESSÁRIO, COM A VÁLVULA SOB PRESSÃO E TOTALMENTE ABERTA, TAIS JUNTAS SERÃO FABRICADAS A PARTIR DE ELASTÔMERO. O PROJETO DA VÁLVULA DEVERÁ PREVER E CONSEQUENTEMENTE A VÁLVULA DEVERÁ DISPOR DE SISTEMAS DE CONTRAVEDAÇÃO FABRICADOS EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA DE MODO QUE SEJA PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DE VEDAÇÃO COM A VÁLVULA EM CARGA. AS PARTES FUNDIDAS DA VÁLVULA DEVERÃO SER APRESENTADAS TOTALMENTE ISENTAS DE DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, TAIS COMO POROSIDADES, CAVIDADES PRODUZIDAS POR GASES, BOLHAS, DEPRESSÕES, REBARBAS DE QUAISQUER TIPOS, INCLUSÕES DE AREIA E ESCAMAS DE OXIDAÇÃO E AS	PÇ	2,00	0,0000	6.090,00	12.180,00
---	----	------	--------	----------	-----------

Aluir Flemming - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA</p> <p>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43</p> <p>Rua Tiradentes, 123</p> <p>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL</p> <p>Nr.: 4/2016 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 6/2016</p> <p>Processo de Licitação: 6/2016</p> <p>Data do Processo: 01/02/2016</p>
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SUPERFÍCIES USINADAS DEVEM APRESENTAR ACABAMENTO UNIFORME E ESTAR TOTALMENTE ISENTAS DE ARRANHÕES, CORTES, MOSSAS, REBARBAS E CANTOS VIVOS. AS EMPRESAS PROPONENTES QUE SÃO SUBMETIDAS À AUDITORIA DA QUALIDADE DA SABESP E QUE TEM O ACT (EM VIGOR) DESTA EMPRESA DE SANEAMENTO PARA ESTE TIPO DE EQUIPAMENTO, PODERÃO APRESENTAR OS COMPONENTES DE FERRO FUNDIDO NODULAR ATENDENDO AOS PADRÕES DE ACEITAÇÃO CONSTANTE DA TABELA 4 DA NTS 037. EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NESTAS EXIGÊNCIAS NÃO TERÃO TOLERÂNCIA ALGUMA RELATIVAMENTE A TAIS NÃO CONFORMIDADES. O REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO DE TODOS OS COMPONENTES DE FERRO FUNDIDO NODULAR DA VÁLVULA SERÁ EXECUTADO COM PINTURA DO TIPO EPÓXI A PÓ APLICADO POR PROCESSO DE PROJEÇÃO ELETROSTÁTICA E A ESPESSURA MÍNIMA EXIGIDA PELO SIMAE PARA O MESMO SERÁ SEMPRE ACIMA DE 150 MICRA AO LONGO DE TODA A SUPERFÍCIE SUJEITA A ATAQUES POR CORROSÃO. QUALQUER PONTO QUE APRESENTAR FALHA NA ESPESSURA DO REVESTIMENTO SERÁ SIMPLEMENTE MOTIVO DE RECUSA DA VÁLVULA. AINDA ASSIM, O REVESTIMENTO APLICADO SERÁ RESISTENTE AOS IMPACTOS INERENTES AO TRANSPORTE, AO MANUSEIO, À INSTALAÇÃO E À OPERAÇÃO DA VÁLVULA E PROPICIAR UMA ADEQUADA PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO, INCLUSIVE QUANDO A MESMA FOR ENTERRADA. O REVESTIMENTO INTERNO, AINDA DEVERÁ SER ADEQUADO AO FLUÍDO QUE PASSA PELA VÁLVULA SOB O PONTO DE VISTA DE HIGIENE E SEGURANÇA, CONFORME COM A PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE N.º 36 O PRODUTO DEVE SER ATÓXICO, NÃO PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DE FAUNA MICROBIOLÓGICA E NÃO DEVE PROVOCAR TURBIDEZ, COLORAÇÃO, GOSTO OU ODOR À ÁGUA TRATADA COM A QUAL PODE ESTAR EM CONTATO. O FABRICANTE ADOTARÁ CONTROLES DE FABRICAÇÃO E EMITIRÁ OS RESPECTIVOS RELATÓRIOS PARA ASSEGURAR A ESPESSURA E A QUALIDADE DO REVESTIMENTO. A HASTE DE MANOBRA DA VÁLVULA SERÁ FABRICADA EM UMA PEÇA INTEIRIÇA, ISTO É, SEM SOLDAS, ENCAIXES OU EMENDAS E SERÁ DO TIPO NÃO ASCENDENTE E AINDA ASSIM NÃO TERÁ QUALQUER TIPO DE REBAIXO PARA ALOJAMENTO DE ANÉIS DE VEDAÇÃO. O SIMAE EXIGE QUE O ENCAIXE DA HASTE NA GAVETA (CUNHA OU OBTURADOR) SEJA FEITO ATRAVÉS DE PORCA DE MANOBRA, NÃO SENDO ADMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA QUE ESTE ENCAIXE SEJA FEITO DIRETAMENTE NA GAVETA, ISTO É, A PORCA DE MANOBRA TEM QUE SER UM ENTE INDEPENDENTE DA GAVETA E INCLUSIVE PARA O CASO EM QUE SEJA NECESSÁRIA A SUA SUBSTITUIÇÃO A MESMA PODERÁ SER FEITA INDIVIDUALMENTE. A VÁLVULA GAVETA PROPOSTA DEVERÁ PERMITIR O REENGAXETAMENTO COM A REDE EM CARGA (ITEM 5.3.2.1 DA NBR 14968 DA ABNT) COM A PRESSÃO MÍNIMA DE ATÉ 10 MCA. A VÁLVULA, QUANDO TOTALMENTE ABERTA DEVERÁ APRESENTAR PASSAGEM PLENA E NÃO SERÁ PERMITIDA A EXISTÊNCIA DE QUALQUER TIPO DE REENTRÂNCIA NO LOCAL DE ASSENTAMENTO DA CUNHA E A VEDAÇÃO (100 % ESTANQUE) SE DARÁ SIMPLEMENTE PELA COMPRESSÃO DO ELASTÔMERO QUE REVESTE A CUNHA OU GAVETA NO PRÓPRIO CORPO DA VÁLVULA E NUNCA POR ATRITO. O TORQUE MÁXIMO DE MANOBRA A SER APLICADO NA HASTE DA VÁLVULA PARA A SUA ABERTURA, COM A GAVETA FECHADA E SOB PRESSÃO DIFERENCIAL IGUAL À PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DEVERÁ SER INFERIOR A 150 N.M, VALOR ESTE QUE SERÁ VERIFICADO PELO SIMAE QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DA MESMA NO SISTEMA. A FIXAÇÃO DA TAMPA AO CORPO DA VÁLVULA DEVERÁ SER FEITA PREFERENCIALMENTE SEM PARAFUSOS DE FORMA A EVITAR PONTOS SEM REVESTIMENTO QUE POSSAM DAR

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 4/2016 - PR

Processo Administrativo: 6/2016
Processo de Licitação: 6/2016
Data do Processo: 01/02/2016

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EVITAR PONTOS SEM REVESTIMENTO QUE POSSAM DAR INÍCIO A PROCESSOS DE CORROSÃO. CASO O PROJETO UTILIZE PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, OS MESMOS DEVERÃO SER TOTALMENTE EMBUTIDOS, CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICO (E COMPROVADO QUE TAIS PARAFUSOS SÃO DESTE MATERIAL) E SEUS ALOJAMENTOS DEVERÃO TER PROTEÇÃO REMOVÍVEL RESISTENTE A INTEMPÉRIES, CONTRA ACÚMULO DE ÁGUA E RESPINGOS, EVITANDO ASSIM OS PONTOS DE INÍCIO DE CORROSÃO (EXIGÊNCIA DO SIMAE). AS EXTREMIDADES DA VÁLVULA SERÃO DO TIPO FLANGES, E ESTES ATENDERÃO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE CONFORMAÇÃO E DIMENSIONAIS DA ÚLTIMA VERSÃO DA NORMA DA ABNT NBR 7675, PN 10. O ACIONAMENTO DA VÁLVULA SERÁ FEITO ATRAVÉS DE CABEÇOTE, DN 400. - Marca: ANGOLINI

Total do Fornecedor: 12.180,00

Total Geral: 12.180,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 125.081,99

Aluir Flemming - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0057/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2015 - PR Processo Administrativo: 78/2015 Processo de Licitação: 78/2015 Data do Processo: 01/12/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 78/2015
b) Licitação Nr.: 57/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/03/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DE IMPRENSA ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÃO DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A (6674)

1 PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DE LICITAÇÃO EM ORGAO DE IMPRENSA ESCRITA (JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL), QUE CIRCULE TODOS OS DIAS DA SEMANA, CONSIDERANDO-SE: FONTE: TAMANHO 8,0 ENTRELINHA: NORMAL ESPAÇAMENTO DOS CARACTERES: NORMAL - Marca: RBS	CM/C	150,00	0,0000	50,00	7.500,00
Total do Fornecedor:					7.500,00
Total Geral:					7.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 116.816,88

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2015PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, com sede a Rua João Pessoa, 134 – 10º andar – Centro, CEP 88801-530 – Criciúma/SC.

Processo Licitatório nº 206/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 90/2014.

Conforme solicitação da empresa sob requerimento administrativo números 600/2016, 603/2016 e 604/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 24/2016 e comparecer jurídico PROGEM (escrito na capa do requerimento ADM 603/2016), favorável e com observância a Cláusula Quinta, 5.1 do contrato correlato, ADITA-SE com base no IGPM período de (janeiro/2015 a dezembro/2015) o percentual de 10,54%.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 26 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES N. 03/2016

Edital de Convocação do Conselho Municipal de Contribuintes n. 03/2016

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do disposto no art. 15 do Regimento Interno, vem, por meio deste, convocar os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como dar ciência aos interessados, de sessão ordinária a ser realizada no dia 08.03.2016, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Voluntário Carpes, 155, Centro, Laguna/SC, onde serão julgados os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo n. 3639/14 (Apenso 5397/13 e 2191/13)

Interessado: Shwanck Comércio e Transportes Ltda.

Relator: Nelson Abraham Netto

Processo Administrativo n. 1297/15

Interessado: Vilmar João Constantino

Relator: Samir Ahmad

Processo Administrativo n. 4452/14

Interessado: Laboratório Spillere Ltda.

Relator: Nelson Gomes Mattos

Processo Administrativo n. 2131/14

Interessado: Manos Motel Ltda.

Relator: Ivo Perin

Processo Administrativo n. 4762/15 (Apenso 2215/15 e 2304/14)

Interessado: Reginaldo de Medeiros Demétrio

Relator: André da Rosa

Processo Administrativo n. 6271/15 (Apenso 5513/15 6662/14 6689/14 3715/15 3485/15 6270/15 5511/15 2306/14)

Interessado: Hilson Carlos Kuerten Costa

Relator: Samir Ahmad

Observação: Os processos para julgamento estão à disposição dos interessados para consulta.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Laguna, 01 de março de 2016.

Luís Fernando Nandi Vicente

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N.069/2016 DE 01/03/2016 "ALTERA PORTARIA N. 057/2015 DE 02/03/2015 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA n.069/2016

DE 01/03/2016

"ALTERA PORTARIA N. 057/2015 DE 02/03/2015 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2014 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Alterar a portaria n. 057/2015 de 02/03/2015 que trata em caráter temporário, ADEMAR ALMEIDA CARDOSO, para o função de excepcional interesse público de Motorista, nível 26, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 02 de março de 2015 até a realização de novo processo seletivo.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de março de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

PORTARIA N.070/2016 DE 01/03/2016 "CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEONICE DOS ANJOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA n.070/2016

DE 01/03/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEONICE DOS ANJOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado do Drº Cezar Gastão Fonini, CRM/SC n.3461, conta da necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal CLEONICE DOS ANJOS, por 08 dias a partir de 29/02/2016.

Art.2º -As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 -Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 01 de março de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

PORTARIA Nº. 068/2016 DE 01/03/2016 "HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE RELATIVO AO PERÍODO DE 03/08/2015 A 02/02/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA nº. 068/2016

DE 01/03/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDIANE BODANESE RELATIVO AO PERÍODO DE 03/08/2015 A 02/02/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal EDIANE BODANESE, relativo ao período 03/08/2015 A 02/02/2016 considerado APROVADO no primeiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de março de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DISPENSA Nº. 18PMLM/2016.

DISPENSA Nº. 18PMLM/2016.

Locação de area para extração de saibro para ser utilizado pela secretaria de Obras do Municipio de Lauro Muller durante o exercicio de 2016.

CONTRATADO: LEANDRO BERKENBROCK

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

VALOR GLOBAL: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 29/02/2016, Soraya Cursio Librelato – Secretária de Administração RATIFICAÇÃO: em 29/02/2016, por Fabrício Kusmin Alves - Prefeito de Lauro Muller.

Lauro Muller, 29 de fevereiro de 2016.

DISPENSA Nº. 19PMLM/2016.

DISPENSA Nº. 19PMLM/2016.

Aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas de Lauro Muller/SC, mediante a ausencia de participantes no pregão 51/2015 publicado duas vezes.

CONTRATADO: EVERTON Lenz e Via Ltda

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

VALOR GLOBAL: R\$ 57.290,00 (cinquenta e sete mil duzentos e noventa reais

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 29/02/2016, Soraya Cursio Librelato – Secretária de Administração RATIFICAÇÃO: em 29/02/2016, por Fabrício Kusmin Alves - Prefeito de Lauro Muller.

Lauro Muller, 29 de fevereiro de 2016

EDITAL DE PREGAO Nº 20/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 20/2016 PMLM

PROCESSO Nº20/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 16 de março de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para, para aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Expediente, Copa e Cozinha, Material Permanente para entrega PARCELADA, no exercício de 2016, para atividades do Conselho Tutelar o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 29 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº8/FMS /2016

EDITAL DE PREGAO Nº8/FMS /2016

PROCESSO Nº8/FMS /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 16 de março de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de material de expediente para o exercício de 2016 pelo Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 25 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA Nº 84 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ROSANGELA DA SILVA CORREA SANTOS, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela Secretaria da ESCOLA MUNICIPAL NUCLEO RIO DOCE, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA Nº 85 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR IVONE CORREA DOS SANTOS ALVES, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela Secretaria da ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA Nº 86 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR SIMONE DE FATIMA COLAÇO, servidora efetiva do quadro de Pessoal do Município de Lebon Régis, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, para responder pela Secretaria da ESCOLA MUNICIPAL SANTA CATARINA, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA Nº 87 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ACESSORAMENTO SUPERIOR

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ODINEI MARTINS, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Gratificação de Assessoramento Superior, para desenvolver suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 088/2016

PORTARIA Nº 88 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CARLA SIMONE CARLIN DO PRADO LIMA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Gratificação de Assessoramento Superior, para desenvolver suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 089/2016

PORTARIA Nº 89 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ELIANE GARCIA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Gratificação de Assessoramento Superior, para desenvolver suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 090/2016

PORTARIA Nº 90 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JACQUELINA ANTUNES DAL MAS BELLI, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Gratificação de Assessoramento Superior, para desenvolver suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 091/2016

PORTARIA Nº 91 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOÃO BATISTA DE BAIRROS, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 092/2016

PORTARIA Nº 92 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VALDEMAR DOMINGUES MULLER, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 093/2016

PORTARIA Nº 93 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ALESSANDRO GRANEMANN SOUZA, para ocupar o cargo Comissionado de AGENTE ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 094/2016

PORTARIA Nº 94 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ZENITA TOBIAS DE LIMA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 095/2016

PORTARIA Nº 95 DE 16 DE FEVEREIRO 2016
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ALAN TELES PITT, Motorista de Veiculo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 16/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 16 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 096/2016

PORTARIA Nº 96 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2013, SOLANGE APARECIDA NAVROSKI, para ocupar o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIA Nº 97 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, ODAIR JOSÉ SOARES TERENCIO, para ocupar o cargo de MOTO-RISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIA Nº 98 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, NILTON ALVES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 099/2016

PORTARIA Nº 099 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR BRUNA APARECIDA RIBEIRO SEMANN, para ocupar o cargo de ORIENTADOR SOCIAL, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 100/2016

PORTARIA Nº 100 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ANTONIO CARLOS ALVES DE GOIS, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 101/2016

PORTARIA Nº 101 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOEL ALMIR DE SOUZA, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 102/2016

PORTARIA Nº 102 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOSE ADEMIRSON MELO, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 103/2016

PORTARIA Nº 103 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DANIEL OSNI DOS SANTOS, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 104/2016

PORTARIA Nº 104 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR RODRIGO PONTES FERNANDES, para ocupar o cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 105/2016

PORTARIA Nº 105 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NILSON PAULO KOEHLER, Ocupante do cargo de Motorista, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, a partir de 02/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 106/2016

PORTARIA Nº 106 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, MURILO DE OLIVEIRA, do cargo de Médico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 26/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 107/2016

PORTARIA Nº 107 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANGELITA APARECIDA DE SOUZA, Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FUNÇÃO GRATIFICADA, no valor de R\$ 400,00, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 108/2016

PORTARIA Nº 108 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, MARIA LUCIA PEREIRA DA SILVA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 26/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 25 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 25 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, MARIA FRANCELINA PRESTES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 29/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 25 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 25 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, RUTHIANI FLOPAS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 29/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 25 de fevereiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 25 de fevereiro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação no 2º andar, de 04 (quatro) salas do imóvel urbano, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal, sito a Rua Padre José Ely, nº 27, Bairro Centro, registrado na Comarca de São João Batista sob nº R-23.638, livro nº 02, folhas 0001, para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do Município de Leoberto Leal, durante o ano de 2016. CONTRATADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Padre José Ely, nº 27, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.924.382/0001-04. VALOR: de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93. Em 01/03/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 13/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para seleção da proposta mais vantajosa, para contratação de empresa(s) para execução de oficinas de artesanato, musica, informática, Karatê, palestras, teatros, capacitações e orientação social, a abertura dos envelopes será no dia 14 de março de 2016, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de março de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2190

DECRETO Nº 2190 de 01 de março de 2016.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1432 de 01 de março de 2016,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 34.690,50

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nos limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.2008 - Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 27.691,50

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.26.782.0067.1062 - Construção de Abrigos para passageiros de ônibus no interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 6.999,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2191

DECRETO Nº 2191 de 01 de março de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO/CMÍ DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1098 de 02 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO/CMÍ DE LUZERNA(SC), na forma dos arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 1098 de 02.04.2013, ficando assim constituído:

I - 02 representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo 01 representando o Setor de Saúde e 01 representando o Setor de Bem Estar Social
Setor de Saúde:

Titular : LUCÉLIA PIRES DE LIMA

Suplente: CAROLINE BIAZZOLO

Setor de Bem Estar Social:

Titular : FÁBIANA FINGER

Suplente: SILVIA PEREIRA MIAZZI

II - 01 representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Titular : VALI CAROLINA SPIER

Suplente: VALCIR ANTONIO GOTARDO

III - 01 representante da Secretaria de Fazenda e Administração

Titular : PAULA BÜTTNER

Suplente: MAURICIO JOSÉ BITTENCOURT

VI - 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Centro)

Titular : IVONE DEZANET

Suplente: IRES MORES

V- 01 representante de usuário de idosos (indicado pelos Grupos do Interior)

Titular : ERVINO WOLZ

Suplente: ROSA SPOLTI

VI - 01 representante de entidades prestadoras de serviços à comunidade de caráter assistencial ou de atendimento ao idoso;

Titular : LEONILDE COSTA FEDRIGO

Suplente: EDIR BEAL

VII - Representante de entidade de ensino superior

Titular : ADILES BEAL

Suplente: DORACI DAHMER

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2192

DECRETO Nº 2192 de 01 de março de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1359 de 10 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED DE LUZERNA(SC), na forma do art. 3º da Lei nº 1359 de 10 de abril de 2015, ficando assim constituído:

I - representação do Poder Público Municipal, titulares e respectivos suplentes:

a) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Titular : SILVIA PRATO

Suplente: SANDRA VIVAN

b) dois representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo:

- um do Setor de Saúde

Titular : CAROLINE BIAZZOLO
Suplente: ALESSANDRA DAROS NUNES
- um do Setor de Bem Estar Social

Titular : ADILES BEAL
Suplente: FABIANA FINGER

II - representação das entidades não governamentais, titulares e respectivos suplentes:

a)um representante de entidades prestadoras de atendimentos a pessoa com deficiência;

Titular : ELIZA PIOVESAN

Suplente: NAILSE ANDRADE MORAES

b) duas pessoas portadoras de alguma deficiência;

Titular : WILLIAN GEMINIZAK

Suplente: RODRIGO FIORIN

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2193

DECRETO Nº 2193 de 01 de março de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE/CMMA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art.3º da Lei nº 683 de 07 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEIA o CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE/CMMA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ficando assim constituído:

I - representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Titular :RÉGIS VALTER WEISER

Suplente:JOANA ZAMBIAZZI

II - representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Titular :RAIMUNDO ANTÔNIO PASCOTTO

Suplente:FELIPE ZARDO DALLANORA

III - representantes da Polícia Ambiental

Titular :Soldado PM REMERSON RIBEIRO

Suplente:Soldado PM TEYLOR RODRIGO COMUNELLO

IV - representante da EPAGRI

Titular :JAIME TURRA

Suplente:ELIGIO LUIS ROWEDDER

V - representantes da ACIAL

Titular :CLEUSA DALLA LANA

Suplente:PAULO BRAND

VI - representantes do CREA

Titular :Eng. Civ. ANA JÚLIA UNGERICH

Suplente:Eng. Civ. DENIR NARCIZO ZULIAN

VII - representantes da Associação de Desenvolvimento Rural - ADR

Titular :LEOZIR STOFFEL

Suplente:CLAUDIR DEIGE

VIII - representantes das Associações de Moradores

Titular :IRACEMA LAMB

Suplente:LAURIANE SARITA MATTE

Art.2º - O exercício do mandato de Conselheiro do CMMA é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 2194

DECRETO Nº 2194 de 01 de março de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS DE LUZERNA(SC), na forma do art. 10 e art. 11, §2º da Lei nº 1.002 de 13.09.2011, ficando assim constituído:

I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

a)Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

ADILES BEAL - Titular

JOANA REGENSBURGER - Suplente

SILVIA MIAZZI PEREIRA - Titular

ANA MARIA COZZA - Suplente

b)Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

FRANCIELE DIESEL - Titular

ELISÂNGELA BRANDINI - Suplente

c)Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

RÉGIS WALTER WEISER - Titular

JOANA ZAMBIAZZI- Suplente

d) Representantes da Assessoria de Planejamento

ANDRE DIESEL - Titular

JULIANA CORBANI - Suplente

e)Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

CRISTINA KULL - Titular

PAULA BUTTNER - Suplente

II - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1. representantes dos usuários ou/e organizações e usuários da assistência social

a)BRUNO RISTAU - Titular

GABRIELA DEIGE - Suplente

b)DORACI DAHMER - Titular

IVETE BATISTA DE ANDRADE - Suplente

2. representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS

c)Representantes da Cruz Vermelha

RAIMUNDO PASCOTTO - Titular

LEONILDE FEDRIGO - Suplente

d)Representantes da Associação de Moradores de Vila Kennedy

ELAINE WEIRICH - Titular

ODETE PALHARIN - Suplente

3.representantes de entidades de trabalhadores do setor

e)Representantes da APROSSMOSC - Associação dos Profissionais de Serviço Social do Meios Oeste de Santa Catarina

LAURIANE SARITA MATTE - Titular

CARLA MARIA COLUSSO - Suplente

TATIANA KRUG - Titular

MICHELE TEDESCO - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 2186 de 24 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2195

DECRETO Nº 2195 de 01 de março de 2016.

"SUBSTITUI MEMBRO DOS CONSELHOS, COMISSÕES E GRUPOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada ADILES BEAL para substituir JOVIANE COLOMBELLI/ MARIANA VIGANÓ no Grupo de Sustentação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS (Decreto nº 1643 de 10/07/2013), CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CMCSPPB (Decreto nº 1774 de 26/03/2014), CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA (Decreto nº 1802 de 12/05/2014), Grupo Gestor Local e Equipe Técnica do Programa BPC na Escola (Decreto nº 1821 de 25/06/2014), COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CIPROB (Decreto nº 1823 de 26/06/2014), responsável pelo Setor Operativo da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC (Decreto nº 1835 de 18/07/2014), CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN (Decreto nº 1990 de 10/02/2015) e CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH (Decreto nº 2168 de 29/12/2015).

Art.2º- As demais disposições dos Decretos nºs 1643 de 10/07/2013, 1774 de 26/03/2014, 1802 de 12/05/2014, 1821 de 25/06/2014, 1823 de 26/06/2014, 1835 de 18/07/2014, 1990 de 10/02/2015 e 2168 de 29/12/2015, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EDITAL BOLSA ATLETA 2016

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA ATLETA 2016

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, observadas as normas estabelecidas na Lei nº 1307 de 04/11/2015 e no Decreto nº 2056 de 23/06/2015, torna público que estarão abertas às inscrições para o Programa Bolsa Atleta de acordo com o que estabelece o presente Edital.

1 .DAS INSCRIÇÕES:

1.1.Os interessados deverão protocolar requerimento junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna, no período de 02 a 11 de março de 2016, das 07h45 às 11h45 e das 13h30 às 17h30.

1.2. O Bolsa Atleta será concedido a atletas amadores residentes e representantes do Município de Luzerna(SC) em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais, em caráter individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1.Para a concessão do Bolsa Atleta, o atleta destinatário da bolsa deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I. possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos;

II. estar em plena atividade desportiva não-profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;

III. não receber salário na condição de atleta, apresentando-se como comprovante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV. estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o terceiro grau;

V. apresentar Plano Anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;

VI. apresentar autorização do pai ou responsável, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;

VII. apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes declaração do Técnico da Modalidade, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando o Município;

VIII. não estar, o atleta, cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes;

IX. o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Luzerna e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, distribuído pela entidade, o brasão do Município de Luzerna.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 - As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pelo próprio atleta ou órgão e/ou entidade de prática desportiva a qual o atleta está vinculado, acompanhadas do seu Plano de Aplicação e de Trabalho, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 3º da Lei Municipal 1307 de 04/11/2014 (item 2.1 deste Edital).

3.2. O plano de aplicação e de trabalho (Modelo Anexo I, II e III) para o Programa Bolsa Atleta é simplificado e consiste no Requerimento individual de cada atleta, contendo:

- I. Qualificação do atleta;
- II. Modalidade desportiva praticada;
- III. Cronograma de competições as quais participará no ano de 2016.

4. DO PARECER

4.1. As solicitações serão encaminhadas para a Comissão Municipal de Esportes - COMEL que fará a análise técnica do mérito, deliberação e decidirá quanto a sua aprovação ou rejeição, emitindo Parecer para esse fim.

4.2. As solicitações aprovadas retornarão para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esporte, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, será celebrado o respectivo Termo.

4.3. O valor do Bolsa Atleta será definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nos termos do apresentado no projeto, tendo como teto o valor equivalente de até 05 (cinco) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) mensais, por atleta pelo prazo máximo de 10 (dez) meses em cada exercício financeiro.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta do Orçamento do exercício financeiro de 2016.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O benefício do Bolsa Atleta poderá ser cancelado em caso de:

- I. não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no Calendário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II. quando convocado, não participar das competições sem justificativa convincente;
- III. não participar dos treinos sem justificativa;
- IV. passar a representar outro Município, Estado ou País;
- V. for dispensado de seleções representativas de Luzerna, por indisciplina ou a seu pedido;
- VI. verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas pela Lei 1307;
- VII. for transferido para outro Município, Estado ou País, após avaliação do respectivo caso pela Comissão da Bolsa-Atleta;
- VIII. sofrer punição disciplinar aplicada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e federações ou entidades nacionais considerada grave pela COMEL;
- IX. receber qualquer outra remuneração por prática desportiva de órgão ou entidade pública municipal, estadual ou federal.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

REQUERIMENTO SOLICITANDO BOLSA ATLETA

Luzerna, ____ de _____ de 2016.

Senhora Secretária,

Em consonância com a Lei Municipal nº 1307/2014, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento a Comissão Municipal de Esportes - COMEL, para que se proceda a análise do BOLSA ATLETA (nome do atleta), do pleito e de todas as exigências determinadas na Lei supra, bem como emissão de Parecer sobre a solicitação de repasse financeiro para o exercício de 2016.

Declaro para devido fins e efeitos legais que não estou cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade conforme Lei Municipal nº 1307/2014, art. 3º, inciso VIII.

Atenciosamente,

(NOME DO ATLETA E ASSINATURA)

Pai ou Responsável (para menores de 18 anos) À Senhora
REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Luzerna/SC

ANEXO II
PROGRAMA BOLSA ATLETA
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

I Identificação (nome do atleta)			UF	
Nome do pai e/ou responsável			Sexo masculino feminino	
Nome da mãe e/ou responsável				
Data de nascimento / /	CPF	RG (incluir UF)		
Estado civil	Naturalidade	Nacionalidade		
Modalidade Desportiva Praticada		Nº do Registro na Federação/Confederação		
E-mail do atleta				
Endereço completo do atleta				
Cidade	CEP	Telefones (fixo e celular) ()		

II - Modalidade

Categoria:	Jogos Estudantis de SC - OLESC Jogos Abertos de SC - JASC Joguinhos Abertos de SC
Atleta vinculado à Associação/Entidade? () Sim Qual? () Não	
Já recebeu "Bolsa Atleta" anteriormente? () Sim Quando? () Não	

III - Dados complementares

Nome do Banco	Agência	Nº da Conta corrente
---------------	---------	----------------------

IV - Anexar neste formulário os documentos relacionados abaixo

- Cópia do documento de Identidade e CPF do Atleta;
- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Comprovante de matrícula escolar;
- Indicação do atleta pela entidade e/ou técnico da modalidade;
- Declaração da entidade e/ou do técnico da modalidade de que o atleta se encontra em plena atividade desportiva não profissional
- Projeto anual contemplando as competições e objetivos a serem alcançados, de acordo com o calendário de Federação ou Confederação da modalidade.
- Declaração mensal do Técnico da modalidade atestando a confirmação está participando dos treinamentos e competições, representado a Entidade e o Município.

Data	Assinatura do atleta
Assinatura do Presidente da Entidade/Técnico Modalidade	

ANEXO III
PROGRAMA BOLSA ATLETA
CRONOGRAMA DE COMPETIÇÕES E TREINAMENTOS PARA 2016

I - Identificação	Data
Nome da modalidade:	

JULHO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:

Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

AGOSTO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

SETEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

OUTUBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

NOVEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

DEZEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA
(ATLETA VINCULADO)

Declaramos que o (a) atleta _____ da modalidade _____ vinculado à (nome da associação), está em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Luzerna em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação está sendo coordenado e executado pela comissão técnica da modalidade a partir do calendário de eventos da Entidade Gestora do Desporto de SC.

Os treinamentos acontecem as _____ das _____ na sede (local de treinamento)

Luzerna (SC), ____ de ____ de 2016

Presidente/Técnico

**DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA
(ATLETA INDIVIDUAL)**

Eu _____, atleta da modalidade _____, declaro que estou em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Luzerna em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação é coordenado e executado individualmente obedecendo ao cronograma desenvolvido.

Os treinamentos acontecem as _____ das _____ na sede (local de treinamento)

Luzerna (SC), ____ de ____ de 2016

Atleta

DECLARAÇÃO DO (A) ATLETA

Eu, _____, portador do Rg nº _____, SSP/SC, inscrito sob o CPF nº _____, beneficiado com a Bolsa-Atleta, constituída pela Lei Municipal nº 1307/2014, venho por meio desta declarar que todos os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta foram utilizados para custear as minhas despesas de manutenção pessoal e desportiva.

Luzerna (SC), ____ de ____ de 2016

Atleta

AUTORIZAÇÃO DO (A) ATLETA

Eu _____, atleta da modalidade _____, autorizo o direito de uso da minha imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como utilizarei a marca oficial do Município de Luzerna em uniformes de treinos e competições.

Luzerna (SC), ____ de ____ de 2016

Atleta

LEI 1431

LEI Nº 1431 de 01 de março de 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar grupos de danças tradicionais gaúchas, promover a integração através da dança tradicional entre seus associados e a integração da comunidade através do culto à dança e às tradições gaúchas, bem como, representar o Município em diversos eventos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.589/0001-14, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cessão gratuita do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo na sala (antigo quarto) nº 12, destinada a guarda de materiais da referida entidade.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1432

LEI Nº 1432 de 01 de março de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 34.690,50

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.2008 - Transferências Financeiras a Entidades de Assessoramento Administrativo

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 27.691,50

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.26.782.0067.1062 - Construção de Abrigos para passageiros de ônibus no interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 6.999,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de março de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 051/16

PORTARIA Nº 051/16 de 26 de fevereiro de 2016.

"ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ACATAR O PEDIDO DE DISPENSA do servidor ERLO LUTZ, contratado para exercer as funções de Médico Clínico Geral, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família - ESF, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 26 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 052/16

PORTARIA Nº 052/16 de 1º de março de 2016.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

RESOLVE:

Art.1º - PROMOVER, por mérito, os servidores abaixo especificados para a classe imediatamente superior no mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035, de 18 de março de 2004, que

instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Período
Ana Paula Sousa Spier	Auxiliar de Sala	B	C	21/02/2014 a 20/02/2016
Felipe Zardo Dallanora	Técnico Administrativo	A	B	01/03/2013 a 29/02/2016
Giseli Krug	Agente Administrativo	D	E	15/02/2014 a 14/02/2016
Sandra Aparecida Ferreira Vivan	Auxiliar de Sala	B	C	21/02/2014 a 20/02/2016
Silvia Miazzi Pereira	Psicóloga	A	B	01/03/2013 a 29/02/2016

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 053/16

PORTARIA Nº 053/16 de 1º de março de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ADILES BEAL, para exercer as funções de Assistente Social, 40 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo - Edital nº 004/2015 de 10 de abril de 2015, homologado em 27 de abril de 2015, em substituição à servidora JOVIANE COLOMBELLI, em licença sem vencimentos, a partir de 1º de março de 2016 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 054/16

PORTARIA Nº 054/16 de 1º de março de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, CAROLINE BIAZZOLO, para exercer as funções de Médica Generalista, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família - ESF, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2015 de 03 de dezembro de 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, a partir de 1º de março de 2016 até a realização de concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 055/16

PORTARIA Nº 055/16 de 1º de março de 2016.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR GABRIELA MAZZARINO, para o cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Setor de Saúde, Nível CC-4, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 1º de março de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 056/16

PORTARIA Nº 056/16 de 1º de março de 2016.
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, JANE SOLANGE SCHUMACHER CAVICHIOLI, para exercer as funções de Agente Comunitária de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS, 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2013 de 30 de julho de 2013, homologado em 09 de setembro de 2013, em substituição a MARIZETE VARGAS, em licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de março de 2016 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 057/16

PORTARIA Nº 057/16 de 1º de março de 2016.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para a servidora LICIANE DE FÁTIMA TELLES, Professora III, Classe "B", 20 horas semanais, no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, com fulcro no inciso IV, do art.29 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, pelo prazo de 10 (dez) meses, a contar de 1º de março de 2016, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocada a servidora para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 058/16

PORTARIA Nº 058/16 de 1º de março de 2016.
"ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 22 de dezembro de 2016 ou o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 20 horas semanais a servidora MIRIAM MARIA SCHLINDWEIN, contratada temporariamente para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora LICIANE DE FÁTIMA TELLES, em licença sem vencimentos, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 1º de março de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 1º de março de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0010/2016 E 0011/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0001/2016

Pregão Presencial n° 0001/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção de placas de identificação de localidade e placas de inauguração de obras, de acordo com as especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

Vigência do Contrato: 31/12/2016.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

Contrato Administrativo n° 0010/2016

Contratada: EVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA

Valor: R\$ 15.050,00 (quinze mil e cinquenta reais) para os itens do Lote 02.

Contrato Administrativo n° 0011/2016

Contratada: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA.

Valor: R\$ 4.790,00 (quatro mil setecentos e noventa reais) para os itens do Lote 01.

Macieira, 18 de fevereiro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 005/2011

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 005/2011

Contrato nº: 005/2011

Contratante: O MUNICIPIO DE MAFRA

Contratada: RENALDO MEYER – EPP - OFICINA ELETROMECAÂNICA MEDICAR.

CNPJ: 83.102.509/0001-72

Modalidade Processo Licitatório n.º 1218/2010. Concorrência Pública n.º 001/2010.

Data Assinatura do termo aditivo: 04 de fevereiro de 2016.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 27/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 27/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO - MEI Objeto: Contratação de serviços de organização e realização de Processo Seletivo Simplificado, com a elaboração, impressão e aplicação de provas, para o provimento de cadastro de reserva do Município de Maracajá/SC

Valor: R\$ 16.770,00 (dezesesseis mil e setecentos e setenta reais)

Vigência: 26/02/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 26 de fevereiro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Albertina Helena Lenhani Cardoso - MEI

Contratado.

PORTARIA 184/2016

Portaria Nº 184, de 16 de fevereiro de 2015.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR ALACIDE LUIZ ROCHA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 07 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ALACIDE LUIZ ROCHA, CPF 619.811.849-53, matrícula 1990, nascido em 4 de novembro de 1966, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 166 de 17 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 185/2016

Portaria nº 185 de 16 de fevereiro de 2016.

EXONERA MARIA HELENA MEDEIROS DOS SANTOS, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Nº 14 de 29 de setembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Maria Helena Medeiros dos Santos, brasileira, casada, maior, nascida em 11 de abril de 1958, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 983.453.709-34, do cargo em comissão de Diretora da Creche Municipal Vila Beatriz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 228/2010.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 186/2016

Portaria Nº 186, de 22 de fevereiro de 2016.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, SUZANA DE OLIVEIRA ROCHA, CPF 813.794.399-49, matrícula Nº 1888, nascida em 12 de setembro de 1953.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 035/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 187/2016

Portaria nº 187 de 22 de fevereiro de 2016.

Nomeia Danubia Rocha de Oliveira de Araujo, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Escola.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 427 de 7 de outubro de 1997, em concordância com a Lei 831 de 25 de fevereiro de 2011 e a Lei 955 de 10 de outubro de 2013, resolve:

Nomear

Art. 1º Danubia Rocha de Oliveira de Araujo, brasileira, maior, nascida a 5 de janeiro de 1986, inscrita no Cadastro das Pessoas

Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 054.093.169-16, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola (E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho), do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º A E.E.B.M. Encruzo do barro Vermelho conta nesta data com 102 (cento e dois) alunos, dando então direito a gratificação mensal de 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo em comissão de Diretor de Escola.

Parágrafo único. Fica sob a responsabilidade do Departamento de Educação o controle mensal do número de alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar para efeito de alteração de gratificação mensal no vencimento do Diretor de Escola.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 188/2016

Portaria nº 188 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear VANUZA FERNANDES, brasileira, maior, nascida em 28 de outubro de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 658.260.940-87, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio e na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 189/2016

Portaria nº 189 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear EDITE SCARDUELLI, brasileira, maior, nascida em 10 de agosto de 1961, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 442.780.559-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 190/2016

Portaria nº 190 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SANDRA REGINA BARCELOS ROSA, brasileira, maior, nascida em 15 de abril de 1960, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 434.378.429-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 191/2016

Portaria nº 191 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear REGINA PEREIRA DE FREITAS, brasileira, maior, nascida em 21 de maio de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 028.739.759-97, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio e na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 192/2016

Portaria nº 192 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MAIKON ROCHA DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 3 de dezembro de 1984, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 045.231.899-86, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 193/2016

Portaria nº 193 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear BRUNA CANDIOTTO TREVISOL, brasileira, maior, nascida em 5 de março de 1989, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 067.367.489-41, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, em substituição a professora efetiva Maria Eliete Martinello dos Santos que se encontra em atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 194/2016

Portaria nº 195 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear AURIDÉIA RÉUS CARDOSO MORAES, brasileira, maior, nascida em 21 de janeiro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.196.060-46,

para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 22 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 195/2016

Portaria nº 195 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear AURIDÉIA RÉUS CARDOSO MORAES, brasileira, maior, nascida em 21 de janeiro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.196.060-46, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 22 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 196/2016

Portaria nº 196 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DAIANI LOCH, brasileira, maior, nascida em 14 de agosto de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 076.553.829-64, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. LP-1A, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 197/2016

Portaria nº 197 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear RAQUEL RUTE DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1994, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 095.687.859-81, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 198/2016

Portaria nº 198 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ROSIANE BORGES LUIZ, brasileira, maior, nascida em 17 de janeiro de 1988, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 008.597.839-60, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 199/2016

Portaria nº 199 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear GRAZIELA DE FREITAS, brasileira, maior, nascida em 8 de janeiro de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 034.502.509-14, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 200/2016

Portaria nº 200 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA AMELIA LEANDRO CARDOSO, brasileira, maior, nascida em 20 de julho de 1975, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 868.816.049-04, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 201/2016

Portaria nº 201 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear BRUNA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 31 de janeiro de 1996, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 101.957.419-43, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 202/2016

Portaria nº 202 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ANDRÉIA RESENDE, brasileira, maior, nascida em 4 de março de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 079.459.269-40, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 203/2016

Portaria nº 203 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear TANIA DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 12 de agosto de 1986, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 064.297.899-93, para exercer o

cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 204/2016

Portaria nº 204 de 22 de fevereiro de 2016.

NOMEIA SAMIRA FREITAS DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCOLA.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 427 de 7 de outubro de 1997, em concordância com a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011 e a Lei nº 955 de 10 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, SAMIRA FREITAS DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 22 de fevereiro de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 058.857.149-08, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha, nível CC-4.

Art. 2º O Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha conta nesta data com 163 (cento e sessenta e três) alunos, ficando então incorporada a gratificação mensal de 10% (dez por cento) no vencimento do Diretor.

Parágrafo Único: Fica sob a responsabilidade do Departamento de Educação o controle mensal do número de alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar para efeito de alteração de gratificação mensal no vencimento do Diretor.

Art. 3º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 205/2016

Portaria nº 205 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SAMARA PORTAN CUSTODIO, brasileira, maior, nascida em 9 de junho de 1993, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 092.713.089-05, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 206/2016

Portaria nº 206 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear LAYS LAURENTINO COSTA, brasileira, maior, nascida em 15 de outubro de 1990, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 080.082.379-61, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 207/2016

Portaria nº 207 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DARLANI CRISTINA SANT'ANA, brasileira, maior, nascida em 3 de maio de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 066.395.419-39, para

exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 23 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 208/2016

Portaria nº 208 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear TATIANA DASSOLER DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 18 de outubro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 028.221.949-80, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 209/2016

Portaria nº 209 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SOMARIVA, brasileira, maior, nascida em 7 de abril de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 030.521.839-58, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 16 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 210/2016

Portaria Nº 210, de 22 de fevereiro de 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA BRUNA DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de fevereiro de 2016, a servidora BRUNA DOS SANTOS, CPF 035.589.499-86, matrícula 1561, nascida em 22 de setembro de 1982, nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Serviços Administrativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 178 de 1º de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 211/2016

Portaria nº 211 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear NATALIA SIMOES ROCHA COMICOLI, brasileira, maior, nascida em 31 de dezembro de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 051.553.389-05, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 19 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 212/2016

Portaria nº 212 de 22 de fevereiro de 2016.

ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA EFETIVA KARINA NUNES DE MEDEIROS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 28 da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar temporariamente (Fevereiro/2016 a Dezembro/2016) a carga horária de 20h (vinte horas) para 40h (quarenta horas) da professora efetiva Karina Nunes de Medeiros, matrícula 2082, devido ao desdobramento de turmas no ano de 2016.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 213/2016

Portaria nº 213 de 22 de fevereiro de 2016.

ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA DO PROFESSOR EFETIVO LÚCIO VÂNIO MORAES.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 28 da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar temporariamente (Fevereiro/2016 a Dezembro/2016) a carga horária de 10h (dez horas) para 40h (quarenta horas) do professor efetivo Lúcio Vânio Moraes, matrícula 2084, devido ao desdobramento de turmas no ano de 2016.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 214/2016

Portaria nº 214 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ANDIARA DOS SANTOS BARBON, brasileira, maior, nascida em 4 de junho de 1990, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 021.114.710-97, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. LP-1A, no período de 15 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 215/2016

Portaria nº 215 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DANIEL DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 10 de julho de 1978, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 024.495.709-69, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 22 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2016, conforme convênio EJA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 216/2016

Portaria nº 216 de 22 de fevereiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear FELIPE ROCHA DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 10 de outubro de 1988, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 071.338.589-83, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. MAG 80%, no período de 22 de fevereiro de 2016 podendo vigorar até 20 de dezembro

de 2016, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio e na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 217/2016

Portaria N.º 217 de 1º de março de 2016.

Nomeia Juliana Dassoler da Silva para exercer o cargo de Técnico Pedagógico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, JULIANA DASSOLER DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 17 de setembro de 1986, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.492.073-3, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 062.399.389-98, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 218/2016

Portaria N.º 218 de 1º de março de 2016.

Nomeia Bruna dos Santos para exercer o cargo de Técnico Pedagógico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, BRUNA DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 22 de setembro de 1982, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.688.902, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 035.589.499-86, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 219/2016

Portaria N.º 219 de 1º de março de 2016.

Nomeia Ana Maria Martins de Farias para exercer o cargo de Faxineira/Copeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, ANA MARIA MARTINS DE FARIAS, brasileira, maior, nascida em 26 de julho de 1968, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.735.438, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 042.773.329-43, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Faxineira/Copeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 220/2016

Portaria N.º 220 de 1º de março de 2016.

Nomeia Claudionor Candido para exercer o cargo de Motorista de Ambulância.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, CLAUDIONOR CANDIDO, brasileiro, maior, nascido em 9 de abril de 1969, portador da Cédula de Identidade nº. 1.538.587-6, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 621.033.859-34, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ambulância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de

Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 221/2016

Portaria N.º 221 de 1º de março de 2016.

Nomeia Laênio Luiz Rocha para exercer o cargo de Motorista de Ambulância.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, LAÊNIO LUIZ ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 20 de novembro de 1970, portador da Cédula de Identidade nº. 2.880.524, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 784.856.309-04, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ambulância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 222/2016

Portaria N.º 222 de 1º de março de 2016.

Nomeia Dilnei Fausto Borges para exercer o cargo de Motorista de Automóvel.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, DILNEI FAUSTO BORGES, brasileiro, maior, nascido em 9 de agosto de 1965, portador da Cédula de Identidade nº. 1.973.521, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 578.565.409-15, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Automóvel, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 223/2016

Portaria N.º 223 de 1º de março de 2016.

Nomeia Ari Zappe para exercer o cargo de Motorista de Automóvel.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, ARI ZAPPE, brasileiro, maior, nascido em 23 de agosto de 1948, portador da Cédula de Identidade nº. 3.030.705, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 138.342.820-49, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Automóvel, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 224/2016

Portaria N.º 224 de 1º de março de 2016.

Nomeia Paula Borges Teixeira para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, PAULA BORGES TEIXEIRA, brasileira, maior, nascida em 2 de agosto de 1988, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.329.043, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 066.109.239-90, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 225/2016

Portaria N.º 225 de 1º de março de 2016.

Nomeia Cassiandra Bavaresco Ribeiro Dordetti para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1984, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.243.914, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 005.783.909-30, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 226/2016

Portaria N.º 226 de 1º de março de 2016.

Nomeia Maria Terezinha Candido para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, MARIA TEREZINHA CANDIDO, brasileira, maior, nascida em 1º de março de 1993, portadora da Cédula de Identidade nº. 6.444.929, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 090.534.269-06, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 227/2016

Portaria N.º 227 de 1º de março de 2016.

Nomeia Sandre da Silva para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, SANDRE DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 10 de agosto de 1991, portador da Cédula de Identidade nº. 5.692.839, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 079.686.229-05, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 228/2016

Portaria N.º 228 de 1º de março de 2016.

Nomeia Margarete Coelho Farias para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, MARGARETE COELHO FARIAS, brasileira, maior, nascida em 20 de agosto de 1979, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.745.242, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 036.230.379-74, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 229/2016

Portaria N.º 229 de 1º de março de 2016.

Nomeia Janaina Vieira Martins para exercer o cargo de Auxiliar de Farmácia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, JANAINA VIEIRA MARTINS, brasileira, maior, nascida em 3 de maio de 1985, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.610.851, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 043.678.509-94, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Farmácia, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 230/2016

Portaria N.º 230 de 1º de março de 2016.

Nomeia Silvana Bilésimo para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, SILVANA BILÉSIMO, brasileira, maior, nascida em 26 de agosto de 1985, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.688.900, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 052.477.209-62, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 231/2016

Portaria N.º 231 de 1º de março de 2016.

Nomeia Ana Elizia Jeronimo Pereira para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, ANA ELIZIA JERONIMO PEREIRA, brasileira, maior, nascida em 27 de junho de 1983, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.417.865, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 036.828.109-43, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 232/2016

Portaria N.º 232 de 1º de março de 2016.

Nomeia Bruna Teixeira da Silva para exercer o cargo de Enfermeiro - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, BRUNA TEIXEIRA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 9 de março de 1983, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.355.119, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 005.705.429-01, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 233/2016

Portaria N.º 233 de 1º de março de 2016.

Nomeia Bruna Giusti Destro para exercer o cargo de Farmacêutico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, BRUNA GIUSTI DESTRO, brasileira, maior, nascida em 28 de maio de 1992, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.230.949, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 073.189.239-94, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 234/2016

Portaria N.º 234 de 1º de março de 2016.

Nomeia Everton Santos Ferreira para exercer o cargo de Odontólogo - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, EVERTON SANTOS FERREIRA, brasileiro, maior, nascido em 4 de julho de 1984, portador da Cédula de Identidade nº. 3.995.392-0, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 041.620.279-94, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo - ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 235/2016

Portaria N.º 235 de 1º de março de 2016.

Nomeia João Roges Silva da Luz para exercer o cargo de Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 04 de 25 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, JOÃO ROGES SILVA DA LUZ, brasileiro, maior, nascido em 25 de janeiro de 1972, portador da Cédula de Identidade nº. 7042916846, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 534.313.750-49, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 236/2016

Portaria N.º 236 de 1º de março de 2016.

Nomeia Jucélia Alves de Souza para exercer o cargo de Merendeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, JUCÉLIA ALVES DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 7 de janeiro de 1969, portadora da Cédula de Identidade nº. 2.751.924, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 712.394.569-72, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Merendeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 237/2016

Portaria N.º 237 de 1º de março de 2016.

Nomeia Silvana Rocha para exercer o cargo de Merendeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, SILVANA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 18 de junho de 1973, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.492.147, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 030.528.409-67, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Merendeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 238/2016

Portaria N.º 238 de 1º de março de 2016.

Nomeia Daiane Martins Gomes dos Santos para exercer o cargo de Merendeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, DAIANE MARTINS GOMES DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 28 de dezembro de 1989, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.648.915, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 076.731.969-99, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Merendeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 239/2016

Portaria N.º 239 de 1º de março de 2016.

Nomeia Solângela Maria Custódio para exercer o cargo de Merendeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, SOLÂNGELA MARIA CUSTÓDIO, brasileira, maior, nascida em 11 de abril de 1972, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.031.907, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 799.701.339-34, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Merendeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 240/2016

Portaria N.º 240 de 1º de março de 2016.

Nomeia Jucélia de Oliveira Nazário de Almeida para exercer o cargo de Merendeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, JUCÉLIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DE ALMEIDA, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1981, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.939.354, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 042.783.789-80, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Merendeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 241/2016

Portaria N.º 241 de 1º de março de 2016.

Nomeia Gabriel Monteiro Maciel para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, GABRIEL MONTEIRO MACIEL, brasileiro, maior, nascido em 9 de agosto de 1982, portador da Cédula de Identidade nº. 4.196.471, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 041.265.359-18, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 242/2016

Portaria N.º 242 de 1º de março de 2016.

Nomeia Nerci João Borges para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, NERCI JOÃO BORGES, brasileiro, maior, nascido em 13 de agosto de 1955, portador da Cédula de Identidade nº. 512.223, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 359.306.839-72, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 243/2016

Portaria N.º 243 de 1º de março de 2016.

Nomeia Luiz Vanderlei Santos da Silva para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, LUIZ VANDERLEI SANTOS DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 24 de agosto de 1963, portador da Cédula de Identidade nº. 3027721558, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 408.880.530-53, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 244/2016

Portaria N.º 244 de 1º de março de 2016.

Nomeia Ademir Felipe Josefino para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, ADEMIR FELIPE JOSEFINO, brasileiro, maior, nascido em 26 de junho de 1960, portador da Cédula de Identidade nº. 1.081.059, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 417.313.449-53, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 245/2016

Portaria N.º 245 de 1º de março de 2016.

Nomeia Aguinaldo Pedro de Souza para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, AGUINALDO PEDRO DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 13 de agosto de 1983, portador da Cédula de Identidade nº. 4.230.859, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 034.906.259-51, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 246/2016

Portaria N.º 246 de 1º de março de 2016.

Nomeia Rosane Gonçalves de Medeiros para exercer o cargo de Servente de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, ROSANE GONÇALVES DE MEDEIROS, brasileira, maior, nascida em 21 de agosto de 1966, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.492.185, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 035.708.919-76, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Servente de Escola, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 247/2016

Portaria N.º 247 de 1º de março de 2016.

Nomeia Marília Berti Cardoso Candido para exercer o cargo de Servente de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, MARILIA BERTI CARDOSO CANDIDO, brasileira, maior, nascida em 11 de setembro de 1984, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.246.996, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 051.424.609-01, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Servente de Escola, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 248/2016

Portaria N.º 248 de 1º de março de 2016.

Nomeia Camila Rocha para exercer o cargo de Servente de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, CAMILA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 10 de abril de 1990, portadora da Cédula de Identidade nº. 6.242.696, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 094.543.699-89, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Servente de Escola, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 249/2016

Portaria N.º 249 de 1º de março de 2016.

Nomeia Bárbara Rodrigues de Freitas para exercer o cargo de Servente de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, BÁRBARA RODRIGUES DE FREITAS, brasileira, maior, nascida em 17 de setembro de 1980, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.948.060, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 040.435.659-17, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Servente de Escola, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 250/2016

Portaria N.º 250 de 1º de março de 2016.

Nomeia Tamires Grigio Waterkemper para exercer o cargo de Servente de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, TAMIRES GRIGIO WATERKEMPER, brasileira, maior, nascida em 15 de setembro de 1993, portadora da Cédula de Identidade nº. 6.444.696, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 089.610.739-66, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Servente de Escola, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 251/2016

Portaria N.º 251 de 1º de março de 2016.

Nomeia Karen Menegaro Ferreira para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, KAREN MENEGARO FERREIRA, brasileira, maior, nascida em 18 de fevereiro de 1994, portadora da Cédula de Identidade nº. 6.029.403, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 088.320.869-56, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 252/2016

Portaria N.º 252 de 1º de março de 2016.

Nomeia Fernanda Lidório Maria para exercer o cargo de Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 05 de 10 de fevereiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 4 de março de 2016, FERNANDA LIDORIO MARIA, brasileira, maior, nascida em 4 de novembro de 1993, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.514.149-8, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 092.620.569-23, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 1º de março de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 1º de março de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA LEGISLATIVA 02/2016

PORTARIA Nº 002 DE 29 FEVEREIRO DE 2016.

Exonera a senhora Andréia Marques, do cargo de Provimento em Comissão Nível CC -2 de Assessora Legislativa.

ALACIDE LUIZ ROCHA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 683, de 28 de fevereiro de 2007, Resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDREIA MARQUES, Brasileira, divorciada, nascida em 17.02.1972, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 767.414.199-34, residente e domiciliada no município de Maracajá/SC ocupante do Cargo Comissionado de Provimentos em Comissão, Nível CC – 2 de Assessora Legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá, em 29 de fevereiro de 2016.

Alacide Luiz Rocha

Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, em 29 de fevereiro de 2016.

Mª APARECIDA DE SOUZA FREITAS

1ª Secretária

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 312/2016

DECRETO Nº 312, DE 1º DE MARÇO DE 2016
Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública MARIA HELENA RODRIGUES, matrícula nº 501502, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 313/2016

DECRETO Nº 313, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MAIRA ALINE LEVINALLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 083.653.329-14, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 10 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 314/2016

DECRETO Nº 314, DE 1º DE MARÇO DE 2016
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 163/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 1º de março a 5 de outubro de 2016, MARIQUELI BUGS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.698.349-19, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 315/2016

DECRETO Nº 315, DE 1º DE MARÇO DE 2016
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 164/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público,

em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 1º de março a 5 de outubro de 2016, ALEXS-SANDRO SCHAPPO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 085.527.679-70, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 316/2016

DECRETO Nº 316, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 181/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 1º de março a 21 de dezembro de 2016, ROBSON ANDRÉ GRANDO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 007.811.629-55, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na Assistência Social - CAPS, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 317/2016

DECRETO Nº 317, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 182/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 1º de março a 21 de dezembro de 2016, LUCIANA POLIS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.785.029-12, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na Assistência Social - CAPS, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 318/2016

DECRETO Nº 318, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 183/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público,

em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 1º de março a 21 de dezembro de 2016, DIOGO C. PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 061.980.839-00, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 311/2016

DECRETO Nº 311, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública ZENAIDE MARIA BIAZUSSI, matrícula nº 176501, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 05.2016 - FASS (CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO) - MATERIAIS DE ARTESANATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CHAMAMENTO DO SEGUNDO COLOCADO

PREGÃO PRESENCIAL REGITRO DE PREÇO Nº 05/2015 - FMASS

Processo licitatório n.º 09/2015- 2º COLOCADO

No dia 29 de fevereiro de 2016, na Prefeitura de Massaranduba, registra-se o preço das empresas abaixo discriminadas, como segunda colocação, para a aquisição de diversos itens que foram desistidos pela empresa vencedora Ricarl Distribuidora, destinados a atender o Município de Massaranduba, até o término e nos termos da Primeira Ata de Registro de Preços sob n.º 05/2015, resultante do Pregão nº 05/2015 - FMASS, para o Sistema de Registro de Preços.

Empresa: ZANELLA COMÉRCIO DO VESTUÁRIO- CNPJ 83.618.751/0001-01

ITEM	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtde	R\$ Unit.
48	PAPEL TERMO COLANTE (ENTRETELA DUPLA FACE) PARA PATCHCOLAGEM. APRESENTAÇÃO: POR METRO.	METRO	Fiorela	30	R\$ 7,20
62	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA MULTIUSO, DE ALTA VISCOSIDADE, A BASE DE CIANOACRILATO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20G. MARCA PRÉ-APROVADA: TEK BOND.	UNID	Teckbond	30	R\$ 8,50
79	TERMOLINA LEITOSA, PRONTA PARA O USO. SOLÚVEL EM ÁGUA. NÃO TÓXICA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FRASCOS	Acrilex	20	R\$ 4,30
90	PISTOLAS DE COLA QUENTE. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: BIVOLT (110X220 VOLTS), O APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO. TAMANHO: PEQUENA, QUE UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO:0,75CM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DO REFIL 30CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	Western	15	R\$ 16,00
91	PISTOLAS DE COLA QUENTE. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: BIVOLT (110X220 VOLTS), O APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO. TAMANHO: GRANDE, QUE UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO: 0,75CM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DO REFIL 30CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	Western	15	R\$ 30,50
92	REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, TRANSPARENTE 11,2MM DE ESPESSURA POR 30CM DE COMPRIMENTO. ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS ECERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1 KG.	PACOTE	Rendicola	4	R\$ 24,90
93	REFIL DE COLA QUENTE FINO TRANSPARENTE 7,5MM DE ESPESSURA POR 30CM DE COMPRIMENTO. ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS E CERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1 KG.	PACOTE	Rendicola	4	R\$ 24,90
152	BARBANTE CRU, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: Nº 06. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 2000M. COR: CRU.	ROLO	São João	20	R\$ 30,50
153	BARBANTE CRU, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: Nº 08. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 2000M. COR: CRU.	ROLO	São João	20	R\$ 30,50

155	ALFINETE DE SEGURANÇA, TAMANHO Nº 01. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 144 UNIDADES.	CAIXA	Coats Corrente	8	R\$ 18,40
171	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERMELHA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 1,60
172	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELO.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 1,60
173	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 1,60
174	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 1,60
175	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 1,60
177	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
178	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
179	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRATA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
180	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AZUL.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
181	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LARANJA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
182	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
183	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
184	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LILÁS.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
185	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRETA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 2,80
186	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERMELHA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50

187	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
188	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
189	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRATA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
190	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AZUL.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
191	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LARANJA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
192	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
193	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
194	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LILÁS.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
195	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRETA.	PACOTE	Lantecor	10	R\$ 4,50
284	PERCEVEJO LATONADO, COMPOSTO EM ARAME CHAPA DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM E PONTAS PERFURANTES. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	Baxmann	8	R\$ 1,80
287	COLA PARA TECIDO, NÃO TÓXICA, PRONTA PARA USO, SOLÚVEL EM AGUA. COMPOSIÇÃO: RESINA DE EMULSÃO ACRÍLICA, ÁGUA, ADITIVOS E CONSERVANTE. APRESENTAÇÃO: 35G. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX.	UNID	Acrilex	20	R\$ 3,00
288	COLA FRIA SILICONE, ADESIVO TRANSPARENTE FLEXÍVEL, FÁCIL DE USAR, FEITO A BASE DE CIANOACRILATO, ALTO PODER DE ADESÃO. APRESENTAÇÃO: FRASCO.	FRASCOS	Luli	20	R\$ 5,50
381	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: ROSA.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60
382	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AZUL.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60
383	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60
384	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE-CLARO.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60

385	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AMARELO.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60
386	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: LILÁS.	ROLO	Aquarela	6	R\$ 12,60
391	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERMELHO.	FRASCOS	Acrilex	20	R\$ 2,45
392	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE FOLHA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
393	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERMELHO FOGO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
394	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: LILÁS.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
395	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: AMARELO LIMÃO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
396	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: LARANJA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
397	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE OLIVA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
398	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: NUDE.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
399	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE ABACATE.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
400	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: TERRA QUEIMADA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
401	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: ROSA ESCURO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
402	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: AZUL TURQUESA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
403	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: BRANCO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
404	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: ROXO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45

405	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VINHO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
406	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: MARROM TERRA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
409	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE CLARO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
410	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE MUSGO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
411	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: VERDE PISTACHE.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
412	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: VERDE FOLHA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
413	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: CINZA.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
414	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: BRANCO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
415	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: AZUL.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
416	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: AMARELO.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
417	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: AMARELO BEBÊ.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45
418	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:FRASCO DE 35ML. COR: MARFIM.	FRASCOS	Acrilex	10	R\$ 2,45

Massaranduba, 29 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora

ZANELLA COMÉRCIO DO VESTUÁRIO
IMELDE ZANELLA
Contratada

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08.2016 CHA 01.2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 - PMM, edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, ANEXO I, ONDE SE LIA:

ITEM	SERVIÇO	R\$ UNIT	QUANTIDADE DE INSERÇÕES
01	VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, RELATIVO ÀS ATIVIDADES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA	R\$ 29,00 POR SPOT DE 30 SEGUNDOS	12.480 DISTRIBUIDAS EM EQUIDADE E IMPARCIALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
02	VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, RELATIVO ÀS ATIVIDADES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA	R\$ 700,00 POR SPOT DE 30 SEGUNDOS	6.240 DISTRIBUIDAS EM EQUIDADE E IMPARCIALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PÁGINA 11

LEIA-SE:

ITEM	SERVIÇO	R\$ UNIT	QUANTIDADE DE INSERÇÕES
01	VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, RELATIVO ÀS ATIVIDADES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA	R\$ 29,00 POR SPOT DE 30 SEGUNDOS	1.700 INSERÇÕES
02	VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS, RELATIVO ÀS ATIVIDADES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA	R\$ 700,00 POR SPOT DE 30 SEGUNDOS	50 INSERÇÕES

PÁGINA 11

Massaranduba (SC), 02 de março de 2016.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO/PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PMM CO 14.2016 - AQUARELA FM

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: RÁDIO FM DA BARRA LTDA - EPP

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMISSORA DE RÁDIO PARA ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS
VALOR CONTRATADO: R\$ 29,00 (VINTE E NOVE REAIS) POR SPOT DE 30 SEGUNDOS

VIGÊNCIA: 29 DE FEVEREIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 02 DE MARÇO DE 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

PMM CO 15.2016 - GUARAREMA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMISSORA DE RÁDIO PARA ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS
VALOR CONTRATADO: R\$ 29,00 (VINTE E NOVE REAIS) POR SPOT DE 30 SEGUNDOS

VIGÊNCIA: 29 DE FEVEREIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 02 DE MARÇO DE 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14.2016 PP 08.2016 (PMM) - AQUISIÇÃO DE LÂMINAS E OUTROS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, DENTES, PARAFUSOS E PORCAS, PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS, ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, RETRO-ESCAVADEIRAS, TRATORES DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).
CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 18/03/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 18/03/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 01 de março de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04.2016 PP 01.2016 (FMS) - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA UBS CENTRO E BENJAMIN CONSTANT

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BENJAMIN CONSTANT DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 17/03/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 17/03/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de março de 2016.

SUZANE ELISA FROELICH REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO 018/2016

DECRETO nº 018/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SUPERVISOR DO SAMAE.

ENIVALDO DUMINELLI

Diretor da SAMAE

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, inciso I, e Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1186/2006 e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O senhor ENIVALDO DUMINELLI, ocupante do cargo em comissão de Supervisor do Samae, de suas funções de Diretor do Samae.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº035/2015 e 031/2015.

Meleiro, 01 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e finanças

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA n.º 003/2016

TRATA NOMEAÇÃO OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE).

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora DERLI DORDETE, para ocupar o cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas a SAMAE, em conformidade com o Concurso Público nº 001/2015-SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

PORTARIA Nº 102/2016

PORTARIA n.º 102/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO TÍTULO DA PORTARIA Nº 086/2016, de 25 de Fevereiro de 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

Dar nova redação ao título da Portaria nº 086/2016, de 25 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 26 de Fevereiro de 2016, edição 1941, pg 257, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.”

NOMEAR

“Art. 1.º O Senhor BRUNO BERTONCINI ALVES, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2016, homologado em 29 de Janeiro de 2016”.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 26/02/2016.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 103/2016

PORTARIA n.º 103/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JUCELIA DE OLIVEIRA CLAUMANN, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 055/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Licitatório Nº: 55/2016
Pregão Registro de Preços Nº 13/2016
Tipo: Menor Preço – Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS E PLACAS PARA OBRAS DO SISTEMA VIÁRIO, EQUIPAMENTOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS URBANOS E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, PONTES, PONTILHÕES, BUEIROS, MELHORIAS DA PAVIMENTAÇÃO E ATENDIMENTO DO PROGRAMA DA PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA/PASSEIOS PÚBLICOS.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 18 de março de 2016

Abertura dos Envelopes: 08:10 horas do dia 18 de março de 2016.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC, 01 de março de 2016.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ VARNIER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Jorge Luiz Varnier	05.02.2015 a 04.02.2016	07.03.2016 a 26.03.2016 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de fevereiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE MARÇO DE 2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 971/90 e em especial as disposições da Lei Municipal 2.229/2015, Portarias Municipais nº 0107/2015 e 0122/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0122/2015 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – CH02: Jornada 02

II – SM02: Jornada 02

III – HEM01: Jornada 01

IV – Normal01: Jornada 01

V – VE03: Jornada 03

VI – SA03: Sobreaviso/Jornada 03

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de março de 2016, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de fevereiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY

Diretora Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

ANEXO I ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE MARÇO/2016

DIA DA SEMANA	domingo	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira
MOTORISTA/DIA	31/jan	1	2	3	4	5	6	7
MAURICIO RAUBER		HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE
GLEISSON DONIDA		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
ERI EVALDO SIMÃO		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA
DIA DA SEMANA	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira
MOTORISTA/DIA	7	8	9	10	11	12	13	14
MAURICIO RAUBER		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
GLEISSON DONIDA		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
ERI EVALDO SIMÃO	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA
GILSON HISTER		HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE
DIA DA SEMANA	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira
MOTORISTA/DIA	14	15	16	17	18	19	20	21
MAURICIO RAUBER		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02

GLEISSON DONIDA	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA
ERI EVALDO SIMÃO		HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE
GILSON HISTER		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
DIA DA SEMANA	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira
MOTORISTA/DIA	21	22	23	24	25	26	27	28
MAURICIO RAUBER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA
GLEISSON DONIDA		HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE
ERI EVALDO SIMÃO		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
GILSON HISTER		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
DIA DA SEMANA	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira				
MOTORISTA/DIA	28	29	30	31				
MAURICIO RAUBER		HEM 1/VE	HEM 1/VE	HEM 1/VE				
GLEISSON DONIDA		SM02	SM02	SM02				
ERI EVALDO SIMÃO		CH02	CH02	CH02				
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA				

OBS: NA SEMANA DE HEMODIALISE NAS TERÇAS E QUINTAS É HORÁRIO DAS VIAGENS EXTRAS (NORMAL)

LEGENDAS: CH02: Jornada 02 SM02: Jornada 02 HEM01: Jornada 01 Normal01: Jornada 01
VE03: Jornada 03 SA03: Sobreaviso – Jornada 03

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: _____

GILSON HISTER: _____

Márcia Teresinha Jacoby
Diretora Municipal de Saúde
GLEISSON DONIDA: _____

MAURICIO RAUBER: _____

ESCALA DE MARÇO/2016

PORTARIA Nº 059/2016 – Modelo/SC, aos 29 de fevereiro de 2016.

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 10.413,39; AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 6.784,70; CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 760,36; DAMEDI-DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 3.167,79; DENTAL OESTE EIRELI – VALOR REGISTRADO R\$ 2.358,97; MEDICAMENTOS DE AZ LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 619,34; MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 157,97; PLASMEDIC COM. MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIO – VALOR REGISTRADO R\$ 10.654,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material médico-hospitalar/ambulatorial para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí/SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 009/2016

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de agosto de 2016.

Mondaí – SC, 01 de março de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015 PMN6

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2016. Data da entrega dos envelopes: 14/03/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 14/03/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 1 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 08/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2016 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA) PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.. Data da entrega dos envelopes: 18/03/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/03/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 1 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO INDEFERIMENTO EMPRESA: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2016.

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO INDEFERIMENTO

EMPRESA: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.

CNPJ: 00.145.589/0001-16.

A Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE INDEFERIR o pedido de reequilíbrio do Contrato nº 048/2015, concorrência nº 216/2014, solicitado pela empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, em razão de não ter sido comprovado o "desequilíbrio econômico-financeiro", conforme item 5.3 do respectivo contrato.

5.3 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte), deve-se prever também o reequilíbrio quando cabível para menos, em prol da Administração.

Além disso, a empresa participou de licitações recentes do Município (CC160/2015 e CC167/2015), sendo que os valores ofertados nas propostas estavam menores ao solicitado no pedido de reequilíbrio.

A mesma ainda finalizou seu pedido mencionando o Contrato nº 25/2014, porém este não se trata de Contrato firmado entre as partes.

Departamento de Compras e Licitações

Corroborando

Secretária de Administração

DECRETO Nº 17 DE 1 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 17 DE 1 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) da seguinte dotação:

Órgão: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

Unidade: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Programa: 102– Atendimento Hospitalar

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

2.073 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FHMN

Fonte de Recursos – 16300 – Transferência de Convênios – Estado/ Saúde

12 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

Unidade: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Programa: 102– Atendimento Hospitalar

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

2.073 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

- FHMN

Fonte de Recursos – 16300 – Transferência de Convênios – Estado/Saúde

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 1 de Março de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 de Março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 20 DE 01/03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 20 DE 01 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

04.129.0062 – 2.138 – Manut. e Func. da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

216 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 27.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 – Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

04.129.0062 – 2.138 – Manut. e Func. da Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

215 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 01 de Março de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de Março de 2016.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 430

PORTARIA Nº 430 DE 1º DE MARÇO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) ANDRESSA ALVES VOIGT VIEIRA para exercer o cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM ESF, com 40 horas, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 24/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 24/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÃO

428,375,376,425,421

PORTARIA Nº 428 DE 1º DE MARÇO DE 2016.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

COMISSIONADOS

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETORA ESCOLAR DESC II, (a) senhor (a) LUCIANI PIVATTO DOS SANTOS MAFRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 1º de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 375 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETORA ESCOLAR ADJUNTA DESC I, (a) senhor (a) DAGLIE MARGARET DA SILVA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 376 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETOR ESCOLAR CEI EJA I, (a) senhor (a) JANDERSON NAHRING.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 425 DE 1º DE MARÇO DE 2016.
EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA IV, (a) senhor (a) DENICE

SILVA ROSA FERREIRA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 1º de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 421 DE 1º DE MARÇO DE 2016.
EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA III, (a) senhor (a) JOSIANE DOS SANTOS VICTOR.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 1º de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 159/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 159/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 159/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES, TRATORES, MICROTRATORES E EQUIPAMENTOS) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: JEAN CARLOS TELLES

VALOR TOTAL: R\$ 117.250,00

FORNECEDOR: OSVALDO DIAS DA SILVA EIRELI

VALOR TOTAL: R\$1.061.550,00

FORNECEDOR: ESGOTOU LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 237.996,00

FORNECEDOR: TERRAPLANAGEM KOHLER LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 190.190,00

FORNECEDOR: KUHRA PRESTADORA DE SERVIÇOS

VALOR TOTAL: R\$ 115.290,00

FORNECEDOR: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS
VALOR TOTAL: R\$ 187.950,00
FORNECEDOR: TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 95.520,00
FORNECEDOR: ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 114.450,00
FORNECEDOR: KAMILA DIAS
VALOR TOTAL: R\$ 62.580,00
Vigência: 31/12/2016.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 01 de março de 2016.

LEI COMPLEMENTAR N º 288 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 288 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 7º da lei complementar n º 11 de 4 de dezembro de 2003 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º. A progressão horizontal no Quadro Geral de Servidores ocorrerá por desempenho ou por capacitação, após o cumprimento do estágio probatório de 03 (três) anos.

§ 1º A progressão por desempenho ocorrerá automaticamente, de dois em dois anos.

§ 2º A progressão por capacitação ocorrerá após a apresentação de certificados de cursos de aperfeiçoamento, que contenham carga horária mínima de 40 horas, sendo permitida a acumulação de cursos para esta contagem desde que cada um deles alcance, no mínimo, 4 (quatro) horas aulas, vedado seu aproveitamento posterior para nova progressão.

§ 3º Serão computados válidos cursos de aperfeiçoamento realizados, cujos certificados ou diplomas tiverem os seguintes registros:

I - carga horária;

II - registro da entidade que ministrou o curso;

III - conteúdo;

IV - ministrante;

V - entidade responsável pelo curso, devidamente certificada.

§4º - A variação do vencimento de uma referência para outra obedecerá a um crescimento de 3% (três por cento) sobre a anterior, possuindo, cada cargo, 17 (dezessete) referências que são identificadas da letra A até a letra Q, a saber: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P e Q.

§ 5º - O servidor, depois de cumprido o estágio probatório, terá direito à progressão acumulada durante o transcurso do respectivo período de avaliação, fazendo jus, ao completar 04 (quatro) anos de serviço, à progressão para a referência "B".

Art. 2º O artigo 11 da lei complementar n º 11 de 4 de dezembro de 2003 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 11 - Além da progressão de que trata o artigo 7º desta lei, o servidor público municipal efetivo terá direito, após o cumprimento do estágio probatório de 03 (três) anos, à progressão vertical pela obtenção de nova titulação ou habilitação, contada a partir da apresentação do competente diploma ou certificado.

§ 1º - Serão computados válidos cursos de graduação, pós-graduação, metrado ou doutorado realizados, cujos certificados ou diplomas contiverem os devidos registros nos termos da Lei nº 9.394, de 20.12.1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

§ 2º - Os servidores públicos que obtiveram as habilitações ou titulações especificadas no caput, anteriormente ao seu ingresso no Serviço Público de Navegantes, desde que tenha relação com a área de atuação, farão jus à progressão funcional, respeitado o disposto neste Capítulo.

§ 3º Preenchidos os requisitos estabelecidos no § 1º, o servidor efetivo que possuir as habilitações ou titulações adiante relacionadas, fará jus aos seguintes percentuais calculados sobre o padrão de vencimento inicial da classe:

I – 12% (doze por cento) – curso de graduação com duração igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

II - 12% (doze por cento) - curso de pós-graduação com duração igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas;

III - 12% (doze por cento) - curso de Mestrado;

IV - 12% (doze por cento) - curso de Doutorado;

§ 4º - A percepção de qualquer dos percentuais estabelecidos nos incisos de I a IV deste artigo não dá ao servidor efetivo o direito de atuar em área diversa daquela para a qual prestou o concurso.

§ 5º - O curso de graduação, pós-graduação ou especialização exigido do servidor como pré-requisito de formação para seu ingresso no Quadro de servidores efetivos não lhe dará direito à percepção dos percentuais previstos neste artigo.

§ 6º – Os cursos mencionados nos incisos I a IV deverão ter afinidade com a área de atuação ou formação profissional, devendo ser realizada avaliação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido do servidor, para fins de reconhecimento ou não para efeito da progressão, especialmente nas hipóteses de funções/cargos de categoria funcional para os quais não se tenha exigido qualificação específica, e não haja descrição de atribuições ou lotação que possa definir de forma inequívoca a área de atuação ou formação do servidor.

§ 7º – A avaliação deverá ser realizada por comissão constituída para esta finalidade, sendo assegurado ao servidor o direito de recurso no caso de indeferimento.

§ 8º – A repercussão financeira retroagirá a data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, no caso de seu deferimento e desde que acompanhado de documentos que atendam ao previsto no § 1º.

§ 9º - Os percentuais aos quais se referem os incisos I a IV do presente artigo poderão ser acumuláveis no caso de obtenção de titulação distinta da anteriormente obtida pelo servidor, não sendo admissível acumulação de percentuais por titulação de mesma natureza.

§ 10 – Os servidores que já obtiveram progressão por cursos de capacitação sob a égide de regra anterior à vigência desta lei farão jus à diferença entre o percentual já adquirido e os atualmente previstos, caso a lei vigente seja mais benéfica.

§ 11 – As progressões previstas no caput deste artigo passam a integrar o Anexo Único da Lei Complementar nº 106, de 02 de agosto de 2011.”

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 4º Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES COMISSIONADOS 379 A 383

PORTARIA N º 379 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO II, o (a) senhor (a) RAUL COUTO NETO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 29 de FEVEREIRO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 380 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS I, o (a) senhor (a) DOUGLAS LEMOS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 29 de FEVEREIRO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 381 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS I, o (a) senhor (a) RAUL COUTO NETO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 382 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO II, o (a) senhor (a) DOUGLAS LEMOS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de MARÇO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 383 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de AGENTE PÚBLICA MUNICIPAL I, o (a) senhor (a) ANA PAULA GUILLAND.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 23 de FEVEREIRO de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO 77/2015 - TODT MOVEIS LTDA - EPP

NOTIFICAÇÃO 77/2015 Navegantes, 12 de Agosto de 2016.

TODT MOVEIS LTDA - EPP
CNPJ: 10.535.116/0001-89
Rua: Edmundo Koch nº1527 Galpão A
Cidade: Jaraguá do Sul / SC
CEP: 89265-260

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância de entrega do item 8, (Colchoes) e-mail de solicitação das Af's 1928/2015; 1933/2015; 1936/2015; 2010/2015, está aproximadamente 30 dias em atraso, tudo de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, através da CI Se nº 893/15 devidamente assinada pela Secretaria Sra. Nerozilda Pinheiro Ferreira, Datada no dia 11 de Agosto de 2015, docs. em anexo.

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o principio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA
Encarregada do Processo Administrativo
Secretaria Municipal de Administração e Logística

NOTIFICAÇÃO 89/2015 II - TODT MOVEIS LTDA - EPP

NOTIFICAÇÃO 89/2015 II Navegantes, 23 de Fevereiro de 2016.

TODT MOVEIS LTDA – EPP ou COMERCIO E SERVIÇOS S.W. LTDA - EPP
CNPJ: 10.535.116/0001-89
Rua: 3 de Maio nº256 Sala:01- A
Cidade: CANOINHAS / SC
CEP: 89460-000

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância de entrega das AF's 368/2016; 384/2016; 383/2016; 372/2016, 371/2016, 369/2016, 370/2016, tudo de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 105/2016 devidamente assinada pela Secretaria Sra. Nerozilda Pinheiro Ferreira, Datada no dia 19 de Fevereiro de 2016, docs. em anexo.

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o principio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA
Encarregada do Processo Administrativo
Secretaria Municipal de Administração e Logística

PORTARIA N º 370 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N º 370 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE IMÓVEIS POR DAÇÃO EM PAGAMENTO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão para recebimento de imóveis por dação em pagamento, cujos nomes são os seguintes:

- a) Antônio Carlos Romão Carmona – Presidente;
- b) Dayane Patrícia Laureano de Jesus – Membro;
- c) Jossiane Lays Bonin Uller – Membro;
- d) Paulo Afonso Gaya – Membro;
- e) Samara Claudino Erbs – Membro;

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO Nº 001/2015 NAVEGANTESPREV**

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO Nº 001/2015 NAVEGANTESPREV

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

PORTARIA N º 56/2016

Portaria de Homologação do Resultado Final do Concurso Público – Edital 001/2015, para provimento de cargo do quadro de Pessoal do NavegantesPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes (Lei Complementar Municipal nº. 206/2014).

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 99/2011 e nº 152/2012.

RESOLVE:

I HOMOLOGAR o resultado final para os candidatos devidamente aprovados no concurso público edital nº 001/2015. Informando para tal, a inscrição, o nome, a pontuação e a classificação final no Concurso, assim relacionados:

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Navegantes, 02 de março de 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 NAVEGANTESPREV

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93, que se encontra aberto o processo licitatório para REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 16/03/2016. Abertura envelopes: às 14:15 hs do dia 16/03/2016. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, n.º 295, Centro - Navegantes/SC ou no site; www.navegantesprev.sc.gov.br. Navegantes, 02 de março de 2016. JAN ULLRICH – DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2016 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 065/2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para o cargo abaixo indicado, o aprovado no Concurso Público nº 002/2015:

EDITAL	NOME	CARGO	C.H.
002/2015	Rosemari Tavares de Oliveira	Atendente de Creche	40h/Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 01 de março de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- Edital 008/15 e edital 001/16

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei nº 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença e por demanda de matrículas. As vagas serão para o cargo de Professor com atuação na Educação Básica na etapa de Educação Infantil, Ensino Fundamental e da rede pública de ensino do Município de Orleans - SC, durante o ano de 2016, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

ESCOLHA DE VAGAS:

A escolha de vagas quinta chamada obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com data e horário abaixo, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação:

a) Área I – Educação Infantil

Professor de Educação Infantil

Data: 02/03/16

Horário: 8:30h

b) Área III – Professor – Ensino Fundamental (2º ao 5º ano)

Data: 02/03/16

Horário: 8:35h

c) Área: Educação Básica – Edital nº 001/2016 - Professor de Inglês

Data: 02/03/16

Horário: 8:40h

d) Área de Ensino: IV – Ensino Fundamental

Professor de Artes

Data: 02/03/16

Horário: 8:45h

Eliete Bianco Zanini Damazio

Secretaria de Educação

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 007/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de materiais de expediente para todas as Secretarias. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 15/03/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 01/03/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 2017

EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA(LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2017

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito do município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao artigo 8º da Lei Orgânica do Município, CONVIDA toda população do Município de Ouro a participarem da Audiência Pública com objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da lei Orçamentária – LDO para o exercício de 2017 que define as prioridades contidas no PPA e na Lei De Diretrizes Orçamentaria, em cumprimento as determinações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, art. 48, paragrafo único, inciso I, a realizar-se no dia 10 de março de 2016, (quinta-feira) às 19 horas, no auditório da Sulcredi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro, situado à Rua Felipe Schmidt, 1882, sala 03, Centro, Município de Ouro/SC.

Ouro/SC, 01 de março de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN

Prefeito de Ouro

CREDENCIAMENTO 02-2016

CREDENCIAMENTO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE OURO / SC

O Município de Ouro/SC, através da Secretária de Saúde, Senhora Luciane Esganzela de Matos, no uso de suas atribuições legais, vem através deste tornar público que está realizando CREDENCIAMENTO de empresas para prestação de serviços de fisioterapia neurológica, domiciliar e clínica. As empresas interessadas deverão apresentar o envelope de habilitação a partir do dia 02 de março de 2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro/SC, situada a Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 23/02/2016. Luciane Esganzela de Matos, Secretária de Saúde.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2732

DECRETO N.º 2732/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. Deloir Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo em Efetivo de Motorista, em virtude de Aposentadoria por invalidez.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2733

DECRETO N.º 2733/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. Ronival Plazdo dos Santos, ocupante do cargo em Comissão de Dirigente de Gestão contábil e Tributária.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 23 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2734

DECRETO N.º 2734/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a Pedido o servidor público municipal Sr. Luiz Carlos de Lima Rosa, ocupante do cargo em Efetivo de Motorista.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 24 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2735

DECRETO Nº. 2735/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit do Exercício Anterior nas Fontes 0338-Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União, 0333 -Transferência de Convênios - União/Saúde e 0388 -Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Mun. 951/2016, de 01 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit da Exercício Anterior no valor de R\$ 546.606,41 (Quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e seis reais e quarenta e um centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10 - Saúde		
301 - Atenção Básica		
1001 – Saúde Para Todos		
2.50 – Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	191.000,87
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0333	R\$	344.171,02
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0388	R\$	11.434,52
Total----->	R\$	546.606,41

Art. 2º - A suplementação citada no artigo anterior, foi apurada pelo Superávit do Exercício Anterior, nas Contas Contábeis:

9337, 9376, 9378, 9377, 9379, 9393, 9361, 9363, 9365, 9366, 9367, 9374, 9380, 9381, 9384, 9402, 20019, 20049, 20068, 20069 e 20070, num total de R\$ 211.000,87 pela Fonte 0338, sendo que deste Total já foi suplementado pelo Decreto 2719/2016 o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), restando R\$ 191.000,87;

9394, 9395 e 20075 num total de R\$ 344.171,02 pela Fonte 0333; e

20053 e 9389 num total de R\$ 11.434,52 pela Fonte 0388.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2736

DECRETO Nº. 952/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit do Exercício Anterior nas Fontes: 0310-Convênio de Transito-Militar, 0312-Convenio de Transito-Prefeitura, 0311-Convenio de Transito-Civil, 0308-Cosip, 0389-Alienação de Bens destinados a Outros Programas, 0300-Recurso Ordinário/FUNREBOM, 0337-Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, 0332-Transferências de Convênios – União/Educação, 0387-Alienação de Bens destinados a Programa da Educação Básica e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 952/2016, de 01 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit da Exercício Anterior no valor de R\$ 66.308,82 (Sessenta e seis mil, trezentos e oito reais e oitenta e dois centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
6-181-601 – Segurança Publica Todos		
2.6 – Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0389	R\$	4.682,83
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0389	R\$	2.295,71
2.9 – Manutenção do Convênio Transito – Polícia Militar		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0310	R\$	1.104,10
2.10 – Manutenção do Convênio – Polícia Militar Bombeiros		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0300	R\$	4.038,76
2.11 – Manutenção do Convênio Transito – Polícia Civil		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0311	R\$	1.700,54
2.12 – Manutenção do Convênio Transito – Prefeitura		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0312	R\$	7.813,41
4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12-361-1201 – Educação para Todos		
1.19 – Aq. de Terrenos/Construção/Ampl. da Rede Física do Ensino Fundamental		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0332	R\$	14.257,76
2.16 – Manutenção do Ensino Fundamental		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0337	R\$	1.304,48
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0387	R\$	22.366,66
7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15-452-1502 – Serviços de Utilidade Pública		
2.37 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0308	R\$	6.744,57
Total □	R\$	66.308,82

Art. 2º - A suplementação citada no artigo anterior, foi apurada pelo Superávit do Exercício Anterior, nas Contas Contábeis:

9797 total R\$ 1.104,10 pela Fonte 0310,
 9798 total R\$ 7.813,41 pela Fonte 0312,
 9799 total R\$ 6.744,57 pela Fonte 0308,
 9800 total R\$ 1.700,54 pela Fonte 0311,
 9817 total R\$ 4.682,83 pela Fonte 0389,
 9919 total R\$ 4.038,76 pela Fonte 0300 – FUNREBOM,
 9930 total R\$ 1.304,48 pela Fonte 0337 – Conv. Onibus Escolar,
 20079 total R\$ 14.257,76 pela Fonte 0332 – Rend Aplic Conv Const Escola,
 20143 total R\$ 22.366,66 pela Fonte 0387 e
 9889 total R\$ 2.295,71 pela Fonte 0389.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2737

DECRETO Nº. 2737/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit do Exercício Anterior nas Fontes: 0335-Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União e 0361-Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 954/2016, de 01 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit da Exercício Anterior no valor de R\$ 41.817,66 (Quarenta e um mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

12001 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE		
8-244-804 – Assistência Comunitária em Geral		
2.59 – Manutenção dos Programas do Fundo de Assistência Social		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0335	R\$	21.348,52
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0361	R\$	5.875,72
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0361	R\$	14.593,42

Art. 2º - A suplementação citada no artigo anterior, foi apurada pelo Superávit do Exercício Anterior, nas Contas Contábeis:

9362, 9363, 9364, 9366, 9367, 20061, 20032, 20038 e 20040 total R\$ 21.348,52 pela fonte 0335, e
20031, 20032, 20041 total R\$ 20.469,14 pela Fonte 0361.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2738

DECRETO N.º 2738/2016

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Leis Complementares 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. Moises Vagner Gomes Ferreira, para exercer o Cargo de provimento efetivo de Motorista, enquadrado no Anexo III, da Lei Complementar 023/2005, Nível 26.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 01 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0033/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SIMONE SOARES CANTELE

Objeto: Contratação de palestrante para realização de Palestra em comemoração o dia internacional da mulher do município de Ouro Verde.valor certo e ajustado de R\$:1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 01 de março de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

PORTARIA Nº034

PORTARIA N.º 034/2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Valdemiro Francisco Cechin, lotado junto a Secretária Municipal de Infra-estrutura, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA 032

PORTARIA N.º 032//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Cleomar Plazdo dos Santos, lotado junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0028
PORTARIA N.º 028/2016

“Estabelece procedimentos a serem observados pelos Departamentos competentes visando à liberação e pagamento de valores relativos a serviços prestados em Obras contratadas pelo Município e dá outras providências”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, as normas gerais de direito público;

CONSIDERANDO, os princípios a que submetida a Administração Pública;

CONSIDERANDO, a necessidade de se preservar o erário;

CONSIDERANDO, o dever do ente público quanto à fiscalização dos contratos em que é signatário;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Normas para Liberação e Pagamento de Obras contratadas pelo Município de Ouro Verde, como segue:

I - Para efeito da Emissão de Boletim de Medição de Obras, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e Atestadas pela Fiscalização do Município.

II - A Medição será na totalidade ou em parcelas dos serviços executados no período, sempre obedecendo aos prazos e a ordem de execução, conforme cronograma físico financeiro respectivo.

III - A aferição das Medições será feita pela Fiscalização do Município indicado para a finalidade, por solicitação através dos documentos citados abaixo e protocolados no setor específico:

1. Ofício do Contratado(a) requerendo vistoria para a Medição e;
2. Medição prévia dos serviços realizados emitida pelo(a) Contratado(a).

IV - Após o recebimento dos documentos citados acima, solicitando a liberação da parcela, a Fiscalização do Município procederá à Vistoria na Obra, num prazo de 10(dez) dias úteis, verificando a execução dos serviços previstos para a etapa.

V - Caso esteja com todos os serviços previstos executados, a Fiscalização do Município fará o ateste da Medição e solicitará ao(a) Contratado(a) o envio dos Diários de Obra referente ao período medido. Caso a Fiscalização do Município constate divergência quanto aos valores apurados ou execução fora do padrão estabelecido no Edital, o(a) Contratado(a) será notificado(a) para corrigir as irregularidades, devendo apresentar as justificativas devidas e/ou efetuadas as correções requeridas e/ou feita glosa da medição dos serviços com as pendências, até serem feitos os devidos ajustes.

VI - Após a Aprovação da Medição, a Fiscalização encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal o Boletim de Medição para o Ateste Final e posteriormente deverá ser feita a coleta de assinaturas do(a) Contratado(a), sendo o Responsável Técnico da Obra ou Representante Legalmente Habilitado para tal. Assim que coletadas as devidas assinaturas, o documento será entregue ao Setor de Contabilidade.

VII - O faturamento/emissão da Nota Fiscal referente aos serviços medidos se dará após o empenhamento do mesmo, e o pagamento após a efetiva liquidação da Nota Fiscal, obedecidas todas as regras estabelecidas nesta Portaria.

VIII - O(A) Contratado(a) deverá obrigatoriamente apresentar por ocasião do pagamento de cada parcela ou medição os documentos identificados abaixo:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais - Conjunta;
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipal;
- e) Certidão Negativa Trabalhista;
- f) Matrícula da Obra Junto ao INSS – CEI (para o primeiro pagamento);
- g) Alvará de Construção (para o primeiro pagamento);
- h) Prova de Pagamento do INSS referente à medição anterior (a partir do primeiro pagamento caso tenha mais que uma parcela);
- i) GFIP do mês anterior, com protocolo de entrega; e
- j) Prova de entrega dos Diários de Obra a Fiscalização Municipal ou ao Órgão Público Estadual indicado para a finalidade.

IX - Todos os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede do(a) Contratado(a).

X - A não apresentação implica na sustação do pagamento.

XI - Para pagamento de Parcela Única ou Última Parcela da Obra, após vistoria final, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório e/ou Termo de Recebimento Definitivo, conforme a situação, para posteriormente o(a) Contratado(a) apresentar os documentos relacionados no item VIII desta portaria e ainda:

- a) Certidão Negativa de Débitos da Obra, junto ao INSS,
- b) Habite-se(s) respectivo(s), conforme o caso.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de fevereiro de 2016.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº029
PORTARIA N.º 029/2016

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei 637/2009:

RESOLVE:

1 – Designar os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que será composta pelos seguintes membros:

- Dirceu Vitor Fabris – representante. da Secretária Municipal de Agricultura;
- Lea Cristina Cavalli Marques - repr da Sec. Municipal de Agricultura;
- Cinthia Regina Selig – representante da Secretária Municipal de Agricultura;
- Camila Corrêa – representante da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Arop. E Ext. Rural de Santa Catarina S. A.;
- Cibeli Granoski – representante das Cooperativas de Crédito de Ouro Verde;
- Valdecir Bertan – representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Verde;
- Selvino Pereira da Silva - representante do Sindicato dos T. Rurais de Ouro Verde;
- Pedro Giacomini – representante da Associação de Criadores de Bovinos de Ouro Verde;
- Claudinei Fernando Kavalek – representante das Cooperativas Agrícolas de Ouro Verde;
- Idimir Lazzarotto – representante da Cooperativa Agrícola e Pecuária (COOPROV);
- Pedro Luiz Rebeschini – representante do Sindicatos dos Empregadores Rurais de Ouro Verde;
- Vilson Miguel Biotto - representante do Sindicatos dos Empregadores Rurais de Ouro Verde.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de Fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº030

PORTARIA N.º 030//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Teresinha Cavalheiro da Silva, lotada junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº031

PORTARIA N.º 032//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Cleomar Plazdo dos Santos, lotado junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº033

PORTARIA N.º 033//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Edson Luiz Santos, lotado junto a Secretária Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2016, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº035

PORTARIA N.º 035/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Marilde de Lima, lotada junto a Secretária Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2014 a 11/03/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº036

PORTARIA N.º 036/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Camila Passin, lotada junto a Secretária Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº037

PORTARIA N.º 037/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Vilson Miguel Biotto, lotado junto a Secretária Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 07/11/2014 a 06/11/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº038

PORTARIA N.º 038/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Fabricio Pellizzer Teixeira, lotado junto a Secretária Municipal de Agricultura, correspondente aos períodos aquisitivos de 18/09/2012 a 30/06/2013 e 01/04/2015 a 18/06/2015 que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº039

PORTARIA N.º 039/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Neuza Fernandes de Oliveira de Menezes, lotada junto a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, que serão gozadas no período de 01/03/2016 a 30/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Paial

PREFEITURA

ADENDO AO TP 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para conclusão da obra de edificação de pré-moldado na área industrial, 2ª Etapa, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

O Município de Paial, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.614.376/0001-59, situado na Rua Goiás, nº 400, Centro, Paial, SC, através do Prefeito Municipal, em Exercício, torna público a ocorrência de ALTERAÇÃO no edital da licitação modalidade Tomada de Preço Nº 001/2016, na seguinte conformidade:

1. Em virtude do dia determinado para a realização do Processo Licitatório nº 008/2016 ser feriado Nacional, ficam alterados os horários para protocolo e abertura dos envelopes.

2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO o recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Paial, dar-se-á até às 08h30min do dia 01 de abril de 2016, no Setor de Compras, situado no endereço acima indicado. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h30min do dia 29 de março de 2016, também no Setor de Compras deste Município.

2.1 - O recebimento dos envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h30min do dia 01 de abril de 2016, no Setor de Compras deste Município.

2.2 - A sessão de abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, terá início às 08h45min do dia 01 de abril de 2016, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Paial, situada no endereço indicado no subitem 1.1. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "B" deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Paial, 01 de março de 2016.

ALDAIR ANTONIO RIGO

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2016

Processo licitatório: 10/2016

Contrato Nº.: 20/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: ODARLAN MAPELLI 01385938099

Valor : R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Vigência : Início: 01/03/2016 Término: 31/08/2016

Licitação : Dispensa Nº.: 3/2016

Objeto : Prestação de serviço para ministrar "Palestra Teatral", com duração de 40 (quarenta) minutos para as comemorações do dia internacional da mulher, promovido pelo Centro de Referência de Assistência Social -CRAS.

Paial, 01 de março de 2016.

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 196/2015 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 196/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação da R. União, R. Loteamento Vidal, Bairro Bela Vista; pavimentação da R. Santa Maria, Bairro Rio Grande; pavimentação e sinalização da R. Maria Luzia da Silva, Bairro Barra do Aririú e drenagem, pavimentação e sinalização da R. Santa Bárbara, Bairro Guarda do Cubatão, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME venceu os Lotes 01, 02 e 03, totalizando o valor de R\$748.242,37 (setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Palhoça, 02 de Março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

RESULTADO FINAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO FINAL

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº175/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS, para as unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Palhoça, conforme especificações constantes no edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1 – EDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$1.280.000,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil reais);

LOTE 2 – PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$660.385,00 (seiscentos e sessenta mil e trezentos e oitenta e cinco reais);

LOTE 3 – AM ALIMENTOS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$784.200,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e duzentos reais);

LOTE 4 – MALVO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$149.900,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos reais);

LOTE 5, com proposta no valor de R\$726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais); LOTE 8, com proposta no valor de R\$9.000,00 (nove mil reais); LOTE 10, com proposta no valor de R\$7.900,00 (sete mil e novecentos reais); e LOTE 11, com proposta no valor de R\$113.248,90 (cento e treze mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos) – BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$856.148,90 (oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e oito reais e noventa centavos);

LOTE 6 – CLJ BONFIM DISTRIBUIDORA DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$264.600,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos reais);

LOTE 7 – DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$20.466,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta e seis reais).

Palhoça, 01 de Março de 2016.

Pregoeiro (a)

RESULTADO PREGÃO Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o PETI da Secretaria de Assistência Social, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 03 e 06, totalizando R\$ 108.049,40 (cento e oito mil, quarenta e nove reais e quarenta centavos).

GIZELE REGINA DA SILVA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 02, 04 e 08, totalizando R\$ 83.892,00 (oitenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais).

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 05, 07 e 09, totalizando R\$ 49.209,00 (quarenta e nove mil duzentos e nove reais).

Palhoça, 01 de março de 2016.

RESULTADO PREGÃO Nº 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de toner para o Centro Administrativos e demais Secretarias, Fundos e Autarquias deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$ 45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

Palhoça, 01 de março de 2016.

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 015/2016

CONTRATO Nº 015/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de CONTRATANTE e de outro lado GECILDA DUFFECK TIBES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Leoberto Leal, 520 - centro - Papanduva/SC, inscrita no CPF nº 750.361.509-53, de ora em diante denominada CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Locação de um imóvel para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo:

Item 01: 01 (um) imóvel com edificação comercial, medindo aproximadamente 108,00m² (cento e oito metros quadrados), contendo 02 (duas) salas, 02 (dois) banheiros, copa e cozinha, localizado na Rua Leoberto Leal, 520, centro, neste município de Papanduva.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

A locação será a partir de 01 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento do que trata este objeto, correrão por conta do projeto atividade nº 2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Elemento de Despesa - 33.90.00, aplicações diretas, do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor da presente locação é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês, a serem pagos em moeda corrente nacional, mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, totalizando este contrato o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia 01 de março de 2016 e término previsto para 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá cumprir rigorosamente as cláusulas e condições constantes deste termo contratual, além de quitar as despesas relativas aos gastos com Luz e Água, bem como a conservação do referido imóvel.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

I - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, expresso com antecedência de 30 (trinta) dias, recebendo a contratada somente pelos dias em que o imóvel fora ocupado por esta municipalidade, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único: As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

II - A presente Locação não gera para o Locatário, o direito ao "Ponto Comercial" ficará a locadora isenta de qualquer obrigação para com

o Locatário no caso de perdas e danos causados por força maior, incêndio, colisão de veículos, danos causados por raios, inundação ou vendaval, ou outros quaisquer, correndo por exclusiva conta do Locatário ou eventuais gastos com consertos ou perda de mercadorias do imóvel locado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio da contratada, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

II – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 23 de fevereiro de 2016.

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Gecilda Duffeck Tibes
CONTRATADA

Testemunhas:

Ricardo Zenfe
Matricula 2675

Márcio Wisniewski
Matricula 50

Paraíso

PREFEITURA

CT. RATEIO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2016

DO OBJETO TERMO ADITIVO: – O presente Contrato tem por objeto o custeio de despesas administrativas, manutenção do Consórcio, referente aos débitos dos exercícios anteriores conforme lei número 1427/2016 de 25 de Fevereiro de 2016 que " Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, EM NOME DO Município de Paraíso-sc, a reconhecer e pagar despesas de exercícios anteriores em favor do consórcio- consad.

DO VALOR R\$ 8.018,60 (oito mil e dezoito reais e sessenta centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – PARANÁ E SANTA CATARINA - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.(CONSAD)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato de rateio será contado a partir de 01 de Março até 30 de junho de 2016

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 01 de Março de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

DECRETO 1795/2016

DECRETO Nº 1795 /2016.

"HOMOLOGA O RELATÓRIO DA COMISSÃO DESIGNADA PELO DECRETO 1587/2013, PARA AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E VALOR DE MERCADO DE BENS PÚBLICOS DA MUNICIPALIDADE, A FIM DE ALIENAR/VENDER BENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade ao que dispõe o artigo 64, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o relatório da comissão designada pelo Decreto 1587/2013, de 02 de setembro de 2013, para avaliação do estado de conservação e valor de mercado, para fins de alienar/vender os bens de propriedade do Município de Paraíso, a seguir discriminados e avaliados conforme abaixo:

I – FIAT DOBLO ELX 1.4, ano 2009/2010, Placas: MHP 9801, Inscrição no patrimônio sob nº 6362;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)

II – FIAT PALIO FIRE FLEX 1.0, ano 2006/2007, Placas: ANY 5356, Inscrição no patrimônio sob nº 7500;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 5.750,00 (Cinco mil setecentos e cinquenta reais)

III – FIAT PALIO YOUNG, ano 2001/2002, Placas: JPG 8793, Inscrição no patrimônio sob nº 6068;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 3.000,00 (Três mil e quinhentos reais)

IV – CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ, ano 1981 – Placas: MAS 2955, Inscrição no patrimônio sob nº 0678;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais)

V – CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK 1519, ano 1982 – Placas: MEB 2760, Inscrição no patrimônio sob nº 0544;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)

VI – RETROESCAVADEIRA MAXION 750 4X2, ano 1999, motor a diesel – Inscrição no patrimônio sob nº 3237;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais)

VII – RESTROESCAVADEIRA MAXION 4X4 750, 4X4, ano 1993, Inscrição no patrimônio sob nº 0121;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

VIII – MOTONIVELADORA HUBER WARCO 140M, 4X6, ano 1977 – Placas: LWV 1647, Inscrição no patrimônio sob nº 7497;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

IX – DISTRIBUIDOR DE ABUDO SECO, 04 pneus, ano 1993 – Bertanha Eixo Tandem, Inscrição no patrimônio sob nº 0633;Avaliado pelo preço mínimo de R\$ 600,00 (Seiscentos reais)

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 29 de Fevereiro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secretário Mun. de Adm,
Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso (SC), 29 de Fevereiro de 2016.

Servidor Responsável

DECRETO 1796/2016

DECRETO Nº 1796 /2016.

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Permanente de Licitações, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, , Raimundo O. Maldaner Gemerson Schanne e Denise Aparecida Bacin, para constituírem, sob a presidência do primeiro, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, encarregada de receber e proceder abertura e julgamento dos processos licitatórios, na forma da legislação vigente.

§- 1º - Substituirá o presidente, na sua ausência, Gemerson Schanne e na ausência deste Denise Aparecida Bacin..

§- 2º - Ficam nomeadas Paula Roberta Bacin e Berenice Mucha membros suplentes, que ocuparam o lugar dos titulares ora nomeados, verificada a ausência destes.

Art. 2º O período de vigência da presente Comissão será de um ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Paraíso, 01 de Março de 2016.

“

Erni Giacomini

Prefeito municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso(SC), 01 de Março de 2016.

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL N. 0019/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2016 – Objeto – Contratação de serviço de trator de esteira para limpeza de área, sendo que para fins de eficiência do serviço, exige-se que o Trator tenha peso operacional igual ou superior a 16 toneladas, devendo ser equipado com relógio para controle de horas, lâmina com comandos hidráulicos e ripper, além de estar em perfeitas condições operacionais. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00hs do dia 15 de março de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 01 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 116/2015

TERMO ADITIVO 0002/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 116/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0034/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0022/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Dr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa ROSANE BIANCHI LUZA BUENO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 01.111.125/0001-51, sediada na Rua Dos Caigangues, n. 31, Bairro Serrinha, Município de Palmas – Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sra. ROSANE BIANCHI LUZA BUENO, inscrito no CPF sob o n. 933.713.149-87, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no art. 65, II, "a", da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem o reajuste do valor contratual.

Conclui-se que o reajuste de valores do contrato n. 116/2015, desde que observe os índices legais, atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e a autorização legal do art. 65, II, "d", da legislação supracitada, o valor será reajustado em 11,31% (IPCA relativo ao exercício de 2015), a fim de compensar os efeitos das variações inflacionárias ocorridas no período, passando de R\$34.668,95 (trinta e quatro mil seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos) para R\$38.590,00 (trinta e oito mil quinhentos e noventa reais).

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 29 de fevereiro 2016.

IVANDRE BOCALON

ROSANE BIANCHI LUZA BUENO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

ROSANE BIANCHI LUZA BUENO - ME

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

DOUGLAS AIGNER

CPF n. 0067.004.859-32

CPF n. 009.844.399-27

Penha

PREFEITURA

03

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO CONVÊNIO Nº 03/2016 – PMP

CONVENIADA: UNIVALI

OBJETO: viabilizar a realização de estágio obrigatório

Penha, 24 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

2522

DECRETO N º 2522/2016

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS"

O prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no Inciso VI do artigo 65 da Lei Orgânica do Município e da Lei Federal n º 8.666/93, especialmente o Art 25 e suas alterações;

DECRETA:

Art 1 º = Ficam nomeados os Sr(s). Wagner Borges Figueiredo, George Wanderlei da Silva Alves e Tânia Tomazi Fontana para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS que serão leiloados na forma da Lei citada.

Art. 2º = O relatório da comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art 3º = O membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art 4º = Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º = Revogam-se as disposições em contrário.

Penha, 23 de fevereiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 14/2016

PORTARIA Nº 14/2016

NOMEIA VIGIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 96/2015 , suas alterações e Art. 29, XIX do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CLEIRE ROSA E SILVA, aprovado no Concurso Público nº 001/2015, para ocupar o cargo de VIGIA da Câmara de Vereadores de Penha, a contar de 01 de março de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-S E CUMPRE-SE

Penha, 01 de março de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Peritiba

PREFEITURA

RESUMO PROCESSO 09/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 09/2016 FMS – Inexigibilidade de Licitação 06/2016 - FMS

Objeto: Formalização do credenciamento mediante a contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 08/2016

Contratado: CLINICA BONNA SALUTE LTDA

CNPJ: 08.983.067/0001-03

Data do Contrato: 29/02/2016 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde

RESUMO PROCESSO 10/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 10/2016 FMS – Inexigibilidade de Licitação 07/2016 - FMS

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 09/2016

Contratado: FST- SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 01.963.276/0001-38

Data do Contrato: 29/02/2016 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 8-2016

DECLARA EXTINTO O MANDATO DE Mara Regina Hermes Petter

O Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 53 da Lei Orgânica de Peritiba,

Art. 1º Declara extinto o mandato de Mara Regina Hermes Petter em decorrência de carta de renúncia protocolada nesta Casa, na presente data.

Art. 2º Convoca o suplente Victor Antônio Bays para assumir a vaga.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Peritiba/SC, 1º de março de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1-2016**AUTORIZA LICENÇA PARTICULAR**

O Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 38 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte,

Resolução

Art. 1º Fica autorizada licença particular ao vereador Marino Maltauro, no período de 1º de março a 30 de abril, conforme requerimento aprovado em 29/02/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba/SC, 1º de março de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 01 2016 - MATERIAIS CRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 6.230,30. Empresa COMERCIAL FRIDOLINO EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 85.266.963/0001-94, valor R\$ 6.969,70. Empresa CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, inscrita no CNPJ: 18.531.205/0001-69, valor R\$ 2.674,60. Empresa DISTRIBUIDORA DESTAQUE, inscrita no CNPJ: 23.970.820/0001-01, valor R\$ 3.886,00. Empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 14.534.916/0001-36, no valor de R\$ 1.563,60. Empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94, no valor de R\$ 3.500,10. Data: 25/02/2016. Valor Total: R\$ 24.824,30. Petrolândia, 03 de março de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.373, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.373, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte NATALICIO ANTONIO BETTEGA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 296.596.049-04, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, 670, Centro, para o exercício fiscal de 2016. Considerando o Processo Administrativo nº 15/2016, do Livro 18 folhas 26.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de Fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 01/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 001/2016
Edital: PROCESSO SELETIVO Nº001/2016
Tipo: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Objeto: O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, nos termos das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontram abertas durante o período 02 de março a 31 de março de 2016, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para o cargo de: ASSISTENTE SOCIAL 20 HORAS 01 VAGA E PSICÓLOGO DO (PAIF) 40 HORAS 01 VAGA. Inscrições exclusivamente, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de Planalto Alegre/SC.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
Planalto Alegre, 29 de fevereiro de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito Municipal.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DISPENSA 20/2016

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0020/2016 Dispensa de Licitação nº 04/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público e processo seletivo para provimento de vagas para diversos cargos da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada..

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: INSTITUTO BARRIGA VERDE

Endereço: TAIÓ– Santa Catarina CEP: 89.190.000

CNPJ: 08.072.361/0001-55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso XIII, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

SEM NENHUM CUSTO PARA O MUNICÍPIO.

Ponte Serrada/SC, 01 de JANEIRO de 2016.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICA FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

RETIFICA 001 AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2016FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016FMS

O Município de

Ponte Serrada torna público, aos interessados a seguinte alteração da licitação em epígrafe:

Onde se lê: Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 11/03/2016. Abertura: às 08h00min horas do dia 11/03/2016.

Leia-se: Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 15/03/2016. Abertura: às 08h00min horas do dia 15/03/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Ponte Serrada, 01de fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO - CONTRATO 001/2016 FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 001/2016 – FME

OBJETO: Contrato de locação de 01 (um) campo de futebol, localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, S/N Bairro Vila Nova, para utilização da Escolinha de Futebol de campo de responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações e quantitativos descritos na Dispensa de Licitação nº 001/2016 FME.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA VILA NOVA

VALOR: R\$ 9.390,00 (Nove mil trezentos e noventa reais)

PRAZO: 10 (dez) meses e 13 (treze) dias

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2016

Porto Belo, 17 de Fevereiro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO - CONTRATO 002/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2016 – FMAS

OBJETO: Constitui objeto do presente a Contratação de instituição prestadora de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, para atender a demanda judiciária que determinou o acolhimento de cinco crianças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA - CETE

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais

PRAZO: 03 (seis) meses

DATA DA ASSINATURA: 23/02/2016

Porto Belo, 23 de Fevereiro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO SERVIDORA SAÚDE 01/2016

Notificação

O Município de Porto Belo, através de sua Secretaria de Administração, e no uso de suas atribuições, notifica a servidora abaixo relacionada, para comparecerem a Secretaria de Administração, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500 - centro, no prazo de 05 dias a contar da presente publicação, a fim de tratar de assuntos de seu interesse;

Danielle Maria Teixeira dos Santos

Porto Belo, 01 de março de 2016

Joseane Coelho Hoffmann

Secretaria de Administração

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 016/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de materiais para manutenção da iluminação pública Municipal. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 18 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 032/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de 2.000 (duas mil) toneladas de pedregulho limpo, destinados à manutenção de ruas dos bairros do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 21 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 0006/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇO Nº 0006/2016 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0010/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0006/2016 – PMRA e Fundos, tendo como Objeto: Contratação de empresa (borracharia/posto de lavagens) prestadora de serviços em lavagens de Veículo, máquinas, equipamentos e implementos do Município de Rio das Antas e do Fundo Municipal de Saúde/FMS e demais fundos. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 15/03/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br, sem custo. Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 01 de Março de 2016/ Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JENNIFER DE NOVAIS, portador(a) do CPF nº 087.771.079-18 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Ver. Ogenil de Oliveira, nº 53 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JENNIFER DE NOVAIS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 089/2016 - JONATAS MARCSO WECOLOVIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 089/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JONATAS MARCSO WECOLOVIS, portador(a) do CPF nº 936.735.159-34 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Brasilio Correa de Negredo, cx 04 - Bairro Bugad - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa

indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JONATAS MARCSO WEÇOLOVIS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Albertina Ignes Erckmann, nº 320- AP 104 - Bairro Barragem – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa

do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JANAINA SENS EICHHOLZ
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) THEREZIA GOETTEN DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 067.008.059-45 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Pref. Wenceslau Borini, nº 2073 – Apto. 203 - Bairro Santa Galo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13

da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	THEREZIA GOETTEN DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE FILANDIANI, portador(a) do CPF nº 067.008.059-45 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Pref. Wenceslau Borini, nº 2073 – Apto. 203 - Bairro Canta Galo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	THEREZIA GOETTEN DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) Adriana Costa, portador(a) do CPF nº 003.532.049-43 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Selesta Fronza, nº 240 – Bairro Taboão – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ADRIANA COSTA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE MOREIRA DA VEIGA, portador(a) do CPF nº 069.229.339-66 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Estrada São José, nº 41 – Apto. 01 - Bairro Santana – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JAQUELINE MOREIRA DA VEIGA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA GRAH DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 038.026.759-40 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Porto Seguro, nº 171 - Bairro Laranjeiras – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JULIANA APARECIDA GRAH DA ROCHA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANE CAROLINE STEINBACH, portador(a) do CPF nº 062.497.969-59 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Alfredo Swarowsky, nº 1234 – Bairro Bela Aliança – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ANE CAROLINE STEINBACH
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2016 - LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI, portador(a) do CPF nº 095.323.839-30 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua José B. de Negredo, nº 53 - Bairro Fruteira – Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	LUCAS GABRIEL DA LUZ TONETI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2016 - ROSANE BRUGGMANN

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE BRUGGMANN, portador(a) do CPF nº 936.770.309-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Sofia Kopp, nº 253 - Bairro Barragem - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor

ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ROSANE BRUGGMANN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2016 - THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA, portador(a) do CPF nº 084.591.389-17 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Seleta Fronza, nº 23 - Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes

de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2016 - DANIELE LUISA SCHNEIDER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELE LUISA SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 106.198.629-20 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Criciúma, nº 950 - Bairro Laranjeiras – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	DANIELE LUISA SCHNEIDER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2016 - LUCIARA JULIA AVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) LUCIARA JULIA AVI, portador(a) do CPF nº 007.405.149-03 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Justina de Barba Ledra, nº 382 – Bairro Santana – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	LUCIARA JULIA AVI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2016 - SABRINA LOFFAGEN TOBIAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) SABRINA LOFFAGEN TOBIAS, portador(a) do CPF nº 073.323.479-89 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Leopoldo Ledra, nº 1165 – Cx 02 – Bairro Santana – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	SABRINA LOFFAGEN TOBIAS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2016 - VANESSA DE SOUZA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 060.864.089-12 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Jaco Finardi, nº 028 - Bairro Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	VANESSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2016 - LETICIA MARZALL LIPPEL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LETICIA MARZALL LIPPEL, portador(a) do CPF nº 064.537.199-83 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua QAlameda Bela Aliança, nº 104- Bairro Jardim América - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	LETICIA MARZALL LIPPEL
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2016 - CRISTIANE KIRCHEIN SOSA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE KIRCHEIN SOSA, portador(a) do CPF nº 067.896.719-94 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Trombudo Central, nº 581 – Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do

contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CRISTIANE KIRCHEIN SOSA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2016 - JANAINA FERREIRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 075.259.709-47 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Arnoldo Tilmman, nº 54 – Bairro Albertina – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente

contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JANAINA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2016 - DAIANE MARIANO RODE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE MARIANO RODE, portador(a) do CPF nº 054.188.349-67 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Nova Trento, nº 11 – Bairro Santana– Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	DAIANE MARIANO RODE
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2016 - DEIZE ARAUJO GROSS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DEIZE ARAUJO GROSS, portador(a) do CPF nº 049.797.099-66 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Jose Niquelatti, nº 0 – Bairro Centro– Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.
Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	DEIZE ARAUJO GROSS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2016 - JULIANA APARECIDA FAUST

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA FAUST, portador(a) do CPF nº 041.040.579-59 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Augusto Munzfeld, nº 676 – Bairro Fundo Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado,

tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	JULIANA APARECIDA FAUST
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2016 - RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 090.793.559-17 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Joaçaba, nº 188 – Bairro Barragem – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2016 - SAUNARA VAMBOMMEL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SAUNARA VAMBOMMEL, portador(a) do CPF nº 098.547.859-47 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Lages, nº 238 – Bairro Laranjeiras– Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver

reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	SAUNARA VAMBOMMEL
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2016 - CAMILA VARELA BUTTER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA VARELA BUTTER, portador(a) do CPF nº 089.381.429-65 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Caetano Ce, nº 146 – Bairro Santana – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CAMILA VARELA BUTTER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2016 - STEPHANIE BORBA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) STEPHANIE BORBA, portador(a) do CPF nº 078.617.639-35 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Jaraguá, nº 90 – Bairro Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	STEPHANIE BORBA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2016 - CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER, portador(a) do CPF nº 065.758.569-69 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Vereador Ogental de Oliveira, nº 87 – Bairro

Laranjeiras– Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2016 - ALINE KUCHLER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE KUCHLER, portador(a) do CPF nº 086.700.989-62 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua D Augusta Deecke, nº 437 – Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ALINE KUCHLER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2016 - ARIANE CRISTINA DE OLIVEIRA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ARIANE CRISTINA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 092.958.269-14 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Estrada Palmitos, nº 188 – Bairro Barra do Trombudo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ARIANE CRISTINA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2016 - LILIANE SERAPHIM
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LILIANE SERAPHIM, portador(a) do CPF nº 970.131.459-04 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Luiz Florentino Porto, nº 135– Bairro Fundo Canoas – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	LILIANE SERAPHIM
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2016 - ANE CAROLINE FRONZA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANE CAROLINE FRONZA, portador(a) do CPF nº 093.339.739-90 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Estrada Geral Itoupava, s/nº – Bairro Itoupava– Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	ANE CAROLINE FRONZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2016 - KARINA BRITO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KARINA BRITO, portador(a) do CPF nº 045.604.379-98 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Mario Ferrari, s/nº – Bairro Caçador – Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/03/2016 e encerrando-se em 30/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do

contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	KARINA BRITO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2016 - TAINA ARSENO BARBOZA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINA ARSENO BARBOZA, portador(a) do CPF nº 091.010.659-20 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Felix Deeke Junior, nº 268 – Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/03/2016 e encerrando-se em 06/04/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes. Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente

contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA	TAINA ARSENO BARBOZA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

PORTARIA 0158/RH

PORTARIA Nº 0158/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0056/RH, de 25/01/2016, pelo período de 24/02/2016 até 23/04/2016, a servidora municipal ROSANA LUISA BERNARDINO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0159/RH

PORTARIA Nº 0159/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica

Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 22/02/2016 até 21/04/2016, a servidora municipal MARGARETE LAMEGO ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0160/RH PORTARIA Nº 0160/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/02/2016 até 30/04/2016, ao servidor municipal CELSO LUIS MARCHI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0161/RH PORTARIA Nº 0161/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 24/01/2016 até 23/03/2016, ao servidor municipal CELSO CORREIA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0162/RH PORTARIA Nº 0162/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 24/02/2016 a 22/06/2016 a LUCIMERI BERNARDES ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0163/RH PORTARIA Nº 0163/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 17/02/2016 a 15/06/2016 a ROSELI TENFEN ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0164/RH PORTARIA Nº 0164/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao

protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 15/02/2016 a 13/06/2016 a ROSILENE DUMKE PETRI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA Nº 0167/2016

PORTARIA N.0167/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º. Exonera a pedido, a partir de 26/02/2016, a servidora FABIOLA ANTUNES PLAUDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, nos termos do Art. 38, Inciso I, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

PORTARIA Nº 0168/2016

PORTARIA N.0168/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º. Exonera a pedido, a partir de 26/02/2016, o servidor NILO RAFAEL BATISTA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MEDICO UROLOGISTA (20h), nos termos do Art. 38, Inciso I, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 840, DE 1º DE MARÇO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 840, DE 1º DE MARÇO DE 2016

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereadora e assessor parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1o Fica autorizado o pagamento de meia diária a Vereadora Zeli da Silva no valor de R\$ 170,80 (cento e setenta reais e oitenta centavos) e ao Assessor Parlamentar Felipe Batisti no valor de R\$ 131,15 (cento e trinta e um reais e quinze centavos), para cumprimento de agenda na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 2 de março, para debater a realização de Audiência Pública sobre a Fosfoetanomina na região do Alto Vale do Itajaí, conforme Requerimento nº 3/2016 aprovado em sessão ordinária realizada no dia 29 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2o A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3o As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 1º de março de 2016.

MÁRIO MIGUEL CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa Vice-Presidente

JANARA MAFRA DIONÍSIO MAÇANEIRO
1ª Secretária 2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO - COM PRAZO DE 10 DIAS PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Nº 0002742-13.2012.8.24.0073

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO--

Comarca - Timbó / 2a Vara Cível

Avenida Getúlio Vargas, 736, Centro - CEP 89120-000, Fone: (47) 3281-1735, Timbó-SC - E-mail:

timbo.civel2@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: João Batista da Cunha Ocampo More

Escrivão: Rafael Imme

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO - COM PRAZO DE 10 DIAS

Procedimento Ordinário nº 0002742-13.2012.8.24.0073

Autor: Município de Rio dos Cedros/

Réu: Faccão e Confecção MV LTDA ME e outro/

Citando(a)(s): Anderson Garbari, Rua Belo Horizonte, 647, Tapajós - CEP 89130-000, Indaial-SC, CPF 075.535.339-04, RG 5804751, brasileiro(a), Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para responder(em) à ação, querendo, em 15 dias, contados do transcurso do prazo deste edital.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial (art. 285, c/c art. 319 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei. Timbó (SC), 17 de fevereiro de 2016.

Rio Fortuna

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

O Município de Rio Fortuna/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 04 de abril de 2016 às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Sete de Setembro, nº 730, centro, CHAMADA PÚBLICA visando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar para 2016, com dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 26/2013 do FNDE. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07 as 13horas ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 01 de março de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

LIC 10 CV 02 PEÇAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2016
CONVITE Nº 02/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 10 de março de 2016 às 10horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade CONVITE, sob a égide da lei sob nº 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo como objeto Aquisição de peças (lâminas, navalhas, dentes, unhas, travas de unhas), para manutenção das atividades do DMER do Município de Rio Fortuna. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07horas as 13horas ou informações pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna, 02 de março de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 007/2016

CONTRATO DE TRABALHO - ADMINISTRATIVO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0007/2016.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : GISELI CASSIA ALVES
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 23/02/2016 A 16/09/2016
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA.
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 963,90.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1005, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI Nº 1005, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera as Leis nº 45, de 20 de agosto de 1990, nº 791, de 23 de junho de 2009, nº 851, de 31 de maio de 2011, e Lei nº 475, de 27 de novembro de 2001 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 45, de 20 de agosto de 1990, passa a vigorar com a alteração do vencimento dos seguintes cargos:

GRUPO	CARGO	VENCIMENTO R\$
II OAG	Agente Administrativo II	880,00
	Agente Administrativo III	880,00
	Recepcionista/telefonista	880,00
III TSA	Aux. Serviços Gerais I	880,00
	Aux. Serviços Gerais II	880,00
	Carpinteiro	880,00
	Vigia	880,00

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 791, de 23 de junho de 2009, passa a vigorar com a alteração do vencimento dos seguintes cargos:

GRUPO	CARGO	VENCIMENTO R\$
	Auxiliar de Consultório Dentário (ACD)	880,00
	Agente Comunitário de Saúde	880,00

Art. 3º A Lei nº 475, de 27 de novembro de 2001, passa a vigorar com a alteração do vencimento do seguinte cargo:

GRUPO	CARGO	VENCIMENTO R\$
	Auxiliar de Serviços Gerais (PETI)	880,00

Art. 4º O valor do subsídio do membro titular do Conselho Tutelar em efetivo exercício, previsto no art. 39 da Lei nº 851, de 31 de maio de 2011, será de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais) mensais.

Art. 5º Para os aposentados e pensionistas será garantido o piso mínimo de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais) mensais, previsto nos artigos 153 e 176, da Lei nº 117, de 20 de agosto de 1990.

Art. 6º O reajuste de que trata esta Lei será considerado como antecipação da revisão geral anual de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para o exercício de 2015.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de fevereiro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1006, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 1006, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, revoga a Lei nº 993, de 18 de agosto de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Lei nº 993, de 18 de agosto de 2015.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de março de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016 CONCURSO PÚBLICO (ESTATUTÁRIO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 (ESTATUTÁRIO)

O município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo do município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de Maio de 2015.

RESOLVE:

1 – Convocar os candidatos relacionados no item '7' deste para, no prazo de 05 dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro – horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 ate 17h00 fone (49) 3657-0001 munidos da documentação relacionada no item '6' do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 dias, contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, não serem apresentados todos os documentos solicitados pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

5 – Os documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados em duas (02) vias ou autenticadas, ou em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 – Documentos a serem apresentados: o candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cédula de Identidade; Certidão de Nascimento ou Casamento; PIS PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino); ultima declaração do imposto de renda apresentada a Secretaria de

Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementação e, no caso nomeado, não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei Nº 8.429/92, duas fotografias ¾ recentes (colorida com fundo branco); declaração de não acumulo de cargo público assinado pelo servidor; certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; carteira do conselho da categoria profissional (se for o caso); comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica, com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; comprovante de Carteira Nacional de habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; comprovante de endereço atualizado (água, luz, telefone, etc); certificado de residência médica (quando for o caso); comprovante de escolaridade exigido para o exercício

do cargo, conforme os requisitos especificados no edital; certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; certidão de antecedentes criminais; certidão de negativas de débitos trabalhistas; certidão negativa de tributos federais; certidão negativa de tributos estaduais; certidão negativa de tributos municipais; dados bancários (conta corrente); declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato está apto a ocupar o cargo e declaração por escrito se aceita ou não tomar posse do cargo para o qual concorreu no Concurso Público 001/2015.

7 – RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nome do candidato: Zenaide Brandt Braganholi

Ciência do candidato: _____

Tiago Possenti

Secretário Municipal de Administração

Santa Terezinha do Progresso | SC, 01 de Março de 2016.

PORTARIA Nº 067/2016 CONTRATA GILBERTO GRUNEWALD CONCURSO PUBLICO

PORTARIA Nº 067/2016

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor Gilberto Grunewald , CPF nº 040.178.049-92 RG nº 4524457, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 001/2015, para desempenhar a função de Motorista de Veículos Leves , carga horária de 40 horas semanais , código 1004 , do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Saúde .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Março de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 068/2016 LICENÇA PREMIO TEREZA B. BERNARDI

PORTARIA Nº 068/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses a funcionária TEREZA BACK BERNARDI, matrículas nº 788901, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE E. F. DE 1º A 4º SERIES, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 01 de Fevereiro de 2016 e terminando em 30 de Abril de 2016, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 01 de Março de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 069/2016 CONTRATA SERVIDORA

PORTARIA Nº 069/2016

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora PATRICIA G. GEWEHR, CPF nº 083143319-10 nº 5281606 aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2016, para desempenhar atividades enquanto perdurar a licença prêmio da titular do cargo, citada na portaria 068/2016 na função de Professor de E. F. 1º a 4º Series, carga horária de 20 horas semanais, código 1060 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura municipal, a partir de 01 de Março de 2016 ate 29 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Março de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 070/2016 CONTRATA SERVIDORA

PORTARIA Nº 070/2016

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora NEIDE TEREZINH DELLIBERA, CPF nº 031.707.709-00 nº 3655524 aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2016, para exercer a função de Professor de E. F. 1º a 4º Series, carga horária de 20 horas semanais, código 1060 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura municipal, a partir de 01 de Março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Março de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 071/2016 CONTRATA SERVIDORA

PORTARIA Nº 071/2016

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Glaucia dos Santos Tonin, CPF nº 084.814.509-79 nº 6009383 aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2016, para exercer a função de Professor de E. F. 1º a 4º Series, carga horária de 20 horas semanais, código 1060 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura municipal, a partir de 01 de Março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Março de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 072/2016 ALTERA CARGA HORARIA SELMIRA P. AIRES

PORTARIA Nº 072/2016

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da Senhora SELMIRA PEDROSO AIRES, CPF nº 059.619.6490-06 RG nº 4589.029-3, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de INSTRUTOR SOCIAL, para carga horária de 40 horas semanais, código 1009, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I e VI da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL, com remuneração equivalente Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TERMO DE POSSE 005/2016 GILBERTO GRUNEWALD

TERMO DE POSSE

Ao 01 dia do mês de Março de 2016, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu a Sr GILBERTO GRUNEWALD, admitido pela portaria nº 067/2016 de 01/03/2016, para exercer a função efetiva de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES conforme concurso publico 001/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos, declarando, que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

GILBERTO GRUNEWALD

Motorista de Veículos Leves

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 067/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 067/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a Servidora Pública Municipal CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a Servidora CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS, nomeada através do Decreto Nº 043/2015 de 09 de fevereiro de 2015 e Decreto de Prorrogação Nº 338/2015 de 08 de dezembro de 2015, ocupante do Cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 30 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de fevereiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 069/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 069/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado

Nº003/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (NÃO HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 10 Horas Semanais, no período compreendido entre 17 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016 percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades de Educação Básica/FUNDEB, Fonte 118.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de fevereiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 070/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 070/2016 - DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ANALICE MATTIELLO, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº002/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Servidora ANALICE MATTIELLO, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 17 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016 percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal

Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.010 - Manutenção das Atividades de Educação Infantil, Fonte 101.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Fevereiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº060/2016 - DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças no dia 12 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o veículo RENAULT LOGAN Placas QHP 0658, de propriedade do Município, a partir das 05:00h até às 15:00h ao dia 12 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 12 de fevereiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº064/2016 – DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº064/2016 – DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, para contratação por prazo determinado e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por prazo determinado de Professor de Artes (Habilitado e Não Habilitado), Fisioterapeuta e Farmacêutica, nos termos da Lei Municipal nº677/2013, de 16 de maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2016, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Santiago do Sul.

Art. 2º A Comissão de que trata o Artigo 1º compor-se-á:

I – Carmem Maria Rivieira Ghidolin – Coordenadora;

II –Tatiane Chimello- Secretária;

III – Odair José Prati- Membro.

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo simplificado compete efetuar o acompanhamento, fiscalização, avaliação e apuração da classificação final do processo seletivo e resolver os casos omissos.

Art. 4º As decisões da Comissão do Processo Seletivo serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Coordenador o voto de desempate.

Art. 5º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão Especial não serão remunerados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº065/2016 - DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 18 de maio de 2016, às 13h30min no Centro de Múltiplo Uso, sob a coordenação de VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal VOLMIR ANTONIO SOTILLE e no seu impedimento, pelo coordenador VADECIR ANTONIO WIEBBELLING.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade ou Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de fevereiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento / Sec. Administração

DECRETO Nº066/2016 - DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Comissão Especial responsável pela análise e verificação da documentação de habilitação e atendimento dos requisitos legais dos interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento do Programa de Alimentação Escolar do Município de Santiago do Sul - SC, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela análise e verificação da documentação de habilitação e atendimento dos requisitos legais dos interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento do Programa de Alimentação Escolar do Município de Santiago do Sul - SC.

Art. 4º A Comissão de que trata o Artigo 1º compor-se-á:

- I – Camila Lazarin;
- II – Tiago de Paris;
- III – Gerson Carlos Rissardo.

Art. 3º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão Especial não serão remunerados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de fevereiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento / Sec. Administração

DECRETO Nº 059/2016 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 059/2016 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VANDERCI ANTONIO PEDROTTI, Prefeito Municipal em Exercício, de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº 811/2015, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal 811/2015, de 18 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 21.836,51 (Vinte e um mil oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas
Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.39 – Aplicações Diretas
..... R\$ 21.836,51

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro – Fonte de Recursos: 0.3.39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Royalties do Petróleo - Exerc. Anteriores, disponíveis na conta bancária n. 15.541-1 junto ao Banco do Brasil S.A. Agência 1393-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de Fevereiro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra VANDERCI ANTONIO PEDROTTI Prefeito Municipal em Exercício

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 061/2016 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 061/2016 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº811/2015, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez milreais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 15–Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR

Ação: 2.049 – Manut. do Sistema de Abastecimento de Água

Atividade: 2.049 – Manut. do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R.0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 12 de Fevereiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 062/2016 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 062/2016 – DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal

Atividade: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 36.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 12 de Fevereiro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 063/2016 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a delegação de responsabilidade pelas movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde - FMS e Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do Município de Santiago do Sul, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada a responsabilidade pelas movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 13.019.421/0001-06, para TADEU PAULO TOAZZA, Secretário Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o nº 030.005.789-00; e JOZIANE CATIA GROLLI PALUDO, Tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 045.330.239-40.

Art. 2º Fica delegada a responsabilidade pela movimentações financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social de Santiago do Sul - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 13.568.997/0001-22, para VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 636.489.039-34; e JOZIANE CATIA GROLLI PALUDO, Tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 045.330.239-40.

Art. 3º As pessoas arrolados nos arts. 1º e 2º do presente decreto são responsáveis e estão autorizadas a praticar os seguintes atos:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- Requisitar talonários de cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Sustar / contra-ordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar resgates / Aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro;
- Solicitar saldos / extratos de investimentos;
- Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
- Efetuar transferência para mesma titularidade; e
- Encerrar contas de depósitos.

Art. 4º A delegação de responsabilidades de que trata o presente decreto vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 068/2016 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 068/2016 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0011 – ESPORTE É SAÚDE
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Na Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de Fevereiro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

EDITAL 10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 13/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 10/2016.
Objeto: Aquisição de peças/serviços para conserto/manutenção da bomba injetora do equipamento rodoviário Trator de Esteiras D41E Nº.66, utilizado nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 14 de março de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 14 de março de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 29 de fevereiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 17/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 FMS
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 14 de março de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE BIÓPSIAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL ATÉ DEZEMBRO DE 2016.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

DECRETO Nº 1257/2016

DECRETO Nº 1257, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

4.4.90.52.00.00.00 389 - Equip. Material Permanente R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 – Rádio Patrulha

(279) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terceiros - PJ R\$ 14.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.018 – Departamento de Pecuária - DEPEC

(515) 3.3.90.32.00.00.00 100 - Mat. Distrib. Gratuita R\$ 1.000,00

(517) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 1.300,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos do superávit financeiro (parcial) apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, na fonte de recursos 0189 – Alienação de Bens, no valor de R\$ 20.000,00, e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 – Rádio Patrulha

(281) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 14.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.018 – Departamento de Pecuária - DEPEC

(516) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 003/2016

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 003/2016

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1.2 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos de:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
MECÂNICO	01	40	R\$ 1.392,85	Ensino Fundamental Completo com cursos técnicos de extensão ou experiência comprovada na área, conhecimento básico de informática

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2016.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 02/03/2016 a 16/03/2016.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 16:00 horas.

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 serão de Escolaridade e de Tempo de Serviço.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Grau de Instrução:

Ensino Superior	03 pontos
Ensino Médio	02 ponto
Ensino Fundamental	01 ponto

4.4 Tempo de Serviço no exercício de cargo público ou emprego público:

a) Até 05 anos: 2,5 pontos

b) De 06 anos a 10 anos: 5,0 pontos

c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

5 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo: é ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

é Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

é 01 Foto 3x4

é Exame Pré-admissional; (Realizado no Posto Central, com agendamento no RH)

é Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

é Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

é Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

é Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

é Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca – de São Bento do Sul através do site www.tjsc.jus.br

Fotocópias (xerox):

é Cédula de Identidade;

é C.P.F.;

é Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

é Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

é Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);

é Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

é Certificado de Alistamento Militar;

é Comprovante de Residência Atual;

é Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;

é Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)

é Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

é Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 – A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 – No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a

chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao – Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 01 de março de 2016.

Fernando Tureck

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº. 004 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

“DESIGNAR MEMBROS PARA COMISSÃO DO REGIMENTO INTERNO E ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM.”

O Secretário Municipal de Saúde, Deodato Raul Hruschka, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde, com fundamento na Norma Operacional Básica – NOB 01/96

RESOLVE:

“Designa membros para Comissão do Regimento Interno e elaboração do Código de Ética de Enfermagem”

Art.1º - Tendo em vista a Resolução COFEN nº 172 de 15.06.1994 e decisão do COREN/SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006, ficam designados os membros abaixo para compor a Comissão do Regimento Interno e elaboração do Código de Ética de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Srª Marcilia Ruthes Olinisky, Enfermeira - Coordenadora

Srª Rosilei Terezinha Weiss Baade, Enfermeira.

Srª Selma Balão Mendes, Técnico de Enfermagem

Srª Tereza Gomes Murara, Auxiliar de enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 11146/2016

PORTARIA Nº 11146, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Autoriza Realização de concurso Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização de Concurso Público para ingresso de servidores no quadro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 10223/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11147/2016

PORTARIA Nº 11147, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Designa Comissão Especial para Coordenar Concurso Público do IPRESBS nº 001/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE :

Art. 1º Designar Comissão Especial para coordenar o Concurso Público do IPRESBS nº 001/2016, composta pelos servidores públicos municipais:

Vera Kuzawski – Presidente da Comissão

Roberta Linzmeier

Nilva Aparecida Cardoso da Luz

Marcos Gertler

Ederval Jose Neidert

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 10224/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016**

Pregão Presencial nº 12/2016

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 12/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 15 de março de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de pesquisa de vazamento com objetivo de localizar vazamentos não visíveis no sistema de abastecimento de água.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(36) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 43/2014

Contrato Nº: 03/2016 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Continental Empr. De Mão de Obra Ltda - ME

Vigência: Início: 26/01/2016 - Término: 26/07/2016

Recursos: Dotação:

(37) 3.3.90.37.04.00.00 – Setor de Abastecimento de Água

(63) 3.3.90.37.04.00.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto

Objeto: Locação de mão de obra de 4 auxiliares de operações para implantação de redes coletoras e recalques de esgoto e redes de distribuição de água.

Valor: R\$ 14.481,30 (Catorze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Trinta Centavos) por mês por 4 auxiliares.

São Bento do Sul, 01 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2171 DE 15 02 16 CONSELHO CMAS

DECRETO Nº 2171, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada, pela Lei n. 998, de 18/12/95 e pela Lei n. 1.585, de 06/04/09;

Considerando o término do mandato dos membros que compõem o Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando a indicação de representantes pelas entidades que compõem o conselho;

Considerando a Comunicação Interna nº 004/16 do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

I - DO GOVERNO MUNICIPAL:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Cristiane Ansolin e Suplente: Juliane Bellé Vieira.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elizandra Fátima Bolzan e Suplente: Crislene Mezzalira;

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Eleni Aparecida de Abreu e Suplente: Edizângela Comachio.

Órgão de Finanças:

Titular: Ana Claudia Barizon Fontana da Luz e Suplente: Luiz Eduardo Valentini.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: Sonolita Maria Cenci e Suplente: Vanessa Possa Schuster.

Associação dos Bombeiros Comunitários:

Titular: José Carlos Dalponte e Suplente: Jucimara Campana.

Clubes de Serviços:

Titular: Giovana Maria Picoli Cenedesi e Suplente: Dirlei Terezinha Dallacort Mulinari.

Usuários da Assistência Social:

Titular: Mariazinha Trindade e Suplente: Terezinha Pereira dos Santos.

Art. 2º Pela participação nas reuniões, os conselheiros não perceberão qualquer remuneração, sendo considerado como serviço de interesse público relevante.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1328, de 19 de junho de 2013.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2209 DE 22 02 16 ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

DECRETO Nº 2209, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera composição do Conselho Municipal do Idoso (CMI) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, pela Lei Municipal nº 1.605 de 09/10/09, e;

Considerando Decreto nº 2049, de 31 de agosto de 2015 que trata da composição do Conselho Municipal do Idoso;

Considerando que a Sra. Ivany Claudete Serro Mulinari, se aposentou por tempo de contribuição, não podendo mais fazer parte do Conselho Municipal do Idoso;

Considerando a necessidade em indicar e nomear Servidor Público para compor o referido Conselho e substituir a Servidora Pública aposentada;

Considerando a indicação das entidades que compõem este conselho;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela execução da Política do Idoso no município de São Domingos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal do Idoso (CMI), que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Sandra Fiorese

Suplente: Anderson Felipe de Carvalho

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Giovana Gomes Gutierrez

Suplente: Luci Aparecida Tonin

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Cleci Fátima Trentin

Suplente: Luiz Anselmo de Brito

IV - Representantes dos Idosos do Meio Rural:

Titular: Jacir Galeti

Suplente: Primo Marmentini

V - Representantes dos Idosos da Sede:

Titular: Idalina Latreille

Suplente: Ires Mocelin de Oliveira

VI – Representantes dos Grupos de Idosos:

Titular: Terezinha de Oliveira Vicari

Suplente: Antonio Terras

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Municipal do Idoso é de 2 (dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

§ 2º A função de conselheiro do CMI é não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 2º Perderá o mandato e terá vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 2049, de 31 de agosto de 2015.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - AIRTON SENA MIOTTO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: AIRTON SENA MIOTTO ME.

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	149.480,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCÍMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - EVERTON BURATTI

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: EVERTON MEOTTI BURATTI ME.

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
06	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	466.321,30

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCÍMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - GILMAR MARMENTINI

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: GILMAR ACHILES MARMENTINI ME.

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	114.325,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCÍMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - JL MIOTTO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: JL MIOTTO TRANSPORTES ME

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	57.018,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCÍMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - LAURO WALENDORFF**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: LAURO VALDECIR WALENDORFF ME

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	135.735,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 006/2016 - ZENILDE KARACEK**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 006/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2016. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016. Fornecedor Registrado: ZENILDE TEREZINHA KARACEK ME

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, para o ano letivo de 2016	76.050,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 19/02/2016 a 31/12/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

AVISO REVOGAÇÃO PP 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que foi revogado o Processo Licitatório nº 26/2016, Pregão Presencial 18/2016, em virtude da desistência da contratação do objeto da licitação.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 01 de março de 2.016. Sérgio Luis Theisen – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 022/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de seguro para toda a frota de veículos das diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 15 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 15 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 02 de março de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

TP 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, para o deslocamento de rede elétrica na Rua Fortaleza, Linha Cristo Rei, São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 14 horas do dia 17 de março de 2016, e abertura e julgamento no dia 17 de março de 2016 as 14:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 29 de fevereiro de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CHAMADA PUBLICA Nº 01/2016

Fundamento Legal: RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38 de 16/07/2009, RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 e Lei 11.947 de 16/06/2009, e, subsidiariamente a Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

A entrega do edital e demais informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h. A entrega dos envelopes de Habilitação e Propostas de Preços será realizada no dia 23/03/2016 até as 09h, com abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas às 09h 15 min do mesmo dia.

São João do Sul - SC, em 02 de março de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 008 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 008 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

“Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1768 de 08 de dezembro 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.93.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos. R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

16 de fevereiro de 2016.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesesseis.

ROGÉRIO BITTENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 009 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 009 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

REVOGA O DECRETO N.º 95, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE POMPEU INÁCIO LUMMERTZ PEREIRA, EVANDRO LUMMERTZ PEREIRA E RAFAEL LUMMERTZ PEREIRA OU A QUEM DE DIREITO FOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em Exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 55, V, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que o imóvel seria utilizado pela CASAN para perfuração de poço para captação de água e, que de acordo com estudos realizados verificou-se a inviabilidade da captação de água naquele local;

CONSIDERANDO que a jurisprudência e a doutrina pátria admitem a desistência da desapropriação antes do pagamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n.º 095, de 02 de dezembro de 2015, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, em caráter de urgência, uma gleba de terra constituída por 1.800,00m² (um mil e oitocentos metros quadrados), medindo 300 metros de comprimento por 6m de largura, referente o acesso e 1.225,00m² (um mil e duzentos e vinte e cinco metros quadrados) medindo 35 metros de comprimento por 35m de largura, referente o terreno com coordenadas E-618082 e N-6767763, de propriedade de Pompeu Francisco Lummertz Pereira, Evandro Lummertz Pereira e Rafael Lummertz Pereira, ou a quem de direito for, situado no lugar Querência, antes conhecido como Costa do Banhado Grande Costa do Banhado do Piritu, distrito de Vila Conceição, no Município de São João do Sul - SC, integrante de uma área maior de 150.000,00m² (cento e cinquenta mil metros quadrados), transcrita no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do/SC sob a matrícula de n.º 10.809, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, em nome de Eloí Inácio Pereira, destinada a perfuração de poço para captação de água.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 22 de fevereiro de 2016.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO TP 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO

A partir do dia 07 de março de 2016 a Prefeitura Municipal de São Joaquim passará a atender em novo horário: das 09h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h30min, para tanto se modifica também o horário da entrega dos envelopes da Tomada de Preço 02/2016, Processo 16/2016 a qual teve publicação no DOM edição nº 1937 página 597 para o mesmo horário de atendimento da Prefeitura, ou seja, tendo como limite para entrega dia 07 de março de 2016 às 17h 30 min.

Atenciosamente,

A Comissão

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - CONTADOR - LARA APARECIDA SCHMIDT

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 02/2015

Cargo: Contador

2º LARA APARECIDA SCHMIDT

Em decorrência do Concurso Público 02/2015 realizado por esta Municipalidade em 17/01/2016, solicitamos seu contato urgente ou sua presença na Diretoria de Administração de Pessoal desta Prefeitura, no prazo de 48 horas úteis, a contar do recebimento deste, para tratar de sua documentação.

Caso não haja interesse em assumir a vaga, será necessário formalizar a desistência da mesma.

O seu não comparecimento dentro do prazo causará perda definitiva da referida vaga.

Atenciosamente,

Departamento de Administração de Pessoal

PP 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO -

PROCESSO Nº 24/2016 -

PREGÃO PRESENCIAL 15/2016 (Registro de preço)

OBJETO: Aquisição de materiais para reforma do Parque Nacional da Maçã

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 11/03/2016 às 09:15 horas

Valor estimado: R\$ 18.889,31

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim SC, 01 de março de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, art. 62, VI c/c com as Leis Municipais Nº 2411/92 e Nº 4302/2005, convoca os representantes das Entidades Filantrópicas registradas junto ao CMDCA/SJ, juridicamente constituídas e em regular funcionamento, para participarem do FORUM PERMANENTE DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, a realizar-se no dia 12 de Abril de 2016, das 14:00 às 17:00 horas, na Creche Vinde à Mim as Crianças, sito à Rua Otto Júlio Malina, nº 1306 – Bairro Ipiranga – CEP: 88.111-500, neste Município, quando se elegerá 08 (oito) entidades suplentes, que irão compor o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, para o ano de 2016, conforme orientações da Coordenação do Fórum em anexo.

São José, 29 de fevereiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONVÊNIO Nº 003/PMSJ/SAS/FMAS/2016

CONVÊNIO Nº 003/PMSJ/SAS/FMAS/2016. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados, conforme o Plano de Trabalho, ao Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes do sexo feminino. VALOR: R\$ 170.691,00 (cento e setenta mil, seiscentos e noventa e um reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023, 3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2016 a 31/12/2016. LOCAL E DATA: São José, SC, 01 de março de 2016. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Roberto Ramos da Silva, pelo Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas.

EDITAL Nº. 002/2016/FUNDESJ

EDITAL Nº. 002/2016/FUNDESJ

DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS POR TEMPO DETERMINADO – EDITAL Nº 001/2016/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A relação das inscrições deferidas e indeferidas do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores substitutos, por tempo determinado para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos da Lei nº 4.955/2010 e 5.388/2014. É o constante no anexo único.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 29 de fevereiro de 2016.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 001/2016/FUNDESJ

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Linguagem de Programação II) - Vaga 1.1	
Inscrição	CPF do Candidato
-	Não houve inscrições deferidas

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Análise de Sistemas II) - Vaga 1.2	
Inscrição	CPF do Candidato
002	889.103.859-87

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Metodologia de Projeto) - Vaga 1.3	
Inscrição	CPF do Candidato
001	020.981.279-60
009	802.177.379-00

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Linguagem de Programação III) - Vaga 1.4	
Inscrição	CPF do Candidato
006	749.649.092-04

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Qualidade de Software e Governança de TI) - Vaga 1.5	
Inscrição	CPF do Candidato
-	Não houve inscrições deferidas

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Engenharia de Software) - Vaga 1.6	
Inscrição	CPF do Candidato
-	Não houve inscrições deferidas

Área: Administração (Disciplina: Administração Financeira e Orçamento) - Vaga 2.1	
Inscrição	CPF do Candidato
004	041.419.009-23

Área: Administração (Disciplina: Teoria Geral da Administração II) - Vaga 2.2	
---	--

Inscrição	CPF do Candidato
005	003.379.079-51

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 001/2016/FUNDESJ

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Análise de Sistemas II) - Vaga 1.1	
Inscrição	Inscrição
003	802.177.379-00

Motivo do Indeferimento da Inscrição: Não atendeu o pré-requisito: especialização na área.

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Análise de Sistemas II) - Vaga 1.2	
Inscrição	Inscrição
007	520.796.789-49

Motivo do Indeferimento da Inscrição: Não atendeu o pré-requisito: graduação na área.

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disciplina: Engenharia de Software) - Vaga 1.6	
Inscrição	CPF do Candidato
008	802.177.379-00

Motivo do Indeferimento da Inscrição: Não atendeu o pré-requisito: pós-graduação na área.

Área: Administração (Disciplina: Administração Financeira e Orçamento) - Vaga 2.1	
Inscrição	CPF do Candidato
010	079.716.469-33

Motivo do Indeferimento da Inscrição: Sem titulação mínima exigida.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2016. Contratado: FEPESE – FUND. DE EST. E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 143.424,00 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais). Fundamento Legal: art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2016. Contratado: FEPESE – FUND. DE EST. E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DESTINADO AO QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 191.853,00 (cento e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e três reais). Fundamento Legal: art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93.

HABILITAÇÃO REFERENTE AO CREDENCIAMENTO 002/2015/SMS/PMSJ.

Secretaria de Saúde de São José, divulga resultado de habilitação referente ao Credenciamento 002/2015/SMS/PMSJ.

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, considerando o edital de credenciamento nº 002/2015/SMS/PMSJ, e conforme os procedimentos de avaliação e relatório conclusivo da Comissão de Contratualização informa o resultado de habilitação.

Credenciamento nº 002/2015 – Credenciamento de empresa privada para Captação de órgãos e tecidos para transplante.

Empresa habilitada:

- UFG SERVIÇOS HOSPITALARES AS- UNIMED- CNPJ- 17.034.086/0001-76

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (48) 3281-6847 / Diretoria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle.

Claudete Cazonatti

Presidente da Comissão de Credenciamento

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**DECRETO 5003/2015**

DECRETO Nº 5003/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 020702/2015 e com base no artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e artigo 25 da Lei Complementar 05/2002,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para a servidora ALMINDA BENTINHA KUNTZE, matrícula 14951-9, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 39% (trinta e nove por cento), calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente em exercício

DECRETO 5644/2016

DECRETO Nº 5644/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 013179/2015 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA, matrícula 1462, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, insalubridade e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS FMS FEVEREIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 10.2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO.

Contratada...: SIIM - SERVICOS DE IMAGEM INTEGRADA MEDICA LTDA

Valor : 34.937,50 (trinta e quatro mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 6/2016

Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM "RESSONÂNCIA MAGNÉTICA", PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 13.2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA

Valor : 6.057,36 (seis mil e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 22/02/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto : FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE CONSERTOS, REPAROS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Contratada...: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA

Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 22/02/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Contrato Nº.: 11.2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SA

Valor : 140.636,16 (cento e quarenta mil seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 15/02/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DA "APAE" ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR (USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS).

Aditivo Nº : 12.2016 - Contrato Nº: 18.2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INOVADORA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIR

Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 22/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar prazo e valor do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA LOCAÇÃO DE

UM SISTEMA PARA FINS DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DA ATENÇÃO BÁSICA DO "SUS", BEM COMO, PARA USO NO CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS EFSs DO MUNICÍPIO.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 14.2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: REUNIDAS TURISMO S.A.

Valor : 63.364,80 (sessenta e três mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS À TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2016.

EXTRATO CONTRATOS PREF. FEVEREIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 15.2006 - Contrato Nº: 35.2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.EXT.RURAL DE SC

Valor : 1.549,13 (um mil quinhentos e quarenta e nove reais e treze centavos)

Vigência : Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2013

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, aditar o valor do Contrato N.133/2015 (Quinto Termo Aditivo) do Contrato Principal

N.35/2013, que tem como objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI PARA O MUNICÍPIO, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT)", tendo em vista, que o Contrato N.133/2015 (Quinto Termo Aditivo) foi editado com valor incorreto.

Aditivo Nº : 16.2016 - Contrato Nº: 74.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INÊS MARIA TRIACA CANTON

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 04/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 76/2014

Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade, "alterar o objeto" do contrato principal, tendo em vista que o espaço locado para uso do "CRAS", agora passa a ser utilizado pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Aditivo Nº : 17.2016 - Contrato Nº: 16.2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor : 68.100,90 (sessenta e oito mil e cem reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o
 "prazo de vigência e valor" de prestação de serviço do ITEM 05, contratado
 conforme objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O
 TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO
 (CONFORME LEI Nº2.821/2001) PARA O ANO DE 2016, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".

Contrato Nº.: 18.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA - EPP
 Valor : 16.300,00 (dezesesseis mil trezentos reais)
 Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 16/03/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, PARA FINS DE REALIZAR A COMPLEMENTAÇÃO DO MURO DO CRAS, DO MUNICÍPIO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 19.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE
 Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 17/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016
 Objeto : LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO
 IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES
 PROMOVIDAS E ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO, NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO 1ª E 2ª DIVISÃO, CATEGORIAS ASPIRANTE E PRINCIPAL E
 FUTEBOL SUIÇO.

Aditivo Nº : 20.2016 - Contrato Nº: 27.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS
 Valor : 22.674,00 (vinte e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 21/02/2017
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o
 prazo de vigência e aditar o valor do contrato principal, conforme objeto
 contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONsertos, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : 21.2016 - Contrato Nº: 26.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: MEOTTI INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA ME

Valor : 10.100,52 (dez mil cem reais e cinquenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 21/02/2017
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade, prorrogar o
 prazo de vigência e aditar o valor do contrato principal, dos itens contratados conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONsertos, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TRANSPORTES E OBRAS e SEMAE, SECRETARIA DOS ESPORTES DO MUNICÍPIO e 1º GBM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

Contrato Nº.: 22.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA
 EPP
 Valor : 50.300,54 (cinquenta mil trezentos reais e cinquenta e quatro centavos)
 Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 55/2015
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
 FINS DE EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE DE ENSINO DO DISTRITO DE PADRE RÉUS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 23.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 Valor : 14.069,00 (quatorze mil e sessenta e nove reais)
 Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2016
 Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS
 INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL
 Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA
 DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92.

Contrato Nº.: 24.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: GABRIELLE CAROLINA DAMIANI VALDUGA - ME
 Valor : 70.000,00 (setenta mil reais)
 Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 44/2015
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO URBANÍSTICO DO LAGO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO PARQUE INDUSTRIAL II.

Aditivo Nº : 25.2016 - Contrato Nº: 32.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: RADIO INTEGRACAO DO OESTE LTDA
 Valor : 28.744,80 (vinte e oito mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 30/09/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2013
 Objeto : Os serviços contratados do item 01, ficam assim estabelecidos:
 "CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO (12 MINUTOS SEMANAIS), ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, QUARTAS-FEIRAS E SEXTAS-FEIRAS DAS 11:30H ÀS 11:35H. ESPAÇO RADIOFÔNICO (10 MINUTOS DIÁRIOS), DE SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS, EM INSERÇÕES DE 1 MINUTO CADA. AMBOS PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016".

Aditivo Nº : 26/2016 - Contrato Nº.: 33.2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: RADIO CIDADE LTDA
 Valor : 28.744,80 (vinte e oito mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 30/09/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer a supressão o valor e fazer alteração da vigência do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO, NA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS, ANÚNCIOS, CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL DO MUNICÍPIO", em atendimento ao disposto no Art. 73, inciso VII da Lei 9504/97, alterado para a Lei 13165/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 27.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN
 Valor : 16.660,00 (dezesseis mil seiscentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEÃO, VIOLÃO, GUITARRA, TECLADO E GAITA PARA ALUNOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 28.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: LETICIA SANZOVO 06408165923
 Valor : 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLINO PARA ALUNOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 29.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: LORENO ECKERT 96668920900
 Valor : 14.050,00 (quatorze mil cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/REGENTE DE CORAL PARA ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CORAL OS ROUXINÓIS, CORAL DA TERCEIRA IDADE: VOZES DA PRIMAVERA E LUZ E

ALEGRIA DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 30.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: GUSTAVO HENRIQUE JUNG 00784534969
 Valor : 12.200,00 (doze mil duzentos reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE REGENTE PARA O CORAL/PROFESSOR PARA ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CORAL ESTRELA D'ALVA DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 31.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: GILSON MARCIANO DE LARA 02661912908
 Valor : 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE REGENTE/MAESTRO PARA MINISTRAR AULAS AOS INTEGRANTES DA BANDA SÃO JOSÉ DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 32.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: ISMAEL MULLER MAGALHAES 08627033951
 Valor : 17.600,00 (dezessete mil seiscentos reais)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA ARTÍSTICA GAÚCHA E PARA FORMAR INVERNADA ARTÍSTICA DE CTG.

Contrato Nº.: 33.2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: VALDEMAR LOURENÇO MEI - 45664528915
 Valor : 14.998,40 (quatorze mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 29/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR OFICINAS DE PERCUSSÃO VISANDO A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURA E HUMANO-CIDADÃO NO MUNICÍPIO.

EXTRATO HOMOLOGADOS FMS FEVEREIRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016
 PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/02/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARA POPULAÇÃO ADULTA E TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.964/2012.
 CONTRATADO: DIRCEU ANTONIO PERONDI - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 73.490,00 (setenta e três mil quatrocentos e noventa reais)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2016
 PROCESSO Nº 7/2016 HOMOLOGAÇÃO: 15/02/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "APAE" ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR (USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS).

CONTRATADO: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 140.636,16 (cento e quarenta mil seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XX da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

PROCESSO Nº 5/2016 HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO, CADEIRAS, NOTEBOOK, IMPRESSORA E LAVA JATO PARA USO NOS DEPARTAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.128,00 (quatro mil cento e vinte e oito reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.867,00 (três mil oitocentos e sessenta e sete reais)

CONTRATADO: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.991,00 (três mil novecentos e noventa e um reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

PROCESSO Nº 8/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS À TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.364,80 (sessenta e três mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

EXTRATO HOMOLOGADOS PREF FEVEREIRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015

PROCESSO Nº 72/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM PRESSURIZADOR DE REDE E QUATRO BOMBAS DOSADORAS PARA USO E MANUTENÇÃO DO SEMAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: SANEAUT DO BRASIL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.150,00 (trinta e um mil cento e cinquenta reais)

CONVITE Nº 11/2016

PROCESSO Nº 11/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTAR BOMBA INJETORA, ESCAPAMENTO, EMBUCHAMENTO TRASEIRO E DIANTEIRO, TROCAR ÓLEO E FILTROS DO MOTOR E TRANSMISSÃO DA RETROESCAVADEIRA CAT MODELO 416 E PM-11768 ANO 2008.

CONTRATADO: PAVIMAQUINAS COM.PCS. E SERV. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.240,60 (quatorze mil duzentos e quarenta reais e sessenta centavos)

CONVITE Nº 8/2016

PROCESSO Nº 8/2016 HOMOLOGAÇÃO: 15/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA FINS DE PREMIAÇÃO NAS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS E REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES NO EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: RUDIMAR JOSE MARCON -MEVALOR

DA DESPESA: R\$ 28.996,50 (vinte e oito mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: DJALMO DAVI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015

PROCESSO Nº 92/2015 HOMOLOGAÇÃO: 15/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, PARA FINS DE REALIZAR A COMPLEMENTAÇÃO DO MURO DO CRAS, DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: FERRAGEM CEDRENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.712,50 (quatro mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.188,27 (trinta e seis mil cento e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016

PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS E ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO, NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO 1ª E 2ª DIVISÃO, CATEGORIAS ASPIRANTE E PRINCIPAL E FUTEBOL SUIÇO.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E GÁS DE COZINHA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.645,00 (vinte mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.847,25 (vinte e três mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO BALBINOT LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.750,90 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais e noventa centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.504,50 (vinte e seis mil quinhentos e

quatro reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

PROCESSO Nº 5/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.425,21 (treze mil quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos)

CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.129,50 (vinte e quatro mil cento e vinte

e nove reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: ZIMMER & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.463,20 (quatro mil quatrocentos e sessenta e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.892,00 (vinte mil oitocentos e noventa e dois reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO BALBINOT LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.785,00 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais)

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2016

PROCESSO Nº 18/2016 HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92.

CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.069,00 (quatorze mil e sessenta e nove reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

PROCESSO Nº 9/2016 HOMOLOGAÇÃO: 24/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.505,00 (vinte e quatro mil quinhentos e

cinco reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO BALBINOT LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.529,80 (vinte e dois mil quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.488,00 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais)

CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.487,00 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e sete reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

PROCESSO Nº 7/2016 HOMOLOGAÇÃO: 26/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRA DE CALÇAMENTO e PEDRA PARA MURO, PARA UTILIZAÇÃO EM CONsertos DIVERSOS NO PERÍMETRO URBANO E INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 73.555,00 (setenta e três mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADO: URBANIZA BRASIL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.900,00 (onze mil novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

PROCESSO Nº 16/2016 HOMOLOGAÇÃO: 26/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO, E SERVIÇOS COM ROMPEDOR DE ROCHA, AMBOS PARA NAS OBRAS DO MUNICÍPIO E PARA USO NAS DETONAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O BRITADOR MÓVEL DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: KNAPP & CIA. LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 151.620,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e vinte reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCESSO Nº 12/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MAESTROS PARA A BANDA SÃO JOSÉ, REGENTE DE CORAL/PROFESSOR PARA ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CORAL ESTRELA D'ALVA, OS ROUXINÓIS, CORAL DA TERCEIRA IDADE VOZES DA PRIMAVERA E LUZ E ALEGRIA, CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS, PROFESSOR DE OFICINAS DE DANÇA FOLCLÓRICAS E CLÁSSICAS PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, PROFESSOR DE AULAS ARTÍSTICAS GAÚCHAS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OFICINA DE CAPOEIRA E PERCURSSÃO PARA ALUNOS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: LETICIA SANZOVO 06408165923

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)

CONTRATADO: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.660,00 (dezesesseis mil seiscentos e sessenta reais)

CONTRATADO: VALDEMAR LOURENÇO MEI - 45664528915

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.998,40 (quatorze mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: GUSTAVO HENRIQUE JUNG 00784534969

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.200,00 (doze mil duzentos reais)

CONTRATADO: GILSON MARCIANO DE LARA 02661912908

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)

CONTRATADO: ISMAEL MULLER MAGALHAES 08627033951

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.600,00 (dezesete mil seiscentos reais)

CONTRATADO: LORENO ECKERT 96668920900

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.050,00 (quatorze mil cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

PROCESSO Nº 13/2016 HOMOLOGAÇÃO: 29/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM PARA USO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, QUE PRESTA OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DA PATRULHA MECANIZADA. RECURSO PROVENIENTE DO CONTRATO COM A CAIXA N.1.019.861-21/2014, PROPOSTA SICONV N.022950/2014 E

CONVÊNIO N.807331/2014.

CONTRATADO: MANJATO TRATORES LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.990,00 (treze mil novecentos e noventa reais)

=====

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.21/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº21/2016, Edital de Pregão Nº21/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO GM VECTRA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PARA SEIS VEÍCULOS ÔNIBUS, UM VEÍCULO FIAT DUCATO E UM VEÍCULO CORSA SEDAN DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS ALUNOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 14/03/2016. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 14/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016 - SRP - PR Nº 005/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/03/2016, às 15:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO EXERCÍCIO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 1º de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016 - SRP - PR Nº 006/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/03/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL (LEITE EM PÓ) A SER UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2016, PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES E PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO E ESTADO NUTRICIONAL DEBILITADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E ESTUDO SOCIO ECONOMICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 1º de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 5.340, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5.340, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

Permite o uso oneroso de espaços do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso dos espaços do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de evento a ser promovido na data de 05 de março de 2016, pela empresa Versátil Produções Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.360.895/0001-09.

§ 1º Os espaços a terem o uso permitido tratam-se dos seguintes: I - Copa - fixado em 7,01 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, o que corresponde ao valor de R\$ 723,85 (setecentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos);

II - Cozinha - fixado em 7,01 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, o que corresponde ao valor de R\$ 723,85 (setecentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos);

III - Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti - fixado em 91,16 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, o que corresponde ao valor de R\$ 9.413,18 (nove mil, quatrocentos e treze reais e dezoito centavos).

§ 2º Pela utilização a que se refere o § 1º, a empresa Versátil Formaturas Ltda., ora Permissionária, deverá efetuar o recolhimento do montante de 105,18 (cento e cinco vírgula dezoito) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 10.860,88 (dez mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de março de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Maxsul Distribuidora de Combustível Ltda., CNPJ nº 00.326.969/0001-57.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10 PARA O ANO DE 2016 A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 221.200,00 (duzentos e vinte e um mil e duzentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubricas orçamentárias: a) D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura; b) D - 062/2016 - 08.01.12.361.4505.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Transporte Escolar - Secretaria de Educação; c) D - 007/2016 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Secretaria de Saúde; d) D - 012/2016 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica - Secretaria de Saúde; e) D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria de Assistência Social; f) D - 016/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria de Administração e Fazenda; g) D - 055/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria de Educação; h) D - 100/2016 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; i) D - 002/2016 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal - Comitê Desportivo Municipal; j) D - 002/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço.

Data de Assinatura: 1º/03/2016.

Vigência: de 1º/03/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilberto Clóvis Merigo - pela Contratada.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.567/2016 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 ÁRVORE DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA SETE DE SETEMBRO, 2057, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO

DECRETO Nº 8.567/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 árvore da espécie Legustro, localizada na Rua Sete de Setembro, 2057, Centro, neste Município, Devido ao fato de estar em um barranco, podendo causar risco aparente de queda, e também pelo fato de haver deterioração na base da árvore, que poderá causar risco aparente de queda.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderá ser substituídas, e no local devera ser plantada outra exemplar, sem ônus a municipalidade, a planta devera ser arbórea, não arbustiva, com altura mínima da muda de 0,60 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês, ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 29 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.568/2016 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.568/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 13/2016, modalidade de Pregão Presencial nº 4 de 12/02/2016, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a contratação de empresa para plano mensal de telefonia móvel e de dados para o 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros do Município de São Miguel do

Oeste - SC, Conforme Lei nº 7.196/2015, de acordo com o anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que não houve participantes no processo licitatório nº 13/2016, Pregão Presencial nº 4 de 12/02/2016;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 13/2015, modalidade Pregão Presencial nº 4 de 12/02/2016, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 29 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de formula infantil destinado a distribuição gratuita conforme Lei nº 7.144/2015, pelo Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASF, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 16 de março de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de março de 2016.

AIRTON J. MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de transporte coletivos, com micro-ônibus e ônibus cujo ano de fabricação não seja inferior a 2009, equipado com elevador e que cumprem as normas de acessibilidade, para atender aos Programas Socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e eventuais viagens intermunicipais e intermunicipais, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 16 de março de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de fevereiro de 2016.

CLAUDETE MARIA DE OLIVEIRA FABIANI

Secretaria Municipal de Assistência Social

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 033/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor GILSON DA SILVA, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 019.598.789-64, residente a Rua Antônio José Zimmermann, nº. 281, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2016, findando no dia 17/05/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

GILSON DA SILVA
CONTRATADO

Testemunhas:

DECRETO N.º 031/2016

DECRETO n.º 031/2016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA :

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde - CMS, criado pela Lei nº 1.023/2015, e aprovado pela Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução CMS/SPA/SC n. 01, de 29 de fevereiro de 2016, conforme anexo integrante deste decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC.

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art.1º: O presente Regimento regula as atividades e atribuições do CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC, regulamentado pelas Leis Federais 8.080, de 19/09/1990 e 8.142, de 28/12/1990, pela Lei Municipal 1.023, de 14 dezembro de 2015.

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º: O CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC, órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e fiscalizador, constitui instância máxima municipal no que diz respeito ao planejamento, acompanhamento do gerenciamento, avaliação e controle da execução da política municipal de saúde e seu financiamento.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES BÁSICAS DE ATUAÇÃO

Art. 3º: O CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC, no exercício de suas atribuições, observará a legislação e normas Federal, Estadual e Municipal bem como as diretrizes aprovadas pelas conferências de saúde.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CMS será composto em conformidade com a Lei 1.023/15, Art. 3º, por 12 (doze) membros, sendo 50% destes representantes de entidades de usuários, 25% representantes de entidades dos trabalhadores de saúde, 25% representantes do governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos, sendo a quantidade de membros definida em:

I – 03 (três) representantes do Governo Municipal:

- a) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- c) 01 representante da Assistência Social.

II – 03 (três) representantes de entidades de trabalhadores da Saúde:

- a) 01 representante dos profissionais municipais prestadores de serviços do SUS;
- b) 02 representantes dos Prestadores de Serviços Filantrópicos contratados pelo SUS.

III – 06 (seis) Representantes de Entidades de Usuários:

- a) 02 representantes de organizações religiosas;
- b) 03 representantes das Entidades ou Associações Comunitárias;
- c) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO, DAS INDICAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 5º As entidades com representatividade no CMS/São Pedro de Alcântara - SC, serão escolhidas mediante inscrição prévia e votação a ser realizada durante a Conferência Municipal de Saúde, coordenada por uma comissão nomeada em plenário do C.M.S para esse fim, exceto os representantes previstos no inciso I do Art. 4.º deste regimento.

§ .1º - Um Conselheiro só poderá representar uma entidade.

§. 2º - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS/São Pedro de Alcântara - SC, a entidade que comprovar estar regularmente constituída, funcionando há mais de um ano, bem como registrada em órgão competente, quando for o caso.

§. 3º - A indicação dos representantes do Governo Municipal será de livre escolha do prefeito, conforme previsto em lei.

§. 4º - O exercício do mandato dos Conselheiros terá vigência de quatro anos, podendo ser prorrogado ou reconduzido por igual período.

§ 5º - Cada um dos representantes será um Conselheiro e deverá ter um suplente, indicado formalmente pela entidade que representa, para a sua substituição. O suplente indicado poderá participar, sem direito a voto, e com direito à voz, mesmo na presença do representante efetivo, em todas as atividades do CMS/São Pedro de Alcântara - SC que implique na presença do representante efetivo.

§. 6º - O suplente assumirá automaticamente todas as funções e direitos de Conselheiro, inclusive o de voto, na ausência do efetivo.

§ 7º - Nos impedimentos legais do Presidente, o vice Presidente, assumirá em caráter temporário até a eleição do novo presidente.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º: São atribuições do Conselho Municipal de Saúde:

I. Zelar pelo cumprimento da Lei Municipal nº. 1.023/15, que reestrutura o CMS/ São Pedro de Alcântara dá outras providências; bem como pelo cumprimento das atribuições estabelecidas em Leis que impliquem em questões de interesse sanitário da municipalidade.

II. Deliberar sobre os casos omissos deste Regimento Interno.

Art. 7º: São atribuições dos membros do CMS/São Pedro de Alcântara:

- a) propor, apreciar, aprovar e cumprir as normas regimentais;
- b) comparecer às reuniões na data e horário prefixados;
- c) participar de todas as discussões e deliberações da Plenária do CMS;
- d) participar de todas as discussões e trabalhos de Comissão a que pertencerem;
- e) votar as proposições submetidas à deliberação;
- f) justificar seu voto, quando for o caso;
- g) apresentar proposições, requerimentos, moções, denúncias, esclarecimentos e questões de ordem;
- h) desempenhar as funções para as quais forem designados;
- i) relatar os assuntos que lhe forem atribuídos;
- j) apresentar retificações ou impugnação das atas antes de sua aprovação e imediatamente após sua leitura;
- k) assinar as atas das reuniões de que participou;
- l) justificar a ausência;

CAPÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º: O CMS reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado pela Mesa Diretora ou por 30% (trinta por cento) mais um dos seus componentes.

Art. 9º: As reuniões extraordinárias serão convocadas para deliberar sobre matérias urgentes, e ou inadiáveis devendo ter quorum de metade mais um dos membros do CMS, conforme representações.

Art. 10: As sessões destinam-se à discussão e votação de toda matéria constante da pauta ou objetivo da convocação extraordinária.

Parágrafo único: No caso de não esgotamento da pauta durante a sessão estabelecida na convocatória, o CMS poderá prorrogar o tempo de duração da sessão ou marcar nova data para a continuidade dos trabalhos.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES, DELIBERAÇÕES E FUNCIONAMENTO.

Art. 11: O CMS se reunirá com a presença de (30%) trinta por cento mais um de seus membros conforme representações, considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo as atividades coordenadas por sua Mesa Diretora, devendo os participantes assinar lista de presença.

Parágrafo único: A lista de presença se estenderá por 30 (trinta) minutos do início da reunião.

Art. 12: O CMS deliberará pela maioria simples dos votos dos presentes, conforme representação, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo a votação em aberto.

Parágrafo único: Não havendo quorum para abertura da reunião será realizada uma nova e definitiva chamada no período de 30 (trinta) minutos. Persistindo a falta de quorum a será dado continuidade a reunião.

Art. 18: Qualquer membro do CMS presente na reunião poderá pedir vistas da matéria antes que a mesma entre em votação.

Art. 18: Encerrada a discussão do ponto em questão, a pedido de qualquer membro do Conselho o procedimento de votação seguirá:

- A) Enunciado da(s) proposta(s);
- B) Abertura para pedidos de esclarecimentos;
- C) Regime de votação, onde não será mais concedida a palavra a nenhum conselheiro.

§1º - Não serão permitidos votos por procuração.

§2º - Cada representação terá direito a um único voto.

§3º - O presidente do CMS/ São Pedro de Alcântara terá além do voto comum, o de qualidade, quando ocorrer o empate na votação.

Art. 21: As deliberações do CMS serão registradas em Ata. A Ata deverá ser aprovada pelo Conselho antes de sua difusão pública.

Parágrafo único: De cada sessão ordinária ou extraordinária do CMS será lavrada Ata Circunstanciada, da qual deverá constar:

- a) Dia, hora e local de sua realização, nome de quem a presidiu e pauta da reunião;
- b) Nomes dos membros presentes;

Art. 22: As Atas e listas de presenças do CMS poderão ser informatizadas ou registradas em livro próprio.

Art. 23: A plenária do CMS poderá alterar as resoluções de qualquer outra de suas instâncias delegadas para tanto, pelo voto de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros, conforme representações.

Art. 24: São instrumentos soberanos de reunião sobre todos os processos, inclusive o de votação:

- a) Questão de ordem;
- b) Pedido de verificação de quorum;
- c) Pedido de recontagem de voto.

Art. 25: São instrumentos rotineiros de funcionamento de reunião:

- a) Pedido de limitação do tempo de intervenção de cada conselheiro;
- b) Pedido de abertura de inscrição para intervenção;
- c) Garantia de palavra;
- d) Pedido de aparte do conselheiro no direito da palavra;
- e) Pedido de esclarecimento;
- f) Pedido de justificação;
- g) Pedido de inclusão em ata de documentos, pronunciamentos e posições em relação às matérias.

Art. 27: As reuniões ordinárias e extraordinárias da plenária do CMS serão de caráter público e aberto.

§1º - O CMS, quando entender oportuno, poderá, através dos seus órgãos integrantes, convidar para participar das suas reuniões e atividades, técnicos ou representantes de instituições ou da sociedade civil organizada, desde que diretamente envolvidos nos assuntos que estiverem sendo tratados.

Art. 28: O CMS, em qualquer instância, somente poderá deliberar com a presença de 30% (trinta por cento) mais um dos membros, conforme representações, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo a votação em abeabretorto.

Art. 29: As decisões do Conselho serão expressas através de resoluções, e quando estas implicarem decisões normativas ou procedimentos serão baixadas as portarias respectivas a tais resoluções pela SMS.

Art. 30: Os assuntos incluídos na ordem do dia, que por qualquer motivo não tenham sido objeto de discussão e deliberação pela plenária, deverão constar necessariamente na pauta da reunião ordinária subsequente.

CAPITULO VIII

DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES.

Art. 31: O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

A - Plenário

B - Mesa Diretora

C - DAS COMISSÕES SETORIAIS E/OU TÉCNICAS

DO PLENÁRIO

Art. 32: O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o órgão de deliberação, configurado pela Reunião Ordinária ou Extraordinária dos conselheiros nomeados, que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 33: Compete aos membros integrantes do plenário:

A - Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CMS justificando por escrito, previamente, as faltas que ocorrerem;

B - Requerer, justificadamente, que contenha na pauta, assuntos que devam ser objetos de discussão e deliberação do CMS, bem como preferência para exame de matéria de caráter de urgência, aprovado pelo plenário;

C - Representar o CMS quando designado por seu plenário;

D - Requerer a convocação de reuniões extraordinárias do plenário e mesa diretora para discussão e deliberação de assuntos urgentes e prioritários;

E - Apresentar propostas de resoluções e formular moções ou proposições no âmbito de competência do CMS;

F - Solicitar diligências em processo que no seu entendimento não estejam suficientemente esclarecidos.

G - Propor alterações deste Regimento Interno, nos termos deste regimento.

H - Exercer outras atribuições e atividades inerentes a sua função de participante do CMS;

I - Votar e ser votado para integrar os órgãos dirigentes do CMS;

J - Eleger a Mesa Diretora do CMS e o Ouvidor Municipal de Saúde;

L - Formar as comissões de caráter permanente ou temporário, conforme necessidade;

M- Solicitar o reexame, por parte do plenário, de qualquer resolução exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 34: Todas as votações nas plenárias serão na modalidade voto aberto.

DA MESA DIRETORA

Art. 35: A mesa diretora será composta por 01 Presidente, 01 Vice-Presidente, eleitos para o período de 04 (quatro) anos e permitida a sua prorrogação ou recondução por igual período, através do voto direto e aberto, por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações e 01 (um) Secretário Executivo que será indicado pelo Governo Municipal.

§1º - A chapa concorrente à mesa diretora, Presidente e Vice-Presidente deverá se apresentar e se candidatar por escrito até o início da reunião de realização da eleição ao presidente do conselho ou seu substituto.

§2º - Qualquer membro do CMS poderá participar da composição da mesa diretora.

Art. 36: A Mesa Diretora do CMS será responsável:

A - Por encaminhar e fazer cumprir as deliberações tomadas pelo plenário;

B - Por acompanhar o gerenciamento da Política Municipal de Saúde;

C- Pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, do órgão;

D- Pelo registro das reuniões do CMS;

E- Por todos os assuntos administrativos, econômico-financeiros e técnico-operacionais submetidos à apreciação e deliberação do plenário;

F- Por dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do plenário;

G- Pelo encaminhamento de todas as providências e recomendações pelo plenário do CMS;

H - Por encaminhar e fazer cumprir as deliberações tomadas pelo CMS;

I – Por acompanhar e dar ciência aos conselheiros sobre a administração do fundo municipal de saúde.

Art. 37: São atribuições dos membros da Mesa Diretora:

I - Compete ao presidente do CMS:

A) Convocar e presidir reuniões ordinária e extraordinariamente do Conselho Municipal de Saúde;

B) Cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Municipal de Saúde;

C) Representar o Conselho Municipal de Saúde judicial e extrajudicialmente;

D) Submeter a Ordem do Dia à aprovação do Plenário do CMS;

E) Assinar correspondências, portarias, resoluções, deliberações e assumir compromissos em nome do CMS desde que aprovados pelo plenário;

F) Coordenar a execução dos serviços administrativos do CMS;

G) Tomar parte nas discussões e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;

H) Publicar e/ou encaminhar as Atas, Deliberações e Resoluções do CMS aos órgãos competentes para providências.

II. Compete ao vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde:

A) Substituir o Presidente em sua falta ou impedimento.

B) Assessorar o presidente no desempenho de suas atribuições.

III. Compete ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde:

A) Expedir as convocações para comparecimento às reuniões do Conselho para todos os membros titulares e suplentes;

B) Acompanhar as reuniões do plenário, auxiliar o presidente e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da Ata;

C) Fazer a leitura das correspondências e atas;

D) Redigir e encaminhar a quem de direito for, as atas, resoluções, ofícios e recomendações do Conselho;

E) Dar encaminhamento às conclusões do plenário, inclusive revidendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões

anteriores;

F) Responsabilizar pela manutenção e organização do arquivo do Conselho;

G) Prestar assessoria e apoio administrativo e operacional ao Conselho, Mesa Diretora e suas Comissões;

H) Organizar a comunicação e divulgação das atividades do CMS, desde que aprovado pelo plenário;

I) Manter contato com as entidades e demais órgãos com representação no Conselho Municipal de Saúde;

J) Acompanhar e assessorar os Conselhos Locais e Regionais de Saúde;

K) Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades do poder executivo, legislativo, judiciário, do ministério público e da sociedade, processando-as e fornecendo-as aos conselheiros na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;

L) Buscar permanentemente informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos Estadual e Nacional de Saúde;

M) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo presidente do CMS, assim como pelo plenário.

§ 1º: O cargo de Secretário (a) Executivo (a) será indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, com aprovação do plenário do CMS.

§ 2º: O(a) Secretário(a) Executivo(a) somente poderá ser destituído de suas atribuições com aprovação do plenário, ou por vontade própria.

DAS COMISSÕES SETORIAIS E/OU TÉCNICAS

Art. 38: As Comissões poderão ser criadas pelo CMS em caráter permanente ou temporário e terão a finalidade de promover estudos que visem a compatibilização de políticas e programas de interesse para a saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 39: As Comissões Intersetoriais do CMS deverão ter acesso a quaisquer informações objetivando subsidiar a definição de ações e políticas de saúde.

Art. 40: As comissões serão compostas por no mínimo 03(três) membros do CMS, sendo garantida e assegurada a participação de pelo menos (01) uma representação dos usuários.

Art. 41: O prazo para tramitação das matérias nas Comissões será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

CAPITULO IX

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 42: Os conselheiros efetivos e suplentes perderão seus mandatos nos seguintes casos:

a) Demissão do emprego, por renúncia, ou qualquer outra forma de perda de vínculo com a instituição que representa, devendo esse ser substituído imediatamente por sua entidade;

b) Quando faltar a 04 (quatro) reuniões consecutivas, sem justificativa aceita pelo CMS;

c) Quando ouvido o plenário do CMS e após conclusão de processo sindicante por comissão constituída para este fim e concluído for que o conselheiro titular ou suplente, tenha incorrido em ato incompatível com a sua condição de conselheiro municipal de saúde, ou seja, prática lesiva aos princípios do SUS.

Art. 43: As entidades com direito a indicar representantes deverão, obrigatoriamente, substituir seus representantes, segundo critérios

já definidos neste Regimento.

Art. 44: As entidades poderão, oportunamente, substituir definitivamente seus representantes quando considerarem que o desempenho do cumprimento do cargo pelo representante não está correspondendo aos interesses específicos da instituição ou aos da municipalidade.

§1º- As entidades após notificadas pela mesa diretora CMS, terão o prazo máximo de 30(trinta) dias para indicar novo representante.

§2º- As entidades que não indicarem novos representantes no prazo máximo de 30(trinta) dias serão substituídas por entidades do segmento a que pertence no CMS, em conformidade com o processo eleitoral para composição do Conselho.

Art. 45: Em caso de afastamento ou perda de mandato do conselheiro titular, o suplente assumirá automaticamente.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46: O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente através de proposta expressa de qualquer um de seus membros do CMS.

Art. 47: As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento Interno deverão ser apreciadas em reunião extraordinária do plenário, convocada por escrito para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e aprovadas por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações.

Art. 48: Este Conselho se regerá pela lei que o criou, pelas Leis que o modificaram, por este Regimento Interno e pela Legislação pertinente.

Art. 49: Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pelo plenário do CMS e aprovados por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações.

Art. 50: As funções de membro do conselho municipal de saúde não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado de interesse público relevante.

Art. 51: Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se todas as disposições contrárias.

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA N.º 087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 087/2016

Admite em Caráter Temporário GILSON DA SILVA para o cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GILSON DA SILVA para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 033/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 088/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 088/2016
NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de ANA CRISTINA DA SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo - PSF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se ANA CRISTINA DA SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo - PSF, com vencimento inicial de R\$ 3.423,31 (três mil, quatrocentos e vinte três reais e trinta um centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 01/03/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 089/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 089/2016
Concede férias ao servidor VALÉRIO LUIZ PAULI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor VALÉRIO LUIZ PAULI, ocupante do cargo de Chefe de Controle de Patrimônio, Transportes e Serviços, férias por 18 dias que gozará a partir de 01/03/2016 a 18/03/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC N. 01, DE 29 DE FEVEREIRO, DE 2016.

Resolução CMS/SPA/SC n. 01, de 29 de fevereiro, de 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno.

O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC nos termos da Lei Municipal nº 1.023/2015, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara, que segue em anexo, conforme deliberações da reunião do Conselho Municipal de Saúde, que se realizou no dia 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO I**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC.****CAPÍTULO I****DA INSTITUIÇÃO**

Art.1º: O presente Regimento regula as atividades e atribuições do CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC, regulamentado pelas Leis Federais 8.080, de 19/09/1990 e 8.142, de 28/12/1990, pela Lei Municipal 1.023, de 14 dezembro de 2015.

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º: O CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC, órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e fiscalizador, constitui instância máxima municipal no que diz respeito ao planejamento, acompanhamento do gerenciamento, avaliação e controle da execução da política municipal de saúde e seu financiamento.

CAPÍTULO II**DAS DIRETRIZES BÁSICAS DE ATUAÇÃO**

Art. 3º: O CMS/SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC, no exercício de suas atribuições, observará a legislação e normas Federal, Estadual e Municipal bem como as diretrizes aprovadas pelas conferências de saúde.

CAPÍTULO III**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º O CMS será composto em conformidade com a Lei 1.023/15, Art. 3º, por 12 (doze) membros, sendo 50% destes representantes de entidades de usuários, 25% representantes de entidades dos trabalhadores de saúde, 25% representantes do governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos, sendo a quantidade de membros definida em:

I – 03 (três) representantes do Governo Municipal:

- a) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- c) 01 representante da Assistência Social.

II – 03 (três) representantes de entidades de trabalhadores da Saúde:

- a) 01 representante dos profissionais municipais prestadores de serviços do SUS;
- b) 02 representantes dos Prestadores de Serviços Filantrópicos contratados pelo SUS.

III – 06 (seis) Representantes de Entidades de Usuários:

- a) 02 representantes de organizações religiosas;
- b) 03 representantes das Entidades ou Associações Comunitárias;
- c) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

CAPÍTULO IV**DA ELEIÇÃO, DAS INDICAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES**

Art. 5º As entidades com representatividade no CMS/São Pedro de Alcântara - SC, serão escolhidas mediante inscrição prévia e votação a ser realizada durante a Conferência Municipal de Saúde, coordenada por uma comissão nomeada em plenário do C.M.S para esse fim, exceto os representantes previstos no inciso I do Art. 4.º deste regimento.

§ .1º - Um Conselheiro só poderá representar uma entidade.

§. 2º - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS/São Pedro de Alcântara - SC, a entidade que comprovar estar regularmente constituída, funcionando há mais de um ano, bem como registrada em órgão competente, quando for o caso.

§. 3º - A indicação dos representantes do Governo Municipal será de livre escolha do prefeito, conforme previsto em lei.

§. 4º - O exercício do mandato dos Conselheiros terá vigência de quatro anos, podendo ser prorrogado ou reconduzido por igual período.

§ 5º - Cada um dos representantes será um Conselheiro e deverá ter um suplente, indicado formalmente pela entidade que representa, para a sua substituição. O suplente indicado poderá participar, sem direito a voto, e com direito à voz, mesmo na presença do representante efetivo, em todas as atividades do CMS/São Pedro de Alcântara - SC que implique na presença do representante efetivo.

§. 6º- O suplente assumirá automaticamente todas as funções e direitos de Conselheiro, inclusive o de voto, na ausência do efetivo.

§ 7º - Nos impedimentos legais do Presidente, o vice Presidente, assumirá em caráter temporário até a eleição do novo presidente.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º: São atribuições do Conselho Municipal de Saúde:

I. Zelar pelo cumprimento da Lei Municipal nº. 1.023/15, que reestrutura o CMS/ São Pedro de Alcântara dá outras providências; bem como pelo cumprimento das atribuições estabelecidas em Leis que impliquem em questões de interesse sanitário da municipalidade.

II. Deliberar sobre os casos omissos deste Regimento Interno.

Art. 7º: São atribuições dos membros do CMS/São Pedro de Alcântara:

a) propor, apreciar, aprovar e cumprir as normas regimentais;

b) comparecer às reuniões na data e horário prefixados;

c) participar de todas as discussões e deliberações da Plenária do CMS;

d) participar de todas as discussões e trabalhos de Comissão a que pertencerem;

e) votar as proposições submetidas à deliberação;

f) justificar seu voto, quando for o caso;

g) apresentar proposições, requerimentos, moções, denúncias, esclarecimentos e questões de ordem;

h) desempenhar as funções para as quais forem designados;

i) relatar os assuntos que lhe forem atribuídos;

j) apresentar retificações ou impugnação das atas antes de sua aprovação e imediatamente após sua leitura;

k) assinar as atas das reuniões de que participou;

l) justificar a ausência;

CAPÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º: O CMS reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado pela Mesa Diretora ou por 30% (trinta por cento) mais um dos seus componentes.

Art. 9º: As reuniões extraordinárias serão convocadas para deliberar sobre matérias urgentes, e ou inadiáveis devendo ter quorum de metade mais um dos membros do CMS, conforme representações.

Art. 10: As sessões destinam-se à discussão e votação de toda matéria constante da pauta ou objetivo da convocação extraordinária.

Parágrafo único: No caso de não esgotamento da pauta durante a sessão estabelecida na convocatória, o CMS poderá prorrogar o tempo de duração da sessão ou marcar nova data para a continuidade dos trabalhos.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES, DELIBERAÇÕES E FUNCIONAMENTO.

Art. 11: O CMS se reunirá com a presença de (30%) trinta por cento mais um de seus membros conforme representações, considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo as atividades coordenadas por sua Mesa Diretora, devendo os participantes assinar lista de presença.

Parágrafo único: A lista de presença se estenderá por 30 (trinta) minutos do início da reunião.

Art. 12: O CMS deliberará pela maioria simples dos votos dos presentes, conforme representação, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo a votação em aberto.

Parágrafo único: Não havendo quorum para abertura da reunião será realizada uma nova e definitiva chamada no período de 30 (trinta) minutos. Persistindo a falta de quorum a será dada continuidade a reunião.

Art. 18: Qualquer membro do CMS presente na reunião poderá pedir vistas da matéria antes que a mesma entre em votação.

Art. 18: Encerrada a discussão do ponto em questão, a pedido de qualquer membro do Conselho o procedimento de votação seguirá:

A) Enunciado da(s) proposta(s);

B) Abertura para pedidos de esclarecimentos;

C) Regime de votação, onde não será mais concedida a palavra a nenhum conselheiro.

§1º - Não serão permitidos votos por procuração.

§2º - Cada representação terá direito a um único voto.

§3º - O presidente do CMS/ São Pedro de Alcântara terá além do voto comum, o de qualidade, quando ocorrer o empate na votação.

Art. 21: As deliberações do CMS serão registradas em Ata. A Ata deverá ser aprovada pelo Conselho antes de sua difusão pública.

Parágrafo único: De cada sessão ordinária ou extraordinária do CMS será lavrada Ata Circunstanciada, da qual deverá constar:

- a) Dia, hora e local de sua realização, nome de quem a presidiu e pauta da reunião;
- b) Nomes dos membros presentes;

Art. 22: As Atas e listas de presenças do CMS poderão ser informatizadas ou registradas em livro próprio.

Art. 23: A plenária do CMS poderá alterar as resoluções de qualquer outra de suas instâncias delegadas para tanto, pelo voto de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros, conforme representações.

Art. 24: São instrumentos soberanos de reunião sobre todos os processos, inclusive o de votação:

- a) Questão de ordem;
- b) Pedido de verificação de quorum;
- c) Pedido de recontagem de voto.

Art. 25: São instrumentos rotineiros de funcionamento de reunião:

- a) Pedido de limitação do tempo de intervenção de cada conselheiro;
- b) Pedido de abertura de inscrição para intervenção;
- c) Garantia de palavra;
- d) Pedido de aparte do conselheiro no direito da palavra;
- e) Pedido de esclarecimento;
- f) Pedido de justificação;
- g) Pedido de inclusão em ata de documentos, pronunciamentos e posições em relação às matérias.

Art. 27: As reuniões ordinárias e extraordinárias da plenária do CMS serão de caráter público e aberto.

§1º - O CMS, quando entender oportuno, poderá, através dos seus órgãos integrantes, convidar para participar das suas reuniões e atividades, técnicos ou representantes de instituições ou da sociedade civil organizada, desde que diretamente envolvidos nos assuntos que estiverem sendo tratados.

Art. 28: O CMS, em qualquer instância, somente poderá deliberar com a presença de 30% (trinta por cento) mais um dos membros, conforme representações, considerando os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo a votação em abeabretorto.

Art. 29: As decisões do Conselho serão expressas através de resoluções, e quando estas implicarem decisões normativas ou procedimentos serão baixadas as portarias respectivas a tais resoluções pela SMS.

Art. 30: Os assuntos incluídos na ordem do dia, que por qualquer motivo não tenham sido objeto de discussão e deliberação pela plenária, deverão constar necessariamente na pauta da reunião ordinária subsequente.

CAPITULO VIII

DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES.

Art. 31: O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

- A - Plenário
- B - Mesa Diretora
- C - DAS COMISSÕES SETORIAIS E/OU TÉCNICAS

DO PLENÁRIO

Art. 32: O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o órgão de deliberação, configurado pela Reunião Ordinária ou Extraordinária dos conselheiros nomeados, que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 33: Compete aos membros integrantes do plenário:

- A - Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CMS justificando por escrito, previamente, as faltas que ocorrerem;
- B - Requerer, justificadamente, que contenha na pauta, assuntos que devam ser objetos de discussão e deliberação do CMS, bem como preferência para exame de matéria de caráter de urgência, aprovado pelo plenário;
- C - Representar o CMS quando designado por seu plenário;
- D - Requerer a convocação de reuniões extraordinárias do plenário e mesa diretora para discussão e deliberação de assuntos urgentes e prioritários;
- E - Apresentar propostas de resoluções e formular moções ou proposições no âmbito de competência do CMS;
- F - Solicitar diligências em processo que no seu entendimento não estejam suficientemente esclarecidos.
- G - Propor alterações deste Regimento Interno, nos termos deste regimento.
- H - Exercer outras atribuições e atividades inerentes a sua função de participante do CMS;
- I - Votar e ser votado para integrar os órgãos dirigentes do CMS;
- J - Eleger a Mesa Diretora do CMS e o Ouvidor Municipal de Saúde;

L - Formar as comissões de caráter permanente ou temporário, conforme necessidade;
M- Solicitar o reexame, por parte do plenário, de qualquer resolução exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 34: Todas as votações nas plenárias serão na modalidade voto aberto.

DA MESA DIRETORA

Art. 35: A mesa diretora será composta por 01 Presidente, 01 Vice-Presidente, eleitos para o período de 04 (quatro) anos e permitida a sua prorrogação ou recondução por igual período, através do voto direto e aberto, por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações e 01 (um) Secretário Executivo que será indicado pelo Governo Municipal.

§1º - A chapa concorrente à mesa diretora, Presidente e Vice-Presidente deverá se apresentar e se candidatar por escrito até o início da reunião de realização da eleição ao presidente do conselho ou seu substituto.

§2º - Qualquer membro do CMS poderá participar da composição da mesa diretora.

Art. 36: A Mesa Diretora do CMS será responsável:

- A - Por encaminhar e fazer cumprir as deliberações tomadas pelo plenário;
- B - Por acompanhar o gerenciamento da Política Municipal de Saúde;
- C- Pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões, ordinárias e extraordinárias, do órgão;
- D- Pelo registro das reuniões do CMS;
- E- Por todos os assuntos administrativos, econômico-financeiros e técnico-operacionais submetidos à apreciação e deliberação do plenário;
- F- Por dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do plenário;
- G- Pelo encaminhamento de todas as providências e recomendações pelo plenário do CMS;
- H - Por encaminhar e fazer cumprir as deliberações tomadas pelo CMS;
- I – Por acompanhar e dar ciência aos conselheiros sobre a administração do fundo municipal de saúde.

Art. 37: São atribuições dos membros da Mesa Diretora:

I - Compete ao presidente do CMS:

- A) Convocar e presidir reuniões ordinária e extraordinariamente do Conselho Municipal de Saúde;
- B) Cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Municipal de Saúde;
- C) Representar o Conselho Municipal de Saúde judicial e extra-judicialmente;
- D) Submeter a Ordem do Dia à aprovação do Plenário do CMS;
- E) Assinar correspondências, portarias, resoluções, deliberações e assumir compromissos em nome do CMS desde que aprovados pelo plenário;
- F) Coordenar a execução dos serviços administrativos do CMS;
- G) Tomar parte nas discussões e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;
- H) Publicar e/ou encaminhar as Atas, Deliberações e Resoluções do CMS aos órgãos competentes para providências.

II. Compete ao vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde:

- A) Substituir o Presidente em sua falta ou impedimento.
- B) Assessorar o presidente no desempenho de suas atribuições.

III. Compete ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde:

- A) Expedir as convocações para comparecimento às reuniões do Conselho para todos os membros titulares e suplentes;
- B) Acompanhar as reuniões do plenário, auxiliar o presidente e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da Ata;
- C) Fazer a leitura das correspondências e atas;
- D) Redigir e encaminhar a quem de direito for, as atas, resoluções, ofícios e recomendações do Conselho;
- E) Dar encaminhamento às conclusões do plenário, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;
- F) Responsabilizar pela manutenção e organização do arquivo do Conselho;
- G) Prestar assessoria e apoio administrativo e operacional ao Conselho, Mesa Diretora e suas Comissões;
- H) Organizar a comunicação e divulgação das atividades do CMS, desde que aprovado pelo plenário;
- I) Manter contato com as entidades e demais órgãos com representação no Conselho Municipal de Saúde;
- J) Acompanhar e assessorar os Conselhos Locais e Regionais de Saúde;
- K) Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades do poder executivo, legislativo, judiciário, do ministério público e da sociedade, processando-as e fornecendo-as aos conselheiros na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;
- L) Buscar permanentemente informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos Estadual e Nacional de Saúde;
- M) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo presidente do CMS, assim como pelo plenário.

§ 1º: O cargo de Secretário (a) Executivo (a) será indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, com aprovação do plenário do CMS.

§ 2º: O(a) Secretário(a) Executivo(a) somente poderá ser destituído de suas atribuições com aprovação do plenário, ou por vontade própria.

DAS COMISSÕES SETORIAIS E/OU TÉCNICAS

Art. 38: As Comissões poderão ser criadas pelo CMS em caráter permanente ou temporário e terão a finalidade de promover estudos que

visem a compatibilização de políticas e programas de interesse para a saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 39: As Comissões Intersetoriais do CMS deverão ter acesso a quaisquer informações objetivando subsidiar a definição de ações e políticas de saúde.

Art. 40: As comissões serão compostas por no mínimo 03(três) membros do CMS, sendo garantida e assegurada a participação de pelo menos (01) uma representação dos usuários.

Art. 41: O prazo para tramitação das matérias nas Comissões será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

CAPITULO IX

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 42: Os conselheiros efetivos e suplentes perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- a) Demissão do emprego, por renúncia, ou qualquer outra forma de perda de vínculo com a instituição que representa, devendo esse ser substituído imediatamente por sua entidade;
- b) Quando faltar a 04 (quatro) reuniões consecutivas, sem justificativa aceita pelo CMS;
- c) Quando ouvido o plenário do CMS e após conclusão de processo sindicante por comissão constituída para este fim e concluído for que o conselheiro titular ou suplente, tenha incorrido em ato incompatível com a sua condição de conselheiro municipal de saúde, ou seja, prática lesiva aos princípios do SUS.

Art. 43: As entidades com direito a indicar representantes deverão, obrigatoriamente, substituir seus representantes, segundo critérios já definidos neste Regimento.

Art. 44: As entidades poderão, oportunamente, substituir definitivamente seus representantes quando considerarem que o desempenho do cumprimento do cargo pelo representante não está correspondendo aos interesses específicos da instituição ou aos da municipalidade.

§1º- As entidades após notificadas pela mesa diretora CMS, terão o prazo máximo de 30(trinta) dias para indicar novo representante.

§2º- As entidades que não indicarem novos representantes no prazo máximo de 30(trinta) dias serão substituídas por entidades do segmento a que pertence no CMS, em conformidade com o processo eleitoral para composição do Conselho.

Art. 45: Em caso de afastamento ou perda de mandato do conselheiro titular, o suplente assumirá automaticamente.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46: O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente através de proposta expressa de qualquer um de seus membros do CMS.

Art. 47: As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento Interno deverão ser apreciadas em reunião extraordinária do plenário, convocada por escrito para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e aprovadas por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações.

Art. 48: Este Conselho se regerá pela lei que o criou, pelas Leis que o modificaram, por este Regimento Interno e pela Legislação pertinente.

Art. 49: Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pelo plenário do CMS e aprovados por 50% (cinquenta por cento) mais um, conforme representações.

Art. 50: As funções de membro do conselho municipal de saúde não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado de interesse público relevante.

Art. 51: Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se todas as disposições contrárias.

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC N. 02, DE 29 DE FEVEREIRO, DE 2016.

Resolução CMS/SPA/SC n. 02, de 29 de fevereiro, de 2016.

Dispõe sobre a aprovação dos Recursos do Fundo Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC nos termos da Lei Municipal nº 1.023/2015, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprova a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara, conforme parecer em anexo, conforme deliberações da reunião do Conselho Municipal de Saúde, que se realizou no dia 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PARECER CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde do Município de São Pedro de Alcântara (SC) se reuniram na sala de reuniões, localizada no prédio administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no dia 29 de fevereiro de 2016 às 17h, para analisar os gastos do fundo municipal de saúde no ano de 2015.

Conforme a Lei Municipal nº 16/97, que cria o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências, concluímos que os recursos destinados, ao Fundo Municipal de Saúde foram aplicados atendendo a legislação vigente, sendo suas contas REGULARES e APROVADAS por este conselho.

Este é o Parecer

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC N. 03, DE 29 DE FEVEREIRO, DE 2016.

Resolução CMS/SPA/SC n. 03, de 29 de fevereiro, de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde, ano de 2016.

O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC nos termos da Lei Municipal nº 1.023/2015, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica aprovado a Programação Anual de Saúde, para o ano de 2016, conforme deliberações da reunião do Conselho Municipal de Saúde, que se realizou no dia 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 29 de fevereiro de 2016.

Charles da Cunha

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2016 - SÃO PEDRO DE ALCANTARA

EIXO 1 – ATENÇÃO BÁSICA

OBJETIVO	Implantar projetos e dar continuidade aos que já estão em andamento através da equipe do NASF/ESF.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
Promover a cessação do alcoolismo tabagismo.	Implantação do Grupo Controle do Alcoolismo e Tabagismo	Serviço Implantado e funcionando	AB e SMS	1.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Promover melhoria continua na qualidade de vida desses usuários.	Manter ativo e expandir os grupos Hipertensos e Diabéticos.	Ampliação dos grupos. Encontros Mensais	AB e SMS	2.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais

Ampliar ações desenvolvidas para Puérperas e recém-nascidos.	Integração das ações junto com Enfermagem.	Criar período específico dos profissionais NASF para atender essa demanda.	AB e SMS	100,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
--	--	--	----------	--------	--

OBJETIVO	Realizar ações entre NASF e ESF, buscando a integralidade da saúde dos usuários do SUS.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
Prosseguir com as Visitas Domiciliares entre NASF e ESF, com objetivo de orientar e realizar acompanhamentos dos usuários impossibilitados e acamados.	Resolução e qualidade de vida aos acamados e impossibilitados de chegar as Unidades de Saúde.	Melhoria da qualidade das Visitas Domiciliares	AB e SMS	5.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Ampliar ações intersectoriais.	Dar início a ações de integralidade, com diferentes setores como Saúde/Educação/CRAS/CREAS/Assistência Social.	Realização e participações campanhas (Agosto Dourado, Novembro Azul, Outubro Rosa, Dezembro Vermelho Semana Antidrogas, Semana de Conscientização do Trânsito etc.).	AB, SMS E Prefeitura	20.000,00	Cofinanciamento Estadual.

OBJETIVO	Estruturar e fortalecer a Atenção Básica no município, visando a melhoria das condições para desenvolvimento do serviço e de suas ações.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
Manter qualificação positiva para as equipes já cadastradas.	Permanecer com qualificação positiva no Programa de Melhoria e Acesso na Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), com a adesão de novas equipes.	Qualificação positiva.	AB e SMS		Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Qualificar positivamente as novas equipes inseridas no PMAQ.		Qualificação positiva.		80.000,00	
Fortalecer a produtividade e efetividade das equipes no cumprimento dos requisitos para qualificação.		Pagamento de produtividade e/ou premiação.			
Garantir a manutenção e o abastecimento às unidades básicas de saúde.		Aquisição de insumos e materiais permanentes.			

Realizar o remapeamento territorial, viabilizando o acesso da população aos serviços de saúde.	Reorganizar a área de atuação dos serviços da Atenção Básica.	% de conclusão de remapeamento.	AB e SMS	2.000,00	
Utilizar a territorialização como instrumento do processo de trabalho das equipes de ESF.		% de conclusão da territorialização.			Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Fomentar o Sistema de Informação E-SUS e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), garantindo o custeio e o incremento para funcionamento das Unidades de Atenção Básica.	Manter sistemas de informação atualizados.	E-SUS e CNES atualizados.	AB e SMS	2.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Sensibilizar e fortalecer a importância dos registros das ações e procedimentos realizados.		Ações/procedimentos no CDS e PEC.			
Realizar curso introdutório para os profissionais atuantes na ESF.	Realizar cursos de atualização e qualificação profissional aprimorando conhecimentos como ferramenta de melhorias no processo de trabalho das equipes.	% de novos profissionais com curso introdutório.	AB e SMS	5.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Realizar educação permanente periódica baseada nas necessidades apresentadas pelas equipes.		Nº de encontros realizados.			

Garantir a realização do cadastro da gestante, do monitoramento e avaliação da atenção ao pré-natal e ao puerpério, através do SISPRENATAL WEB.	Fortalecer e implementar ações de atenção ao pré-natal, puerpério e recém-nascido.	Nº de Gestantes cadastradas e acompanhadas.	AB e SMS		
Implantar teste rápido de gravidez nas Unidades Básica de Saúde		Captação das gestantes até a 12ª semana de gestação e inserção ao pré-natal.			
Implantar teste rápido de HIV, Sífilis e Hepatites		Garantir diagnóstico precoce da doença e posterior tratamento da gestante e parceiro.		5.000,00	
Fortalecer e organizar no município a Rede Cegonha, possibilitando o provimento contínuo de ações de atenção à saúde materna e infantil.		Rede Cegonha estruturada.			
Incentivar durante o pré-natal o parto normal com o objetivo de reduzir o índice de cesarianas.		Proporção de partos normais.			Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Qualificar o atendimento do pré-natal, incentivando a realização de 7 consultas ou mais.		Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.			
Viabilizar o fortalecimento do Sistema de Informação do Câncer – SISCAN WEB nas unidades básicas de saúde, fortalecendo as ações de controle e prevenção do Câncer de Mama e do Colo do Útero.	Fortalecer ações de prevenção e monitoramento do Câncer de Mama e Colo de Útero.	2 de unidades básicas de saúde com SISCAN WEB;	AB e SMS		Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Realizar exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos.		Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.		9.000,00	
Acompanhar e realizar tratamento de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero visando a detecção e tratamento oportuno de câncer.		Nº de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero em acompanhamento e tratamento.			
Realizar exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos visando a detecção e tratamento oportuno de Câncer de Mama.		Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.			

Acompanhar todos os pacientes que fazem uso de oxigênio domiciliar.	Fortalecer o acompanhamento mensal dos pacientes que fazem uso de oxigênio domiciliar com auxílio das equipes da ESF.	Nº de pacientes acompanhados.	AB e SMS	4.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Cadastrar e acompanhar todos os pacientes que quiserem participar do Programa de Combate ao Tabagismo.	Implantar Programa de Combate ao Tabagismo.	Programa implantado	AB e SMS	1.500,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Sensibilizar as equipes de ESF para realizar busca ativa e acompanhamento das famílias; -Realizar parceria com as escolas municipais para facilitar o acompanhamento;	Aumentar percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas pela atenção básica.	Atingir metas pactuadas.	AB, SMS e SEC Educação	100,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Promover atendimentos compartilhados com a Assistência Social, Psicóloga e Nutricionista	Desenvolver atividades com apoio do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, reforçando a política de humanização.	Serviço implantado e funcionando.	AB e SMS		
Promover seminários e rodas de conversa com as equipes, visando encontro e planejamento das ações a serem desenvolvidas.		10 encontros anuais realizados.		2.000,00	Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Realizar reuniões regulares de equipe.		Reuniões semanais para a equipe do NASF. Reuniões mensais em cada ESF.			
Implantar grupo de gestante	Implementar projetos e dar continuidade aos que já estão em andamento através do NASF, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, de acordo com o perfil epidemiológico da população.	Projeto implantado e em andamento.	AB e SMS		Cofinanciamento Estadual, Federal e Recursos Próprios municipais
Apoiar Grupos de Controle do Tabagismo.		Programa implantado na rede.		2.500,00	
Ampliar Atenção à Saúde da Mulher.		Nº de mulheres atendidas.			
Implantar assessorias/consultorias na área da Atenção Básica;	Melhorar o desempenho dos serviços prestados;	Melhoria nos índices do município;	SMS	11.000,00	BLATB – Recurso Federal

EIXO 2 – MÉDIA COMPLEXIDADE

OBJETIVO	Melhorar o acesso dos pacientes a serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos

Reorganizar as pactuações existentes.	Revisão da PPI (Programação Pactuada Integrada), priorizando a facilidade de acesso ao paciente e a garantia das quantidades pactuadas.	Revisão anual de PPI.	SMS	100,00	Recursos Próprio Prefeitura
Reorganização das especialidades existentes no município.	Levantamento das especialidades médicas existentes na rede municipal de saúde, com revisão de custo X benefício.	Revisão anual de dados produzidos.	SMS		
Facilitar o deslocamento do paciente até a Unidade executante do exame ou consulta especializada.	Fomentar a contratualização de prestadores privados, conforme Portaria 1.034, dentro do município de São Pedro de Alcântara, visando a complementação da rede municipal de saúde.	Prestador contratualizado.	SMS e Prestador	77.150,00	Teto de Média e Alta Complexidade e Recursos Próprio Prefeitura

EIXO 3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO	Aperfeiçoamento da equipe técnica				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
Capacitar Técnicos em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e Diretoria de Vigilância Epidemiológica Estadual;	Dispor de profissionais capacitados para a realização de vacinas.	Número de profissionais capacitados em sala de Vacina e Rede de Frio.	SMS e Vigilância em Saúde	8.000,00	Piso Fixo da Vigilância em Saúde
Campanhas de vacinações	Aumentar o percentual de imunizados no município.	Aumento na porcentagem de vacinados.	SMS e Vigilância em Saúde	10.000,00	Piso Fixo da Vigilância em Saúde
Capacitar Técnicos em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual;	Dispor de profissionais capacitados para a realização de visitas técnicas.	Número de profissionais capacitados na área de Vigilância Sanitária;	SMS e Vigilância Sanitária	8.000,00	Piso Fixo em Vigilância Sanit

OBJETIVO	Controle de Endemias				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
- Realizar controle dos vetores endêmicos;	Diminuir a taxa de infecção causada por esses vetores;	Diminuição de doenças;	SMS e Vigilância em Saúde	20.000,00	Ordinário

OBJETIVO	Fortalecer a vigilância epidemiológica.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
Diminuir o número de subnotificações e agravos;	Orientar e acompanhar os profissionais responsáveis pelas notificações de doenças e agravos;	SINAN	SMS e Vigilância em Saúde	8.000,00	Piso Fixo da Vigilância em Saúde

Manter/ampliar a monitorização das doenças agudas diarreicas.	Ampliar a vigilância eficaz das doenças diarreicas agudas.	SIVEP/DDA	SMS e Vigilância em Saúde	13.000,00	Piso Fixo da Vigilância em Saúde
---	--	-----------	---------------------------	-----------	----------------------------------

EIXO 4 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO	Integrar a Assistência Farmacêutica ao processo de cuidado do SUS, considerando o acesso: como atributo; o acolhimento: como vínculo e responsabilização; a gestão e os aspectos clínicos farmacêuticos: como seus componentes e o uso racional.				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
<ul style="list-style-type: none"> -Aumentar a equipe farmacêutica; -Formar uma equipe fármaco terapêutica composta por farmacêuticos, dentistas, médicos e enfermeiros; - Definir a REMUME (que deve ser revisada anualmente); - Informatização aderindo à um programa mais completo e conciso; - Construção de um almoxarifado central de medicamentos; - Remuneração do farmacêutico; 	Fortalecer a Atenção Farmacêutica e promover o uso racional de medicamentos.	Paciente/ satisfeito, informado e bem acolhido.	SMS	150.748,00	Cofinanciamento Estadual da Assistência Farmacêutica, Piso Federal da Assistência Farmacêutica e Recursos Próprios do Tesouro Municipal

EIXO 5 – SISTEMA PRISIONAL

OBJETIVO	Fomentar a Assistência Básica da Unidade Prisional utilizando os recursos ordinários repassados ao município;				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
<ul style="list-style-type: none"> -Compra de insumos na área de enfermagem e odontológica; -Realizar compra dos medicamentos constantes na lista RENAME; - Realizar reformas e readequação do imóvel já existente; 	Fortalecer a Atenção Básica dentro da Unidade Prisional;	Serviço implantado e funcionando;	SMS e Equipe de Saúde da Unidade Prisional	90.720,00	PNAISP INCENTIVO PARA ATENÇÃO A SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL ATENÇÃO BÁSICA – PRESÍDIO FÁRMACIA BÁSICA – PRESÍDIO

EIXO 6 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

OBJETIVO	Fomentar a Assistência Básica na Unidades de Saúde utilizando os recursos ordinários repassados ao município;				
Ações	Meta	Indicador	Responsáveis	Recursos Orçamentários	Origem dos Recursos
-Remuneração das Agente Comunitárias de Saúde;	Visitas domiciliares mensais, aproximando o usuário do SUS com a atenção básica;	Procura do usuário por atendimento nas UBS;	SMS	193.252,00	PACS E RECURSO PRÓPRIO
<ul style="list-style-type: none"> - Remuneração dos servidores da saúde bucal; - Aquisição de insumos e equipamentos; 	Fortalecer o programa de saúde bucal;	Serviço implantado e funcionando;	SMS E PSB	205.050,00	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA- PISO VARIÁVEL- SAÚDE BUCAL

- Remuneração dos servidores da Atenção Básica; - Reformas e melhorias das UBS; - Aquisição de um veículo para Atenção Básica;			SMS	481.260,00	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA E COFINANCIAMENTO ESTADUAL
- Remuneração dos servidores da Vigilância em Saúde; - Reformas e melhorias em suas unidades de trabalho; - Aquisição de insumos e equipamentos.				94.763,00	BLOCO DE VIGILÂNCIA E SAÚDE E RECURSO ORDINÁRIO

Charles da Cunha
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC

TERMO DE POSSE DA SRTA. ANA CRISTINA DA SILVA EDITAL 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Srta. ANA CRISTINA DA SILVA para o Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo - PSF.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu a Srta. ANA CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo - PSF, em razão de sua aprovação na classificação n.º 01, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, evitando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

ANA CRISTINA DA SILVA
Empossada

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016-PMS

PROCESSO Nº. 34/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de serviços de Internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de março de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 17 de março de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2016-FMS

PROCESSO Nº. 09/2016-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos destinados a atender as ações judiciais do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de março de 2016 às 14h.

Abertura das Propostas: 18 de março de 2016 às 14h15min.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária

de Saúde sobre as propostas comerciais.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2016-PMS
PROCESSO Nº. 33/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de refil e higienização para bebedouros para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 31 de março de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 31 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2015-SMS/PMS - 2ª CHAMADA

Convocação Concurso Público nº. 002/2015-SMS/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. FERNANDO MICHIELIN ALVES, inscrito no CPF sob nº. 009.653.379-01, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2015-SMS/PMS, para o cargo de MEDICO ESF, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 02 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 12.7.

Schroeder (SC), 29 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS - 2ª CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RUBIA FINSTERBUSCH ZAREMBSKI, inscrita no CPF sob nº. 027.626.149-61, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - GEOGRAFIA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.8.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA BUENO, inscrita no CPF sob nº. 068.241.099-32, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência

da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NELCI REJANE NUNES BERGMANN, inscrita no CPF sob nº. 647.590.750-20, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CESAR RICARDO HAFERMANN, inscrito no CPF sob nº. 715.906.769-04, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
002/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NOENICE MASKE MUNDEL, inscrita no CPF sob nº. 017.522.649-08, aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
002/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FABIANE STUY, inscrita no CPF sob nº. 041.297.539-40, aprovada em 16º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
002/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO, inscrita no CPF sob nº. 960.389.859-72, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de março de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.681/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.681/2016 de 29 de fevereiro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.700,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.682/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.682/2016 de 29 de fevereiro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 930,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.179/2016

LEI Nº 2.179/2016

INSTITUI O CADASTRAMENTO DE BENS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro dos Bens Culturais do Município de Schroeder.

Art. 2º Consideram-se bens culturais no sentido da presente Lei:

I – aqueles de natureza ecológica e paisagística que se relacionam aos bens naturais, seja pela condição com que tenham sido estabelecidos pela natureza, sejam em função de intervenção humana, seja ainda por sua função de reserva florestal, hídrica ou mineral;

II – aqueles de natureza estritamente cultural, classificados em imateriais e materiais:

a) bens imateriais, tais como: musicais, rituais, festividades coletivas, feiras, mercados, maneiras de fazer determinadas coisas como comidas, roupas, artefatos entre outros e espaços de reprodução de práticas culturais;

b) bens materiais, que podem ser divididos entre móveis e imóveis, tais como obras de arte, utensílios, partituras musicais e/ ou documentos históricos; edificações, monumentos, logradouros, sítios arqueológicos, sítios urbanos ou vestígios de significância cultural;

c) outros que a Lei especificamente considerar.

Art. 3º Os bens descritos no artigo anterior serão inscritos em livro especialmente criado, sob o título de "Cadastro de Bens Culturais", e a partir da tal inscrição, passam a receber especial proteção do poder público, o qual deverá preservá-los, evitando sua deterioração ou desaparecimento.

Art. 4º Para os fins do artigo precedente, o poder público poderá promover sua inscrição "ex-officio" ou por provocação dos órgãos representativos da comunidade, em especial da Câmara Municipal, do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC).

Art. 5º Os bens materiais serão objeto de legislação especial, onde constará expressamente que não poderão ser restaurados ou sofrer qualquer tipo de intervenção sem específica análise do CMPC e anuência do Executivo Municipal. Em caso de imperiosa intervenção ou demolição, esta só será lícita após expedição do competente Alvará.

Art. 6º Fica o Setor da Cultura responsável da cientificação ao proprietário do bem inventariado e cadastrado no livro "Cadastro de Bens Culturais" através de carta com (AR) em seu endereço postal.

Art. 7º Os bens restantes deverão ser amparados pelo poder público, no que se refere sua preservação e valorização.

Parágrafo único. Mediante Lei, os bens de natureza ambiental ou antropológica receberão benefícios e isenções que forem julgados úteis às finalidades propostas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.180/2016

LEI Nº.2.180/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada à abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), como segue:

07- SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
01 - UNIDADE DE AGRICULTURA			
20.606.3004.2.312 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	16.500,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

07- SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
01 - UNIDADE DE AGRICULTURA			
20.606.3004.2.312 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	16.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.181/2016

LEI Nº.2.181/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$3.509.297,62 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS, SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.1.317 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES			
4.4.90.51.00.00	00.01.0032	Obras e Instalações	3.509.297,62

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o repasse a ser efetuado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$3.509.297,62 (três milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme termo de compromisso PAR nº31365/2014 assinado com o Município.

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.182/2016

LEI Nº2.182/2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR DE CAMBORIU.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes garantindo 4 (quatro) vagas para atendimento e acolhimento institucional e tratamento de crianças de ambos os sexos, com idade de 0 (zero) a 12 (doze) anos incompletos que recebam medida protetiva de atendimento.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o “caput” deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade somente quando se efetivar o acolhimento o importe de R\$2.500,00(dois mil e quinhentos reais), mensais por vaga, de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 3º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2016.

§ 4º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual – Exercício 2016.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº. 2.161/2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.183/2016

LEI Nº2.183/2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO DESAFIO JOVEM MONTE HOREBE CAMBORIÚ.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com A FUNDAÇÃO JOVEM MONTE HOREBE CAMBORIÚ, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes no atendimento e acolhimento institucional e tratamento de adolescentes, de ambos os sexos, com idade de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos que recebam medida protetiva de atendimento.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade, R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio a título de garantia de 3 (três) vagas.

§ 2º O repasse será efetivado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas a contar do mês de março do ano de 2016, findando-se no mês de dezembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2016.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual – Exercício 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 6.452/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 6.452/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Complementar nº 178/2015 de 03 de dezembro de 2015 que cria a gratificação especial para o médico diretor responsável técnico, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora, Sra. Camila Sartori Martins, inscrita

no CPF sob o nº 064.326.519-80 e no CRM nº 20864, para exercer a função de Médica Diretora Responsável Técnica, percebendo Gratificação Especial, conforme Lei Complementar nº 178/2015 de 03 de dezembro de 2015, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 6.453/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.453/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Denise Erig Rocha de Souza, à Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Denise Erig Rocha de Souza, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 6.454/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.454/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela servidora Sra. Merlin Tatiana Bernardi Cesconetto, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Merlin Tatiana Bernardi Cesconetto, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.455/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.455/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Alecsandra Andresa Walz, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.456/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.456/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Kilian Rafael Pretti, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.457/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.457/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Girold Guckert, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK VALMOR HEINS STRICKER
Prefeito Municipal Diretor de Agricultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.458/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.458/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Marciana Andreia Marchioro, para exercer o cargo de Professora A, subárea Ensino Fundamental Anos Iniciais, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.459/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.459/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público;

Considerando o Decreto nº. 3.468/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosinei Hönnicke Ribeiro para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, percebendo o nível salarial nº 005 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.460/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.460/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Bárbara Klein em 12 de janeiro de 2016;

Considerando o Decreto nº. 3.680/2016, de 29 de fevereiro de 2016, que autoriza a contratação emergencial de Médico (a) – ESF para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Vanessa Machado Gomes para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de

17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK

ORLANDO TECILLA

Prefeito Municipal

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.461/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.461/2016, DE 1º DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Solange Lauermann, para exercer o cargo de Professora A, subárea Ensino Fundamental Anos Iniciais, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 05/2016-PMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 01/03/2016 Válido até: 01/03/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unit.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL - Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, limpa e de odor característico. - O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato dessa licitação. - Validade de 45 dias após a data de entrega do produto. - Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container em que será descarregado o produto com as seguintes informações: Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade. - Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754:2014. - A primeira entrega é obrigatória a empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ). Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicosEspecificações Cloro ativo (% em massa como Cl)Mínimo 10 % Densidade1,16 -1,20 g/cm³ pH (direto) 11,00 - 13,00 AspectoLíquido limpo amarelado Chumbamento Ferro Máx 3,0 mg/L Hidróxidos (% em massa como NaOH)Menor ou igual a 0,5% QUIMISA S.A. (10295) PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	1,4900	1
					0	1,5000	2
					0	1,5900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016			Data do Registro: 01/03/2016		Válido até: 01/03/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	<p>SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água.</p> <ul style="list-style-type: none">- O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato.- Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container ao qual será descarregado o produto com as seguintes informações: <p>Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade.</p> <ul style="list-style-type: none">- Validade de 09 meses após a data de entrega do produto.- Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754:2014..- A primeira entrega é obrigatória à empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ). <p>Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:</p> <p>Parâmetros físico-químicos Unidade/Especificação</p> <p>Alumínio Total solúvel em água (em massa como Al_2O_3) %Maior ou igual a 7,50</p> <p>Ferro Total solúvel em água (em massa como Fe_2O_3) %Menor ou igual a 0,005</p> <p>Acidez livre (em massa como H_2SO_4)%Menor ou igual a 0,50</p> <p>Basicidade (em massa como Al_2O_3)%Menor ou igual a 0,20</p> <p>Resíduo insolúvel em água (em massa)%Menor ou igual a 0,20</p> <p>pH-Máximo 1,80</p> <p>Oxido de Alumínio Livre (Al_2O_3)-Ausente</p> <p>Densidade/gcm³1,250 a 1,340</p> <p>Concentração de Sulfato de Alumínio ($Al_2(SO_4)_3$)%igual ou maior que 47</p>	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	1,2100	1
			PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	1,2200	2
			QUIMISA S.A. (10295)		0	1,2500	3

Nota:

O produto deverá estar em conformidade com a legislação Portaria da Saúde e ABNT 15784/2014 - Requisitos para produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

O lote de sulfato de alumínio deve ser aceito se atender a todas as características estabelecidas nestas Normas, ou a critério do comprador em acordo com o fornecedor.

Em caso de divergência nos resultados analíticos entre comprador e fornecedor, pode ser indicado um laboratório de comum acordo.

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 01/03/2016		Válido até: 01/03/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3 ÁCIDO FLUOSSILÍCICO
- Ácido Fluossilícico 20%, para fluoretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 291/411 do Ministério da Saúde. Produto na forma líquida, de aspecto visual incolor para tratamento de água.
- O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá expedir por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato dessa licitação.
- Validade de 09 meses após a data de entrega do produto.
- Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container ao qual será descarregado o produto com as seguintes informações:
Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade.
- Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754:2014.
- A primeira entrega é obrigatória à empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ).
Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:
Parâmetros físico-químicos/Especificações
Concentração (H2SiF6)Min. 20 %
Peso Molecular 144,0617 g/mol
Acidez livre como HF Máx 1,0 %
DensidadeMin 1,15 g/cm
Solubilidade em 100 mL água0,762 g
Fosfato (P2O5)Máx. 500 ppm
ChumboMáx 20 ppm
CádmioMáx 10 ppm
CromoMáx 30 ppm

KG BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)

0 2.5000 1

4 CAL HIDRATADA para tratamento de água
- Cal hidratada para correção de pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 291/411 do Ministério da Saúde.
- Embalado em sacos resistentes com capacidade de 20 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade.

KG BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)

0 1,1900 1

Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:
Parâmetros físico-químicos Unidade Especificação
Material retido em peneira de 100 mesh: ? 2,2%?/Menor ou igual a 2
Hidróxido de Cálcio Ca(OH)2?/Maior ou igual a 90,00
Carbonato de cálcio (CaCO3)?/Menor ou igual a 5,00
Hidróxido de Magnésio Mg(OH)2?/Menor ou igual a 2,20

QUIMISA S.A. (10295)

0 1,2000 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 4/2016						Data do Registro: 01/03/2016		Válido até: 01/03/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016

PROCESSO Nº 13/2016

- (10251) - BUSCHLE & LEPPER S.A.
- (10295) - QUIMISA S.A.
- (12554) - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Schroeder, 1 de Março de 2016.

ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2016-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2016 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2016 Data do Processo: 05/02/2016
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marechal Castelo Branco, trecho 1 - estaca 00 à 57, Bairro Itoupava-Açu/Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.190m e área total de 12.021,50m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 1 de Março de 2016, às 13:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2016, Licitação nº 1/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise das propostas comerciais. Foi recebido o parecer da análise das propostas comerciais do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 22/2016-PROJUR. O parecer da análise das propostas do setor de engenharia constata que foi constatado apenas erros de arredondamento nas planilhas das propostas das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. os quais não comprometem a proposta apresentada. O Parecer da Procuradoria nº 22/2016-PROJUR traz que em sua conclusão o "deferimento do parecer apresentando pelo setor de engenharia, mantendo assim os valores das tabelas". Constatando então vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor total de R\$ 943.369,68. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 22/2016-PROJUR e do setor de engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1

Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marechal Castelo Branco, trecho 1 - estaca 00 à 57, Bairro Itoupava-Açu/Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.190m e área total de 12.021,50m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais	UN	1,00		0,0000	943.369,68	943.369,68

Total do Participante ———> 943.369,68

Total Geral ———> 943.369,68

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	TOMADA DE PREÇO	
	Nr.: 1/2016 - TP	
	Processo Administrativo:	8/2016
	Processo de Licitação:	05/02/2016
Data do Processo:		
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 1 de Março de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Andreia Nass Friedemann	-	- Membro
Walter Egidio Mukai	-	- Membro
Daniela Samulescki	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	-	- Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1028

DECRETO Nº 1028, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

Reajusta a Tabela de Preços dos Serviços Credenciados constantes no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 027, de 18 de junho de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Cláusula Terceira – Do Reajustamento, da minuta do Termo de Credenciamento constante no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 27, de 18 de junho de 2014, destinado a contratação de profissionais e serviços especializados na área de Saúde Pública no Fundo Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica reajustado o Anexo "C", Tabela de Preços dos Serviços Credenciados do Edital de Chamamento Público 27, de 18 de junho de 2014, em 11,30906%, correspondente a variação verificada de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC do IBGE, cujos valores são os constantes no Anexo que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. O reajuste estabelecido no presente artigo incidirá sobre o Anexo "C", da Tabela de Preços dos Serviços em vigor, constante do Edital de Chamamento Público nº 27, de 18 de junho de 2014.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Seara - SC, em 29 de fevereiro de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de fevereiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1029

DECRETO Nº 1029, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

Reajusta a Tabela de Preços dos Serviços Credenciados constantes no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 044, de 1º de outubro de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Cláusula Terceira – Do Reajustamento da minuta do Termo de Credenciamento constante no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 44, de 1º de outubro de 2014, destinado a contratação de profissionais e serviços especializados na área de Saúde Pública no Fundo Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica reajustado o Anexo "C", Tabela de Preços dos Serviços Credenciados do Edital de Chamamento Público 44, de 1º de outubro de 2014, em 11,30906%, correspondente a variação verificada de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC do IBGE, cujos valores são os constantes no Anexo que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. O reajuste estabelecido no presente artigo incidirá sobre o Anexo "C", da Tabela de Preços dos Serviços em vigor, constante do Edital de Chamamento Público nº 44, de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos à partir de 1º de março de 2016.

Seara - SC, em 29 de fevereiro de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 29 de fevereiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1030

DECRETO Nº 1030, de 01 de março de 2016.

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 42.230,34

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "b", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 10 SECRETARIA M. ASSISTÊNCIA SOCIAL DES COMUNITÁRIO

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.095 – Gestão das Ações e atividades do Serviço de Proteção Social Básica PSB

Modalidade: 188 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0112– Aplicações Diretas R\$ 2.743,85

Modalidade: 189 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0748 – Aplicações Diretas R\$ 179,12

Modalidade: 190 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0749 – Aplicações Diretas R\$ 11.262,79

Projeto Atividade: 2.096 – Gestão das Ações e atividades do Serviço de Proteção Social Especial – Média Complexidade

Modalidade: 191 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0101– Aplicações

Diretas R\$ 7.716,50

Projeto Atividade: 1.058 – Equipamentos, material permanente e veículos para modernização das ações do Órgão Gestor
Modalidade: 196 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0130– Aplicações Diretas R\$ 4.218,95

Projeto Atividade: 2.099 – Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor
Modalidade: 192 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0212– Aplicações Diretas R\$ 314,31
Modalidade: 193 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0766–Aplicações Diretas R\$ 10.175,96
Modalidade: 194 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0781– Aplicações Diretas R\$ 600,00

Projeto Atividade: 2.100 – Gestão das Políticas e Ações de Benefícios Eventuais
Modalidade: 195 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0211– Aplicações Diretas R\$ 305,66

Unidade: 07 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Projeto Atividade: 2.044 – Gestão das Políticas Sociais e Parcerias da Infância e da Adolescência
Modalidade: 187 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0203– Aplicações Diretas R\$ 4.713,20
TOTAL
R\$ 42.230,34

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fontes Financiadoras:

Fonte 0.3.0101 – FNAS – APAE - Sup. Financeiro
.....R\$ 7.716,50
Fonte 0.3.0112 – FNAS RBF/PAIF - Sup. Financeiro
.....R\$ 2.743,85
Fonte 0.3.0130 – IGD-PBF - Sup. Financeiro
.....R\$ 4.218,95
Fonte 0.3.0203 – FIA Lei Federal 9250 (IRPF) - Sup. Financeiro
.....R\$ 4.713,20
Fonte 0.3.0211 – FEAS/Benefícios Eventuais - Sup. Financeiro
.....R\$ 305,66
Fonte 0.3.0212 – FNAS/IGD SUAS - 2012 - Sup. Financeiro
.....R\$ 314,31
Fonte 0.3.0748 – FEAS/Proteção Básica - Sup. Financeiro
.....R\$ 179,12
Fonte 0.3.0749 – FMAS/SCFV - Sup. Financeiro
.....R\$ 11.262,79
Fonte 0.3.0766 – FMAS/ACESSUAS - Sup. Financeiro
.....R\$ 10.175,96
Fonte 0.3.0781 – FNAS/BPC - Sup. Financeiro
.....R\$ 600,00
TOTAL GERALR\$ 42.230,34

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 01 de março de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1031

DECRETO Nº 1031, de 01 de março de 2016

Reajusta as tarifas dos serviços de Transporte Coletivo Urbano.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com as disposições do Edital de Concorrência Pública nº 109/2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados em 7,28 % (sete vírgula vinte e oito por cento) os valores estabelecidos pelo Decreto nº 942, de 09 de setembro de 2015, que referem-se às tarifas dos serviços de Transporte Coletivo Urbano nos trajetos concedidos através da Concorrência Pública nº 109/2007, passando a vigorar com os seguintes valores:

I - passagem em geral R\$ 2,81

II - passagem para estudante R\$ 2,25

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Seara-SC, 01 de março de 2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2016

Vanderci Almeida Ramos
Secretário de Administração

PORTARIAS 171/2016 E 172/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 171/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Funções Municipais e da outras providências, resolve, Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 31 de maio a 29 de julho de 2016, a Licença Maternidade da servidora Patrícia Fatima Begnini, matrícula 213503, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor – 20h, Ensino Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Seara - SC, 29 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 29 de fevereiro de 2016
Vanderci Almeida Ramos
Secretário da Administração

Portaria nº. 172/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Michele Maria Jakobiuk, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Atendente de Unidade Sanitária, Anexo I – Grupo A - Serviços Administrativo, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 01 de

março de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 29 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 29 de fevereiro de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2016 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº. 004/2016 - FMS

Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 - FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 15/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de repelentes. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 01 de março de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2016

Processo Licitatório nº. 022/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 015/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 15/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de brinquedos destinados as atividades da Secretaria de Educação. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 1º de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 1028 - ANEXO**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 027/2014 – FMS
ANEXO "C"****TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS****(Valores estabelecidos pelo Decreto nº 1.028, de 29 de fevereiro de 2016)**

SERVIÇOS CREDENCIADOS	VALOR DO SERVIÇO
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, SC, para fins de atendimento a nível de consultas ginecológicas e obstetrícias, na Secretaria Municipal de Saúde, em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 150 (cento e cinquenta) consultas.	R\$ 68,23 por consulta.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de psiquiatria, em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 128 (cento e vinte e oito) consultas.	R\$ 52,32 por consulta.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de oftalmologia, em local e horário previamente pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 30 (vinte) consultas.	R\$ 133,57 por consulta.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de ortopedista em local e horário previamente pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas mais emergências.	R\$ 189,23 por consulta.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de Otorrinolaringologia em local e horário previamente pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas.	R\$ 133,57 por consulta.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de Cardiologia em local e horário previamente agendado pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas e procedimentos necessários sendo:	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**

a) Laudos de ECG realizados em Seara:	a) R\$ 27,83.
b) Consultas com Cardiologia em Seara:	b) R\$ 144,70.
c) Ecocardiograma a ser realizado na cidade de Chapecó:	c) R\$ 166,96.
d) Laudo de ECG realizados realizado em Chapecó:	d) R\$ 27,83.
e) Teste de Esteira realizado na cidade de Chapecó:	e) R\$ 90,00
f) Consulta com realização de Laudo de ECG:	f) R\$ 130,00
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de gastroenterologista em local e horário previamente pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 5 (cinco) consultas e 20 (vinte) endoscopias.	R\$ 133,57 por consulta. R\$ 189,23 por endoscopia.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, comprovadamente desprovido de recursos financeiros para fins de cirurgia de adenóide, amígdala e septoplastia previamente agendada pelo setor técnico da mesma. O agendamento ocorrerá após um estudo sócio econômico do departamento de assistência social do Município para provar a carência e o desprovimento de recursos financeiros e homologado o atendimento pelo Conselho Municipal de Saúde do Município de Seara-SC.	R\$ 1.625,57 por cirurgia de adenóide. R\$ 1.863,49 por cirurgia de amígdala. R\$ 2.111,96 por cirurgia de septoplastia.
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de psiquiatria no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com uma média mensal com aproximada de até 20 (vinte) horas relógio. A escala mensal será definida pela Secretaria Municipal de Saúde.	R\$ 169,97 por hora/relógio.

Seara/SC, 29 de fevereiro de 2016

**Registra-se Publica-se
Em 29 de fevereiro de 2016**

Laci Grígolo
Prefeita Municipal

Vanderci Almeida Ramos
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1029 - ANEXO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 044/2014 – FMS
ANEXO "C"**

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

(Valores estabelecidos pelo Decreto nº 1029, de 29 de fevereiro de 2016)

1 – ODONTOLOGIA			
Ordem	Tipo de Procedimento	Código	Valor
1.1	Conserto de prótese	03.07.04.008-9	R\$ 57,88
1.2	Prótese parcial removível com grampo removível, confeccionadas em estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico.	07.01.07.009-9	R\$ 356,19
1.3	Prótese parcial removível provisória elaborada a partir de modelos de gesso, confeccionadas de grampos de fio de ortodontia, resina acrílica termo ativada e com 7 a 10 dentes de acrílico.	07.01.07.011-0	R\$ 298,31
1.4	Prótese total mandibular removível inferior elaborada a partir de modelos de gesso confeccionadas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico.	07.01.07.012-9	R\$ 311,67
1.5	Prótese total maxilar removível superior elaborada a partir de modelos de gesso confeccionadas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico.	07.01.07.013-7	R\$ 311,67
2 - ORTESES OCULARES			
Ordem	Tipo de Procedimento	Valor	
2.1	Óculos monófoba +/- 4, cilindro até 2.0, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 150,27	
2.2	Óculos monofocal acima de +/4 e cilindro acima de 2.0, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 222,62	
2.3	Óculos multifocal, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 333,93	
2.4	Óculos bifocal, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 244,88	
2.5	Lente oftalmológica monofocal +/- 4, cilindro até 2.0. (par), em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 50,09	
2.6	Lente oftalmológica monofocal acima de +/4 e cilindro acima de 2.0. (par), em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 89,05	
2.7	Armação de metal ou acetato.	R\$ 110,20	

Seara/SC, 29 de fevereiro de 2016

Restra-se e Publica-se

Em, 29 de fevereiro de 2016

Vanderci Almeida Ramos

Secretário Municipal de Administração

Laci Grígolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2016

DECRETO Nº 038/2016, DE 01 DE MARÇO 2016.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal da Indústria e Comércio do Município de Serra Alta/SC".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 40 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei 1.029/2015, de 27/05/2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal da Indústria e Comércio do Município de Serra Alta – SC:

I – Representante do Poder Executivo;

Delmar Frantz – Titular;

Ana Cláudia Lauxen Zuzeliski – Suplente;

II – Representante da ACISA – Associação Comercial e Industrial de Serra Alta;

Vantuir de Moraes – Titular;

Henrick Zorzi - Suplente;

III – Representante do setor Imobiliário, Contabilistas e Advogados;

Lauro De Ávila e Silva – Titular;

Clair Fatima Andreis – Suplente;

IV – Representante do depto. de Saúde e da Vigilância Sanitária do Município de Serra Alta;

Rafael Marin – Titular;

Renato Odair De Almeida – Suplente;

V – Representante do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

Roberto Flávio Prior - Titular;

Valmir Senhor – Suplente;

VI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Olintho Ficcagna - Titular

Saule Johann - suplente

VII - Membros de Instituições Financeiras locais.

Rafael Tapia – Titular

Nedio Cerejo - Suplente

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando o DECRETO Nº 038/2016, DE 01 DE MARÇO 2016, e as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de Março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

O Prefeito do município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Srº. FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2016 e conforme DECRETO Nº 037/2016 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016, que homologa o resultado oficial dos classificados.

DETERMINA

I – CONVOCAR o(s) candidato(s) a seguir relacionados aprovados no referido Processo Seletivo Público Municipal, pela ordem de classificação, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, situada anexa a Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, 830, para preenchimento da vaga, conforme previsto no Edital, no período do dia 01 de março de 2016 á 10 de março de 2016, no horário de expediente (7:30 hs ás 11 :30hs e das 13 :30hs ás 17:30hs).

ELAINE LUFT PELICOLI - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MARINA FLOSS - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MARILEI LUBENOW SENHOR - PROFESSOR II

II – DETERMINA que o candidato convocado apresente cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber :

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Endereço/ fone;
- Carteira nacional de Habilitação, com a categoria exigida.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; número do PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (Atestado Médico).
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

III – COMUNICAR que o não comparecimento no prazo previsto implicará na desclassificação automática, tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta, Gabinete do Prefeito, 01 de março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde.

Entrega dos Envelopes será: 08:30 horas do dia 21 de Março de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de Março de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 02 de Março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 -FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Próteses Dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde aos munícipes Serraltenses que necessitam, atendendo ao Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, nos termos da legislação municipal vigente.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 22 de Março de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 22 de Março de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 02 de Março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO DE SERRA ALTA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016 – FMS – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 – FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICO para uso no pronto atendimento e na manutenção qualificada dos serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal, buscando garantir o melhoramento da saúde bucal dos munícipes Serraltenses.

Entrega dos Envelopes será: 08:30 horas do dia 23 de Março de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23 de Março de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

serraalta.sc.gov.br/

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 02 de Março de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA Nº. 018/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEIVA PROVENSI PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, por prazo determinado para atender o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Neiva Provensi
CPF:	026.697.099-07
RG:	11.017.504-3
CARGO:	Auxiliar de Serviços Gerais
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
LEI AUTORIZATIVA:	Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, Art. 1º, inciso III, e Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso IV “desenvolvimento e implantação de programas ou atividades de interesse público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de ser um programa eventual, onde os recursos são oriundos do Governo Federal, criado por uma lei específica, e seus cargos não constarem no Plano de Cargos e Remuneração do Município.
VIGÊNCIA:	01/03/2016 a 30/11/2016

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Março de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIA Nº. 019/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SOLANGE REINHEIMER PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ARTESANATO, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2015 do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, por prazo determinado para atender o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Solange Reinheimer
CPF:	037.006.579-43
RG:	4.378.763
CARGO:	Professora de Artesanato
CARGA HORÁRIA:	20 Horas
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social
LEI AUTORIZATIVA:	Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, Art. 1º, inciso III, e Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso IV "desenvolvimento e implantação de programas ou atividades de interesse público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de ser um programa eventual, onde os recursos são oriundos do Governo Federal, criado por uma lei específica, e seus cargos não constarem no Plano de Cargos e Remuneração do Município.
VIGÊNCIA:	01/03/2016 a 30/11/2016

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Março de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIA Nº. 020/2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CINARA MICHELS CARNEIRO PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, por prazo determinado para atender o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Cinara Michels Carneiro
CPF:	007.562.560-11
RG:	6.645.390
CARGO:	Professor II
CARGA HORÁRIA:	20 Horas
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	Lei Municipal nº. 680/2005 de 09/12/2005, Art. 1º, inciso III, e Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso IV "desenvolvimento e implantação de programas ou atividades de interesse público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de ser um programa eventual, onde os recursos são oriundos do Governo Federal, criado por uma lei específica, e seus cargos não constarem no Plano de Cargos e Remuneração do Município.
VIGÊNCIA:	01/03/2016 a 30/11/2016

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Março de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 01

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.833.048,11	0,00
Pessoal Ativo	27.561.748,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	271.299,62	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	692.552,75	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	692.552,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	27.140.495,36	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.039.566,99	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	27.140.495,36	52,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.101.366,17	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.696.297,87	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.291.229,56	48,60

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 02

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.105.313,02	5.645.207,70	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.700.719,17	5.240.613,85	0,00	0,00
Interna	5.700.719,17	5.240.613,85	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P;	404.593,85	404.593,85	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.818.244,60	5.126.994,21	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.299.107,44	8.760.031,43	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.480.862,84	3.633.037,22	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.287.068,42	518.213,49	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.189.087,70	52.039.566,99	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	12,16%	10,85%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	6,55%	1,00%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.226.905,24	62.447.480,39	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.204.214,72	56.202.732,35	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.700.719,17	5.240.613,85	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.499.064,40	1.691.402,07	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.470.297,58	1.665.950,49	0,00	0,00
Previdenciárias	1.470.297,58	1.665.950,49	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	28.766,82	25.451,58	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.201.654,77	3.549.211,78	0,00	0,00
Interna	4.201.654,77	3.549.211,78	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	548.881,50	524.596,49	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	336.778,07	18.173.076,14	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

FONTE:

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 03**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.189.087,70	52.039.566,99	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.041.599,29	11.448.704,74	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.937.439,36	10.303.834,26	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito MunicipalJOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de FinançasREMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 04

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	218.600,41	218.600,41
Parcelamentos de Dívidas	218.600,41	218.600,41
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	218.600,41	218.600,41
Previdenciárias	218.600,41	218.600,41
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	52.039.566,99	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.326.330,72	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.493.697,65	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.642.769,69	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	218.600,41	0,42

FONTE:

SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienação de Bens - Outros Compensação Financeira Recursos Minerais - CFEM Contribuição COSIP Convênio Trânsito - Civil Convênio Trânsito - P Militar Convênio Trânsito - Prefeitura FIA Demais Recursos Recursos do FUNREBOM Superávít Financeiro - Alien. de Bens - Outros Prog Superávít Financeiro - CEFEM Superávít Financeiro - Convênios Educação Superávít Financeiro - COSIP Superávít Financeiro - FNDE/PNAE Superávít Financeiro - FNDE/PNATE Superávít Financeiro - FUNREBOM Superávít Financeiro - Outros Convênios Superávít Financeiro - Salário Educação Superávít Financeiro - Transp. Escolar Estado Superávít Financeiro - SUS Estado/Atenção Básica Superávít Financ. - SUS/Estado/COFIN. PSF Superávít Financeiro - Transf. de Rec. do FNAS - PBVA-SCFV Superávít Financeiro - SUS/Qualif. da Gestão Superávít Financeiro - Fonte 601 FUNDAM Superávít Financeiro - Recur. Destinados a Prog. de Educ.- PAR Superávít Financeiro - SUS / PAB Superávít Financeiro - Conv. Trânsito Militar	14.002,90 (2.724,86) (47.393,23) 3.119,75 7.854,83 7.448,42 504,91 (5.907,71) 855.227,67 2.895,74 412.910,83 173.411,16 123,25 42,76 63.366,68 26.033,38 92.948,86 25.348,26 6.816,24 13.672,16 13.815,58 372,11 1.003.602,23 72.153,30 5.217,58 37.478,40	4.352,91 0,00 0,00 0,00 3,00 0,00 522,26 0,00 0,0								

Continua 1/7

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/7

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Superávit Financeiro - Conv. Transito P. Civil	165.218,79	0,00	116,99	0,00	23,01	165.078,79	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Conv. Transito Prefeitura	19.795,27	0,00	0,00	0,00	0,00	19.795,27	2.600,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS/Auxílios Eventuais	307,85	0,00	0,00	0,00	0,00	307,85	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - IGD/SUAS	1.914,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.914,48	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - IGDBF	17.959,30	0,00	0,00	0,00	0,00	17.959,30	2.500,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - PFMC II (Sentinela)	8.664,59	0,00	0,00	0,00	0,00	8.664,59	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS/Acessuas	58.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.024,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS/PBF (Paif)	7.531,99	0,00	0,00	0,00	0,00	7.531,99	3.749,90	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 501 DEFESA CIVIL	407.143,49	0,00	0,00	0,00	0,00	407.143,49	407.143,49	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 502 Contr. 0342893-23/2010 Vida N	35.641,92	0,00	0,00	0,00	0,00	35.641,92	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 503 Contr. 0352366-56/2011 S. Ped	14.598,29	0,00	0,00	0,00	314,64	14.283,65	14.283,65	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 507 CEF - CONV 0396033-52 ANTC	118.733,04	0,00	0,00	0,00	0,00	118.733,04	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 508 CEF - CONV PATRULHA MEC/	3.553,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.553,68	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR GERAL MC	102.525,06	0,00	39.321,94	0,00	1.219,65	61.983,47	61.983,47	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 603 COLHETA DE MILHO	438,79	0,00	0,00	0,00	0,00	438,79	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 604 REC DE ESTRADAS	78,67	0,00	0,00	0,00	0,00	78,67	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 606 MINICARREGADEIRA	9.792,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9.792,80	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 607 AQUIS CAMINHÃO	2.868,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868,69	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 608 ROGÉRIO VALERIM	235,51	0,00	0,00	0,00	0,00	235,51	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 609 VEICULOS AGRICULTURA	789,93	0,00	0,00	0,00	0,00	789,93	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 611 PAV. DE ESTRADAS I	214,57	0,00	0,00	0,00	0,00	214,57	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 612 AQUIS.4 ACADEMIAS	2.757,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.757,71	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 613 VEICULO CULTURA	70,59	0,00	0,00	0,00	0,00	70,59	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 615 ALCIDES J AMORIM E OUTRA	216.514,65	0,00	0,00	0,00	0,00	216.514,65	216.514,65	0,00
Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica - PROGRAMA SAUD	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica - Requalificação de U	36.148,21	0,00	0,00	0,00	0,00	36.148,21	0,00	0,00

Continua 2/7

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
							(a)			
	Superávit Financeiro - SUS Estado CEO	33.491,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.491,15	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS Investimentos - Unid. Básica de Saúde	685.556,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685.556,62	389.839,63	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/Ações Estruturantes	6.746,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.746,75	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/Farmácia Básica	91,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91,69	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/MAC	16.609,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.609,39	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/SAMIU	4.123,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.123,38	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/V. Epid. - TFS	66.688,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.688,19	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS/VS - Piso Estratégico	3.867,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.867,07	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - TRANSF. CONV. SAÚDE	107.939,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.939,64	0,00	0,00
	Superávit Financeiro / SUS Estado Farmácia Básica	1.363,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363,64	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - Atenção Básica - PMAQ	64.976,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.976,19	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. C	63.536,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.536,42	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - Investimentos Atenção Básica	974,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	974,01	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - MAC - Teto Rede Cegonha	20.380,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.380,18	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - MAC Teto Rede Brasil Sem Miséria (I	9.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.200,00	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS - PROG SAÚDE NA ESCOLA - Sema	1.188,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,30	0,00	0,00
	Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica Variável - PMAQ	5.471,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.471,47	0,00	0,00
	SUS - Investimentos (Estruturação da Rede Atenção Básica)	23,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,79	0,00	0,00
	SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. Odonto CEO)	1.355,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355,89	0,00	0,00
	SUS Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica	30.326,95	0,00	21.324,62	0,00	0,00	0,00	9.002,33	76.696,13	0,00
	SUS Atenção Básica - PAB Fixo	(240,63)	250,00	20.642,20	0,00	0,00	0,00	(21.132,83)	88.026,81	0,00
	SUS Atenção Básica - Prog Melhoria do Acesso e Qualidade (PM	90.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.600,00	0,00	0,00
	SUS Atenção Básica - Requalificação de UBS	21.396,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.396,04	221.644,92	0,00
	SUS Estado - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	609,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609,74	0,00	0,00
	SUS Estado - Cofinanciamento PSF	(13.010,50)	0,00	13.845,00	0,00	0,00	0,00	(26.855,50)	98.194,50	0,00
	SUS Estado - Cofinanciamento PSF Fonte 44 Ajuste 2014	2.524,44	2.524,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 37

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	(b)	Do Exercício	(c)					(d)
SUS Estado - Farmácia Básica		4.522,55	0,00	11.903,51	0,00	0,00	(7.380,96)	92.549,51	0,00	0,00	
SUS Estado - Prog. DST/AIDS		354,71	0,00	0,00	0,00	0,00	354,71	0,00	0,00	0,00	
SUS Gestão do SUS - Qualificação da gestão do SUS		4,27	0,00	0,00	0,00	0,00	4,27	0,00	0,00	0,00	
SUS Investimentos - Unid. Básica de Saúde-UBS		(234.469,84)	0,00	10.000,00	0,00	1.327,98	(245.797,82)	1.176.296,50	0,00	0,00	
SUS MAC - FAEC SIA - Mamografia para Rastreamento		(4.118,21)	0,00	11.657,18	0,00	492,82	(16.268,21)	0,00	0,00	0,00	
SUS MAC - SAMU		(4.638,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.638,64)	0,00	0,00	0,00	
SUS MAC - Teto MAC Ambulatorial e Hospitalar		9.279,04	0,00	8.485,92	0,00	180,13	612,99	48.498,72	0,00	0,00	
SUS MAC - Teto Rede Brasil Sem Miséria (BSOR-SM)		(20.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.000,00)	35.000,00	0,00	0,00	
SUS Vigilância em Saúde - PFVISA/Ações Estruturantes de Vigilância		(2.088,00)	0,00	112,60	0,00	0,00	(2.200,60)	4.544,90	0,00	0,00	
SUS Vigilância em Saúde - PFVISA/Plano Estratégico/Gerenciamento		821,21	0,00	1.085,14	0,00	21,69	(285,62)	2.435,50	0,00	0,00	
SUS Vigilância em Saúde - Vig. Epid./PFVPS		2.861,31	0,00	7.029,47	0,00	907,36	(5.075,52)	722,60	0,00	0,00	
Transf. de Convênios - Estado/Educação		781,49	0,00	0,00	0,00	0,00	781,49	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios - Estado/Saúde		2.490,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.490,43	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios - União/Educação		266.725,71	0,00	0,00	0,00	0,00	266.725,71	44.838,03	0,00	0,00	
Transf. de Convênios - União/Outros		(77.805,43)	75.806,31	0,00	0,00	13.884,15	(172.812,86)	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 601 FUNDAM		26.283,04	0,00	0,00	0,00	0,00	26.283,04	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 602 NEREU RAMOS		186.555,99	0,00	87.070,68	0,00	4.586,25	94.899,06	93.824,54	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 603 COLHETA DE MILHO		12,76	0,00	0,00	0,00	0,00	12,76	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 604 REC DE ESTRADAS		9,22	0,00	0,00	0,00	0,00	9,22	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 605 ACADEMIAS		12,01	0,00	12,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 606 MINICARREGADEIRA		169,21	0,00	0,00	0,00	0,00	169,21	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 607 AQUIS CAMINHÃO		88,97	0,00	0,00	0,00	0,00	88,97	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 608 ROGÉRIO VALERIM		83,23	0,00	0,00	0,00	0,00	83,23	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 610 PAV. DE RUAS		1,64	0,00	98.992,89	0,00	6.982,98	(105.974,23)	30.205,26	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 611 PAV. DE ESTRADAS I		34.034,64	0,00	0,00	0,00	0,00	34.034,64	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Convênios Estado - Fonte 612 AQUIS.4 ACADEMIAS		87,53	0,00	0,00	0,00	0,00	87,53	0,00	0,00	0,00	

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 47

R\$ 1,00

Continua 47

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 57
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Transf. de Convênios Estado - Fonte 613 VEICULO CULTURA	0,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 614 ELIAS B DE OLIVEIRA	803,37	0,00	0,00	0,00	0,00	803,37	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 615 ALCIDES JAMORIM E	2.792,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2.792,75	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 618 AQUIS DE 01 ACADEM	21,49	0,00	0,00	0,00	0,00	21,49	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 619 PAV. DE ESTRADAS II	17.333,36	0,00	0,00	0,00	0,00	17.333,36	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 501 DEFESA CIVIL	12.816,73	0,00	0,00	0,00	0,00	12.816,73	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 503 Contr. 0352366-56/2011	178.971,55	0,00	144.138,13	0,00	5.237,13	29.596,29	996.848,69	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 505 Conv FUNASA Esgoto S	1.021,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,94	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 506 Conv CEF -CALÇADÃO	146.250,00	0,00	8.330,04	0,00	261,14	137.658,82	283.908,82	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 507 CEF - CONV 0396033-5;	1.424,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424,75	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 508 CEF - CONV PATRULH	42,51	0,00	0,00	0,00	0,00	42,51	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR GEI	1.203,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.203,73	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 510 RETIRO DA UNIÃO TRE	0,00	0,00	3.164,20	0,00	170,12	(3.334,32)	596.665,68	0,00
Transf. de Rec. do FNAS - PBVA-SCFV	(15.361,95)	0,00	9.680,11	0,00	236,25	(25.278,31)	57.161,76	0,00
Transf. de Rec. do FNAS/PBF (Paf)	18.981,08	564,31	2.801,88	0,00	77,00	15.537,89	6.165,46	0,00
Transf. de Recur. Destinados a Prog. de Educ.- PAR	(224.703,40)	38.639,73	134.630,54	0,00	4.174,36	(402.148,03)	3.913.514,20	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - ACESSUAS	235,07	0,00	0,00	0,00	0,00	235,07	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PFMC II (Sentinela)	(627,69)	0,00	1.156,11	0,00	2.192,82	(3.976,62)	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PVMC/PETI	0,00	0,00	1.535,64	0,00	0,00	(1.535,64)	25.889,73	0,00
Transf. de Recursos FNAS - IGD/SUAS	245,60	0,00	0,00	0,00	0,00	245,60	1.745,60	0,00
Transf. do Estado para o Transporte Escolar	(22.143,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.143,92)	142.507,66	0,00
Transf. dos Estados - FIMAS / Auxílios Eventuais	2.395,30	1.647,50	0,00	0,00	0,00	747,80	0,00	0,00
Transferências de Recursos - CIDE	109,82	0,00	1.495,00	0,00	0,00	(1.385,18)	375,40	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - PNAE	25.503,88	0,00	28.650,42	0,00	0,00	(3.146,54)	274.273,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - PNATE	487,99	0,00	5.722,50	0,00	0,00	(5.234,51)	48,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - Salário Educação	275.262,22	604,00	19.246,67	0,00	131,07	255.280,48	240.246,14	0,00

Continua 57

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/7
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	(4.642,52)	0,00	45,80	0,00	0,00	(4.688,32)	26.599,13	0,00
Transferências do FUNBED - 40% Outras Destinações Educação	1.545.820,52	9.521,00	0,00	28.000,00	0,00	1.508.299,52	874.517,31	0,00
Transferências do FUNBED - 60% Profissionais do Magistério	(140.425,61)	0,00	155.786,02	0,00	190.283,92	(486.495,55)	474,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	7.256.731,20	134.435,46	970.252,97	67.917,53	224.301,94	5.859.823,30	12.318.659,19	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	(10.305,52)	5.570,00	30.915,18	0,00	0,00	(46.790,70)	42.635,39	0,00
Recursos Ordinários	1.040,70	1.040,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Orçamento Municipal	1.939.248,18	907.887,95	492.857,45	3.536,04	113.931,18	421.035,56	3.371.899,18	0,00
Recursos Ordinários SAMAE	334.400,86	11.580,90	189.825,23	12.307,12	10.560,48	110.127,13	534.671,85	0,00
Recursos Próprios - Ensino	(126.061,27)	197.340,58	70.455,18	0,00	48.441,56	(442.298,59)	378.349,21	0,00
Recursos Próprios - SAÚDE	(936.839,73)	169.551,02	405.384,44	5.400,00	108.024,52	(1.625.199,71)	1.329.355,88	0,00
Suerávít Financeiro - FEP	12.716,78	0,00	0,00	0,00	0,00	12.716,78	0,00	0,00
Suerávít Financeiro - FNDE/PDDE	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,00
Superávít Financeiro - Ordinários SAMAE	116.563,71	0,00	0,00	0,00	0,00	116.563,71	0,00	0,00
Superávít Financeiro - Recursos Ordinários	22.125,11	20.773,32	0,00	0,00	0,00	1.351,79	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - PDDE	304,80	0,00	0,00	0,00	0,00	304,80	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.353.193,88	1.313.744,47	1.189.437,48	21.243,16	280.957,74	(1.452.188,97)	5.656.911,51	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.609.925,08	1.448.179,93	2.159.690,45	89.160,69	505.259,68	4.407.634,33	17.975.570,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continuação 6/7

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

Continuação 77
R\$ 1,00

RGF 1 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 06

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	52.039.566,99	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	27.140.495,36	52,15
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	28.101.366,17	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	26.696.297,87	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	518.213,49	1,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	62.447.480,39	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.448.704,74	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.326.330,72	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.642.769,69	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	17.975.570,70	4.407.634,33

FONTE:

SOMBRIÓ, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 01

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.039.500,52	0,00
Pessoal Ativo	28.757.312,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	282.188,36	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	525.445,88	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	525.445,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.514.054,64	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.241.014,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.514.054,64	52,57
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.290.147,59	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.825.640,21	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.361.132,83	48,60

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
 Coord Sistema Controle Interno

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 02

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.105.313,02	5.645.207,70	5.146.323,66	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	0,00
Interna	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P;	404.593,85	404.593,85	404.593,85	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.818.244,60	5.126.994,21	1.035.376,80	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.299.107,44	8.760.031,43	5.742.428,53	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.480.862,84	3.633.037,22	4.707.051,73	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.287.068,42	518.213,49	4.110.946,86	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.189.087,70	52.039.566,99	54.241.014,06	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	12,16%	10,85%	9,49%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	6,55%	1,00%	7,58%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.226.905,24	62.447.480,39	65.089.216,87	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.204.214,72	56.202.732,35	58.580.295,18	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.499.064,40	1.691.402,07	1.505.914,33	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.470.297,58	1.665.950,49	1.483.777,99	0,00
Previdenciárias	1.470.297,58	1.665.950,49	1.483.777,99	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	28.766,82	25.451,58	22.136,34	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.201.654,77	3.549.211,78	3.235.815,48	0,00
Interna	4.201.654,77	3.549.211,78	3.235.815,48	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	548.881,50	524.596,49	543.851,39	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	336.778,07	18.173.076,14	19.538.928,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

FONTE:

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 03**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.189.087,70	52.039.566,99	54.241.014,06	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.041.599,29	11.448.704,74	11.933.023,09	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.937.439,36	10.303.834,26	10.739.720,78	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito MunicipalJOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de FinançasREMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 04

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	218.600,41
Parcelamentos de Dívidas	0,00	218.600,41
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	218.600,41
Previdenciárias	0,00	218.600,41
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.241.014,06	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.678.562,25	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.810.706,02	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.796.870,98	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	218.600,41	0,40

FONTE:

SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de Bens - Outros	39.516,02	4.352,91	601,78	0,00	0,00	34.561,33	14.625,08	0,00
Compensação Financeira Recursos Minerais - CFEM	(2.363,13)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.363,13)	510,00	0,00
Contribuição COSIP	55.258,58	0,00	1.466,59	0,00	296,62	53.495,37	73.623,41	0,00
Convênio Transf. - Civil	36.998,53	0,00	179,90	0,00	7,61	36.811,02	14.400,00	0,00
Convênio Transf. - P Militar	33.154,38	3,00	0,00	0,00	0,00	33.151,38	0,00	0,00
Convênio Transf. - Prefeitura	30.951,37	0,00	12.411,00	0,00	0,00	18.540,37	44.093,18	0,00
Recursos do FUNREBOM	41.940,65	0,00	0,00	0,00	0,00	41.940,65	16.530,15	0,00
Suerávit Financeiro - Alien. de Bens - Outros Prog	606.797,18	0,00	39.516,14	0,00	0,00	567.281,04	465.984,74	0,00
Suerávit Financeiro - CEFEM	2.435,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,29	0,00	0,00
Suerávit Financeiro - Convênios Educação	370.113,57	0,00	59.176,29	0,00	1.442,48	309.494,80	144.527,95	0,00
Suerávit Financeiro - COSIP	104.856,98	0,00	0,00	0,00	0,00	104.856,98	1.544,92	0,00
Suerávit Financeiro - FNDE/PNAE	12,13	0,00	0,00	0,00	0,00	12,13	0,00	0,00
Suerávit Financeiro - FNDE/PNATE	42,76	0,00	0,00	0,00	0,00	42,76	0,00	0,00
Suerávit Financeiro - FUNREBOM	40.407,56	0,00	2.013,57	0,00	30,27	38.363,72	7.332,19	0,00
Suerávit Financeiro - Outros Convênios	26.033,38	0,00	0,00	26.033,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Suerávit Financeiro - Salário Educação	54.854,80	0,00	8.449,99	0,00	738,05	45.666,76	17.760,00	0,00
Suerávit Financeiro - Transp. Escolar Estado	21.727,26	0,00	0,00	0,00	0,00	21.727,26	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Estado/Atenção Básica	4.017,29	0,00	0,00	0,00	0,00	4.017,29	0,00	0,00
Superávit Financ. - SUS/Estado/COFIN. PSF	1.955,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.955,04	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Transf. de Rec. do FNAS - PBVA-SCFV	4.746,34	0,00	48,88	0,00	101,41	4.596,05	4.029,41	0,00
Superávit Financeiro - SUS/Qualid. da Gestão	372,11	0,00	0,00	0,00	0,00	372,11	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 601 FUNDAM	803.979,35	0,00	134.368,01	0,00	1.011,85	668.599,49	668.599,49	0,00
Superávit Financeiro - Recur. Destinados a Prog. de Educ.- PAR	21.917,57	0,00	0,00	0,00	0,00	21.917,57	2.940,00	0,00
Superávit Financeiro - Conv. Transf. Militar	18.375,53	0,00	494,72	0,00	19,15	17.861,66	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Conv. Transf. P. Civil	154.790,98	0,00	7.293,02	0,00	33,16	147.464,80	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Conv. Transf. Prefeitura	10.538,25	0,00	0,00	0,00	0,00	10.538,25	7.242,41	0,00

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Superávit Financeiro - FIMAS/Auxílios Eventuais	307,85	0,00		0,00	0,00	0,00	307,85	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - IGD/SUAS	1.914,48	0,00		0,00	0,00	0,00	1.914,48	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - IGDBF	10.836,43	0,00		0,00	0,00	122,41	10.714,02	8.310,48	0,00
Superávit Financeiro - FNAS - PFMC II (Sentinela)	8.664,59	0,00		0,00	0,00	0,00	8.664,59	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS/Acessuas	58.024,00	0,00		0,00	0,00	0,00	58.024,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - FNAS/PPBF (Paif)	1.334,52	0,00		10,80	0,00	0,00	1.323,72	571,24	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 502 Contr. 0342893-23/2010 Vida N	35.641,92	0,00		0,00	0,00	0,00	35.641,92	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 503 Contr. 0352368-56/2011 S. Pedit	14.283,65	0,00		0,00	0,00	0,00	14.283,65	14.283,65	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR. GERAL MC	61.983,47	0,00		0,00	0,00	0,00	61.983,47	61.983,47	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 603 COLHETA DE MILHO	438,79	0,00		0,00	0,00	0,00	438,79	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 606 MINICARREGADEIRA	9.792,80	0,00		0,00	0,00	0,00	9.792,80	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 607 AQUIS CAMINHÃO	2.868,69	0,00		0,00	0,00	0,00	2.868,69	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 608 ROGÉRIO VALERIM	235,51	0,00		0,00	0,00	0,00	235,51	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 609 VEICULOS AGRICULTURA	789,93	0,00		0,00	0,00	0,00	789,93	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 612 AQUIS.4 ACADEMIAS	2.757,71	0,00		0,00	0,00	0,00	2.757,71	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 613 VEICULO CULTURA	70,59	0,00		0,00	0,00	0,00	70,59	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica - PROGRAMA SAUD	1.200,00	0,00		0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Estado CEO	22.641,15	0,00		0,00	0,00	0,00	22.641,15	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Investimentos - Unid. Básica de Saúd	544.850,85	0,00		24.159,07	0,00	750,70	519.941,08	224.224,09	0,00
Superávit Financeiro - SUS/Ações Estruturantes	6.746,75	0,00		0,00	0,00	0,00	6.746,75	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/Farmácia Básica	91,69	0,00		0,00	0,00	0,00	91,69	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/MAC	2.056,71	0,00		0,00	0,00	109,87	1.946,84	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/SAMU	4.123,38	0,00		0,00	0,00	0,00	4.123,38	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/V. Epid. - TFVS	25.601,15	0,00		1.654,01	0,00	903,15	23.043,99	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/V.S - Piso Estratégico	2.979,38	0,00		254,65	0,00	0,00	2.724,73	2.628,16	0,00
Superávit Financeiro - TRANSF. CONV. SAÚDE	27.939,64	0,00		0,00	0,00	0,00	27.939,64	0,00	0,00

Continua 2/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 3/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Superavit Financeiro / SUS Estado Farmácia Básica	1.363,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363,64	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - Atenção Básica - PMAQ	64.301,19	0,00	29,70	0,00	0,00	64.271,49	2.085,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. C	63.536,42	0,00	0,00	0,00	0,00	63.536,42	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - Investimentos Atenção Básica	974,01	0,00	0,00	0,00	0,00	974,01	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - MAC - Teto Rede Cegonha	20.380,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.380,18	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - MAC Teto Rede basíl Sem Miséria (f	9.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.200,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS - PROG SAUDE NA ESCOLA - Sema	1.188,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,30	0,00	0,00
Superavit Financeiro - SUS Atenção Básica Variável - PMAQ	5.471,47	0,00	0,00	0,00	0,00	5.471,47	0,00	0,00
SUS - Investimentos (Estruturação da Rede Atenção Básica)	53,65	0,00	0,00	0,00	0,00	53,65	0,00	0,00
SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. Odonto CEO)	3.077,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3.077,69	0,00	0,00
SUS Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica	(66,24)	0,00	13.057,29	0,00	0,00	(13.123,53)	15.675,31	0,00
SUS Atenção Básica - PAB Fixo	2.761,78	0,00	11.300,54	0,00	0,00	(8.538,76)	38.857,96	0,00
SUS Atenção Básica - Prog Melhoria do Acesso e Qualidade (PM	160.697,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.697,00	10.393,00	0,00
SUS Atenção Básica - Requalificação de UBS	1.761,74	0,00	39.107,04	0,00	0,00	(37.345,30)	162.903,58	0,00
SUS Estado - Atenção Básica EXAMES	1.903,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.903,92	0,00	0,00
SUS Estado - Cofinanciamento PSF	17.146,35	0,00	0,00	0,00	0,00	17.146,35	71.037,00	0,00
SUS Estado - Farmácia Básica	1.871,48	0,00	55.299,57	0,00	0,00	(53.428,09)	8.867,75	0,00
SUS Estado - Prog. DST/AIDS	621,74	0,00	0,00	0,00	0,00	621,74	0,00	0,00
SUS Gestão do SUS - Qualificação da gestão do SUS	18,73	0,00	0,00	0,00	0,00	18,73	0,00	0,00
SUS Investimentos - Unid. Básica de Saúde-UBS	(229.946,76)	0,00	10.000,00	0,00	1.327,98	(241.274,74)	1.172.980,45	0,00
SUS MAC - FAEC SIA - Mamografia para Rastreamento	0,00	0,00	4.575,79	0,00	194,21	(4.770,00)	0,00	0,00
SUS MAC - SAMU	6.943,66	0,00	3.290,73	0,00	0,00	3.652,93	0,00	0,00
SUS MAC - Teto MAC Ambulatorial e Hospitalar	34.035,45	0,00	19.057,66	0,00	692,90	14.284,89	23.448,14	0,00
SUS MAC - Teto Rede Brasil Sem Miséria (BSOR-SM)	(20.103,41)	0,00	9.793,18	0,00	206,82	(30.103,41)	15.000,00	0,00
SUS Vigilância em Saúde - PFVISA/Ações Estruturantes de Vigilâ	(4.200,60)	0,00	28,80	0,00	0,00	(4.229,40)	2.544,90	0,00
SUS Vigilância em Saúde - PFVISA/Plano Estratégico/Gerendame	2.227,03	0,00	690,92	0,00	17,58	1.518,53	1.018,50	0,00

Continua 3/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF - ANEXO 5					Continuação 4/6	R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos				
		(a)	(b)	(c)	(d)			
SUS Vigilância em Saúde - Vig. Epid./PFVPS	16.222,80	0,00	4.824,19	0,00	289,81	11.108,80	1.784,52	0,00
Transf. de Convênios - União/Educação	(236.134,33)	0,00	0,00	0,00	0,00	(236.134,33)	44.838,03	0,00
Transf. de Convênios - União/Outros	17.083,33	74.826,27	0,00	13.884,15	4,01	(71.631,10)	0,00	0,00
Transf. de Convênios - União/Saúde	2.055,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.055,92	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 601 FUNDAM	53.466,42	0,00	0,00	0,00	0,00	53.466,42	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 602 NEREU RAMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495.918,27	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 603 COLHETA DE MILHO	26,27	0,00	0,00	0,00	0,00	26,27	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 606 MINICARREGADEIRA	703,48	0,00	0,00	0,00	0,00	703,48	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 607 AQUIS CAMINHÃO	200,69	0,00	0,00	0,00	0,00	200,69	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 608 ROGÉRIO VALERIM	187,74	0,00	0,00	0,00	0,00	187,74	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 609 VEICULOS AGRICULTURAIS	33,70	0,00	0,00	0,00	0,00	33,70	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 610 PAV. DE RUAS	100.000,56	0,00	66.970,30	0,00	0,00	33.030,26	30.205,26	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 611 PAV. DE ESTRADAS II	34.000,10	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,10	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 612 AQUIS.4 ACADEMIAS	197,44	0,00	0,00	0,00	0,00	197,44	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 613 VEICULO CULTURA	1,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1,83	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 614 ELIAS B DE OLIVEIRA	827,41	0,00	0,00	0,00	0,00	827,41	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 615 ALCIDES JAMORIM E	7,03	0,00	0,00	0,00	0,00	7,03	113.796,63	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 618 AQUIS DE 01 ACADEMIA	48,48	0,00	0,00	0,00	0,00	48,48	0,00	0,00
Transf. de Convênios Estado - Fonte 619 PAV. DE ESTRADAS II	34.686,63	0,00	0,00	0,00	0,00	34.686,63	61.814,59	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 501 DEFESA CIVIL	14.406,18	0,00	270.442,22	0,00	1.614,79	(257.650,83)	697.792,05	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 502 Contr. 0342893-23/2010	3.384,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.384,77	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 503 Contr. 0352366-56/2011	47.926,83	0,00	530,24	0,00	0,00	47.396,59	996.848,69	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 505 Conv FUNASA Esgoto S	1.390,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390,04	0,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 506 Conv CEF -CALÇADÃO	159.080,89	0,00	54.894,75	0,00	1.755,20	102.430,94	235.850,05	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 507 CEF - CONV 0396033-5	23.862,52	0,00	0,04	0,00	0,00	23.862,48	64.988,63	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR GEI	4.627,38	0,00	0,00	0,00	0,00	4.627,38	0,00	0,00

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transf. de Convênios União - Fonte 510 RETIRO DA UNIÃO TRE	232,64	0,00	0,00	0,00	0,00	232,64	599.956,50	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 512 CEF-1012435-29 Pav O	0,00	0,00	21.335,54	0,00	337,53	(21.673,07)	2.267.105,75	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 513 CEF-1017742-60 Implan	93.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	93.877,82	290.095,43	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 514 FUNASA - Implantação S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799.000,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 515 CEF-1016385-93/2014 F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	394.200,00	0,00
Transf. de Convênios União - Fonte 516 CEF-1007272-86/2013 F	0,00	0,00	119.827,50	0,00	0,00	(119.827,50)	359.775,00	0,00
Transf. de Rec. do FNAS - PBVA-SOFV	1.117,44	149,90	14.129,63	0,00	453,61	(13.615,70)	27.209,41	0,00
Transf. de Rec. do FNAS/PBF (Pafif)	53.491,19	0,00	2.417,51	0,00	158,74	50.914,94	9.098,56	0,00
Transf. de Recur. Destinados a Prog. de Educ.- PAR	5.755,89	18.434,56	463.795,02	0,00	8.906,83	(485.380,52)	3.071.721,48	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - ACESSUAS	1.800,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,08	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PFWC II (Sentinela)	11.824,44	0,00	1.390,08	0,00	2.249,39	8.184,97	0,00	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PVMC/PETI	4.922,89	0,00	654,60	0,00	0,00	4.268,29	6.700,73	0,00
Transf. de Recursos FNAS - IGD/SUAS	(552,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	(552,02)	934,50	0,00
Transf. do Estado para o Transporte Escolar	(10.263,06)	0,00	0,00	0,00	1.312,21	(11.575,27)	64.308,26	0,00
Transf. dos Estados - FIMAS / Auxílios Eventuais	2.138,05	630,00	0,00	0,00	0,00	1.508,05	0,00	0,00
Transferências de Recursos - CIDE	4.157,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.157,04	211,40	0,00
Transferências de Recursos do FNAS - PTMC/PPD	3.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.792,00	25.566,80	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - PNAE	155,68	0,00	42.399,74	0,00	0,00	(42.244,06)	102.507,77	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - PNATE	24.022,86	0,00	0,00	0,00	0,00	24.022,86	21.749,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE - Salário Educação	128.195,56	444,00	100.632,78	0,00	2.392,03	24.726,75	322.638,07	0,00
Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	(5.330,79)	0,00	450,00	0,00	0,00	(5.780,79)	3.942,25	0,00
Transferências do FUNBED - 40% Outras Destinações Educação	2.662.275,97	9.521,00	22.688,27	28.000,00	24.255,24	2.577.811,46	417.132,05	0,00
Transferências do FUNBED - 60% Profissionais do Magistério	(1.998.793,88)	0,00	166.900,61	0,00	208.268,47	(2.373.962,96)	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.737.917,73	108.361,64	1.812.612,66	67.917,53	280.004,08	2.489.021,82	15.848.245,29	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	440,06	4.940,00	55.254,80	0,00	344,51	(60.099,25)	9.160,42	0,00
Recursos Ordinários	1.040,70	1.040,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 5/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 6/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos Ordinários - Orçamento Municipal	2.906.520,65	793.795,87	760.893,25	3.536,04	121.308,70	1.226.986,79	2.072.746,29	0,00
Recursos Ordinários SAMAE	58.552,15	8.872,94	164.280,77	12.307,12	13.199,91	(140.108,59)	299.796,52	0,00
Recursos Próprios - Ensino	(178.116,26)	195.302,45	88.103,10	0,00	14.945,41	(476.467,22)	280.787,79	0,00
Recursos Próprios - SAÚDE	(2.033.021,19)	149.551,79	480.157,07	5.400,00	100.841,13	(2.768.971,18)	858.825,01	0,00
Superávit Financeiro - Ordinários SAMAE	58.763,63	0,00	38.100,39	0,00	531,22	20.132,02	17.336,68	0,00
Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	22.125,11	20.773,32	0,00	0,00	0,00	1.351,79	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	836.304,85	1.174.277,07	1.586.789,38	21.243,16	251.170,88	(2.197.175,64)	3.538.652,71	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.574.222,58	1.282.638,71	3.399.402,04	89.160,69	511.174,96	291.846,18	19.386.898,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 2 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 06

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	54.241.014,06	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.514.054,64	52,57
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	29.290.147,59	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27.825.640,21	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	4.110.946,86	7,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	65.089.216,87	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.933.023,09	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.678.562,25	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.796.870,98	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	19.386.898,00	291.846,18

FONTE:

SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 01

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.454.768,42	0,00
Pessoal Ativo	30.166.489,21	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	288.279,21	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	660.914,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	582.440,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	78.473,33	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	29.793.854,19	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.265.758,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	29.793.854,19	54,90
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.303.509,61	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.838.334,13	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.373.158,65	48,60

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
 Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
 Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
 Coord Sistema Controle Interno

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 02

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.105.313,02	5.645.207,70	5.146.323,66	5.689.856,23
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	5.299.147,07
Interna	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	5.299.147,07
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P;	404.593,85	404.593,85	404.593,85	390.709,16
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.818.244,60	5.126.994,21	1.035.376,80	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.299.107,44	8.760.031,43	5.742.428,53	3.757.628,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.480.862,84	3.633.037,22	4.707.051,73	5.188.529,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.287.068,42	518.213,49	4.110.946,86	5.689.856,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.189.087,70	52.039.566,99	54.241.014,06	54.265.758,54
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	12,16%	10,85%	9,49%	10,49%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	6,55%	1,00%	7,58%	10,49%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.226.905,24	62.447.480,39	65.089.216,87	65.118.910,25
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.204.214,72	56.202.732,35	58.580.295,18	58.607.019,22

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.700.719,17	5.240.613,85	4.741.729,81	5.299.147,07
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.499.064,40	1.691.402,07	1.505.914,33	2.681.729,15
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.470.297,58	1.665.950,49	1.483.777,99	2.661.911,84
Previdenciárias	1.470.297,58	1.665.950,49	1.483.777,99	1.379.684,90
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	1.282.226,94
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	28.766,82	25.451,58	22.136,34	19.817,31
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.201.654,77	3.549.211,78	3.235.815,48	2.617.417,92
Interna	4.201.654,77	3.549.211,78	3.235.815,48	2.617.417,92
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	1.430.901,09
DEPÓSITOS	548.881,50	524.596,49	543.851,39	752.718,41
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	336.778,07	18.173.076,14	19.538.928,00	800.785,03

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

FONTE:

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 03**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.189.087,70	52.039.566,99	54.241.014,06	54.265.758,54
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.041.599,29	11.448.704,74	11.933.023,09	11.938.466,88
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.937.439,36	10.303.834,26	10.739.720,78	10.744.620,19

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SOMBRIO, 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito MunicipalJOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de FinançasREMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 04

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	417.605,56	417.605,56
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	417.605,56	417.605,56
Interna	417.605,56	417.605,56
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	417.605,56	417.605,56
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	1.721.565,16	1.940.165,57
Parcelamentos de Dívidas	1.303.959,60	1.522.560,01
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.303.959,60	1.522.560,01
Previdenciárias	0,00	218.600,41
Demais Contribuições Sociais	1.303.959,60	1.303.959,60
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	417.605,56	417.605,56
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.265.758,54	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	417.605,56	0,77
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.682.521,37	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.814.269,23	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.798.603,10	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.357.771,13	4,34

FONTE:

SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	(b)			(c)				(d)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Alienação de Bens - Outros	257.900,77		4.352,91	12.215,62	0,00	0,00	241.332,24	15.226,86	0,00	
	36.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	
	397,48		0,00	270,00	0,00	0,00	127,48	0,00	0,00	
	85.244,53		0,00	64.455,16	0,00	27,41	20.761,96	0,00	0,00	
	67.903,67		0,00	0,00	0,00	55,26	67.848,41	0,00	0,00	
	53.156,49		3,00	7.871,47	0,00	35,29	45.246,73	0,00	0,00	
	22.648,14		0,00	0,00	0,00	0,00	22.648,14	0,00	0,00	
	115.391,87		0,00	911,04	0,00	0,00	114.480,83	0,00	0,00	
	346.090,94		0,00	35.419,11	0,00	0,00	310.671,83	217.935,06	0,00	
	2.233,87		0,00	2.233,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	52.327,51		0,00	0,00	0,00	0,00	52.327,51	0,00	0,00	
	5.864,09		0,00	5.864,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	12,13		0,00	0,00	0,00	0,00	12,13	0,00	0,00	
	42,76		0,00	0,00	0,00	0,00	42,76	0,00	0,00	
	17.062,46		0,00	1.147,51	0,00	45,37	15.869,58	0,00	0,00	
	26.033,38		0,00	0,00	26.033,38	0,00	0,00	0,00	0,00	
	21.762,50		0,00	20.679,58	0,00	1.082,92	0,00	0,00	0,00	
	26,91		0,00	0,00	0,00	0,00	26,91	0,00	0,00	
	179,50		0,00	102,50	0,00	77,00	0,00	0,00	0,00	
	372,11		0,00	0,00	0,00	0,00	372,11	0,00	0,00	
9,71		0,00	0,00	0,00	9,71	0,00	0,00	0,00		
532,95		0,00	0,00	0,00	0,00	532,95	0,00	0,00		
1.890,93		0,00	0,00	0,00	0,00	1.890,93	0,00	0,00		
3.690,01		0,00	0,00	266,38	0,00	3.330,13	850,00	0,00		
877,82		0,00	0,00	231,72	0,00	646,10	0,00	0,00		
35.641,92		0,00	0,00	0,00	0,00	35.641,92	0,00	0,00		

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/6

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Superávit Financeiro - Fonte 503 Contr. 0352386-56/2011 S. Pedi	14.283,65	0,00	0,00	0,00	0,00	14.283,65	14.283,65	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR. GERAL MC	61.983,47	0,00	0,00	0,00	0,00	61.983,47	61.983,47	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 603 COLHETA DE MILHO	438,79	0,00	0,00	0,00	0,00	438,79	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 606 MINICARREGADEIRA	9.792,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9.792,80	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 607 AQUIS CAMINHÃO	2.868,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868,69	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 608 ROGÉRIO VALERIM	235,51	0,00	0,00	0,00	0,00	235,51	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 609 VEICULOS AGRICULTURA	789,93	0,00	0,00	0,00	0,00	789,93	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 612 AQUIS.4 ACADEMIAS	2.757,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.757,71	0,00	0,00
Superávit Financeiro - Fonte 613 VEICULO CULTURA	70,59	0,00	0,00	0,00	0,00	70,59	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica - PROGRAMA SAUD	467,53	0,00	0,00	0,00	0,00	467,53	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Estado CEO	22.641,15	0,00	0,00	0,00	0,00	22.641,15	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Investimentos - Unid. Básica de Saúd	188.059,15	0,00	1.661,36	0,00	0,00	186.397,79	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/Ações Estruturantes	2.017,35	0,00	759,00	0,00	0,00	1.258,35	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/Farmácia Básica	91,69	0,00	0,00	0,00	0,00	91,69	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS/VS - Piso Estratégico	662,43	0,00	0,00	0,00	0,00	662,43	0,00	0,00
Superávit Financeiro - TRANSF. CONV. SAUDE	27.939,64	0,00	0,00	0,00	0,00	27.939,64	0,00	0,00
Superávit Financeiro / SUS Estado Farmácia Básica	1.363,64	0,00	1.363,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS - Atenção Básica - PMAQ	2.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.535,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. C	63.536,42	0,00	0,00	0,00	0,00	63.536,42	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS - Investimentos Atenção Básica	974,01	0,00	0,00	0,00	0,00	974,01	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS - MAC - Teto Rede Cegonha	20.380,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.380,18	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS - PROG SAUDE NA ESCOLA - Sema	318,30	0,00	0,00	0,00	0,00	318,30	0,00	0,00
Superávit Financeiro - SUS Atenção Básica Variável - PMAQ	1.971,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.971,47	0,00	0,00
SUS - Investimentos (Estruturação da Rede Atenção Básica)	85,55	0,00	0,00	0,00	0,00	85,55	0,00	0,00
SUS - Investimentos (Impl. Ações e Serv. Odonto CEO)	4.927,21	0,00	0,00	0,00	0,00	4.927,21	0,00	0,00
SUS Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica	13.003,12	0,00	11.971,87	0,00	0,00	1.031,25	0,00	0,00

Continua 2/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	(b)	Do Exercício	(c)					(d)
							(a)				
	Transf. de Convênios Estado - Fonte 613 VEICULO CULTURA	3,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,05	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios Estado - Fonte 614 ELIAS B DE OLIVEIRA	853,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853,09	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios Estado - Fonte 615 ALCIDES J AMORIM E	9.452,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.452,36	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios Estado - Fonte 618 AQUIS DE 01 ACADEM	77,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,30	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios Estado - Fonte 619 PAV. DE ESTRADAS II	1.337,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,84	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 501 DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	228.755,28	0,00	2.262,71	(231.017,99)	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 502 Contr. 0342893-23/2010	5.533,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.533,34	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 503 Contr. 0352366-56/2011	49.682,24	0,00	0,00	530,24	0,00	0,00	49.152,00	44.758,58	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 505 Conv FUNASA Esgoto S	2.282,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282,15	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 506 Conv CEF - CALÇADÃO	11.575,49	0,00	0,00	59.858,08	0,00	1.990,15	(50.272,74)	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 507 CEF - CONV 0396033-5;	24.587,36	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	24.587,32	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 509 CEF - PAVIM. ESTR GEI	6.730,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.730,23	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 510 RETIRO DA UNIÃO TRE	241,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241,71	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 511 CEF-1017791-10 Centro	265.034,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.034,53	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 512 CEF-1012435-29 Pav Ci	104.180,86	0,00	0,00	182.397,06	0,00	1.469,97	(79.686,17)	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 513 CEF-1017742-60 Implan	6.954,07	0,00	0,00	2.064,85	0,00	105,75	4.783,47	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 514 FUNASA - Implantação S	30.322,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.322,03	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 515 CEF-1016385-93/2014 F	204.087,08	0,00	0,00	184.297,86	0,00	9.000,93	10.788,29	0,00	0,00	
	Transf. de Convênios União - Fonte 516 CEF-1007272-86/2013 F	117.759,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.759,04	0,00	0,00	
	Transf. de Rec. do FNAS - PBVA-SCFV	409,22	0,00	0,00	0,00	0,00	390,79	18,43	0,00	0,00	
	Transf. de Rec. do FNAS/PBF (Paif)	9.297,37	0,00	0,00	5.840,31	0,00	517,73	2.939,33	0,00	0,00	
	Transf. de Recur. Destinados a Prog. de Educ.- PAR	11.697,65	18.434,56	0,00	1.000.851,17	0,00	30.339,45	(1.037.927,53)	0,00	0,00	
	Transf. de Recursos do FNAS - PFMC II (Sentinela)	6.469,20	0,00	0,00	3.062,45	0,00	2.920,06	466,69	0,00	0,00	
	Transf. de Recursos do FNAS - PVMC/PETI	10.097,16	0,00	0,00	187,00	0,00	0,00	9.910,16	0,00	0,00	
	Transf. de Recursos FNAS - IGD/SUAS	613,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613,22	0,00	0,00	
	Transf. do Estado - FIMAS / COFINANC PROTEÇÃO SOCIAL BÁ	26.073,66	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	20.573,66	0,00	0,00	

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIÓ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Transf. do Estado para o Transporte Escolar	173,01	0,00	0,00	0,00	0,00	173,01	0,00	0,00	
Transferências de Recursos - CIDE	231,76	0,00	142,50	0,00	0,00	89,26	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNAS - PTMC/PPD	350,27	0,00	3.652,40	0,00	0,00	(3.302,13)	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNDE - PNAE	54.238,34	0,00	54.238,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNDE - PNATE	12.254,50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.254,50	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do FNDE - Salário Educação	12.845,98	444,00	10.748,59	0,00	502,36	1.151,03	0,00	0,00	
Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	9.228,66	0,00	160,87	0,00	0,00	9.067,79	0,00	0,00	
Transferências do FUNBED - 40% Outras Destinações Educação	132.015,18	0,00	122.494,18	0,00	0,00	9.521,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNBED - 60% Profissionais do Magistério	75.716,95	0,00	14.236,00	0,00	61.480,95	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.217.640,89	98.031,61	2.416.389,62	39.917,53	123.240,21	540.061,92	415.706,06	0,00	
Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.157,50	0,00	2.157,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	1.040,70	1.040,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários - Orçamento Municipal	398.316,66	65.635,17	1.139.128,29	376,04	181.311,96	(988.134,80)	273.396,45	0,00	
Recursos Ordinários SAMAE	44.929,07	3.382,94	293.409,11	12.307,12	19.883,16	(284.053,26)	3.977,12	0,00	
Recursos Próprios - Ensino	0,00	3.036,00	476.492,60	0,00	253.270,76	(732.799,36)	46.004,71	0,00	
Recursos Próprios - SAÚDE	54.649,05	10.250,00	662.450,71	5.400,00	174.838,14	(798.289,80)	3.700,00	0,00	
Superávit Financeiro - Ordinários SAMAE	17.299,24	0,00	17.125,06	0,00	174,18	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	21.595,11	0,00	0,00	0,00	0,00	21.595,11	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	539.987,33	83.344,81	2.590.763,27	18.083,16	629.478,20	(2.781.682,11)	327.078,28	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	3.757.628,22	181.376,42	5.007.152,89	58.000,69	752.718,41	(2.241.620,19)	742.784,34	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 5/6

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 6/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

RGF 3 QUADRIMESTRE 2015 - ANEXO 06

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		54.265.758,54	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		29.793.854,19	54,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		29.303.509,61	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		27.838.334,13	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		5.689.856,23	10,49
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		65.118.910,25	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		11.938.466,88	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		417.605,56	0,77
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		8.682.521,37	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.798.603,10	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		742.784,34	(2.241.620,19)

FONTE:

SOMBRIO , 01/03/2016

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO
Secretário de Finanças

REMI DA SILVA SCHEFFER
Coord Sistema Controle Interno

Sul Brasil

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE ERRATA EM LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº.011/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2016

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Errata em relação a descrição do objeto/equipamento e nova data de abertura, que poderão ser analisados junto ao site do município www.sulbrasil.sc.gov.br/licitação.

Nova data de entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 17 de março de 2016

Abertura dos envelopes: 09:30 horas do dia 17 de março de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de março de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 016-2016

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 016/2016 com o Senhor VALMOR MANFRIN - CPF: 477.461.819-53, no valor de R\$ 7.800,00, para aquisição de 6.000M³ de cascalho para manutenção da malha rodoviária do Município de Tigrinhos/SC.

TIGRINHOS/SC, em 02 de Março de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

PORTARIA 045/2016

PORTARIA Nº. 045/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CARGO E REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. JANIR LUIZ BACH, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 035/2015 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a DENOMINAÇÃO DO CARGO E REMUNERAÇÃO do Servidor Municipal Sr. JANIR LUIZ BACH, passando a denominar-se SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 405/01, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de Março de 2016, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente (LC 035/2015 de 03/11/2015 - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 01 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de Março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

PORTARIA 046/2016

PORTARIA Nº. 046/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CARGO E REMUNERAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL SRA. VERA LÚCIA BACZINSKI OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 035/2015 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a DENOMINAÇÃO DO CARGO E REMUNERAÇÃO da Servidora Municipal Sra. VERA LÚCIA BACZINSKI, passando a denominar-se SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, matrícula nº 83/01, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de Março de 2016, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente (LC 035/2015 de 03/11/2015 - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 01 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de Março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

PORTARIA 047/2016

PORTARIA Nº. 047/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. MARIO BONETTO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 035/2015 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO do Servidor Municipal Sr. MARIO BONETTO, passando a denominar-se SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, matrícula nº 528/01, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de Março de 2016, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente (LC 035/2015 de 03/11/2015 - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC).

observada a redução de carga horária.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 01 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de Março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

PORTARIA 048/2016

PORTARIA Nº. 048/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. DILMAR JOSÉ SIMONETTI, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 035/2015 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO do Servidor Municipal Sr. DILMAR JOSÉ SIMONETTI, passando a denominar-se SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS, bem como responsável pelo Transporte Escolar, matrícula nº 515/01, 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de Março de 2016, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente (LC 035/2015 de 03/11/2015 - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC), observada a redução de carga horária.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 01 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de Março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

PORTARIA 049/2016

PORTARIA Nº. 049/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. SERGIO ORTOLAN, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 035/2015 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a DENOMINAÇÃO DO CARGO, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO do Servidor Municipal Sr. SERGIO ORTOLAN, passando a denominar-se SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, matrícula nº 396/03, 30 (trinta) horas semanais, a partir de 01 de Março de 2016, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente (LC 035/2015 de 03/11/2015 - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC), observada a redução de carga horária.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 01 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de Março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA ENVELOPE HABILITAÇÃO 2º COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015

PREFEITURA DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

Às 08h 30min do dia 01/03/2016 na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da empresa LADEHOFF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP, em vistas à Decisão de Desclassificação da empresa primeiro colocada – JP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM. Presentes a pregoeira SILVIA SAUL MUSEKA, designada pela Portaria nº. 1680/2015 e suas alterações publicadas no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006 e GUILHERME HENRIQUE LADEHOFF, representante da empresa convocada.

Dando início à sessão, a pregoeira conferiu a inviolabilidade e realizou a abertura do envelope da habilitação da empresa LADEHOFF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP, que, conforme documentos em anexo, mostrou-se em conformidade com as exigências do edital.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão às 08 h50 min, lavrando-se a presente ata que após lida, será pelos presentes assinada.

Assinantes	
Comissão do Pregão	Assinatura
SILVIA SAUL MUSEKA	
GUILHERME HENRIQUE LADEHOFF	

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão presencial Nº 02/2016 - FMAS

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) veículo 07 (sete) lugares especificado no Anexo I do edital, relacionado ao Convênio n.º 811764/2014, processo n.º 71001.047 643/2014-69 e proposta n.º 047385/2014, firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetivando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (Repetição Parcial Pregão Eletrônico n.º 04/2015 e n.º 06/2015 com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 15 de março de 2016. ABERTURA: dia 15 de março de 2016 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 01/03/2016

DEISE A. N. MENDES

Secretária de Assistência Social

CONVOCAÇÃO ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 25.2015 - LICISUL E FRONTAL

-MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes LICISUL COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 21.112.066/0001-43 e SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, CNPJ n.º 81.815.219/0001-40 a comparecer para assinatura dos respectivos Termos de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 25/2015, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 07/03/2016

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 14h às 17h.

Timbó, 01 de março de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 61 2015 - CONCRERIO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2015 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante CONCRERIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 95.854.352/0001-10; a comparecer para assinatura do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 61/2015, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 07/03/2016

HORÁRIO: das 08h às 12h e das 14h às 17h.

Timbó, 01 de março de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EDITAL 04-2016 - RECURSO DAS INSCRIÇÕES - FME

A COMISSÃO TÉCNICA dos programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico da Fundação Municipal de Esportes de Timbó (FME), nomeada através da Portaria 1475, de 26 de janeiro de 2015, torna público, em consonância com a Lei Municipal n. 2761, de 19 de dezembro de 2014, art. 19, III; c/c o Edital nº 01/2016, item 10.3, de 15 de fevereiro de 2015, o parecer quanto aos recursos apresentados pelo indeferimento das inscrições, conforme publicado no Edital nº 03/2016.

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA
CÂNDIDA GARCIA	JUDÔ	TÉCNICO

Análise: A técnica protocolou o recurso tempestivamente. Apresentou nas alegações que foi técnica de atleta de Timbó, na respectiva modalidade, nos Jogos Escolares de Santa Catarina. Juntou documentação comprobatória acerca do fato. Pelos documentos acostados verifica-se que resta atendido o item 3.3 do Edital nº 01/2016: "A participação e a obtenção da premiação de que tratam os itens anteriores deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Timbó ou através de entidades parceiras sediadas no Município, para as modalidades contempladas pela Fundação Municipal de Esportes – FME no ano de 2015."

Decisão Final: DEFERIDO

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA
AMANDA MARTINS CAMARGO	JUDÔ	ATLETA
Análise: A atleta protocolou o recurso tempestivamente. Apresentou nas alegações os motivos que a impediram de representar o município de Timbó em competições oficiais. Em que pesem suas justificativas, a candidata permanece sem atender ao que dispõe o item 3.1.5 do Edital nº 01/2016: "A participação e a obtenção da premiação de que tratam os itens anteriores deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Timbó (grifo nosso) ou através de entidades parceiras sediadas no Município, para as modalidades contempladas pela Fundação Municipal de Esportes – FME no ano de 2015."		
Decisão Final: INDEFERIDO		

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA
FRANCESCO MENGARDA	JUDÔ	ATLETA
Análise: O atleta, através de seu representante legal, protocolou o recurso tempestivamente. Apresentou nas alegações que foi de atleta de Timbó, na respectiva modalidade, nos Jogos Escolares de Santa Catarina. Juntou documentação comprobatória acerca do fato. Pelos documentos acostados verifica-se que resta atendido o item 3.1.5 do Edital nº 01/2016: "A participação e a obtenção da premiação de que tratam os itens anteriores deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Timbó ou através de entidades parceiras sediadas no Município, para as modalidades contempladas pela Fundação Municipal de Esportes – FME no ano de 2015."		
Decisão Final: DEFERIDO		

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA
JEAN PEDRO ROMINHUK	ATLETISMO	ATLETA
Análise: O atleta protocolou o recurso tempestivamente. Na solicitação alterou a natureza de sua bolsa, a qual passou para a categoria III. Assim sendo, restou atendido o item 3.1.3, alínea "d" DO Edital nº 01/2016: "Ter participado de competição no ano de 2015, tendo obtido a seguinte classificação: 1º ao 3º lugar no evento ou competição com abrangência mínima regional promovida pela Federação da respectiva modalidade ou pela FESPORTE ou que tenha obtido classificação para a fase estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, excluídos aqueles atletas que participaram do JASC sem a necessidade de classificação prévia."		
Decisão Final: DEFERIDO		

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA
THIAGO DA SILVA	JUDÔ	TÉCNICO

Análise: O técnico protocolou o recurso tempestivamente. Juntou ao recurso comprovante de inscrição válido junto ao CREF3/SC. Pelo documento acostado, que veio acompanhado de certidão negativa de débitos emitida pelo respectivo conselho verifica-se o atendimento ao item 3.2, alínea "c" do Edital nº 01/2016: "Possuir registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) em vigência e estar apto a coordenar equipes e/ou atletas da respectiva modalidade."

Decisão Final: DEFERIDO

Timbó, 01 de março de 2016.

Comissão Técnica dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

Jonas Weege
Representante da Secretaria Municipal de Educação

Márcio Elísio
Representante da Fundação Municipal de Esportes

Daniel Agostini Neto
Representante do Clube dos Universitários de Timbó

Flávio Strey
Representante da Associação dos Clubes de Caça e Tiro

EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.175 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/175

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Consórcio Anel Viário Timbó.

OBRA: gerenciamento, supervisão, fiscalização e apoio técnico das obras previstas no projeto, a supervisão ambiental e o desenvolvimento/elaboração dos projetos executivos e As Built, as readequações e demais estudos complementares, necessários a implantação do anel viário – Rua Araponguinhas - Edital de Concorrência nº 114/2013.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 31/05/2016.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 61.2015 PMT - CONCRERIO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 61/2015 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Concrerio Materiais de Construção Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 965 unidades ao item 12 (bloco de concreto 39cm x 19cm alt x 14cm esp.)

ATA DA ASSINATURA: 19/02/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 25.2015 PMT - LICISUL

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Licisul Comercial Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 262 pacotes ao item 26 (polvilho doce).

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 25.2015 PMT - SUPERMERCADO FRONTAL

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Supermercado Frontal.

OBJETO: Acréscimo de 562 caixas ao item 09 (café).

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

JULGAMENTO HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 13 2015 FMS - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA TIMBÓ E OASE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 13/2015 - FMS

Às quinze horas, do vigésimo nono dia, do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1832, de 04 de janeiro de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para julgamento do credenciamento para prestação de serviço de fisioterapia ambulatorial de acordo com as normas do SUS – Sistema Único de Saúde, do Processo Licitatório nº 13/2015 – FMS.

Em análise dos documentos juntados aos autos, aliado com o parecer expedido pelo Secretário Municipal de Saúde e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas CLÍNICA DE FISIOTERAPIA TIMBÓ LTDA ME e ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	PRISCILA MACEDO Membro

NOVA DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 38 2015 PMT

PROCESSO DE PREGÃO Nº. 38/2015

DECISÃO

Trata-se de pregão para aquisição de macadame que teve o andamento sobrestado em razão da propositura do mandado de segurança nº. 0301052-65.2015.8.24.0073 pela empresa Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda, por não concordar com a decisão do pregoeiro - fls. 113.

A sentença prolatada neste mandado de segurança foi nestes termos:

"...

Por meio da decisão de fls. 218/220 foi concedida a liminar postulada para suspender a tramitação do Edital n. 50/2015, bem como a decisão que desclassificou a impetrante do procedimento licitatório n. 38/2015 e anulou a respectiva Ata.

...

Assiste razão em parte à impetrante pois, segundo se observa dos autos, foi sumariamente considerada inabilitada por supostas irregularidades na documentação exigida no Edital, sem observação do contraditório e da ampla defesa.

Destarte, tratando-se de irregularidade acerca dos documentos tempestivamente apresentados, constatada após a declaração provisória da empresa impetrante como vencedora do pregão, caberia à Administração, antes da decisão de sua eliminação do certame e anulação da referida ata, oportunizar a defesa administrativa, com a respectiva notificação, fato que não ocorreu.

Segundo se observa dos autos, após parecer desfavorável da Procuradoria do Município em 5/5/2015 (fls. 175/176), o Pregoeiro decidiu pela inabilitação da impetrante em 7/5/2015 (fl.177), do que foi intimada na data de 11/5/2015 (fl. 178). No dia imediatamente seguinte, 12/5/2015, já foi publicado novo Edital de Pregão Presencial n. 50/2015, com o mesmo objeto do anterior (fl. 179).

Ressalte-se que, malgrado a impetrante tenha sido inabilitada do certame, sob argumento de impossibilidade de subcontratação, o edital posterior – nº 50/2015 – suprimiu tal exigência (item '1.4' do Edital nº 38/2015), situação que causa descompasso dentro das próprias regras da Administração como bem observou o douto Promotor de Justiça, em seu parecer(fls. 281/285).

...

Não se desconhece, no caso, a probabilidade de inabilitação da empresa impetrante com a conseqüente anulação da ata que a declarou vencedora e posterior modificação do procedimento licitatório, isso com base no Poder Discricionário do Administrador Público pautado pela conveniência e oportunidade, no qual o Judiciário não pode se Imiscuir sob pena de violação ao princípio constitucional da separação dos poderes, salvo em caso de ilegalidade.

Contudo, para desclassificar a impetrante do Pregão nº 38/2015 e repetir o processo licitatório, com alteração, como ocorreu, seja para oportunizar maior concorrência, seja para a obtenção de proposta mais vantajosa, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVERIA TER RESPEITADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, PARA SÓ DEPOIS PROFERIR A SUA DECISÃO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, COM A INDICAÇÃO DOS MOTIVOS, conforme preceptivos constantes no artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, in verbis:

...

Com efeito, no caso em apreço, os motivos da repetição total do Pregão n. 38/2015 não foram declinados no devido processo legal administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório. Pelos documentos carreados aos autos, não se constata que a impetrante tenha sido notificada para se manifestar previamente, sobretudo porque já havia sido declarada vencedora.

Assim, inobservados o contraditório e a ampla defesa, ficou evidenciado o direito líquido e certo violado, pelo que deve ser declarada a nulidade do ato administrativo que inabilitou a impetrante no procedimento licitatório, com a conseqüente suspensão do novo Pregão.

Contudo, não é possível determinar a contratação da impetrante, como esta pretende, uma vez que é possível a inabilitação, desde que os impetrados garantam à licitante o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal de 1988).

Diante de tais argumentos e atentando àqueles expostos pelo representante do Ministério Público (fls.281/285), a concessão em parte da segurança é medida que se impõe.

Ante o exposto, confirma-se a decisão liminar de fls. 218/220 no ponto que mantém a suspensão do Pregão n. 50/2015 até que se decida administrativamente sobre o Pregão n. 38/2015 e, no mérito, concede-se em parte a segurança para declarar a nulidade do ato administrativo que inabilitou a impetrante Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda. do Procedimento licitatório n. 38/2015 e, em consequência, restabelecer o "status quo ante", a fim de que a parte impetrada: a) instaure o devido processo legal, com fundamentação e motivação adequadas; e b) assegure à impetrante o direito ao contraditório e à ampla defesa. ..."

Buscando zelar pelo interesse público (aquisição de macadame, prejudicado face às contínuas intervenções judiciais) e no intuito de cumprir com a referida decisão judicial (em especial no que tange instaurar o devido processo legal e assegurar o contraditório/ampla defesa), as autoridades responsáveis pelo lançamento do certame expediram a Notificação de fls. 121, nestes termos:

"NOTIFICAÇÃO

CONSIDERANDO que o Município de Timbó realizou licitação sob a modalidade de Registro de Preço, objetivando o FORNECIMENTO DE MACADAME PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

CONSIDERANDO que na data de 19/05/2015 fora interposto o mandado de segurança nº. 0301052-65.2015.8.24.0073, tendo como impetrante a empresa de Vossa Senhoria, com o intuito de suspender o pregão nº. 50/2015 e manter sua habilitação no pregão nº. 38/2015 (que à época fora revogado através de decisão administrativa);

CONSIDERANDO que no mandado de segurança foi conferida a liminar em 20/05/2015 onde ficou determinada a suspensão do certame nº. 50/2015 e decisão do Sr. Pregoeiro no pregão nº. 38/2015;

CONSIDERANDO, que em 18/01/2016 foi registrada e publicada a sentença que manteve a segurança requerida, determinando que o Município oportunize o contraditório e a ampla defesa no procedimento nº. 38/2015 que inicialmente a empresa de Vossa Senhoria havia sido

habilitada sendo após desclassificada em razão da documentação apresentada;

RESOLVE o Município de Timbó, através das Secretarias requisitantes do pregão NOTIFICAR a empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA., para que, no prazo máximo e improrrogável de cinco (05) dias úteis do recebimento desta, querendo, promova a apresentação de defesa em face da decisão do Sr. Pregoeiro no pregão nº. 38/2015 que inabilitou a empresa em razão da documentação apresentada. Fica desde já ciente que a ausência de defesa no prazo legal ensejará na manutenção da decisão proferida."

Após ter sido notificada a empresa Terrabase apresentou Defesa Administrativa.

Apesar desta postura adotada pelas autoridades (notificação) ter o intuito de sanar a problemática relacionada ao devido processo legal/contraditório/ampla defesa, ao promover nova análise da decisão judicial em conjunto com a notificação e preliminar de defesa apresentada pela empresa, se constatou que esta última deixa margem a interpretação diversa do que foi determinado pela primeira, realidade que, salvo melhor juízo, não pode perdurar, sob pena de novo prejuízo aos interesses públicos e privados que envolvem a questão.

Ante o exposto, as autoridades administrativas responsáveis pelo certame (abaixo designadas) resolvem:- ANULAR a notificação de fls. 121 e todos os atos dela decorrentes, deixando, por conseguinte, de apreciar/analisar os termos da Defesa Administrativa apresentada pela Terrabase; - DETERMINAR a baixa dos autos ao pregoeiro que proferiu a decisão anulada, a fim de que proceda os atos necessários a regularidade do procedimento administrativo alusivo à revisão da decisão proferida na ata do certame, consubstanciada no parecer jurídico, em especial que expeça Notificação para dar ciência à referida empresa do teor do Parecer Jurídico que opinou pela sua inabilitação, oportunizando prazo de 5 dias para o exercício do contraditório/ampla defesa, e, somente após decorrido o prazo e/ou apresentado defesa, seja proferida manifestação/decisão pelo pregoeiro acerca da habilitação ou não da empresa no certame.

Publique-se.

Timbó/SC, 01 de março de 2016.

ORLEI ADAIZIR PEDRON
Sec. Obras e Serv. Urbanos

CARLA R. GEISLER
Diretora SAMAE e.e

MÁRCIA DA ROCHA
Sec. Des. Econômico

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS FIXADAS PARA O TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2015

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas, no Plenário desta Câmara Municipal, sob a direção da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, foi realizada a Audiência Pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro do ano de dois mil e quinze, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Reuniram-se em audiência pública a população do Município de Timbó, vereadores e representantes do Poder Executivo, conforme lista de presença anexa. Constatada a presença da maioria dos membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, com exceção do Vereador John Adriano Schwartz, o Presidente da Mesa Diretora, Vereador Douglas Emanuel Marchetti saudou aos presentes e declarou aberta audiência pública, passando a palavra à Presidente da Comissão, Vereadora Clarice Maristela Buzzi Bona que agradeceu à presença de todos e passou a palavra à representante do Poder Executivo, Senhora Maria Angélica Faggiani, Secretária de Administração e Finanças, e à Contadora do Município, Senhora Katia Gumz Howe, que fizeram uma explanação sobre a gestão financeira da Administração Municipal, referente ao terceiro quadrimestre do ano de dois mil e quinze, mencionando o orçamento previsto e o realizado, as despesas obrigatórias, as receitas e despesas do referido período e as metas de resultado nominal e primário, respondendo ainda as questões que lhe foram formuladas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão declarou encerrada a audiência pública, e, assim sendo, mandou lavrar a presente ata que segue assinada pelos integrantes da Comissão presentes.

Clarice Maristela Buzzi Bona Waldemar Gebauer
Presidente Membro

ATA PREGAO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2016

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, as nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº Bairro das Nações, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 08/2015, de 15/04/2015, para, na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93, realizar a sessão pública do Pregão Presencial 01/2016, objeto do Processo Licitatório nº 01/2016, destinado à contratação de serviços de transporte dos alunos integrantes do programa Câmara Mirim, conforme especificações do Anexo I do Edital. Iniciados os trabalhos, verificou-se que nenhum interessado compareceu ao certame, restando deserta a licitação. Nada mais havendo a tratar na sessão pública do Pregão Presencial nº 01/2016, o Pregoeiro encerrou os trabalhos com a lavratura desta ata que lida e achada conforme o ocorrido vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio. Esta ata será publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, site e mural da Câmara Municipal de Timbó.

Ailton Bertoldi
Pregoeiro
Equipe de apoio:
Ruben Parno
Ana Paula Manfrini
Éverton Bica Pedroso

Portaria nº 06/2016

Portaria Nº 0006/2016

Concede férias ao servidor Ruben Parno, advogado na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 01/08/2014 a 31/07/2015, ao servidor Ruben Parno, advogado na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 1 de março de 2016.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Portaria nº 07/2016

Portaria Nº 0007/2016

Concede férias à servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 12/01/2015 a 11/01/2016, à servidora Patrícia Xavier, assessora de comunicação na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º A servidora fruirá as férias concedidas por este ato no período de 15 a 24 de março de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 1 de março de 2016.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

01/2016HOMOLOGAÇÃO EXTRATO CONTRATO

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015

EXTRATO CONTRATO 14/2016

Pelo presente Instrumento de Contrato, o MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.492/0001-60, situada sito à Rua Santa Cecília, 385, no município de Timbó Grande, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Almir Fernandes, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.677.611-9 - SC, inscrito no CPF sob o nº 579.497.359.53, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob 03.393.652/0001-21, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DA RUA OSVALDINO NUNES DE OLIVEIRA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E O CONVENIO 802989/2014 CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO E UNIÃO FEDERAL. Em decorrência do Processo de Licitação Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, nº 04/2015, de 03/09/2015, homologado em 023/09/2015, mediante as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

Timbó Grande, 01/03/2016

Três Barras

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2016

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital do Concurso Público 002/2015, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado.

Os convocados deverão comparecer durante o período de 03 de março de 2016 a 16 de março de 2016, das 08:00hs às 12:00hs e 13:15hs às 17:00hs na sede da Secretaria de Saúde, situada à Rua Lumber, s/n, Centro, Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no item 12.2.1 do Edital do Concurso Público nº 002/2015.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 01 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015.

CARGO	NOME DO CANDIDATO
Enfermeiro	SUZANE SABRINA METZGER SCHPAK

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 09/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal em vigor e em conformidade com o edital do Concurso Público nº 02/2015, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO para provimento do quadro de pessoal efetivo do Município, conforme resultado final do Concurso Público.

Os convocados deverão comparecer durante o período de 02 de março a 12 de março de 2016 das 13:30 horas às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Santa Catarina, nº 616, centro, Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos constantes no item 12.2.1 do Edital do Concurso Público nº 02/2015.

O não comparecimento do candidato no local e data acima designadas acarretará na renúncia tácita ao direito de ingresso no serviço público.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 01 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

CONDUTOR	
Classificação	Candidato
01	Adriano Tananuska
02	Hélio Balak
03	Lírio Odelli
04	João Francisco Canani Junior
05	Ernane Henrique

ANEXO I

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Classificação	Candidato
01	Eder José Dubiel

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

Classificação	Candidato
01	Reginaldo Teodoro Dubiela

Treze Tílias

PREFEITURA

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2016

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: GEORGE ALMEIDA

OBJETO: Contratação de pessoas jurídica especializada para a elaboração, organização e aplicação de Concurso Público para preenchimento de uma vaga para o cargo de Técnico Municipal de Nível Superior em Medicina Veterinária.

DO VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste Aditivo de Contrato é de R\$ 640,00 (Seiscentos e quarenta reais), conforme solicitação e parecer jurídico em anexo.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 25/02/2016.

TREZE TÍLIAS, 25 de Fevereiro de 2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2016 EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016/EDU

De 1º de março de 2016

Determina regras para fornecimento de merenda escolar na rede municipal de ensino de Treze Tílias/SC e dá outras providências.

A Secretária de Educação de Treze Tílias/SC Mari Piaia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, ESCLARECE e DETERMINA o que adiante segue:

Artigo 1º. A alimentação escolar que é fornecida na Rede Pública Municipal de Ensino é destinada única e exclusivamente para os alunos.

Artigo 2º. Fica terminantemente proibido fornecer alimentação escolar para os servidores públicos municipais, uma vez que a merenda escolar é destinada estritamente aos alunos da educação básica municipal, conforme respalda a legislação federal através da Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do Ministério da Educação.

Artigo 3º. Fica à cargo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da legislação e desta Instrução Normativa, e notificar por escrito a Presidente do CAE, caso verifique qualquer irregularidade, para que tome as devidas providências.

Artigo 4º. Havendo denúncias referente ao descumprimento desta Instrução Normativa e da Legislação Federal, a Secretaria de Educação juntamente com o CAE providenciará a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, para investigação do denunciado.

Artigo 5º. Havendo qualquer evento que não se enquadre no calendário escolar de dias letivos (formaturas, reuniões, treinamentos, etc), e que necessite de fornecimento de alimentação para os servidores, a nutricionista deverá ser comunicada, e solicitar autorização para compra não vinculada à merenda escolar, dos alimentos necessário e justificar tal necessidade, que somente será liberada com a autorização por escrito da Secretária de Educação.

Artigo 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Treze Tílias/SC, 1º de março de 2016.

MARI PIAIA

Secretária de Educação

LEI 1890

LEI Nº 1.890/2016

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos Termos do Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a revisão anual dos vencimentos dos servidores pertencentes ao Quadro Geral de Pessoal do Executivo Municipal nos seguintes Termos:

I- A Título de revisão anual, o acumulado do IPCA, no período de 01/12/2014 a 30/11/2015, em 10,49% (dez virgula quarenta e nove por cento) sobre os vencimentos;

Art. 2º - Fica também autorizado o Poder Executivo Municipal com base no art. 37, inciso X da constituição Federal conceder revisão anual, pelo acumulado do IPCA, no período de 01/12/2014 a 30/11/2015, em 10,49% (dez virgula quarenta e nove por cento) aos subsídios dos Agentes Políticos do Município quais sejam; Prefeito, vice-prefeito e Secretários municipais.

Art. 3º - Aos proventos dos inativos, cargos comissionados e as funções de representação serão aplicados os mesmos percentuais constantes do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A revisão anual de que se trata esta Lei, vigorará a partir de 01 de Março de 2016, e será calculada sobre os vencimentos percebidos no mês de Fevereiro de 2016.

Art. 5º as despesas constantes desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias 01 de março de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

LEI 1891

LEI Nº 1.891/2016

O Prefeito do Município de Treze Tílias(SC) Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ de Treze Tílias/SC, objetivando a Cessão de Uso de um imóvel de propriedade do Município com área total de 6.185,48m², situado na Rua Nelson Angelim Batistella, Matrícula nº 13930 da Serventia de Registro de Imóveis 2º Ofício de Joaçaba.

Parágrafo Único - O imóvel destina-se exclusivamente para a construção de um Centro Comunitário para o Bairro São José/SC.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos decorrentes da celebração da Cessão de Uso.

Art. 4º - Fica revogada a lei Municipal nº 1.788/2013 de 30/10/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
01 de março de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

“TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS E A ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ DE TREZE TÍLIAS/SC”.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.777.251/0001-41, com sede na Rua Praça Ministro Andreas Thaler, nº 25, centro, doravante denominada CEDENTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor MAURO DRESCH, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1.074.960 e inscrito no CPF sob o nº 460.440.609-00, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, condomínio Áustria Residencial e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ de Treze Tílias/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.861.117/0001-13, estabelecido na cidade de Treze Tílias/SC, doravante denominado CESSIONÁRIO representado pelo Presidente da Associação Senhor Cristiano Bento, brasileiro, empresário, casado portador da Carteira de Identidade nº 4879576 e inscrito no CPF sob o nº 049.558.029-58, residente e domiciliado na Rua Circular, no Bairro São José, neste município de Treze Tílias/SC, celebram este TERMO DE CESSÃO DE USO, em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO

Cláusula Primeira – O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de um imóvel localizado à Rua situado na Rua Nelson Angelim Batistella, Matrícula nº 13930

da Serventia de Registro de Imóveis 2º Ofício de Joaçaba para construção de um Centro Comunitário para o Bairro São José/SC, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com ao CEDENTE.

DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda – O CEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura pelas partes do presente Termo, independente de transcrição.

Parágrafo único – O CESSIONÁRIO administrará, usará e fruirá o bem ora transferido, como se seu fosse, enquanto perdurar a presente Cessão de Uso.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira – O presente Termo terá vigência de 20 (vinte) anos, a partir da assinatura, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termos Aditivos, por iguais e sucessivos períodos.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**Cláusula Quarta –****I – São obrigações do CESSIONÁRIO:**

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade de construção de um Centro Comunitário
2. Abster-se de ceder o uso do bem em causa, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma, durante a vigência deste Termo;
3. Realizar as benfeitorias e reformas necessárias ao perfeito funcionamento do imóvel para os fins cedidos, durante a vigência deste Termo;
4. O CESSIONÁRIO compromete-se a devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do prazo pactuado, nas mesmas condições de uso e conservação.

II – São obrigações do CEDENTE:

1. Comunicar por escrito ao CESSIONÁRIO sua eventual intenção de não prorrogar a vigência do presente Termo, com prazo de antecedência mínima de 02 (dois) anos;
2. Antes de findo o prazo estipulado neste instrumento ou qualquer uma de suas prorrogações, abster-se de promover qualquer ação no sentido de reaver, para uso próprio ou de terceiros, a qualquer título, o imóvel ocupado pelo CESSIONÁRIO.

Parágrafo único – A não observância do disposto no item do inciso anterior implicará na obrigação de o CEDENTE indenizar ao CESSIONÁRIO, pelo valor atualizado, em moeda vigente, por todas as importâncias desembolsadas na execução da obra, valendo este instrumento como título executivo para cobrança de débito.

DAS BENFEITORIAS

Cláusula Quinta – As benfeitorias realizadas no imóvel, objeto deste presente Termo, incorporar-se-ão ao imóvel, ficando a ele pertencente, não podendo ser retiradas, nem dar motivos ao exercício do direito de retenção, salvo nos casos de rescisão antecipada.

DAS TAXAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS

Cláusula Sexta – O CESSIONÁRIO pagará as taxas relativas à água, energia elétrica, impostos e outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

Cláusula Sétima – O presente instrumento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de Termos Aditivos, bem como rescindido de comum acordo entre as partes; a qualquer tempo, por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente, com prova de recebimento.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Oitava – O presente Termo deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município, correndo tal iniciativa por conta da PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Nona – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Treze Tílias/SC,

CEDENTE

MAURO DRESCH
Prefeito

CESSIONÁRIO

CRISTIANO BENTO
Presidente Associação de Moradores do Bairro São José

TESTEMUNHAS:
CPF

LEI 1892

LEI Nº 1.892/2016

“Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos para acesso ao Serviço de Inspeção Sanitária de estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, vegetal e bebidas; Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural; Destina os valores de taxas, multas que forem relacionados ao Serviço de Inspeção Municipal e a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências”, no Município de Treze Tílias-SC

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Artigo 1º - Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Treze Tílias para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural; Destina os valores de taxas, multas que forem relacionados ao Serviço de Inspeção Municipal ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade às Leis Federais nº 7.889/1989, nº 9.712/1998 e nº 11.326/ 2006 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e suas

alterações; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990; Legislações provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Legislações pertinentes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO; e Normativas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Artigo 2º - Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos oriundos da produção dos produtos de origem animal, vegetal, bebidas e outras taxas, recursos ou multas, para a manutenção, melhoria, capacitações, cursos, educação sanitária, defesa agropecuária e ações sociais de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Parágrafo primeiro – Constituirão recursos do Fundo Municipal de desenvolvimento rural:

- I – dotações orçamentárias municipais a ele destinadas;
- II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- III – produto de multas impostas por infração à legislação municipal de produtos de origem animal, vegetal e bebidas;
- IV – recursos oriundos do Governo Estadual e Federal;
- V – doações de pessoas físicas e jurídicas;
- VI – doações de entidades públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais;
- VII – recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VIII – rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- IX – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais;
- X – outras receitas eventuais.

Parágrafo segundo - As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

Parágrafo terceiro – Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

Parágrafo quarto – Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com esta lei, com a Política Municipal.

Parágrafo quinto – O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR será administrado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pela gestão da agricultura no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

Parágrafo sexto – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades.

Artigo 3º - A inspeção sanitária de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Treze Tílias.

Artigo 4º – Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Treze Tílias, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e auxílio à defesa sanitária agropecuária.

Parágrafo primeiro – A Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Treze Tílias atuará em parceria com os demais municípios através do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção, fiscalização e defesa sanitária, em consonância ao SUASA.

Parágrafo segundo – A coordenação do Serviço de Inspeção Municipal deve ser de responsabilidade de médico veterinário oficial.

Parágrafo terceiro – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC é o responsável pela adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI de municípios e pelos estabelecimentos que quiserem aderir ao Sistema.

Parágrafo quarto – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC atuará na coordenação, auditoria e supervisão dos Serviços de Inspeção Municipal, atuando também como um colaborador aos Serviços, quando houver necessidade.

Artigo 5º - Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - Carnes e seus derivados;
- II - Leite e seus derivados;
- III - Mel e seus derivados;
- IV - Ovos e seus derivados;
- V - Pescado e seus derivados;
- VI - Frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - Cereais e seus subprodutos;
- VIII - Bebidas; e
- IX - Outros produtos de origem animal e vegetal.

Parágrafo primeiro – A inspeção e fiscalização sanitária se dará:

- I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

Parágrafo segundo – A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

I – A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II – Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Parágrafo terceiro – A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por funcionário público concursado e

devidamente habilitado para a área afim, do quadro da Secretaria de Agricultura do Município de Treze Tílias.

Parágrafo quarto – Os servidores públicos concursados designados para integrar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização sanitária terão suas funções estabelecidas na forma do regulamento desta lei, por Instruções Normativas do CPIMMOC e da legislação Estadual e Federal vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas pelo Conselho de Classe.

Artigo 6º - Nos casos de emergência em que ocorra risco a saúde ou ao abastecimento público, a Prefeitura Municipal Treze Tílias deverá contratar Médico Veterinário, nos termos do Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal para, atender o serviço de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis (06) meses.

Parágrafo Único – A contratação será autorizada pelo Prefeito Municipal de Treze Tílias que fixará, a remuneração do contratado em nível compatível com o mercado de trabalho e dentro do recurso orçamentário disponível.

Artigo 7º - Os princípios a serem seguidos na presente Lei são:

- I – Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente;
- II – Ter o foco de atuação a qualidade sanitária dos produtos finais;
- III – Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnicas e científicas nos sistemas de inspeção;
- IV – Auxiliar na defesa sanitária animal e vegetal, notificando possíveis focos de doenças de importância à saúde pública, ao órgão oficial competente;
- V – Promover o bem-estar animal.

Artigo 8º – Para registro ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Agricultura, solicitando a inspeção e atendendo a toda documentação exigida pelo processo de registro.

Parágrafo primeiro – Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no SIM.

Parágrafo segundo – Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

Parágrafo terceiro – O Serviço de Inspeção Municipal começará a atuar no estabelecimento após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos.

Parágrafo quarto – Estabelecimentos que migrarem do Serviço de Inspeção Estadual ou Federal para o Serviço de Inspeção Municipal seguirão os mesmos processos de obtenção do SIM.

Parágrafo quinto – O estabelecimento só estará oficialmente no Serviço de Inspeção Municipal após a publicação no Diário Oficial do Município.

Artigo 9º – As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida pela regulamentação desta lei e do CPIMMOC.

Artigo 10º – O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte.

Parágrafo Único – Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carne e seus derivados, processamento de pescado e seus derivados, processamento de leite e seus derivados, processamento de ovos e seus derivados, processamento de produtos das abelhas e seus derivados, frutas, hortaliças e seus subprodutos, cereais e seus subprodutos e outros produtos de origem animal e vegetal.

Artigo 11º – A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamento, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais.

Artigo 12º – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário de produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município de Treze Tílias, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância ao estabelecido na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990.

Artigo 13º – Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção, pela Vigilância Sanitária do Município e pelo CPIMMOC em consonância com a legislação vigente.

Parágrafo primeiro - Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo segundo - A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade entre a inspeção e fiscalização sanitária.

Artigo 14º – A segurança alimentar e nutricional abrange a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação holística com o desenvolvimento humano, a informação e a biodiversidade.

Artigo 15º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR será a instância de discussão, sugestão e aprovação do Plano Municipal de Inspeção, de Projetos e outros assuntos ligados ao serviço de inspeção sanitária.

Artigo 16º – Será criado um sistema de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único – É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura a alimentação e manutenção do sistema de informações sobre a inspeção sanitária do município.

Artigo 17º - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CPIMMOC, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

Parágrafo primeiro – Os recursos arrecadados pelo Serviço de Inspeção Municipal serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

Parágrafo segundo – As tarifas pelos serviços de inspeção municipal passam a vigorar de acordo com o anexo único da presente lei.

Parágrafo terceiro – Os valores das tarifas poderão ser reajustados através de decreto do executivo municipal.

Artigo 18º - Fica estabelecida pela presente lei a tabela de cobrança de tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização do Município de Treze Tílias.

Parágrafo Único – Ficam isentos do pagamento das tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização produtos oriundos de projetos sociais e de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte.

Artigo 19º - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de instrumentos legais baixados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, após debatido no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Artigo 20º - As infrações às normas previstas nesta Lei e Decreto próprio serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível:

I – Advertência quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II – Multa de meio a quatro salários mínimos aos infratores da presente Lei e em dobro quando da reincidência. Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

III – Apreensão ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados – quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV – Suspensão das atividades do estabelecimento quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizadora;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação, adulteração ou fraude de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo que:

Parágrafo primeiro – A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

Parágrafo segundo – Se a interdição não for levantada nos termos da alínea anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

VI – Incluem-se entre as infrações previstas nesta lei:

Parágrafo primeiro – Atos que procurem embarçar as ações dos servidores do SIM/SISBI, no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos da fiscalização;

Parágrafo segundo – Desacato, suborno ou simples tentativa;

Parágrafo terceiro – Informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência da matéria prima, dos produtos e insumos;

Parágrafo quarto – Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM ou SIM/SISBI.

Artigo 21º - As multas previstas no artigo 19º poderão ser agravadas até o grau máximo (até 100 vezes o valor da multa) nos casos de: artifício, ardil, simulação, desacato, embarço, ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator, os meios a seu alcance para cumprir a lei ou; o os casos em que o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

Parágrafo primeiro – As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

Parágrafo segundo – Auto de infração deve ser lavrado pelo médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Artigo 22º - As penalidades serão impostas pelo SIM, cabendo recurso à Secretaria da Agricultura de Treze Tílias na forma regulamentar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Artigo 23º - Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei, especialmente a lei 1503/2004.

Artigo 24º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Artigo 25º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias (SC) 01 de março de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada a presente lei na Secretaria de Administração e Publicação no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

“ANEXO ÚNICO”
Tarifas do Serviço de Inspeção Municipal

1 – FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos: Para abate	Cabeça	R\$ 1,50
Suínos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Ovinos e Caprinos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Aves: Para abate	Cabeça	R\$ 0,05
Peixes: Para abate	Cabeço	R\$ 0,05
Coelhos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,10
Animais exóticos (javali, ema, outros): Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
2– FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE SUBPRODUTOS:	UNIDADE	VALOR
Carnes e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Leite e seus derivados	Centena de litros	R\$ 0,50
Mel e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Ovos e seus derivados	Centena	R\$ 0,50

Pescado e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
3 – emissão do título de registro do serviço de inspeção municipal	estabelecimento	R\$ 100,00
4 – taxa anual do serviço de inspeção municipal (tal)	estabelecimento	R\$ 50,00

LEI 1893

LEI Nº 1.893/2016

ESTABELECE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei::

Art. 1º. A revisão geral anual dos vencimentos do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, em comissão e temporário da Câmara Municipal do Município de Treze Tílias/SC, será atualizada pela aplicação do IPCA, acumulado no período de 01/12/2014 a 30/11/2015 fixado em 10,49% (dez vírgula quarenta e nove por cento).

Art. 2º. Será aplicada revisão geral anual, pelo acumulado do IPCA no período de 01/12/2014 a 30/11/2015, em 10,49% (dez vírgula quarenta e nove por cento), aos subsídios dos Vereadores.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de Dotações Próprias do Orçamento Vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. A revisão e o reajuste objetos desta lei vigorarão retroativamente a partir de 01 de fevereiro de 2016 e serão calculados sobre os vencimentos percebidos no mês de janeiro de 2016.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 01 de março de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

CONVENIO 04/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.731/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Sílvio Venturi, CPF 180.703.029/68 e, de outro lado o HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com endereço à Rua Paulo Skowach, 210, Bairro Centro, Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, neste ato representado pelo Sr. Hary Spiess, CPF 311.163.619-49, celebram o presente Convênio mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente convênio está fundamentado na Lei Municipal nº 1904 de 16 de Dezembro de 2015 e nas instruções do art. 66, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é o repasse na forma indicada no artigo 2º da lei citada, de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO em favor do HOSPITAL, no montante de R\$ 23.219,00 (vinte e três mil e duzentos e dezenove reais) mensais, visando viabilizar e aperfeiçoar o atendimento médico-hospitalar à comunidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O atendimento médico-hospitalar a que se refere a esta cláusula será disponibilizado à população a título de manutenção do plantão médico, diariamente, inclusive, finais de semana e feriados, das 19:00 às 07:00 horas do dia seguinte inclusive fins de semana e feriados e implica em atendimentos e consultas médicas de urgência e emergência, manutenção de medicamentos e materiais, procedimentos clínicos e cirúrgicos não especializados, estes entendidos com os de média e baixa complexidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O HOSPITAL deverá apresentar relatórios pormenorizados dos atendimentos prestados, sendo que os dias que o plantão não for prestado deverão ser abatidos proporcionalmente do valor repassado.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.027 – Manutenção da unidade da Saúde

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0147 – Transferências Institucionais Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA QUARTA:

O auxílio financeiro objeto deste convênio será prestado mensalmente ao longo da vigência do orçamento de 2016 do Município, entre 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: O HOSPITAL se obriga a prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de cada parcela, indicando em relatório específico em que o auxílio foi aplicado, sob pena de rescisão do convênio.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:

Na prestação de contas, além da documentação comprobatória dos gastos efetivados, deverá ser anexado relatório dos pacientes atendidos, constando data e horário, devendo ser observadas ainda as normas de Prestação de Contas delineadas no TC-28 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA:

O auxílio financeiro objeto deste convênio será fiscalizado pelo MUNICÍPIO e também pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA:

Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o MUNICÍPIO e Os profissionais que o HOSPITAL contratar.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Na hipótese do MUNICÍPIO ser demandado judicialmente em função das atividades ou serviços objetos do presente convênio, prestados pelo HOSPITAL, fica o HOSPITAL obrigado a ingressar no feito assumindo o polo passivo da demanda.

CLÁUSULA OITAVA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo indicadas.

Trombudo Central, 26 de Janeiro de 2016.

Sílvio Venturi
Município de Trombudo Central

Harry Spiess
Hospital de Trombudo Central

Testemunhas:

1. _____
Mariane Fernandes da Rosa Boni
CPF: 038.665.519-75

2. _____
Daiana Becker
CPF: 066.877.759-10

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2016

Edital de Pregão Presencial nº 30/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de PEÇAS PARA O CONserto DOS SEGUINtes VEICULOS:

VEÍCULO MICRO ONIBUS, DIESEL, RENAULT/MASTER, ANO DE 2008/2009, BRANCA PLACA MFW 7896.

VEÍCULO ÔNIBUS 48 PASSAGEIROS DIESEL PLACA MLK 2254, ANO 2013/2013 VW/15.190 EQD, DIESEL CHASSI 9532E82W5DR333155.

VEÍCULO ÔNIBUS 39 PASSAGEIROS PLACA MGS 9969, ANO 2009/2010 MARCOPOLLO/VOLARE , DIESEL. CHASSI 93PB42G3PAC031917.

VEÍCULO ÔNIBUS 23 PASSAGEIROS PLACA MHW 2540, ANO 2005/2006 MARCOPOLLO/VOLARE V6 ON, DIESEL CHASSI 93PB37D2M6C017395.

VEÍCULO ÔNIBUS 48 PASSAGEIROS PLACA MJD 3436, ANO 2011/2011 VW/15.190 EOD E HD ORE. CHASSI 9532882W7BR169203.

VEÍCULO ÔNIBUS 29 PASSAGEIROS PLACA MKW 7416, ANO 2013/2013 IVECO/CITY CLASS 70C17. CHASSI 93ZL68C01D8443013.

VEICULO GOL 1.0 BRANCO PLACA MDI 4347, 05 PASSAGEIROS VW/GOL 1.0 070 CV. CHASSI 9BWCA05X35T164614 DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Entrega das propostas e Credenciamento até 8h15min do dia 14 de março de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 01 de março de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 037/2016

PORTARIA Nº 037/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Daiana Lopes Pereira 052.170.509-69 Creche São Cristovão
Tainá Elias Vieira 067.988.639-73 Pré-Escolar Peixinho Dourado
Beatriz Visentin 035.066.329-73 Creche Maria M. Sartor
Elida Cordeiro Coelho Martins 056.816.929-81 Creche São Luiz
Simone de Oliveira Boselo Arcaro 024.291.849-23 Creche Maria M. Sartor

Alessandra Catia Inácio 057.378.489-22 Creche São Cristovão
Monaliza Abati Bordignon 009.257.589-73 Creche São Luiz
Daniele Scussel Costa de Aguiar 054.142.439-48 Pré-Escolar Cidade Alta

Daiane Gonzaga Gava 071.363.419-73 Creche São Luiz
Aline Silveira Rosso Machado 082.213.779-88 Creche São Luiz
Maria Izabel Bordignon 625.066.769-53 Creche Maria M. Sartor
Cleimar Schiavini Nunes Rocha 057.510.839-89 Creche São Luiz
Nathani Suellen Claas 082.803.499-01 Creche Maria M. Sartor
Magali Patricio 080.150.689-16 Creche Maria M. Sartor
Janaina da Silva Zeferino 080.289.819-09 Creche Maria M. Sartor
Bruna Gonçalves Amaro 094.884.069-25 Creche São Cristovão
Hélida Bordini Vitali 067.969.299-18 Creche São Cristovão
Jaqueline Dal Toé 106.666.799-32 Creche Maria M. Sartor
Marina Vidal Borges 108.766.789-59 Pré-Escolar Cidade Alta
Tatiane Pereira Viera 059.872.159-27 Creche Maria M. Sartor
Mariane Semprebom Bordini 082.770.839-47 Pré-Escolar Peixinho Dourado

Yasmim Ribeiro Miranda 103.625.579-42 Pré-Escolar Cidade Alta
Natália Emidio Januário 099.126.669-25 Creche São Luiz
Paula Taciana Borba Paulo Custódio 023.528.309-66 Creche São Luiz

Jucelia Premoli 863.064.649-72 Creche Maria M. Sartor
Eliete Niero B. Rosso 038.874.559-24 Creche São Cristovão
Maria Tereza S. Pazini 086.485.939-21 Creche Maria M. Sartor
Paloma Figueiredo Mandelli 067.987.609-02 Creche São Luiz
Noeli da Silva Zeferino 682.845.439-15 Creche Maria M. Sartor
Débora dos Santos Lopes 065.622.669-20 Creche São Cristovão
Vânia Moro da Silva 051.901.139-22 Creche São Luiz
Patricia Dal Toé Ferreira 098.548.139-08 Creche São Luiz
Naja Eli Velho 050.408.149-76 Creche São Cristovão
Karen Florêncio 107.264.319-74 Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 12 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30

(trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Josiane Acordi Fernandes que se encontra em Licença sem Vencimento.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Daiane Daros Arcaro Pereira 063.434.649-05 Creche São Luiz

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 12 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 01 de Abril de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 038/2016

PORTARIA Nº 038/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Maria Veronica Pereira 999.523.869-15 Creche Maria M. Sartor
Andresa Adoilo Soares Giusti 035.306.409-21 Creche Maria M. Sartor
Elisiane Américo de Souza 074.816.309-33 Creche São Luiz
Christiane Flores Fernandes 989.391.220-20 Creche São Luiz
Tatiana Alexandre Burigo 060.311.959-09 Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 12 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 039/2016

PORTARIA Nº 039/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 12 de Fevereiro de 2016 e término em 20 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

0744 Maria Inez Rosso da Rocha 253.159.783-20
0719 Maria Aparecida Brina 579.453.149-53
0751 Veronice Gabriel da Silva 982.032.669-91
0789 Sandra R. Pescador de Souza 742.213.889-00
1216 Elizabete Ferreira Londero 770.368.839-87
0204 Carmem Marina Scarabelot Bardini 757.965.899-20
0754 Verônica Toretto Scarabelot 837.811.029-04
1207 Graziela Gabriel Pezente 021.652.859-33
1261 Ana Maria Casteller Vicentin 245.552.319-53
1205 Maribel Maragno 560.330.609-20
1206 Katia Fernandes R. Possamai 034.612.669-06
1137 Maria Luzia Floriano Spilere 022.353.139-14
0733 Elaine Maria Fassini 577.474.749-20
1195 Gisele Bendo Nazário 043.902.999-64
0747 Adriana Cadorin 918.766.059-87

Art. 2º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 12 de Fevereiro de 2016 e término em 31 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1058 Maria Ivete Favarin Pescador 966.501.259-20

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 040/2016

PORTARIA Nº 040/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Elizabete Arigoni da Silva 022.623.339-12 Pré Escolar Cidade Alta

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Marlene Bristot Arigoni 814.070.929-87 Creche São Luiz

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 12 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 4º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Ediare Solani Pescador Arigoni 966.604.819-15 EEB.M. Profª Laurita M. Bristot

Charlene Patel Feltrin Arcaro 036.836.379-19 EEB.M. Profª Laurita M. Bristot

Paula Estefania Fernandes 041.833.159-64 EEBM. Das Dores C. Angeloni

Taise Cardoso Sacon 092.334.659-77 EEBM. Das Dores C. Angeloni

Edenise Brina Walnier 052.666.499-17 Creche São Luiz

Mariazinha Magagnin 018.657.319-78 EEB.M. Profª Laurita M. Bristot

Luciane F. Idalino Canela 048.362.499-37 EEB.M. Profª Laurita M. Bristot

Helena Carolina Arceno 033.189.009-74 EEB.M. Profª Laurita M. Bristot

Art. 5º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Tatiana de A. Moro de Oliveira 045.225.459-08 EEBM. Das Dores C. Angeloni

Verônica Rodrigues da Silva 037.594.779-50 EEBM. Das Dores C. Angeloni

Luana Ferreira Idalino 085.565.689-12 EEBM. Das Dores C. Angeloni

Art. 6º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 4º e 5º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 14 de Dezembro de 2016.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 041/2016

PORTARIA Nº 041/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Ellen Angeloni Martins 067.987.839-45 Ed. Física Pré Escolar Cidade Alta

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Taise Ré 063.229.939-84 Ed. Física Pré Cidade Alta, Morro chato
Erica Ferreira Goulart 041.730.229-05 Artes E.M. Celso Marcon e Pré Escolar

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Josieli Bonfante Visentin 066.331.199-33 Ed. Física Escola São Luiz e Pré Escolar

Laís Thomazi Tonetto 074.816.449-93 Artes E.M. e Pré São Luiz

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º, 2º e 3º desta Portaria, iniciará em 12 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Katiane Martinello 069.994.989-03 Ciências E.E.B.M.P. Laurita M. Bristot

Marcio Roque 048.084.319-80 Português E.E.B.M.P. Laurita M. Bristot

Erica Merencio Pagnan 071.636.099-30 Matemática E.E.B.M.P. Laurita M. Bristot

Art. 6º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 5º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 19 de Dezembro de 2016.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 042/2016

PORTARIA Nº 042/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Luzia Fernandes de Souza 769.754.369-91 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Thaísa de Aguiar Moro Selinger 986.768.579-20 E. M. São Luiz

Elisângela Ferreira 049.287.369-07 E. M. São Luiz

Jadna Salvador da Silva 048.842.909-92 E. M. São Luiz

Odila da Silva Machado 713.311.319-87 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Claudia Gianizzella 828.382.679-49 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Sirlene Gomes Pereira 068.130.486-35 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Mariluci Zavariz 066.565.039-69 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Ediceia Pereira Januário 036.575.479-08 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni

Arcângela de Aguiar Fabris 051.389.439-01 E. M. Celso Marcon

Eliane de Oliveira 665.679.399-15 E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 14 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Rosângela Darabas 769.756.739-34 E. M. Celso Marcon

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 08 de Abril de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 043/2016

PORTARIA Nº 043/16, de 12 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Vanderli da Silva Tomé Marques 023.905.249-82 E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 24 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 14 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 044/2016

PORTARIA Nº 044/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 30% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no cargo de Professor, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 15 de Fevereiro de 2016 e término em 31 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

0869 Kátia Carminatti Parolo 023.727.599-65

Art. 2º - Conceder gratificação de 30% ao Servidor relacionado no Artigo 1º, para exercer a função de Secretária de Escola.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 045/2016

PORTARIA Nº 045/16, de 12 de Fevereiro de 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA, CRECHE E EJA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no cargo de Professor, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 15 de Fevereiro de 2016 e término em 31 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

0740 Tânia Mª K. Nazário dos Santos 711.987.769-00

0742 Eliane R. de Freitas Casteller 904.546.349-00

0724 Susana Barbosa de O. Bardini 961.352.989-68

0721 Luciane Fontana Vitto 015.045.149-04

0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 907.439.549-04

1057 Marlene da Silva Ferreira 743.438.909-53

Art. 2º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no cargo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 15 de Fevereiro de 2016 e término em 31 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

1090 Marieti Monteiro Rodrigues 742.220.669-15

1458 Fátima Miguel 661.986.079-68

Art. 3º - Conceder gratificação de 40% aos Servidores relacionados nos Artigos 1º e 2º, para exercer a função de Diretora de Escola, Creche e Eja.

Art. 4º - Conceder gratificação de 40% a Servidora ELENITA SCARABELOT PAZINI Matrícula nº 1978 CPF nº 702.655.939-72 exercendo o cargo efetivo de Supervisora Educacional, para exercer a função de Diretora de Creche, com início em 15 de Fevereiro de 2016 e término em 31 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 046/2016

PORTARIA Nº 046/16, de 18 de Fevereiro de 2016.

DEMITE A PEDIDO MÉDICO NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Médico, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 003/15 - PMT, do Quadro de Pessoal da

Prefeitura Municipal de Turvo.
NOME CPF MATRICULA
Iane Maria Teixeira Dagostin 062.254.809-35 3484

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 047/2016

PORTARIA Nº 047/16, de 18 de Fevereiro de 2016.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de serviços Gerais I, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - PMT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.
NOME CPF MATRICULA
Isabel Cristina Figueredo 043.602.889-13 3523

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 048/2016

PORTARIA Nº 048/16, de 18 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA PROFESSOR III, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercerem a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO
Gizele Zuchinali Dal Pont 057.020.099-75 Pedagogo E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 19 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercerem a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO
Nalva R. da Silva Cordeiro 560.132.059-49 Pedagogo C.E.I. M.das Dores C.Angeloni
Diana Helinski M. de Jesus 066.178.039-22 Pedagogo E. M. São Luiz

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 19 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 049/2016

PORTARIA Nº 049/16, de 18 de Fevereiro de 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor III, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 18 de Fevereiro de 2016 e término em 19 de Dezembro de 2016.
MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF
1219 Alessandra Triches 894.601.549-72
1252 Cristina Ranacoski da Rosa Toretti 030.103.579-23
0758 Silvia Rosana Salvaro 770.356.079-00
1211 Roseli Carmem Santa Helena Mantovani 924.494.339-53
1059 Lucinea da Silva 991.146.909-34

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 050/2016

PORTARIA Nº 050/16, de 18 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA NUTRICIONISTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Barbara Favaro 076.884.419-35

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 051/2016

PORTARIA Nº 051/16, de 22 de Fevereiro de 2016.
EXONERA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADA TEMPORARIAMENTE, POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora CARINA DOS SANTOS GABRIEL, CPF nº 067.498.309-27, matrícula nº 3522, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, por motivo de falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 052/2016

PORTARIA Nº 052/16, de 22 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Tarciane da Rosa Anastacio 069.996.089-46 EJA

Joselaine Costa Andriotti Casemiro 018.223.860-12 E. M. São Luiz

Shirlei Marques de Oliveira 042.027.139-23 E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora Isabel Cristina Maciel por ter pedido exoneração.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Marilete Euzebio Polli 026.526.839-77 Pré Escolar Morro Chato

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 15 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 053/2016

PORTARIA Nº 053/16, de 22 de Fevereiro de 2016.
EXONERA A PEDIDO ODONTÓLOGO NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Odontólogo, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/15 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Erica Tezza Rezin 076.818.139-93 3456

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 054/2016

PORTARIA Nº 054/16, de 22 de Fevereiro de 2016.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor ANGELA MARIA VELHO MARCON, CPF nº 461.035.899-91, matrícula nº. 0044, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Professor II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 055/2016

PORTARIA Nº 055/16, de 22 de Fevereiro de 2016.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor MARIA JOSÉ TEIXEIRA ROCHA, CPF nº 533.464.919-00, matrícula nº. 0034, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Orientador Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 056/2016

PORTARIA Nº 056/16, de 22 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	DISCIPLINA	LOCAL DE TRABALHO
Patricia T. Cadornin Gomes	043.244.289-80	Inglês	EJA

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 30 de Novembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 057/2016

PORTARIA Nº 057/16, de 22 de Fevereiro de 2016.

NOMEIA MOTORISTA II E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 005/2015 - PMT, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Angelo Santos Evangelista 376.946.349-87

Valmir Severino 305.731.819-34

Elisandro Alano Pereira 023.988.499-02

Antomar Alexandre Dal Pont 378.291.149-22

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 004/2015, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Marly Miguel Teixeira	617.913.429-49

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 058/2016

PORTARIA Nº 058/16, de 22 de Fevereiro de 2016.

FAZ CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora Denise Lima de Souza Mattos CPF nº 024.983.639-47, matrícula nº 1222, para exercer função gratificada nível FG-20, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregada de Seção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 059/2016

PORTARIA Nº 059/16, de 22 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 005/2015 - PMT, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Lindomar Pinheiro	769.750.459-68
Moacir Toretti Correa	017.583.449-03
Donato Policarpe	494.948.569-53

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 22 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 060/2016

PORTARIA Nº 060/16, de 22 de Fevereiro de 2016.
NOMEIA OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E DIGITADOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 005/2015 - PMT, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF
Ivair dos Santos 725.944.209-30
Antonio de Souza 733.806.799-68

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 24 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2015 - PMT, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF
Luiza Nunes Zanatta 090.867.949-12

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 24 de Fevereiro de 2016 e encerrará em 20 de Outubro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de fevereiro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 061/2016

PORTARIA Nº 061/16, de 24 de Fevereiro de 2016.

ALTERA A FUNÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a função pública da servidora ANDRESA PAVEI CPF nº 039.538.089-82, matrícula nº 3481, nomeada através do Processo Seletivo nº 002-15 - SMS, de Enfermeiro para Enfermeiro - PSF, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de fevereiro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇOS PMT 05/2016

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 05/2016 – Tomada de Preço nº 05/2016

Objeto: Pavimentação com asfalto de trechos da Rua Jorge Lacerda, Rua Nº 362 e Rua Oscar Pietsch.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 16/03/2016

Abertura da Sessão: as 09:00 hs do dia 16/03/2016

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 29 de fevereiro de 2016.

Ester Z. Barp

Presidente da C.J.L.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 17/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 17/2016
Licitação n.º 17/2016
Modalidade : CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS
Tipo : Menor Preço/ Preço Por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 10 de março de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 10 de março de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202 ou e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 01 de março de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 3108/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.108, De 01 de março de 2016.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de Chefe de Setor e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de 2015 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, AMAURI LUIZ BIANCHI, portador do CPF n.º 056.587.609-09 e do RG n.º 5.286.773-0 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-1, constante do anexo II da Lei Complementar n.º 90 de 27 de agosto de 2015.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de Março de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PR 13/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016/PMU

Objeto: aquisição parcelada de placas de trânsito, instaladas. Entrega dos envelopes: até as 10h dia 15/03/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h dia 15/03/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Rosane Zatta-Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2016

OUTORGA À RADIO FUNDAÇÃO MARCONI O DIPLOMA DO MÉRITO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos da alínea "c", inciso I, do artigo 1º, do Decreto Legislativo nº 047/95, o Diploma do Mérito de Urussanga à Radio Fundação Marconi, pelos relevantes serviços prestados na área de comunicação em Urussanga e região sul de Santa Catarina, inclusive completando 65 anos de atividade em fevereiro de 2016.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a honraria de que fala este Decreto Legislativo dê-se em sessão solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 1º de março de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos

Vice-Presidente

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Vereadora Izoete D. Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGAO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2016

Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas mais vantajosas ao Erário, visando à eventual contratação de empresa(s) para o fornecimento de móveis planejados, fabricados sob medida, para a Secretaria de Saúde, Posto de Saúde, com as quantidades e características descritas no Anexo I, parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 16 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 08:30 horas do dia 11/03/2016 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 02 de março de 2016

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.789/16

DECRETO Nº 12.789/16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Torna sem efeito o Decreto nº 12.673/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 3116/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.673/16, que nomeou ROSE MARIE MEIRELES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.790/16

DECRETO Nº 12.790/16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MONALISA CHAVES MARTINS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.791/16

DECRETO Nº 12.791/16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.792/16

DECRETO Nº 12.792/16, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa servidor para responder pelo ORTRAVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX,

Considerando que o Assessor de Trânsito, Gilberto Luiz Boschetti, encontra-se em licença para tratamento de saúde

RESOLVE

Art. 1º Fica designado o servidor LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO, ocupante do cargo comissionado de Assessor do ORTRAVI, para responder interinamente pelo cargo de Assessor de Trânsito, no período de 25 de fevereiro de 2016 até 19 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 032/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. FERNANDA WULFING	PROCURADOR MUNICIPAL	12.784/16, DE 23/02/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 26 de Fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0091/16

PORTARIA nº 0091/16

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 18346/2014, nomeada pela Portaria nº 1437/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do que consta no Processo Administrativo nº 18346/2014;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 25 de fevereiro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 18346/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0092/16

PORTARIA nº 0092/16

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 18343/14, nomeada pela Portaria nº 1438/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do que consta no Processo Administrativo nº 18343/2014;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 25 de fevereiro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 18343/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0093/16

PORTARIA nº 0093/16

Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2591/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe, pelo Departamento de Ação Social, no dia 06 de março de 2016, das 16h00min as 19h30min, para a realização do evento alusivo ao Dia da Mulher.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe quando da devolução da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**PORTARIA Nº 0094/16**

PORTARIA nº 0094/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00014/16-0, nos assentos funcionais da servidora NELCI MARIA CHARNOSKI BARETTA, detentora da matrícula funcional nº 10024, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3147/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora NELCI MARIA CHARNOSKI BARETTA, detentora da matrícula funcional nº 10024, e do cargo de provimento efetivo de Professora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00014/16-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**PORTARIA Nº 0095/16**

PORTARIA nº 0095/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2376/2016,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de fevereiro de 2016 até 1º de março de 2016, o gozo de férias da servidora ONDINA ALVES DE MORAIS SIEBAUER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 20 de outubro de 2012 até 19 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0096/16

PORTARIA nº 0096/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2378/2016,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de fevereiro de 2016 até 1º de março de 2016, o gozo de férias da servidora ELONI MARIA FRIGHETTO, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2014 até 17 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0097/16

PORTARIA nº 0097/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2377/2016,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de fevereiro de 2016 até 1º de março de 2016, o gozo de férias da servidora FATIMA ZANON, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2014 até 04 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0098/16

PORTARIA nº 0098/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 1851/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Parque da Uva (bosque e restaurante), no dia 25 de março de 2016 (dia todo) e no dia 27 de março de 2016 (período matutino, a partir das 05h00min), pela Paróquia Imaculada Conceição – Pastoral da Juventude, a fim de realizar atividades referentes à 8ª Semana Santa Jovem de Videira/SC.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0099/16

PORTARIA nº 0099/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3006/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família – Banco da Família, no dia 05 de março de 2016, no período das 08h30min as 16h00min, para a realização de divulgação do Banco

da Família.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família – Banco da Família, quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre o referido evento, ficando a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família – Banco da Família inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

RESOLUÇÃO Nº 002/16

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMAD

Dispõe sobre criação de Comissão de Prevenção do uso de álcool e drogas do COMAD.

O COMAD- Conselho Municipal Antidrogas do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- DESIGNAR os membros do COMAD, Srs. RODOLFO PIRES FILHO, LUIZ CARLOS SPANHOLI, THAIANE BORGES, DOUGLAS MARCELO ZIMMER, IEDAMARIA CESCO MIOZZO, SONIA MARIA

CARDOZO DOS SANTOS e SABRINA SURDI, como Secretária, para comporem Comissão de Prevenção do uso de álcool e drogas do COMAD.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2016.
Joceane de Oliveira Dutra
Presidente do COMAD

RESOLUÇÃO Nº 003/16

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/COMAD

Dispõe sobre criação de Comissão de Combate ao uso de álcool e drogas do COMAD.

O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- DESIGNAR os membros do COMAD, Srs. JOCEANE DE OLIVEIRA DUTRA, IVANILDO JOSÉ FUCNER, SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR, GERSON ANTONIO COITO, RICARDO LOCATELI, MAIQUEL ALCEU CHRIST DE CARVALHO e SABRINA SURDI, como Secretária, para comporem Comissão de Tratamento do uso de álcool e drogas do COMAD.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2016.
Joceane de Oliveira Dutra
Presidente do COMAD

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA

TP Nº 02/2016 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA COM TELHAS METÁLICAS E FECHAMENTO LATERAL NO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) WESLLEY GAILO (CAIC) DE ACORDO COM MEMORIAIS E PROJETOS ANEXOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO), restando INABILITADAS as empresas M.A.J. Construções e Reformas Ltda – ME; Construlacer Comércio e Constr. Lacerdópolis Eireli – ME; Ampliar Construções e Pré Moldados Ltda; Mario Scharan Junior Imbituva EPP e Vite Serviços e Soluções Ltda, e considera HABILITADAS as empresas A & B Lopes Planejamentos Eireli – ME; Conset Pré-Moldados Ltda ME; Construtora Deca Ltda; Construtora Don Juan Ltda ME; Di Fatto Indústria e Comércio Ltda; Dutri Engenharia Metalúrgica Ltda; Eliane Fenili Lins EPP; Fundamento Construtora Ltda e Palazzo Construtora Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentarem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 26 de Fevereiro de 2016.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 005/2016

Processo de Licitação 005/2016
Modalidade: Convite 001/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Carta Convite

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h30min horas, do dia 09 de março de 2016, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Claudinei Feliciano, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 02 de março de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIANº 049/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 068/2011, de 29 de dezembro de 2011,

Nome: MARCELO DAROLT
Cargo: SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Assistência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de março de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE MARÇO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 048/2016

DECRETO Nº AJG 048/2016

ALTERA MEMBROS DA JUNTA MÉDICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada o membro da Junta Médica Municipal, nomeada pelo decreto nº AJG 187/2015, substituindo-se o membro Moacir Rocha Carvalho Filho pelo novo membro RICARDO LIRA DA COSTA, CRM/SC Nº 12.118.

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 187/2015, de 09 de setembro de 2015 e, Decreto nº AJG 224/2015, de 12 de novembro de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 049/2016

DECRETO Nº AJG 049/2016

ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DE FORNECEDORES E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de Xanxerê, no exercício de 2016, serão agrupados por período e serão efetuados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da seguinte forma:

I - quando se referirem a fornecedores da unidade gestora Prefeitura Municipal serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade financeira das fontes de recursos;

II - quando se referirem a fornecedores das demais unidades gestoras (Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) serão efetivados até dois dias úteis antes das datas previstas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo primeiro. Na hipótese das datas constantes no Anexo I recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

Parágrafo segundo. Será considerado para efeito de liquidação a data em que o documento fiscal for entregue no departamento de contabilidade do município.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - contrapartidas relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação;

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente;

VII - rescisões de contrato com funcionários;

VIII - diárias;

IX - publicações legais;

X - custas processuais, parcelamentos e financiamentos;

XI - combustível;

XII - lixo;

XIII - transporte escolar;

XIV - convênios;

XV - iluminação pública;

XVI - internet;

XVII - suprimentos para impressoras;

XVIII - merenda escolar;

XIX - medicamentos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais para o exercício de 2016, de acordo com a tabela constante do Anexo II, deste Decreto.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo II recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 1º de março de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº AJG 049/2016, de 1º de março de 2016).

EXERCÍCIO 2015	
RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	DATA DE PAGAMENTO
De 01/03 a 09/03/2016	22/03/2016
De 10/03 a 19/03/2016	31/03/2016
De 20/03 a 31/03/2016	08/04/2016
De 01/04 a 09/04/2016	22/04/2016
De 10/04 a 19/04/2016	29/04/2016
De 20/04 a 30/04/2016	10/05/2016
De 01/05 a 09/05/2016	20/05/2016
De 10/05 a 19/05/2016	31/05/2016
De 20/05 a 31/05/2016	10/06/2016
De 01/06 a 09/06/2016	20/06/2016

De 10/06 a 19/06/2016	30/06/2016
De 20/06 a 30/06/2016	11/07/2016
De 01/07 a 09/07/2016	22/07/2016
De 10/07 a 19/07/2016	29/07/2016
De 20/07 a 31/07/2016	12/08/2016
De 01/08 a 09/08/2016	19/08/2016
De 10/08 a 19/08/2016	29/08/2016
De 20/08 a 31/08/2016	09/09/2016
De 01/09 a 09/09/2016	19/09/2016
De 10/09 a 19/09/2016	29/09/2016
De 20/09 a 30/09/2016	10/10/2016
De 01/10 a 09/10/2016	21/10/2016
De 10/10 a 19/10/2016	28/10/2016
De 20/10 a 31/10/2016	11/11/2016
De 01/11 a 09/11/2016	20/11/2016
De 10/11 a 19/11/2016	28/11/2016
De 20/11 a 30/11/2016	09/12/2016
De 01/12 a 09/12/2016	16/12/2016
A partir de 09/12/2016 não serão mais recebidos documentos fiscais	-

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

ANEXO II
(Decreto nº AJG 049/2016, de 1º de março de 2016).

DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO
Março	07/04/2016
Abril	06/05/2016
Maio	07/06/2016
1ª Parcela 13º salário	24/06/2016
Junho	06/07/2016
Julho	05/08/2016
Agosto	06/09/2016
Setembro	07/10/2016
Outubro	07/11/2016
Novembro	05/12/2016
2ª Parcela 13º salário	16/12/2016
Dezembro	30/12/2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0017/2016

Processo nº 0043/2016 – Dispensa de Licitação nº 0017/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir Jose Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de empresa para prestação de serviço de retificação do motor da viatura L-20 (AR-20), placa MMB – 9303 utilizada nos serviços de busca com cães e subaquáticas do batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê-SC, no valor total de R\$7.073,00 (sete mil e setenta e três reais com a empresa JONES FRANCISCO SANTIN – ME, CNPJ 15.662.177/0001-20 De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II. Xanxerê/SC, 29 de fevereiro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2016

Processo nº 0044/2016 – Dispensa de Licitação nº 0018/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir Jose Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de empresa para fornecer o material (chapas MDF) para montagem e adequação da Central de Emergência Regional e sala de informática do 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê-SC, no valor total de R\$ 7.204,00 (sete mil e duzentos e quatro reais) com a empresa CASA DO MDF SÃO LOURENÇO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA MÓVEIS LTDA, CNPJ 07.525.174/0001-17 De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II.

Xanxerê/SC, 29 de fevereiro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2014

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0001/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Pavimentação asfáltica e calçamento, sinalização e drenagem na Rua Batista Fabrizio.

Fica aditado ao contrato originário o valor de R\$ 80.895,19 devido as mudanças ocorridas entre o projeto original e o efetivo projeto executado, conforme Parecer do Setor de Engenharia, Parecer Jurídico e Parecer do Controle Interno anexos ao Aditivo.

Xanxerê-SC, 29 de fevereiro de 2016. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 0026/2016

Extrato de Contrato nº 0026/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Trukam Indústria e Comercio Ltda.

Objeto: Prestação de Serviços de Substituição do eixo dianteiro (incluindo fornecimento de eixo novo) no ônibus Marcopolo de placas MKB 1401 pertencente ao transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Valor total: R\$ 7.730,00

Prazo de execução: 03 meses após recebimento da ordem de serviço.

Xanxerê-SC, 29 de fevereiro de 2016. Ademir J Gasparini- Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 29/02/2016, no Diário Oficial dos Município (DOM), Edição nº 1942, página nº 1293. Onde se lê: Dispensa de Licitação nº 0041/2016, Lê-se: Dispensa de Licitação nº 0015/2016.

Xanxerê-SC, 29 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA RH-AJG 049/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 049/2016

REVOGAR PORTARIA Nº RH-AJG 037/2015.

ATRIBUI FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, arts.66 e 67, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 art. 21.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 037/2015.

ATRIBUIR FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI a partir de 01 fevereiro de 2016 por prazo indeterminado, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

Alair Salete Elauterio da Luz, Clair Terezinha Ribeiro, Cleunice Aparecida Alves Camargo, Edvania Trentin Radaelli, Gismari Fátima da Cunha, Graciele de Oliveira Porto, Inete Maria Cenci, Ivanete Salete Vieira Canello, Jucelane Luzz, Ledanir dos Santos, Lilian Nadia Pilonetto de Andrade, Luciana Mulinari Vicini, Maria Salete Zampieri Franco, Marivania Aparecida Biasuz Scanagatta, Neusa Vaseak Jose Luiz, Nilse Celi Rockenbach, Rejane Aparecida dos Santos, Rosa Maria Baldi de Oliveira, Sirlei Alves dos Santos e Vilma Versa Bordignon.

Fica autorizada a alteração de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas dos gestores: Clair Terezinha Ribeiro, Cleunice Aparecida Alves Camargo, Lilian Nadia Pilonetto de Andrade, Neusa Vaseak Jose Luiz, Rejane Aparecida dos Santos, Rosa Maria Baldi de Oliveira e Vilma Versa Bordignon.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a data de 01 de fevereiro de 2016.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA RH-AJG 051/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 051/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 022/2015 QUE CEDIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 03.03.2016 a Portaria nº RH-AJG 022/2015, que cedia Servidor Público Municipal para exercer atividades profissionais na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê, o Sr. ENIOIVAN MARQUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador da CI nº 2024241982 e CPF nº 895.592.740-15, nomeado conforme Decreto nº AM 010/04 no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Determinar o retorno para o PROCON deste Município, para desempenhar o cargo de Fiscal.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 022/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 022/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Contrato nº: 022/2016 PMXV.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Data da Assinatura: 01/03/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DL 001/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Valmor de Souza, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Xavantina/SC, em 01 de março de 2016.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 21/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2016
LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preço para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de produtos de higiene e limpeza para atender as necessidades do Abrigo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 13 de janeiro de 2016, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 29 fevereiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 129

DECRETO Nº. 129/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 081/2011 e 082/2011 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 002/2015, de 13 de outubro de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal e conforme Declaração de Escolha de Aula da SMEC.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, EVANDRO MARQUES, CPF: 828.374.309-00, para exercer o cargo de PROFESSOR, Categoria Funcional I - Professor, Pós-Graduação - nível 105 A, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 390, de 28 de dezembro de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A lotação do servidor será na EBM Cecília Meireles, nos turnos Matutino e Vespertino.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de fevereiro de 2016.

Gelci Guerino Della Corte

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretário Municipal de Administração

Decreto 130

DECRETO Nº.130/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, MARIA SILVELENE SOBREIRA DA SILVA, CPF: 888.324.733-72, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, código 1100, Categoria VI (AGENTES DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS), nível 008, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A referida servidora desempenhará suas atividades no Núcleo 15 – Bairro Bela Vista.

Art. 3º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de fevereiro de 2016.

Gelci Guerino Della Corte

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretário Municipal de Administração

Decreto 131

DECRETO Nº. 131/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 081/2011 e 082/2011 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 002/2015, de 13 de outubro de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal e conforme Declaração de Escolha de Aula da SMEC.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, PAULO RICARDO DE OLIVEIRA GOULART, CPF: 579.833.219-53, para exercer o cargo de PROFESSOR, Categoria Funcional I - Professor, Graduação - nível 097 A, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 390, de 28 de dezembro de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A lotação do servidor será no CEIM Virginia Riboli, nos turnos Matutino e Vespertino.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de fevereiro de 2016.

Gelci Guerino Della Corte

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004 - REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2016

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Senhor IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 26, inciso XI, do Estatuto,

CONVOCA:

Os Senhores(as) Prefeitos(as), MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, para reunião a realizar-se em Xanxerê, conforme segue:

Data: 07 de março de 2016 (segunda-feira)

Local: Sala de reuniões da AMAI, situado à Rua Floriano Peixoto, Nº 100, Centro de Xanxerê.

Horário: 15 horas

ORDEM DO DIA:

- Verificar, analisar, apreciar e deliberar sobre o Balanço Geral e a Prestação de Contas da AMAI, relativos ao exercício de 2015, emitindo parecer a ser submetido à Assembleia Geral da Entidade;
- Assuntos de interesse dos senhores conselheiros.

Xanxerê, SC, 29 de fevereiro de 2016

Ivandre Bocalon

Prefeito de Passos Mais

Presidente da AMAI

AMPLANORTE

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - AMPLANORTE, com sede em Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, acatando a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, resolve:

AUTORIZAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CONFORME ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 01/2016 REFERENTE A CESSÃO DE FUNCIONÁRIOS AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN

Art. 1º - Fica autorizado firmar convênio de cooperação técnica conforme Assembleia Geral Ordinária 01/2016 e nos termos da lei Federal 11.107/2005, referente a cessão dos funcionários abaixo indicados ao CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN para desempenhar as respectivas funções e cargas horárias conforme incisos a seguir:

I- Hélio Daniel Costa – Coordenador Técnico Administrativo – 10 horas

II- Elaine Cristina Eckel – Contadora – 20 horas

III- Bruna Rissi – Controle Interno – 10 horas

Art. 2º - Fica a encargo da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE- AMPLANORTE, a responsabilidade do pagamento do salário e demais encargos dos servidores ora cedidos.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 16 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Presidente

Esta portaria foi registrada e publicada no mural situado na sede da AMPLANORTE, em 16/02/2016.

Consórcios

ARIS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01 PARA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO TARIFÁRIO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO TARIFÁRIO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SUL BRASIL, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016:

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, no Centro de Convivência de Idosos, no Município de Sul Brasil, conforme edital de convocação publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM), no dia quatro de fevereiro de dois mil e dezesseis, edição 1927, pág 771, e no site da ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, e encaminhado ao Poder Concedente de Sul Brasil, para que os mesmos dessem a devida publicidade, foi realizada a audiência pública para apresentação do estudo de tarifária dos serviços públicos de esgotamento sanitário do Município de Sul Brasil. A lista de presença se encontra anexa à presente Ata. Inicialmente foi composta a mesa de honra, da qual fez parte o Senhor Prefeito Municipal Sr. Eder Marmitt, Vice-prefeito Municipal Sr. Celso Fazzioni, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. Claudimar Ferrari, Superintendente Estadual da Funasa, Sr. Adenor Piovesan, o Sr. Paulo Utzig, Secretário executivo da AMOSC e o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o qual presidiu a audiência. O Diretor Geral, Adm. Adir Faccio, nos termos do regulamento, nomeou o Biólogo José Francisco Mora – servidor da ARIS, como secretário. O Adm. Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS, declarou aberta a audiência pública cumprimentando a todos os presentes. Destacou que a audiência pública não possui caráter deliberativo e que a mesma é realizada com intuito de expor aos usuários, bem como ouvi-los, sobre o objeto, assegurando acesso às informações, como definido pela Lei Federal 11.445/2007. Disse que as apresentações serão publicadas no site da ARIS, em cumprimento ao § 2º, do artigo 26 da Lei nº 11.445/07. Em seguida procedeu com a leitura do regulamento da Audiência Pública, explanando sobre os procedimentos de toda a Audiência. Fizeram uso da palavra nesse momento o Sr. Celso Fazzioni, Vice-prefeito, o qual cumprimentou a todos e falou da importância da audiência pública. Da mesma forma usou a palavra o Sr. Claudimar Ferrari, Presidente da Câmara de Vereadores, que também saudou a todos e frisou a importância do evento. Após, o Sr. Adir retomou a palavra e fez uma breve explanação sobre o funcionamento da ARIS, a qual conta hoje com 177 municípios consorciados; destacou também a importância da preservação da pureza da água mencionando os problemas com a falta de água na região, no Brasil e também no mundo e a importância do sistema de tratamento de esgotos de Sul Brasil para o municípios e para a bacia hidrográfica do Rio Burro Branco. Em seguida fez uso da palavra a Sra. Aline Lemes de Souza, Enfermeira da Unidade Básica de Saúde de Sul Brasil, sendo que a mesma enfatizou a importância do tratamento de esgoto e seu reflexo na saúde da população, citando assim as doenças com maior incidência causadas pela falta de saneamento básico. A seguir foi registrada a presença do Deputado Federal, Sr. Celso Maldaner, o qual fez parte da mesa de honra e usou da palavra para seus cumprimentos e considerações. Posteriormente usou a palavra o Sr. Adenor Piovesan, Superintendente Estadual da Funasa, órgão repassador dos recursos para a implantação das obras, que após seu cumprimentos e considerações enfatizando a necessidade urgente de se realizar as ligações e colocar em operação o sistema, passou a palavras para os técnicos da Funasa. Inicialmente falou o Engenheiro Igor, chefe da divisão de engenharia da Funasa, que destacou também, entre outros assuntos, a importância do início da operação da estação de tratamento de esgoto do município. Também fez uso da palavra o Sr. Sandro, engenheiro da Funasa, pontuando suas considerações na necessidade de iniciar a operação do sistema. Em seguida a palavra foi usada pelo Sr. Eder Marmitt, Prefeito Municipal, que após seus cumprimentos, relembrou todo o processo de construção do sistema desde a rede coletora até a estação de tratamento de esgoto de Sul Brasil. Relatou que o município está realizando outro investimento importante que é a construção do laboratório junto a Estação de tratamento de Esgotos – ETE, visto o projeto original não prever a unidade conforme a atual legislação exige. Que o laboratório estará concluído até o final de março do corrente ano. Fez uma apresentação de slides, mostrando aos presentes, as obras realizadas, os investimentos e a participação da prefeitura. Pontuou a importância do saneamento básico para o município. Em seguida, o Engº Ricardo Martins, Diretor de Regulação da ARIS, iniciou sua apresentação, utilizando-se de modelo elaborado em planilha excel, expondo a relação de todos os custos relativos aos serviços água e esgoto prestados pelo SEMAE de Sul Brasil. Destacou que a previsão dos custos para manutenção da ETE - estação de tratamento de esgoto para o ano de 2016 é de R\$ 196.003,51. Considerando a receita prevista, baseado a tarifa de esgoto em 100% da tarifa básica de água (R\$ 22,00), o déficit em 2016 ficaria em R\$ 77.833,43. Utilizando o modelo criado em planilha excel, demonstrou o quanto que seriam as tarifas de água e de esgoto, se não houvessem os subsídios municipais para custear parte dos serviços, sendo que os valores das tarifas seriam da ordem de R\$ 34,98 para água e R\$ 36,70 para esgoto. Após a apresentação foi oportunizado aos presentes que se manifestassem. Foi questionado a situação relativa a residências que estão abaixo do nível da rede coletora de esgotos e se mais de um usuário poderia implantar uma rede auxiliar para realizar a ligação em ponto da rede favorável, foi relatado pelos representantes da ARIS e da prefeitura que sim, mais desde que aprovado pelo SEMAE de Sul Brasil. Também foi questionado como se daria o pagamento da tarifa de esgotos por pessoas de baixa renda, foi relatado que tais pessoas podem se dirigir a assistência social do município e pleitear a ajuda, desde que devidamente instruída por documentos comprovando o caso. Posteriormente as manifestações feitas pelos municípios fez o uso da palavra o Sr. Prefeito Municipal, que conforme a Lei Municipal a tarifa de esgoto poderia ser 70% da tarifa de água, sendo assim aprovado por todos. Desta forma o Eng. Ricardo Martins, Diretor de Regulação da ARIS, apresentou, utilizando o modelo em excel, qual assertaria tarifa básica de esgoto a vigorar, sendo o valor de R\$ 15,48. Outra situação que houve proposições foi o prazo para início das ligações a rede de esgoto. Ficando aprovado por todos após ampla discussão: em residências onde não houver a necessidade de instalação de bomba de recalque pelo usuário o prazo é de até 03 meses; já em residências onde houver a necessidade da instalação da bomba de recalque pelo usuário o prazo é de 06 meses. Sendo que a cobrança da tarifa de esgoto só será iniciada após 06 meses da ligação. Esses prazos começam a contar a partir da aprovação pela Câmara de Vereadores, da alteração da lei nº 1.018/2014. Foi aprovado também que haverá o credenciamento de empresas para realizar as ligações à rede quando o usuário não puder realizar o trabalho. Também ficou relatado que todas as ligações devem ser requeridas ao SEMAE de Sul Brasil, devendo o setor de engenharia da Prefeitura dar a viabilidade técnica. Relatou-se também da necessidade de desligamento das fossas e sumidouros, devendo a vigilância sanitária realizar vistorias e orientações necessárias. Foi também informado pelo Eng. Ricardo que a fatura do esgoto deverá ser detalhada e que a mesma deverá ser aprovada pela ARIS. Ainda foi informado que as ligações deverão respeitar um "Projeto Tipo" que ficará disponível na prefeitura municipal. Também se informou que não haverá cobrança como taxa de ligação, dando-se desta forma,

incentivos aos usuários para realizarem a ligação a rede o mais breve possível. Em seguida foi proposto pelo Sr. Ricardo Martins o agendamento de uma nova audiência pública para o mês de Janeiro de 2017, onde será avaliado esse período de prestação de serviços especificamente em esgotamento sanitário. Sendo dessa maneira aprovada a data para nova audiência pública. Ainda ressaltou-se que o município deverá consultar e realizar as mudanças na legislação municipal para os encaminhamentos definidos nesta audiência pública. Sendo assim e sem mais inscritos para os questionamentos a cerca desta Audiência Pública, o Sr. Adir Faccio, agradeceu a presença de todos, que passado das 22:00 horas, destacou novamente a importância da participação popular nos serviços de saneamento básico do Município de Sul Brasil. Agradeceu a atenção dos presentes. Nada mais sendo declarado, deu-se por encerrada a presente Audiência Pública para apresentação dos estudos da tarifa de esgotamento sanitário do município de Sul Brasil, a qual segue assinada pelo Presidente e secretário de mesa. Sul Brasil, 25 de Fevereiro de 2016.

DELIBERAÇÃO Nº 07/2016 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO.

DELIBERAÇÃO n. 007/2016

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares no município de Porto União.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pela empresa SANEPAR, onde a mesma requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando os pareceres técnicos, apresentados em anexo, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada a Empresa SANEPAR, a promover o reajuste de 10,48% sobre o Plano Tarifário atual, de forma linear em cada faixa de consumo, e na Tabela de Serviços Complementares;
2. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação e da divulgação aos usuários pela empresa, em jornal de veiculação no município.

Florianópolis, 01 de março de 2016.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E DE OUTRO, LEONIR BENINCÁ.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e LEONIR BENINCÁ, brasileiro, casado, inscrito no CREA-SC nº S3 029364-1, inscrito no CPF sob o nº 486.541.169-00, RG nº 065544, residente e domiciliado na Rua Messias de Souza Machado, 536, Centro, cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 1/2016, Pregão Presencial nº 1/2016, homologado em 29/02/2016, ambos os contratantes sujeitos às disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE GEOLOGIA, PESSOA FÍSICA, NO MÍNIMO 15 (QUINZE) HORAS SEMANAIS, INCLUINDO-SE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA, NAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDEMA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 28.368,00 (vinte e oito mil trezentos e sessenta e oito reais), sendo R\$ 2.364,00 (dois mil trezentos e sessenta e quatro reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetivado por meio de Depósito Bancário em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, à vista da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Contratante, acompanhada de relatório circunstanciado acerca dos serviços desenvolvidos no mês de referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

4.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

4.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor contratado o índice do IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

4.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIDEMA, senhor(a) PAULO UTZIG, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

5.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao Contratado ou seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao Contratado, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo o Contratado de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO / DO CONTRATANTE

7.1 O Contratado obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato;
- b) permitir que os prepostos do Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- c) dar ciência ao Contratante sobre qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades que estão sendo executadas;
- d) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal/Gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas legais pertinentes à execução dos serviços;
- e) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- f) respeitar os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- g) fornecer ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART relativamente aos serviços a serem executados nos municípios consorciados;
- h) apresentar a Nota Fiscal de prestação dos serviços até o último dia de cada mês, acompanhada de relatório circunstanciado acerca dos serviços desenvolvidos no mês de referência.

7.2 O Contratante obriga-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- b) fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços;
- c) cumprir as condições e prazo de pagamento;
- d) designar um Gestor do Contrato;
- e) notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- f) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- g) prestar os esclarecimentos necessários e dar condições, no que lhe couber, para que a Contratado possa executar os serviços objeto desta contratação;
- h) disponibilizar as máquinas, equipamentos, materiais e demais acessórios indispensáveis à execução dos serviços contratados;
- i) informar, por escrito, os locais onde serão perfurados os poços e/ou a alteração do cronograma se for o caso;
- j) fornecer ao Contratado todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços;
- k) arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sempre que os serviços forem executados fora do Município de Chapecó;
- l) arcar com as despesas de seguro de vida do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará ao Contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) do Contratante, no que couber, nos casos previstos e nos art.. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó, 01 de março de 2016.

FABIANO DA LUZ LEONIR BENINCÁ
Presidente do CIDEMA Geólogo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CIDEMA E DE OUTRO, ELEANDRO UES.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, Senhor Fabiano da Luz, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e ELEANDRO UES, brasileiro, solteiro, PIS nº 138.54647.72-6, inscrito no CPF sob o nº 066.873.649-60, RG nº 5.215.252-9, residente e domiciliado na Rua Guaranis, 296-D, Bairro Esplanada, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 2/2016, Pregão Presencial nº 2/2016, homologado em 29/02/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE SONDADOR PARA OPERAR O EQUIPAMENTO (SONDA), A SER UTILIZADO NAS AÇÕES DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), acrescidos de 1,00 (um real) por metro linear perfurado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetivado por meio de Depósito Bancário em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, à vista da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Contratante, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

4.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

4.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado o índice acumulado do IGP-M nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

4.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIDEMA, senhor(a) PAULO UTZIG, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

5.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao Contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao Contratado, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo o Contratado de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO / DO CONTRATANTE

7.1 O Contratado obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato;

- b) zelar pelos equipamentos colocados à sua disposição, bem como pela manutenção dos mesmos sempre que necessário;
- c) permitir que os prepostos do Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- d) dar ciência ao Contratante sobre qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades que estão sendo executadas;
- d) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal/Gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas legais pertinentes à execução dos serviços;
- f) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- g) respeitar todos os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- h) seguir/observar o cronograma de perfurações de poços artesianos elaborados pelo Contratante;
- i) apresentar a Nota Fiscal de prestação dos serviços até o último dia de cada mês, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

7.2 O Contratante obriga-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- b) fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços;
- c) cumprir as condições e prazo de pagamento;
- d) designar um Gestor do Contrato;
- e) notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- f) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- g) prestar informações, esclarecimentos necessários e dar condições, no que lhe couber, para que a Contratado possa executar os serviços objeto desta contratação;
- h) disponibilizar as máquinas, equipamentos, materiais e demais acessórios indispensáveis à execução dos serviços contratados;
- i) informar, por escrito, os locais onde serão perfurados os poços e/ou a alteração do cronograma se for o caso;
- j) redefinir o prazo e cronograma do projeto em conjunto com o Contratado, caso alguma situação estratégica venha impactar as atividades;
- k) fornecer ao Contratado todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços;
- l) arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sempre que os serviços forem executados fora do Município de Chapecó;
- m) arcar com as despesas de seguro de vida do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará ao Contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) do Contratante, no que couber, nos casos previstos e nos art.. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó, 01 de março de 2016.

FABIANO DA LUZ ELEANDRO UES
Presidente do CIDEMA Sondador

CIGA**Extrato de Contrato n. 160 - Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

CNPJ: 83.102.608/0001-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.870,00 (três mil e oitocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 161 - Prefeitura Municipal de Brusque

EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Brusque

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Brusque

CNPJ: 83.102.343/0001-94

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 91/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 72.240,00 (setenta e dois mil e duzentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001 (TERMO ADITIVO)**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001
CONTRATANTE: Comércio Paplasti de Reciclados Ltda Me
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução em mais 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 16 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/002 (TERMO ADITIVO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/002
CONTRATANTE: Stoeck Comércio de Reciclados Ltda Me
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução em mais 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 16 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/005 (TERMO ADITIVO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/005
CONTRATANTE: Reciclagem Cristelli Ltda Me
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução em mais 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 25 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 2016/004 (TERMO ADITIVO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/004
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Essencial Construtora e Comercio de Materiais de Construção Ltda Me
OBJETO: Acréscimo de 12,48% (doze inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) ao valor do contrato.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos

Timbó, 29 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

4ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 2015/011 (TERMO ADITIVO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/011
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Essencial Construtora e Comércio de Materiais de Construção Ltda Me
OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e vigência para 30/06/2016

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 14 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2016/001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE REJEITOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES NO ATERRO SANITÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2016/001
CONTRATANTE: Gerold Zumach Reciclados Me
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
OBJETO: Prestação de serviços de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de resíduos sólidos com características domiciliares no Aterro Sanitário
VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por tonelada.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/Contratos/Usuários

Timbó, 18 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CONTRATO Nº 2016/006 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM REVISTA ESPECIALIZADA, CONSISTINDO EM ONZE PUBLICAÇÕES DE MEIA PÁGINA NA REVISTA BICICLETA DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/006
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Ecco Editora e Industria Grafica Ltda EPP
OBJETO: Prestação de serviços de publicidade em revista especializada, consistindo em onze publicações de meia página na Revista Bicicleta de fevereiro a dezembro de 2016.
VALOR: R\$ 6.710,00 (seis mil, setecentos e dez reais).
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/contratos/prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br/contratos/prestação%20de%20serviços)

Timbó, 15 de fevereiro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CIS/AMOSC**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E A EMPRESA INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhor Vilmar Foppa, doravante denominada apenas CONTRATANTE e a empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.234.834/0001-40, estabelecida na Rua Fernando Ferrari, 35, Centro, cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, representada por sua proprietária, Senhora ANA CRISTINA LINK, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 1/2016, Pregão Presencial nº 1/2016, homologado em 29/02/2016, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de Licença de Uso de Sistema Informatizado de Gestão de Consórcios Intermunicipais de Saúde, via web e sem limite de usuários, incluindo-se os serviços de implantação, configuração, parametrização, customização, de conversão do banco de dados existentes, treinamento dos usuários (80 horas), suporte técnico, atualização da versão e a hospedagem do sistema em Datacenter, próprio ou de terceiro, de acordo com as condições e demais cláusulas que integram o presente instrumento.

1.2 As funcionalidades do Sistema são aquelas previstas no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 1/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR / DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O valor global do presente contrato é de R\$ 78.666,70 (setenta e oito mil seiscientos e sessenta e seis reais e setenta centavos), pagáveis em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 7.866,67 (sete mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

2.2 A Contratante pagará à Contratada o valor/hora de R\$ 110,00 (cento e dez reais), após a implantação do sistema, sempre que contratar os serviços de treinamento/capacitação de usuários na sede do CIS-AMOSC.

2.3 A Contratante pagará ainda à Contratada o valor/hora de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), após a implantação do sistema, a título de deslocamento diário, nos casos e nas hipóteses de atendimento na sede do CIS-AMOSC.

2.4 Os valores decorrentes dos serviços previstos nos itens 2.2 e 2.3 serão pagos em até 30 (trinta) dias, contados da prestação dos serviços, à vista da Nota Fiscal acompanhada de relatório contendo o número de horas e a descrição do conteúdo do treinamento/serviços prestados.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido (s), demonstrado (s) através de planilha (s), plenamente justificado (s) e aprovado (s) pelo Contratante, em conformidade com o disposto no art. 65, II, "d", da lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR EM DECORRÊNCIA DO ATRASO DE PAGAMENTO

4.1 A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da dotação 3.3.90.39, consignada no orçamento aprovado para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA / REAJUSTAMENTO DO VALOR

6.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, limitado a 48 (quarenta e oito) meses.

6.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado no presente contrato o IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

6.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1 A Contratada obriga-se a:

a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato.

b) permitir que os prepostos da Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

c) formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial;

d) alocar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços objeto deste contrato, de modo a cumprir os prazos estabelecidos e garantir a qualidade dos serviços;

e) manter seu corpo técnico atualizado em relação às tecnologias, normas e metodologias adotadas pelo Contratante, capacitando às suas expensas os profissionais envolvidos na execução dos serviços;

- f) assumir qualquer risco ou custo por afastamento, remanejamento ou desligamento de seus profissionais, sem ônus adicionais para os acordos firmados com o Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados, mantendo a qualidade e os prazos acordados;
- g) atuar em todas as fases dos serviços para os quais foi Contratada, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que assegurem os resultados contratados;
- h) manter sigilo sobre quaisquer informações do Contratante, que durante a vigência do contrato venha a ter conhecimento ou acesso;
- i) dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades, objeto do presente contrato, bem como as providências tomadas para a sua solução;
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas, padrões, processos e procedimentos do Contratante;
- k) garantir os serviços realizados, cabendo-lhe toda a manutenção corretiva decorrente de seus erros ou falhas cometidas durante o desenvolvimento dos trabalhos contratados e erros ou falhas decorrentes da integração e adequação sistêmica, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, obedecendo ao prazo de garantia, sem ônus para o Contratante, desde que o erro ou falha, comprovadamente, ocorra por culpa da Contratada;
- l) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- m) assumir todas as despesas necessárias à execução dos serviços contratados, eximindo o Contratante de qualquer solidariedade por eventuais autuações fiscais, trabalhistas e tributárias;
- n) corrigir no período de vigência do contrato, sem custo adicional para o Contratante, quaisquer erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados e/ou decorrentes de integração e adequação sistêmica, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão das especificações feitas pelo Contratante;
- o) não inserir nos sistemas nenhum código ou outro dispositivo que possua o efeito de desativar, travar, derrubar ou bloquear, no todo ou em parte, as aplicações instaladas no ambiente Contratante, salvo na pendência de pagamento por mais de 60 (sessenta) dias;
- p) possuir padrões mínimos necessários de segurança, respeitando os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante, objetivando garantir a segurança contra tentativas ou ataques externos;
- q) Tratar como confidenciais, as informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros;
- r) comunicar ao Contratante sobre qualquer vulnerabilidade ou falha percebida que venha a expor as informações confidenciais ou sensíveis da Contratante;
- s) respeitar todos os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- t) A responsabilidade da Contratada estará limitada ao complemento das obrigações aqui assumidas com a Contratante não lhe cabendo qualquer outra inclusive por perdas e danos ou lucros cessantes cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente à utilização do sistema;
- u) Cabe ainda à Contratada, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

8.1 O Contratante obriga-se a:

- a) esclarecer as dúvidas que lhes forem apresentadas;
- b) fiscalizar a entrega e a qualidade dos serviços;
- c) emitir a Autorização de Fornecimento;
- d) cumprir as condições de pagamento;
- e) efetuar os pagamentos devidos à Contratada, de acordo com as condições estipuladas no contrato;
- f) designar um Gestor do Contrato;
- g) notificar à Contratada por escrito sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- h) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- i) prestar informações, esclarecimentos necessários e dar condições, no que lhe couber, para que a Contratada possa executar os serviços objeto desta contratação;
- j) manter durante a vigência do contrato a plataforma tecnológica nas normas, padrões, processos e procedimentos;
- k) fornecer à Contratada todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, incluindo toda infraestrutura tecnológica de servidores e software gerenciador de bancos de dados e de aplicação, para os ambientes de treinamento, teste e produção;
- l) indicar e garantir a participação dos usuários necessários nas reuniões com a Contratada;
- m) nomear e destacar equipe, composta por servidores que detenham conhecimento do negócio e dos perímetros alvo do projeto;
- n) indicar as áreas onde serão desenvolvidos os serviços e proporcionar à Contratada as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;
- o) especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades e regras de atendimento as localidades e aos usuários, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações;
- p) redefinir o prazo e cronograma do projeto em conjunto com a Contratada, caso alguma situação estratégica venha impactar as atividades;
- q) fornecer à Contratada todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços;
- r) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- s) permitir durante a vigência do Contrato o acesso dos representantes ou prepostos da Contratada, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante da Contratante;
- t) facilitar o acesso a equipamentos, instalações, documentos e informações necessários para a execução do projeto;
- u) solicitar à Contratada os ajustes necessários que surgirem durante a execução do contrato;
- v) supervisionar e aprovar os trabalhos e os documentos correspondentes aos produtos finais apresentados pela Contratada;
- x) dar prioridade aos técnicos da Contratada para utilização de equipamento da Contratante quando da visita técnica dos mesmos;
- z) atestar a execução dos serviços objeto deste contrato por meio do setor competente.

CLÁUSULA NONA - MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU DO EQUIPAMENTO

9.1 A modificação do equipamento ou de sua configuração não obriga a Contratada a fornecer novo sistema, que poderá ser efetuado mediante prévio acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

10.1 O aplicativo permanecerá de propriedade da Contratada que apenas cederá à Contratante o direito de uso de uma licença do sistema. Esta última, por sua vez, fica autorizada a disponibilizar o sistema aos municípios consorciados e também aos seus credenciados.

10.2 É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador de Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estarão protegidos pela legislação de direitos autorais.

10.3 Em nenhuma hipótese a Contratada será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar os referidos sistemas, ainda que a Contratada tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará à Contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções legais previstas no art. 87 do mesmo diploma legal.

12.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o Contratante; e
- c) judicial, nos termos da legislação.

12.3 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução de garantia, se houver;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo de desmobilização.

12.5 A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) execução da garantia contratual para ressarcimento, ao Contratante, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIS-AMOSC, senhor(a) Paulo Utzig, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

13.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo a Contratada de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO TREINAMENTO

14.1 O treinamento de utilização do software ao usuário deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) a Contratante apresentará à Contratada a relação de usuários a serem treinados, sendo que não mais do que 5 (cinco) usuários por sistema locado;
- b) definida a equipe de treinamento, a Contratada realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir;
- c) o treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de documentação ou manual a nível de usuário;
- d) o treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consultas, referentes a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MANUTENÇÃO

15.1 Entende-se por manutenção a obrigação da Contratada manter o sistema de acordo com as características dos mesmos:

- a) corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos;
- b) alterações de sistema em função de mudanças legais nos casos de moeda e alterações da legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

16.1 A prestação de serviços, não coberta pela manutenção, será cobrada a parte, com base no valor descrito no item 2.2, “e”, da Cláusula Segunda, mediante aprovação prévia do orçamento repassado pela Contratada, nos seguintes casos:

- a) alteração do sistema para atender necessidade específica da Contratante;
- b) elaboração de novos programas solicitados pela Contratante;
- c) alteração do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações de estrutura básica dos sistemas;
- d) treinamento de pessoal da Contratante na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos etc;

16.2 As solicitações de manutenção ou alterações nos programas deverão ser enviadas pela Contratante à Contratada, por qualquer via, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado.

16.3 Após a execução do serviço a Contratada repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados da Contratante, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

17.2 Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à Contratada, não tendo com o Contratante nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

17.3 A Contratada não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente realizados.

17.4 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

17.5 Para os efeitos de direito valem para este contrato a Lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de direito.

17.6 A Contratada será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado pelas partes, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de março de 2016.

CIS-AMOSC
VILMAR FOPPA
Presidente

INOVADORA SERV. TEC. INF. EIRELI ME
ANA CRISTINA LINK
Proprietária

CIS/AMUREL**EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO
22/2016 - NUCLEAR LIFE****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 22/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA NUCLEAR LIFE LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Con-sorciados, quando solicitado, exames de Cintilografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 08/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Genocir Franke pelo Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO
41/2016 - FC CLINICA DE OLHOS****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 41/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: FC CLÍNICA DE OLHOS LTDA. EPP

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Con-sorciados, quando solicitado, exames clínico e consulta especializada de oftalmologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 14/02/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Fernanda Caetano Porto pelo Contratado.

CIS/AMURES**PORTARIA Nº 02/2016 CIS/AMURES****PORTARIA Nº 02/2016**

Nomeia RITCHELLY APARECIDA CARDOSO para o cargo de COORDENADOR TÉCNICO/ADMINISTRATIVO do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Pe. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. RITCHELLY APARECIDA CARDOSO, para ocupar o cargo de COORDENADOR TÉCNICO/ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40h, constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de Março de 2016.

Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CIS/AMURES

RESOLUÇÃO Nº 02 / 2016 CIS/AMURES**RESOLUÇÃO Nº. 02 de 18/12/2015.**

Estima Receita e fixa as Despesas do Consorcio Intermunicipal de Saúde-CIS/AMURES, para o exercício de 2016 e dá outras providências.

A Assembleia Geral do Consorcio Intermunicipal de Saúde-CIS/AMURES realizada no dia 19 de junho de 2015, na cidade de Lages, aprovou e eu Prefeito Edelman Nunes Topanoti, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consorcio Intermunicipal de Saúde- CIS/AMURES, para o exercício de 2016, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$6.130.438,32 (seis milhões cento e trinta mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

1 - Receita

	Discriminação das Receitas	Valor (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	10.000,00

1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	4.112.364,18
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	1.998.074,14
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	10.000,00
TOTAL GERAL		6.130.438,32

Art. 3º - A Despesa será executada obedecendo à classificação orçamentaria vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001, e aprovada conforme detalhamento constante no Anexo I desta Resolução, cujos totais fixados são:

Art. 4º - A Receita foi estimada com base nos contratos de Rateio, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução do próximo exercício.

Art. 5º. A Despesa será realizada de conformidade com a classificação orçamentaria vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001. Cujos totais fixados são:

2- Despesa por Órgão

	Discriminação por Órgão	Valor (R\$)
01.01	Consortio Intermunicipal de Saúde	6.130.438,32
TOTAL GERAL		6.130.438,32

3- Despesa por Função

	Discriminação por Função	Valor (R\$)
10	Saúde	6.130.438,32
TOTAL GERAL		6.130.438,32

4 –

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA	FONTE	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		
1.3.2.5.01.00	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinculados	0101	5.000,00
1.3.2.5.02.00	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	0080	5.000,00
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		
1.6.0.0.05.00	Serviços de Saúde		
1.6.0.0.05.99	Outros Serviços de Saúde	0080	4.112.364,18
1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		
1.7.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		
1.7.2.3.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICÍPIOS		
1.7.2.3.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0080	1.998.074,14
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
1.9.9.0.00.00	Receitas Diversas		
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	0080	10.000,00
TOTAL GERAL			6.130.438,32

5

FUNÇÃO	DESPESA	FONTE	VALOR (R\$)
10 - Saúde	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		
	4.4.90.00 – Investimentos	0080	5.000,00
10 - Saúde	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		
	3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	0080	719.736,36
	3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	0080	654.306,88
	4.4.90.00 – Investimentos	0080	10.141,08
10 - Saúde	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CIS/AMURES		
	3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	0080	4.741.254,00
TOTAL GERAL			6.130.438,32

Art. 6º. O Orçamento da despesa da administração direta pode ser expandido até o limite da arrecadação.

Art. 7º. Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma categoria para outra. Dentro de cada Unidade Orçamentaria, Projeto, Atividade, ou Operações Especiais, através de Resolução.

Art. 8º. O Presidente do Consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º. da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I- O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II- A anulação de saldo de dotações orçamentarias desde que não comprometidas;

III- O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 9º. Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10. Fica autorizado o Presidente a celebrar Convênios/Acordos com os governos Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2016.

Art. 11. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 12. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos serão retroagirão a 1º. de janeiro de 2016.

Lages, 18 de dezembro de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

CITMAR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 01/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 01/2015

Contratado: OFICINA DAS PALAVRAS COMUNICAÇÃO LTDA ME

Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA - O presente contrato terá sua vigência prorrogada, tendo seu início em 28/01/2016, e findando em 28/01/2017, podendo novamente ser renovado, de acordo vontade das partes, mediante novo Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR - O valor do presente contrato será reajustado pelo IGPM, passando a vigorar no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), pagos mensalmente, na forma do estipulado no contrato principal.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 28 de janeiro de 2016.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 07/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 07/2014

Contratado: SOMADATTA INFORMÁTICA LTDA

Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA - Fica através do presente Termo Aditivo prorrogada a vigência do contrato, tendo início em 01/01/2016 e findando em 31/12/2016, podendo ser novamente prorrogado, mediante necessidade e vontade das partes. Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 01 de janeiro de 2016.

Célio José Bernardino – Diretor Executivo CITMAR